JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Arenápolis 4
Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Canarana 5
Camara Municipal de Cotriguaçu 6
Camara Municipal de Terra Nova do Norte 6
Camara Municipal de Vale de São Domingos 6
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Médio Norte Matogrossense 8
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 9
Consórcio Intermunicipal do Norte Araguaia 10
Prefeitura Municipal de Água Boa 11
Prefeitura Municipal de Alto Garças 11
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 13
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 14
Prefeitura Municipal de Apiacás 44
Prefeitura Municipal de Araguaiana 46
Prefeitura Municipal de Araputanga 75
Prefeitura Municipal de Aripuanã 85
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 95
Prefeitura Municipal de Cáceres 132
Prefeitura Municipal de Campinápolis 150
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 156
Prefeitura Municipal de Campo Verde 157
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 159
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 166
Prefeitura Municipal de Canarana 170
Prefeitura Municipal de Carlinda 172
Prefeitura Municipal de Castanheira 176
Prefeitura Municipal de Cláudia 176
Prefeitura Municipal de Cocalinho 201
Prefeitura Municipal de Colíder 201
Prefeitura Municipal de Comodoro 202
Prefeitura Municipal de Confresa 203
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 210
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 262
Prefeitura Municipal de Cuiabá 262
Prefeitura Municipal de Curvelândia 263
Prefeitura Municipal de Diamantino 263
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 265
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 274
Prefeitura Municipal de General Carneiro 279
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 280
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 298
Prefeitura Municipal de Itanhangá 299
Prefeitura Municipal de Itiquira 299
Prefeitura Municipal de Jaciara 301
Prefeitura Municipal de Juara 302
Prefeitura Municipal de Juruena 304
Prefeitura Municipal de Juscimeira 304
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 306
Prefeitura Municipal de Marcelândia 306
Prefeitura Municipal de Matupá 306
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 308

Prefeitura Municipal de Nobres 322
Prefeitura Municipal de Nortelândia 356
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 357
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 359
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 387
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 389
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 390
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 398
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 398
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 405
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 406
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 407
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 408
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 409
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 409
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 410
Prefeitura Municipal de Paranatinga 411
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 414
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 415
Prefeitura Municipal de Poconé 416
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 417
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 418
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 419
Prefeitura Municipal de Poxoréu 419
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 431
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 431
Prefeitura Municipal de Rio Branco 432
Prefeitura Municipal de Rondolândia 433
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 439
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 440
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 440
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 440
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 443
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 446
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 446
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 455
Prefeitura Municipal de São José do Povo 455
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 456
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 456
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 457
Prefeitura Municipal de Tabaporã 457
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 461
Prefeitura Municipal de Tesouro 465
Prefeitura Municipal de União do Sul 465
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 467
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 483
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 489
Prefeitura Municipal de Vila Rica 496

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2019

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

A CAMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT, torna público aos interessados que fará realizar, no dia 26 de Junho de 2019, às 09h00min (Horário Oficial de Mato Grosso), na sede da Câmara Municipal, situada à Rua do Comércio, 207W, Bairro Centro Histórico, Arenápolis-MT. O PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS 002/2019, Menor Preço por Item, com a finalidade de REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE MATERIAS DE CONSUMO, SENDO PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENIZACAO, GENEROS DE ALIMENTACAO E MATERIAIS DE COPA E COZINHA DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DOS SETORES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT. O edital completo encontra-se a disposição na sede da Câmara Municipal de Arenapolis-MT, podendo ser solicitado via e-mail arenapoliscamara@hotmail.com, informações pelo telefone (65) 3343-1994.

Arenápolis-MT, 11 de Junho de 2019**.**

REGINA LÚCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 125/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

Considerando *o Art. 69, §§1º e 2º e o Art. 73, §§1º e 2º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997;*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **NICOLAS RIBEIRO DE SOUZA**, matrícula nº 603, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete, **30 (trinta) dias de gozo de férias,** relativas ao período aquisitivo de 2018/2019, a partir do dia 01 de julho de 2019, devendo retornar as suas atividades laborais no dia 31 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 10 de junho de 2019.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 122/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

Considerando *o Art. 69, §§1º e 2º e o Art. 73, §§1º e 2º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997;*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **LUCIANO FRANCISCO SEBALHO DE SOUZA**, matrícula nº 597, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete, **30 (trinta) dias de gozo de férias, sendo 1/3 (um terço) das férias convertida em Salário-Família pecuniário**,relativas ao período aquisitivo de 2018/2019, a partir do dia 12 de julho de 2019, devendo retornar as suas atividades laborais no dia 01 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 10 de junho de 2019.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 123/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

Considerando *o Art. 69, §§1º e 2º e o Art. 73, §§1º e 2º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997;*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora **DEZENIR APARECIDA DE SOUZA FRANÇA**, matrícula nº 544, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, **30 (trinta) dias de gozo de férias,** relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a partir do dia 22 de julho de 2019, devendo retornar as suas atividades laborais no dia 21 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 10 de junho de 2019.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 126/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

Considerando *o Art. 69, §§1º e 2º e o Art. 73, §§1º e 2º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997;*

Considerando *as Portaria nº 70 de 08 de março de 2019 e a Portaria nº 78 de 19 de março de 2019;*

Considerando *o Processo submetido ao Protocolo nº 1387, de 10 de junho de 2019;*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **GLEISON DA SILVA SOUZA**, matrícula nº 534, ocupante do cargo de Mensageiro, **10 (dez) dias de gozo de férias remanescente,**a qual foi interrompida ***por motivo superior de interesse público,*** relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a partir do dia 01 de julho de 2019, devendo retornar as suas atividades laborais no dia 11 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 10 de junho de 2019.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 124/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

Considerando *o Art. 69, §§1º e 2º e o Art. 73, §§1º e 2º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997;*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora **FERNANDA MIRAGE MANARA**, matrícula nº 553, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, **30 (trinta) dias de gozo de férias,** relativas ao período aquisitivo de 2018/2019, a partir do dia 24 de junho de 2019, devendo retornar as suas atividades laborais no dia 24 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 10 de junho de 2019.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
ERRATA DA PORTARIA Nº 119/2019

Este documento tem por objetivo retificar e ratificar a **PORTARIA Nº 119 DE 07 DE JUNHO DE 2019**, da Câmara Municipal de Cáceres-MT, e sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM (https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/552405/), na data de 10 de junho de 2019, edição n° 3.245, página 4, com a devida retificação abaixo:

RETIFICAÇÃO:

Onde se lê:	"**Art. 1º** […], a partir do dia 09 de junho de 2019, devendo retornar as suas atividades laborais no dia 29 de junho de 2019."
Leia-se:	"**Art. 1º** […], a partir do dia 09 de setembro de 2019, devendo retornar as suas atividades laborais no dia 29 de setembro de 2019."

Câmara Municipal de Cáceres-MT,10 de junho de 2019

RUBENS MACEDO

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

PORTARIA Nº 119/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

Considerando *o Art. 69, §§1º e 2º e o Art. 73, §§1º e 2º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997;*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **ULISSES ALVES SOUZA**, matrícula nº 541, ocupante do cargo de Contador, **30 (trinta) dias de gozo de férias, sendo 1/3 (um terço) das férias convertida em Salário-Família pecuniário**,relativas ao período aquisitivo de 2018/2019, a partir do dia 09 de setembro de 2019, devendo retornar as suas atividades laborais no dia 29 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 07 de junho de 2019.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA N° 38/2019

PORTARIA N° 38/2019

DE 11 DE JUNHO DE 2.019

"Concede o adiantamento da gratificação natalina ao Servidor Permanente".

O Presidente da Câmara Municipal da Canarana, Estado do Mato Grosso, Sr. Gilmar Miranda, no uso de suas atribuições legais;

Considerando, ter O Servidor requerido o adiantamento da sua gratificação natalina. Sendo possível conforme a disposição do inciso II, §3º do art. 155 da LC 28/2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Autoriza a Contabilidade da Câmara Municipal a adiantar o numerário correspondente a gratificação natalina, de direito ao Servidor Cristiane Geni Lorenzetti Finato, até o último dia útil do mês de junho.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Canarana-MT, 11 de junho de 2.019.

Gilmar Miranda

Presidente

PORTARIA N° 39/2019

PORTARIA N° 39/2019

DE 11 DE JUNHO DE 2.019

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS E ANTECIPAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO NATALINA A SERVIDOR PERMANENTE"

O Presidente da Câmara Municipal da Canarana, Estado do Mato Grosso, Sr. Gilmar Miranda de Almeida, no uso de suas atribuições legais;

Considerando, ter cumprido o período aquisitivo e não ter registro de ocorrências que impeçam ou limitem o período regulamentar para o gozo das férias;

Considerando, o pedido por escrito, do Servidora embasado no art. 155, §3º, inciso IV da Lei Complementar 028/2002 para o adiantamento da gratificação natalina.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor RIVALDO LOPES PERES GONÇALVES, matrícula nº 076, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/02/2018 a 31/01/2019, que serão gozadas entre os dias 01/07/2019 à 31/07/2019 - 30 dias.

§ 1º – Observe a Contabilidade da Câmara Municipal para observar o pagamento de 1/3 (um terço) do salário normal do Servidor, em conformidade com o estabelecido no artigo 73 § 1º, da Lei Complementar nº 028/2002.

§ 2º – Deferido a antecipação da gratificação natalina a qual deverá ser paga junto com os vencimentos e férias.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Canarana-MT, 11 de junho de 2.019.

Gilmar Miranda

Presidente

PORTARIA N° 37/2019

PORTARIA N° 37/2019

DE 11 DE JUNHO DE 2.019

"Concede o adiantamento da gratificação natalina ao Servidor Permanente".

O Presidente da Câmara Municipal da Canarana, Estado do Mato Grosso, Sr. Gilmar Miranda, no uso de suas atribuições legais;

Considerando, ter O Servidor requerido o adiantamento da sua gratificação natalina. Sendo possível conforme a disposição do inciso II, §3º do art. 155 da LC 28/2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Autoriza a Contabilidade da Câmara Municipal a adiantar o numerário correspondente a gratificação natalina, de direito ao Servidor Cristian Estevan Lorenzetti Finato, até o último dia útil do mês de junho.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Canarana-MT, 11 de junho de 2.019.

Gilmar Miranda

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 029/2019

EMENTA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO À FUNCIONÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido a segunda Licença-Prêmio ao funcionário **FLORENTINO APARECIDO MARTINS** ocupante do Cargo de **Assessor Jurídico**, conforme Termo de Posse nº 001/2013, no período de 03(três) dias, a partir de 05 de junho de 2019, os demais dias serão gozados em outra oportunidade.

Parágrafo único- O presente Ato Administrativo refere-se, ao período aquisitivo de 11 de março de 2013, Ato de Posse, a 10 de março de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta portaria, obedecerá à classificação própria do orçamento vigente

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cotriguaçu, 05 de junho de 2019.

VANILTON DE PAULA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu/MT

Registra-se, Publique-se

Marineide Krieser Vieira

Agente Administrativo

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

RESOLUÇÃO N° 02/2019

RESOLUÇÃO Nº 02/2019

EMENTA: "DISPÕE SOBRE REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDIVALDO GOMES, Presidente da Câmara Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1 - Os servidores públicos da Câmara Municipal de Terra Nova do Norte, ativos e inativos, do quadro efetivo e comissionado, terão revisão geral da remuneração, do subsídio, ou provento no percentual a ser apurado com base no IPCA acumulado no período relativo a 2018 a ser aplicado sobre os valores percebidos atualmente, em conformidade com a Lei Municipal n. º 1.060/2012.

§ 1º - Para efeito da aplicação do disposto no caput deste artigo, será observado o IPCA (IBGE) acumulado no período de 2018 no percentual de 3,75%.

§ 2º - A revisão de que trata o caput deste artigo vigorará a partir de 1º de maio de 2019.

Art.2º - A remuneração dos servidores fixada com base no salário mínimo nacional terá seus reajustes de acordo com o valor fixado em 1º de janeiro de 2019 pelo Governo Federal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência aos onze dias do mês de junho de 2019.

Ver. Edivaldo Gomes

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO. PARECER DE N° 31/2019 ÀS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2017

VOTOS DO RELATOR:

ROBERTO CARLOS RODRIGUES DE CARVALHO

Trata-se de parecer prévio exarado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no que tange as contas anuais de governo relativo ao exercício de 2017, de responsabilidade do Sr. Geraldo Martins da Silva, Prefeito do Município de Vale de São Domingos/MT.

O TCE/MT, após a análise sistemática e técnica das contas relativas ao exercício de 2017, emitiu parecer prévio nº 76/2018 – TP favorável a aprovação.

É o relatório. Voto.

O parecer técnico de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso promoveu a análise criteriosa das contas de governo do Poder Executivo Municipal.

No parecer exarado não foram constatadas irregularidades suficientes a reprovação das contas de governo, realizando o Tribunal de Contas digressões a respeito e recomendando a adoção de medidas necessárias a eficiência da gestão.

O Ministério Público de Contas, igualmente, também se manifestou favoravelmente a emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas de governo relativas ao exercício de 2017.

Dessa forma, em consonância com o parecer prévio nº 76/2018 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, emitimos parecer pela **APROVAÇÃO** das contas de governo da Prefeitura de Vale de São Domingos, relativo ao exercício de 2017, sob a gestão do Sr. Geraldo Martins da Silva, prefeito municipal, todavia determinando-se doravante adote as seguintes providências: a) realize ações de transparência e participação popular no exercício orçamentário e fiscal envolvendo a Controladoria Interna do Município, diante da relevância do seu papel sistêmico no subsídio à atuação da gestão municipal como um todo, nos termos dos arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49, da Lei Complementar nº 101/2000; b) publique o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal na imprensa oficial, em cumprimento ao art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e à Resolução de Consulta nº 05/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso; c) na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2019, em conjunto com o Poder Legislativo, reduza o percentual de autorização para abertura de créditos adicionais para o máximo de 15%; d) dê efetivo cumprimento aos ditames do Princípio da Publicidade, zelando pela transparência das informações em observância à Lei de Acesso à Informação; e) estabeleça e publique uma agenda anual de entregas necessárias à consolidação de seus instrumentos contábeis, cuja fiscalização simultânea é realizada pelo Tribunal de Contas do Estado, tendo por finalidade respaldar os atos do Município nos casos de entregas intempestivas das quais possam decorrer penalidades à gestão; f) elabore um Planejamento Estratégico com a definição de metas, estratégias, iniciativas, projetos e ações que visem aperfeiçoar a execução das políticas públicas de educação e saúde, para reverter os resultados negativos dos indicadores, em especial os que apresentaram piora nas médias nacional e estadual e, também, em relação ao próprio desempenho, em 2016, planejamento este que deverá ser comprovado na apreciação das contas de governo do exercício de 2018 do Município, especialmente no que se refere aos indicadores: na educação: 1) Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Matemática 4ª série/5º ano) inferior à média do Brasil (2016); 2) Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Português 4ª série/5º ano) inferior à média do Brasil (2016); 3) Proporção de escolas municipais com nota na

Prova Brasil (Matemática 8ª série/9º ano) inferior à média do Brasil (2016); e, 4) Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Português 8ª série/9º ano) inferior à média do Brasil (2016); na saúde: 1) Taxa de mortalidade neonatal precoce (2015); 2) Taxa de mortalidade infantil (2015); 3) Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal (2015); 4) Razão de exames citopatológicos cérvico-vaginais em mulheres de 25 a 59 anos na população feminina nessa faixa etária (2016); e, 5) Cobertura-imunizações: Pentavalente (2016).

Os demais integrantes das comissões votaram com o relator.

SENHORES VEREADORES,

ESTE É O PARECER

SALA DAS SESSÕES, 28 DE MAIO DE 2019.

PRESIDENTE: Roberto Carlos Rodrigues de Carvalho

Vice-Presidente: Leandro Azevedo da Cunha

Secretário: José Antônio Lopes

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2019, DE 10 DE JUNHO DE 2019.
"APROVA AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2017".

A Câmara de Vereadores de Vale de São Domingos, na forma do disposto no art. 108, inciso II, alínea *b* do Regimento Interno, **DECRETA**:

Art. 1º. Ficam **APROVADAS** as Contas Anuais de Governo do Poder Executivo de Vale de São Domingos/MT, relativas ao exercício de 2017, de responsabilidade do Sr. Geraldo Martins da Silva, prefeito municipal.

Art. 2º. Fica aprovado o Parecer Prévio nº 76/2018-TP, de lavra do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, mantendo-se as recomendações nele constantes e, consequentemente, determinando-se que o Poder Executivo doravante adote as seguintes providências: a) realize ações de transparência e participação popular no exercício orçamentário e fiscal envolvendo a Controladoria Interna do Município, diante da relevância do seu papel sistêmico no subsídio à atuação da gestão municipal como um todo, nos termos dos arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49, da Lei Complementar nº 101/2000; b) publique o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal na imprensa oficial, em cumprimento ao art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e à Resolução de Consulta nº 05/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso; c) na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2019, em conjunto com o Poder Legislativo, reduza o percentual de autorização para abertura de créditos adicionais para o máximo de 15%; d) dê efetivo cumprimento aos ditames do Princípio da Publicidade, zelando pela transparência das informações em observância à Lei de Acesso à Informação; e) estabeleça e publique uma agenda anual de entregas necessárias à consolidação de seus instrumentos contábeis, cuja fiscalização simultânea é realizada pelo Tribunal de Contas do Estado, tendo por finalidade respaldar os atos do Município nos casos de entregas intempestivas das quais possam decorrer penalidades à gestão; f) elabore um Planejamento Estratégico com a definição de metas, estratégias, iniciativas, projetos e ações que visem aperfeiçoar a execução das políticas públicas de educação e saúde, para reverter os resultados negativos dos indicadores, em especial os que apresentaram piora nas médias nacional e estadual e, também, em relação ao próprio desempenho, em 2016, planejamento este que deverá ser comprovado na apreciação das contas de governo do exercício de 2018 do Município, especialmente no que se refere aos indicadores: na educação: 1) Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Matemática 4ª série/5º ano) inferior à média do Brasil (2016); 2) Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Português 4ª série/5º ano) inferior à média do Brasil (2016); 3) Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Matemática 8ª série/9º ano) inferior à média do Brasil (2016); e, 4) Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Português 8ª série/9º ano) inferior à média do Brasil (2016); na saúde: 1) Taxa de mortalidade neonatal precoce (2015); 2) Taxa de mortalidade infantil (2015); 3) Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal (2015); 4) Razão de exames citopatológicos cérvico-vaginais em mulheres de 25 a 59 anos na população feminina nessa faixa etária (2016); e, 5) Cobertura-imunizações: Pentavalente (2016).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vale de São Domingos/MT, em 10 de junho de 2019.

Fábio dos Santos Bezerra

Presidente da Câmara de vereadores

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2019, DE 28 DE MAIO DE 2019.

"Aprova as Contas Anuais de Governo do Poder Executivo Municipal, relativo ao exercício de 2017".

A Câmara de Vereadores de Vale de São Domingos, na forma do disposto no art. 108, inciso II, alínea *b* do Regimento Interno, **DECRETA**:

Art. 1º. Ficam **APROVADAS** as Contas Anuais de Governo do Poder Executivo de Vale de São Domingos/MT, relativas ao exercício de 2017, de responsabilidade do Sr. Geraldo Martins da Silva, prefeito municipal.

Art. 2º. Fica aprovado o Parecer Prévio nº 76/2018-TP, de lavra do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, mantendo-se as reco-

mendações nele constantes e, consequentemente, determinando-se que o Poder Executivo doravante adote as seguintes providências: a) realize ações de transparência e participação popular no exercício orçamentário e fiscal envolvendo a Controladoria Interna do Município, diante da relevância do seu papel sistêmico no subsídio à atuação da gestão municipal como um todo, nos termos dos arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49, da Lei Complementar nº 101/2000; b) publique o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal na imprensa oficial, em cumprimento ao art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e à Resolução de Consulta nº 05/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso; c) na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2019, em conjunto com o Poder Legislativo, reduza o percentual de autorização para abertura de créditos adicionais para o máximo de 15%; d) dê efetivo cumprimento aos ditames do Princípio da Publicidade, zelando pela transparência das informações em observância à Lei de Acesso à Informação; e) estabeleça e publique uma agenda anual de entregas necessárias à consolidação de seus instrumentos contábeis, cuja fiscalização simultânea é realizada pelo Tribunal de Contas do Estado, tendo por finalidade respaldar os atos do Município nos casos de entregas intempestivas das quais possam decorrer penalidades à gestão; f) elabore um Planejamento Estratégico com a definição de metas, estratégias, iniciativas, projetos e ações que visem aperfeiçoar a execução das políticas públicas de educação e saúde, para reverter os resultados negativos dos indicadores, em especial os que apresentaram piora nas médias nacional e estadual e, também, em relação ao próprio desempenho, em 2016, planejamento este que deverá ser comprovado na apreciação das contas de governo do exercício de 2018 do Município, especialmente no que se refere aos indicadores: na educação: 1) Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Matemática 4ª série/5º ano) inferior à média do Brasil (2016); 2) Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Português 4ª série/5º ano) inferior à média do Brasil (2016); 3) Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Matemática 8ª série/9º ano) inferior à média do Brasil (2016); e, 4) Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Português 8ª série/9º ano) inferior à média do Brasil (2016); na saúde: 1) Taxa de mortalidade neonatal precoce (2015); 2) Taxa de mortalidade infantil (2015); 3) Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal (2015); 4) Razão de exames citopatológicos cérvico-vaginais em mulheres de 25 a 59 anos na população feminina nessa faixa etária (2016); e, 5) Cobertura-imunizações: Pentavalente (2016).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vale de São Domingos/MT, em 28 de maio de 2019.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Roberto Carlos Rodrigues de Carvalho

Vice-Presidente: Leandro Azevedo da Cunha

Secretário: José Antônio Lopes

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE

PORTARIA Nº. 006/2018 (RETIFICADA)

PORTARIA Nº. 006/2018 de 08 de novembro de 2018

Cria o Comitê Gestor para deliberar e acompanhar as metas propostas no Plano Operativo bem como as metas previstas no Convênio nº 003/2015, sexto aditivo.

Considerando deliberação constante em ata na reunião extraordinária do Consorcio Intermunicipal de Saúde do dia primeiro de novembro de dois mil e dezoito;

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Médio Norte Mato-grossense, sediado na Cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto do Consórcio;

RESOLVE

Art. 1º – Instituir o Comitê Gestor, no Hospital Regional de Barra do Bugres "Roosevelt Figueiredo Lira"**,** com atribuições para:

I – Elaborar e aprovar o Regimento Interno do Comitê, seguindo as normas previstas no Regimento Interno do Hospital, Regimento Interno e Estatuto do Consórcio;

II - **Elaboração de plano de ação e definição dos designados para execução das ações definidas;**

III - Monitoramento da execução e conclusão das ações corretivas propostas segundo cronograma definido pelo Comitê Gestor;

IV - Acompanhar as ações e procedimentos inerentes às propostas apresentadas no Plano Operativo Anual, parte integrante do convênio;

V – Apresentar ao Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde propostas de atos normativos, medidas administrativas e quaisquer outras ações complementares necessárias ao êxito da implantação dos serviços propostos no Plano Operativo;

Parágrafo único: O Comitê Gestor contará com o apoio técnico e Jurídico do Consorcio Intermunicipal de Saúde e institucional dos setores que serão envolvidos no processo.

Art. 2º - O Comitê Gestor será composto:

I – 01 (um) representante do Hospital Regional de Barra do Bugres "Roosevelt Figueiredo Lira" sendo: Diretora Administrativa – Jucélia Pereira Luz

II – 01 (um) representante da Secretaria Executiva do Consórcio, sendo: Secretário Executivo – Edson André Moura

III – 02 (dois) representantes dos Secretários Municipais de Saúde da Região Médio Norte Matogrossense, sendo: Cátia de Fátima Fernandes Silva Oda – Secretaria Municipal de Saúde de Barra do Bugres e Luís Fernando Ferreira Falcão – Secretário Municipal de Saúde de Nova Marilândia;

IV – 02 (dois) representantes da classe médica da Região Médio Norte Matogrossense, sendo: Dr. Ilmar Fernandes Carvalho e Marlon Muniz Marques;

V – 02 (dois) representantes dos Prefeitos da Região Médio Norte Matogrossense, sendo: Rafael Machado – Prefeito do Município de Campo Novo do Parecis e Presidente do Consórcio e José Mauro Figueiredo – Prefeito do Município de Arenápolis;

VI – 02 (dois) representantes da classe Jurídica da Região Médio Norte Matogrossense, sendo: Saulo Almeida Alves – Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres e Marli Guarnieri de Lima – Assessora Jurídica do Consorcio.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Médio Norte Matogrossense, ao nono dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito.

_____

RAFAEL MACHADO

Presidente do Consórcio

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI EXERCÍCIO 2019

CÓDIGO DA UNIDADE GESTORA: 1115831

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI EXERCÍCIO 2019

CONTROLE INTERNO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO MÉDIO NORTE MATO-GROSSENSE.

Estabelece o Plano Anual de Auditoria Interna - PAAI/2019, do CISMNORTE/MT, definindo os Procedimentos Metodológicos e Cronológicos e dá outras Providencias.

ALIANDRO PIOVEZAN GOMES, Controlador Interno do CISMNORTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o disposto nos artigos 31, 70 a 75 da Constituição Federal, Art. 52 da CE, combinado com o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 de 04.05.2000;

Considerando, que o Sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº. 4.320/64 Lei Complementar Federal nº. 101/2000, Lei Orgânica do Município e demais legislações, bem como as normas específicas do TCE/MT;

Considerando a Resolução Normativa Nº 26/2014 – TP. Altera a Resolução Normativa nº 33/2012, aprova os requisitos, o conceito e a estrutura da referência do sistema de controle interno dos fiscalizados, bem como estabelecer a competência da UCI para elaborar, aprovar, modificar, e executar o seu Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI;

Considerando que na elaboração do PAAI, além de contemplar auditorias de conformidade, a UCI deve considerar a realização de avaliação de avaliação de controles internos da organização, conforme disposto na Resolução Normativa n° 26/2014 – TP.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º – Estabelecer o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI do CISMNORTE, que consiste na análise e verificação sistemática dos atos e registros contábeis, orçamentários, financeiros, operacionais e patrimoniais, e da existência e adequação dos controles internos, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

§ 1º - A auditoria interna é executada através de projetos individualizados por área de atuação e consiste no exame das operações, atividades e sistemas de determinado órgão ou entidade e possui o objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais do auditado.

§ 2º - Na seleção das áreas e dos processos a serem auditados serão considerados os aspectos de materialidade, relevância, vulnerabilidade, falhas, erros e outras deficiências, bem como as recomendações do órgão de controle externo pendentes de implementação, quando existentes.

Parágrafo Único - A auditoria interna é executada por servidor do Controle Interno.

Art. 2º – O Plano Anual de Auditoria Interna obedecerá aos procedimentos previstos nos seguintes documentos:

I. Resolução Normativa Nº 26/2014;

II. Recomendações do TCE-MT;

III. Plano de Ação.

Art. 3º – O Programa Anual de Auditoria Interna (PAAI), em 2019, será realizado de 01 de fevereiro até 31 de dezembro de 2019 de acordo com a programação e entendimento do Controlador interno no anexo I.

Art. 4º - Ficam aprovados, na forma do anexo I, os Sistemas Administrativos fixados no cronograma de execução do Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2019.

Parágrafo Primeiro - O prazo de execução da Auditoria Interna será de 08/01/2019 a 31/12/2019 a critério Controlador Interno e da necessidade da Instituição;

Parágrafo Segundo – A Unidade de Controle Interno poderá, a qualquer tempo, requisitar informações ás unidades executora, independente dos prazos previstos no anexo I.

Parágrafo Terceiro – A recursa de informações ou o embaraço dos trabalhos da UCI deverá ser comunicado oficialmente ao Gestor e citada nos relatórios produzidos, podendo ainda o servidor causador do embaraço ou recusa ser responsabilizado na forma da lei.

Parágrafo Quarto – Os relatórios da UCI deverá ser elaboração conforme o entendimento e a necessidade nos achados pelo Controlador Interno.

Art. 5º - Este Plano Anual de Auditoria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tangará da Serra - MT, 03 de dezembro de 2018.

Aliandro Piovezan Gomes

Controlador Interno

ANEXO I

PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2019

SISTEMAS ADMINISTRATIVOS
SCI: Sistema de Controle Interno
SPA: Sistema de Controle Patrimonial
SPO: Sistema de Planejamento e Orçamento
SCOM: Sistema de Compras
SLI: Sistema de Licitação
SCO: Sistema de Contabilidade
SFI: Sistema Financeiro
SCC: Sistema de Celebração de Contratos
SRH: Sistema de Administração de Recursos Humanos
SIC: Sistema de Serviços de Informação ao Cidadão

EXTRATOS DE CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 007/2019

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2019

INEXIGIBILIDADE N.º 001/2019

OBJETO: CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas prestadores de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de Consultas Médica Especializada, Realização de Exames de Apoio Diagnóstico e Procedimentos Cirúrgicos.

CONTRATADO: RODNEY PEREIRA DO NASCIMENTO - EPP

CNPJ: 13.166.450/0001-09

VALOR ESTIMADO: R$ 206.455,16

PRAZO DE VIGENCIA: 06/06/2020 **DATA DA ASSINATURA:** 07/06/2019

CONTRATADO: HOSPITAL OTORRINO LTDA

CNPJ: 14.347.727/0001-54

VALOR ESTIMADO: R$ 356.910,87

PRAZO DE VIGENCIA: 06/06/2020 **DATA DA ASSINATURA:** 07/06/2019

CONTRATADO: DATA MED LTDA

CNPJ: 91.574.012/0001-85

VALOR ESTIMADO: R$ 547.466,70

PRAZO DE VIGENCIA: 06/06/2020 **DATA DA ASSINATURA:** 07/06/2019

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

ERRATA - TERMO DE RETIFICAÇÃO - EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 078-2018

ERRATA

TERMO DE RETIFICAÇÃO

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 078-2018

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto vem por meio deste retificar a publicação do dia 10/06/2019 do Diário Oficial

De Conta (TCE) página 20; a publicação do 07/06/2019 do Jornal Dos Municípios (AMM) página 07, quanto ao Extrato de Primeiro Termo Aditivo - Contrato nº 078-2018.

ONDE SE LER:

"CONTRATADO: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA".

"OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL, EM ATENDIMENTO AO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT."

LEIA-SE:

"CONTRATADO: M. DOS A. BATISTA COMERCIO – ME".

"OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP P 13, EM ATENDIMENTO AO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT."

Peixoto de Azevedo/MT, 11 de junho de 2019.

VIVIAN LUCAS CASSIANO

Presidente – CPL

ALINE VANESSA MOCHI

Secretária Executiva do CISVP

ERRATA - TERMO DE RETIFICAÇÃO - EXTRATO DE CONTRATO

ERRATA

TERMO DE RETIFICAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto vem por meio deste retificar a publicação do dia 10/06/2019 do Diário Oficial De Conta (TCE) página 19; a publicação do 06/06/2019 do Jornal Dos Municípios (AMM) página 07, quanto ao extrato de contrato.

ONDE SE LER: "EXTRATO DE CONTRATO Nº 060/2019".

LEIA-SE: "EXTRATO DE CONTRATO Nº 061/2019".

Peixoto de Azevedo/MT, 11 de junho de 2019.

VIVIAN LUCAS CASSIANO

Presidente – CPL

ALINE VANESSA MOCHI

Secretária Executiva do CISVP

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 072/2018

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 072/2018

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **TAVEIRA & DELAGIUSTINA LTDA – ME.**

OBJETO: Contratação de prestação de serviços médico especializado na área de Ginecologia e Obstetrícia, em atendimento ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, sendo prestado no Hospital Regional de Peixoto de Azevedo/MT.

VIGÊNCIA: 30/05**/2019 Á 01/08/2019**

VALOR: R$ 46.666,68

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003.33.90.34.00 "027"

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO NORTE ARAGUAIA

PORTARIA Nº 010/2019

PORTARIA Nº 010/2019

DE 03 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre a Exoneração da Sra. Eliane Lazzari, Secretária Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Norte Araguaia" – CIDESA e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Norte Araguaia", Senhor Daniel Rosa do Lago, no uso de suas atribuições legais e que lhe confere a Ata de Constituição:

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Sra. **ELIANE LAZZARI** portador da Cédula de Identidade RG sob nº 424 392 SSP/MT, e CPF sob o nº 514.251.901-97, o cargo de Secretária Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Norte Araguaia".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Publique-se.

Cumpra-se.

DANIEL ROSA DO LAGO

Presidente do CIDESA

"Norte Araguaia"

CONTRATO DE RATEIO Nº. 007/2019

CONTRATO DE RATEIO Nº. 007/2019

PRAZO: 03/01/19 A 31/12/2019

CONTRATADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

OBJETO: CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI FIRMAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL "NORTE ARAGUAIA"

VALOR PACTUADO: R$: 37.249,46

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL "NORTE ARAGUAIA" – CIDESA - NA

CONTRATO DE RATEIO Nº. 006/2019

CONTRATO DE RATEIO Nº. 006/2019

PRAZO: 03/01/19 A 31/12/2019

CONTRATADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

OBJETO: CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI FIRMAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL "NORTE ARAGUAIA"

VALOR PACTUADO: R$: 28.228,32

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL "NORTE ARAGUAIA" – CIDESA - NA

CONTRATO DE RATEIO Nº. 001/2019

CONTRATO DE RATEIO Nº. 001/2019

PRAZO: 03/01/19 A 31/12/2019

CONTRATADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

OBJETO: CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI FIRMAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL "NORTE ARAGUAIA"

VALOR PACTUADO: R$: 44.698,60

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL "NORTE ARAGUAIA" – CIDESA - NA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS

CONTRATANTE: ASSOCIACÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DE AGUA BOA, CNPJ: 27.129.506/0001-51.

CONTRATADA: NAVE BALADA PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA,CNPJ sob nº.: 26.715.926/0001-57.

OBJETO: Apresentação da dupla musical ZE NETO E CRISTIANO, na Cidade de Água Boa-MT, durante a 28ª Expovale.

DATA DA APRESENTAÇÃO:04/07/2019.

VALOR: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Água Boa, 11 de junho de 2019.

AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO E DE SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS

PROCESSO Nº. 054/2019

TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público aos participantes e demais interessados sobre a Tomada de Preço 002/2019, que após análises dos Recursos Administrativos interposto pelas empresas Continua Comércio e Serviços de Sinalização Eireli EPP, CNPJ: 01.967.727/0001-05 e M A Comercio e Serviços Eireli, CNPJ: 04.398.282/0001-88, contra sua inabilitação, decide reconhecer o recurso e julgá-lo procedente, **HABILITANDO** as empresas Continua Comércio e Serviços de Sinalização Eireli EPP, CNPJ: 01.967.727/0001-05 e M A Comercio e Serviços Eireli, CNPJ: 04.398.282/0001-88para a próxima fase do certame, alterando, assim, o resultado do Julgamento de Habilitação, publicado nos diários DOE, nº. 27507, AMM, nº. 3.231 e TCE-MT, nº. 1624.

Informamos ainda que a sessão para abertura dos envelopes de propostas de preço se realizará em:

Data: 14/06/2019.

Horário: 14h00min, horário de Brasília.

Local: Prefeitura Municipal de Água Boa, localizada na Avenida Planalto, 410, Centro.

Os autos do Processo encontram-se franqueados aos interessados.

Água Boa/MT, 11 de junho de 2019.

Vera Lúcia Fries

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PEDIDO DE LICENÇA DE PRÉVIA E INSTALAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, com **CNPJ: 15.023.898 / 0001-90,** torna público que Requereu junto ao **CODEMA** – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Médio Araguaia" a **LP** – Licença Prévia e **LI –** Licença de Instalação para Obras de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Superficial, no trecho da **Rua 2, Bairro Industrial com 428,61 metros,** localizada na Zona Urbana do Município de Água Boa – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 120 DE 05 DE JUNHO DE 2019.

"SUBSTITUI o responsável pela unidade de patrimônio da Prefeitura Municipal de Alto Garças e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO, que o Sr. Merques Aparecida Xavier encontra-se em gozo de férias no período de 01.06.2019 à 30.06.2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Administração, como responsável pela unidade de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Alto Garças entre no período de 01.06.2019 à 30.06.2019 em substituição ao servidor MERQUES APARECIDA XAVIER, por motivo de férias.

MARINÊS BONFIM CORREA RICO

RG nº 322812123 SSP/SP

CPF nº 317.067.988-06

Art. 2° - Esta Portaria produzirá retroativamente a 01 de Junho de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 05 de Junho de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E ABERTURA DE NOVO PRAZO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 073/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E

EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através da Comissão Permanente de Licitação, informa que na data prevista para abertura da sessão pública, no dia **10/06/2019 às 13h00**, não houve apresentação de propostas no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PONTE DE MADEIRA SOBRE O CÓRREGO DO CAFÉ, DE ACORDO COM PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL,** sendo a licitação declarada **DESERTA**. Portanto, REABRE-SE o prazo para nova sessão, a saber, no **dia 02/07/2019, 13h00min**, sem alterações nas cláusulas editalícias.A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br/Transparencia/Lic... e telefone (66) 3471 – 2450/3471 - 1155. Alto Garças - MT, 10 de junho de 2019. **Edi Batista Ribeiro de Miranda -** Presidente da CPL.

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 035 DE 03 DE JUNHO DE 2019

"Fixa para o exercício de 2019, data de vencimento, desconto em cota única, parcelamento e o valor de tarifa de expediente para lançamento dos tributos municipais e da outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei e tendo em vista o disposto na Lei Orgânica do Município em especial a Lei Complementar nº 002/2018 – Novo Código Tributário Municipal:

DECRETA:

Art. 1º - Os tributos municipais constantes neste decreto, terão seus lançamentos e a arrecadação efetuados através do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, no qual estarão indicados, entre outros elementos necessários, à perfeita identificação do tributo e seus elementos constitutivos, que serão efetuados o pagamento através das agencias financeiras credenciadas pela Administração Municipal.

Art. 2º - A Tarifa de Expediente terá seu valor de R$ 6,00 (seis reais), por unidade de lançamento dos tributos municipais constante neste decreto, que terá sua finalidade financeira em atender as despesas de custeio dos seguintes formulários: As emissões de Notificação de Lançamento e do Documento de Arrecadação Municipal – DAM e demais atos administrativos.

Art. 3º - No caso do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, os contribuintes terão benefícios fiscais acumulados quando enquadrado nas condições estabelecidas no Novo Código Tributário Municipal e ter seu pagamento efetuado nas seguintes condições:

I - Pagamento em cota única até o vencimento ou com benefícios fiscais acumulados em 20% (vinte) por cento quando enquadrado nas condições que seguem:

a) 05% (cinco por cento), com pagamento em cota única até a data do vencimento;

b) 15% (quinze por cento), como abono de adimplência com os tributos municipais;

II) Das datas de vencimentos que seguem:

a) Cota única em 10/08/2019, ou;

b) Primeira parcela em 10/08/2019;

c) Segunda parcela em 10/09/2019;

d) Terceira parcela em 10/10/2019;

e) Quarta parcela em 10/11/2019; f) Quinta parcela em 10/12/2019;

§ 1º - Nenhuma parcela constante no caput deste artigo poderá ser inferior a 0,47 (quarenta e sete décimo) da UFAG – Unidade Fiscal de Alto Garças.

§ 2º - É permitido ao contribuinte inadimplente em até 10 (dez) parcelas consecutivas, nas condições que seguem:

a) Contribuinte Pessoa Física, desde que, nenhuma parcela seja inferior a 1,00 (uma) UFAG;

b) Contribuinte Pessoa Jurídica, desde que, nenhuma parcela seja inferior a 2,00 (duas) UFAG;

§ 3º - Para que o contribuinte possa ser beneficiário do parcelamento constante no parágrafo anterior, é obrigatório a assinatura de contrato de parcelamento de débito inscrito ou não em dívida ativa, bem como efetuar o pagamento da primeira parcela.

§ 4º - No caso de haver contrato de parcelamento em vigor e estando em dia com a sua obrigação tributária, o contribuinte terá o mesmo benefício, ficando excluso os débitos que estejam em processo de execução judicial.

§ 5º - O atraso do pagamento de 03 (três) parcelas consecutivas acarretará automaticamente o cancelamento do Termo de Parcelamento, importando no vencimento antecipado das demais parcelas e na imediata cobrança do crédito, ficando proibida sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito, ressalvando quando, na perca de emprego ou saúde, mediante a devida comprovação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 03 de Junho de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/19

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 077/2019

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Tipo Menor Preço Por Item, no **dia 26 de junho de 2019, às 13:00h (horário de Mato Grosso)**, **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BEBETECA E BRINQUEDO EDUCATIVO E RECREATIVO PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br/Transparencia/Lic... ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155 das 13h00 às 18h00. Alto Garças - MT, 11 de Junho de 2019. Alessandra da Silva Dias – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/19

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 076/2019

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Tipo Menor Preço Por Item, no **dia 26 de junho de 2019, às 08:30h (horário de Mato Grosso)**, **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIDROS, PARA ATENDIMENTO À DEMANDA DAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO,** de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br/Transparencia/Lic... ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155 das 13h00 às 18h00. Alto Garças - MT, 11 de Junho de 2019. Alessandra da Silva Dias – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

DECRETO Nº 175/2019 DE 11 DE JUNHO DE 2019

DECRETO Nº 175/2019 de 11 de JUNHO de 2019

Retificando o DECRETO Nº 160/2019 de 24 de Abril de 2019

"Nomeia os membros do Conselho Municipal de Manutenção Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério - FUNDEB, e dá outras Providências"

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai-MT, no uso das atribuições que lhe confere Seção IV Artigo 76 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Nomear membros do **Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica/FUNDEB** do município de Alto Paraguai-MT, para o biênio 2019/2021, que passa ter as seguintes representações dos Estudantes Secundaristas:

VIII - Representantes dos Estudantes Secundaristas:

Titular: Rafaela Pereira de Araújo

Suplente: Silvia Letícia de Deus

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;

Registra-se;

Cumpre-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI-MT, **11 DE JUNHO DE 2019.**

Diane Vieira Vasconcellos Alves

Prefeita Municipal de Alto Paraguai-MT.

Patrícia Siqueira May

Secretária Municipal de Educação

LICITACAO CPL

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO N. 004/2019

O Município de Alto Paraguai - MT, por meio da Presidente da Comissão Permanente da Licitação (CPL) nomeada pela **Portaria n. 157/2019**, torna público, para conhecimento dos interessados, fará realizar licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM SUPERFICIAL DE ÁGUAS PLUVIAIS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PASSEIO PÚBLICO EM VIAS URBANAS NAS RUAS CASTELO BRANCO E FERNANDO CORRÊA DA COSTA, conforme o convenio nº803782/2014.**

A abertura dos envelopes se dará em sessão pública do **dia 27 de Junho de 2019, às 09h00min** (fuso horário local). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – Setor de Licitação, nos dias úteis das 07h00min às 13h00min, sito à Avenida Presidente Médici, 470, Bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, e também no site: www.altoparaguai.mt.gov.br.

Alto Paraguai - MT, 11 de Junho de 2019.

DIRCE LEMES DE ARAÚJO

Presidente de CPL

DECRETO N.º 002/2019 DE 05 DE JUNHO DE 2019.

DECRETO N.º 002/2019 de 05 de Junho de 2019.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI-MT, no uso das atribuição que lhe é conferida por Lei municipal 426/2015, torna público através do presente **EDITAL**, relação nominal dos inscritos para participar da prova de conhecimento Específico, que estarão concorrendo ao cargo de Conselheiro Tutelar do Município de Alto Paraguai – MT, para o Quadriênio 2020 a 2024.

Abaixo Relacionados;

1- ERICA PATRICIA DOS SANTOS –CPF – 039-364-431-65

2-DIELI FERREIRA LORIN – CPF -060-420-871-50

3-MARICÉIA MENDES DE A. ARAÚJO –CPF -030-151-621-95

4-JOELMA SOARES DA SILVA – CPF – 522-473-171-20

5-GISLAINE DA SILVA FARIA – CPF – 027-528-451-46

6-MARIA CARMELITA OLIVEIRA DA SILVA –CPF – 007-250-511-75

7-ANTONIA LOPES DE ALMEIDA CALVO – CPF – 503-021-081-49

8-ELISANA FERREIRA ALVES – CPF – 019-977-621-02

9-EDENIL LARA DA SILVA – CPF – 013-195-091-69

10-JHONATAN WILLIAN M. DA SILVA –CPF – 057-362-271-00

11-SIMONI SILVA S. DE ARAUJO – CPF- 024-314-951-40

12-EUNICE RODRIGUES TANAN- CPF – 651-865-161-04

13-DILMAR MASSINIO MALAQUIAS – CPF – 020-843-578-61

14-AGATHA DAMIANE DOS SANTOS – CPF-463-436-428-03

15-LUCIANA D .A .ALMEIDA – CPF – 835-137-951-49

16-ARLETE DA SILVA PAES – CPF- 010-018/-621-12

17-ELI REGINA DA COSTA – CPF – 969-466281-87

18-KEILA CRISTINA F. TANAN – CPF- 958-721-831-00

19-JOSYANE SOUZA ORMOND- CPF – 024-928-341-74

20-JOSIANE DA SILVA SANTANA – CPF – 946-899-621-20

21-EDEMILSON YAMAGUTI- -CPF – 161-822-288-06

22-JUSCANI NEVES DA SILVA – CPF -433-011-001-63

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Alto Paraguai, em 05 de Junho de 2019.

GELSO FRANCISCO PEREIRA

PRESIDENTE DO CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SIMPLIFICADO - 1º BIMESTRE 2019

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	56.847.438,65	56.847.438,65	8.940.910,16	15,73	8.940.910,16	15,73	47.906.528,49
RECEITAS CORRENTES	47.147.438,65	47.147.438,65	8.930.910,16	18,94	8.930.910,16	18,94	38.216.528,49
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.724.176,00	5.724.176,00	930.585,99	16,26	930.585,99	16,26	4.793.590,01
Impostos	5.014.176,00	5.014.176,00	659.009,37	13,14	659.009,37	13,14	4.355.166,63
Taxas	710.000,00	710.000,00	271.576,62	38,25	271.576,62	38,25	438.423,38
Contribuição de Melhoria							0,00
CONTRIBUIÇÕES	280.000,00	280.000,00	233.513,99	83,40	233.513,99	83,40	46.486,01
Contribuições Sociais							0,00
Contribuições Econômicas							0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	280.000,00	280.000,00	233.513,99	83,40	233.513,99	83,40	46.486,01
RECEITA PATRIMONIAL	285.000,00	285.000,00	73.175,89	25,68	73.175,89	25,68	211.824,11
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							0,00
Valores Mobiliários	285.000,00	285.000,00	73.175,89	25,68	73.175,89	25,68	211.824,11
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							0,00
Exploração de Recursos Naturais							0,00
Exploração do Patrimônio Intangível							0,00
Cessão de Direitos							0,00
Demais Receitas Patrimoniais							0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA							0,00
RECEITA INDUSTRIAL							0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	951.500,00	951.500,00	177.026,41	18,60	177.026,41	18,60	774.473,59
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	951.000,00	951.000,00	177.026,41	18,61	177.026,41	18,61	773.973,59
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							0,00
Serviços e Atividades Financeiras							0,00
Outros Serviços	500,00	500,00		0,00		0,00	500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	39.698.762,65	39.698.762,65	7.450.110,64	18,77	7.450.110,64	18,77	32.248.652,01
Transferências da União e de suas Entidades	10.360.951,59	10.360.951,59	1.894.897,09	18,29	1.894.897,09	18,29	8.466.054,50
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	23.937.811,06	23.937.811,06	4.432.273,48	18,52	4.432.273,48	18,52	19.505.537,58
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	5.400.000,00	5.400.000,00	1.122.940,07	20,80	1.122.940,07	20,80	4.277.059,93
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	208.000,00	208.000,00	66.497,24	31,97	66.497,24	31,97	141.502,76
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	100.000,00	100.000,00	49.315,84	49,32	49.315,84	49,32	50.684,16
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							0,00
Demais Receitas Correntes	108.000,00	108.000,00	17.181,40	15,91	17.181,40	15,91	90.818,60

Documento gerado em 01/04/2019 15:42:40

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	9.700.000,00	9.700.000,00	10.000,00	0,10	10.000,00	0,10	9.690.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							0,00
Alienação de Bens Imóveis							0,00
Alienação de Bens Intangíveis							0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.700.000,00	9.700.000,00	10.000,00	0,10	10.000,00	0,10	9.690.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	9.700.000,00	9.700.000,00		0,00		0,00	9.700.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			10.000,00		10.000,00		-10.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							0,00
Resgate de Títulos do Tesouro							0,00
Demais Receitas de Capital							0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	56.847.438,65	56.847.438,65	8.940.910,16	15,73	8.940.910,16	15,73	47.906.528,49
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	56.847.438,65	56.847.438,65	8.940.910,16	15,73	8.940.910,16	15,73	47.906.528,49
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	56.847.438,65	56.847.438,65	8.940.910,16	15,73	8.940.910,16	15,73	47.906.528,49
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	50.952.438,65	53.009.031,95	19.573.335,60	19.573.335,60	33.435.696,35	6.371.310,66	6.371.310,66	46.637.721,29	5.482.500,68	0,00
DESPESAS CORRENTES	38.322.649,98	38.322.649,98	12.570.479,17	12.570.479,17	25.752.170,81	6.205.225,66	6.205.225,66	32.117.424,32	5.382.892,88	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.614.052,49	20.801.895,99	4.287.794,66	4.287.794,66	16.514.101,33	4.287.794,67	4.287.794,67	16.514.101,32	3.982.235,99	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					0,00			0,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.708.597,49	17.520.753,99	8.282.684,51	8.282.684,51	9.238.069,48	1.917.430,99	1.917.430,99	15.603.323,00	1.400.656,89	
DESPESAS DE CAPITAL	12.029.788,67	14.086.381,97	7.002.856,43	7.002.856,43	7.083.525,54	166.085,00	166.085,00	13.920.296,97	99.607,80	0,00
INVESTIMENTOS	12.028.188,67	14.084.781,97	7.002.856,43	7.002.856,43	7.081.925,54	166.085,00	166.085,00	13.918.696,97	99.607,80	
INVERSÕES FINANCEIRAS					0,00			0,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.600,00	1.600,00			1.600,00			1.600,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	600.000,00	600.000,00			600.000,00			600.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)					0,00			0,00		
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	50.952.438,65	53.009.031,95	19.573.335,60	19.573.335,60	33.435.696,35	6.371.310,66	6.371.310,66	46.637.721,29	5.482.500,68	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Outras Dívidas					0,00			0,00		
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Outras Dívidas					0,00			0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	50.952.438,65	53.009.031,95	19.573.335,60	19.573.335,60	33.435.696,35	6.371.310,66	6.371.310,66	46.637.721,29	5.482.500,68	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	50.952.438,65	53.009.031,95	19.573.335,60	19.573.335,60		6.371.310,66	6.371.310,66		5.482.500,68	0,00
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	50.952.438,65	53.009.031,95	19.573.335,60	19.573.335,60	100,00	33.435.696,35	6.371.310,66	6.371.310,66	100,00	46.637.721,29	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Controle Externo					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU03 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração	9.805.963,85	9.804.963,85	3.374.137,14	3.374.137,14	17,24	6.430.826,71	1.771.177,48	1.771.177,48	27,80	8.033.786,37	0,00
Planejamento e Orçamento					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU04 - Administração Geral	8.620.874,41	8.600.355,10	2.516.723,67	2.516.723,67	12,86	6.083.631,43	1.329.765,39	1.329.765,39	20,87	7.270.589,71	
Administração Financeira	151.000,00	170.519,31	169.519,31	169.519,31	0,87	1.000,00	169.369,31	169.369,31	2,66	1.150,00	
Controle Interno	299.250,00	299.250,00	299.250,00	299.250,00	1,53	0,00	60.000,00	60.000,00	0,94	239.250,00	
Normatização e Fiscalização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Tecnologia da Informação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ordenamento Territorial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Formação de Recursos Humanos	31.500,00	31.500,00			0,00	31.500,00			0,00	31.500,00	
Administração de Receitas	703.339,44	703.339,44	388.644,16	388.644,16	1,99	314.695,28	212.042,78	212.042,78	3,33	491.296,66	
Administração de Concessões					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicação Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU04 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Naval					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Terrestre					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Segurança Pública	157.500,00	157.500,00	14.300,00	14.300,00	0,07	143.200,00	0,00	0,00	0,00	157.500,00	0,00
Policiamento	157.500,00	157.500,00	14.300,00	14.300,00	0,07	143.200,00			0,00	157.500,00	
Defesa Civil					0,00	0,00			0,00	0,00	
Informação e Inteligência					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Cooperação Internacional					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência Social	2.305.375,00	2.315.375,00	561.122,54	561.122,54	2,87	1.754.252,46	387.977,72	387.977,72	6,09	1.927.397,28	0,00
Assistência ao Idoso	183.350,00	193.350,00	12.874,25	12.874,25	0,07	180.475,75	6.775,20	6.775,20	0,11	186.574,80	
Assistência ao Portador de Deficiência					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	25.200,00	25.200,00	1.232,40	1.232,40	0,01	23.967,60	850,00	850,00	0,01	24.350,00	
Assistência Comunitária					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU08 - Demais Subfunções	2.096.825,00	2.096.825,00	547.015,89	547.015,89	2,79	1.549.809,11	380.352,52	380.352,52	5,97	1.716.472,48	
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Complementar					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saúde	7.989.443,97	8.217.164,30	2.579.518,10	2.579.518,10	13,18	5.637.646,20	1.358.163,06	1.358.163,06	21,32	6.859.001,24	0,00
Atenção Básica	2.854.524,00	2.854.524,00	791.424,67	791.424,67	4,04	2.063.099,33	598.789,91	598.789,91	9,40	2.255.734,09	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.154.819,20	3.391.822,89	1.111.210,58	1.111.210,58	5,68	2.280.612,31	376.313,34	376.313,34	5,91	3.015.509,55	
Suporte Profilático e Terapêutico	78.424,20	78.424,20	5.162,00	5.162,00	0,03	73.262,20			0,00	78.424,20	
Vigilância Sanitária	92.000,00	92.000,00	63.384,00	63.384,00	0,32	28.616,00	4.667,00	4.667,00	0,07	87.333,00	
Vigilância Epidemiológica	104.063,23	96.487,03	55.842,11	55.842,11	0,29	40.644,92	7.314,30	7.314,30	0,11	89.172,73	
Alimentação e Nutrição					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	1.705.613,34	1.703.906,18	552.494,74	552.494,74	2,82	1.151.411,44	371.078,51	371.078,51	5,82	1.332.827,67	
FU10 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Trabalho	562.840,00	562.840,00	562.840,00	562.840,00	2,88	0,00	127.160,55	127.160,55	2,00	435.679,45	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	562.840,00	562.840,00	562.840,00	562.840,00	2,88	0,00	127.160,55	127.160,55	2,00	435.679,45	
Relações de Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
Empregabilidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação	11.480.867,50	11.686.132,39	3.154.186,32	3.154.186,32	16,11	8.531.946,07	2.169.967,09	2.169.967,09	34,06	9.516.165,30	0,00
Ensino Fundamental	7.093.111,43	7.286.623,25	1.755.454,95	1.755.454,95	8,97	5.531.168,30	1.228.455,59	1.228.455,59	19,28	6.058.167,66	
Ensino Médio					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Profissional					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Superior	375.400,00	375.400,00	343.200,00	343.200,00	1,75	32.200,00	31.200,00	31.200,00	0,49	344.200,00	
Educação Infantil	3.638.900,00	3.650.653,07	989.671,95	989.671,95	5,06	2.660.981,12	886.889,75	886.889,75	13,92	2.763.763,32	
Educação de Jovens e Adultos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU12 - Demais Subfunções	373.456,07	373.456,07	65.859,42	65.859,42	0,34	307.596,65	23.421,75	23.421,75	0,37	350.034,32	
Cultura	695.925,00	685.925,00	31.079,78	31.079,78	0,16	654.845,22	5.041,30	5.041,30	0,08	680.883,70	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão Cultural	695.925,00	685.925,00	31.079,78	31.079,78	0,16	654.845,22	5.041,30	5.041,30	0,08	680.883,70	
FU13 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções	5.000,00	5.000,00			0,00	5.000,00			0,00	5.000,00	
Urbanismo	9.483.250,00	9.483.250,00	7.399.859,29	7.399.859,29	37,81	2.083.390,71	197.997,49	197.997,49	3,11	9.285.252,51	0,00
Infra-Estrutura Urbana	6.152.000,00	6.147.000,00	5.203.657,41	5.203.657,41	26,59	943.342,59	5.704,00	5.704,00	0,09	6.141.296,00	
Serviços Urbanos	3.331.250,00	3.336.250,00	2.196.201,88	2.196.201,88	11,22	1.140.048,12	192.293,49	192.293,49	3,02	3.143.956,51	
Transportes Coletivos Urbanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU15 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Habitação	225.210,00	225.210,00	5.478,48	5.478,48	0,03	219.731,52	2.413,00	2.413,00	0,04	222.797,00	0,00
Habitação Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	225.210,00	225.210,00	5.478,48	5.478,48	0,03	219.731,52	2.413,00	2.413,00	0,04	222.797,00	
FU16 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento	4.218.100,00	4.642.708,08	371.806,50	371.806,50	1,90	4.270.901,58	128.221,04	128.221,04	2,01	4.514.487,04	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	4.218.100,00	4.642.708,08	371.806,50	371.806,50	1,90	4.270.901,58	128.221,04	128.221,04	2,01	4.514.487,04	
FU17 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU17 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Gestão Ambiental	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental					0,00	0,00			0,00	0,00	
Controle Ambiental	1.000,00	1.000,00			0,00	1.000,00			0,00	1.000,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	1.000,00	1.000,00			0,00	1.000,00			0,00	1.000,00	
Recursos Hídricos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Meteorologia					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU18 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Agricultura	449.450,00	449.450,00	0,00	0,00	0,00	449.450,00	0,00	0,00	0,00	449.450,00	0,00
Abastecimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Extensão Rural	49.450,00	49.450,00			0,00	49.450,00			0,00	49.450,00	
Irrigação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU20 - Demais Subfunções	400.000,00	400.000,00			0,00	400.000,00			0,00	400.000,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Colonização					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Indústria	36.500,00	36.500,00	0,00	0,00	0,00	36.500,00	0,00	0,00	0,00	36.500,00	0,00
Promoção Industrial	36.500,00	36.500,00			0,00	36.500,00			0,00	36.500,00	
Produção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Mineração					0,00	0,00			0,00	0,00	
Propriedade Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Normalização e Qualidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio e Serviços	61.500,00	61.500,00	0,00	0,00	0,00	61.500,00	0,00	0,00	0,00	61.500,00	0,00
Promoção Comercial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comercialização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio Exterior					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviços Financeiros					0,00	0,00			0,00	0,00	
Turismo	61.500,00	61.500,00			0,00	61.500,00			0,00	61.500,00	
FU23 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Telecomunicações					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	

Documento gerado em 01/04/2019 15:42:40

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Energia	280.000,00	1.480.000,00	1.214.117,00	1.214.117,00	6,20	265.883,00	0,00	0,00	0,00	1.480.000,00	0,00
Conservação de Energia	279.000,00	279.000,00	14.117,00	14.117,00	0,07	264.883,00			0,00	279.000,00	
Energia Elétrica	1.000,00	1.201.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	6,13	1.000,00			0,00	1.201.000,00	
Combustíveis Minerais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Biocombustíveis					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte	1.989.750,00	1.989.750,00	196.027,65	196.027,65	1,00	1.793.722,35	155.161,60	155.161,60	2,44	1.834.588,40	0,00
Transporte Aéreo	2.000,00	2.000,00			0,00	2.000,00			0,00	2.000,00	
Transporte Rodoviário	1.987.750,00	1.987.750,00	196.027,65	196.027,65	1,00	1.791.722,35	155.161,60	155.161,60	2,44	1.832.588,40	
Transporte Ferroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Hidroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transportes Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto e Lazer	602.163,33	602.163,33	108.862,80	108.862,80	0,56	493.300,53	68.030,33	68.030,33	1,07	534.133,00	0,00
Desporto de Rendimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto Comunitário	602.163,33	602.163,33	108.862,80	108.862,80	0,56	493.300,53	68.030,33	68.030,33	1,07	534.133,00	
Lazer					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU27 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU27 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Encargos Especiais	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	1.600,00	1.600,00			0,00	1.600,00			0,00	1.600,00	
Serviço da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transferências					0,00	0,00			0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU28 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Reserva de Contingência	600.000,00	600.000,00				600.000,00				600.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					0,00	0,00			0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	50.952.438,65	53.009.031,95	19.573.335,60	19.573.335,60	100,00	33.435.696,35	6.371.310,66	6.371.310,66	100,00	46.637.721,29	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∎ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∎ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SIMPLIFICADO - 2º BIMESTRE 2019

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	56.852.438,65	56.852.438,65	7.893.830,93	13,88	16.862.126,82	29,66	39.990.311,83
RECEITAS CORRENTES	47.147.438,65	47.147.438,65	7.875.830,93	16,70	16.834.126,82	35,71	30.313.311,83
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.724.176,00	5.724.176,00	749.125,07	13,09	1.707.096,79	29,82	4.017.079,21
Impostos	5.014.176,00	5.014.176,00	586.530,01	11,70	1.272.925,11	25,39	3.741.250,89
Taxas	710.000,00	710.000,00	162.595,06	22,90	434.171,68	61,15	275.828,32
Contribuição de Melhoria							0,00
CONTRIBUIÇÕES	280.000,00	280.000,00	77.412,02	27,65	310.926,01	111,05	-30.926,01
Contribuições Sociais							0,00
Contribuições Econômicas							0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	280.000,00	280.000,00	77.412,02	27,65	310.926,01	111,05	-30.926,01
RECEITA PATRIMONIAL	285.000,00	285.000,00	64.417,76	22,60	137.593,65	48,28	147.406,35
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							0,00
Valores Mobiliários	285.000,00	285.000,00	64.417,76	22,60	137.593,65	48,28	147.406,35
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							0,00
Exploração de Recursos Naturais							0,00
Exploração do Patrimônio Intangível							0,00
Cessão de Direitos							0,00
Demais Receitas Patrimoniais							0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA							0,00
RECEITA INDUSTRIAL							0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	951.500,00	951.500,00	205.465,39	21,59	382.491,80	40,20	569.008,20
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	951.500,00	951.500,00	205.465,39	21,59	382.491,80	40,20	569.008,20
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							0,00
Serviços e Atividades Financeiras							0,00
Outros Serviços							0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	39.698.762,65	39.698.762,65	6.714.148,23	16,91	14.163.620,26	35,68	25.535.142,39
Transferências da União e de suas Entidades	10.360.951,59	10.360.951,59	1.606.997,81	15,51	3.501.256,29	33,79	6.859.695,30
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	23.937.811,06	23.937.811,06	4.104.811,80	17,15	8.537.085,28	35,66	15.400.725,78
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	5.400.000,00	5.400.000,00	1.002.338,62	18,56	2.125.278,69	39,36	3.274.721,31
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	208.000,00	208.000,00	65.262,46	31,38	132.398,31	63,65	75.601,69
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	100.000,00	100.000,00	59.898,61	59,90	109.214,45	109,21	-9.214,45
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							0,00
Demais Receitas Correntes	108.000,00	108.000,00	5.363,85	4,97	23.183,86	21,47	84.816,14

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	9.705.000,00	9.705.000,00	18.000,00	0,19	28.000,00	0,29	9.677.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							0,00
Alienação de Bens Imóveis							0,00
Alienação de Bens Intangíveis							0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.705.000,00	9.705.000,00	18.000,00	0,19	28.000,00	0,29	9.677.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	9.700.000,00	9.700.000,00	18.000,00	0,19	18.000,00	0,19	9.682.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	5.000,00	5.000,00		0,00	10.000,00	200,00	-5.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							0,00
Resgate de Títulos do Tesouro							0,00
Demais Receitas de Capital							0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	56.852.438,65	56.852.438,65	7.893.830,93	13,88	16.862.126,82	29,66	39.990.311,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	56.852.438,65	56.852.438,65	7.893.830,93	13,88	16.862.126,82	29,66	39.990.311,83
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	56.852.438,65	56.852.438,65	7.893.830,93	13,88	16.862.126,82	29,66	39.990.311,83
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	53.524.031,95	53.524.031,95	11.232.780,92	30.806.116,53	22.717.915,42	8.096.445,17	14.467.755,83	39.056.276,12	13.521.156,37	0,00
DESPESAS CORRENTES	38.637.262,41	38.637.262,41	6.827.870,68	19.398.349,86	19.238.912,55	7.065.472,84	13.270.698,50	25.366.563,91	12.663.819,44	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.801.895,99	20.801.895,99	4.287.394,00	8.575.188,67	12.226.707,32	4.287.394,00	8.575.188,67	12.226.707,32	8.243.033,75	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					0,00			0,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.835.366,42	17.835.366,42	2.540.476,68	10.823.161,19	7.012.205,23	2.778.078,84	4.695.509,83	13.139.856,59	4.420.785,69	
DESPESAS DE CAPITAL	14.859.183,68	14.859.183,68	4.404.910,24	11.407.766,67	3.451.417,01	1.030.972,33	1.197.057,33	13.662.126,35	857.336,93	0,00
INVESTIMENTOS	14.837.483,26	14.837.483,26	4.383.209,82	11.386.066,25	3.451.417,01	1.009.271,91	1.175.356,91	13.662.126,35	835.636,51	
INVERSÕES FINANCEIRAS					0,00			0,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	21.700,42	21.700,42	21.700,42	21.700,42	0,00	21.700,42	21.700,42	0,00	21.700,42	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	27.585,86	27.585,86			27.585,86			27.585,86		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)					0,00			0,00		
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	53.524.031,95	53.524.031,95	11.232.780,92	30.806.116,53	22.717.915,42	8.096.445,17	14.467.755,83	39.056.276,12	13.521.156,37	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Outras Dívidas					0,00			0,00		
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Outras Dívidas					0,00			0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	53.524.031,95	53.524.031,95	11.232.780,92	30.806.116,53	22.717.915,42	8.096.445,17	14.467.755,83	39.056.276,12	13.521.156,37	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	53.524.031,95	53.524.031,95	11.232.780,92	30.806.116,53		8.096.445,17	14.467.755,83		13.521.156,37	0,00
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	50.952.438,65	53.524.031,95	30.806.116,53	30.806.116,23	100,00	22.717.915,72	14.467.755,83	13.277.575,42	100,00	40.246.456,53	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Controle Externo					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU03 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração	9.805.963,85	10.211.078,06	5.311.224,54	5.311.224,54	17,24	4.899.853,52	3.684.525,06	3.684.525,06	27,75	6.526.553,00	0,00
Planejamento e Orçamento					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU04 - Administração Geral	8.620.874,41	8.565.071,39	3.895.600,17	3.895.600,17	12,65	4.669.471,22	2.747.305,29	2.747.305,29	20,69	5.817.766,10	
Administração Financeira	151.000,00	611.917,23	611.144,23	611.144,23	1,98	773,00	389.519,31	389.519,31	2,93	222.397,92	
Controle Interno	299.250,00	299.250,00	299.250,00	299.250,00	0,97	0,00	130.000,00	130.000,00	0,98	169.250,00	
Normatização e Fiscalização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Tecnologia da Informação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ordenamento Territorial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Formação de Recursos Humanos	31.500,00	31.500,00	11.299,08	11.299,08	0,04	20.200,92	11.299,08	11.299,08	0,09	20.200,92	
Administração de Receitas	703.339,44	703.339,44	493.931,06	493.931,06	1,60	209.408,38	406.401,38	406.401,38	3,06	296.938,06	
Administração de Concessões					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicação Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU04 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Naval					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Terrestre					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Segurança Pública	157.500,00	157.500,00	14.300,00	14.300,00	0,05	143.200,00	3.900,00	3.900,00	0,03	153.600,00	0,00
Policiamento	157.500,00	157.500,00	14.300,00	14.300,00	0,05	143.200,00	3.900,00	3.900,00	0,03	153.600,00	
Defesa Civil					0,00	0,00			0,00	0,00	
Informação e Inteligência					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Cooperação Internacional					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência Social	2.305.375,00	2.318.175,00	1.000.583,04	1.000.583,04	3,25	1.317.591,96	825.321,65	825.321,65	6,22	1.492.853,35	0,00
Assistência ao Idoso	183.350,00	193.350,00	35.195,39	35.195,39	0,11	158.154,61	27.337,15	27.337,15	0,21	166.012,85	
Assistência ao Portador de Deficiência					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	25.200,00	25.200,00	20.804,81	20.804,81	0,07	4.395,19	6.042,81	6.042,81	0,05	19.157,19	
Assistência Comunitária					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU08 - Demais Subfunções	2.096.825,00	2.099.825,00	944.582,84	944.582,84	3,07	1.155.042,16	791.941,69	791.941,69	5,96	1.307.883,31	
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Complementar					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saúde	7.989.443,97	8.220.210,10	4.156.077,58	4.156.077,58	13,49	4.064.132,52	3.111.358,23	1.921.177,82	14,47	6.299.032,28	0,00
Atenção Básica	2.854.524,00	2.853.784,00	1.359.807,00	1.359.807,00	4,41	1.493.977,00	1.190.180,41		0,00	2.853.784,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.154.819,20	3.289.690,69	1.676.837,54	1.676.837,54	5,44	1.612.853,15	1.076.386,37	1.076.386,37	8,11	2.213.304,32	
Suporte Profilático e Terapêutico	78.424,20	78.424,20	32.518,70	32.518,70	0,11	45.905,50	1.270,00	1.270,00	0,01	77.154,20	
Vigilância Sanitária	92.000,00	197.918,00	64.650,27	64.650,27	0,21	133.267,73	22.254,00	22.254,00	0,17	175.664,00	
Vigilância Epidemiológica	104.063,23	96.487,03	60.375,27	60.375,27	0,20	36.111,76	19.063,61	19.063,61	0,14	77.423,42	
Alimentação e Nutrição					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	1.705.613,34	1.703.906,18	961.888,80	961.888,80	3,12	742.017,38	802.203,84	802.203,84	6,04	901.702,34	
FU10 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Trabalho	562.840,00	562.840,00	562.840,00	562.840,00	1,83	0,00	203.568,46	203.568,46	1,53	359.271,54	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	562.840,00	562.840,00	562.840,00	562.840,00	1,83	0,00	203.568,46	203.568,46	1,53	359.271,54	
Relações de Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
Empregabilidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação	11.480.867,50	11.682.596,10	5.469.803,23	5.469.803,23	17,76	6.212.792,87	4.441.721,45	4.441.721,45	33,45	7.240.874,65	0,00
Ensino Fundamental	7.093.111,43	7.199.158,75	3.183.482,14	3.183.482,14	10,33	4.015.676,61	2.657.009,52	2.657.009,52	20,01	4.542.149,23	
Ensino Médio					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Profissional					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Superior	375.400,00	346.863,71	343.200,00	343.200,00	1,11	3.663,71	62.400,00	62.400,00	0,47	284.463,71	
Educação Infantil	3.638.900,00	3.763.117,57	1.787.078,98	1.787.078,98	5,80	1.976.038,59	1.614.035,67	1.614.035,67	12,16	2.149.081,90	
Educação de Jovens e Adultos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU12 - Demais Subfunções	373.456,07	373.456,07	156.042,11	156.042,11	0,51	217.413,96	108.276,26	108.276,26	0,82	265.179,81	
Cultura	695.925,00	685.925,00	389.595,18	389.595,18	1,26	296.329,82	126.530,18	126.530,18	0,95	559.394,82	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão Cultural	695.925,00	685.925,00	389.595,18	389.595,18	1,26	296.329,82	126.530,18	126.530,18	0,95	559.394,82	
FU13 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções	5.000,00	5.000,00			0,00	5.000,00			0,00	5.000,00	
Urbanismo	9.483.250,00	9.626.250,00	7.517.509,29	7.517.509,29	24,40	2.108.740,71	637.117,66	637.117,66	4,80	8.989.132,34	0,00
Infra-Estrutura Urbana	6.152.000,00	6.290.000,00	5.303.557,41	5.303.557,41	17,22	986.442,59	62.727,21	62.727,21	0,47	6.227.272,79	
Serviços Urbanos	3.331.250,00	3.336.250,00	2.213.951,88	2.213.951,88	7,19	1.122.298,12	574.390,45	574.390,45	4,33	2.761.859,55	
Transportes Coletivos Urbanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU15 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Habitação	225.210,00	225.210,00	34.762,64	34.762,34	0,11	190.447,66	17.004,31	17.004,31	0,13	208.205,69	0,00
Habitação Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	225.210,00	225.210,00	34.762,64	34.762,34	0,11	190.447,66	17.004,31	17.004,31	0,13	208.205,69	
FU16 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento	4.218.100,00	4.642.708,08	3.869.160,46	3.869.160,46	12,56	773.547,62	321.011,22	321.011,22	2,42	4.321.696,86	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	4.218.100,00	4.642.708,08	3.869.160,46	3.869.160,46	12,56	773.547,62	321.011,22	321.011,22	2,42	4.321.696,86	
FU17 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU17 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Gestão Ambiental	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental					0,00	0,00			0,00	0,00	
Controle Ambiental	1.000,00	1.000,00			0,00	1.000,00			0,00	1.000,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	1.000,00	1.000,00			0,00	1.000,00			0,00	1.000,00	
Recursos Hídricos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Meteorologia					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU18 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Agricultura	449.450,00	449.450,00	0,00	0,00	0,00	449.450,00	0,00	0,00	0,00	449.450,00	0,00
Abastecimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Extensão Rural	49.450,00	49.450,00			0,00	49.450,00			0,00	49.450,00	
Irrigação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU20 - Demais Subfunções	400.000,00	400.000,00			0,00	400.000,00			0,00	400.000,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Colonização					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Indústria	36.500,00	36.390,00	0,00	0,00	0,00	36.390,00	0,00	0,00	0,00	36.390,00	0,00
Promoção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Produção Industrial	36.500,00	36.390,00			0,00	36.390,00			0,00	36.390,00	
Mineração					0,00	0,00			0,00	0,00	
Propriedade Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Normalização e Qualidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio e Serviços	61.500,00	61.500,00	0,00	0,00	0,00	61.500,00	0,00	0,00	0,00	61.500,00	0,00
Promoção Comercial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comercialização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio Exterior					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviços Financeiros					0,00	0,00			0,00	0,00	
Turismo	61.500,00	61.500,00			0,00	61.500,00			0,00	61.500,00	
FU23 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Telecomunicações					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Energia	280.000,00	1.480.000,00	1.314.587,50	1.314.587,50	4,27	165.412,50	20.776,22	20.776,22	0,16	1.459.223,78	0,00
Conservação de Energia	279.000,00	279.000,00	114.587,50	114.587,50	0,37	164.412,50	20.776,22	20.776,22	0,16	258.223,78	
Energia Elétrica	1.000,00	1.201.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	3,90	1.000,00			0,00	1.201.000,00	
Combustíveis Minerais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Biocombustíveis					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte	1.989.750,00	2.504.750,00	972.708,22	972.708,22	3,16	1.532.041,78	924.005,19	924.005,19	6,96	1.580.744,81	0,00
Transporte Aéreo	2.000,00	2.000,00			0,00	2.000,00			0,00	2.000,00	
Transporte Rodoviário	1.987.750,00	2.502.750,00	972.708,22	972.708,22	3,16	1.530.041,78	924.005,19	924.005,19	6,96	1.578.744,81	
Transporte Ferroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Hidroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transportes Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto e Lazer	602.163,33	603.163,33	171.264,43	171.264,43	0,56	431.898,90	129.215,78	129.215,78	0,97	473.947,55	0,00
Desporto de Rendimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto Comunitário	602.163,33	603.163,33	171.264,43	171.264,43	0,56	431.898,90	129.215,78	129.215,78	0,97	473.947,55	
Lazer					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU27 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU27 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Encargos Especiais	1.600,00	21.700,42	21.700,42	21.700,42	0,07	0,00	21.700,42	21.700,42	0,16	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	1.600,00	21.700,42	21.700,42	21.700,42	0,07	0,00	21.700,42	21.700,42	0,16	0,00	
Serviço da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transferências					0,00	0,00			0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU28 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Reserva de Contingência	600.000,00	27.585,86				27.585,86				27.585,86	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					0,00	0,00			0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	50.952.438,65	53.524.031,95	30.806.116,53	30.806.116,23	100,00	22.717.915,72	14.467.755,83	13.277.575,42	100,00	40.246.456,53	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∎ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∎ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2019 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS HOSPITALARES (CORRELATOS), PARA ATENDER DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA UNIDADE DE SAÚDE, de acordo com anexo I. Abertura às **07h30min (Horário de Mato Grosso)** do dia **27/06/2019.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 11 de junho de 2019. Cacilda Ferreira dos Santos – **Pregoeira.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS PARA O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI, OFERECENDO INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, ALÉM DE MANUTENÇÃO DE REDE, OPERAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS RURAIS E DISTRITAIS, COLETA E ANÁLISES, MATERIAL E ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR, de acordo com anexo I. Abertura às **13h30min (Horário de Mato Grosso)** do dia **27/06/2019.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 11 de junho de 2019. Cacilda Ferreira dos Santos – **Pregoeira.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2019 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – EDITAL RESUMIDO

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari – Estado de Mato Grosso, situada na Av. Macário Subtil de Oliveira 848 – centro, CEP 78.785-000 através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para quem possa interessar, que realizará às **08h00min (Mato Grosso),** do dia **15/07/2019**, licitação na modalidade supracitada, do tipo menor preço global, com regime de execução indireta e sob empreitada por preço unitário, que tem por objeto o**REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS CONTRATAÇÕESDE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT**, tudo conforme Projeto Básico.**Informação mais detalhada pelo fone (66) 3496-1448, edital e projetos completos poderão ser obtidos através do site: altotaquari.mt.gov.br/licitacoes. Alto Taquari – MT, 11 de Junho de 2019. Cacilda Ferreira dos Santos - Presidente da CPL.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO

O **Município De Apiacás**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.321.850/0001-54, com sede Administrativa situada à Av. Brasil nº 1059, Centro, Apiacás/MT., este ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago**, Prefeito Municipal AUTORIZA a empresa: WELLINGTON SANT ANNA LOPES, CNPJ 19.006. 021/0001-42, Endereço Rua Sabiá, s/n, Bairro União, Apiacás–MT. TENDO POR OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO com 40 MTS E SARJETA EM CONCRETO, PREPARO MANUAL, EM TRECHO RETO, 45 CM BASE X 8 CM ALTURA COM 1.448,76 mts. VALOR GLOBAL: R$ 45.722,66 (quarenta e cinco mil setecentos e vinte e dois reais e sessenta e seis centavos). Contrato 082/2019,que integra o Processo Licitatório 029/2019, Tomada De Preço 008/2019.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

CONSTA

Adalto José Zago

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente em 06/06/2019

_____CONSTA_____

WELLINGTON SANT ANNA LOPES

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 037/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS - MT, mediante a Pregoeira Oficial Silvia Pierina Rozza Krizanowski, Ana Maria Fernandes de Andrade Vincenzi, Madalena H. Z. Baumann e Suzana Aparecida de Souza - Equipe de Apoio, instituída pelo Decreto nº 262/2018 de 20 de agosto de 2018, torna público, para conhecimento dos interessados que na data, horário e local a seguir indicados, em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO, conforme descrição a seguir:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 12/06/2019.

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 25/06/2019 às 15:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 26/06/2019 às 08:30: horas.

(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 26/06/2019 às 09:00 (nove) horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bllcompras.org.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio no Departamento de Licitações, situado à Av. Brasil, n° 1.059, Bairro Bom Jesus – Apiacás–MT, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas (HORÁRIO DE MATO GROSSO), ou pelo Telefone/Fax: (0xx) 66-3593-1344 ou email: licitacao@apiacas.mt.gov.br.

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado.

Apiacás /MT, 12 de junho de 2019.

Silvia P.R.Krizanowski

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 036/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 003/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS - MT, mediante a Pregoeira Oficial Silvia Pierina Rozza Krizanowski, Ana Maria Fernandes de Andrade Vincenzi, Madalena H. Z. Baumann e Suzana Aparecida de Souza - Equipe de Apoio, instituída pelo Decreto nº 262/2018 de 20 de agosto de 2018, torna público, para conhecimento dos interessados que na data, horário e local a seguir indicados, em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO, conforme descrição a seguir:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 12/06/2019.

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 25/06/2019 às 08:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 25/06/2019 às 08:30: horas.

(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 25/06/2019 às 09:00 (nove) horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bllcompras.org.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio no Departamento de Licitações, situado à Av. Brasil, n° 1.059, Bairro Bom Jesus – Apiacás–MT, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas (HORÁRIO DE MATO GROSSO), ou pelo Telefone/Fax: (0xx) 66-3593-1344 ou email: licitacao@apiacas.mt.gov.br.

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado.

Apiacás /MT, 12 de junho de 2019.

Silvia P.R.Krizanowski

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RGF 1º QUADRIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAI/2018 A ABR/2019

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) LIQUIDADAS												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	JAN/2019	FEV/2019	MAR/2019	ABR/2019		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	702.831,18	743.127,91	720.283,47	711.030,90	723.157,08	668.690,44	337.705,12	1.325.697,48	807.817,38	772.428,65	749.469,09	824.256,14	9.086.494,84	0,00
Pessoal Ativo	702.831,18	743.127,91	720.283,47	711.030,90	723.157,08	668.690,44	337.705,12	849.109,35	807.817,38	772.428,65	749.469,09	824.256,14	8.609.906,71	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	611.801,49	649.292,05	627.620,06	619.667,81	630.317,85	632.644,16	621.535,03	747.465,43	696.914,27	646.282,33	640.200,44	706.031,66	7.829.772,58	0,00
Obrigações Patronais	91.029,69	93.835,86	92.663,41	91.363,09	92.839,23	36.046,28	-283.829,91	93.240,77	110.903,11	126.146,32	109.268,65	118.224,48	771.730,98	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.403,15	0,00	0,00	0,00	0,00	8.403,15	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	476.588,13	0,00	0,00	0,00	0,00	476.588,13	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	379.674,19	0,00	0,00	0,00	0,00	379.674,19	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.913,94	0,00	0,00	0,00	0,00	96.913,94	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	702.831,18	743.127,91	720.283,47	711.030,90	723.157,08	668.690,44	337.705,12	1.325.697,48	807.817,38	772.428,65	749.469,09	824.256,14	9.086.494,84	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	18.520.710,40	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	
=RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	18.520.710,40	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	9.086.494,84	49,06
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	10.001.183,62	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	9.501.124,44	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	9.001.065,26	48,60

Nota:
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64
2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 50m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A ABRIL/2019

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	39.692,43	354.891,09	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	39.692,43	354.891,09	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.144.010,59	1.004.725,74	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.104.318,16	649.834,65	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	-39.692,43	-354.891,09	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	18.068.762,88	18.520.710,40	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-0,22	-1,92	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <	21.682.515,46	22.224.852,48	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108%>	19.514.263,91	20.002.367,23	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	105.784,46	268.995,27	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	106.255,32	106.255,32	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 50m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A ABRIL/2019

RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	18.068.762,88	18.520.710,40	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <	3.975.127,83	4.074.556,29	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,8%>	3.577.615,05	3.667.100,66	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 50m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A ABRIL/2019

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	No Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	18.520.710,40	100,00
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI)= (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.963.313,66	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14.4%>	2.666.982,30	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.296.449,73	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	No Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 50m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: JANEIRO A DEZEMBRO /2019

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(f)=(a-(b+c+d+e)-f)			(f)=(a-(b+c+d+e)-f)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS - Con	109.385,12	-4.275,58	-4.275,58	106.255,32	0,00	0,00	-4.275,58	0,00	0,00	-4.275,58
Recursos Ordinários	109.385,12	-4.275,58	-4.275,58	106.255,32	0,00	0,00	-4.275,58	0,00	0,00	-4.275,58
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	237.253,16	237.805,46	237.805,46	0,00	0,00	0,00	237.805,46	0,00	0,00	237.805,46
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - E	-157.474,02	-156.948,72	-156.948,72	0,00	0,00	0,00	-156.948,72	0,00	0,00	-156.948,72
Transferências do FUNDEB	-165.452,34	-165.452,34	-165.452,34	0,00	0,00	0,00	-165.452,34	0,00	0,00	-165.452,34
Outros Recursos Vinculados à Educação	79.505,28	79.505,28	79.505,28	0,00	0,00	0,00	79.505,28	0,00	0,00	79.505,28
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - S	-113.304,91	-113.304,91	-113.304,91	0,00	0,00	0,00	-113.304,91	0,00	0,00	-113.304,91
Outros Recursos Vinculados à Saúde	418.389,87	418.416,87	418.416,87	0,00	0,00	0,00	418.416,87	0,00	0,00	418.416,87
Recursos Vinculados à Assistência Social	170.214,54	170.214,54	170.214,54	0,00	0,00	0,00	170.214,54	0,00	0,00	170.214,54
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	5.374,74	5.374,74	5.374,74	0,00	0,00	0,00	5.374,74	0,00	0,00	5.374,74
TOTAL (III) = (I + II)	346.638,28	233.529,88	233.529,88	106.255,32	0,00	0,00	233.529,88	0,00	0,00	233.529,88

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 50m"

Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A ABRIL/2019

LRF, art. 48 – Anexo 6 R$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente líquida	18.520.710,40
Receita Corrente líquida Ajustada	18.520.710,40

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	9.086.494,84	49,06
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	10.001.183,62	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.501.124,44	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	9.001.065,26	48,60

DÍVIDA CONSOLÍDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-354.891,09	-1,92
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	22.224.852,48	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.074.556,29	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.963.313,66	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.296.449,73	7,00

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2019

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a DISPENSA em conformidade ao disposto no art. 24 inciso II da Lei Federal 8.666/93, e, no inciso II do artigo 2º da Lei Municipal nº 735/2017.

CONSIDERANDO que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, RATIFICO a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2019**.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:

Objeto:CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO PRÉDIO DA UNIDADE DE ATENÇÃO BÁSICAem nossa cidade de Araguaiana – MT.

Favorecido:ANTONIO MARTINS ROCHA 37837087100 - CNPJ sob o nº 27.791.143/0001-27

Prazo de Execução e Vigência:03MESES

Valor Total: R$ 18.000,00 (dezoito milreais).

Fundamento Legal Artigo. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93 e artigo 2º da Lei Municipal nº 735/2017 de 30 de agosto de 2017.

Justificativa Anexa nos autos do processo de inexigibilidade de licitação nº 6/2019.

Dotação Orçamentária:

Órgão:07 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função:10 – SAÚDE

Sub-Função:301 – ATENÇÃO BÁSICA

Programa: 0017 – ATENÇÃO BÁSICA

Projeto/Atividade: 2046 – PROGRAMA MELHORIA DE ACESSO A QUALIDADE -PMAQ

Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

Fonte de Recursos:1.46 –

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Araguaiana, 13 de maio de 2019.

_____

Getulio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2019

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a DISPENSA em conformidade ao disposto no art. 24 inciso II da Lei Federal 8.666/93, CONSIDERANDO que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2019.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:

Objeto: Contratação de empresa para prestação de Serviços especializados para acompanhamento da tramitação de projetos, convênios e demais assuntos de interesse do município de Araguaiana – MT junto à Câmara dos Deputados, Senado e Ministérios em Brasília – DF, objetivando a capacitação de recursos com vistas à promoção de melhoria de infraestrutura de serviços prestados pela Prefeitura para a população promovendo o desenvolvimento econômico e social.

.

Favorecido: IMPERIAL CONSULTORIA, TELECOMUNICAÇÕES E RADIODIFUSÃO EIRELI – CNPJ nº 19.399.676/0001-28

Prazo de Execução e Vigência: 07MESES

Valor Total R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).

Fundamento Legal Artigo. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93 e artigo 2º da Lei Municipal nº 664/2015 de 16 de março de 2015.

Justificativa Anexa nos autos do processo de inexigibilidade de licitação nº 4/2019.

Dotação Orçamentária:

Órgão: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – GABIENETE DO SECRETARIO

Função: 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0005 – ADMINISTRAÇÃO GERAL - SMA

Projeto/Atividade: 2006 – MANUTENÇÃOE ENCARGOS COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

Fonte de Recursos:1.00

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Araguaiana, 02 de maio de 2019.

Getulio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO 2º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A ABR	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.057.800,00	21.057.800,00	2.505.811,87	11,90	5.335.432,43	25,34	15.722.367,57
RECEITAS CORRENTES	19.895.800,00	19.895.800,00	2.505.811,87	12,59	5.335.432,43	26,82	14.560.367,57
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.552.800,00	1.552.800,00	173.501,60	11,17	292.287,11	18,82	1.260.512,89
Impostos	1.499.800,00	1.499.800,00	165.450,51	11,03	267.646,12	17,85	1.232.153,88
Taxas	43.000,00	43.000,00	1.754,22	4,08	3.230,86	7,51	39.769,14
Contribuição de Melhoria	10.000,00	10.000,00	6.296,87	62,97	21.410,13	214,10	-11.410,13
CONTRIBUIÇÕES	637.000,00	637.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	637.000,00
Contribuições Sociais	557.000,00	557.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	557.000,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	10.600,00	10.600,00	3.739,26	35,28	7.605,27	71,75	2.994,73
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	10.600,00	10.600,00	3.739,26	35,28	7.605,27	71,75	2.994,73
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	305.000,00	305.000,00	40.807,95	13,38	85.526,35	28,04	219.473,65
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	5.000,00	5.000,00	40.807,95	816,16	85.526,35	710,53	-80.526,35
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.309.502,00	17.309.502,00	2.287.763,06	13,22	4.950.013,70	28,60	12.359.488,30
Transferências da União e de suas Entidades	9.480.202,00	9.480.202,00	1.042.228,35	10,99	2.474.860,72	26,11	7.005.341,28
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	5.849.300,00	5.849.300,00	927.279,63	15,85	1.805.134,90	30,86	4.044.165,10
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.980.000,00	1.980.000,00	318.255,08	16,07	670.018,08	33,84	1.309.981,92
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	80.898,00	80.898,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.898,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	55.898,00	55.898,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.898,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.162.000,00	1.162.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.162.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.162.000,00	1.162.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.162.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	410.000,00	410.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	752.000,00	752.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	752.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	742.200,00	742.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	742.200,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	21.800.000,00	21.800.000,00	2.505.811,87	11,49	5.335.432,43	24,47	16.464.567,57
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 43m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A ABR	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	21.800.000,00	21.800.000,00	2.505.811,87	11,49	5.335.432,43	24,47	16.464.567,57
DÉFICIT (VI)					893.111,70		
TOTAL (VII) = (V + VI)	21.800.000,00	21.800.000,00	2.505.811,87	11,49	6.228.544,13	28,57	16.464.567,57
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00			0,00		

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 43m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1°) R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			BIMESTRE	JAN A ABR		BIMESTRE	JAN A ABR			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	21.277.390,00	21.473.890,00	3.392.767,80	7.211.309,24	14.262.580,76	3.004.493,34	5.917.278,99	15.556.611,01	4.927.061,72	0,00
DESPESAS CORRENTES	16.192.728,00	16.194.928,00	2.601.152,30	6.301.878,34	9.893.049,66	2.596.600,02	5.427.943,43	10.766.984,57	4.720.086,16	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.154.925,00	8.164.925,00	1.419.396,11	2.842.706,12	5.322.218,88	1.419.396,11	2.842.706,12	5.322.218,88	2.729.349,66	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.037.803,00	8.030.003,00	1.181.756,19	3.459.172,22	4.570.830,78	1.177.203,91	2.585.237,31	5.444.765,69	1.990.736,50	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	4.128.288,00	4.642.588,00	791.615,50	909.430,90	3.733.157,10	407.893,32	489.335,56	4.153.252,44	206.975,56	0,00
INVESTIMENTOS	3.843.288,00	4.037.588,00	389.646,18	465.579,88	3.572.008,12	315.924,00	355.484,54	3.682.103,46	73.124,54	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	40.000,00	360.000,00	360.000,00	360.000,00	0,00	50.000,00	50.000,00	310.000,00	50.000,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	245.000,00	245.000,00	41.969,32	83.851,02	161.148,98	41.969,32	83.851,02	161.148,98	83.851,02	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	956.374,00	636.374,00			636.374,00			636.374,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	522.610,00	597.610,00	154.329,12	311.265,14	286.344,86	154.329,12	311.265,14	286.344,86	8.985,10	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	21.800.000,00	22.071.500,00	3.547.096,92	7.522.574,38	14.548.925,62	3.158.822,46	6.228.544,13	15.842.955,87	4.936.046,82	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	21.800.000,00	22.071.500,00	3.547.096,92	7.522.574,38	14.548.925,62	3.158.822,46	6.228.544,13	15.842.955,87	4.936.046,82	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			0,00		0,00	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	21.800.000,00	22.071.500,00	3.547.096,92	7.522.574,38		3.158.822,46	6.228.544,13		4.936.046,82	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 43m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A ABR	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	742.200,00	742.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	742.200,00
RECEITAS CORRENTES	742.200,00	742.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	742.200,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	732.200,00	732.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	732.200,00
Contribuições Sociais	732.200,00	732.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	732.200,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 43m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1°) R$ Milhares

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			BIMESTRE	JAN A ABR		BIMESTRE	JAN A ABR			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	522.610,00	597.610,00	154.329,12	311.265,14	286.344,86	154.329,12	311.265,14	286.344,86	8.985,10	0,00
DESPESAS CORRENTES	522.610,00	597.610,00	154.329,12	311.265,14	286.344,86	154.329,12	311.265,14	286.344,86	8.985,10	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	522.610,00	597.610,00	154.329,12	311.265,14	286.344,86	154.329,12	311.265,14	286.344,86	8.985,10	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 43m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A ABR	%		BIMESTRE	JAN A ABR	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.277.390,00	21.473.890,00	3.392.767,80	7.211.309,24	95,86	14.262.580,76	3.004.493,34	5.917.278,99	95,00	15.556.611,01	0,00
Legislativa	1.056.613,00	1.056.613,00	0,00	0,00	0,00	1.056.613,00	0,00	0,00	0,00	1.056.613,00	0,00
Ação Legislativa	1.056.613,00	1.056.613,00	0,00	0,00	0,00	1.056.613,00	0,00	0,00	0,00	1.056.613,00	0,00
Administração	2.722.468,00	3.184.168,00	769.998,50	1.538.798,08	20,46	1.645.369,92	499.968,53	998.944,90	16,04	2.185.223,10	0,00
Administração Geral	1.894.370,00	2.285.870,00	648.967,72	1.164.685,28	15,48	1.121.184,72	369.243,97	743.638,32	11,94	1.542.231,68	0,00
Administração Financeira	595.712,00	665.912,00	103.396,72	336.405,05	4,47	329.506,95	118.690,50	223.198,83	3,58	442.713,17	0,00
Controle Interno	100.000,00	100.000,00	12.034,06	30.607,75	0,41	69.392,25	12.034,06	30.607,75	0,49	69.392,25	0,00
Lazer	132.386,00	132.386,00	5.600,00	7.100,00	0,09	125.286,00	0,00	1.500,00	0,02	130.886,00	0,00
Assistência Social	837.231,00	840.731,00	122.036,94	311.082,64	4,14	529.648,36	134.358,22	286.994,02	4,61	553.736,98	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	93.880,00	97.380,00	15.092,56	37.953,27	0,50	59.426,73	16.632,56	31.793,27	0,51	65.586,73	0,00
Assistência Comunitária	743.351,00	743.351,00	106.944,38	273.129,37	3,63	470.221,63	117.725,66	255.200,75	4,10	488.150,25	0,00
Previdência Social	849.900,00	849.900,00	0,00	0,00	0,00	849.900,00	0,00	0,00	0,00	849.900,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	849.900,00	849.900,00	0,00	0,00	0,00	849.900,00	0,00	0,00	0,00	849.900,00	0,00
Saúde	3.630.545,00	3.605.545,00	803.762,34	1.548.465,13	20,58	2.057.079,87	695.558,45	1.359.022,87	21,82	2.246.522,13	0,00
Atenção Básica	3.109.000,00	3.119.000,00	685.673,62	1.415.469,10	18,82	1.703.530,90	630.853,24	1.279.861,24	20,55	1.839.138,76	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	380.175,00	380.175,00	100.556,00	106.438,60	1,41	273.736,40	47.319,00	53.201,60	0,85	326.973,40	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	60.000,00	25.000,00	4.952,00	10.623,29	0,14	14.376,71	4.952,00	10.623,29	0,17	14.376,71	0,00
Vigilância Sanitária	81.370,00	81.370,00	12.580,72	15.934,14	0,21	65.435,86	12.434,21	15.336,74	0,25	66.033,26	0,00
Trabalho	218.000,00	183.000,00	0,00	159.915,42	2,13	23.084,58	11.333,71	44.380,96	0,71	138.619,04	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	218.000,00	183.000,00	0,00	159.915,42	2,13	23.084,58	11.333,71	44.380,96	0,71	138.619,04	0,00
Educação	4.979.969,00	5.191.269,00	1.079.312,15	1.995.739,51	26,53	3.195.529,49	1.092.507,50	1.799.783,67	28,90	3.391.485,33	0,00
Administração Geral	469.119,00	457.675,00	27.684,79	64.791,51	0,86	392.883,49	29.066,04	58.972,76	0,95	398.702,24	0,00
Alimentação e Nutrição	42.569,00	42.569,00	12.785,61	25.404,56	0,34	17.164,44	17.936,24	21.888,87	0,35	20.680,13	0,00
Ensino Fundamental	3.499.012,00	3.811.956,00	942.860,02	1.565.073,40	20,81	2.246.882,60	931.286,15	1.514.564,66	24,32	2.297.391,34	0,00
Ensino Superior	250.000,00	250.000,00	37.356,20	216.100,09	2,87	33.899,91	56.556,74	80.950,63	1,30	169.049,37	0,00
Educação Infantil	719.269,00	629.069,00	58.625,53	124.369,95	1,65	504.699,05	57.662,33	123.406,75	1,98	505.662,25	0,00
Cultura	330.600,00	230.600,00	50.000,00	113.885,75	1,51	116.714,25	717,46	63.885,75	1,03	166.714,25	0,00
Difusão Cultural	330.600,00	230.600,00	50.000,00	113.885,75	1,51	116.714,25	717,46	63.885,75	1,03	166.714,25	0,00
Urbanismo	1.997.080,00	2.047.080,00	251.007,32	759.473,50	10,10	1.287.606,50	300.009,14	632.468,95	10,15	1.414.611,05	0,00
Infra-Estrutura Urbana	1.512.830,00	1.562.830,00	251.007,32	757.960,50	10,08	804.869,50	300.009,14	630.955,95	10,13	931.874,05	0,00
Serviços Urbanos	484.250,00	484.250,00	0,00	1.513,00	0,02	482.737,00	0,00	1.513,00	0,02	482.737,00	0,00
Saneamento	488.915,00	488.915,00	71.020,74	162.800,98	2,16	326.114,02	67.493,34	154.132,46	2,47	334.782,54	0,00
Saneamento Básico Urbano	488.915,00	488.915,00	71.020,74	162.800,98	2,16	326.114,02	67.493,34	154.132,46	2,47	334.782,54	0,00
Agricultura	284.280,00	284.280,00	4.820,00	11.040,00	0,15	273.240,00	5.220,00	11.040,00	0,18	273.240,00	0,00
Abastecimento	284.280,00	284.280,00	4.820,00	11.040,00	0,15	273.240,00	5.220,00	11.040,00	0,18	273.240,00	0,00
Comércio e Serviços	934.625,00	934.625,00	9.834,12	60.967,06	0,81	873.657,94	9.834,12	60.967,06	0,98	873.657,94	0,00
Turismo	934.625,00	934.625,00	9.834,12	60.967,06	0,81	873.657,94	9.834,12	60.967,06	0,98	873.657,94	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 43m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A ABR	%		BIMESTRE	JAN A ABR	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Energia	80.045,00	80.045,00	30.713,39	39.657,69	0,53	40.387,31	10.228,21	19.172,51	0,31	60.872,49	0,00
Energia Elétrica	80.045,00	80.045,00	30.713,39	39.657,69	0,53	40.387,31	10.228,21	19.172,51	0,31	60.872,49	0,00
Transporte	1.335.500,00	1.285.500,00	150.161,81	409.731,81	5,45	875.768,19	127.164,17	386.734,17	6,21	898.765,83	0,00
Transporte Rodoviário	1.335.500,00	1.285.500,00	150.161,81	409.731,81	5,45	875.768,19	127.164,17	386.734,17	6,21	898.765,83	0,00
Desporto e Lazer	330.245,00	330.245,00	8.131,17	15.900,65	0,21	314.344,35	8.131,17	15.900,65	0,26	314.344,35	0,00
Desporto Comunitário	330.245,00	330.245,00	8.131,17	15.900,65	0,21	314.344,35	8.131,17	15.900,65	0,26	314.344,35	0,00
Encargos Especiais	245.000,00	245.000,00	41.969,32	83.851,02	1,11	161.148,98	41.969,32	83.851,02	1,35	161.148,98	0,00
Serviço da Dívida Interna	245.000,00	245.000,00	41.969,32	83.851,02	1,11	161.148,98	41.969,32	83.851,02	1,35	161.148,98	0,00
Reserva de Contingência	956.374,00	636.374,00	0,00	0,00	0,00	636.374,00	0,00	0,00	0,00	636.374,00	0,00
Reserva de Contingência	956.374,00	636.374,00	0,00	0,00	0,00	636.374,00	0,00	0,00	0,00	636.374,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	522.610,00	597.610,00	154.329,12	311.265,14	4,14	286.344,86	154.329,12	311.265,14	5,00	286.344,86	0,00
Legislativa	11.750,00	11.750,00	0,00	0,00	0,00	11.750,00	0,00	0,00	0,00	11.750,00	0,00
Ação Legislativa	11.750,00	11.750,00	0,00	0,00	0,00	11.750,00	0,00	0,00	0,00	11.750,00	0,00
Administração	102.640,00	102.640,00	19.001,15	39.846,46	0,53	62.793,54	19.001,15	39.846,46	0,64	62.793,54	0,00
Administração Geral	79.440,00	79.440,00	14.125,95	29.409,71	0,39	50.030,29	14.125,95	29.409,71	0,47	50.030,29	0,00
Administração Financeira	17.200,00	17.200,00	3.408,10	6.831,41	0,09	10.368,59	3.408,10	6.831,41	0,11	10.368,59	0,00
Controle Interno	6.000,00	6.000,00	1.467,10	3.605,34	0,05	2.394,66	1.467,10	3.605,34	0,06	2.394,66	0,00
Assistência Social	20.000,00	20.000,00	7.181,14	14.695,72	0,20	5.304,28	7.181,14	14.695,72	0,24	5.304,28	0,00
Assistência Comunitária	20.000,00	20.000,00	7.181,14	14.695,72	0,20	5.304,28	7.181,14	14.695,72	0,24	5.304,28	0,00
Previdência Social	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Saúde	109.120,00	134.120,00	31.994,05	67.766,72	0,90	66.353,28	31.994,05	67.766,72	1,09	66.353,28	0,00
Atenção Básica	109.120,00	134.120,00	31.994,05	67.766,72	0,90	66.353,28	31.994,05	67.766,72	1,09	66.353,28	0,00
Educação	192.120,00	242.120,00	74.322,03	147.813,64	1,96	94.306,36	74.322,03	147.813,64	2,37	94.306,36	0,00
Administração Geral	7.120,00	7.120,00	0,00	0,00	0,00	7.120,00	0,00	0,00	0,00	7.120,00	0,00
Ensino Fundamental	162.000,00	212.000,00	66.745,71	132.613,92	1,76	79.386,08	66.745,71	132.613,92	2,13	79.386,08	0,00
Educação Infantil	23.000,00	23.000,00	7.576,32	15.199,72	0,20	7.800,28	7.576,32	15.199,72	0,24	7.800,28	0,00
Urbanismo	50.000,00	50.000,00	19.748,58	37.013,09	0,49	12.986,91	19.748,58	37.013,09	0,59	12.986,91	0,00
Infra-Estrutura Urbana	50.000,00	50.000,00	19.748,58	37.013,09	0,49	12.986,91	19.748,58	37.013,09	0,59	12.986,91	0,00
Saneamento	12.450,00	12.450,00	1.394,82	2.766,40	0,04	9.683,60	1.394,82	2.766,40	0,04	9.683,60	0,00
Saneamento Básico Urbano	12.450,00	12.450,00	1.394,82	2.766,40	0,04	9.683,60	1.394,82	2.766,40	0,04	9.683,60	0,00
Agricultura	5.240,00	5.240,00	0,00	0,00	0,00	5.240,00	0,00	0,00	0,00	5.240,00	0,00
Abastecimento	5.240,00	5.240,00	0,00	0,00	0,00	5.240,00	0,00	0,00	0,00	5.240,00	0,00
Comércio e Serviços	9.210,00	9.210,00	687,35	1.363,11	0,02	7.846,89	687,35	1.363,11	0,02	7.846,89	0,00
Turismo	9.210,00	9.210,00	687,35	1.363,11	0,02	7.846,89	687,35	1.363,11	0,02	7.846,89	0,00
Transporte	9.980,00	9.980,00	0,00	0,00	0,00	9.980,00	0,00	0,00	0,00	9.980,00	0,00
Transporte Rodoviário	9.980,00	9.980,00	0,00	0,00	0,00	9.980,00	0,00	0,00	0,00	9.980,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 43m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A ABR	%		BIMESTRE	JAN A ABR	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
TOTAL (III) = (I + II)	21.800.000,00	22.071.500,00	3.547.096,92	7.522.574,38	100,00	14.548.925,62	3.158.822,46	6.228.544,13	100,00	15.842.955,87	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 43m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAI/2018 A ABR/2019

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	JAN/2019	FEV/2019	MAR/2019	ABR/2019		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.749.476,63	1.316.754,84	1.671.585,35	1.477.711,77	1.310.599,98	2.696.271,85	1.887.227,37	2.926.119,55	1.744.540,39	1.569.569,83	1.363.229,72	1.508.734,19	21.221.821,47	22.622.800,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	199.888,43	126.945,50	138.747,62	173.917,54	89.496,18	127.623,86	76.501,56	60.880,54	69.561,03	49.224,48	42.447,18	131.054,42	1.286.288,34	1.552.800,00
IPTU	9.746,50	7.484,04	7.980,66	19.138,72	2.849,82	4.888,43	968,17	901,76	6.009,55	3.094,47	2.740,50	12.827,25	78.629,87	149.000,00
ISS	123.697,47	12.386,82	16.904,21	24.283,79	9.515,63	18.571,96	23.504,34	15.174,12	15.229,62	11.577,66	8.743,08	8.207,63	287.796,33	230.800,00
ITBI	18.235,13	55.001,27	59.068,41	101.247,77	50.928,77	71.017,36	20.346,59	13.597,78	1.656,12	6.531,77	600,00	85.419,69	483.650,66	820.000,00
IRRF	22.434,39	27.848,05	23.716,93	23.885,76	21.027,03	27.813,83	24.734,32	30.940,20	35.743,76	22.352,66	23.782,81	23.129,55	307.409,29	300.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de M	25.774,94	24.225,32	31.077,41	5.361,50	5.174,93	5.332,28	6.948,14	266,68	10.921,98	5.667,92	6.580,79	1.470,30	128.802,19	53.000,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	565.829,15	0,00	0,00	0,00	0,00	565.829,15	637.000,00
Receita Patrimonial	844,08	785,90	1.222,55	901,37	2.006,00	1.333,28	1.424,49	3.490,41	2.017,80	1.848,21	1.834,64	1.904,62	19.613,35	10.600,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	844,08	785,90	1.222,55	901,37	2.006,00	1.333,28	1.424,49	3.490,41	2.017,80	1.848,21	1.834,64	1.904,62	19.613,35	10.600,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	543,99	181,73	844,67	21.977,04	23.016,38	24.320,89	19.980,10	19.788,29	18.592,37	26.126,03	21.142,94	19.665,01	196.179,44	305.000,00
Transferências Correntes	1.548.200,13	1.188.841,71	1.530.770,51	1.280.915,82	1.196.081,42	2.542.993,82	1.789.321,22	2.276.131,16	1.654.369,19	1.492.371,11	1.297.804,96	1.356.110,14	19.153.911,19	20.036.502,00
Cota Parte do FPM	635.788,83	595.386,01	685.859,11	510.137,85	384.746,36	437.069,37	549.011,11	960.547,88	673.947,19	739.709,34	553.852,26	540.343,84	7.266.399,15	7.628.354,00
Cota Parte do ICMS	419.937,15	287.900,89	458.494,55	390.128,95	333.615,30	550.776,66	382.993,85	376.596,60	417.467,94	348.988,80	328.922,78	359.452,60	4.655.276,07	4.500.000,00
Cota Parte do IPVA	15.478,05	7.382,04	5.515,92	5.812,92	17.602,18	5.066,56	1.713,72	3.745,51	10.114,03	11.227,69	15.456,12	12.546,50	111.661,24	115.000,00
Cota Parte do ITR	16,11	5.486,83	3.327,36	10.003,73	90.512,56	1.119.279,45	306.446,93	275.241,96	207.323,21	19.416,71	1.534,89	22.972,20	2.061.561,94	2.000.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.373,47	0,00	1.373,47	1.373,47	1.373,47	1.373,47	1.373,47	2.746,94	0,00	0,00	0,00	0,00	10.987,76	20.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	171.345,45	128.980,51	162.122,88	147.232,91	123.124,18	197.290,30	146.523,91	153.607,13	180.440,26	171.322,74	152.863,14	165.391,94	1.900.245,35	1.980.000,00
Outras Transferências Correntes	304.261,07	163.705,43	214.077,22	216.225,99	245.107,37	232.138,01	401.258,23	503.645,14	165.076,56	201.705,83	245.175,77	255.403,06	3.147.779,68	3.793.148,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.898,00
DEDUÇÕES (II)	213.948,59	179.048,92	174.141,69	182.875,51	165.077,99	422.219,54	247.880,53	265.276,60	261.098,10	223.391,56	179.604,56	186.547,48	2.701.111,07	2.727.100,00
Contribuição do Servidor para o Plano de Previ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre Regimes de Pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	213.948,59	179.048,92	174.141,69	182.875,51	165.077,99	422.219,54	247.880,53	265.276,60	261.098,10	223.391,56	179.604,56	186.547,48	2.701.111,07	2.727.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	1.535.528,04	1.137.705,92	1.497.443,66	1.294.836,26	1.145.521,99	2.274.052,31	1.639.346,84	2.660.842,95	1.483.442,29	1.346.178,27	1.183.625,16	1.322.186,71	18.520.710,40	19.895.700,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 43m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 6 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
		Jan a Abr/2019
RECEITAS CORRENTES (I)	19.895.800,00	5.335.432,43
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.552.800,00	292.287,11
IPTU	149.000,00	24.671,77
ISS	230.800,00	43.757,99
ITBI	820.000,00	94.207,58
IRRF	300.000,00	105.008,78
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	53.000,00	24.640,99
Contribuições	637.000,00	0,00
Receita Patrimonial	10.600,00	7.605,27
Aplicações Financeiras (II)	10.600,00	7.605,27
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	17.309.502,00	4.950.013,70
Cota Parte do FPM	6.228.354,00	2.006.282,21
Cota Parte do ICMS	3.600.000,00	1.165.779,20
Cota Parte do IPVA	92.000,00	39.575,33
Cota Parte do ITR	1.600.000,00	200.997,66
Transferências da LC 87/1996	16.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	1.980.000,00	670.018,08
Outras Transferências Correntes	3.793.148,00	867.361,22
Demais Receitas Correntes	385.898,00	85.526,35
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	385.898,00	85.526,35
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = I - II - III	19.885.200,00	5.327.827,16
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.162.000,00	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.162.000,00	0,00
Convênios	1.162.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X)	1.162.000,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(XII)=(IV+XI)	21.047.200,00	5.327.827,16

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 43m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 6 (LDB, Art. 72) R$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	16.194.928,00	6.301.878,34	5.427.943,43	4.720.086,16	383.497,35	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	8.164.925,00	2.842.706,12	2.842.706,12	2.729.349,66	90.692,38	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	8.030.003,00	3.459.172,22	2.585.237,31	1.990.736,50	292.804,97	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV)	16.194.928,00	6.301.878,34	5.427.943,43	4.720.086,16	383.497,35	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	4.642.588,00	909.430,90	489.335,56	206.975,56	7.660,00	0,00	0,00
Investimentos	4.037.588,00	465.579,88	355.484,54	73.124,54	7.660,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	360.000,00	360.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	360.000,00	360.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	245.000,00	83.851,02	83.851,02	83.851,02	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI)=(XVI-XVII-XVIII-XIX-XX)	4.397.588,00	825.579,88	405.484,54	123.124,54	7.660,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	636.374,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII)=(XV+XXI+XXII)	21.228.890,00	7.127.458,22	5.833.427,97	4.843.210,70	391.157,35	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)=(XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc))							93.459,11

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-606.298,46

JUROS NOMINAIS	Jan a Abr/2019
	VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	0,00
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	93.459,11

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 43m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 6 (LDB, Art. 72) R$ 1

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2018 (a)	Jan a Abr/2019 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	39.692,43	354.891,09
Disponibilidade de Caixa	39.692,43	354.891,09
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.144.010,59	1.004.725,74
(-)Restos a Pagar Processados (XXX)	1.104.318,16	649.834,65
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-39.692,43	-354.891,09
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		315.198,66

AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Abr/2019
VARIAÇÃO DO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	454.483,51
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTESS (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI - XXXVII)	-139.284,85
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	-139.284,85

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 43m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
		Inscritos					Inscritos						
		Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2018 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2018 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	7.405,38	960.692,55	391.157,35	552,30	576.388,28	106.255,32	0,00	0,00	0,00	0,00	106.255,32	682.643,60
02	PODER EXECUTIVO	0,00	960.692,55	391.157,35	552,30	568.982,90	106.255,32	0,00	0,00	0,00	0,00	106.255,32	675.238,22
0202	GABINETE DO PREFEITO	0,00	16.488,86	16.488,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0203	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	0,00	33.616,79	27.884,98	0,00	5.731,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.731,81
0204	SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	5.361,88	5.201,88	0,00	160,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160,00
0205	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	19.745,35	15.379,65	0,00	4.365,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.365,70
0206	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	700.152,94	179.124,02	525,30	520.503,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	520.503,62
0207	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	58.146,54	39.508,98	27,00	18.610,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.610,56
0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS SERVIÇOS URBANOS E TR	0,00	124.073,19	104.461,98	0,00	19.611,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.611,21
0209	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENT	0,00	1.262,00	1.262,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0210	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	0,00	1.230,00	1.230,00	0,00	0,00	106.255,32	0,00	0,00	0,00	0,00	106.255,32	106.255,32
0211	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	0,00	615,00	615,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0212	CONTROLADORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03	REGIME PROPRIO DE PREV. MUNICIPAL	7.405,38	0,00	0,00	0,00	7.405,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.405,38
0313	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - ARAGUAIA-PRI	7.405,38	0,00	0,00	0,00	7.405,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.405,38
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	136.220,23	66.118,83	0,00	70.101,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.101,40
02	PODER EXECUTIVO	0,00	136.220,23	66.118,83	0,00	70.101,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.101,40
03	REGIME PROPRIO DE PREV. MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I + II)	7.405,38	1.096.912,78	457.276,18	552,30	646.489,68	106.255,32	0,00	0,00	0,00	0,00	106.255,32	752.745,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 43m"

Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			JAN A ABR	(c) =(b/a)x100 (%)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	1.499.800,00	1.499.800,00	267.646,12	17,85
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	149.000,00	149.000,00	24.671,77	16,56
1.1.1- IPTU	80.000,00	80.000,00	7.833,15	9,79
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	69.000,00	69.000,00	16.838,62	24,40
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	820.000,00	820.000,00	94.207,58	11,49
1.2.1- ITBI	800.000,00	800.000,00	94.207,58	11,78
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	230.800,00	230.800,00	43.757,99	18,96
1.3.1- ISS	220.000,00	220.000,00	43.757,99	19,89
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	10.800,00	10.800,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	300.000,00	300.000,00	105.008,78	35,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.263.354,00	14.263.354,00	4.263.276,10	29,89
2.1- Cota-Parte FPM	7.628.354,00	7.628.354,00	2.507.852,63	32,88
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.000.000,00	7.000.000,00	2.507.852,63	35,83
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	328.354,00	328.354,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.500.000,00	4.500.000,00	1.454.832,12	32,33
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	2.000.000,00	2.000.000,00	251.247,01	12,56
2.6- Cota-Parte IPVA	115.000,00	115.000,00	49.344,34	42,91
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.763.154,00	15.763.154,00	4.530.922,22	28,74

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			JAN A ABR	(c) =(b/a)x100 (%)
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	585,65	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	38.703,80	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	0,00	0,00	39.289,45	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 43m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A ABR (b)	RECEITAS REALIZADAS (c) =(b/a)x100 (%)
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.727.000,00	2.727.000,00	850.641,70	31,19
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.400.000,00	1.400.000,00	501.570,42	35,83
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	900.000,00	900.000,00	289.052,92	32,12
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB – (20% de 2.5)	400.000,00	400.000,00	50.249,35	12,56
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	23.000,00	23.000,00	9.769,01	42,47
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.980.000,00	1.980.000,00	670.018,08	33,84
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.980.000,00	1.980.000,00	670.018,08	33,84
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
12- DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	-747.000,00	-747.000,00	-180.623,62	24,18

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A ABR (e)	DESPESAS EMPENHADAS % (f)=(e/d)x100	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A ABR (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (h)=(g/d)x100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.868.000,00	1.868.000,00	771.169,42	41,28	771.169,42	41,28	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.868.000,00	1.868.000,00	771.169,42	41,28	771.169,42	41,28	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	112.000,00	112.000,00	45.764,33	40,86	45.764,33	40,86	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	112.000,00	112.000,00	45.764,33	40,86	45.764,33	40,86	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.980.000,00	1.980.000,00	816.933,75	41,26	816.933,75	41,26	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00

INDICADORES DO FUNDEB	Valor
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	816.933,75
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	115,10
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	6,83
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	-21,93

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	Valor
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	1.419,16
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 43m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			JAN A ABR (e)	% (f)=(e/d)x100	JAN A ABR (g)	% (h)=(g/d)x100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	392.269,00	392.269,00	139.569,67	35,58	138.606,47	35,33	0,00
22.1 - Creche	392.269,00	392.269,00	139.569,67	35,58	138.606,47	35,33	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	392.269,00	392.269,00	139.569,67	35,58	138.606,47	35,33	0,00
22.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	3.166.081,00	3.221.081,00	1.257.189,00	39,03	1.243.053,42	38,59	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.980.000,00	1.980.000,00	816.933,75	41,26	816.933,75	41,26	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.186.081,00	1.241.081,00	440.255,25	35,47	426.119,67	34,33	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	250.000,00	250.000,00	216.100,09	86,44	80.950,63	32,38	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	3.808.350,00	3.863.350,00	1.612.858,76	41,75	1.462.610,52	37,86	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-180.623,62
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)	0,00
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)	-180.623,62
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35))	1.562.283,51
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % 6 - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	34,48

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			JAN A ABR (e)	% (f)=(e/d)x100	JAN A ABR (g)	% (h)=(g/d)x100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	57.300,00	77.300,00	47.364,60	61,27	47.364,60	61,27	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	853.200,00	1.050.944,00	418.538,28	39,82	378.649,43	36,03	0,00
42- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+ 39 + 40 + 41))	910.500,00	1.128.244,00	465.902,88	41,29	426.014,03	37,76	0,00
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	4.718.850,00	4.991.594,00	2.078.761,64	41,65	1.888.624,55	37,84	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM '2019' (g)
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	45.392,49	0,00
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	22.501,46	0,00
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	22.891,03	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 43m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.419,16	12.094,82
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)	670.018,08	58.027,34
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	740.606,63	41.268,37
47.1 (-) Orçamento do Exercício	703.640,57	41.268,37
47.2 (-) Restos a Pagar	36.966,06	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-69.169,39	28.853,79
50- (+) AJUSTES	0,00	0,00
50.1 (+) Retenções	0,00	0,00
50.2 (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3 (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4 (+) Conciliação Bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	-69.169,39	28.853,79

1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3) Caput do artigo 212 da CF/1988
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 43m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A ABR (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO1 (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A ABR (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	4.642.588,00	909.430,90	3.733.157,10
Investimentos	4.037.588,00	465.579,88	3.572.008,12
Inversões Financeiras	360.000,00	360.000,00	0,00
Amortização da Dívida	245.000,00	83.851,02	161.148,98
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	4.642.588,00	909.430,90	3.733.157,10
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	4.642.588,00 <(d - a)>	909.430,90 <(e - b)>	3.733.157,10 <(f - c)>

Notas:
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 48m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

PERIODO: Janeiro a Abril

RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	2017 (h)	2018 (i)=(Ib-(IIe+IIf))	SALDO ATUAL (j)=(IIIh+IIIi)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 49m" Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			ATÉ BIMESTRE (b)	% (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.499.800,00	1.499.800,00	267.646,12	17,85
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	80.000,00	80.000,00	7.833,15	9,79
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	800.000,00	800.000,00	94.207,58	11,78
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	220.000,00	220.000,00	43.757,99	19,89
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	300.000,00	300.000,00	105.008,78	35,00
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	74.800,00	74.800,00	16.838,62	22,51
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.635.000,00	13.635.000,00	4.263.276,10	31,27
Cota-Parte FPM	7.000.000,00	7.000.000,00	2.507.852,63	35,83
Cota-Parte ITR	2.000.000,00	2.000.000,00	251.247,01	12,56
Cota-Parte IPVA	115.000,00	115.000,00	49.344,34	42,91
Cota-Parte ICMS	4.500.000,00	4.500.000,00	1.454.832,12	32,33
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	15.134.800,00	15.134.800,00	4.530.922,22	29,94

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.125], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 11/jun/2019 10h e 50m" Portaria Nº 389 de 2018

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	908.648,00	908.648,00	193.152,05	21,26
Provenientes da União	768.648,00	768.648,00	152.129,17	19,79
Provenientes dos Estados	140.000,00	140.000,00	40.897,51	29,21
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	125,37	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	225.000,00	225.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	3.727,28	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.133.648,00	1.133.648,00	196.879,33	17,37

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/e) x 100	ATÉ BIMESTRE (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	3.406.515,00	3.406.515,00	1.522.729,85	44,70	1.386.524,59	40,70	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.640.455,00	1.665.455,00	694.993,75	41,73	694.993,75	41,73	0,00
Juros e Encargos da Dívida)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.766.060,00	1.741.060,00	827.736,10	47,54	691.530,84	39,72	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	333.150,00	333.150,00	93.502,00	28,07	40.265,00	12,09	0,00
Investimentos	333.150,00	333.150,00	93.502,00	28,07	40.265,00	12,09	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.739.665,00	3.739.665,00	1.616.231,85	43,22	1.426.789,59	38,15	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			ATÉ BIMESTRE (h)	% (h/IVf) x	ATÉ BIMESTRE (i)	% (i/IVg) x	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.269.592,00	1.329.592,00	471.587,33	29,18	403.730,13	28,30	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	1.044.592,00	1.184.592,00	471.587,33	29,18	403.730,13	28,30	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	225.000,00	145.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	1.269.592,00	1.329.592,00	471.587,33	29,18	403.730,13	28,30	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.470.073,00	2.410.073,00	1.144.644,52	70,82	1.023.059,46	71,70	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(i) / IIIb x 100)6 - LIMITE CONSTITUCIONAL	22,58

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]	343.421,13

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em..	0,00	0,00	0,00
TOTAL(VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em..	0,00	0,00	0,00
TOTAL(IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			ATÉ BIMESTRE (l)	% (l/total) x 100	ATÉ BIMESTRE (m)	% (m/total) x 100	
Atenção Básica	3.218.120,00	3.253.120,00	1.483.235,82	91,77	1.347.627,96	94,45	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	380.175,00	380.175,00	106.438,60	6,59	53.201,60	3,73	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	60.000,00	25.000,00	10.623,29	0,66	10.623,29	0,74	0,00
Vigilância Sanitária	81.370,00	81.370,00	15.934,14	0,99	15.336,74	1,07	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.739.665,00	3.739.665,00	1.616.231,85	100,00	1.426.789,59	100,00	0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	21.800.000,00
Previsão Atualizada	21.800.000,00
Receitas Realizadas	6.228.544,13
Déficit Orçamentário	893.111,70
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	
Dotação Inicial	21.800.000,00
Créditos Adicionais	271.500,00
Dotação Atualizada	22.071.500,00
Despesas Empenhadas	7.522.574,38
Despesas Liquidadas	6.228.544,13
Despesas Pagas	4.936.046,82
Superávit Orçamentário	0,00

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	7.522.574,38
Despesas Liquidadas	6.228.544,13

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	18.520.710,40

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	93.459,11	0,00
Resultado Primário	-606.298,46	93.459,11	-15,41

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.104.318,16	552,30	457.276,18	646.489,68
Poder Executivo	1.104.318,16	552,30	457.276,18	646.489,68
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	106.255,32	0,00	0,00	106.255,32
Poder Executivo	106.255,32	0,00	0,00	106.255,32
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.210.573,48	552,30	457.276,18	752.745,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.562.283,51	25,00	34,48
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundame	771.169,42	60,00	115,10
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	909.430,90	3.733.157,10

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	1.023.059,46	15,00	22,58

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	0,00

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2019

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a DISPENSA em conformidade ao disposto no art. 24 inciso II da Lei Federal 8.666/93, CONSIDERANDO que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2019.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:

Objeto: Contratação de empresade serviços de recuperação do gramado do Estádio Ferletão em nossa cidade de Araguaiana – MT.

.

Favorecido: THALYTA ALICE ANTUNES RODRIGUES 48343081897 – CNPJ nº 31.558.087/0001-40

Prazo de Execução e Vigência: 03 MESES

Valor Total: R$17.436,76 (dezessete mil quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e seis centavos).

Fundamento Legal Artigo. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93 e artigo 2º da Lei Municipal nº 664/2015 de 16 de março de 2015.

Justificativa Anexa nos autos do processo de inexigibilidade de licitação nº 5/2019.

Dotação Orçamentária:

Órgão:11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade: 01 – GABIENETE DO SECRETARIO

Função:27 – DESPORTO E LAZER

Sub-Função:812DESPORTO COMUNITÁRIO

Programa: 0044 – INCENTIVO AO DESPORTO AMADOR E LAZER

Projeto/Atividade: 2067 – MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

Fonte de Recursos:1.00 –RECURSOS PRÓPRIOS

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Araguaiana, 30 de maio de 2019.

_____

Getulio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 01/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA – MT

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 01/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA,** pela sua Pregoeira de Licitação, torna Público, AUTORIZAÇÃO DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 045/2018/ REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2018 Solicitação de adesão á Ata de Registro de Preços n° 045/2018 da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia – MT Interessado: Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT DESPACHO com amparo no art. 22°, do Decreto Federal nº 3931/2011 nº 10.520/02 e subsidiariamente, a Lei 8.666/93, consulto a Vossa Senhoria sobre a possibilidade de AUTORIZAR a adesão á Ata de Registro de Preços n° 045/2018/ Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia – MT em favor da Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT. O Gestor da Ata de Registro de Preço da providências de praxe. Pontal do Araguaia – MT, 09 de janeiro de 2019. Assinado pelo Sr. Gerson Rosa de Moraes – Prefeito Municipal.

SETOR DE LICITAÇÃO
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 02/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA – MT

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 02/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA,** pela sua Pregoeira de Licitação, torna Público, AUTORIZAÇÃO DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0181/2018/ REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 089/2018 Solicitação de adesão á Ata de Registro de Preços n° 0181/2018 da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT Interessado: Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT DESPACHO com amparo no art. 22°, do Decreto Federal nº 3931/2011 nº 10.520/02 e subsidiariamente, a Lei 8.666/93, consulto a Vossa Senhoria sobre a possibilidade de AUTORIZAR a adesão á Ata de Registro de Preços n° 0181/2018/ Prefeitura Municipal de Água Boa – MT em favor da Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT. O Gestor da Ata de Registro de Preço da providências de praxe. Pontal do Araguaia – MT, 12 de fevereiro de 2019. Assinado pelo Sr. Mauro Rosa da Silva – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2018 – FIRMADO COM WEBERSON RODRIGUES DIAS

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si celebrarem de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público inscrita no CGC/MF sob n.º 15.023.914/0001-45, com a sede na cidade de Araputanga, Estado de Mato Grosso, na Rua Antenor Mamedes, n.º 911, neste ato representada pelo seu Prefeito **JOEL MARINS DE CARVALHO**, brasileiro, casado, portador do RG n. 320.719 SSP/MT, e inscrito no CPF/MF sob nº. 284.666. 321-15, residente e domiciliado à Rua Artur Francisco Xavier, nº. 290 no Bairro Santo Antônio do Município de Araputanga/MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **Weberson Rodrigues Dias,** inscrita no CNPJ n.º 29.909.492/0001-14, estabelecida à Rua E Quadra 12 – Área Verde II, s/nº, Jardim Vilage, Araputanga/MT, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. ***Weberson Rodrigues Dias*****,** brasileiro, portador do RG sob nº 1864142-3 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob nº 872.952.022-34, doravante aqui denominada simplesmente de **contratada**, resolvem alterar o presente contrato nos termos do Contrato Administrativo nº 102/2018, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1- O objeto deste contrato é a Contratação de Pessoa Jurídica para realizar as Obras de Reforma e Ampliação dos Centros de Educação Infantil "Morada dos Pequeninos" e "Pingo de Gente" e Construção de Cozinha no Centro de Referência em Assistência Social - CRAS, com recursos financeiros próprios, estaduais e federais, em consonância com o Projeto Básico Original, com a Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, contendo todos os seus anexos, os quais fazem parte integrante deste contrato independentemente de sua transcrição.

1,2 Lote 03- Ampliação do Centro de Educação Infantil Pingo de Gente, situada à Av. João Marques Luiz, Quadra 08, Jardim Vilage, Araputanga/MT

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO DE

2.1 **-** Adita-se a vigência do contrato, que era de até 31/05/2019, prorrogando-se para 27/11/2019.

2.2 – Adita-se também o prazo para a execução dos serviços, que era de até 04/03/2019, prorrogando-se, ficando estabelecido novo prazo de execução para até a 31/08/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

3.1 - Fica justificado o presente ato conforme justificativa e cronograma físico financeiro da área técnica de engenharia.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 - Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

3.2 - E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Araputanga - MT, 01 de março de 2019.

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Weberson Rodrigues Dias

CNPJ n.º 29.909.492/0001-14

Weberson Rodrigues Dias

RG sob nº 1864142-3 SSP/MT e CPF/MF sob nº 872.952.022-34

CONTRATADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 205/2019

PORTARIA N.º 205/2019

DESIGNAR SERVIDORA PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 098/2019.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear a servidora da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, **Sr. Elenir dos Santos Ferreira,** para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 098/2019.**

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 098/2019

CONTRATADA: INÊS CASSIA DE LIMA SILVA ARAUJO CPF de nº 035. 902.281-21

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao início da vigência do contrato, devendo o fiscal nomeado averiguar os serviços prestados na forma da lei.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos seis (06) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2018 – FIRMADO COM J. FERREIRA LEMOS EMPREENDIMENTOS EIRELI

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si celebrarem de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público inscrita no CGC/MF sob n.º 15.023.914/0001-45, com a sede na cidade de Araputanga, Estado de Mato Grosso, na Rua Antenor Mamedes, n.º 911, neste ato representada pelo seu Prefeito **JOEL MARINS DE CARVALHO**, brasileiro, casado, portador do RG n. 320.719 SSP/MT, e inscrito no CPF/MF sob nº. 284.666. 321-15, residente e domiciliado à Rua Artur Francisco Xavier, nº. 290 no Bairro Santo Antônio do Município de Araputanga/MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **J. Ferreira Lemos Empreendimentos EIRELI,** inscrita no CNPJ n.º 00.277.059/ 0001-21, estabelecida à Rua Limiro Rosa Pereira, nº 1530, Bairro São Sebastião, Araputanga/MT, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. **Jaconias Ferreira Lemos,** brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador do RG sob nº 780.575 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob nº 559. 421.481-04, doravante aqui denominada simplesmente de **contratada**, resolvem alterar o presente contrato nos termos do Contrato Administrativo nº 103/2018, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto deste contrato é a Contratação de Pessoa Jurídica para realizar as Obras de Reforma e Ampliação dos Centros de Educação Infantil "Morada dos Pequeninos" e "Pingo de Gente" e Construção de Cozinha no Centro de Referência em Assistência Social - CRAS, com recursos financeiros próprios, estaduais e federais, em consonância com o Projeto Básico Original, com a Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, contendo todos os seus anexos, os quais fazem parte integrante deste contrato independentemente de sua transcrição.

1.2 – Lote 01- Ampliação do Centro de Educação Infantil Morada dos Pequeninos, situada à Rua Horácio Alcântara de Carvalho, nº 1.127, Centro, Araputanga/MT;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE PRAZO

***2.1* -** Adita-se a vigência do contrato, que era de até 31/05/2019, prorrogando-se para 27/11/2019.

2.2 – Adita-se também o prazo para a execução dos serviços, que era de até 04/03/2019, prorrogando-se, ficando estabelecido novo prazo de execução para até a 31/08/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

3.1 - Fica justificado o presente ato conforme justificativa e cronograma físico financeiro da área técnica de engenharia.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

4.1 - Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

4.2 - E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Araputanga - MT, 04 de março de 2019.

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

J. Ferreira Lemos Empreendimentos EIRELI

CNPJ n.º 00.277.059/0001-21

Jaconias Ferreira Lemos

RG sob nº 780.575 SSP/MT e CPF/MF sob nº 559.421.481-04

CONTRATADA

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 206/2019

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 051, 052, 053, 054, 055, 056, 057, 058, 059, 060/2019, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS E NA FROTA MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS oriundas do Pregão nº 013/2019.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2019 - A VEIGA MEIRA - ME, inscrita no CNPJ nº 09.378.429/0001-91.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2019 - DIEGO SILVA PETINI – ME, inscrita no CNPJ nº 26.599.382/0001-05.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2019 - DUPLA POTÊNCIA RECUPERADORA DE MÁQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.301.657/ 0001-87.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2019 - ELIAS D.C AUTO ELÉTRICA - ME, inscrita no CNPJ nº 18.005.516/0001-94.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2019 - F.O DE LIMA - ME, inscrita no CNPJ nº 14.475.171/0001-81.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2019 - KAKA PEÇAS E ACESSORIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.443.169/0001-32.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2019 - K.S DOS SANTOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 13.756.601/0001-70.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2019 - P.S. FABRE & CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 09.054.991/0001-60.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2019 - Wilhen C. Moretti & Moretti LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 37.460.987/0001-37.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2019 - WR MOTOCENTER LTDA, inscrita no CNPJ nº 27.895.700/0001-48.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr. Célio Márcio Figueiro Torres - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Sr. Célio Márcio Figueiro Torres - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

Sr. Rosiron Rodrigues Guimarães – Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Sr. João Andrade Junior - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE ESPORTES.

Sra. Maria de Fátima Neves - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE da respectiva ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2019 - A VEIGA MEIRA - ME, inscrita no CNPJ nº 09.378.429/0001-91.

Sr. Onivaldo Candido de Jesus - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Sr. Jeyksi Jhonis da Silva - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Sr. Francisco Tiburcio de Carvalho - Responsável pelos objetos requisitados da OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Sr. João Pereira de Lima - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dez (10) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 207/2019

PORTARIA N.º 207/2019

DESIGNAR SERVIDORA PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 096/2019.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear a servidora da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, **Sra. Ana Paula Ferreira Neves,** para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 096/2019.**

CONTRATADA: MAIANI MARTINS ALVARENGA

CPF de nº 027.232.671-21

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a data de assinatura do contrato, devendo o fiscal nomeado averiguar os serviços prestados na forma da lei.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dez (10) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO Nº 007/2019

RATIFICAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO Nº 007/2019

REF: Adesão a Ata de Registro de Preço n°. 010/2019 – Pregão Presencial n°. 014/2019 - Realizado pelo Município de Nova Lacerda/MT.

Objeto da Ata de Registro de Preço: Contratação de Empresa especializada na locação de máquinas pesadas e caminhões para atender as necessidades do Município.

INTERESSADO A ADESÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA - MT - Representada pelo Sr. JOEL MARINS DE CARVALHO – Prefeito Municipal.

FORNECEDOR: CONSTRUTORA NOSSA SENHORA DO CARMO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n°. 04.746.603/0001-98, com sede à Rua 16 de Julho, n°. 473, Centro, Nova Lacerda/MT, CEP 78.243-000

SECRETARIA REQUERENTE: Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, consignados no Orçamento do ano corrente, serão empenhados nas rubricas da SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

DO QUANTITATIVO: 200 Horas Serviço de locação de equipamentos industriais – do tipo motoniveladora, com peso bruto operacional mínimo de 15 toneladas, lâmina articulada, sistema hidráulico na lâmina com riper traseiro, largura da lâmina de no mínimo 3,70M, máquina articulada, gabinete climatizado, ano mínimo 2012, combustível por conta da contratante, totalizando o valor de R$ 35.800,00 (trinta e cinco mil e oitocentos reais).

Araputanga-MT, 11 de junho de 2019.

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
RREO - 2º BIMESTRE DE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A ABR	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.301.696,20	47.301.696,20	6.314.141,22	13,35	13.977.634,11	29,55	33.324.062,09
RECEITAS CORRENTES	43.653.429,60	43.653.429,60	5.936.769,26	13,60	13.210.262,15	30,26	30.443.167,45
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.356.151,00	4.356.151,00	462.901,98	10,63	1.148.286,91	26,36	3.207.864,09
Impostos	4.144.150,00	4.144.150,00	326.178,15	7,87	948.467,55	22,89	3.195.682,45
Taxas	212.001,00	212.001,00	136.723,83	64,49	199.819,36	94,25	12.181,64
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.947.600,00	1.947.600,00	74.096,37	3,80	205.678,83	10,56	1.741.921,17
Contribuições Sociais	1.542.000,00	1.542.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.542.000,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	405.600,00	405.600,00	74.096,37	18,27	205.678,83	50,71	199.921,17
RECEITA PATRIMONIAL	1.368.000,00	1.368.000,00	29.034,92	2,12	56.437,64	4,13	1.311.562,36
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	1.368.000,00	1.368.000,00	29.034,92	2,12	56.437,64	4,13	1.311.562,36
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.148.000,00	1.148.000,00	232.355,67	20,24	449.613,96	39,16	698.386,04
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	1.140.000,00	1.140.000,00	232.355,67	20,38	449.613,96	39,44	690.386,04
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.715.398,40	34.715.398,40	5.133.164,80	14,79	11.345.029,29	32,68	23.370.369,11
Transferências da União e de suas Entidades	15.132.009,40	15.132.009,40	1.928.346,89	12,74	4.795.149,72	31,69	10.336.859,68
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	14.383.389,00	14.383.389,00	2.265.452,01	15,75	4.576.370,22	31,82	9.807.018,78
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	5.200.000,00	5.200.000,00	939.365,90	18,06	1.973.509,35	37,95	3.226.490,65
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.280,20	118.280,20	5.215,52	4,41	5.215,52	4,41	113.064,68
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	7.280,20	7.280,20	0,20	0,00	0,20	0,00	7.280,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	111.000,00	111.000,00	5.215,32	4,70	5.215,32	4,70	105.784,68
RECEITAS DE CAPITAL	3.648.266,60	3.648.266,60	377.371,96	10,34	767.371,96	21,03	2.880.894,64
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	15.600,00	15.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.600,00
Alienação de Bens Móveis	15.600,00	15.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.600,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.632.666,60	3.632.666,60	377.371,96	10,39	767.371,96	21,12	2.865.294,64
Transferências da União e de suas Entidades	2.632.666,60	2.632.666,60	194.066,00	7,37	584.066,00	22,19	2.048.600,60
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.000.000,00	1.000.000,00	183.305,96	18,33	183.305,96	18,33	816.694,04
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.434.249,80	2.434.249,80	0,00	0,00	0,00	0,00	2.434.249,80
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	49.735.946,00	49.735.946,00	6.314.141,22	12,70	13.977.634,11	28,10	35.758.311,89
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.99], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A ABR	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	49.735.946,00	49.735.946,00	6.314.141,22	12,70	13.977.634,11	28,10	35.758.311,89
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII) = (V + VI)	49.735.946,00	49.735.946,00	6.314.141,22	12,70	13.977.634,11	28,10	35.758.311,89
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.042.085,02			2.042.085,02		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		2.042.085,02			2.042.085,02		

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.99], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			BIMESTRE	JAN A ABR		BIMESTRE	JAN A ABR			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	47.586.458,00	49.703.793,02	8.695.484,54	22.316.277,91	27.387.515,11	5.718.040,87	10.347.043,61	39.356.749,41	10.013.724,20	0,00
DESPESAS CORRENTES	38.061.817,00	38.517.975,12	5.647.502,91	18.207.315,65	20.310.659,47	5.559.187,42	9.938.374,29	28.579.600,83	9.607.911,88	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.197.787,40	20.067.433,22	2.928.626,80	8.254.905,77	11.812.527,45	2.914.929,28	5.939.707,85	14.127.725,37	5.768.988,99	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	160.000,00	160.000,00	0,00	160.000,00	0,00	26.097,78	39.020,53	120.979,47	39.020,53	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.704.029,60	18.290.541,90	2.718.876,11	9.792.409,88	8.498.132,02	2.618.160,36	3.959.645,91	14.330.895,99	3.799.902,36	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	6.336.936,00	8.245.862,90	3.047.981,63	4.108.962,26	4.136.900,64	158.853,45	408.669,32	7.837.193,58	405.812,32	0,00
INVESTIMENTOS	6.211.936,00	8.120.862,90	3.047.981,63	3.983.962,26	4.136.900,64	133.408,33	370.785,74	7.750.077,16	367.928,74	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	125.000,00	125.000,00	0,00	125.000,00	0,00	25.445,12	37.883,58	87.116,42	37.883,58	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.187.705,00	2.939.955,00			2.939.955,00			2.939.955,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.149.488,00	2.074.238,00	359.213,56	696.101,41	1.378.136,59	384.240,53	569.793,54	1.504.444,46	569.793,54	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	49.735.946,00	51.778.031,02	9.054.698,10	23.012.379,32	28.765.651,70	6.102.281,40	10.916.837,15	40.861.193,87	10.583.517,74	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	49.735.946,00	51.778.031,02	9.054.698,10	23.012.379,32	28.765.651,70	6.102.281,40	10.916.837,15	40.861.193,87	10.583.517,74	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			3.060.796,96		3.394.116,37	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	49.735.946,00	51.778.031,02	9.054.698,10	23.012.379,32		6.102.281,40	13.977.634,11		13.977.634,11	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.99], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A ABR	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.434.249,80	2.434.249,80	0,00	0,00	0,00	0,00	2.434.249,80
RECEITAS CORRENTES	2.434.249,80	2.434.249,80	0,00	0,00	0,00	0,00	2.434.249,80
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.145.530,00	2.145.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.145.530,00
Contribuições Sociais	2.145.530,00	2.145.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.145.530,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	288.719,80	288.719,80	0,00	0,00	0,00	0,00	288.719,80
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	288.719,80	288.719,80	0,00	0,00	0,00	0,00	288.719,80
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.99], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ Milhares

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			BIMESTRE	JAN A ABR		BIMESTRE	JAN A ABR			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.149.488,00	2.074.238,00	359.213,56	696.101,41	1.378.136,59	385.538,06	571.091,07	1.503.146,93	571.091,07	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.099.488,00	2.024.238,00	359.213,56	646.101,41	1.378.136,59	377.366,28	554.757,51	1.469.490,49	554.747,51	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.084.488,00	2.009.238,00	359.213,56	631.101,41	1.378.136,59	373.934,95	548.083,69	1.461.154,31	548.083,69	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	15.000,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	3.431,33	6.663,82	8.336,18	6.663,82	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	8.171,78	16.343,56	33.656,44	16.343,56	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	8.171,78	16.343,56	33.656,44	16.343,56	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.99], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A ABR	%		BIMESTRE	JAN A ABR	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.586.458,00	49.703.793,02	9.298.889,19	22.920.906,46	97,05	26.782.886,56	6.215.490,10	11.063.182,87	95,09	38.640.610,15	0,00
Legislativa	2.143.000,00	2.143.000,00	276.497,41	728.700,94	3,09	1.414.299,06	282.924,04	554.729,41	4,77	1.588.270,59	0,00
Ação Legislativa	2.143.000,00	2.143.000,00	276.497,41	728.700,94	3,09	1.414.299,06	282.924,04	554.729,41	4,77	1.588.270,59	0,00
Administração	5.558.625,00	5.255.477,50	446.169,85	2.368.396,47	10,29	2.887.081,03	655.677,31	1.183.723,55	10,84	4.071.753,95	0,00
Administração Geral	4.435.771,00	4.021.460,00	315.208,08	1.768.420,77	7,68	2.253.039,23	471.728,13	838.222,27	7,68	3.183.237,73	0,00
Controle Interno	69.000,00	69.000,00	7.609,64	23.924,31	0,10	45.075,69	7.609,64	23.924,31	0,22	45.075,69	0,00
Normatização e Fiscalização	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00
Administração de Receitas	997.526,00	1.109.009,50	123.352,13	576.051,39	2,50	532.958,11	176.339,54	321.576,97	2,95	787.432,53	0,00
Comunicação Social	49.328,00	49.008,00	0,00	0,00	0,00	49.008,00	0,00	0,00	0,00	49.008,00	0,00
Assistência Social	1.573.380,00	1.757.339,34	271.000,52	596.490,85	2,59	1.160.848,49	205.198,46	429.815,72	3,94	1.327.523,62	0,00
Assistência ao Idoso	262.500,00	272.500,00	36.857,22	50.516,43	0,22	221.983,57	15.299,13	20.217,66	0,19	252.282,34	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	161.500,00	164.200,00	24.041,97	51.115,86	0,22	113.084,14	25.905,73	49.194,63	0,45	115.005,37	0,00
Assistência Comunitária	1.149.380,00	1.320.639,34	210.101,33	494.858,56	2,15	825.780,78	163.993,60	360.403,43	3,30	960.235,91	0,00
Previdência Social	2.621.260,00	2.621.260,00	603.404,65	2.903.419,97	12,29	-282.159,97	497.449,23	890.183,31	7,65	1.731.076,69	0,00
Previdência do Regime Estatutário	2.621.260,00	2.621.260,00	603.404,65	2.903.419,97	12,29	-282.159,97	497.449,23	890.183,31	7,65	1.731.076,69	0,00
Saúde	8.419.374,00	9.453.230,18	1.289.501,33	5.577.345,14	24,24	3.875.885,04	1.771.296,74	2.919.586,67	26,74	6.533.643,51	0,00
Administração Geral	743.018,80	818.503,40	189.680,77	538.795,41	2,34	279.707,99	183.803,89	368.955,18	3,38	449.548,22	0,00
Atenção Básica	1.877.700,00	2.115.909,42	536.354,98	887.079,66	3,85	1.228.829,76	530.851,07	748.719,70	6,86	1.367.189,72	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.943.039,20	5.480.720,70	385.877,76	3.825.175,38	16,62	1.655.545,32	871.920,93	1.527.209,56	13,99	3.953.511,14	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	303.766,00	406.055,00	71.720,38	132.541,72	0,58	273.513,28	66.411,79	106.742,64	0,98	299.312,36	0,00
Vigilância Epidemiológica	551.850,00	632.041,66	105.867,44	193.752,97	0,84	438.288,69	118.309,06	167.959,59	1,54	464.082,07	0,00
Educação	10.137.702,00	10.658.202,00	1.476.227,11	3.512.122,45	15,26	7.146.079,55	1.586.251,65	2.863.095,41	26,23	7.795.106,59	0,00
Administração Geral	104.848,00	74.448,00	2.299,90	15.186,45	0,07	59.261,55	1.381,34	1.381,34	0,01	73.066,66	0,00
Ensino Fundamental	6.361.245,00	7.111.775,20	1.090.640,07	2.605.412,01	11,32	4.506.363,19	1.182.483,88	2.096.174,02	19,20	5.015.601,18	0,00
Ensino Superior	102.009,00	116.009,00	0,00	60.000,00	0,26	56.009,00	5.000,00	15.000,00	0,14	101.009,00	0,00
Educação Infantil	3.548.600,00	3.311.438,56	383.287,14	786.992,75	3,42	2.524.445,81	393.960,95	740.263,61	6,78	2.571.174,95	0,00
Educação Especial	21.000,00	44.531,24	0,00	44.531,24	0,19	0,00	3.425,48	10.276,44	0,09	34.254,80	0,00
Cultura	1.107.600,00	338.259,00	39.500,00	44.410,00	0,19	293.849,00	0,00	4.910,00	0,04	333.349,00	0,00
Difusão Cultural	1.107.600,00	338.259,00	39.500,00	44.410,00	0,19	293.849,00	0,00	4.910,00	0,04	333.349,00	0,00
Urbanismo	6.848.392,00	8.448.549,00	3.828.322,53	5.011.340,76	21,78	3.437.208,24	763.575,53	1.581.238,89	14,48	6.867.310,11	0,00
Infra-Estrutura Urbana	5.840.392,00	7.463.617,00	3.690.345,94	4.630.455,73	20,12	2.833.161,27	616.406,05	1.243.091,03	11,39	6.220.525,97	0,00
Serviços Urbanos	1.008.000,00	984.932,00	137.976,59	380.885,03	1,66	604.046,97	147.169,48	338.147,86	3,10	646.784,14	0,00
Habitação	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
Habitação Urbana	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
Saneamento	1.299.000,00	899.000,00	49.225,08	80.129,84	0,35	818.870,16	49.225,08	80.129,84	0,73	818.870,16	0,00
Saneamento Básico Urbano	1.299.000,00	899.000,00	49.225,08	80.129,84	0,35	818.870,16	49.225,08	80.129,84	0,73	818.870,16	0,00
Gestão Ambiental	187.350,00	184.129,65	8.195,38	49.404,04	0,21	134.725,61	30.817,38	49.404,04	0,45	134.725,61	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	187.350,00	184.129,65	8.195,38	49.404,04	0,21	134.725,61	30.817,38	49.404,04	0,45	134.725,61	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.99], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A ABR	%		BIMESTRE	JAN A ABR	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Agricultura	773.000,00	1.729.998,35	618.591,47	1.133.293,12	4,92	596.705,23	5.978,02	9.435,33	0,09	1.720.563,02	0,00
Promoção da Produção Vegetal	200.000,00	195.000,00	0,00	0,00	0,00	195.000,00	0,00	0,00	0,00	195.000,00	0,00
Abastecimento	573.000,00	1.534.998,35	618.591,47	1.133.293,12	4,92	401.705,23	5.978,02	9.435,33	0,09	1.525.563,02	0,00
Indústria	110.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00
Promoção Industrial	110.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00
Comércio e Serviços	385.100,00	385.100,00	41.495,79	66.043,05	0,29	319.056,95	25.901,91	47.205,17	0,43	337.894,83	0,00
Promoção Comercial	260.100,00	260.100,00	18.637,07	35.356,03	0,15	224.743,97	18.637,07	35.356,03	0,32	224.743,97	0,00
Turismo	125.000,00	125.000,00	22.858,72	30.687,02	0,13	94.312,98	7.264,84	11.849,14	0,11	113.150,86	0,00
Transporte	1.029.370,00	944.070,00	295.780,68	458.128,71	1,99	485.941,29	237.664,46	269.130,30	2,47	674.939,70	0,00
Transporte Rodoviário	1.029.370,00	944.070,00	295.780,68	458.128,71	1,99	485.941,29	237.664,46	269.130,30	2,47	674.939,70	0,00
Desporto e Lazer	1.420.600,00	1.056.223,00	54.977,39	106.681,12	0,46	949.541,88	51.987,39	103.691,12	0,95	952.531,88	0,00
Desporto Comunitário	1.390.600,00	1.026.223,00	54.977,39	106.681,12	0,46	919.541,88	51.987,39	103.691,12	0,95	922.531,88	0,00
Lazer	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Encargos Especiais	285.000,00	285.000,00	0,00	285.000,00	1,24	0,00	51.542,90	76.904,11	0,70	208.095,89	0,00
Serviço da Dívida Interna	285.000,00	285.000,00	0,00	285.000,00	1,24	0,00	51.542,90	76.904,11	0,70	208.095,89	0,00
Reserva de Contingência	3.187.705,00	2.939.955,00	0,00	0,00	0,00	2.939.955,00	0,00	0,00	0,00	2.939.955,00	0,00
Reserva de Contingência	3.187.705,00	2.939.955,00	0,00	0,00	0,00	2.939.955,00	0,00	0,00	0,00	2.939.955,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.149.488,00	2.074.238,00	359.213,56	696.101,41	2,95	1.378.136,59	385.538,06	571.091,07	4,91	1.503.146,93	0,00
Legislativa	85.000,00	85.000,00	0,00	85.000,00	0,36	0,00	13.423,86	19.884,75	0,17	65.115,25	0,00
Ação Legislativa	85.000,00	85.000,00	0,00	85.000,00	0,36	0,00	13.423,86	19.884,75	0,17	65.115,25	0,00
Administração	145.000,00	145.000,00	33.270,64	48.852,32	0,21	96.147,68	33.270,64	48.852,32	0,45	96.147,68	0,00
Administração Geral	93.000,00	93.000,00	15.423,37	22.619,07	0,10	70.380,93	15.423,37	22.619,07	0,21	70.380,93	0,00
Controle Interno	6.000,00	6.000,00	2.091,35	3.098,75	0,01	2.901,25	2.091,35	3.098,75	0,03	2.901,25	0,00
Administração de Receitas	46.000,00	46.000,00	15.755,92	23.134,50	0,10	22.865,50	15.755,92	23.134,50	0,21	22.865,50	0,00
Assistência Social	47.500,00	47.500,00	9.853,58	14.532,17	0,06	32.967,83	9.853,58	14.532,17	0,13	32.967,83	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Assistência Comunitária	46.500,00	46.500,00	9.853,58	14.532,17	0,06	31.967,83	9.853,58	14.532,17	0,13	31.967,83	0,00
Previdência Social	19.200,00	19.200,00	0,00	19.200,00	0,08	0,00	1.297,53	1.297,53	0,01	17.902,47	0,00
Previdência do Regime Estatutário	19.200,00	19.200,00	0,00	19.200,00	0,08	0,00	1.297,53	1.297,53	0,01	17.902,47	0,00
Saúde	484.500,00	489.250,00	120.435,18	174.232,85	0,76	315.017,15	120.435,18	174.232,85	1,60	315.017,15	0,00
Administração Geral	49.000,00	47.750,00	19.523,00	29.890,38	0,13	17.859,62	19.523,00	29.890,38	0,27	17.859,62	0,00
Atenção Básica	155.000,00	155.000,00	44.808,81	57.213,46	0,25	97.786,54	44.808,81	57.213,46	0,52	97.786,54	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	244.000,00	246.000,00	47.280,54	73.143,85	0,32	172.856,15	47.280,54	73.143,85	0,67	172.856,15	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	1.500,00	5.500,00	2.013,09	3.952,48	0,02	1.547,52	2.013,09	3.952,48	0,04	1.547,52	0,00
Vigilância Epidemiológica	35.000,00	35.000,00	6.809,74	10.032,68	0,04	24.967,32	6.809,74	10.032,68	0,09	24.967,32	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.99], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A ABR	%		BIMESTRE	JAN A ABR	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Educação	988.788,00	912.788,00	146.613,21	217.041,95	0,94	695.746,05	146.613,21	217.041,95	1,99	695.746,05	0,00
Administração Geral	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Fundamental	705.788,00	640.788,00	107.260,67	160.370,52	0,70	480.417,48	107.260,67	160.370,52	1,47	480.417,48	0,00
Educação Infantil	282.000,00	272.000,00	39.352,54	56.671,43	0,25	215.328,57	39.352,54	56.671,43	0,52	215.328,57	0,00
Cultura	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	155.000,00	155.000,00	33.844,86	50.078,70	0,22	104.921,30	33.844,86	50.078,70	0,46	104.921,30	0,00
Infra-Estrutura Urbana	155.000,00	155.000,00	33.844,86	50.078,70	0,22	104.921,30	33.844,86	50.078,70	0,46	104.921,30	0,00
Saneamento	51.000,00	51.000,00	4.571,53	6.428,28	0,03	44.571,72	4.571,53	6.428,28	0,06	44.571,72	0,00
Saneamento Básico Urbano	51.000,00	51.000,00	4.571,53	6.428,28	0,03	44.571,72	4.571,53	6.428,28	0,06	44.571,72	0,00
Gestão Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Agricultura	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00
Abastecimento	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00
Comércio e Serviços	34.500,00	34.500,00	2.615,04	3.874,70	0,02	30.625,30	2.615,04	3.874,70	0,04	30.625,30	0,00
Promoção Comercial	34.500,00	34.500,00	2.615,04	3.874,70	0,02	30.625,30	2.615,04	3.874,70	0,04	30.625,30	0,00
Desporto e Lazer	51.000,00	51.000,00	8.009,52	11.860,44	0,05	39.139,56	8.009,52	11.860,44	0,11	39.139,56	0,00
Desporto Comunitário	51.000,00	51.000,00	8.009,52	11.860,44	0,05	39.139,56	8.009,52	11.860,44	0,11	39.139,56	0,00
Encargos Especiais	65.000,00	65.000,00	0,00	65.000,00	0,28	0,00	11.603,11	23.007,38	0,21	41.992,62	0,00
Serviço da Dívida Interna	65.000,00	65.000,00	0,00	65.000,00	0,28	0,00	11.603,11	23.007,38	0,21	41.992,62	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	49.735.946,00	51.778.031,02	9.658.102,75	23.617.007,87	100,00	28.161.023,15	6.601.028,16	11.634.273,94	100,00	40.143.757,08	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.99], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

Portaria Nº 495 de 2017

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010-2019

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através do Pregoeira, torna público aos interessados, que o julgamento do certame supracitado realizado em 06/06/2019, cujo objeto é a FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA, EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, MÁQUINA, MOTOCICLETA E VEÍCULOS, resultou em vencedoras:

APROCAMPO – MÁQUINAS, MOTORES E PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME, inscrita no CNPJ: 03.362.799/0001-54, vencedora dos Itens 05 e 06, no valor Global de R$ 93.952,00;

ROETH MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ: 15.239.988/0002-02, vencedora do Item 04, no valor de R$ 177.500,00.

TATIANA CAPITANIO VEÍCULOS – ME, inscrita no CNPJ: 09.103.941/0001-25, vencedora dos Itens 01, 03, 07 e 08, no valor Global de R$ 439.800,00.

O item 02 (motocicleta) restou fracassado.

Informa aos interessados que os autos do certame acham-se disponíveis para exame de quaisquer interessados.

Araputanga MT, 11 de junho de 2019.

LUCIANA LINA DE BARROS CHAVES

Pregoeira

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 203/2019

DESIGNAR O SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 097/2019, ORIUNDO DA DISPENSA N°. 013/2019, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO É A EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS PARA APOIO A FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL – ITR, SERVIÇO DE ASSESSORIA E FORNECIMENTO DE LAUDO/LEVANTAMENTO TÉCNICO PARA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O VALOR DA TERRA NUA – VTN A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1877 DE 14 DE MARÇO DE 2019.JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.RESOLVE:Art. 1º - Designar e nomear o servidor da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Sr. Junio Cesar Pereira, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do contrato acima mencionando com a empresa MULTISIG GEOPROCESSAMENTO LTDA, CNPJ n°. 32.234.153/0001-90.Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos cinco (05) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019). JOEL MARINS DE CARVALHOPREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através da Pregoeira, torna público, aos interessados, que o julgamento do certame supracitado realizado em 10/06/2019, cujo objeto é a Contratação de Pessoa Jurídica objetivando a Prestação de Serviços de Locação de Equipamento Laboratorial automatizado (Analisador Hematológico) e com fornecimento de insumos, consumíveis e acessórios (reagentes, calibradores, sangue controle, cubetas, agulhas, papel e fita para impressora, etc...) necessários para a realização dos testes / exames pelo laboratório municipal de análises clínicas, para atender à demanda da Secretaria de Saúde, resultou em vencedora a empresa M. S. Diagnóstica LTDA, inscrita no CNPJ: 00.970.175/0003-93, no valor mensal de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Informa aos interessados que os autos do certame acham-se à disposição para exame de quaisquer interessados.

Araputanga/MT, 11 de junho de 2019.

LUCIANA LINA DE BARROS CHAVES

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2018 – FIRMADO COM J. FERREIRA LEMOS EMPREENDIMENTOS EIRELI

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si celebrarem de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público inscrita no CGC/MF sob n.º 15.023.914/0001-45, com a sede na cidade de Araputanga, Estado de Mato Grosso, na Rua Antenor Mamedes, n.º 911, neste ato representada pelo seu Prefeito **JOEL MARINS DE CARVALHO**, brasileiro, casado, portador do RG n. 320.719 SSP/MT, e inscrito no CPF/MF sob nº. 284.666.321-15, residente e domiciliado à Rua Artur Francisco Xavier, nº. 290 no Bairro Santo Antônio do Município de Araputanga/MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **J. Ferreira Lemos Empreendimentos EIRELI,** inscrita no CNPJ n.º 00.277.059/0001-21, estabelecida à Rua Limiro Rosa Pereira, nº 1530, Bairro São Sebastião, Araputanga/MT, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. **Jaconias Ferreira Lemos,** brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador do RG sob nº 780.575 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob nº 559.421.481-04, doravante aqui denominada simplesmente de **contratada**, resolvem alterar o presente contrato nos termos do Contrato Administrativo nº 103/2018, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto deste contrato é a Contratação de Pessoa Jurídica para realizar as Obras de Reforma e Ampliação dos Centros de Educação Infantil "Morada dos Pequeninos" e "Pingo de Gente" e Construção de Cozinha no Centro de Referência em Assistência Social - CRAS, com recursos financeiros próprios, estaduais e federais, em consonância com o Projeto Básico Original, com a Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, contendo todos os seus anexos, os quais fazem parte integrante deste contrato independentemente de sua transcrição.

1.2 – Lote 02 - Construção de Cozinha no Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, situado à Rua Horácio Alcântara de Carvalho, Lotes 13 e 14, Centro, Araputanga/MT

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE PRAZO

2.1 **-** Adita-se a vigência do contrato, que era de até 01/05/2019, prorrogando-se para 29/08/2019.

2.2 – Adita-se também o prazo para a execução dos serviços, que era de até 02/02/2019, prorrogando-se, ficando estabelecido novo prazo de execução para até a 02/06/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

3.1 - Fica justificado o presente ato conforme justificativa e cronograma físico financeiro da área técnica de engenharia.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

4.1 - Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

4.2 - E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Araputanga - MT, 01 de março de 2019.

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

J. Ferreira Lemos Empreendimentos EIRELI

CNPJ n.º 00.277.059/0001-21

Jaconias Ferreira Lemos

RG sob nº 780.575 SSP/MT e CPF/MF sob nº 559.421.481-04

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2019

Aos **onze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato, denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA***, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares,* **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **OASIS COZINHA INDSUTRIAL LTDA,** inscrita no **CNPJ Nº. 12.025.932/0002-59**, situada na Avenida 02 de Dezembro, nº 437, Bairro: Centro – Aripuanã/MT, neste ato representado pela proprietária Srª. **Jane Savi Pereira** portadora do **CPF de n° 503.498.569-15 e RG: 3257483-5 SSP/MT**, *nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da* ***Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008, 1.729/2010 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável****, e em conformidade com as disposições a seguir.*

1. DOS PRODUTOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, MARCA E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade, a marca encontram-se indicados na tabela abaixo:

LOTE Nº. 1 - Aquisição de marmitex, água mineral e refrigerante – SEDE DO MUNICIPIO.

SEQ	CÓDIGO ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNI	QTDE	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL
1	63008	MARMITEX, COMPOSTA DE NO MINIMO POR 04 (QUATRO) GUARNICOES: ARROZ, FEIJAO, CARNE E SALADA, DEVERA SER FEITO UM RODIZIO (VARIACAO), ENTRE AS CARNES E AS SALADAS A SEREM SERVIDAS, PARA QUE NÃO HAJA REPETICOES DIARIAS DO MESMO CARDAPIO, AS REFEICOES DEVERAO SER EMBALADAS EM MARMITEX DE ALUMINIO, POSSUINDO PESO DE NO MINIMO 800 GRAMAS.		UND	7.400	15,00	111.000,00
2	693278	AGUA MINERAL – NATURAL SEM GAS, ACONDICIONADA EM GARRAFA COM TAMPA E LACRE, CONTENDO 500ML, VASILHAME PLASTICO RECICLAVEL.	PURISSIMA	UND	1.400	2,75	3.850,00
3	693280	REFRIGERANTE – COMPOSTO DE EXTRATO DE COLA, AGUA GASEIFICADA, ACUCAR, EXTRATOS VEGETAIS, CAFEINA, CORANTE, CARAMELO, MENOS DE 1,5 KCAL, CORANTES ARTIFICIAIS, LIVRE DE QUALQUER SUJICIDADE, LIVRE DE PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM LATA DE 350ML.	COCA-COLA	UND	240	4,00	960,00
4	693281	REFRIGERANTE – COMPOSTO DE EXTRATO DE COLA, AGUA GASEIFICADA, SACARINA, EXTRATOS VEGETAIS, CAFEINA, CORANTE, CARAMELO, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PET DE 02 LITROS.	PEPSI	UND	387	8,50	3.289,50

LOTE Nº. 3 - Aquisição de marmitex para distribuição gratuita – Brigada Mista, e em eventos.

SEQ	CÓDIGO ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNI	QTDE	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL
1	694191	MARMITEX, COMPOSTA DE NO MINIMO POR 04 (QUATRO) GUARNICOES: ARROZ, FEIJAO, CARNE E SALADA, DEVERA SER FEITO UM RODIZIO (VARIACAO), ENTRE AS CARNES E AS SALADAS A SEREM SERVIDAS, PARA QUE NÃO HAJA REPETICOES DIARIAS DO MESMO CARDAPIO, AS REFEICOESDEVERAO SER EMBALADAS EM MARMITEX DE ALUMINIO, POSSUINDO PESO DE NO MINIMO 800 GRAMAS.		UND	850	15,00	12.750,00

LOTE Nº. 4 - Aquisição refeições tipo self service, agua mineral e refrigerante – SEDE DO MUNICIPIO.

SEQ	CÓDIGO ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNI	QTDE	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL
1	693278	AGUA MINERAL – NATURAL SEM GAS, ACONDICIONADA EM GARRAFA COM TAMPA E LACRE, CONTENDO 500ML, VASILHAME PLASTICO RECICLAVEL.	PURISSIMA	UND	620	2,64	1.636,80
2	693280	REFRIGERANTE – COMPOSTO DE EXTRATO DE COLA, AGUA GASEIFICADA, ACUCAR, EXTRATOS VEGETAIS, CAFEINA, CORANTE, CARAMELO, MENOS DE 1,5 KCAL, CORANTES ARTIFICIAIS, LIVRE DE QUALQUER SUJICIDADE, LIVRE DE PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM LATA DE 350ML.	COCA-COLA	UND	340	3,84	1.305,60
3	693281	REFRIGERANTE – COMPOSTO DE EXTRATO DE COLA, AGUA GASEIFICADA, SACARINA, EXTRATOS VEGETAIS, CAFEINA, CORANTE, CARAMELO, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PET DE 02 LITROS.	PEPSI	UND	237	8,16	1.933,92
4	698501	REFEICAO COMERCIAL TIPO – SELF SERVICE- ALMOCO OU JANTAR, CONTENDO ARROZ, FEIJAO, DOIS TIPOS DE GUARNICAO (MASSA, TUBERCULO, OU LEGUMES COZIDOS, ENSOPADOS FRITO OU AO MOLHO) DOIS TIPOS CARNES (FRANGO, CARNE SUINA, BOVINA OU PEIXE) SALADA COM DOISTIPOS DE VERDURAS (VARIADAS) DEVERA SER FEITO UM RODIZIO (VARIACAO) DO CARDAPIO PARA QUE NÃO HAJA REPETICOES DIARIAS DO MESMO CARDAPIO.			1.860	25,44	47.318,40

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) *quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;*

b) *quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;*

c) *em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;*

d) *os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;*

e) *por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;*

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 11 de junho de 2019.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

OASIS COZINHA INDSUTRIAL LTDA

CNPJ Nº 12.025.932/0002-59

Srª. Jane Savi Pereira

CPF: 503.498.569-15

Testemunhas:

Rejane Lina de Oliveira Luciene Souza da Silva

CPF Nº 537.872.851-72 CPF Nº 978.869.121-87

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 3.594/2019

SÚMULA:

"INSTITUI MODELO DE CERTIDÃO DE VIABILIDADE DE LOTEAMENTO"

O Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 86, *caput*, do Plano Diretor Municipal;

DECRETA

Art. 1º.Institui e aprova a Certidão de Viabilidade de Loteamento no âmbito do Departamento de Fiscalização de Obras e Posturas do Município de Aripuanã, na forma do Anexo I, do presente Decreto.

Art. 2º.Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã-MT, aos 11 dias do mês de junho de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

ANEXO I

CERTIDÃO DE VIABILIDADE DE LOTEAMENTO N.º _____/ANO

A Prefeitura Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo (Função: Diretor de Obras, Engenheiro, Técnico – nome). ....., certifica que o projeto de loteamento denominado....., localizado em ....., de propriedade de (nome do empreendedor) . ....., ..., está de acordo com as diretrizes municipais, constantes na Lei Complementar Municipal n.º 052/2011 – Plano Diretor, que fixa as normas que devem ser obedecidas em relação à destinação e implantação de loteamentos residenciais ou mistos.

Certifica ainda que: a) o loteamento se encontra em zona ..... (urbana/de expansão urbana); b) não foi utilizado para depósito de lixo ou de produtos que possam trazer riscos à saúde dos futuros moradores; c) . ..... (há/não há) viabilidade de coleta regular de lixo com frequência; d) ... . (situa-se/não se situa) em área potencialmente suscetível a problemas geotécnicos, tais como erosão, instabilidade de encosta etc.; e) o loteamento se enquadra na zona .....(residencial/industrial/comercial/mista), conforme Plano Diretor Municipal (Lei Complementar n.º 052/2011); f) as vias projetadas do empreendimento (denominação das ruas) que não se articulam com vias oficiais (existentes ou projetadas) e que não são dotadas de balões de retorno, são necessárias para o implemento das diretrizes viárias municipais.

Aripuanã-MT, ____ de _____ de 2019.

_____

(Nome - Cargo – Portaria)

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR 002/2019

EDITAL DA RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A Prefeitura do Município de Aripuanã, por determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de acordo com o Edital nº 001/2019 Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2019 para atender situação excepcional de interesse público para suprir a demanda, a fim de se proceder a Contratação Temporária da Educação Básica, **COMUNICA** aos candidatos abaixo relacionados à **RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**, para o processo seletivo simplificado para admissão de pessoal em caráter temporário e excepcional interesse público.

Aripuanã, 11 de junho de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

RELAÇÃO DOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CADASTRO DE RESERVA Nº 002/2019

SEDE DO MUNICÍPIO

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
001/2019	VERONICA FERREIRA DA SILVA	031.722.891-92	1686868-4 SJSP/MT	PEDAGOGIA
002/2019	VANESSA DIAS AMARAL	011.329.821-89	1696501-9 SESP/MT	PEDAGOGIA
003/2019	SILVANA GOMES LEAL	485.961.082-20	3310548-0 SESP/MT	PEDAGOGIA
004/2019	DJENIFER RIBEIRO DE CARVALHO	041.828.621-39	2524972-0 SEJSP/MT	PEDAGOGIA
006/2019	CRISTINA DE CARVALHO	704.346.112-04	748.538 SSP/RO	PEDAGOGIA
007/2019	MIRIAN CRISTINA MANZANO	021.646.791-80	1892528-6 SSP/MT	PEDAGOGIA
008/2019	ALINE ALVES DIAS	040.741.071-63	1990139-9 SSP/MT	PEDAGOGIA
010/2019	GLAUCIENE BATISTA DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO	843.780.182-68	1598807-4 SSP/MT	PEDAGOGIA
011/2019	ROZILDA DE MEDEIROS	871.618.262-68	000919603 SESDC/RO	PEDAGOGIA
012/2019	ANA PAULA SOUZA GOMES	016.607.551-58	1359133 SSDC/RO	PEDAGOGIA
013/2019	LUCIA SOUZA LIMA	828.336.481-20	000423590 SSP/RO	PEDAGOGIA
014/2019	LUCELIA XAVIER VIANA	021.963.141-70	1761296-9 SSP/MT	PEDAGOGIA
016/2019	DANIELA NUNES KRUGER	061.471.461-30	2.108.515 SEJSP/MS	PEDAGOGIA
017/2019	CLAUDILENE CABRAL CUNHA	006.398.312-57	00001086301 SESDC/RO	PEDAGOGIA
018/2019	MARIZA DA SILVA	001.806.921-51	1509323-9 SSP/MT	PEDAGOGIA
019/2019	NEUSA INÁCIO ALVES	422.260.152-72	3165006-6 SESP/MT	PEDAGOGIA
020/2019	PAULA CLEANE LEMES GOMES	043.609.871-70	2298313-9 SSP/MT	PEDAGOGIA
021/2019	SIMONE SALDANHA DE JESUS	837.899.012-53	3296702-0SESP/MT	PEDAGOGIA
022/2019	KARINA VERONICA DURIGAN	006.778.971-46	1482609-7 SESP/MT	PEDAGOGIA
028/2019	ELISANGELA DE OLIVEIRA SANANA	737.261.411-20	1443353-2 SSP/MT	PEDAGOGIA
029/2019	MARTA APARECIDA LOPES DA SILVA	419.423.102-34	3219479-0 SESP/MT	PEDAGOGIA
030/2019	VILMA FERREIRA SANTANA	639.067.592-53	000653448 SSP/RO	PEDAGOGIA
031/2019	SANDRA FREIRE	686.172.242-15	3242871-5 SESP/MT	PEDAGOGIA
032/2019	REGIANE DE SOUZA	830.191.892-68	000771787 SESP/RO	PEDAGOGIA

033/2019	MARLEIDE COTRIN DE OLIVEIRA	049. 548. 731-77	2477639-4 SEJSP/MT	PEDAGOGIA
034/2019	GENIVANIA DOS SANTOS ARAUJO	518. 028. 052-49	2840523-4 SESP/MT	PEDAGOGIA
035/2019	JACY DE CARVALHO XAVIER	013. 462. 551-05	1760840-6 SSP/MT	PEDAGOGIA
036/2019	ELISANGELA OLIVEIRA DE LANA MONTEIRO	003. 969. 892-09	3269230-7SESP/MT	PEDAGOGIA
038/2019	CLAUDIA DOS SANTOS BARBOSA	009. 175. 871-89	1244446-4 SSP/MT	PEDAGOGIA
039/2019	ALESSANDRA ANDRADE DA SILVA	514. 283. 852-15	1563794-8 SESP/AM	PEDAGOGIA
040/2019	DORALUCE COTRIN DE OLIVEIRA	035. 706. 451-85	2009516-3 SSP/MT	PEDAGOGIA
041/2019	CLEYTIANA CATTANI PEREIRA	022. 250. 231-23	2113511-8 SSP/MT	PEDAGOGIA
042/2019	GLAUDENIA MARIA DE JESUS	042. 930. 163-41	2509839-0 SEJSP/MT	PEDAGOGIA
043/2019	DULCINEIA CORREA MENEZES	573. 431. 952-04	532.500 SSP/RO	PEDAGOGIA
044/2019	GEZIANE DA SILVA GOMES	789. 986. 202-78	000828858 SSP/RO	PEDAGOGIA
045/2019	SIDINEIA FURLAN BARBOSA	033. 449. 941-07	2138245-0 SSP/MT	PEDAGOGIA
046/2019	ELIANE BEZERRA DOS SANTOS	024. 312. 431-76	1889694-4 SSP/MT	PEDAGOGIA
047/2019	SANDRA FERREIRA CANDIOTTO	654. 497. 702-00	1152936-9 SESP/MT	PEDAGOGIA
049/2019	RAFAELLE CASTRO COSTA	046. 302. 533-43	033008012007-0 SESP/MA	PEDAGOGIA
050/2019	CONCEIÇÃO APARECIDA DE SOUZA SANTANA	587. 822. 572-72	746.864 SSP/RO	PEDAGOGIA
051/2019	BRUNA CRISTINA ALVES PEREIRA	049. 893. 931-63	2376272-1 SEJSP/MT	PEDAGOGIA

SEDE DO MUNICÍPIO

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR - PNE

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
026/2019	JANAINA CRISLEY D'AGOSTIN	929.961. 241-20	1380778-1 SSP/MT	PEDAGOGIA

SEDE DO MUNICÍPIO

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
005/2019	SUZANA ZMUDA	008. 479. 571-95	1990649-8SEJSP/MT	MATEMÁTICA
037/2019	LUCÉLIA PAULO DE OLIVEIRA	035. 504. 151-09	1807506-1 SESP/MT	MATEMÁTICA

SEDE DO MUNICÍPIO

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

(NÃO HOUVE INSCRITOS)

LOCALIDADE CONSELVAN

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
009/2019	FABIULA LEITE DOS SANTOS	021. 186. 721-79	1925076-2 SSP/MT	PEDAGOGIA
015/2019	ELZA MOREIRA CARDOSO	006. 173. 812-32	000010837555 SESDC/RO	PEDAGOGIA
023/2019	ROSALINA RODRIGUES DE CARVALHO SILVA	010. 588. 881-88	1657086-3 SJSP/MT	PEDAGOGIA
024/2019	VILMA RAIMUNDO DO COUTO FELBERG	718. 991. 032-87	2419639-8 SEJSP/MT	PEDAGOGIA
025/2019	LUZIA DE OLIVEIRA SANTOS	641. 485. 132-91	608.623 SESP/RO	PEDAGOGIA
027/2019	ROSANGELA RODRIGUES DOS SANTOS	016. 933. 161-02	3309824-7 SESP/MT	PEDAGOGIA
048/2019	CLEUSA JUSTINO DA SILVA	009. 762. 017-39	2210579-4 SSP/MT	PEDAGOGIA

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2019

Aos **onze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato, denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA***, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares,* **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **D. C. DE OLIVEIRA EVENTOS,** inscrita no **CNPJ Nº. 21.286.008/0001-36**, situada na Avenida Força Aérea Brasileira , s/nº, Bairro: Mangueiral – Aripuanã/MT, neste ato representado pela proprietária Srª. **Ducelina Centurião de Oliveira** portadora do **CPF de n° 618.580.052-72 e RG: 431035 SSP/RO**, nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008, 1.729/2010 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS PRODUTOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, MARCA E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade, a marca encontram-se indicados na tabela abaixo:

LOTE Nº. 7 - Aquisição de refeições "buffet", agua mineral, refrigerante - SEDE DO MUNICIPIO.

SEQ	CÓDIGO ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNI	QTDE	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL
1	693278	AGUA MINERAL - NATURAL SEM GAS, ACONDICIONADA EM GARRAFA COM TAMPA E LACRE, CONTENDO 500ML, VASILHAME PLASTICO RECICLAVEL.	LEBRINHA	UND	600	2,70	1. 620,00
2	693280	REFRIGERANTE - COMPOSTO DE EXTRATO DE COLA, AGUA GASEIFICADA, ACUCAR,EXTRATOS VEGETAIS, CAFEINA, CORANTE,CARAMELO, MENOS DE 1,5 KCAL,	COCA-COLA	UND	600	4,00	2. 400,00

		CORANTES ARTIFICIAIS, LIVRE DE QUALQUER SUJICIDADE, LIVRE DE PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM LATA DE 350ML.					
3	693281	REFRIGERANTE - COMPOSTO DE EXTRATO DE COLA, AGUA GASEIFICADA, SACARINA, EXTRATOS VEGETAIS, CAFEINA, CORANTE, CARAMELO, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PET DE 02 LITROS	COCA-COLA	UND	170	8,50	1.445,00
4	698504	REFEICAO TIPO BUFFET - ALMOCO OU JANTA: QUATRO TIPOS DE MASSAS TRES TIPOS DE CARNES: PORCO, FRANCO E BOVINO TRES TIPO DE SALADA GUARNICOES (TUBERCULO, LEGUMES E OUTROS PRATOS NAO DISCRIMINADOS ASSADOS, COZIDOS, FRITOS OU AO MOLHO TRES TIPOS DE SOBREMESAS), INCLUINDO TALHERES, COPOS, PRATOS E BANDEJAS E SERVIDO EM LOCAL INDICADO PELA ADMINISTRAÇÃO.		UND	1.100	40,00	44.000,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) *quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;*

b) *quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;*

c) *em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;*

d) *os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;*

e) *por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;*

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 11 de junho de 2019.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

D. C. DE OLIVEIRA EVENTOS

CNPJ Nº 24.311.168/0001-86

Srª. Ducelina Centurião de Oliveira

CPF: 618.580.052-72

Testemunhas:

Rejane Lina de Oliveira Luciene Souza da Silva

CPF Nº 537.872.851-72 CPF Nº 978.869.121-87

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO APÓS REVISÃO

DECRETO Nº. 3.593/2019

"ESTABELECE HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NO ÂMBITO DO SETOR DE TRIBUTOS VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no artigo 69, inciso V, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a implantação de sistema informatizado que facilitará o acesso do contribuinte através da internet;

Considerando a necessidade de atividades externas de fiscalização e autuações visando a melhora na arrecadação tributária;

Considerando que não haverá prejuízos ao atendimento ao contribuinte;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o horário de atendimento ao público no setor de tributos vincula à Secretaria Municipal de Finanças que ocorrerá de segunda a sexta feira das 7h às 11h a partir de 18/06/2019.

Art. 2º A jornada de trabalho dos servidores lotados no setor mencionados no art. 1° não será alterada de forma que o período vespertino será para realização de trabalhos internos e atividades de fiscalização externa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de junho de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 014/2019

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Sistema Registro de Preço que trata o Edital nº. 014/2019, levado a efeito às **08h00min** do dia **04/06/2019** sagraram-se vencedoras: a empresa **D. C. OLIVEIRA EVENTOS** inscrita noCNPJ Nº. 21.286.008/0001-36 **vencedora lote n. 7 totalizando R$ 49. 465,00**, e a empresa **MILLENA DE PAIVA TEODORO** inscrita noCNPJ Nº. 33.519.306/0001-08 **vencedora lote n. 6 totalizando R$ 10.600,00**, e a empresa **OASIS COZINHA INDUSTRIAL LTDA ME** inscrita no CNPJ Nº. 12.025.932/0002-59 **vencedora dos lotes 1, 3 e 4 totalizando R$ 184. 044,22**. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site http://www.aripuana.mt.gov.br**,** pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 11 de junho de 2019.

Tamara Piran da Silva

Pregoeiro

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2019

Aos **onze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato, denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA***, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares,* **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **MILLENA DE PAIVA TEODORO,** inscrita no **CNPJ Nº. 33.519.306/0001-08**, situada na Avenida Dardanelos, nº 669, Bairro: Centro – Aripuanã/MT, neste ato representado pela proprietária Srª. **Millena de Paiva Teodoro** portadora do **CPF de n° 060.539.387-81 e RG: 3137320-8 SSP/MT**, nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da **Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008, 1.729/2010 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável**, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS PRODUTOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, MARCA E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade, a marca encontram-se indicados na tabela abaixo:

LOTE Nº. 6 - Aquisição refeições self service p/ distribuição gratuita.

SEQ	CÓDIGO ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNI	QTDE	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL
1	698503	REFEICAO COMERCIAL TIPO - SELF SERVICE- ALMOCO OU JANTAR, CONTENDO ARROZ, FEIJAO, DOIS TIPOS DE GUARNICAO (MASSA, TUBERCULO, OU LEGUMES COZIDOS, ENSOPADOS FRITO OU AO MOLHO) DOIS TIPOS CARNES (FRANGO, CARNE SUINA, BOVINA OU PEIXE) SALADA COM DOIS TIPOS DE VERDURAS (VARIADAS) DEVERA SER FEITO UM RODIZIO (VARIACAO) DO CARDAPIO PARA QUE NÃO HAJA REPETICOES DIARIAS DO MESMO CARDAPIO.		UND	400	26,50	10. 600,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) *quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;*

b) *quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;*

c) *em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;*

d) *os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;*

e) *por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;*

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 11 de junho de 2019.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

MILLENA DE PAIVA TEODORO

CNPJ Nº 33.519.306/0001-08

Srª. Millena de Paiva Teodoro

CPF: 060.539.387-81

Testemunhas:

Rejane Lina de Oliveira Luciene Souza da Silva

CPF Nº 537.872.851-72 CPF Nº 978.869.121-87

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR 002/2019

EDITAL DA RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A Prefeitura do Município de Aripuanã, por determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de acordo com o Edital Nº 001/2019 Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2019 para atender situação excepci-

onal de interesse público para suprir a demanda, a fim de se proceder a Contratação Temporária da Educação Básica, **COMUNICA** aos candidatos abaixo relacionados à **RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**, para o processo seletivo simplificado para admissão de pessoal em caráter temporário e excepcional interesse público.

Aripuanã, 11 de junho de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

RELAÇÃO DOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 001/2019

LOCALIDADE MORENA

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
006/2019	VALKIRIA MARIA TAVARES DE OLIVEIRA ROCHA	035.420.211-13	1915634-0 SSP/MT	PEDAGOGIA
094/2019	GRAZIELE LATCZUK DE QUEIROZ	052.634.071-14	2539954-3	PEDAGOGIA

LOCALIDADE MILAGROSA

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
063/2019	ZENILDA MEURER	014.095.471-67	1759248-8 SSP/MT	PEDAGOGIA
065/2019	GESLAINE RUFINO DOS PASSOS	050.115.841-35	2310346-9 SSP/MT	PEDAGOGIA
071/2019	MARIA DAS DORES GOMES DE SOUZA	977.277.093-87	016714022001-8 SESP/MA	PEDAGOGIA
090/2019	ADRIANA BARBOSA DE AGUIAR	006.033.951-98	1582252-4 SSP/MT	PEDAGOGIA
109/2019	FRANCILENE BENICIA DE OLIVEIRA BORGES	967.056.471-91	1435423-3 SESP/MT	PEDAGOGIA
116/2019	ALDILENE COELHO SANTOS GONÇALVES	575.732.202-00	6220340 SSP/GO	PEDAGOGIA

LOCALIDADE MILAGROSA

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
016/2019	SEBASTIÃO JOSÉ DAMASCENO NETO	362.213.091-15	530.153 SSP/MT	LÍNGUA PORTUGUESA
023/2019	ANA PAULA ALVES DOS SANTOS	045.058.001-64	2162040-7 SSP/MT	LÍNGUA PORTUGUESA

LOCALIDADE MILAGROSA

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
126/2019	JUCILEI CHAVES DOS SANTOS	020.898.841-69	1810580-7 SSP/MT	EDUCAÇÃO FÍSICA

LOCALIDADE MILAGROSA

PROFESSOR COM ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
070/2019	ALDENICE GOMES DE SOUSA GALVÃO	027.096.823-70	4.728.159 SSP/PI	ENSINO MÉDIO/MAGISTÉRIO
088/2019	ANGELITA MEDEIROS SERPA	474.649.501-78	697556 SESP/MT	ENSINO MÉDIO/MAGISTÉRIO

LOCALIDADE LONTRA

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
018/2019	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	032.771.831-57	53.523.715-7 SSP/SP	PEDAGOGIA
091/2019	SAID DE SOUZA PEREIRA	461.743.115-20	3123511-5 SESP/MT	PEDAGOGIA

LOCALIDADE LONTRA

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
038/2019	ALINE CORREA LIMA	028.019.631-86	2029035-7 SSP/MT	LÍNGUA PORTUGUESA

LOCALIDADE LONTRA

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

(NÃO HOUVE INSCRITOS)

LOCALIDADE TRÊS RIOS

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
128/2019	GÉSSICA BRITES SIMÕES	426.820.948-48	53.865.444-2 SSP/SP	PEDAGOGIA

LOCALIDADE SÃO LOURENÇO

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
076/2019	ALDERLI FIDELIS	369.526.802-68	000510351 SSP/RO	PEDAGOGIA

LOCALIDADE SÃO LOURENÇO

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

(NÃO HOUVE INSCRITOS)

LOCALIDADE AR2

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
007/2019	ELENICE DOS SANTOS SOUZA	052.040.531-58	1149758 SESDC/RO	PEDAGOGIA

SEDE DO MUNICÍPIO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA)

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
020/2019	MÔNICA GUILHERME DOS SANTOS	031.350.641-82	2.090.132 SSP/AL	ENSINO MÉDIO
021/2019	VANESSA LOPES FERREIRA	020.528.461-23	1910522-3 SSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
024/2019	NICELHA MARIA DOS SANTOS	775.558.051-20	1148160-9 SJ/MT	ENSINO MÉDIO
028/2019	EDNA DE BRITO GRAPIUNA	008.861.771-89	1558298-1 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
032/2019	ANGELINA ARAUJO SILVA	727.638.762-34	429925 SESP/RO	ENSINO FUNDAMENTAL
037/2019	TALITA WILLE DIAS	061.281.751-20	2381975-8 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO

042/2019	KARINA SANTANA DOS SANTOS	058.835.841-01	2675564-5 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
043/2019	JACIELE DE LIMA SOARES	037.436.172-00	2992263-1 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
047/2019	ERICA ROCHA DE OLIVEIRA	067.870.051-64	3052606-0 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
049/2019	JAQUELINE SILVA-SOUZA MIRANDA	055.480.651-73	2611189-6 SEJSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
052/2019	JANIRA BERNARDO MEDEIROS	042.907.959-19	7.161.207-4 SESP/PR	ENSINO FUNDAMENTAL
055/2019	ALANDIA MAYRA DE FIGUEIREDO	053.907.461-63	2614118-3 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
064/2019	ADRIANA FRANCISCA COUTRIM	032.798.521-61	2075432-9 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
081/2019	MARIA DAS NEVES DA CONCEIÇÃO	397.813.054-87	2423907-0 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
082/2019	FERNANDA NUNES BRAUN	100.816.717-76	1.910.143 SESP/ES	ENSINO MÉDIO
085/2019	APARECIDA MATIAS MONTEIRO	046.428.321-30	2484670-8 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
087/2019	JOSIANE MOISES DE SOUZA	038.446.011-98	2334606-0 SSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
093/2019	JOSELI MOISES	060.011.801-05	2726992-2 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
098/2019	PATRICIA VIEIRA DA SILVA	029.493.111-21	2070288-4 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
099/2019	NAILDA CANGIRANA RAMOS	897.341.222-15	56716848 SSP/SP	ENSINO MÉDIO
107/2019	DJESSICA ARIANE ALVES DE SOUZA	058.097.801-05	2663676-0 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
114/2019	ELISA MARA DA SILVA	050.085.421-17	2487003-0 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
115/2019	JUCELIA VIEIRA DA SILVA	020.255.181-45	1753432-1 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
124/2019	SURIANE SILVA SANTOS	053.853.545-89	1581283970 SSP/BA	ENSINO FUNDAMENTAL
130/2019	JOZIMARA GERALDA DOS SANTOS BRITO	051.818.041-79	2194962-1 SSP/MT	ENSINO MÉDIO

LOCALIDADE CONSELVAN

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA)

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
012/2019	ROSELI PADILHA LARA	842.540.922-53	000887904 SESDC/RO	ENSINO FUNDAMENTAL
025/2019	LUCIANA PONTES BALSON DA SILVA	025.920.721-79	2418907-3 SEJSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
029/2019	ELIZABETE NASCIMENTO BORGES DE BARROS	792.165.012-00	3147171-4 SESP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
030/2019	VANDERLEIA FERREIRA FARIAS	011.004.962-46	1145067SESDC/RO	ENSINO MÉDIO
059/2019	TANIA ANA CAETANO	004.128.271-07	1048863-4 SJ/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
080/2019	SILMARA SANTOS BASTOS	910.569.772-72	000955439 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO
092/2019	SANDRA MARIA ANGELI	006.767.549-29	7.755.405-0 SESP/PR	ENSINO MÉDIO
105/2019	JACIRA SANTOS SILVA	053.356.281-38	2960907-6 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
113/2019	LAILIANE PIRES DA SILVA	064.800.651-40	1134513 SESDC/RO	ENSINO FUNDAMENTAL

LOCALIDADE MILAGROSA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA)

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
009/2019	SIRLEI LOPES DOS REIS	043.566.621-56	2148494-5 SSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
010/2019	MARIANA GABRIELA DE ALMEIDA VELASCO	700.611.152-82	1530398 SESDC/RO	ENSINO FUNDAMENTAL
118/2019	THAYNARA APARECIDA DE PAULA CAMPANHARO	049.940.021-69	2487525-2 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
127/2019	ANDREIA PEREIRA LOPES	970.139.602-25	000968491 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO

LOCALIDADE MORENA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA)

(NÃO HOUVE INSCRITOS)

LOCALIDADE LONTRA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA)

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
119/2019	KELY ALVES DA SILVA	005.266.911-40	4484529 DRPC/GO	ENSINO MÉDIO

LOCALIDADE SÃO LOURENÇO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA)

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
013/2019	THALIA PEREIRA DOS SANTOS	071.963.711-27	2945193-0 SESP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL

LOCALIDADE TRÊS RIOS

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA)

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
017/2019	ALINE RODRIGUES DOS SANTOS	062.170.141-65	2936305-5 SESP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL

SEDE DO MUNICÍPIO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (ZELADORA)

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
001/2019	JULIANA DA SILVA CHRISTO	024.117.481-32	2685569-0 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
003/2019	NAIRA MENDES FERREIRA	034.645.241-40	2122367-0 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
004/2019	LOSANGES APARECIDA DE SOUZA DA SILVA	013.329.041-73	1924831-8 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
011/2019	KATIANI NASCIMENTO GRASEL	044.379.361-16	2412224-6 SEJSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
014/2019	SAMANTHA FREDERICO LUTIKOSKI	049.250.221-80	2193438-0 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
019/2019	LAURA PEREIRA DA SILVA	045.274.341-95	2423955-0 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
022/2019	ÉRICA SILVA DE SOUZA	998.070.412-87	00001021627 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO
031/2019	MARIA APARECIDA CARQUENO NEVES	013.688.131-94	1666360-3 SJSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
036/2019	ROSINEIDE PAULO BORGES DA SILVA	010.639.842-38	2840594-3 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
039/2019	CARMEN DA ROSA	899.547.421-15	1318508-0 SESP/MT	ENSINO MÉDIO

040/2019	DAIZE CORREA GONÇALVES	856.420.291-34	0244221-3 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
041/2019	DAIANA NAIARA SOUZA DE CARVALHO	041.286.471-10	2304436-5 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
045/2019	PATRICIA SOUZA RAMOS	038.651.841-62	2087145-7 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
046/2019	LAUDICEIA DO CARMO LOPES	042.226.561-60	2321675-1 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
054/2019	ALINE SIQUEIRA SOUZA	051.667.292-42	7855595 PC/PA	ENSINO MÉDIO
056/2019	JUCELDA CHAVES DOS SANTOS	041.079.891-60	2157070-1 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
057/2019	MARIA ZILMA CONCEIÇÃO SANTOS DA SILVA	911.710.834-91	2502293-8 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
072/2019	VALDETE DE SOUSA RODRIGUES	056.598.543-46	038607342009-3 SESP/MA	ENSINO FUNDAMENTAL
073/2019	FABIANA MARTINS DE MORAIS	089.532.467-92	3.120.945 SESP/ES	ENSINO MÉDIO
074/2019	CHEILE ALVES DE OLIVEIRA	040.787.251-55	2330738-2 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
077/2019	REGIANE PINHEIRO DE OLIVEIRA	003.674.392-55	000974455 SESDC/RO	ENSINO FUNDAMENTAL
078/2019	CLEONICE DOS SANTOS	040.928.221-97	2234098-0 SSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
079/2019	ROSIMARA FERREIRA ROMEIRO	058.785.101-54	2674966-1 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
083/2019	MARCIELI APARECUDA FLOR	061.533.951-47	2381921-9 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
086/2019	SILVIA TAMBORIM	985.833.801-10	1447089-6 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
089/2019	FERNANDA LUZIA DA SILVA	051.453.701-99	2565047-5 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
096/2019	VALÉRIA ALMEIDA COSTA	026.175.172-76	12711833 SESDC/RO	ENSINO FUNDAMENTAL
097/2019	LAILA CRISTINI PIRES DA SILVA	054.284.571-71	2593634-4 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
100/2019	JEANE MACHADO FERREIRA	021.707.661-03	2054402-2 SESP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
103/2019	MARIA APARECIDA DA SILVA DE JESUS	045.941.661-80	1950716-0 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
120/2019	EDILAINE ANDRADE DOS SANTOS COTRIM	058.467.381-76	2770309-6 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
121/2019	ITELINA RODRIGUES DE OLIVEIRA	536.459.441-68	850506 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
122/2019	NATALIA RODRIGUES PINHEIRO	962.427.361-87	1894549-0 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
123/2019	VILMA BORGES DE SOUZA	001.742.371-62	1823823-8 SJSP	ENSINO MÉDIO
125/2019	KESCIA DA CRUZ SANTOS SILVA	044.079.861-23	2358383-5 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
129/2019	TATIANA RODRIGUES PINHEIRO	019.608.401-69	1888025-8 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
132/2019	FABIANA RODRIGUES PINHEIRO	016.901.701-07	1827084-0 SSP/MT	ENSINO MÉDIO

LOCALIDADE MORENA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (ZELADORA)

(NÃO HOUVE INSCRITOS)

SEDE DO MUNICÍPIO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (VIGIA)

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
015/2019	OSMAR PIQUES	919.398.289-53	3302016-7 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
026/2019	IANA PAULA DA COSTA MORGADO	056.644.441-00	2547920-2 SEJSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
033/2019	LUCAS DIAS DA SILVA	062.036.931-03	2792068-2 SESP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
035/2019	LUCAS HENRIQUE MANOEL GONÇALVES	069.021.781-19	2727028-9 SESP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
044/2019	ESTEFANI MARQUES PEREIRA	032.617.111-83	2090648-0 SSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
050/2019	ADRIANA SILVA SOUZA	933.020.881-91	2018201-5 SESP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
051/2019	ELIANE APARECIDA DOS SANTOS GONÇALVES	016.329.441-03	1969030-4 SSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
058/2019	DIENEFER MIRANDA SOARES	031.670.552-78	1321758 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO
060/2019	ELCILENE DE SOUZA ROSSW	704.796.361-84	2843718-7 SESP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
066/2019	MARIA APARECIDA DA SILVA PEREIRA	615.547.742-68	1822741-4 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
067/2019	VICTOR LUCAS DA SILVA	059.133.711-86	2686727-3 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
068/2019	JORGE HENRIQUE DE OLIVEIRA RICARTE	074.085.401-13	2992288-7 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
069/2019	GEAN LICK DE SOUZA	058.574.031-38	2774552-0 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
095/2019	GUILHERME SOUZA SANTANA	062.537.311-14	2899713-1 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
101/2019	DJONATAN AUGUSTO CEDRO SOARES	045.683.671-31	2449134-9 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
102/2019	ADRIANE ALENCAR DA SILVA	003.380.561-06	2087148-1 SSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
110/2019	GIOVANE ALVES SOUZA	062.424.851-84	2727002-5 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
111/2019	LEONARDO COSTA DE JESUS	021.820.805-70	5217232 SPTC/GO	ENSINO MÉDIO
112/2019	MARLENE DOS SANTOS	021.906.751-11	1980517-9 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
133/2019	GLEBSON FERREIRA DE BRITO	721.703.521-04	12066460 SJ/MT	ENSINO MÉDIO
134/2019	MARCIA GRACIELA ALVES	828.787.812-87	745650 SSDC/RO	ENSINO FUNDAMENTAL
135/2019	MARLENE NUNES ALVES	700.144.871-01	2436859-8 SEJSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL

SEDE DO MUNICÍPIO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (VIGIA) - PNE

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
075/2019	JOSE CARLOS PADILHA DE LARA	999.800.612-00	1154255 SESDC/RO	ENSINO FUNDAMENTAL

LOCALIDADE AR2

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (VIGIA)

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
084/2019	LUIZ CARLOS DOS SANTOS JUNIOR	067.497.441-76	2502422-1 SSP/MT	ENSINO MÉDIO

LOCALIDADE MILAGROSA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (VIGIA)

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
008/2019	ELAINE OLIVEIRA DOS SANTOS	074.089.691-10	2520417-3 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
005/2019	ANDRE WILLER ALVES DA SILVA	058.070.971-06	2663662-0 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
034/2019	CLEONISMAR FERREIRA DE SIQUEIRA	704.778.221-42	3127367-0 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
061/2019	ERIEO AUGUSTO FURLANETO	075.170.381-84	3012508-1 SESP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
117/2019	DEMICIANO DE MATOS	356.160.278-98	38.669.450-3 SSP/SP	ENSINO MÉDIO
131/2019	WELLINTON DE OLIVEIRA BORGES	407.103.938-81	52.703.173-2 SSP/SP	ENSINO FUNDAMENTAL

LOCALIDADE SÃO LOURENÇO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (VIGIA)

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
002/2019	AIZO PEREIRA DOS SANTOS	044.402.051-94	2327114-0 SSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL

SEDE DO MUNICÍPIO

APOIO OPERACIONAL (MOTORISTA)

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
027/2019	ADELMO SILVA VITAL	876.126.742-20	2310425-2 SSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
048/2019	GILSON ALVES DE MORAIS	045.876.681-09	2193326-0 SSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
053/2019	GIOVANE CESARIO SABINO	743.537.722-87	000774268 SESP/RO	ENSINO FUNDAMENTAL
062/2019	JOSE ROBERTO VIEIRA DE ARAUJO	877.337.733-34	99029180162 SSP/CE	ENSINO MÉDIO
104/2019	ADILSON DE SOUZA PEREIRA	867.378.991-53	571.546 SSP/RO	ENSINO MÉDIO
106/2019	GEFERSON DE VARGAS VITCEL	004.802.631-08	1697987-7 SSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
108/2019	JORGE PEREIRA DA SILVA	368.990.972-49	394659 SESP/PR	ENSINO FUNDAMENTAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 052/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 052/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO QUADRO GERAL

INDICE

Título I - Das Disposições Preliminares

Capítulo I - Das Disposições Gerais

Capítulo II - Da Finalidade Título II - Da Carreira do Quadro da Administração Direta

Capítulo I - Da Constituição do Quadro de Pessoal

Capítulo II - Da Constituição da Carreira

Capítulo III - Da Série de Classes dos Cargos da Carreira

Capítulo IV - Das Formas de Movimentação na Carreira Seção I - Da Promoção de Classe Seção II - Da Promoção de Nível

Título III - Do Regime Funcional

Capítulo Único - Do Ingresso

Seção Única - Do Enquadramento Inicial

Título IV - Do Sistema de Desenvolvimento dos Servidores do Quadro Geral da Administração

Capítulo I - Das Disposições Gerais

Capítulo II - Do Funcionamento do Programa

Capítulo III - Do Programa de Avaliação de Desempenho

Capítulo IV - Do Programa de Valorização do Servidor

Título V - Da Jornada de Trabalhado e Sistema de Remuneração

Capítulo I - Da Jornada de Trabalho

Capítulo II - Da Remuneração

Título VI - Dos Incentivos a Produtividade

Capítulo I - Das Disposições Gerais

Título VII - Das Disposições Gerais, Transitórias e Finais

Capítulo I - Das Disposições Gerais

Capítulo II - Dos Critérios de Remoção

Capítulo III - Do Enquadramento dos Servidores Municipais nas Carreiras

Seção I - Das disposições gerais e dos prazos

Seção II - Do Enquadramento na Classe de Vencimento

Seção III - Do Enquadramento no Nível de Vencimento

Seção IV - Enquadramento no Ambiente Organizacional

Capítulo V - Das Disposições Transitórias

Capítulo VI - Das Disposições Finais

LEI COMPLEMENTAR Nº 052/2013

Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal JULIO CÉSAR FLORINDO, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei:

Título I - Das Disposições Preliminares

Capítulo I - Das Disposições Gerais

Art. 1º. Esta Lei Complementar reestrutura o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Barra do Bugres, instituído pelas Leis Complementares Municipais nº 004/2005, de 30 de agosto de 2005, 009/2006, de 17 de outubro de 2006, 016/2007, de 10 de setembro de 2007, 018/2007, de 28 de dezembro de 2007, 036/2009, de 23 de junho de 2009, 039/2010, de 06 de maio de 2010 e 048/2012, de 12 de março de 2012.

Art. 2º. Mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores serão incluídos nas classes ou categorias cujas atribuições sejam correlatas com as dos cargos ocupados na data de vigência desta Lei, observada a escolaridade, a especialização ou a habilitação profissional exigida para o ingresso nas mesmas classes ou categorias, previstas no Anexo II desta Lei Complementar.

Capítulo II - Da Finalidade

Art. 3º. Esta Lei estabelece os princípios e as regras de qualificação profissional, habilitação para ingresso, regime de remuneração e reestruturação dos cargos pertencentes ao Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores do Quadro Geral da Administração no âmbito do Poder Executivo do Município de Barra do Bugres.

Art. 4º. O quadro de pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres compreende cargos de provimento efetivo, que devem ser geridos, considerando-se os seguintes princípios, pressupostos e diretrizes:

I. o ambiente público e a função social da Prefeitura Municipal, que deve manter estrutura organizada para atender às necessidades do serviço bem como a realização de seus direitos, visando à realização do princípio da dignidade da pessoa humana;

II. a desconcentração de poder, tendo em vista a prioridade de atendimento da demanda popular e a complexidade do trabalho público municipal que abrange diversos ramos de atividade;

III. o planejamento participativo, o controle público e social das ações e a valorização do servidor público municipal;

IV. a cidadania, os valores sociais do trabalho, a livre expressão da atividade intelectual e a garantia do acesso à informação;

V. a qualidade dos processos de trabalho tendo em vista a necessidade da realização dos direitos dos munícipes;

VI. organização dos cargos e adoção de instrumentos gerenciais de política de pessoal integrados ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres;

VII. articulação das carreiras e dos cargos em ambientes organizacionais vinculados à natureza das atividades e aos objetivos estratégicos baseados nas necessidades do serviço;

VIII. investidura do cargo de provimento efetivo, condicionada à aprovação em concurso público e garantia do desenvolvimento no cargo, através dos instrumentos previstos nesta lei, adotando uma perspectiva funcional vinculada ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional.

IX. garantia da oferta contínua de programas de capacitação, necessários à demanda oriunda dos munícipes e ao desenvolvimento institucional que contemplem aspectos técnicos, especializados e a formação geral;

X. avaliação de desempenho funcional dos servidores municipais de Barra do Bugres, como parte do processo de desenvolvimento destes, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas contidas no planejamento institucional, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas de munícipes de Barra do Bugres, sujeitos do planejamento orçamentário e da avaliação das ações municipais.

Título II - Da Carreira do Quadro da Administração Direta

Capítulo I - Da Constituição do Quadro de Pessoal

Art. 5º. A lotação global dos cargos de provimento efetivo do quadro previsto no Anexo I, desta Lei Complementar, corresponde ao quantitativo total de cargos previstos, e a cada ano haverá previsão da alocação de recursos, no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, a fim de cobrir os custos globais de administração do quadro de pessoal.

§1º. Caberá à Secretaria responsável pela gestão de pessoal, avaliar anualmente, a adequação do quadro de pessoal às necessidades da municipalidade, propondo, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis:

I. as demandas sociais;

II. os indicadores sócio - econômicos da cidade;

III. a modernização dos processos de trabalho e as inovações tecnológicas;

IV. a capacidade financeira e orçamentária da Prefeitura Municipal bem como os limites legais do dispêndio com pessoal;

V. As propostas de atualização oriundas dos órgãos da administração municipal.

§2º. Nos prazos determinados pela Secretaria responsável pelo planejamento orçamentário, o gestor de pessoal encaminhará a proposta a que se refere este artigo para a inclusão no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual do Poder Executivo e o Orçamento Programa, para a vigência do exercício seguinte.

Art. 6º. O quadro de pessoal da Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal constitui-se dos servidores efetivos no Serviço Público Municipal, que integram a Carreira do Quadro Geral da Administração.

§1º. Integram também o Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal os cargos de provimento em comissão, previstos na Estrutura Organizacional e os profissionais contratados temporariamente.

§2º. O quantitativo de cargos existentes da transformação e criados consta do Anexo I desta Lei.

Art. 7º. Os cargos de provimento efetivo da Carreira do Quadro Geral da Administração do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal são organizados e observarão notadamente a:

I. vinculação à natureza das atividades da Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal e aos objetivos da Política de recursos humanos, respeitando-se a habilitação exigida para ingresso no cargo, vinculada diretamente ao seu perfil profissional e ocupacional e a correspondente qualificação do servidor;

II. sistema de formação de recursos humanos e institucionalização de programas de capacitação permanente do Quadro de Pessoal para o Quadro Geral da Administração, mediante integração operacional e curricular com as instituições de ensino nos diferentes graus de escolaridade;

III. valorização do tempo integral e da dedicação exclusiva ao serviço;

IV. adequação dos recursos humanos às necessidades específicas dos segmentos da população que requeiram atenção especial;

V. aperfeiçoamento profissional e ocupacional mediante programas de educação continuada, formação de especialistas e treinamento em serviço;

VI. investidura nos cargos de provimento efetivo da carreira através de aprovação prévia em concurso público de provas e/ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo, na forma prevista em lei;

VII. adoção de sistema de movimentação funcional na carreira, moldado no planejamento e na missão institucional, no desenvolvimento organizacional da Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal, na motivação e na valorização do Quadro Geral da Administração;

VIII. garantia da oferta contínua de programas de capacitação voltados para o desenvolvimento e fortalecimento gerencial da Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal;

IX. avaliação do desempenho funcional, mediante critérios que incorporem os aspectos da missão e dos valores institucionais da Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal, o fazer do Quadro Geral da Administração e a qualidade dos serviços por usuários do Quadro Geral da Administração;

X. garantia de ampla liberdade de organização no local de trabalho, de expressão de suas opiniões, de ideias, de crenças e de convicções político-ideológicas;

XI. garantia de condições adequadas de trabalho.

Capítulo II - Da Constituição da Carreira

Art. 8º. A Administração da Carreira do Quadro Geral da Administração a que se refere a presente Lei Complementar deverá separar, para fins de provimento, os cargos segundo a seguinte classificação:

I. Agente de Administração;

II. Agente de Controle Interno;

III. Agente de Fiscalização;

IV. Agente de Manutenção;

V. Agente de Serviço Público;

VI. Agente de Serviços Operacionais;

VII. Agente de Vigilância;

VIII. Agente Operacional;

IX. Auxiliar de Manutenção e Conservação;

X. Escriturário;

XI. Operador de Máquina Pesada;

XII. Operador de Máquinas Leves;

XIII. Operador de Sistema de Água e Esgoto;

XIV. Técnico de Nível Médio;

XV. Técnico de Nível Superior.

Art. 09. São atribuições dos cargos da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres/MT:

§1º. Agente de Administração: Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar serviços de administração, nas áreas de secretariado, administração, digitação, arquivo, manipulação de dados, programação, protocolo, registro, arquivos, classificação e expedição de correspondência, atender telefone, fazer controle orçamentário e contábil, manusear fichários, recepcionar ao público, controlar entrada e saída de materiais de consumo; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§2º. Agente de Controle Interno: Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar atividades de controle exercidas no âmbito dos Poderes Executivo Municipal, incluindo as Administrações diretas e indiretas, de forma integrada, compreendendo todo o sistema administrativo público, devendo avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, bem como na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, avaliar a execução dos programas constantes dos orçamentos quanto ao cumprimento das metas físicas e financeiras, verificar os limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar, verificar, periodicamente, a observância do limite da despesa total com pessoal e avaliar as medidas adotadas para o seu retorno ao respectivo limite, verificar as providenciais tomadas para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites, controlar a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, acompanhar o cumprimento dos gastos mínimos em educação e saúde, acompanhar o cumprimento das transferências ao Poder Legislativo Municipal, verificar a correta aplicação das transferências voluntárias, controlar a destinação de recursos para os setores público e privado, avaliar o montante da dívida e as condições de endividamento do Município, verificar os atos de gestão referentes aos procedimentos licitatórios, contratos, convênios, contratação de pessoal, inclusive obrigações previdenciárias, adiantamento de diárias, revisar os balancetes mensais e prestação de contas anuais com vistas a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, apreciar o relatório resumido da execução orçamentária, bem como relatório de gestão fiscal, assinando-os, apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional.

§3º. Agente de Fiscalização: Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar serviços nas áreas preventivas e corretivas relativas a tributos municipais, obras e postura, fiscalizando e aplicando as penalidades cabíveis; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§4º. Agente de Manutenção: Compreende a categoria funcional com as atribuições de manutenção de máquinas e equipamentos, executar trabalhos relacionados com obras civis, solda, mecânica, manutenção; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§5º. Agente de Serviço Público: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar serviços de limpeza, manutenção, conservação, copa, transportar materiais, coletar lixo e executar tarefas internas e externas de correspondência; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§6º. Agente de Serviços Operacionais: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar atividades especializadas em eletricidade e carpintaria; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§7º. Agente de Vigilância: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar serviços de segurança das instalações e bens existentes em prédios, áreas públicas, e outros locais de responsabilidade da Prefeitura; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§8º. Agente Operacional: Compreende a categoria funcional com as atribuições de dirigir e conservar automóveis, caminhonetes, caminhões e demais veículos de transporte de passageiros e cargas, dentro ou fora do Município; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas a direção de veículos, conforme necessidade da administração pública.

§9º. Auxiliar de Manutenção e Conservação: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar atividades de cozinha, eletricidade, jardinagem, operação do sistema de água e esgoto, carpintaria, pedreiro, serviços gerais de manutenção e conservação; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§10. Escriturário: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar atividades de serviços nas áreas de recursos humanos, administração, finanças, logística, atendimento em geral, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços, execução de serviços gerais de escritórios; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§11. Operador de Máquina Pesada: Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar atividades de operação de Trator de Esteira, Escavadeira Hidráulica, Moto niveladora e Pá Carregadeira utilizadas em serviços de terraplanagem, nivelamento de ruas e estradas, auxiliar no conserto de máquinas, cuidar da limpeza e conservação das máquinas, zelando pelo bom funcionamento dos mesmos; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar

de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade da administração pública.

§12. Operador de Máquinas Leves: Compreende a categoria funcional com as atribuições de operar máquinas e equipamentos leves na execução de trabalhos relacionados com obras civis, manutenção de próprios municipais e áreas públicas; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§13. Operador de Estação de Tratamento de Água, Esgoto e de Elevatórios; operacionalização da estação de tratamento de esgoto e de elevatórios; compreende executar os serviços referentes ao sistema de coleta, adução, tratamento e destino final dos afluentes tratados; executar sob supervisão as atividades de tratamento de esgoto e lançamentos de efluentes; executar o tratamento de esgoto, adicionando-lhe quantidade e/ou dosagem determinadas de produtos químicos apropriados ou usando técnicas adequadas para purificação da água e torná-las em condições de devolve-las ao meio ambiente; recolher amostras de efluentes para ser pesquisados em laboratório, objetivando o monitoramento do sistema; realizar sob supervisão a análise de qualidade da água a ser devolvida ao meio ambiente; fazer o controle das análises da qualidade da água; executar os serviços de bombeamento de efluentes acionando os equipamentos apropriados; executar os serviços de ligamento de desligamento de bombas, motores, equipamentos e outros aparelhos; executar os serviços de leitura diária das bombas; promover e/ou efetuar a manutenção e conserto de bombas, motores, equipamentos e outros aparelhos, para conservá-los em perfeito estado de funcionamento; inspecionar diariamente todas as dependências da ETE; estudar e orientar os trabalhos de manutenção preventiva dos equipamentos; executar serviços destinados a promover a operação e manutenção das estações de tratamento e de recalque dos sistemas de água; preparar soluções e dosagens de produtos químicos. Realizar as análises físico-químicas; controlar a entrada de água, abrindo válvulas, regulando e acionando motores elétricos e bombas para abastecer os reservatórios, acionar os agitadores, manipulando os mecanismos de comando, para misturar os ingredientes, separar as impurezas deixando-as sedimentar no fundo do reservatório e fazendo a água circular pelas instalações da ETA, para assegurar o correto tratamento, bombear a água, acionando os registros, lendo as marcações dos contadores e indicadores do quadro de controle, para determinar o consumo de água e outros fatores; promover e/ou fazer a coleta de amostra de água para exames em laboratório; realizar sob supervisão a análise de água bruta dentro dos períodos pré-determinados; fazer controle de vazão da água tratada distribuída a população; ligar e desligar bombas, motores e equipamentos; fazer o controle dos registros de distribuição de água a população; proceder a lavagem das unidades de filtração, decantação e floculação; preencher os relatórios diários da ETA, realizar tarefas que permitam a segurança contra riscos de acidentes no local de trabalho; levar o conhecimento imediato as anormalidades ocorridas no seu turno de trabalho limpo; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurando individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§14. Técnico de Nível Médio: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar atividades na sua dimensão técnico-profissional e que requeiram escolaridade de nível médio profissionalizante vinculada ao perfil profissional exigido para ingresso, nas áreas de construção civil, saúde, contabilidade, agropecuária, odontologia e executar tarefas correlatas à mesma função profissional; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§15. Técnico de Nível Superior: Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar atividades na sua dimensão técnico-profissional e que requeiram escolaridade de superior vinculada ao perfil profissional exigido para ingresso; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

Art. 10. O perfil profissional e ocupacional, parte integrante de cada cargo devidamente identificado no anexo II desta Lei, vincula-se diretamente à natureza do cargo decorrente da especificidade da habilitação exigida para o seu provimento, bem como da complexidade das atribuições a ele inerentes, originárias das ações e serviços que constituem o Quadro Geral da Administração.

Capítulo III - Da Série de Classes dos Cargos da Carreira

Art. 11. A série de Classes dos Cargos que compõem a Carreira do Quadro Geral da Administração estrutura-se em linha horizontal de acesso, em conformidade com o respectivo nível de habilitação e perfil profissional e ocupacional, identificada por letras maiúsculas assim descrita, no Anexo III, desta Lei Complementar, observado o cumprimento do intervalo mínimo de 03 (três) anos da classe A para a classe B, mais 03 (três) anos da classe B para a C, 03 (três) anos da classe C para a classe D e 05 (cinco) anos da classe D para a classe E.

§1º. Os cursos de aperfeiçoamento qualificação e/ou capacitação profissional, serão conferidos e/ou reconhecidos por uma comissão composta pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, um representante da Categoria e um representante do departamento Recursos Humanos e deverá conter os seguintes requisitos:

a) carga horária mínima de 12 (doze) horas;

b) serão computados apenas os cursos de aperfeiçoamento e/ou capacitação profissional, concluídos no máximo 10 (dez) anos anteriores à data do enquadramento.

§2º. A carga horária de cursos de aperfeiçoamento e/ou capacitação profissional contada para posicionamento na classe não será recontada para efeito de nova progressão horizontal.

§3º. Os títulos de ensino médio, técnico profissionalizante e graduação, deverão estar de acordo com o Anexo III e reconhecidos pelo MEC.

§4º. Os títulos de pós-graduação, mestrado ou doutorado, deverão estar de acordo com o perfil profissional do cargo, ou relacionados com a área de atuação com a abrangência do cargo de acordo com o Anexo III e reconhecidos pelo MEC.

Capítulo IV - Das Formas de Movimentação na Carreira

Art. 12. A movimentação funcional na Carreira dos Servidores do Quadro Geral da Administração dar-se-á em duas modalidades:

I. por progressão horizontal, por promoção de classe;

II. por progressão vertical, por promoção por nível.

Seção I - Da Promoção de Classe

Art. 13. A progressão horizontal do Quadro Geral da Administração dar-se-á de uma classe para outra de acordo com a progressão à que o servidor ocupa, na mesma série de classes do cargo, mediante comprovação da habilitação e/ou certificação de aperfeiçoamento, e/ou qualificação, e/ou capacitação profissional exigida para a respectiva classe.

§1º. O servidor que apresentar titularidade acima da exigida para a classe imediatamente superior, sem possuir o requisito específico para esta, terá direito às progressões horizontais, até atingir a classe correspondente a sua titulação.

§2º. Os coeficientes para os aumentos salariais de uma classe para a subseqüente são de 15% (quinze) por cento sucessivamente, de acordo com o anexo III, desta Lei.

§3º. Fica estabelecido o limite prudencial de 51,3% (cinqüenta e um inteiros e trinta décimos) da Receita Corrente Líquida - RCL, gastos com pessoal ativo, calculado na forma que dispuser a Lei Complementar Federal nº 101, para fins de concessão do disposto neste artigo.

§4º. Caso não haja limite para a concessão do disposto neste artigo o servidor deverá aguardar, até que haja disponibilidade dentro do limite previsto no parágrafo anterior.

§5º. Havendo limite dentro do percentual, previsto no §4º, serão concedidos os incentivos, que suportarem até o limite prudencial, seguindo a ordem cronológica de requerimento.

Seção II - Da Promoção de Nível

Art. 14. O ocupante de cargo da Carreira do Quadro Geral da Administração terá direito à progressão vertical de um nível para outro subseqüente da mesma classe, desde que:

I. aprovado em processo anual específico de avaliação de desempenho;

II. cumprido o intervalo de 03 (três) anos para o estágio probatório, e obtenha a média de 70% (setenta por cento) de aprovação na avaliação de desempenho, sendo considerado o tempo de efetivo exercício na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, computado para fins de progressão.

III. Após o estágio probatório o intervalo será de 02 (dois) anos, e obtenha a média de 70% (setenta por cento) de aprovação na avaliação de desempenho, sendo considerado o tempo de efetivo exercício na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, computado para fins de progressão.

§1º. Decorrido o prazo previsto no inciso II deste artigo, se o órgão não realizar processo de avaliação de desempenho, a progressão vertical dar-se-á automaticamente a cada 02 anos.

§2º. Os coeficientes para os aumentos salariais de uma classe para a subsequente ficam estabelecidos de acordo com a tabela IV.

§3°. As demais normas da avaliação processual referida neste artigo, incluindo instrumentos e critérios, são as previstas no Estatuto Geral dos Servidores Públicos do Município.

§4°. Os coeficientes para os aumentos salariais de um nível para o subsequente ficam estabelecidos de acordo com o seguinte:

I. 1,00;

II. 1,02;

III. 1,04;

IV. 1,06;

V. 1,09;

VI. 1,12;

VII. 1,15;

VIII. 1,18;

IX. 1,21;

X. 1,24;

XI. 1,27;

XII. 1,31;

XIII. 1,35;

XIV. 1,40;

XV. 1,45;

XVI. 1,50;

XVII. 1,55;

XVIII. 1,60.

Título III - Do Regime Funcional

Capítulo Único - Do Ingresso

Art. 15. O ingresso na Carreira do Quadro Geral da Administração obedecerá aos seguintes critérios:

I. habilitação específica exigida para o provimento de cargo público;

II. escolaridade compatível com a natureza do cargo;

III. registro profissional expedido por órgão competente, quando assim exigido.

Parágrafo único: O edital de concurso público especificará as especialidades do cargo para provimento.

Seção Única - Do Enquadramento Inicial

Art. 16. Ao entrar em exercício o servidor será enquadrado na Carreira do Quadro Geral da Administração na Classe A, Nível 01 (um) do respectivo cargo.

§1º. Nas situações em que o edital de abertura do concurso público exigir titulação específica de acordo com o perfil profissional, o enquadramento inicial do servidor será na classe correspondente à titulação exigida.

§2º. Ao servidor pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal, que ingressar em novo cargo da Carreira do Quadro Geral da Administração, será garantido o posicionamento no mesmo nível anteriormente ocupado.

§3º. Para fins do disposto no parágrafo anterior, considera-se ininterrupto o tempo em que o servidor trabalhou na administração pública como efetivo, independente do cargo em que ocupou.

Título IV - Do Sistema de Desenvolvimento dos Servidores do Quadro Geral da Administração

Capítulo I - Das Disposições Gerais

Art. 17. Fica criado o programa de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores municipais de Barra do Bugres, cujas ações deverão ser articuladas com o planejamento institucional, com o programa de avaliação de desempenho, definido no título II desta lei, e, obedecerá aos pressupostos contidos nesta lei, em especial os dispostos no inciso IX do art. 4º e seus incisos, e aos seguintes objetivos:

I. conscientizar o servidor para a compreensão e assunção do seu papel social enquanto sujeito, na construção de metas institucionais e, enquanto profissional atuante no aparato estatal, na concretização do planejado;

II. promover o desenvolvimento do ensino básico dos servidores municipais e incentivar todos os servidores, aos mais altos níveis de educação formal;

III. preparar os servidores públicos municipais para desenvolverem-se na carreira, capacitá-los profissionalmente para um exercício eficaz de suas tarefas individuais, no bojo da função social coletiva da unidade a que pertença e, contribuir para a superação da alienação do trabalho, que caracteriza o trabalho individual desarticulado;

IV. preparar os servidores para uma gestão voltada para a qualidade social, que tem entre os seus referenciais em busca da eficácia no cumprimento da função social, em cada um dos ambientes organizacionais descritos nesta lei.

Art. 18. O programa de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores municipais de Barra do Bugres será desenvolvido e, funcionalmente subdividido, nas seguintes linhas de desenvolvimento:

I. global, que propiciará a capacitação e o aperfeiçoamento dos servidores para a obtenção da consciência do seu papel social, da conquista da cidadania, dos aspectos profissionais vinculados à formulação, ao planejamento, à execução e ao controle das metas institucionais estratégicas;

II. de educação formal, que visa ao desenvolvimento integral dos servidores públicos municipais, desde alfabetização até os mais altos níveis de educação formal;

III. gerencial, composta por ações formativas específicas voltadas para a preparação dos servidores para a atividade gerencial, que deverão constituir-se em pré-requisitos para o exercício de função de chefia, assessoramento e direção;

IV. na carreira, que visa preparar o servidor público municipal para desenvolver-se na mesma, através dos processos de capacitação funcional e da estruturação dos bancos de capacitados;

V. profissional, visando à capacitação dos servidores na sua área de atuação e à superação de dificuldades detectadas na avaliação de desempenho, seja no plano individual, seja nas unidades de trabalho;

VI. por ambiente organizacional, visando a capacitação dos servidores de acordo com a sua área de atuação, de ações voltadas à preparação dos servidores para remoção de um ambiente organizacional para outro;

VII. intersetorial, visando ao estabelecimento de projetos e ações entre dois ou mais ambientes organizacionais.

Parágrafo único: Entende-se como desenvolvimento intersetorial, para fins desta lei, a interface dos vários campos do saber e do conhecimento.

Capítulo II - Do Funcionamento do Programa

Art. 19. O programa de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores municipais de Barra do Bugres será gerido tendo em vista as seguintes características:

I. existência de colegiado gestor de planejamento e gestão do programa de capacitação e aperfeiçoamento, que fica criado pela presente lei, cujas atribuições dar-se-ão por decreto municipal e será composto por:

a) 2 (dois) servidores de carreira, sendo um eleito pelos seus pares e o outro indicado pela administração;

b) Pelo responsável pela gestão de pessoal;

II. preparação de planejamento anual, das ações de capacitação tendo em vista a demanda gerada pela interface com o programa de avaliação de desempenho e o planejamento institucional;

III. descentralização, por ambiente organizacional, das ações que lhe são típicas caso a unidade tenha capacidade para tal;

IV. desenvolvimento das demais atividades de capacitação através da escola de governo e desenvolvimento ou similar;

Parágrafo único. Se assim convier, os programas de capacitação poderão ser desenvolvidos em parceria com instituições externas, preferencialmente, públicas, desde que decidido pelo colegiado previsto no inciso 1º deste artigo.

Art. 20. Os servidores ocupantes dos cargos regidos por esta lei poderão exercer parcial ou totalmente a sua jornada de trabalho em atividades de capacitação e formação profissional, realizando atividades técnicas, administrativas e de monitoria, ministrando aulas ou atuando como instrutores técnicos.

§1º. As atividades, a que se refere o caput deste artigo, poderão ser realizadas nas unidades de trabalho responsáveis pela implementação do programa de capacitação e desenvolvimento ou em local de Educação Profissional, desde que haja autorização da secretaria, a que está vinculado.

§2º. O trabalho exercido na forma deste artigo depende da anuência do servidor e não implicará em remuneração adicional ao servidor a menos que o mesmo exceda a jornada de trabalho do servidor.

§3º. Cabe à administração municipal a prévia capacitação pedagógica dos servidores e servidoras que se dispuserem às atividades previstas no caput deste artigo, podendo adotar-se processos seletivos nos casos em que houver mais de um interessado na atividade.

Art. 21. Os recursos para financiamento do programa de capacitação e aperfeiçoamento deverão compor a proposta orçamentária de que trata o inciso X do art. 4o., desta Lei, tendo como referência o valor equivalente a no mínimo 1% (um por cento) do dispêndio da folha de pagamento do pessoal ativo.

§1o. Caberá ao colegiado gestor de planejamento e gestão do programa de capacitação e aperfeiçoamento definir a alocação dos recursos, garantindo a efetividade das linhas de desenvolvimento, descritas no art. 18 e abrangendo todos os ambientes organizacionais definidos nesta lei.

§2o. O montante orçamentário a que se refere o caput deste artigo deve ser composto a partir de diversas fontes de financiamento, tais como:

I. as fontes de arrecadação própria municipal; e,

II. as dedicadas, parcial ou integralmente, à capacitação em um ou mais ambientes organizacionais, que devem ser aditadas, apenas para efeito de cálculo do percentual previsto no *caput* deste artigo, ao apurado no inciso I deste parágrafo.

Capítulo III - Do Programa de Avaliação de Desempenho

Art. 22. O Programa de Avaliação de Desempenho, parte integrante do Sistema de Desenvolvimento do Quadro Geral da Administração, é o instrumento de unificação da Política de Recursos Humanos da Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal, devendo, na sua concepção, abranger critérios capazes de avaliar, na sua inteireza, a qualidade dos processos de trabalho, servindo ainda como retroalimentador do Programa de Qualificação para o quadro geral de pessoal.

Art. 23. A elaboração das normas disciplinadoras do Programa de Avaliação de Desempenho consubstanciada em legislação específica e, dentre outros, observará:

I. o caráter processual, contínuo e anual do Programa de Avaliação de Desempenho;

II. a abrangência do processo de avaliação, com fixação de indicadores de desempenho do servidor, que considerem não só a avaliação da sua chefia imediata, como também o processo e as condições de trabalho da sua unidade de lotação e a sua auto-avaliação;

III. a valorização do profissional do Quadro Geral da Administração, pela sua participação em atividades extrafuncionais, assim consideradas aquelas pertinentes ao exercício de funções/atividades de relevância institucional, tais como, execução de projetos, membros de comissões e de grupos de trabalho e instrutor e/ou coordenador de eventos originários do Programa de Qualificação Profissional.

IV. O servidor que se enquadrar neste artigo, será nomeado por portaria, ato discricionário do prefeito municipal, com validade de 02 (dois) anos;

V. O servidor responderá civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições;

Parágrafo Único. A responsabilidade civil decorre do ato omisso, ou comisso, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

Capítulo IV - Do Programa de Valorização do Servidor

Art. 24. A Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal poderá instituir e regulamentar formas de premiação, destinadas ao servidor efetivo, contratado temporariamente ou comissionado, por serviços prestados ao Quadro Geral da Administração no âmbito Municipal, nas seguintes termos:

I. por desempenho de resultado no exercício das funções, reconhecido por usuários e/ou servidores do Quadro Geral da Administração;

II. pela apresentação de projetos, inventos, pesquisas científicas, publicações, entre outros, que contribuam para o Quadro Geral da Administração.

§1º. A Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal, deverá estipular metas a serem cumpridas, para de disposto neste artigo, ficando assegurado tratamento igualitário para os profissionais integrantes de cargos iguais ou assemelhados.

§2º. **O prêmio de que trata o Caput será regulamentado por Portaria do Secretário Municipal responsável pela Gestão de Pessoal, mas não poderá ser representado por moeda corrente.**

Título V - Da Jornada de Trabalhado e Sistema de Remuneração

Capítulo I - Da Jornada de Trabalho

Art. 25. A jornada de trabalho dos servidores do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Município de Barra do Bugres será de 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, com exceção dos ocupantes de cargos com jornada especial de trabalho, fixada por lei federal que regulamente a profissão no âmbito nacional, conforme disposto no Anexo III, desta Lei.

Capítulo II - Da Remuneração

Art. 26. O sistema de remuneração da Carreira dos Servidores do Quadro Geral da Administração, estrutura-se através de tabelas remuneratórias contendo os padrões de subsídios fixados em razão da natureza, grau de responsabilidade e complexidade e dos requisitos exigidos para ingresso em cada cargo da carreira dos Profissionais.

Parágrafo Único. As tabelas remuneratórias do Quadro Geral da Administração, constam do Anexo III, desta Lei e são referentes a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, e serão proporcionais para os cargos de 20 (vinte) e 30 (trinta) horas de jornada semanais, não podendo ser inferior ao salário mínimo vigente.

Título VI - Dos Incentivos a Produtividade

Capítulo I - Das Disposições Gerais

Art. 27. A gratificação de Produtividade Fiscal terá o seu valor apurado mediante a computação dos pontos atribuídos às tarefas e às atividades constantes no Anexo V, com o propósito de auferir a eficiência da produtividade serão computados os pontos em decorrência das atividades e condições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 28. Fica fixado em 700 (setecentas) cotas o limite máximo positivas a ser pago mensalmente.

§1º. O valor de cada cota corresponderá a R$ 1,53 (um real e cinquenta e três centavos), reajustáveis anualmente sempre na mesma data e pelo menos índices aplicáveis a remuneração dos servidores públicos.

§2º. A título de gratificação de produtividade, os servidores no atendimento ao público (apoio administrativo) receberão a média de 50% (cinquenta por cento) da produtividade auferida por todos os fiscais no respectivo mês.

§3º. As cotas individuais auferidos pelos beneficiários do sistema e que ultrapassarem no mês o limite máximo permitido, serão levados a crédito do fiscal, para aproveitamento no mês seguinte.

§4º. As cotas acumuladas anualmente de janeiro a dezembro de cada exercício, serão transportados no máximo de 350 (trezentos e cinquenta) cotas para o exercício subseqüente.

§5º. Caberá ao respectivo setor, através da chefia nomeada, apurar, com base em relatórios semanais ou mensais apresentados pelos fiscais, o total de cotas a serem pagos no mês, prestando as informações necessárias para o lançamento e o pagamento da produtividade mensal.

§6º. As cotas atribuídos aos fiscais que vierem, mediante processo legalmente fundamentado, a serem julgados improcedentes ou insubsistentes, serão descontados ou atribuídos no mês imediatamente seguinte ao da respectiva decisão.

§7º. Os fiscais deverão fazer mensalmente o relatório sobre as atividades desenvolvidas na semana e apresentá-lo a sua chefia imediata, sob pena de não ser considerada no somatório da produtividade a informação prestada intempestivamente.

§8º. O incentivo de produtividade somente será pago aos agentes de fiscalização em efetivo exercício na sua função.

Art. 29. O Incentivo de Produtividade, incidirá para pagamento de 13º (décimo terceiro) salário e férias anuais, considerada a média da gratificação percebida pelo servidor nos 12 (doze) meses que precederem a concessão das mesmas.

Art. 30. É vedado o acúmulo de adicional de produtividade com qualquer outra espécie de gratificação, funções e horas extraordinárias.

Parágrafo Único. Em se tratando em servidor de carreira nomeado para exercer cargo comissionado vinculado a fiscalização ou administração tributária, poderá ser feita a opção no ato da nomeação da média auferida pelos fiscais ou porcentagem que compete ao cargo comissionado.

Art. 31. Os Fiscais regidos por este decreto deverão assinar folha de ponto ou outro instrumento de controle designado pelo secretário da pasta.

Art. 32. Fica atribuída ao Secretário de Finanças para no âmbito de sua competência editar normas e praticar aos atos necessários à execução do presente Decreto e operacionalidade do sistema.

Art. 33. O fiscal ou fiscais em cumprimento de quaisquer dos plantões previsto nesta Lei Complementar não terão mais pontos incorporados na produtividade alem dos já estabelecidos por plantão.

Art. 34. A contribuição mensal repassada ao Barra Previ será calculada sobre a remuneração de contribuição, ou seja, o valor do salário base acrescido da produtividade, mediante requerimento do servidor junto ao Barra Previ.

Título VII - Das Disposições Gerais, Transitórias e Finais

Capítulo I - Das Disposições Gerais

Art. 35. Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, nenhum servidor poderá se eximir do cumprimento de seus deveres.

Art. 36. Para efeitos de comprovação da conclusão do curso de ensino fundamental, médio ou técnico, será considerado o Certificado ou Diploma expedido ou convalidado por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único: Os cursos de mestrado e doutorado realizados no exterior, deverão ser validados por instituição Brasileira reconhecida pelo Ministério da Educação.

Art. 37. Para efeitos de comprovação de curso superior, pós-graduação, ou especialização será considerado Diploma ou Certificado, expedido ou convalidado por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação.

Art. 38. Nos casos em que o diploma ou o certificado estiver em fase de expedição/registro, será considerado o certificado de conclusão acompanhado do respectivo histórico escolar, desde que o curso tenha sido concluído antes da publicação desta Lei Complementar.

Art. 39. Esta lei abrange os servidores ativos, ocupantes de um dos cargos previstos e disciplinados nesta lei, que ingressaram por Concurso Público de provas ou de provas e títulos, os ocupantes de função pública e os de funções de chefia e assessoramento.

Art. 40. As eventuais contratações temporárias de excepcional interesse público previsto na Constituição Federal reguladas, na forma da lei que trata do Regime Jurídico dos Servidores Municipais de Barra do Bugres, dar-se-á em nível inicial e classe de habilitação.

Capítulo II - Dos Critérios de Remoção

Art. 41. A remoção de um servidor de um ambiente organizacional para outro será gerida pela Secretaria responsável pela gestão de pessoal.

§1º. O instituto da remoção não se aplica aos servidores abrangidos por esta lei que estejam em estágio probatório.

§2º. Os critérios específicos para a remoção de um servidor de um local de trabalho para outro deverão ser elaborados pelas diversas Secretarias Municipais, tendo em vista suas especificidades, desde que ocorram no mesmo ambiente organizacional.

Art. 42. A remoção do servidor de uma unidade de lotação para outra no mesmo ambiente organizacional é livre e estará submetida apenas aos critérios definidos no artigo anterior.

Capítulo III - Do Enquadramento dos Servidores Municipais nas Carreiras

Seção I - Das disposições gerais e dos prazos

Art. 43. O reenquadramento dos cargos criados por Leis anteriores serão reenquadrados em Cargos das categorias funcionais idênticas ou correlatas, criadas por essa Lei, dentro do mesmo grupo ocupacional, assegurado todos os direitos adquiridos, obedecendo às normas constantes do Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 44. Os servidores abrangidos por esta lei, serão enquadrados nos cargos disciplinados nesta lei a menos que manifestem o direito de não opção por estas carreiras, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta lei.

§1º. Para os servidores em afastamento, no momento de entrada em vigor desta lei, ficam resguardados os direitos de enquadramento e não opção, que devem ser exercidos quando do seu retorno à atividade, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento de Comunicado Oficial da Secretaria responsável pela gestão de pessoal que os instará a manifestarem-se formalmente sobre os referidos direitos.

§2º. Os servidores que não optarem pelo enquadramento na presente lei ficarão submetidos à legislação que rege o cargo que ocupam, que passarão a compor quadro em extinção.

§3º. Os cargos de provimento efetivo do quadro em extinção a que se refere o parágrafo anterior serão:

I. transformados nos seus equivalentes, previstos nesta lei, na medida em que vagarem; ou

II. extintos na medida em que vagarem caso não haja cargos equivalentes previstos nesta lei.

Art. 45. Fica criada uma Comissão de Enquadramento que será constituída paritariamente entre membros indicados pelo Governo Municipal e representante dos Servidores Públicos Municipais, num total de 06 (seis) membros formalmente nomeados.

§1º. O Governo Municipal e a entidade sindical representativa dos servidores municipais deverão apresentar ao Secretário responsável pela gestão de pessoal os nomes dos representantes escolhidos para compor a comissão de enquadramento, bem como dos respectivos suplentes.

§2º. O prazo de duração dos trabalhos da comissão de enquadramento será de 45 (quarenta e cinco) dias, assim distribuídos:

I. prazo de enquadramento, 10 (dez) dias, contados da publicação do ato de nomeação da Comissão de Enquadramento;

II. prazo de apresentação de recursos ao enquadramento, 05 (cinco) dias, contados da publicação do ato de enquadramento;

III. prazo máximo de resposta aos recursos previstos no Inciso II, 10 (dez) dias, contados da apresentação formal do recurso;

IV. prazo de solicitação de reconsideração da decisão prevista no Inciso III de 10 (dez) dias, contados da publicação da decisão;

V. prazo máximo de resposta aos pedidos de reconsideração previstos no Inciso IV de 10 (dez) dias, contados da apresentação formal do pedido de reconsideração.

§3º. Terminado o enquadramento preliminar dos servidores, realizado pela comissão de enquadramento prevista nesta lei, o Secretário Municipal responsável pela gestão de pessoal da Prefeitura fará publicá-lo no Jornal de Circulação do Município, abrindo formalmente o prazo de recurso a que se refere o inciso II do § 2º deste artigo.

§4º. Passado o prazo referido no inciso II do § 2º deste artigo, será publicado, no Jornal Oficial do Município, ato do Prefeito Municipal, contendo o enquadramento definitivo dos servidores que não optaram por recorrer do contido na publicação a que se refere o parágrafo anterior.

§5º. A resposta a que se refere o inciso III do § 2º deste artigo cabe à comissão de enquadramento e será publicada, no Jornal Oficial do Município, pelo Secretário Municipal responsável pela gestão de pessoal da Prefeitura, abrindo formalmente o prazo de recurso a que se refere o inciso IV do §2º deste artigo.

§6º. A resposta a que se refere o inciso V do § 2º deste artigo, cabe à comissão de enquadramento e será publicada, no Jornal Oficial do Município, pelo Secretário Municipal responsável pela gestão de pessoal da Prefeitura, simultaneamente ao ato do Prefeito Municipal, contendo o enquadramento definitivo dos servidores em questão.

Seção II - Do Enquadramento na Classe de Vencimento

Art. 46. Para a identificação da classe à qual pertence o servidor será utilizado a graduação atual do servidor, na data de enquadramento, observado o disposto no Anexo III e IV, desta Lei Complementar.

Seção III - Do Enquadramento no Nível de Vencimento

Art. 47. O Enquadramento dos cargos previstos nesta lei, no nível de vencimento será efetuado automaticamente de acordo com o tempo de efetivo exercício no serviço público municipal de Barra do Bugres, na forma do Anexo IV desta Lei Complementar.

§1º. Para efeito do disposto neste artigo serão computados os anos completos de serviço público municipal, ficando as frações em meses e dias como contagem inicial dos interstícios necessários aos mecanismos de desenvolvimento previstos nesta Lei Complementar.

§2º. Caso ocorra de o disposto no parágrafo anterior, não ser suficiente para sanar a diferença observada, o que resta deverá compor como Vantagem Pessoal Incorporada, paga em parcela adicionada ao padrão de vencimento, sendo irredutível, compõe a remuneração do servidor para todos os efeitos legais, inclusive para fins de cálculo de horas extraordinárias, 13º salários, férias e aposentadoria, sendo ajustada nos mesmos índices e percentuais quando do reajustes gerais dos servidores municipais de Barra do Bugres.

Seção IV - Enquadramento no Ambiente Organizacional

Art. 48. A comissão de enquadramento baseada, no local de trabalho e na descrição de atividades do servidor público municipal estabelecerá a qual dos ambientes organizacionais o mesmo será alocado tendo em vista o Anexo II, desta Lei Complementar.

Capítulo IV - Das Disposições Transitórias

Art. 49. O servidor que se encontrar afastado por licença sem remuneração, legalmente autorizada, só poderá ser enquadrado na presente Lei, quando oficialmente reassumir seu respectivo cargo.

Capítulo V - Das Disposições Finais

Art. 50. Os cargos de Agente de Serviço Público e Inspetor de Alunos, passam a integrar o Plano de Cargos dos Profissionais da Educação do Município de Barra do Bugres-MT, ficando em extinção a medida que vagarem.

Art. 51. O quadro permanente dos servidores estatutários efetivos do Município de Barra do Bugres será estruturado em conformidade com as disposições desta Lei, combinadas com as normas instituidoras do Plano de Cargos Carreiras e Salários, e demais disposições aplicáveis à espécie.

Art. 52. As disposições, direitos e vantagens da presente Lei somente são aplicáveis e se estendem aos servidores estatutários efetivos submetidos aos preceitos e demais normas reguladoras desta Lei, sujeito ao regime jurídico estatutário, de conformidade com os princípios constitucionais e com o Estatuto do Funcionário Público Municipal.

Art. 53. São extintas todas as vantagens e benefícios não previstos nesta Lei Complementar.

Art. 54. Fica extinto os cargos de Inspetor de Alunos e Agente de Serviço Social, que passam a compor quadro suplementar em extinção, que passarão a compor o quadro de servidores da Educação Municipal.

Art. 55. O Plano de Cargos e Carreira e Salários do Quadro Geral da Administração deverá ser revisto obrigatoriamente a cada 2 (dois) anos.

Art. 56. As tabelas de vencimentos previstas nesta Lei, passam a vigorar em 01 de Julho de 2.013.

Art. 57. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial as Leis Complementares Municipais nº 004/2005, de 30 de agosto de 2005, 009/2006, de 17 de outubro de 2006, 016/2007, de 10 de setembro de 2007, 018/2007, de 28 de dezembro de 2007, 036/2009, de 23 de junho de 2009, 039/2010, de 06 de maio de 2010 e 048/2012, de 12 de março de 2012.

Gabinete do Prefeito, 11 de Julho de 2.013.

JULIO CESAR FLORINDO

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGOS E O RESPECTIVO LOTACIONOGRAMA GERAL

Cargo	Total
Agente de Administração	033
Agente de Controle Interno	003
Agente de Fiscalização	010
Agente de Manutenção	008
Agente de Serviço Público	172
Agente de Serviços Operacionais	017
Agente de Vigilância	070
Agente Operacional	058
Auxiliar Manutenção e Conservação	066
Escriturário	070
Operador de Máquina Pesada	015
Operador de Máquinas Leves	011
Operador de Sistema de Água e Esgoto	010
Técnico de Nível Médio	016
Técnico de Nível Superior	014
Totais.....	573

ANEXO II

QUADRO DE TRANSFORMAÇAO E PERFIL PROFISSIONAL E OCUPACIONAL

Cargos	Perfil Ocupacional
Agente de Administração	Agente de Administração Auxiliar de Administração Auxiliar de Contabilidade
Agente de Fiscalização	Fiscal de Obras e Posturas Fiscal Tributário
Agente de Manutenção	Mecânico

	Soldador
Agente de Serviço Público	Agente de Serviço Público Contínuo
Agente de Serviços Operacionais	Borracheiro Carpinteiro Eletricista Eletricista Automotivo Lubrificador
Agente de Vigilância	Vigilante
Agente Operacional	Motorista
Auxiliar de Manutenção e Conservação	Agente de Serviços Gerais Cozinheiro Jardineiro
Escriturário	Agente de Saúde Escriturário
Operador de Máquinas Leves	Operador de Máquinas Leves
Operador de Máquina Pesada	Operador de Máquina Pesada
Operador Sistema de Água e Esgoto	Operador Sistema de Água e Esgoto
Técnico Nível Médio	Desenhista Técnico-Projetista Monitor de Informática Técnico Agrícola Técnico em Agrimensura Técnico em Informática
Técnico Nível Superior	Advogado Arquiteto Contador Engenheiro Agrônomo Engenheiro Civil Químico Turismólogo Veterinário
Agente de Controle Interno	Agente de Controle Interno

ANEXO III

TABELA DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO

CARGO	CLASSE A (1,00)	CLASSE B (1,15)	CLASSE C (1,30)	CLASSE D (1,45)	CLASSE E (1,60)
Agente de Manutenção Agente de Serviço Público Agente de Serviços Operacionais Agente de Vigilância Agente Operacional Auxiliar de Manutenção e Conservação Escriturário Operador de Máquina Pesada Operador de Máquinas Leves Operador de Sistema de Água e Esgoto	Ensino fundamental	Ensino médio	Curso técnico profissionalizante com registro no órgão competente	Ensino superior com registro no órgão competente	Ensino superior + especialização na área de formação ou atuação
CARGO	CLASSE A (1,00)	CLASSE B (1,15)	CLASSE C (1,30)	CLASSE D (1,45)	CLASSE E (1,60)
Agente de Administração Agente de Fiscalização	Ensino médio	Curso técnico profissionalizante com registro no órgão competente	Ensino superior com registro no órgão competente	Ensino superior + especialização na área de formação ou atuação	Ensino superior + especialização na área de atuação + 400 horas de cursos de capacitação na área de atuação.
CARGO	CLASSE A (1,00)	CLASSE B (1,15)	CLASSE C (1,30)	CLASSE D (1,45)	CLASSE E (1,60)
Técnico de Nível Médio	Ensino Médio Profissionalizante com registro em órgão competente.	Ensino superior com registro no órgão competente	Requisitos da Classe "B" + especialização na área de atuação ou formação	Ensino superior + especialização na área de atuação + 400 horas de cursos de capacitação na área de atuação ou correlato	Mestrado ou Doutorado
CARGO	CLASSE A (1,00)	CLASSE B (1,15)	CLASSE C (1,30)	CLASSE D (1,45)	CLASSE E (1,60)
Agente de Controle Interno Técnico de Nível Superior	Ensino superior com registro no órgão competente	Requisitos da Classe A + especialização na área de atuação	Requisito da Classe "B" + 400 horas de cursos de capacitação na área de atuação ou correlato	Mestrado	Doutorado

ANEXO IV

TABELA DE VENCIMENTOS

Cargo: AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICO-40 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	730,00	839,50	949,00	1.058,50	1.168,00
02 - 1,02	03 anos	744,60	856,29	967,98	1.079,67	1.191,36
03 - 1,04	05 anos	759,20	873,08	986,96	1.100,84	1.214,72

04 - 1,06	07 anos	773,80	889,87	1.005,94	1.122,01	1.238,08
05 - 1,09	09 anos	795,70	915,06	1.034,41	1.153,77	1.273,12
06 - 1,12	11 anos	817,60	940,24	1.062,88	1.185,52	1.308,16
07 - 1,15	13 anos	839,50	965,43	1.091,35	1.217,28	1.343,20
08 - 1,18	15 anos	861,40	990,61	1.119,82	1.249,03	1.378,24
09 - 1,21	17 anos	883,30	1.015,80	1.148,29	1.280,79	1.413,28
10 - 1,24	19 anos	905,20	1.040,98	1.176,76	1.312,54	1.448,32
11 - 1,27	21 anos	927,10	1.066,17	1.205,23	1.344,30	1.483,36
12 - 1,31	23 anos	956,30	1.099,75	1.243,19	1.386,64	1.530,08
13 - 1,35	25 anos	985,50	1.133,33	1.281,15	1.428,98	1.576,80
14 - 1,40	27 anos	1.022,00	1.175,30	1.328,60	1.481,90	1.635,20
15 - 1,45	29 anos	1.058,50	1.217,28	1.376,05	1.534,83	1.693,60
16 - 1,50	31 anos	1.095,00	1.259,25	1.423,50	1.587,75	1.752,00
17 - 1,55	33 anos	1.131,50	1.301,23	1.470,95	1.640,68	1.810,40
18 - 1,60	35 anos	1.168,00	1.343,20	1.518,40	1.693,60	1.868,80

Cargo: AGENTE DE VIGILÂNCIA-40 HORAS, AUXILIAR MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO-40 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	750,00	862,50	975,00	1.087,50	1.200,00
02 - 1,02	03 anos	765,00	879,75	994,50	1.109,25	1.224,00
03 - 1,04	05 anos	780,00	897,00	1.014,00	1.131,00	1.248,00
04 - 1,06	07 anos	795,00	914,25	1.033,50	1.152,75	1.272,00
05 - 1,09	09 anos	817,50	940,13	1.062,75	1.185,38	1.308,00
06 - 1,12	11 anos	840,00	966,00	1.092,00	1.218,00	1.344,00
07 - 1,15	13 anos	862,50	991,88	1.121,25	1.250,63	1.380,00
08 - 1,18	15 anos	885,00	1.017,75	1.150,50	1.283,25	1.416,00
09 - 1,21	17 anos	907,50	1.043,63	1.179,75	1.315,88	1.452,00
10 - 1,24	19 anos	930,00	1.069,50	1.209,00	1.348,50	1.488,00
11 - 1,27	21 anos	952,50	1.095,38	1.238,25	1.381,13	1.524,00
12 - 1,31	23 anos	982,50	1.129,88	1.277,25	1.424,63	1.572,00
13 - 1,35	25 anos	1.012,50	1.164,38	1.316,25	1.468,13	1.620,00
14 - 1,40	27 anos	1.050,00	1.207,50	1.365,00	1.522,50	1.680,00
15 - 1,45	29 anos	1.087,50	1.250,63	1.413,75	1.576,88	1.740,00
16 - 1,50	31 anos	1.125,00	1.293,75	1.462,50	1.631,25	1.800,00
17 - 1,55	33 anos	1.162,50	1.336,88	1.511,25	1.685,63	1.860,00
18 - 1,60	35 anos	1.200,00	1.380,00	1.560,00	1.740,00	1.920,00

Cargo: AGENTE OPERACIONAL-40 HORAS, AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS-40 HORAS, OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES-40 HORAS, OPERADOR DE SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO-40 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	1.100,00	1.265,00	1.430,00	1.595,00	1.760,00
02 - 1,02	03 anos	1.122,00	1.290,30	1.458,60	1.626,90	1.795,20
03 - 1,04	05 anos	1.144,00	1.315,60	1.487,20	1.658,80	1.830,40
04 - 1,06	07 anos	1.166,00	1.340,90	1.515,80	1.690,70	1.865,60
05 - 1,09	09 anos	1.199,00	1.378,85	1.558,70	1.738,55	1.918,40
06 - 1,12	11 anos	1.232,00	1.416,80	1.601,60	1.786,40	1.971,20
07 - 1,15	13 anos	1.265,00	1.454,75	1.644,50	1.834,25	2.024,00
08 - 1,18	15 anos	1.298,00	1.492,70	1.687,40	1.882,10	2.076,80
09 - 1,21	17 anos	1.331,00	1.530,65	1.730,30	1.929,95	2.129,60
10 - 1,24	19 anos	1.364,00	1.568,60	1.773,20	1.977,80	2.182,40
11 - 1,27	21 anos	1.397,00	1.606,55	1.816,10	2.025,65	2.235,20
12 - 1,31	23 anos	1.441,00	1.657,15	1.873,30	2.089,45	2.305,60
13 - 1,35	25 anos	1.485,00	1.707,75	1.930,50	2.153,25	2.376,00
14 - 1,40	27 anos	1.540,00	1.771,00	2.002,00	2.233,00	2.464,00
15 - 1,45	29 anos	1.595,00	1.834,25	2.073,50	2.312,75	2.552,00
16 - 1,50	31 anos	1.650,00	1.897,50	2.145,00	2.392,50	2.640,00
17 - 1,55	33 anos	1.705,00	1.960,75	2.216,50	2.472,25	2.728,00
18 - 1,60	35 anos	1.760,00	2.024,00	2.288,00	2.552,00	2.816,00

Cargo: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO-40 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	1.500,00	1.725,00	1.950,00	2.175,00	2.400,00
02 - 1,02	03 anos	1.530,00	1.759,50	1.989,00	2.218,50	2.448,00
03 - 1,04	05 anos	1.560,00	1.794,00	2.028,00	2.262,00	2.496,00
04 - 1,06	07 anos	1.590,00	1.828,50	2.067,00	2.305,50	2.544,00
05 - 1,09	09 anos	1.635,00	1.880,25	2.125,50	2.370,75	2.616,00
06 - 1,12	11 anos	1.680,00	1.932,00	2.184,00	2.436,00	2.688,00
07 - 1,15	13 anos	1.725,00	1.983,75	2.242,50	2.501,25	2.760,00
08 - 1,18	15 anos	1.770,00	2.035,50	2.301,00	2.566,50	2.832,00
09 - 1,21	17 anos	1.815,00	2.087,25	2.359,50	2.631,75	2.904,00
10 - 1,24	19 anos	1.860,00	2.139,00	2.418,00	2.697,00	2.976,00
11 - 1,27	21 anos	1.905,00	2.190,75	2.476,50	2.762,25	3.048,00
12 - 1,31	23 anos	1.965,00	2.259,75	2.554,50	2.849,25	3.144,00
13 - 1,35	25 anos	2.025,00	2.328,75	2.632,50	2.936,25	3.240,00
14 - 1,40	27 anos	2.100,00	2.415,00	2.730,00	3.045,00	3.360,00
15 - 1,45	29 anos	2.175,00	2.501,25	2.827,50	3.153,75	3.480,00

16 - 1,50	31 anos	2.250,00	2.587,50	2.925,00	3.262,50	3.600,00
17 - 1,55	33 anos	2.325,00	2.673,75	3.022,50	3.371,25	3.720,00
18 - 1,60	35 anos	2.400,00	2.760,00	3.120,00	3.480,00	3.840,00

Cargo: ESCRITURÁRIO-40 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	1.250,00	1.437,50	1.625,00	1.812,50	2.000,00
02 - 1,02	03 anos	1.275,00	1.466,25	1.657,50	1.848,75	2.040,00
03 - 1,04	05 anos	1.300,00	1.495,00	1.690,00	1.885,00	2.080,00
04 - 1,06	07 anos	1.325,00	1.523,75	1.722,50	1.921,25	2.120,00
05 - 1,09	09 anos	1.362,50	1.566,88	1.771,25	1.975,63	2.180,00
06 - 1,12	11 anos	1.400,00	1.610,00	1.820,00	2.030,00	2.240,00
07 - 1,15	13 anos	1.437,50	1.653,13	1.868,75	2.084,38	2.300,00
08 - 1,18	15 anos	1.475,00	1.696,25	1.917,50	2.138,75	2.360,00
09 - 1,21	17 anos	1.512,50	1.739,38	1.966,25	2.193,13	2.420,00
10 - 1,24	19 anos	1.550,00	1.782,50	2.015,00	2.247,50	2.480,00
11 - 1,27	21 anos	1.587,50	1.825,63	2.063,75	2.301,88	2.540,00
12 - 1,31	23 anos	1.637,50	1.883,13	2.128,75	2.374,38	2.620,00
13 - 1,35	25 anos	1.687,50	1.940,63	2.193,75	2.446,88	2.700,00
14 - 1,40	27 anos	1.750,00	2.012,50	2.275,00	2.537,50	2.800,00
15 - 1,45	29 anos	1.812,50	2.084,38	2.356,25	2.628,13	2.900,00
16 - 1,50	31 anos	1.875,00	2.156,25	2.437,50	2.718,75	3.000,00
17 - 1,55	33 anos	1.937,50	2.228,13	2.518,75	2.809,38	3.100,00
18 - 1,60	35 anos	2.000,00	2.300,00	2.600,00	2.900,00	3.200,00

Cargo: OPERADOR DE MÁQUINA PESADA-40 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	1.700,00	1.955,00	2.210,00	2.465,00	2.720,00
02 - 1,02	03 anos	1.734,00	1.994,10	2.254,20	2.514,30	2.774,40
03 - 1,04	05 anos	1.768,00	2.033,20	2.298,40	2.563,60	2.828,80
04 - 1,06	07 anos	1.802,00	2.072,30	2.342,60	2.612,90	2.883,20
05 - 1,09	09 anos	1.853,00	2.130,95	2.408,90	2.686,85	2.964,80
06 - 1,12	11 anos	1.904,00	2.189,60	2.475,20	2.760,80	3.046,40
07 - 1,15	13 anos	1.955,00	2.248,25	2.541,50	2.834,75	3.128,00
08 - 1,18	15 anos	2.006,00	2.306,90	2.607,80	2.908,70	3.209,60
09 - 1,21	17 anos	2.057,00	2.365,55	2.674,10	2.982,65	3.291,20
10 - 1,24	19 anos	2.108,00	2.424,20	2.740,40	3.056,60	3.372,80
11 - 1,27	21 anos	2.159,00	2.482,85	2.806,70	3.130,55	3.454,40
12 - 1,31	23 anos	2.227,00	2.561,05	2.895,10	3.229,15	3.563,20
13 - 1,35	25 anos	2.295,00	2.639,25	2.983,50	3.327,75	3.672,00
14 - 1,40	27 anos	2.380,00	2.737,00	3.094,00	3.451,00	3.808,00
15 - 1,45	29 anos	2.465,00	2.834,75	3.204,50	3.574,25	3.944,00
16 - 1,50	31 anos	2.550,00	2.932,50	3.315,00	3.697,50	4.080,00
17 - 1,55	33 anos	2.635,00	3.030,25	3.425,50	3.820,75	4.216,00
18 - 1,60	35 anos	2.720,00	3.128,00	3.536,00	3.944,00	4.352,00

Cargo: AGENTE DE MANUTENÇÃO-40 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	1.350,00	1.552,50	1.755,00	1.957,50	2.160,00
02 - 1,02	03 anos	1.377,00	1.583,55	1.790,10	1.996,65	2.203,20
03 - 1,04	05 anos	1.404,00	1.614,60	1.825,20	2.035,80	2.246,40
04 - 1,06	07 anos	1.431,00	1.645,65	1.860,30	2.074,95	2.289,60
05 - 1,09	09 anos	1.471,50	1.692,23	1.912,95	2.133,68	2.354,40
06 - 1,12	11 anos	1.512,00	1.738,80	1.965,60	2.192,40	2.419,20
07 - 1,15	13 anos	1.552,50	1.785,38	2.018,25	2.251,13	2.484,00
08 - 1,18	15 anos	1.593,00	1.831,95	2.070,90	2.309,85	2.548,80
09 - 1,21	17 anos	1.633,50	1.878,53	2.123,55	2.368,58	2.613,60
10 - 1,24	19 anos	1.674,00	1.925,10	2.176,20	2.427,30	2.678,40
11 - 1,27	21 anos	1.714,50	1.971,68	2.228,85	2.486,03	2.743,20
12 - 1,31	23 anos	1.768,50	2.033,78	2.299,05	2.564,33	2.829,60
13 - 1,35	25 anos	1.822,50	2.095,88	2.369,25	2.642,63	2.916,00
14 - 1,40	27 anos	1.890,00	2.173,50	2.457,00	2.740,50	3.024,00
15 - 1,45	29 anos	1.957,50	2.251,13	2.544,75	2.838,38	3.132,00
16 - 1,50	31 anos	2.025,00	2.328,75	2.632,50	2.936,25	3.240,00
17 - 1,55	33 anos	2.092,50	2.406,38	2.720,25	3.034,13	3.348,00
18 - 1,60	35 anos	2.160,00	2.484,00	2.808,00	3.132,00	3.456,00

Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO-40 HORAS, TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO - 40 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	1.350,00	1.552,50	1.755,00	1.957,50	2.160,00
02 - 1,02	03 anos	1.377,00	1.583,55	1.790,10	1.996,65	2.203,20
03 - 1,04	05 anos	1.404,00	1.614,60	1.825,20	2.035,80	2.246,40
04 - 1,06	07 anos	1.431,00	1.645,65	1.860,30	2.074,95	2.289,60
05 - 1,09	09 anos	1.471,50	1.692,23	1.912,95	2.133,68	2.354,40
06 - 1,12	11 anos	1.512,00	1.738,80	1.965,60	2.192,40	2.419,20
07 - 1,15	13 anos	1.552,50	1.785,38	2.018,25	2.251,13	2.484,00
08 - 1,18	15 anos	1.593,00	1.831,95	2.070,90	2.309,85	2.548,80

09 - 1,21	17 anos	1.633,50	1.878,53	2.123,55	2.368,58	2.613,60
10 - 1,24	19 anos	1.674,00	1.925,10	2.176,20	2.427,30	2.678,40
11 - 1,27	21 anos	1.714,50	1.971,68	2.228,85	2.486,03	2.743,20
12 - 1,31	23 anos	1.768,50	2.033,78	2.299,05	2.564,33	2.829,60
13 - 1,35	25 anos	1.822,50	2.095,88	2.369,25	2.642,63	2.916,00
14 - 1,40	27 anos	1.890,00	2.173,50	2.457,00	2.740,50	3.024,00
15 - 1,45	29 anos	1.957,50	2.251,13	2.544,75	2.838,38	3.132,00
16 - 1,50	31 anos	2.025,00	2.328,75	2.632,50	2.936,25	3.240,00
17 - 1,55	33 anos	2.092,50	2.406,38	2.720,25	3.034,13	3.348,00
18 - 1,60	35 anos	2.160,00	2.484,00	2.808,00	3.132,00	3.456,00

Cargo:TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - 20 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	1.750,00	2.012,50	2.275,00	2.537,50	2.800,00
02 - 1,02	03 anos	1.785,00	2.052,75	2.320,50	2.588,25	2.856,00
03 - 1,04	05 anos	1.820,00	2.093,00	2.366,00	2.639,00	2.912,00
04 - 1,06	07 anos	1.855,00	2.133,25	2.411,50	2.689,75	2.968,00
05 - 1,09	09 anos	1.907,50	2.193,63	2.479,75	2.765,88	3.052,00
06 - 1,12	11 anos	1.960,00	2.254,00	2.548,00	2.842,00	3.136,00
07 - 1,15	13 anos	2.012,50	2.314,38	2.616,25	2.918,13	3.220,00
08 - 1,18	15 anos	2.065,00	2.374,75	2.684,50	2.994,25	3.304,00
09 - 1,21	17 anos	2.117,50	2.435,13	2.752,75	3.070,38	3.388,00
10 - 1,24	19 anos	2.170,00	2.495,50	2.821,00	3.146,50	3.472,00
11 - 1,27	21 anos	2.222,50	2.555,88	2.889,25	3.222,63	3.556,00
12 - 1,31	23 anos	2.292,50	2.636,38	2.980,25	3.324,13	3.668,00
13 - 1,35	25 anos	2.362,50	2.716,88	3.071,25	3.425,63	3.780,00
14 - 1,40	27 anos	2.450,00	2.817,50	3.185,00	3.552,50	3.920,00
15 - 1,45	29 anos	2.537,50	2.918,13	3.298,75	3.679,38	4.060,00
16 - 1,50	31 anos	2.625,00	3.018,75	3.412,50	3.806,25	4.200,00
17 - 1,55	33 anos	2.712,50	3.119,38	3.526,25	3.933,13	4.340,00
18 - 1,60	35 anos	2.800,00	3.220,00	3.640,00	4.060,00	4.480,00

Cargo: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - 30 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	2.625,00	3.018,75	3.412,50	3.806,25	4.200,00
02 - 1,02	03 anos	2.677,50	3.079,13	3.480,75	3.882,38	4.284,00
03 - 1,04	05 anos	2.730,00	3.139,50	3.549,00	3.958,50	4.368,00
04 - 1,06	07 anos	2.782,50	3.199,88	3.617,25	4.034,63	4.452,00
05 - 1,09	09 anos	2.861,25	3.290,44	3.719,63	4.148,81	4.578,00
06 - 1,12	11 anos	2.940,00	3.381,00	3.822,00	4.263,00	4.704,00
07 - 1,15	13 anos	3.018,75	3.471,56	3.924,38	4.377,19	4.830,00
08 - 1,18	15 anos	3.097,50	3.562,13	4.026,75	4.491,38	4.956,00
09 - 1,21	17 anos	3.176,25	3.652,69	4.129,13	4.605,56	5.082,00
10 - 1,24	19 anos	3.255,00	3.743,25	4.231,50	4.719,75	5.208,00
11 - 1,27	21 anos	3.333,75	3.833,81	4.333,88	4.833,94	5.334,00
12 - 1,31	23 anos	3.438,75	3.954,56	4.470,38	4.986,19	5.502,00
13 - 1,35	25 anos	3.543,75	4.075,31	4.606,88	5.138,44	5.670,00
14 - 1,40	27 anos	3.675,00	4.226,25	4.777,50	5.328,75	5.880,00
15 - 1,45	29 anos	3.806,25	4.377,19	4.948,13	5.519,06	6.090,00
16 - 1,50	31 anos	3.937,50	4.528,13	5.118,75	5.709,38	6.300,00
17 - 1,55	33 anos	4.068,75	4.679,06	5.289,38	5.899,69	6.510,00
18 - 1,60	35 anos	4.200,00	4.830,00	5.460,00	6.090,00	6.720,00

Cargo: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - 40 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	3.500,00	4.025,00	4.550,00	5.075,00	5.600,00
02 - 1,02	03 anos	3.570,00	4.105,50	4.641,00	5.176,50	5.712,00
03 - 1,04	05 anos	3.640,00	4.186,00	4.732,00	5.278,00	5.824,00
04 - 1,06	07 anos	3.710,00	4.266,50	4.823,00	5.379,50	5.936,00
05 - 1,09	09 anos	3.815,00	4.387,25	4.959,50	5.531,75	6.104,00
06 - 1,12	11 anos	3.920,00	4.508,00	5.096,00	5.684,00	6.272,00
07 - 1,15	13 anos	4.025,00	4.628,75	5.232,50	5.836,25	6.440,00
08 - 1,18	15 anos	4.130,00	4.749,50	5.369,00	5.988,50	6.608,00
09 - 1,21	17 anos	4.235,00	4.870,25	5.505,50	6.140,75	6.776,00
10 - 1,24	19 anos	4.340,00	4.991,00	5.642,00	6.293,00	6.944,00
11 - 1,27	21 anos	4.445,00	5.111,75	5.778,50	6.445,25	7.112,00
12 - 1,31	23 anos	4.585,00	5.272,75	5.960,50	6.648,25	7.336,00
13 - 1,35	25 anos	4.725,00	5.433,75	6.142,50	6.851,25	7.560,00
14 - 1,40	27 anos	4.900,00	5.635,00	6.370,00	7.105,00	7.840,00
15 - 1,45	29 anos	5.075,00	5.836,25	6.597,50	7.358,75	8.120,00
16 - 1,50	31 anos	5.250,00	6.037,50	6.825,00	7.612,50	8.400,00
17 - 1,55	33 anos	5.425,00	6.238,75	7.052,50	7.866,25	8.680,00
18 - 1,60	35 anos	5.600,00	6.440,00	7.280,00	8.120,00	8.960,00

Cargo: AGENTE DE CONTROLE INTERNO-40 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	5.500,00	6.325,00	7.150,00	7.975,00	8.800,00

02 - 1,02	03 anos	5.610,00	6.451,50	7.293,00	8.134,50	8.976,00
03 - 1,04	05 anos	5.720,00	6.578,00	7.436,00	8.294,00	9.152,00
04 - 1,06	07 anos	5.830,00	6.704,50	7.579,00	8.453,50	9.328,00
05 - 1,09	09 anos	5.995,00	6.894,25	7.793,50	8.692,75	9.592,00
06 - 1,12	11 anos	6.160,00	7.084,00	8.008,00	8.932,00	9.856,00
07 - 1,15	13 anos	6.325,00	7.273,75	8.222,50	9.171,25	10.120,00
08 - 1,18	15 anos	6.490,00	7.463,50	8.437,00	9.410,50	10.384,00
09 - 1,21	17 anos	6.655,00	7.653,25	8.651,50	9.649,75	10.648,00
10 - 1,24	19 anos	6.820,00	7.843,00	8.866,00	9.889,00	10.912,00
11 - 1,27	21 anos	6.985,00	8.032,75	9.080,50	10.128,25	11.176,00
12 - 1,31	23 anos	7.205,00	8.285,75	9.366,50	10.447,25	11.528,00
13 - 1,35	25 anos	7.425,00	8.538,75	9.652,50	10.766,25	11.880,00
14 - 1,40	27 anos	7.700,00	8.855,00	10.010,00	11.165,00	12.320,00
15 - 1,45	29 anos	7.975,00	9.171,25	10.367,50	11.563,75	12.760,00
16 - 1,50	31 anos	8.250,00	9.487,50	10.725,00	11.962,50	13.200,00
17 - 1,55	33 anos	8.525,00	9.803,75	11.082,50	12.361,25	13.640,00
18 - 1,60	35 anos	8.800,00	10.120,00	11.440,00	12.760,00	14.080,00

ANEXO V

TABELA DE PONTOS DE GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE FISCAL DOS AGENTES DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA.

CÓDIGO	NATUREZA DO SERVIÇO (ATIVIDADES)	PONTOS
01	01.01. Plantão por final de semana no Setor de Fiscalização de Tributos.....	08
02	02.02. Inscrição de novos contribuintes dos Impostos Sobre Serviços de qualquer Natureza, Predial, Territorial, Taxas e etc.....	02
03	03.03. Inscrição ou cadastramento de Licença de Localização.....	02
04	04.04. Por “Termos de Inicio de Ação Fiscal” e “Verificação Fiscal” ao local do imóvel ou estabelecimento em virtude de ficha de campo, por ficha.....	04
05	05.05. Outras diligências que venham a exigir exames de livros e documentos de contribuinte.....	05
06	06.06. Conferências do recolhimento regular de tributo, por mapas, fichas comparativas, relatórios ou extratos.....	05
07	07.07. Diligências solicitadas pela Chefia ou órgãos competentes em estabelecimentos ou imóveis.....	05
08	08.08. Por coleta de dados, efetuada pelo funcionário fiscal em outras repartições públicas, empresas industriais, comerciais, bancárias, agrícolas, cartórios, etc. com o objetivo de colher elementos necessários à perfeita execução dos trabalhos fiscais, desde que autorizado pela Chefia ou Órgão competente.....	05
09	09.09. Trabalhos executados em horários noturnos, por determinação da Chefia, ou escalas de serviços em jogos e diversões, casas noturnas em geral, eventos de qualquer natureza ou ainda trabalho executado nos dias de sábados, domingos feriados e facultativos.....	15
10	Notificação Fiscal – Auto de infração: 10.01 – Por infrações formais por infringência as leis municipais..... 10.02 – Por falta de recolhimento de tributo..... 10.03 – Por falta de licença de localização.....	03 03 04
11	11.01. Escala programada em serviços internos de triagem ou conferência de documentos, por 8 horas.....	05
12	12.01. Participação em serviços internos, de assessoria, consultas ou outros julgados necessários, pelo período de 30 dias integral ou frações correspondentes, vedadas outras contagens de pontos por dia útil.....	05
13	Levantamentos fiscais programados – Análise contábil, financeira e econômica do contribuinte: 13.01. Diligencias de 1º Grau, oriundas de simples verificações e suas características..... 13.02. Diligências de 2º Grau, oriundas de levantamentos procedidos através de Balanços Gerais, Conta de Lucros e Perdas, Livros e documentos (fiscais e comerciais) e outros obrigatórios pela atividade do contribuinte ou Guia de recolhimento..... 13.03. Diligencias de 3º Grau, Oriundas de levantamento de pelo menos três exercícios, verificando a evolução do patrimônio da Empresa, ou seja, Ativo e Passivo, com Análise das respectivas peças citadas.....	03 08 16
14	14.01. Determinação de valores para lançamento predial e Territorial, valor tributário, áreas construídas, apuração de benfeitorias e preenchimento dos respectivos Laudos, boletins, valor venal para fins de Avaliação.....	03
15	15.01. Lançamentos novos de construções sem planta aprovada e de construções clandestinas em geral.....	03

DA COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE

1. – Os Fiscais de Tributos Municipais comprovarão, mensalmente, as suas atividades, mediante apresentação dos seguintes documentos:

1.1 – TERMO DE “INICIO DE AÇÃO FISCAL”;

1.2 – TERMO DE VERIFICAÇÃO FISCAL.

2. - O Termo de Inicio de Ação Fiscal será lavrado pela autoridade fiscal, no ato de sua apresentação ao estabelecimento, em impresso próprio e será submetido à assinatura do contribuinte.

3. – O Termo de Verificação Fiscal será lavrado no ato do encerramento da ação fiscal, em impresso próprio, e se destina a comprovar a tarefa típica de fiscalização.

4. – As tarefas, executadas pelos Fiscais de Tributos Municipais serão relatadas no termo de Verificação Fiscal, no qual, também, serão descritas, sumariamente, as irregularidades apuradas e o procedimento adotado.

4.1 – Quando for o caso, fará o funcionário relatório em peças em separado, que será anexado ao mencionado termo e dele fará parte integrante.

4.2 – Na hipótese do servidor se encontrar executando trabalho relacionado com a fiscalização tributária, em caráter sedentário, na Secretaria Municipal de Finanças, mediante ato da autoridade competente, deverá ele apresentar relatório mensal de suas atividades, no qual descreverá a natureza dos trabalhos executados.

5. - Os termos de INICIO DE AÇÃO FISCAL, VERIFICAÇÃO FISCAL e A NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR, que se constituirão de um único impresso de acordo com o modelo que acompanha este Decreto, serão lavrados em 4 (quatro) vias com a seguinte destinação:

5.1 – 1ª Via – Será encaminhada imediatamente ao setor de Tributos Seção de Fiscalização de Rendas.

5.2 – 2ª Via – Será entregue ao contribuinte para anexação aos livros fiscais.

5.3 – 3ª Via – Será encaminhada ao Secretário Municipal de Finanças, Gestão e Controle, até o dia 15 do mês subseqüente, acompanhado de sucinto relatório com o resumo das atividades do mês, pela autoridade fiscal.

5.4 – Constituirá documento do funcionário emitente.

6 – A vista do exame dos documentos referidos no item anterior, a Seção de Fiscalização de Rendas expedirá, mensalmente, os atestados de exercício para efeito de recebimento dos vencimentos e vantagens, a que fizer jus o funcionário.**LEI COMPLEMENTAR Nº 052/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS

SERVIDORES DO QUADRO GERAL

Julho de 2013

ÌNDICE

Título I - Das Disposições Preliminares

Capítulo I - Das Disposições Gerais

Capítulo II - Da Finalidade Título II - Da Carreira do Quadro da Administração Direta

Capítulo I - Da Constituição do Quadro de Pessoal

Capítulo II - Da Constituição da Carreira

Capítulo III - Da Série de Classes dos Cargos da Carreira

Capítulo IV - Das Formas de Movimentação na Carreira Seção I - Da Promoção de Classe Seção II - Da Promoção de Nível

Título III - Do Regime Funcional

Capítulo Único - Do Ingresso

Seção Única - Do Enquadramento Inicial

Título IV - Do Sistema de Desenvolvimento dos Servidores do Quadro Geral da Administração

Capítulo I - Das Disposições Gerais

Capítulo II - Do Funcionamento do Programa

Capítulo III - Do Programa de Avaliação de Desempenho

Capítulo IV - Do Programa de Valorização do Servidor

Título V - Da Jornada de Trabalhado e Sistema de Remuneração

Capítulo I - Da Jornada de Trabalho

Capítulo II - Da Remuneração

Título VI - Dos Incentivos a Produtividade

Capítulo I - Das Disposições Gerais

Título VII - Das Disposições Gerais, Transitórias e Finais

Capítulo I - Das Disposições Gerais

Capítulo II - Dos Critérios de Remoção

Capítulo III - Do Enquadramento dos Servidores Municipais nas Carreiras

Seção I - Das disposições gerais e dos prazos

Seção II - Do Enquadramento na Classe de Vencimento

Seção III - Do Enquadramento no Nível de Vencimento

Seção IV - Enquadramento no Ambiente Organizacional

Capítulo V - Das Disposições Transitórias

Capítulo VI - Das Disposições Finais

LEI COMPLEMENTAR Nº 052/2013

Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal JULIO CÉSAR FLORINDO, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei:

Título I - Das Disposições Preliminares

Capítulo I - Das Disposições Gerais

Art. 1º. Esta Lei Complementar reestrutura o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Barra do Bugres, instituído pelas Leis Complementares Municipais nº 004/2005, de 30 de agosto de 2005, 009/2006, de 17 de outubro de 2006, 016/2007, de 10 de setembro de 2007, 018/2007, de 28 de dezembro de 2007, 036/2009, de 23 de junho de 2009, 039/2010, de 06 de maio de 2010 e 048/2012, de 12 de março de 2012.

Art. 2º. Mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores serão incluídos nas classes ou categorias cujas atribuições sejam correlatas com as dos cargos ocupados na data de vigência desta Lei, observada a escolaridade, a especialização ou a habilitação profissional exigida para o ingresso nas mesmas classes ou categorias, previstas no Anexo II desta Lei Complementar.

Capítulo II - Da Finalidade

Art. 3º. Esta Lei estabelece os princípios e as regras de qualificação profissional, habilitação para ingresso, regime de remuneração e reestruturação dos cargos pertencentes ao Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores do Quadro Geral da Administração no âmbito do Poder Executivo do Município de Barra do Bugres.

Art. 4º. O quadro de pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres compreende cargos de provimento efetivo, que devem ser geridos, considerando-se os seguintes princípios, pressupostos e diretrizes:

I. o ambiente público e a função social da Prefeitura Municipal, que deve manter estrutura organizada para atender às necessidades do serviço bem como a realização de seus direitos, visando à realização do princípio da dignidade da pessoa humana;

II. a desconcentração de poder, tendo em vista a prioridade de atendimento da demanda popular e a complexidade do trabalho público municipal que abrange diversos ramos de atividade;

III. o planejamento participativo, o controle público e social das ações e a valorização do servidor público municipal;

IV. a cidadania, os valores sociais do trabalho, a livre expressão da atividade intelectual e a garantia do acesso à informação;

V. a qualidade dos processos de trabalho tendo em vista a necessidade da realização dos direitos dos munícipes;

VI. organização dos cargos e adoção de instrumentos gerenciais de política de pessoal integrados ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres;

VII. articulação das carreiras e dos cargos em ambientes organizacionais vinculados à natureza das atividades e aos objetivos estratégicos baseados nas necessidades do serviço;

VIII. investidura do cargo de provimento efetivo, condicionada à aprovação em concurso público e garantia do desenvolvimento no cargo, através dos instrumentos previstos nesta lei, adotando uma perspectiva funcional vinculada ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional.

IX. garantia da oferta contínua de programas de capacitação, necessários à demanda oriunda dos munícipes e ao desenvolvimento institucional que contemplem aspectos técnicos, especializados e a formação geral;

X. avaliação de desempenho funcional dos servidores municipais de Barra do Bugres, como parte do processo de desenvolvimento destes, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas contidas no planejamento institucional, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas de munícipes de Barra do Bugres, sujeitos do planejamento orçamentário e da avaliação das ações municipais.

Título II - Da Carreira do Quadro da Administração Direta

Capítulo I - Da Constituição do Quadro de Pessoal

Art. 5º. A lotação global dos cargos de provimento efetivo do quadro previsto no Anexo I, desta Lei Complementar, corresponde ao quantitativo total de cargos previstos, e a cada ano haverá previsão da alocação de recursos, no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, a fim de cobrir os custos globais de administração do quadro de pessoal.

§1º. Caberá à Secretaria responsável pela gestão de pessoal, avaliar anualmente, a adequação do quadro de pessoal às necessidades da municipalidade, propondo, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis:

I. as demandas sociais;

II. os indicadores sócio - econômicos da cidade;

III. a modernização dos processos de trabalho e as inovações tecnológicas;

IV. a capacidade financeira e orçamentária da Prefeitura Municipal bem como os limites legais do dispêndio com pessoal;

V. As propostas de atualização oriundas dos órgãos da administração municipal.

§2º. Nos prazos determinados pela Secretaria responsável pelo planejamento orçamentário, o gestor de pessoal encaminhará a proposta a que se refere este artigo para a inclusão no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual do Poder Executivo e o Orçamento Programa, para a vigência do exercício seguinte.

Art. 6º. O quadro de pessoal da Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal constitui-se dos servidores efetivos no Serviço Público Municipal, que integram a Carreira do Quadro Geral da Administração.

§1º. Integram também o Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal os cargos de provimento em comissão, previstos na Estrutura Organizacional e os profissionais contratados temporariamente.

§2º. O quantitativo de cargos existentes da transformação e criados consta do Anexo I desta Lei.

Art. 7º. Os cargos de provimento efetivo da Carreira do Quadro Geral da Administração do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal são organizados e observarão notadamente a:

I. vinculação à natureza das atividades da Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal e aos objetivos da Política de recursos humanos, respeitando-se a habilitação exigida para ingresso no cargo, vinculada diretamente ao seu perfil profissional e ocupacional e a correspondente qualificação do servidor;

II. sistema de formação de recursos humanos e institucionalização de programas de capacitação permanente do Quadro de Pessoal para o Quadro Geral da Administração, mediante integração operacional e curricular com as instituições de ensino nos diferentes graus de escolaridade;

III. valorização do tempo integral e da dedicação exclusiva ao serviço;

IV. adequação dos recursos humanos às necessidades específicas dos segmentos da população que requeiram atenção especial;

V. aperfeiçoamento profissional e ocupacional mediante programas de educação continuada, formação de especialistas e treinamento em serviço;

VI. investidura nos cargos de provimento efetivo da carreira através de aprovação prévia em concurso público de provas e/ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo, na forma prevista em lei;

VII. adoção de sistema de movimentação funcional na carreira, moldado no planejamento e na missão institucional, no desenvolvimento organizacional da Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal, na motivação e na valorização do Quadro Geral da Administração;

VIII. garantia da oferta contínua de programas de capacitação voltados para o desenvolvimento e fortalecimento gerencial da Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal;

IX. avaliação do desempenho funcional, mediante critérios que incorporem os aspectos da missão e dos valores institucionais da Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal, o fazer do Quadro Geral da Administração e a qualidade dos serviços por usuários do Quadro Geral da Administração;

X. garantia de ampla liberdade de organização no local de trabalho, de expressão de suas opiniões, de ideias, de crenças e de convicções político-ideológicas;

XI. garantia de condições adequadas de trabalho.

Capítulo II - Da Constituição da Carreira

Art. 8º. A Administração da Carreira do Quadro Geral da Administração a que se refere a presente Lei Complementar deverá separar, para fins de provimento, os cargos segundo a seguinte classificação:

I. Agente de Administração;

II. Agente de Controle Interno;

III. Agente de Fiscalização;

IV. Agente de Manutenção;

V. Agente de Serviço Público;

VI. Agente de Serviços Operacionais;

VII. Agente de Vigilância;

VIII. Agente Operacional;

IX. Auxiliar de Manutenção e Conservação;

X. Escriturário;

XI. Operador de Máquina Pesada;

XII. Operador de Máquinas Leves;

XIII. Operador de Sistema de Água e Esgoto;

XIV. Técnico de Nível Médio;

XV. Técnico de Nível Superior.

Art. 09. São atribuições dos cargos da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres/MT:

§1º. Agente de Administração: Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar serviços de administração, nas áreas de secretariado, administração, digitação, arquivo, manipulação de dados, programação, protocolo, registro, arquivos, classificação e expedição de correspondência, atender telefone, fazer controle orçamentário e contábil, manusear fichários, recepcionar ao público, controlar entrada e saída de materiais de consumo; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§2º. Agente de Controle Interno: Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar atividades de controle exercidas no âmbito dos Poderes Executivo Municipal, incluindo as Administrações diretas e indiretas, de forma integrada, compreendendo todo o sistema administrativo público, devendo avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, bem como na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, avaliar a execução dos programas constantes dos orçamentos quanto ao cumprimento das metas físicas e financeiras, verificar os limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar, verificar, periodicamente, a observância do limite da despesa total com pessoal e avaliar as medidas adotadas para o seu retorno ao respectivo limite, verificar as providenciais tomadas para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites, controlar a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, acompanhar o cumprimento dos gastos mínimos em educação e saúde, acompanhar o cumprimento das transferências ao Poder Legislativo Municipal, verificar a correta aplicação das transferências voluntárias, controlar a destinação de recursos para os setores público e privado, avaliar o montante da dívida e as condições de endividamento do Município, verificar os atos de gestão referentes aos procedimentos licitatórios, contratos, convênios, contratação de pessoal, inclusive obrigações previdenciárias, adiantamento de diárias, revisar os balancetes mensais e prestação de contas anuais com vistas a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, apreciar o relatório resumido da execução orçamentária, bem como relatório de gestão fiscal, assinando-os, apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional.

§3º. Agente de Fiscalização: Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar serviços nas áreas preventivas e corretivas relativas a tributos municipais, obras e postura, fiscalizando e aplicando as penalidades cabíveis; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§4º. Agente de Manutenção: Compreende a categoria funcional com as atribuições de manutenção de máquinas e equipamentos, executar trabalhos relacionados com obras civis, solda, mecânica, manutenção; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§5º. Agente de Serviço Público: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar serviços de limpeza, manutenção, conservação, copa, transportar materiais, coletar lixo e executar tarefas internas e externas de correspondência; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§6º. Agente de Serviços Operacionais: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar atividades especializadas em eletricidade e carpintaria; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§7º. Agente de Vigilância: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar serviços de segurança das instalações e bens existentes em prédios, áreas públicas, e outros locais de responsabilidade da Prefeitura; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§8º. Agente Operacional: Compreende a categoria funcional com as atribuições de dirigir e conservar automóveis, caminhonetes, caminhões e demais veículos de transporte de passageiros e cargas, dentro ou fora do Município; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas a direção de veículos, conforme necessidade da administração pública.

§9º. Auxiliar de Manutenção e Conservação: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar atividades de cozinha, eletricidade, jardinagem, operação do sistema de água e esgoto, carpintaria, pedreiro, serviços gerais de manutenção e conservação; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§10. Escriturário: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar atividades de serviços nas áreas de recursos humanos, administração, finanças, logística, atendimento em geral, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços, execução de serviços gerais de escritórios; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§11. Operador de Máquina Pesada: Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar atividades de operação de Trator de Esteira, Escavadeira Hidráulica, Moto niveladora e Pá Carregadeira utilizadas em serviços de terraplanagem, nivelamento de ruas e estradas, auxiliar no conserto de máquinas, cuidar da limpeza e conservação das máquinas, zelando pelo bom funcionamento dos mesmos; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade da administração pública.

§12. Operador de Máquinas Leves: Compreende a categoria funcional com as atribuições de operar máquinas e equipamentos leves na execução de trabalhos relacionados com obras civis, manutenção de próprios municipais e áreas públicas; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa

de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§13. Operador de Estação de Tratamento de Água, Esgoto e de Elevatórios; operacionalização da estação de tratamento de esgoto e de elevatórios; compreende executar os serviços referentes ao sistema de coleta, adução, tratamento e destino final dos afluentes tratados; executar sob supervisão as atividades de tratamento de esgoto e lançamentos de efluentes; executar o tratamento de esgoto, adicionando-lhe quantidade e/ou dosagem determinadas de produtos químicos apropriados ou usando técnicas adequadas para purificação da água e torná-las em condições de devolve-las ao meio ambiente; recolher amostras de efluentes para ser pesquisados em laboratório, objetivando o monitoramento do sistema; realizar sob supervisão a análise de qualidade da água a ser devolvida ao meio ambiente; fazer o controle das análises da qualidade da água; executar os serviços de bombeamento de efluentes acionando os equipamentos apropriados; executar os serviços de ligamento de desligamento de bombas, motores, equipamentos e outros aparelhos; executar os serviços de leitura diária das bombas; promover e/ou efetuar a manutenção e conserto de bombas, motores, equipamentos e outros aparelhos, para conservá-los em perfeito estado de funcionamento; inspecionar diariamente todas as dependências da ETE; estudar e orientar os trabalhos de manutenção preventiva dos equipamentos; executar serviços destinados a promover a operação e manutenção das estações de tratamento e de recalque dos sistemas de água; preparar soluções e dosagens de produtos químicos. Realizar as análises físico-químicas; controlar a entrada de água, abrindo válvulas, regulando e acionando motores elétricos e bombas para abastecer os reservatórios, acionar os agitadores, manipulando os mecanismos de comando, para misturar os ingredientes, separar as impurezas deixando-as sedimentar no fundo do reservatório e fazendo a água circular pelas instalações da ETA, para assegurar o correto tratamento, bombear a água, acionando os registros, lendo as marcações dos contadores e indicadores do quadro de controle, para determinar o consumo de água e outros fatores; promover e/ou fazer a coleta de amostra de água para exames em laboratório; realizar sob supervisão a análise de água bruta dentro dos períodos pré-determinados; fazer controle de vazão da água tratada distribuída a população; ligar e desligar bombas, motores e equipamentos; fazer o controle dos registros de distribuição de água a população; proceder a lavagem das unidades de filtração, decantação e floculação; preencher os relatórios diários da ETA, realizar tarefas que permitam a segurança contra riscos de acidentes no local de trabalho; levar o conhecimento imediato as anormalidades ocorridas no seu turno de trabalho limpo; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurando individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§14. Técnico de Nível Médio: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar atividades na sua dimensão técnico-profissional e que requeiram escolaridade de nível médio profissionalizante vinculada ao perfil profissional exigido para ingresso, nas áreas de construção civil, saúde, contabilidade, agropecuária, odontologia e executar tarefas correlatas à mesma função profissional; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

§15. Técnico de Nível Superior: Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar atividades na sua dimensão técnico-profissional e que requeiram escolaridade de superior vinculada ao perfil profissional exigido para ingresso; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

Art. 10. O perfil profissional e ocupacional, parte integrante de cada cargo devidamente identificado no anexo II desta Lei, vincula-se diretamente à natureza do cargo decorrente da especificidade da habilitação exigida para o seu provimento, bem como da complexidade das atribuições a ele inerentes, originárias das ações e serviços que constituem o Quadro Geral da Administração.

Capítulo III - Da Série de Classes dos Cargos da Carreira

Art. 11. A série de Classes dos Cargos que compõem a Carreira do Quadro Geral da Administração estrutura-se em linha horizontal de acesso, em conformidade com o respectivo nível de habilitação e perfil profissional e ocupacional, identificada por letras maiúsculas assim descrita, no Anexo III, desta Lei Complementar, observado o cumprimento do intervalo mínimo de 03 (três) anos da classe A para a classe B, mais 03 (três) anos da classe B para a C, 03 (três) anos da classe C para a classe D e 05 (cinco) anos da classe D para a classe E.

§1º. Os cursos de aperfeiçoamento qualificação e/ou capacitação profissional, serão conferidos e/ou reconhecidos por uma comissão composta pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, um representante da Categoria e um representante do departamento Recursos Humanos e deverá conter os seguintes requisitos:

a) carga horária mínima de 12 (doze) horas;

b) serão computados apenas os cursos de aperfeiçoamento e/ou capacitação profissional, concluídos no máximo 10 (dez) anos anteriores à data do enquadramento.

§2º. A carga horária de cursos de aperfeiçoamento e/ou capacitação profissional contada para posicionamento na classe não será recontada para efeito de nova progressão horizontal.

§3º. Os títulos de ensino médio, técnico profissionalizante e graduação, deverão estar de acordo com o Anexo III e reconhecidos pelo MEC.

§4º. Os títulos de pós-graduação, mestrado ou doutorado, deverão estar de acordo com o perfil profissional do cargo, ou relacionados com a área de atuação com a abrangência do cargo de acordo com o Anexo III e reconhecidos pelo MEC.

Capítulo IV - Das Formas de Movimentação na Carreira

Art. 12. A movimentação funcional na Carreira dos Servidores do Quadro Geral da Administração dar-se-á em duas modalidades:

I. por progressão horizontal, por promoção de classe;

II. por progressão vertical, por promoção por nível.

Seção I - Da Promoção de Classe

Art. 13. A progressão horizontal do Quadro Geral da Administração dar-se-á de uma classe para outra de acordo com a progressão à que o servidor ocupa, na mesma série de classes do cargo, mediante comprovação da habilitação e/ou certificação de aperfeiçoamento, e/ou qualificação, e/ou capacitação profissional exigida para a respectiva classe.

§1º. O servidor que apresentar titularidade acima da exigida para a classe imediatamente superior, sem possuir o requisito específico para esta, terá direito às progressões horizontais, até atingir a classe correspondente a sua titulação.

§2º. Os coeficientes para os aumentos salariais de uma classe para a subseqüente são de 15% (quinze) por cento sucessivamente, de acordo com o anexo III, desta Lei.

§3º. Fica estabelecido o limite prudencial de 51,3% (cinqüenta e um inteiros e trinta décimos) da Receita Corrente Líquida - RCL, gastos com pessoal ativo, calculado na forma que dispuser a Lei Complementar Federal nº 101, para fins de concessão do disposto neste artigo.

§4º. Caso não haja limite para a concessão do disposto neste artigo o servidor deverá aguardar, até que haja disponibilidade dentro do limite previsto no parágrafo anterior.

§5º. Havendo limite dentro do percentual, previsto no §4º, serão concedidos os incentivos, que suportarem até o limite prudencial, seguindo a ordem cronológica de requerimento.

Seção II - Da Promoção de Nível

Art. 14. O ocupante de cargo da Carreira do Quadro Geral da Administração terá direito à progressão vertical de um nível para outro subseqüente da mesma classe, desde que:

I. aprovado em processo anual específico de avaliação de desempenho;

II. cumprido o intervalo de 03 (três) anos para o estágio probatório, e obtenha a média de 70% (setenta por cento) de aprovação na avaliação de desempenho, sendo considerado o tempo de efetivo exercício na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, computado para fins de progressão.

III. Após o estágio probatório o intervalo será de 02 (dois) anos, e obtenha a média de 70% (setenta por cento) de aprovação na avaliação de desempenho, sendo considerado o tempo de efetivo exercício na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, computado para fins de progressão.

§1º. Decorrido o prazo previsto no inciso II deste artigo, se o órgão não realizar processo de avaliação de desempenho, a progressão vertical dar-se-á automaticamente a cada 02 anos.

§2º. Os coeficientes para os aumentos salariais de uma classe para a subsequente ficam estabelecidos de acordo com a tabela IV.

§3°. As demais normas da avaliação processual referida neste artigo, incluindo instrumentos e critérios, são as previstas no Estatuto Geral dos Servidores Públicos do Município.

§4°. Os coeficientes para os aumentos salariais de um nível para o subsequente ficam estabelecidos de acordo com o seguinte:

I. 1,00;

II. 1,02;

III. 1,04;

IV. 1,06;

V. 1,09;

VI. 1,12;

VII. 1,15;

VIII. 1,18;

IX. 1,21;

X. 1,24;

XI. 1,27;

XII. 1,31;

XIII. 1,35;

XIV. 1,40;

XV. 1,45;

XVI. 1,50;

XVII. 1,55;

XVIII. 1,60.

Título III - Do Regime Funcional

Capítulo Único - Do Ingresso

Art. 15. O ingresso na Carreira do Quadro Geral da Administração obedecerá aos seguintes critérios:

I. habilitação específica exigida para o provimento de cargo público;

II. escolaridade compatível com a natureza do cargo;

III. registro profissional expedido por órgão competente, quando assim exigido.

Parágrafo único: O edital de concurso público especificará as especialidades do cargo para provimento.

Seção Única - Do Enquadramento Inicial

Art. 16. Ao entrar em exercício o servidor será enquadrado na Carreira do Quadro Geral da Administração na Classe A, Nível 01 (um) do respectivo cargo.

§1º. Nas situações em que o edital de abertura do concurso público exigir titulação específica de acordo com o perfil profissional, o enquadramento inicial do servidor será na classe correspondente à titulação exigida.

§2º. Ao servidor pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal, que ingressar em novo cargo da Carreira do Quadro Geral da Administração, será garantido o posicionamento no mesmo nível anteriormente ocupado.

§3º. Para fins do disposto no parágrafo anterior, considera-se ininterrupto o tempo em que o servidor trabalhou na administração pública como efetivo, independente do cargo em que ocupou.

Título IV - Do Sistema de Desenvolvimento dos Servidores do Quadro Geral da Administração

Capítulo I - Das Disposições Gerais

Art. 17. Fica criado o programa de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores municipais de Barra do Bugres, cujas ações deverão ser articuladas com o planejamento institucional, com o programa de avaliação de desempenho, definido no título II desta lei, e, obedecerá aos pressupostos contidos nesta lei, em especial os dispostos no inciso IX do art. 4º e seus incisos, e aos seguintes objetivos:

I. conscientizar o servidor para a compreensão e assunção do seu papel social enquanto sujeito, na construção de metas institucionais e, enquanto profissional atuante no aparato estatal, na concretização do planejado;

II. promover o desenvolvimento do ensino básico dos servidores municipais e incentivar todos os servidores, aos mais altos níveis de educação formal;

III. preparar os servidores públicos municipais para desenvolverem-se na carreira, capacitá-los profissionalmente para um exercício eficaz de suas tarefas individuais, no bojo da função social coletiva da unidade a que pertença e, contribuir para a superação da alienação do trabalho, que caracteriza o trabalho individual desarticulado;

IV. preparar os servidores para uma gestão voltada para a qualidade social, que tem entre os seus referenciais em busca da eficácia no cumprimento da função social, em cada um dos ambientes organizacionais descritos nesta lei.

Art. 18. O programa de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores municipais de Barra do Bugres será desenvolvido e, funcionalmente subdividido, nas seguintes linhas de desenvolvimento:

I. global, que propiciará a capacitação e o aperfeiçoamento dos servidores para a obtenção da consciência do seu papel social, da conquista da cidadania, dos aspectos profissionais vinculados à formulação, ao planejamento, à execução e ao controle das metas institucionais estratégicas;

II. de educação formal, que visa ao desenvolvimento integral dos servidores públicos municipais, desde alfabetização até os mais altos níveis de educação formal;

III. gerencial, composta por ações formativas específicas voltadas para a preparação dos servidores para a atividade gerencial, que deverão constituir-se em pré-requisitos para o exercício de função de chefia, assessoramento e direção;

IV. na carreira, que visa preparar o servidor público municipal para desenvolver-se na mesma, através dos processos de capacitação funcional e da estruturação dos bancos de capacitados;

V. profissional, visando à capacitação dos servidores na sua área de atuação e à superação de dificuldades detectadas na avaliação de desempenho, seja no plano individual, seja nas unidades de trabalho;

VI. por ambiente organizacional, visando a capacitação dos servidores de acordo com a sua área de atuação, de ações voltadas à preparação dos servidores para remoção de um ambiente organizacional para outro;

VII. intersetorial, visando ao estabelecimento de projetos e ações entre dois ou mais ambientes organizacionais.

Parágrafo único: Entende-se como desenvolvimento intersetorial, para fins desta lei, a interface dos vários campos do saber e do conhecimento.

Capítulo II - Do Funcionamento do Programa

Art. 19. O programa de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores municipais de Barra do Bugres será gerido tendo em vista as seguintes características:

I. existência de colegiado gestor de planejamento e gestão do programa de capacitação e aperfeiçoamento, que fica criado pela presente lei, cujas atribuições dar-se-ão por decreto municipal e será composto por:

a) 2 (dois) servidores de carreira, sendo um eleito pelos seus pares e o outro indicado pela administração;

b) Pelo responsável pela gestão de pessoal;

II. preparação de planejamento anual, das ações de capacitação tendo em vista a demanda gerada pela interface com o programa de avaliação de desempenho e o planejamento institucional;

III. descentralização, por ambiente organizacional, das ações que lhe são típicas caso a unidade tenha capacidade para tal;

IV. desenvolvimento das demais atividades de capacitação através da escola de governo e desenvolvimento ou similar;

Parágrafo único. Se assim convier, os programas de capacitação poderão ser desenvolvidos em parceria com instituições externas, preferencialmente, públicas, desde que decidido pelo colegiado previsto no inciso 1º deste artigo.

Art. 20. Os servidores ocupantes dos cargos regidos por esta lei poderão exercer parcial ou totalmente a sua jornada de trabalho em atividades de capacitação e formação profissional, realizando atividades técnicas, administrativas e de monitoria, ministrando aulas ou atuando como instrutores técnicos.

§1º. As atividades, a que se refere o caput deste artigo, poderão ser realizadas nas unidades de trabalho responsáveis pela implementação do programa de capacitação e desenvolvimento ou em local de Educação Profissional, desde que haja autorização da secretaria, a que está vinculado.

§2º. O trabalho exercido na forma deste artigo depende da anuência do servidor e não implicará em remuneração adicional ao servidor a menos que o mesmo exceda a jornada de trabalho do servidor.

§3º. Cabe à administração municipal a prévia capacitação pedagógica dos servidores e servidoras que se dispuserem às atividades previstas no caput deste artigo, podendo adotar-se processos seletivos nos casos em que houver mais de um interessado na atividade.

Art. 21. Os recursos para financiamento do programa de capacitação e aperfeiçoamento deverão compor a proposta orçamentária de que trata o inciso X do art. 4o., desta Lei, tendo como referência o valor equivalente a no mínimo 1% (um por cento) do dispêndio da folha de pagamento do pessoal ativo.

§1o. Caberá ao colegiado gestor de planejamento e gestão do programa de capacitação e aperfeiçoamento definir a alocação dos recursos, garantindo a efetividade das linhas de desenvolvimento, descritas no art. 18 e abrangendo todos os ambientes organizacionais definidos nesta lei.

§2o. O montante orçamentário a que se refere o caput deste artigo deve ser composto a partir de diversas fontes de financiamento, tais como:

I. as fontes de arrecadação própria municipal; e,

II. as dedicadas, parcial ou integralmente, à capacitação em um ou mais ambientes organizacionais, que devem ser aditadas, apenas para efeito de cálculo do percentual previsto no *caput* deste artigo, ao apurado no inciso I deste parágrafo.

Capítulo III - Do Programa de Avaliação de Desempenho

Art. 22. O Programa de Avaliação de Desempenho, parte integrante do Sistema de Desenvolvimento do Quadro Geral da Administração, é o instrumento de unificação da Política de Recursos Humanos da Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal, devendo, na sua concepção, abranger critérios capazes de avaliar, na sua inteireza, a qualidade dos processos de trabalho, servindo ainda como retroalimentador do Programa de Qualificação para o quadro geral de pessoal.

Art. 23. A elaboração das normas disciplinadoras do Programa de Avaliação de Desempenho consubstanciada em legislação específica e, dentre outros, observará:

I. o caráter processual, contínuo e anual do Programa de Avaliação de Desempenho;

II. a abrangência do processo de avaliação, com fixação de indicadores de desempenho do servidor, que considerem não só a avaliação da sua chefia imediata, como também o processo e as condições de trabalho da sua unidade de lotação e a sua auto-avaliação;

III. a valorização do profissional do Quadro Geral da Administração, pela sua participação em atividades extrafuncionais, assim consideradas aquelas pertinentes ao exercício de funções/atividades de relevância institucional, tais como, execução de projetos, membros de comissões e de grupos de trabalho e instrutor e/ou coordenador de eventos originários do Programa de Qualificação Profissional.

IV. O servidor que se enquadrar neste artigo, será nomeado por portaria, ato discricionário do prefeito municipal, com validade de 02 (dois) anos;

V. O servidor responderá civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições;

Parágrafo Único. A responsabilidade civil decorre do ato omisso, ou comisso, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

Capítulo IV - Do Programa de Valorização do Servidor

Art. 24. A Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal poderá instituir e regulamentar formas de premiação, destinadas ao servidor efetivo, contratado temporariamente ou comissionado, por serviços prestados ao Quadro Geral da Administração no âmbito Municipal, nas seguintes termos:

I. por desempenho de resultado no exercício das funções, reconhecido por usuários e/ou servidores do Quadro Geral da Administração;

II. pela apresentação de projetos, inventos, pesquisas científicas, publicações, entre outros, que contribuam para o Quadro Geral da Administração.

§1º. A Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal, deverá estipular metas a serem cumpridas, para de disposto neste artigo, ficando assegurado tratamento igualitário para os profissionais integrantes de cargos iguais ou assemelhados.

§2º. **O prêmio de que trata o Caput será regulamentado por Portaria do Secretário Municipal responsável pela Gestão de Pessoal, mas não poderá ser representado por moeda corrente.**

Título V - Da Jornada de Trabalhado e Sistema de Remuneração

Capítulo I - Da Jornada de Trabalho

Art. 25. A jornada de trabalho dos servidores do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Município de Barra do Bugres será de 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, com exceção dos ocupantes de cargos com jornada especial de trabalho, fixada por lei federal que regulamente a profissão no âmbito nacional, conforme disposto no Anexo III, desta Lei.

Capítulo II - Da Remuneração

Art. 26. O sistema de remuneração da Carreira dos Servidores do Quadro Geral da Administração, estrutura-se através de tabelas remuneratórias contendo os padrões de subsídios fixados em razão da natureza, grau de responsabilidade e complexidade e dos requisitos exigidos para ingresso em cada cargo da carreira dos Profissionais.

Parágrafo Único. As tabelas remuneratórias do Quadro Geral da Administração, constam do Anexo III, desta Lei e são referentes a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, e serão proporcionais para os cargos de 20 (vinte) e 30 (trinta) horas de jornada semanais, não podendo ser inferior ao salário mínimo vigente.

Título VI - Dos Incentivos a Produtividade

Capítulo I - Das Disposições Gerais

Art. 27. A gratificação de Produtividade Fiscal terá o seu valor apurado mediante a computação dos pontos atribuídos às tarefas e às atividades constantes no Anexo V, com o propósito de auferir a eficiência da produtividade serão computados os pontos em decorrência das atividades e condições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 28. Fica fixado em 700 (setecentas) cotas o limite máximo positivas a ser pago mensalmente.

§1º. O valor de cada cota corresponderá a R$ 1,53 (um real e cinquenta e três centavos), reajustáveis anualmente sempre na mesma data e pelo menos índices aplicáveis a remuneração dos servidores públicos.

§2º. A título de gratificação de produtividade, os servidores no atendimento ao público (apoio administrativo) receberão a média de 50% (cinquenta por cento) da produtividade auferida por todos os fiscais no respectivo mês.

§3º. As cotas individuais auferidos pelos beneficiários do sistema e que ultrapassarem no mês o limite máximo permitido, serão levados a crédito do fiscal, para aproveitamento no mês seguinte.

§4º. As cotas acumuladas anualmente de janeiro a dezembro de cada exercício, serão transportados no máximo de 350 (trezentos e cinquenta) cotas para o exercício subseqüente.

§5º. Caberá ao respectivo setor, através da chefia nomeada, apurar, com base em relatórios semanais ou mensais apresentados pelos fiscais, o total de cotas a serem pagos no mês, prestando as informações necessárias para o lançamento e o pagamento da produtividade mensal.

§6º. As cotas atribuídos aos fiscais que vierem, mediante processo legalmente fundamentado, a serem julgados improcedentes ou insubsistentes, serão descontados ou atribuídos no mês imediatamente seguinte ao da respectiva decisão.

§7º. Os fiscais deverão fazer mensalmente o relatório sobre as atividades desenvolvidas na semana e apresentá-lo a sua chefia imediata, sob pena de não ser considerada no somatório da produtividade a informação prestada intempestivamente.

§8º. O incentivo de produtividade somente será pago aos agentes de fiscalização em efetivo exercício na sua função.

Art. 29. O Incentivo de Produtividade, incidirá para pagamento de 13º (décimo terceiro) salário e férias anuais, considerada a média da gratificação percebida pelo servidor nos 12 (doze) meses que precederem a concessão das mesmas.

Art. 30. É vedado o acúmulo de adicional de produtividade com qualquer outra espécie de gratificação, funções e horas extraordinárias.

Parágrafo Único. Em se tratando em servidor de carreira nomeado para exercer cargo comissionado vinculado a fiscalização ou administração tributária, poderá ser feita a opção no ato da nomeação da média auferida pelos fiscais ou porcentagem que compete ao cargo comissionado.

Art. 31. Os Fiscais regidos por este decreto deverão assinar folha de ponto ou outro instrumento de controle designado pelo secretário da pasta.

Art. 32. Fica atribuída ao Secretário de Finanças para no âmbito de sua competência editar normas e praticar aos atos necessários à execução do presente Decreto e operacionalidade do sistema.

Art. 33. O fiscal ou fiscais em cumprimento de quaisquer dos plantões previsto nesta Lei Complementar não terão mais pontos incorporados na produtividade alem dos já estabelecidos por plantão.

Art. 34. A contribuição mensal repassada ao Barra Previ será calculada sobre a remuneração de contribuição, ou seja, o valor do salário base acrescido da produtividade, mediante requerimento do servidor junto ao Barra Previ.

Título VII - Das Disposições Gerais, Transitórias e Finais

Capítulo I - Das Disposições Gerais

Art. 35. Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, nenhum servidor poderá se eximir do cumprimento de seus deveres.

Art. 36. Para efeitos de comprovação da conclusão do curso de ensino fundamental, médio ou técnico, será considerado o Certificado ou Diploma expedido ou convalidado por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único: Os cursos de mestrado e doutorado realizados no exterior, deverão ser validados por instituição Brasileira reconhecida pelo Ministério da Educação.

Art. 37. Para efeitos de comprovação de curso superior, pós-graduação, ou especialização será considerado Diploma ou Certificado, expedido ou convalidado por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação.

Art. 38. Nos casos em que o diploma ou o certificado estiver em fase de expedição/registro, será considerado o certificado de conclusão acompanhado do respectivo histórico escolar, desde que o curso tenha sido concluído antes da publicação desta Lei Complementar.

Art. 39. Esta lei abrange os servidores ativos, ocupantes de um dos cargos previstos e disciplinados nesta lei, que ingressaram por Concurso Público de provas ou de provas e títulos, os ocupantes de função pública e os de funções de chefia e assessoramento.

Art. 40. As eventuais contratações temporárias de excepcional interesse público previsto na Constituição Federal reguladas, na forma da lei que trata do Regime Jurídico dos Servidores Municipais de Barra do Bugres, dar-se-á em nível inicial e classe de habilitação.

Capítulo II - Dos Critérios de Remoção

Art. 41. A remoção de um servidor de um ambiente organizacional para outro será gerida pela Secretaria responsável pela gestão de pessoal.

§1º. O instituto da remoção não se aplica aos servidores abrangidos por esta lei que estejam em estágio probatório.

§2º. Os critérios específicos para a remoção de um servidor de um local de trabalho para outro deverão ser elaborados pelas diversas Secretarias Municipais, tendo em vista suas especificidades, desde que ocorram no mesmo ambiente organizacional.

Art. 42. A remoção do servidor de uma unidade de lotação para outra no mesmo ambiente organizacional é livre e estará submetida apenas aos critérios definidos no artigo anterior.

Capítulo III - Do Enquadramento dos Servidores Municipais nas Carreiras

Seção I - Das disposições gerais e dos prazos

Art. 43. O reenquadramento dos cargos criados por Leis anteriores serão reenquadrados em Cargos das categorias funcionais idênticas ou correlatas, criadas por essa Lei, dentro do mesmo grupo ocupacional, assegurado todos os direitos adquiridos, obedecendo às normas constantes do Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 44. Os servidores abrangidos por esta lei, serão enquadrados nos cargos disciplinados nesta lei a menos que manifestem o direito de não opção por estas carreiras, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta lei.

§1º. Para os servidores em afastamento, no momento de entrada em vigor desta lei, ficam resguardados os direitos de enquadramento e não opção, que devem ser exercidos quando do seu retorno à atividade, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento de Comunicado Oficial da Secretaria responsável pela gestão de pessoal que os instará a manifestarem-se formalmente sobre os referidos direitos.

§2º. Os servidores que não optarem pelo enquadramento na presente lei ficarão submetidos à legislação que rege o cargo que ocupam, que passarão a compor quadro em extinção.

§3º. Os cargos de provimento efetivo do quadro em extinção a que se refere o parágrafo anterior serão:

I. transformados nos seus equivalentes, previstos nesta lei, na medida em que vagarem; ou

II. extintos na medida em que vagarem caso não haja cargos equivalentes previstos nesta lei.

Art. 45. Fica criada uma Comissão de Enquadramento que será constituída paritariamente entre membros indicados pelo Governo Municipal e representante dos Servidores Públicos Municipais, num total de 06 (seis) membros formalmente nomeados.

§1º. O Governo Municipal e a entidade sindical representativa dos servidores municipais deverão apresentar ao Secretário responsável pela gestão de pessoal os nomes dos representantes escolhidos para compor a comissão de enquadramento, bem como dos respectivos suplentes.

§2º. O prazo de duração dos trabalhos da comissão de enquadramento será de 45 (quarenta e cinco) dias, assim distribuídos:

I. prazo de enquadramento, 10 (dez) dias, contados da publicação do ato de nomeação da Comissão de Enquadramento;

II. prazo de apresentação de recursos ao enquadramento, 05 (cinco) dias, contados da publicação do ato de enquadramento;

III. prazo máximo de resposta aos recursos previstos no Inciso II, 10 (dez) dias, contados da apresentação formal do recurso;

IV. prazo de solicitação de reconsideração da decisão prevista no Inciso III de 10 (dez) dias, contados da publicação da decisão;

V. prazo máximo de resposta aos pedidos de reconsideração previstos no Inciso IV de 10 (dez) dias, contados da apresentação formal do pedido de reconsideração.

§3º. Terminado o enquadramento preliminar dos servidores, realizado pela comissão de enquadramento prevista nesta lei, o Secretário Municipal responsável pela gestão de pessoal da Prefeitura fará publicá-lo no Jornal de Circulação do Município, abrindo formalmente o prazo de recurso a que se refere o inciso II do § 2º deste artigo.

§4º. Passado o prazo referido no inciso II do § 2º deste artigo, será publicado, no Jornal Oficial do Município, ato do Prefeito Municipal, contendo o enquadramento definitivo dos servidores que não optaram por recorrer do contido na publicação a que se refere o parágrafo anterior.

§5º. A resposta a que se refere o inciso III do § 2º deste artigo cabe à comissão de enquadramento e será publicada, no Jornal Oficial do Município, pelo Secretário Municipal responsável pela gestão de pessoal da Prefeitura, abrindo formalmente o prazo de recurso a que se refere o inciso IV do §2º deste artigo.

§6º. A resposta a que se refere o inciso V do § 2º deste artigo, cabe à comissão de enquadramento e será publicada, no Jornal Oficial do Município, pelo Secretário Municipal responsável pela gestão de pessoal da Prefeitura, simultaneamente ao ato do Prefeito Municipal, contendo o enquadramento definitivo dos servidores em questão.

Seção II - Do Enquadramento na Classe de Vencimento

Art. 46. Para a identificação da classe à qual pertence o servidor será utilizado a graduação atual do servidor, na data de enquadramento, observado o disposto no Anexo III e IV, desta Lei Complementar.

Seção III - Do Enquadramento no Nível de Vencimento

Art. 47. O Enquadramento dos cargos previstos nesta lei, no nível de vencimento será efetuado automaticamente de acordo com o tempo de efetivo exercício no serviço público municipal de Barra do Bugres, na forma do Anexo IV desta Lei Complementar.

§1º. Para efeito do disposto neste artigo serão computados os anos completos de serviço público municipal, ficando as frações em meses e dias como contagem inicial dos interstícios necessários aos mecanismos de desenvolvimento previstos nesta Lei Complementar.

§2º. Caso ocorra de o disposto no parágrafo anterior, não ser suficiente para sanar a diferença observada, o que resta deverá compor como Vantagem Pessoal Incorporada, paga em parcela adicionada ao padrão de vencimento, sendo irredutível, compõe a remuneração do servidor para todos os efeitos legais, inclusive para fins de cálculo de horas extraordinárias, 13º salários, férias e aposentadoria, sendo ajustada nos mesmos índices e percentuais quando do reajustes gerais dos servidores municipais de Barra do Bugres.

Seção IV - Enquadramento no Ambiente Organizacional

Art. 48. A comissão de enquadramento baseada, no local de trabalho e na descrição de atividades do servidor público municipal estabelecerá a qual dos ambientes organizacionais o mesmo será alocado tendo em vista o Anexo II, desta Lei Complementar.

Capítulo IV - Das Disposições Transitórias

Art. 49. O servidor que se encontrar afastado por licença sem remuneração, legalmente autorizada, só poderá ser enquadrado na presente Lei, quando oficialmente reassumir seu respectivo cargo.

Capítulo V - Das Disposições Finais

Art. 50. Os cargos de Agente de Serviço Público e Inspetor de Alunos, passam a integrar o Plano de Cargos dos Profissionais da Educação do Município de Barra do Bugres-MT, ficando em extinção a medida que vagarem.

Art. 51. O quadro permanente dos servidores estatutários efetivos do Município de Barra do Bugres será estruturado em conformidade com as disposições desta Lei, combinadas com as normas instituidoras do Plano de Cargos Carreiras e Salários, e demais disposições aplicáveis à espécie.

Art. 52. As disposições, direitos e vantagens da presente Lei somente são aplicáveis e se estendem aos servidores estatutários efetivos submetidos aos preceitos e demais normas reguladoras desta Lei, sujeito ao regime jurídico estatutário, de conformidade com os princípios constitucionais e com o Estatuto do Funcionário Público Municipal.

Art. 53. São extintas todas as vantagens e benefícios não previstos nesta Lei Complementar.

Art. 54. Fica extinto os cargos de Inspetor de Alunos e Agente de Serviço Social, que passam a compor quadro suplementar em extinção, que passarão a compor o quadro de servidores da Educação Municipal.

Art. 55. O Plano de Cargos e Carreira e Salários do Quadro Geral da Administração deverá ser revisto obrigatoriamente a cada 2 (dois) anos.

Art. 56. As tabelas de vencimentos previstas nesta Lei, passam a vigorar em 01 de Julho de 2.013.

Art. 57. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial as Leis Complementares Municipais nº 004/2005, de 30 de agosto de 2005, 009/2006, de 17 de outubro de 2006, 016/2007, de 10 de setembro de 2007, 018/2007, de 28 de dezembro de 2007, 036/2009, de 23 de junho de 2009, 039/2010, de 06 de maio de 2010 e 048/2012, de 12 de março de 2012.

Gabinete do Prefeito, 11 de Julho de 2.013.

JULIO CESAR FLORINDO

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGOS E O RESPECTIVO LOTACIONOGRAMA GERAL

Cargo	Total
Agente de Administração	033
Agente de Controle Interno	003
Agente de Fiscalização	010
Agente de Manutenção	008
Agente de Serviço Público	172
Agente de Serviços Operacionais	017
Agente de Vigilância	070
Agente Operacional	058
Auxiliar Manutenção e Conservação	066
Escriturário	070
Operador de Máquina Pesada	015
Operador de Máquinas Leves	011
Operador de Sistema de Água e Esgoto	010
Técnico de Nível Médio	016
Técnico de Nível Superior	014
Totais.....	573

ANEXO II

QUADRO DE TRANSFORMAÇAO E PERFIL PROFISSIONAL E OCUPACIONAL

Cargos	Perfil Ocupacional
Agente de Administração	Agente de Administração Auxiliar de Administração Auxiliar de Contabilidade
Agente de Fiscalização	Fiscal de Obras e Posturas Fiscal Tributário
Agente de Manutenção	Mecânico Soldador
Agente de Serviço Público	Agente de Serviço Público Contínuo
Agente de Serviços Operacionais	Borracheiro Carpinteiro Eletricista Eletricista Automotivo Lubrificador
Agente de Vigilância	Vigilante
Agente Operacional	Motorista
Auxiliar de Manutenção e Conservação	Agente de Serviços Gerais Cozinheiro

	Jardineiro
Escriturário	Agente de Saúde Escriturário
Operador de Máquinas Leves	Operador de Máquinas Leves
Operador de Máquina Pesada	Operador de Máquina Pesada
Operador Sistema de Água e Esgoto	Operador Sistema de Água e Esgoto
Técnico Nível Médio	Desenhista Técnico-Projetista Monitor de Informática Técnico Agrícola Técnico em Agrimensura Técnico em Informática
Técnico Nível Superior	Advogado Arquiteto Contador Engenheiro Agrônomo Engenheiro Civil Químico Turismólogo Veterinário
Agente de Controle Interno	Agente de Controle Interno

ANEXO III

TABELA DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO

CARGO	CLASSE A (1,00)	CLASSE B (1,15)	CLASSE C (1,30)	CLASSE D (1,45)	CLASSE E (1,60)
Agente de Manutenção Agente de Serviço Público Agente de Serviços Operacionais Agente de Vigilância Agente Operacional Auxiliar de Manutenção e Conservação Escriturário Operador de Máquina Pesada Operador de Máquinas Leves Operador de Sistema de Água e Esgoto	Ensino fundamental	Ensino médio	Curso técnico profissionalizante com registro no órgão competente	Ensino superior com registro no órgão competente	Ensino superior + especialização na área de formação ou atuação
CARGO	CLASSE A (1,00)	CLASSE B (1,15)	CLASSE C (1,30)	CLASSE D (1,45)	CLASSE E (1,60)
Agente de Administração Agente de Fiscalização	Ensino médio	Curso técnico profissionalizante com registro no órgão competente	Ensino superior com registro no órgão competente	Ensino superior + especialização na área de formação ou atuação	Ensino superior + especialização na área de atuação + 400 horas de cursos de capacitação na área de atuação.
CARGO	CLASSE A (1,00)	CLASSE B (1,15)	CLASSE C (1,30)	CLASSE D (1,45)	CLASSE E (1,60)
Técnico de Nível Médio	Ensino Médio Profissionalizante com registro em órgão competente.	Ensino superior com registro no órgão competente	Requisitos da Classe "B" + especialização na área de atuação ou formação	Ensino superior + especialização na área de atuação + 400 horas de cursos de capacitação na área de atuação ou correlato	Mestrado ou Doutorado
CARGO	CLASSE A (1,00)	CLASSE B (1,15)	CLASSE C (1,30)	CLASSE D (1,45)	CLASSE E (1,60)
Agente de Controle Interno Técnico de Nível Superior	Ensino superior com registro no órgão competente	Requisitos da Classe A + especialização na área de atuação	Requisito da Classe "B" + 400 horas de cursos de capacitação na área de atuação ou correlato	Mestrado	Doutorado

ANEXO IV

TABELA DE VENCIMENTOS

Cargo: AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICO-40 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	730,00	839,50	949,00	1.058,50	1.168,00
02 - 1,02	03 anos	744,60	856,29	967,98	1.079,67	1.191,36
03 - 1,04	05 anos	759,20	873,08	986,96	1.100,84	1.214,72
04 - 1,06	07 anos	773,80	889,87	1.005,94	1.122,01	1.238,08
05 - 1,09	09 anos	795,70	915,06	1.034,41	1.153,77	1.273,12
06 - 1,12	11 anos	817,60	940,24	1.062,88	1.185,52	1.308,16
07 - 1,15	13 anos	839,50	965,43	1.091,35	1.217,28	1.343,20
08 - 1,18	15 anos	861,40	990,61	1.119,82	1.249,03	1.378,24
09 - 1,21	17 anos	883,30	1.015,80	1.148,29	1.280,79	1.413,28
10 - 1,24	19 anos	905,20	1.040,98	1.176,76	1.312,54	1.448,32
11 - 1,27	21 anos	927,10	1.066,17	1.205,23	1.344,30	1.483,36
12 - 1,31	23 anos	956,30	1.099,75	1.243,19	1.386,64	1.530,08
13 - 1,35	25 anos	985,50	1.133,33	1.281,15	1.428,98	1.576,80

14 - 1,40	27 anos	1.022,00	1.175,30	1.328,60	1.481,90	1.635,20
15 - 1,45	29 anos	1.058,50	1.217,28	1.376,05	1.534,83	1.693,60
16 - 1,50	31 anos	1.095,00	1.259,25	1.423,50	1.587,75	1.752,00
17 - 1,55	33 anos	1.131,50	1.301,23	1.470,95	1.640,68	1.810,40
18 - 1,60	35 anos	1.168,00	1.343,20	1.518,40	1.693,60	1.868,80

Cargo: AGENTE DE VIGILÂNCIA-40 HORAS, AUXILIAR MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO-40 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	750,00	862,50	975,00	1.087,50	1.200,00
02 - 1,02	03 anos	765,00	879,75	994,50	1.109,25	1.224,00
03 - 1,04	05 anos	780,00	897,00	1.014,00	1.131,00	1.248,00
04 - 1,06	07 anos	795,00	914,25	1.033,50	1.152,75	1.272,00
05 - 1,09	09 anos	817,50	940,13	1.062,75	1.185,38	1.308,00
06 - 1,12	11 anos	840,00	966,00	1.092,00	1.218,00	1.344,00
07 - 1,15	13 anos	862,50	991,88	1.121,25	1.250,63	1.380,00
08 - 1,18	15 anos	885,00	1.017,75	1.150,50	1.283,25	1.416,00
09 - 1,21	17 anos	907,50	1.043,63	1.179,75	1.315,88	1.452,00
10 - 1,24	19 anos	930,00	1.069,50	1.209,00	1.348,50	1.488,00
11 - 1,27	21 anos	952,50	1.095,38	1.238,25	1.381,13	1.524,00
12 - 1,31	23 anos	982,50	1.129,88	1.277,25	1.424,63	1.572,00
13 - 1,35	25 anos	1.012,50	1.164,38	1.316,25	1.468,13	1.620,00
14 - 1,40	27 anos	1.050,00	1.207,50	1.365,00	1.522,50	1.680,00
15 - 1,45	29 anos	1.087,50	1.250,63	1.413,75	1.576,88	1.740,00
16 - 1,50	31 anos	1.125,00	1.293,75	1.462,50	1.631,25	1.800,00
17 - 1,55	33 anos	1.162,50	1.336,88	1.511,25	1.685,63	1.860,00
18 - 1,60	35 anos	1.200,00	1.380,00	1.560,00	1.740,00	1.920,00

Cargo: AGENTE OPERACIONAL-40 HORAS, AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS-40 HORAS, OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES-40 HORAS, OPERADOR DE SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO-40 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	1.100,00	1.265,00	1.430,00	1.595,00	1.760,00
02 - 1,02	03 anos	1.122,00	1.290,30	1.458,60	1.626,90	1.795,20
03 - 1,04	05 anos	1.144,00	1.315,60	1.487,20	1.658,80	1.830,40
04 - 1,06	07 anos	1.166,00	1.340,90	1.515,80	1.690,70	1.865,60
05 - 1,09	09 anos	1.199,00	1.378,85	1.558,70	1.738,55	1.918,40
06 - 1,12	11 anos	1.232,00	1.416,80	1.601,60	1.786,40	1.971,20
07 - 1,15	13 anos	1.265,00	1.454,75	1.644,50	1.834,25	2.024,00
08 - 1,18	15 anos	1.298,00	1.492,70	1.687,40	1.882,10	2.076,80
09 - 1,21	17 anos	1.331,00	1.530,65	1.730,30	1.929,95	2.129,60
10 - 1,24	19 anos	1.364,00	1.568,60	1.773,20	1.977,80	2.182,40
11 - 1,27	21 anos	1.397,00	1.606,55	1.816,10	2.025,65	2.235,20
12 - 1,31	23 anos	1.441,00	1.657,15	1.873,30	2.089,45	2.305,60
13 - 1,35	25 anos	1.485,00	1.707,75	1.930,50	2.153,25	2.376,00
14 - 1,40	27 anos	1.540,00	1.771,00	2.002,00	2.233,00	2.464,00
15 - 1,45	29 anos	1.595,00	1.834,25	2.073,50	2.312,75	2.552,00
16 - 1,50	31 anos	1.650,00	1.897,50	2.145,00	2.392,50	2.640,00
17 - 1,55	33 anos	1.705,00	1.960,75	2.216,50	2.472,25	2.728,00
18 - 1,60	35 anos	1.760,00	2.024,00	2.288,00	2.552,00	2.816,00

Cargo: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO-40 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	1.500,00	1.725,00	1.950,00	2.175,00	2.400,00
02 - 1,02	03 anos	1.530,00	1.759,50	1.989,00	2.218,50	2.448,00
03 - 1,04	05 anos	1.560,00	1.794,00	2.028,00	2.262,00	2.496,00
04 - 1,06	07 anos	1.590,00	1.828,50	2.067,00	2.305,50	2.544,00
05 - 1,09	09 anos	1.635,00	1.880,25	2.125,50	2.370,75	2.616,00
06 - 1,12	11 anos	1.680,00	1.932,00	2.184,00	2.436,00	2.688,00
07 - 1,15	13 anos	1.725,00	1.983,75	2.242,50	2.501,25	2.760,00
08 - 1,18	15 anos	1.770,00	2.035,50	2.301,00	2.566,50	2.832,00
09 - 1,21	17 anos	1.815,00	2.087,25	2.359,50	2.631,75	2.904,00
10 - 1,24	19 anos	1.860,00	2.139,00	2.418,00	2.697,00	2.976,00
11 - 1,27	21 anos	1.905,00	2.190,75	2.476,50	2.762,25	3.048,00
12 - 1,31	23 anos	1.965,00	2.259,75	2.554,50	2.849,25	3.144,00
13 - 1,35	25 anos	2.025,00	2.328,75	2.632,50	2.936,25	3.240,00
14 - 1,40	27 anos	2.100,00	2.415,00	2.730,00	3.045,00	3.360,00
15 - 1,45	29 anos	2.175,00	2.501,25	2.827,50	3.153,75	3.480,00
16 - 1,50	31 anos	2.250,00	2.587,50	2.925,00	3.262,50	3.600,00
17 - 1,55	33 anos	2.325,00	2.673,75	3.022,50	3.371,25	3.720,00
18 - 1,60	35 anos	2.400,00	2.760,00	3.120,00	3.480,00	3.840,00

Cargo: ESCRITURÁRIO-40 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	1.250,00	1.437,50	1.625,00	1.812,50	2.000,00
02 - 1,02	03 anos	1.275,00	1.466,25	1.657,50	1.848,75	2.040,00
03 - 1,04	05 anos	1.300,00	1.495,00	1.690,00	1.885,00	2.080,00
04 - 1,06	07 anos	1.325,00	1.523,75	1.722,50	1.921,25	2.120,00

05 - 1,09	09 anos	1.362,50	1.566,88	1.771,25	1.975,63	2.180,00
06 - 1,12	11 anos	1.400,00	1.610,00	1.820,00	2.030,00	2.240,00
07 - 1,15	13 anos	1.437,50	1.653,13	1.868,75	2.084,38	2.300,00
08 - 1,18	15 anos	1.475,00	1.696,25	1.917,50	2.138,75	2.360,00
09 - 1,21	17 anos	1.512,50	1.739,38	1.966,25	2.193,13	2.420,00
10 - 1,24	19 anos	1.550,00	1.782,50	2.015,00	2.247,50	2.480,00
11 - 1,27	21 anos	1.587,50	1.825,63	2.063,75	2.301,88	2.540,00
12 - 1,31	23 anos	1.637,50	1.883,13	2.128,75	2.374,38	2.620,00
13 - 1,35	25 anos	1.687,50	1.940,63	2.193,75	2.446,88	2.700,00
14 - 1,40	27 anos	1.750,00	2.012,50	2.275,00	2.537,50	2.800,00
15 - 1,45	29 anos	1.812,50	2.084,38	2.356,25	2.628,13	2.900,00
16 - 1,50	31 anos	1.875,00	2.156,25	2.437,50	2.718,75	3.000,00
17 - 1,55	33 anos	1.937,50	2.228,13	2.518,75	2.809,38	3.100,00
18 - 1,60	35 anos	2.000,00	2.300,00	2.600,00	2.900,00	3.200,00

Cargo: OPERADOR DE MÁQUINA PESADA-40 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	1.700,00	1.955,00	2.210,00	2.465,00	2.720,00
02 - 1,02	03 anos	1.734,00	1.994,10	2.254,20	2.514,30	2.774,40
03 - 1,04	05 anos	1.768,00	2.033,20	2.298,40	2.563,60	2.828,80
04 - 1,06	07 anos	1.802,00	2.072,30	2.342,60	2.612,90	2.883,20
05 - 1,09	09 anos	1.853,00	2.130,95	2.408,90	2.686,85	2.964,80
06 - 1,12	11 anos	1.904,00	2.189,60	2.475,20	2.760,80	3.046,40
07 - 1,15	13 anos	1.955,00	2.248,25	2.541,50	2.834,75	3.128,00
08 - 1,18	15 anos	2.006,00	2.306,90	2.607,80	2.908,70	3.209,60
09 - 1,21	17 anos	2.057,00	2.365,55	2.674,10	2.982,65	3.291,20
10 - 1,24	19 anos	2.108,00	2.424,20	2.740,40	3.056,60	3.372,80
11 - 1,27	21 anos	2.159,00	2.482,85	2.806,70	3.130,55	3.454,40
12 - 1,31	23 anos	2.227,00	2.561,05	2.895,10	3.229,15	3.563,20
13 - 1,35	25 anos	2.295,00	2.639,25	2.983,50	3.327,75	3.672,00
14 - 1,40	27 anos	2.380,00	2.737,00	3.094,00	3.451,00	3.808,00
15 - 1,45	29 anos	2.465,00	2.834,75	3.204,50	3.574,25	3.944,00
16 - 1,50	31 anos	2.550,00	2.932,50	3.315,00	3.697,50	4.080,00
17 - 1,55	33 anos	2.635,00	3.030,25	3.425,50	3.820,75	4.216,00
18 - 1,60	35 anos	2.720,00	3.128,00	3.536,00	3.944,00	4.352,00

Cargo: AGENTE DE MANUTENÇÃO-40 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	1.350,00	1.552,50	1.755,00	1.957,50	2.160,00
02 - 1,02	03 anos	1.377,00	1.583,55	1.790,10	1.996,65	2.203,20
03 - 1,04	05 anos	1.404,00	1.614,60	1.825,20	2.035,80	2.246,40
04 - 1,06	07 anos	1.431,00	1.645,65	1.860,30	2.074,95	2.289,60
05 - 1,09	09 anos	1.471,50	1.692,23	1.912,95	2.133,68	2.354,40
06 - 1,12	11 anos	1.512,00	1.738,80	1.965,60	2.192,40	2.419,20
07 - 1,15	13 anos	1.552,50	1.785,38	2.018,25	2.251,13	2.484,00
08 - 1,18	15 anos	1.593,00	1.831,95	2.070,90	2.309,85	2.548,80
09 - 1,21	17 anos	1.633,50	1.878,53	2.123,55	2.368,58	2.613,60
10 - 1,24	19 anos	1.674,00	1.925,10	2.176,20	2.427,30	2.678,40
11 - 1,27	21 anos	1.714,50	1.971,68	2.228,85	2.486,03	2.743,20
12 - 1,31	23 anos	1.768,50	2.033,78	2.299,05	2.564,33	2.829,60
13 - 1,35	25 anos	1.822,50	2.095,88	2.369,25	2.642,63	2.916,00
14 - 1,40	27 anos	1.890,00	2.173,50	2.457,00	2.740,50	3.024,00
15 - 1,45	29 anos	1.957,50	2.251,13	2.544,75	2.838,38	3.132,00
16 - 1,50	31 anos	2.025,00	2.328,75	2.632,50	2.936,25	3.240,00
17 - 1,55	33 anos	2.092,50	2.406,38	2.720,25	3.034,13	3.348,00
18 - 1,60	35 anos	2.160,00	2.484,00	2.808,00	3.132,00	3.456,00

Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO-40 HORAS, TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO - 40 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	1.350,00	1.552,50	1.755,00	1.957,50	2.160,00
02 - 1,02	03 anos	1.377,00	1.583,55	1.790,10	1.996,65	2.203,20
03 - 1,04	05 anos	1.404,00	1.614,60	1.825,20	2.035,80	2.246,40
04 - 1,06	07 anos	1.431,00	1.645,65	1.860,30	2.074,95	2.289,60
05 - 1,09	09 anos	1.471,50	1.692,23	1.912,95	2.133,68	2.354,40
06 - 1,12	11 anos	1.512,00	1.738,80	1.965,60	2.192,40	2.419,20
07 - 1,15	13 anos	1.552,50	1.785,38	2.018,25	2.251,13	2.484,00
08 - 1,18	15 anos	1.593,00	1.831,95	2.070,90	2.309,85	2.548,80
09 - 1,21	17 anos	1.633,50	1.878,53	2.123,55	2.368,58	2.613,60
10 - 1,24	19 anos	1.674,00	1.925,10	2.176,20	2.427,30	2.678,40
11 - 1,27	21 anos	1.714,50	1.971,68	2.228,85	2.486,03	2.743,20
12 - 1,31	23 anos	1.768,50	2.033,78	2.299,05	2.564,33	2.829,60
13 - 1,35	25 anos	1.822,50	2.095,88	2.369,25	2.642,63	2.916,00
14 - 1,40	27 anos	1.890,00	2.173,50	2.457,00	2.740,50	3.024,00
15 - 1,45	29 anos	1.957,50	2.251,13	2.544,75	2.838,38	3.132,00
16 - 1,50	31 anos	2.025,00	2.328,75	2.632,50	2.936,25	3.240,00
17 - 1,55	33 anos	2.092,50	2.406,38	2.720,25	3.034,13	3.348,00
18 - 1,60	35 anos	2.160,00	2.484,00	2.808,00	3.132,00	3.456,00

Cargo:TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - 20 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	1.750,00	2.012,50	2.275,00	2.537,50	2.800,00
02 - 1,02	03 anos	1.785,00	2.052,75	2.320,50	2.588,25	2.856,00
03 - 1,04	05 anos	1.820,00	2.093,00	2.366,00	2.639,00	2.912,00
04 - 1,06	07 anos	1.855,00	2.133,25	2.411,50	2.689,75	2.968,00
05 - 1,09	09 anos	1.907,50	2.193,63	2.479,75	2.765,88	3.052,00
06 - 1,12	11 anos	1.960,00	2.254,00	2.548,00	2.842,00	3.136,00
07 - 1,15	13 anos	2.012,50	2.314,38	2.616,25	2.918,13	3.220,00
08 - 1,18	15 anos	2.065,00	2.374,75	2.684,50	2.994,25	3.304,00
09 - 1,21	17 anos	2.117,50	2.435,13	2.752,75	3.070,38	3.388,00
10 - 1,24	19 anos	2.170,00	2.495,50	2.821,00	3.146,50	3.472,00
11 - 1,27	21 anos	2.222,50	2.555,88	2.889,25	3.222,63	3.556,00
12 - 1,31	23 anos	2.292,50	2.636,38	2.980,25	3.324,13	3.668,00
13 - 1,35	25 anos	2.362,50	2.716,88	3.071,25	3.425,63	3.780,00
14 - 1,40	27 anos	2.450,00	2.817,50	3.185,00	3.552,50	3.920,00
15 - 1,45	29 anos	2.537,50	2.918,13	3.298,75	3.679,38	4.060,00
16 - 1,50	31 anos	2.625,00	3.018,75	3.412,50	3.806,25	4.200,00
17 - 1,55	33 anos	2.712,50	3.119,38	3.526,25	3.933,13	4.340,00
18 - 1,60	35 anos	2.800,00	3.220,00	3.640,00	4.060,00	4.480,00

Cargo: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - 30 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	2.625,00	3.018,75	3.412,50	3.806,25	4.200,00
02 - 1,02	03 anos	2.677,50	3.079,13	3.480,75	3.882,38	4.284,00
03 - 1,04	05 anos	2.730,00	3.139,50	3.549,00	3.958,50	4.368,00
04 - 1,06	07 anos	2.782,50	3.199,88	3.617,25	4.034,63	4.452,00
05 - 1,09	09 anos	2.861,25	3.290,44	3.719,63	4.148,81	4.578,00
06 - 1,12	11 anos	2.940,00	3.381,00	3.822,00	4.263,00	4.704,00
07 - 1,15	13 anos	3.018,75	3.471,56	3.924,38	4.377,19	4.830,00
08 - 1,18	15 anos	3.097,50	3.562,13	4.026,75	4.491,38	4.956,00
09 - 1,21	17 anos	3.176,25	3.652,69	4.129,13	4.605,56	5.082,00
10 - 1,24	19 anos	3.255,00	3.743,25	4.231,50	4.719,75	5.208,00
11 - 1,27	21 anos	3.333,75	3.833,81	4.333,88	4.833,94	5.334,00
12 - 1,31	23 anos	3.438,75	3.954,56	4.470,38	4.986,19	5.502,00
13 - 1,35	25 anos	3.543,75	4.075,31	4.606,88	5.138,44	5.670,00
14 - 1,40	27 anos	3.675,00	4.226,25	4.777,50	5.328,75	5.880,00
15 - 1,45	29 anos	3.806,25	4.377,19	4.948,13	5.519,06	6.090,00
16 - 1,50	31 anos	3.937,50	4.528,13	5.118,75	5.709,38	6.300,00
17 - 1,55	33 anos	4.068,75	4.679,06	5.289,38	5.899,69	6.510,00
18 - 1,60	35 anos	4.200,00	4.830,00	5.460,00	6.090,00	6.720,00

Cargo: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - 40 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	3.500,00	4.025,00	4.550,00	5.075,00	5.600,00
02 - 1,02	03 anos	3.570,00	4.105,50	4.641,00	5.176,50	5.712,00
03 - 1,04	05 anos	3.640,00	4.186,00	4.732,00	5.278,00	5.824,00
04 - 1,06	07 anos	3.710,00	4.266,50	4.823,00	5.379,50	5.936,00
05 - 1,09	09 anos	3.815,00	4.387,25	4.959,50	5.531,75	6.104,00
06 - 1,12	11 anos	3.920,00	4.508,00	5.096,00	5.684,00	6.272,00
07 - 1,15	13 anos	4.025,00	4.628,75	5.232,50	5.836,25	6.440,00
08 - 1,18	15 anos	4.130,00	4.749,50	5.369,00	5.988,50	6.608,00
09 - 1,21	17 anos	4.235,00	4.870,25	5.505,50	6.140,75	6.776,00
10 - 1,24	19 anos	4.340,00	4.991,00	5.642,00	6.293,00	6.944,00
11 - 1,27	21 anos	4.445,00	5.111,75	5.778,50	6.445,25	7.112,00
12 - 1,31	23 anos	4.585,00	5.272,75	5.960,50	6.648,25	7.336,00
13 - 1,35	25 anos	4.725,00	5.433,75	6.142,50	6.851,25	7.560,00
14 - 1,40	27 anos	4.900,00	5.635,00	6.370,00	7.105,00	7.840,00
15 - 1,45	29 anos	5.075,00	5.836,25	6.597,50	7.358,75	8.120,00
16 - 1,50	31 anos	5.250,00	6.037,50	6.825,00	7.612,50	8.400,00
17 - 1,55	33 anos	5.425,00	6.238,75	7.052,50	7.866,25	8.680,00
18 - 1,60	35 anos	5.600,00	6.440,00	7.280,00	8.120,00	8.960,00

Cargo: AGENTE DE CONTROLE INTERNO-40 HORAS						
Nível	TS	Classe-A (1,00)	Classe-B (1,15)	Classe-C (1,30)	Classe-D (1,45)	Classe-E (1,60)
01 - 1,00	00 anos	5.500,00	6.325,00	7.150,00	7.975,00	8.800,00
02 - 1,02	03 anos	5.610,00	6.451,50	7.293,00	8.134,50	8.976,00
03 - 1,04	05 anos	5.720,00	6.578,00	7.436,00	8.294,00	9.152,00
04 - 1,06	07 anos	5.830,00	6.704,50	7.579,00	8.453,50	9.328,00
05 - 1,09	09 anos	5.995,00	6.894,25	7.793,50	8.692,75	9.592,00
06 - 1,12	11 anos	6.160,00	7.084,00	8.008,00	8.932,00	9.856,00
07 - 1,15	13 anos	6.325,00	7.273,75	8.222,50	9.171,25	10.120,00
08 - 1,18	15 anos	6.490,00	7.463,50	8.437,00	9.410,50	10.384,00
09 - 1,21	17 anos	6.655,00	7.653,25	8.651,50	9.649,75	10.648,00
10 - 1,24	19 anos	6.820,00	7.843,00	8.866,00	9.889,00	10.912,00
11 - 1,27	21 anos	6.985,00	8.032,75	9.080,50	10.128,25	11.176,00
12 - 1,31	23 anos	7.205,00	8.285,75	9.366,50	10.447,25	11.528,00

13 - 1,35	25 anos	7.425,00	8.538,75	9.652,50	10.766,25	11.880,00
14 - 1,40	27 anos	7.700,00	8.855,00	10.010,00	11.165,00	12.320,00
15 - 1,45	29 anos	7.975,00	9.171,25	10.367,50	11.563,75	12.760,00
16 - 1,50	31 anos	8.250,00	9.487,50	10.725,00	11.962,50	13.200,00
17 - 1,55	33 anos	8.525,00	9.803,75	11.082,50	12.361,25	13.640,00
18 - 1,60	35 anos	8.800,00	10.120,00	11.440,00	12.760,00	14.080,00

ANEXO V

TABELA DE PONTOS DE GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE FISCAL DOS AGENTES DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA.

CÓDIGO	NATUREZA DO SERVIÇO (ATIVIDADES)	PONTOS
01	01.01. Plantão por final de semana no Setor de Fiscalização de Tributos.....	08
02	02.02. Inscrição de novos contribuintes dos Impostos Sobre Serviços de qualquer Natureza, Predial, Territorial, Taxas e etc.....	02
03	03.03. Inscrição ou cadastramento de Licença de Localização.....	02
04	04.04. Por “Termos de Inicio de Ação Fiscal” e “Verificação Fiscal” ao local do imóvel ou estabelecimento em virtude de ficha de campo, por ficha.....	04
05	05.05. Outras diligências que venham a exigir exames de livros e documentos de contribuinte.....	05
06	06.06. Conferências do recolhimento regular de tributo, por mapas, fichas comparativas, relatórios ou extratos.....	05
07	07.07. Diligências solicitadas pela Chefia ou órgãos competentes em estabelecimentos ou imóveis.....	05
08	08.08. Por coleta de dados, efetuada pelo funcionário fiscal em outras repartições públicas, empresas industriais, comerciais, bancárias, agrícolas, cartórios, etc. com o objetivo de colher elementos necessários à perfeita execução dos trabalhos fiscais, desde que autorizado pela Chefia ou Órgão competente.....	05
09	09.09. Trabalhos executados em horários noturnos, por determinação da Chefia, ou escalas de serviços em jogos e diversões, casas noturnas em geral, eventos de qualquer natureza ou ainda trabalho executado nos dias de sábados, domingos feriados e facultativos.....	15
10	Notificação Fiscal – Auto de infração: 10.01 – Por infrações formais por infringência as leis municipais..... 10.02 – Por falta de recolhimento de tributo..... 10.03 – Por falta de licença de localização.....	03 03 04
11	11.01. Escala programada em serviços internos de triagem ou conferência de documentos, por 8 horas.....	05
12	12.01. Participação em serviços internos, de assessoria, consultas ou outros julgados necessários, pelo período de 30 dias integral ou frações correspondentes, vedadas outras contagens de pontos por dia útil.....	05
13	Levantamentos fiscais programados – Análise contábil, financeira e econômica do contribuinte: 13.01. Diligencias de 1º Grau, oriundas de simples verificações e suas características..... 13.02. Diligências de 2º Grau, oriundas de levantamentos procedidos através de Balanços Gerais, Conta de Lucros e Perdas, Livros e documentos (fiscais e comerciais) e outros obrigatórios pela atividade do contribuinte ou Guia de recolhimento..... 13.03. Diligencias de 3º Grau, Oriundas de levantamento de pelo menos três exercícios, verificando a evolução do patrimônio da Empresa, ou seja, Ativo e Passivo, com Análise das respectivas peças citadas.....	03 08 16
14	14.01. Determinação de valores para lançamento predial e Territorial, valor tributário, áreas construídas, apuração de benfeitorias e preenchimento dos respectivos Laudos, boletins, valor venal para fins de Avaliação.....	03
15	15.01. Lançamentos novos de construções sem planta aprovada e de construções clandestinas em geral.....	03

DA COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE

1. – Os Fiscais de Tributos Municipais comprovarão, mensalmente, as suas atividades, mediante apresentação dos seguintes documentos:

1.1 – TERMO DE “INICIO DE AÇÃO FISCAL”;

1.2 – TERMO DE VERIFICAÇÃO FISCAL.

2. - O Termo de Inicio de Ação Fiscal será lavrado pela autoridade fiscal, no ato de sua apresentação ao estabelecimento, em impresso próprio e será submetido à assinatura do contribuinte.

3. – O Termo de Verificação Fiscal será lavrado no ato do encerramento da ação fiscal, em impresso próprio, e se destina a comprovar a tarefa típica de fiscalização.

4. – As tarefas, executadas pelos Fiscais de Tributos Municipais serão relatadas no termo de Verificação Fiscal, no qual, também, serão descritas, sumariamente, as irregularidades apuradas e o procedimento adotado.

4.1 – Quando for o caso, fará o funcionário relatório em peças em separado, que será anexado ao mencionado termo e dele fará parte integrante.

4.2 – Na hipótese do servidor se encontrar executando trabalho relacionado com a fiscalização tributária, em caráter sedentário, na Secretaria Municipal de Finanças, mediante ato da autoridade competente, deverá ele apresentar relatório mensal de suas atividades, no qual descreverá a natureza dos trabalhos executados.

5. - Os termos de INICIO DE AÇÃO FISCAL, VERIFICAÇÃO FISCAL e A NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR, que se constituirão de um único impresso de acordo com o modelo que acompanha este Decreto, serão lavrados em 4 (quatro) vias com a seguinte destinação:

5.1 – 1ª Via – Será encaminhada imediatamente ao setor de Tributos Seção de Fiscalização de Rendas.

5.2 – 2ª Via – Será entregue ao contribuinte para anexação aos livros fiscais.

5.3 – 3ª Via – Será encaminhada ao Secretário Municipal de Finanças, Gestão e Controle, até o dia 15 do mês subseqüente, acompanhado de sucinto relatório com o resumo das atividades do mês, pela autoridade fiscal.

5.4 – Constituirá documento do funcionário emitente.

6 – A vista do exame dos documentos referidos no item anterior, a Seção de Fiscalização de Rendas expedirá, mensalmente, os atestados de exercício para efeito de recebimento dos vencimentos e vantagens, a que fizer jus o funcionário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RGF 1º QUADRIMESTRE ANEXO I

RGF/Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL / 2019 - 2º BIMESTRE - 1º QUADRIMESTRE

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**44.464.137,74**	**0,00**
Pessoal Ativo	44.464.137,74	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**1.195.338,97**	**0,00**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.121.815,41	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	73.523,56	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**43.268.798,77**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**83.760.433,34**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	**43.268.798,77**	**51,66%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**45.230.634,00**	**54,00%**
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**42.969.102,30**	**95,00%**
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**40.707.570,60**	**90,00%**

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO 2º BIMESTRE ANEXO II

Tabela 2 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019 - BIMESTRE MARÇO / ABRIL 2019

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS No Bimestre	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS EMPENHADAS % (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS % (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**81.308.568,26**	**82.621.466,26**	**14.690.826,12**	**30.676.636,95**	**1,00**	**51.944.829,31**	**16.177.014,47**	**27.105.961,14**	**0,99**	**55.515.505,12**	**-800.494,25**
ADMINISTRAÇÃO	**23.465.809,67**	**23.523.911,82**	**3.648.718,35**	**8.454.507,90**	**0,28**	**15.069.403,92**	**4.140.655,83**	**7.539.239,97**	**0,28**	**15.984.671,85**	**-489.139,48**
Planejamento e Orçamento	305.458,80	353.258,80	89.767,37	195.779,45	0,64%	157.479,35	52.567,37	158.579,45	0,59%	194.679,35	37.200,00
Administração Geral	22.011.834,14	22.022.136,29	3.443.110,75	7.985.555,32	26,03%	14.036.580,97	3.969.231,31	7.107.586,39	26,22%	14.914.549,90	-526.120,56
Controle Interno	748.384,63	748.384,63	86.227,06	224.962,36	0,73%	523.422,27	86.445,98	224.962,36	0,83%	523.422,27	-218,92
Tecnologia da Informação	309.639,10	309.639,10	16.435,17	32.234,77	0,11%	277.404,33	16.435,17	32.135,77	0,12%	277.503,33	0,00
Comunicação Social	50.000,00	50.000,00	13.178,00	13.178,00	0,04%	36.822,00	13.178,00	13.178,00	0,05%	36.822,00	0,00
Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Normatização e Fiscalização	40.493,00	40.493,00	0,00	2.798,00	0,01%	37.695,00	2.798,00	2.798,00	0,01%	37.695,00	-2.798,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	**3.869.800,52**	**4.110.800,52**	**681.508,69**	**1.373.612,39**	**4,48%**	**2.737.188,13**	**682.896,15**	**1.288.100,82**	**4,75%**	**2.822.699,70**	**681.508,64**
Assistência à Criança e ao Adolescente	725.402,15	734.402,15	42.344,83	167.519,19	0,55%	566.882,96	22.755,36	144.469,74	0,53%	589.932,41	19.589,47
Assistencia Especial	3.144.398,37	3.376.398,37	639.163,86	1.206.093,20	3,93%	2.170.305,17	660.140,79	1.143.631,08	4,22%	2.232.767,29	-20.976,93
SAÚDE	**20.840.335,92**	**21.349.679,77**	**3.649.409,00**	**7.507.022,79**	**0,24**	**13.842.656,98**	**3.936.877,93**	**6.805.910,09**	**0,25**	**14.543.769,68**	**-287.468,93**
Adminsitração Geral	3.359.131,67	3.374.131,67	713.006,69	1.370.296,76	4,47%	2.003.834,91	671.805,34	1.186.923,31	4,38%	2.187.208,36	41.201,35
Atenção Básica	5.077.237,88	5.082.237,88	815.764,42	1.811.157,11	5,90%	3.271.080,77	1.087.376,15	1.648.693,58	6,08%	3.433.544,30	-271.611,73
Vigilância Epidemiológica	305.387,11	298.387,11	34.344,79	65.016,10	0,21%	233.371,01	34.872,39	64.129,05	0,24%	234.258,06	-527,60
Vigilância Sanitária	766.101,84	759.201,84	118.045,48	246.150,77	0,80%	513.051,07	133.649,13	246.050,77	0,91%	513.151,07	-15.603,65
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.834.583,92	11.337.827,77	1.908.312,86	3.893.464,45	12,69%	7.444.363,32	1.958.769,95	3.556.050,81	13,12%	7.781.776,96	-50.457,09
Suporte Profilático e Terapêutico	496.293,50	496.293,50	59.934,76	120.937,60	0,39%	375.355,90	50.404,97	104.062,57	0,38%	392.230,93	9.529,79
Formação de Recursos Humanos	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00%	1.600,00	0,00	0,00	0,00%	1.600,00	0,00
TRABALHO	**20.000,00**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**20.000,00**	**0,00**
Fomento ao Trabalho	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00%	20.000,00	0,00	0,00	0,00%	20.000,00	0,00
EDUCAÇÃO	**21.332.292,31**	**21.508.785,33**	**4.825.565,32**	**8.550.955,05**	**0,28**	**12.957.830,28**	**4.663.678,61**	**7.319.714,84**	**0,27**	**14.189.070,49**	**161.886,71**
Ensino Fundamental	19.566.236,73	19.880.432,73	4.393.372,78	7.864.786,99	25,64%	12.015.645,74	4.274.428,65	6.875.807,69	25,37%	13.004.625,04	118.944,13
Ensino Superior	144.720,00	159.627,00	29.310,98	104.645,98	0,34%	54.981,02	55.204,86	72.682,32	0,27%	86.944,68	-25.893,88
Educação Infantil	1.621.335,58	1.468.725,60	402.881,56	581.522,08	1,90%	887.203,52	334.045,10	371.224,83	1,37%	1.097.500,77	68.836,46
CULTURA	**164.740,15**	**150.240,15**	**7.941,37**	**14.801,13**	**0,05%**	**135.439,02**	**1.864,91**	**7.624,67**	**0,03%**	**142.615,48**	**6.076,46**
Difusão Cultural	164.740,15	150.240,15	7.941,37	14.801,13	0,05%	135.439,02	1.864,91	7.624,67	0,03%	142.615,48	6.076,46
URBANISMO	**3.893.003,57**	**4.612.663,57**	**448.126,14**	**1.318.676,13**	**4,30%**	**3.293.987,44**	**661.651,15**	**1.113.364,14**	**4,11%**	**3.499.299,43**	**-213.525,01**
Infra-Estrutura Urbana	1.299.174,44	629.536,44	94.109,97	175.652,40	0,57%	453.884,04	94.109,97	175.652,40	0,65%	453.884,04	0,00
Serviços Urbanos	2.593.829,13	3.983.127,13	354.016,17	1.143.023,73	3,73%	2.840.103,40	567.541,18	937.711,74	3,46%	3.045.415,39	-213.525,01
HABITAÇÃO	**70.000,00**	**70.000,00**	**623,62**	**623,62**	**0,00**	**69.376,38**	**623,62**	**623,62**	**0,00**	**69.376,38**	**0,00**
Habitação Urbana	70.000,00	70.000,00	623,62	623,62	0,00%	69.376,38	623,62	623,62	0,00%	69.376,38	0,00
SANEAMENTO	**524.589,51**	**524.589,51**	**48.019,00**	**118.128,00**	**0,39%**	**406.461,51**	**90.979,00**	**117.075,20**	**0,43%**	**407.514,31**	**-42.960,00**
Infra-Estrutura Urbana	224.502,05	224.502,05	0,00	0,00	0,00%	224.502,05	0,00	0,00	0,00%	224.502,05	0,00
Saneamento Básico Urbano	300.087,46	300.087,46	48.019,00	118.128,00	0,39%	181.959,46	90.979,00	117.075,20	0,43%	183.012,26	-42.960,00
GESTÃO AMBIENTAL	**555.000,00**	**455.000,00**	**148.056,07**	**148.056,07**	**0,00**	**306.943,93**	**148.056,07**	**148.056,07**	**0,00**	**306.943,93**	**0,00**
Preservação e Conservação Ambiental	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00%	105.000,00	0,00	0,00	0,00%	105.000,00	0,00
Controle Ambiental	450.000,00	350.000,00	148.056,07	148.056,07	0,48%	201.943,93	148.056,07	148.056,07	0,00%	201.943,93	0,00
AGRICULTURA	**2.516.730,83**	**1.109.525,83**	**7.162,15**	**685.178,02**	**0,02**	**424.347,81**	**654.166,36**	**661.045,65**	**0,02**	**448.480,18**	**-647.004,21**
Extensão Rural	165.730,83	165.730,83	7.162,15	44.178,02	0,14%	121.552,81	13.166,36	20.045,65	0,07%	145.685,18	-6.004,21
Promoção da Produção Agropecuária	2.351.000,00	943.795,00	0,00	641.000,00	2,09%	302.795,00	641.000,00	641.000,00	2,36%	302.795,00	-641.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	**785.115,17**	**902.115,17**	**398.631,00**	**525.635,82**	**1,71%**	**376.479,35**	**395.847,00**	**522.851,82**	**1,93%**	**379.263,35**	**2.784,00**
Promoção Comercial	45.808,01	45.808,01	420,00	5.040,00	0,02%	40.768,01	420,00	5.040,00	0,02%	40.768,01	0,00
Turismo	739.307,16	856.307,16	398.211,00	520.595,82	1,70%	335.711,34	395.427,00	517.811,82	1,91%	338.495,34	2.784,00
TRANSPORTE	**2.039.676,93**	**2.893.222,93**	**541.481,46**	**1.475.481,38**	**4,81%**	**1.417.741,55**	**567.258,13**	**1.160.964,89**	**4,28%**	**1.732.258,04**	**-25.776,67**
Transporte Rodoviário	2.039.676,93	2.893.222,93	541.481,46	1.475.481,38	4,81%	1.417.741,55	567.258,13	1.160.964,89	4,28%	1.732.258,04	-25.776,67
DESPORTO E LAZER	**341.159,54**	**500.617,52**	**220.167,65**	**373.739,18**	**1,22%**	**126.878,34**	**167.043,41**	**291.169,89**	**1,07%**	**209.447,63**	**53.124,24**
Desporto de Rendimento	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Desporto Comunitário	331.159,54	500.617,52	220.167,65	373.739,18	1,22%	126.878,34	167.043,41	291.169,89	1,07%	209.447,63	53.124,24
ENCARGOS ESPECIAIS	**490.314,14**	**490.314,14**	**65.416,30**	**130.219,47**	**0,42%**	**360.094,67**	**65.416,30**	**130.219,47**	**0,48%**	**360.094,67**	**0,00**
Serviço da Dívida Interna	490.314,14	490.314,14	65.416,30	130.219,47	0,42%	360.094,67	65.416,30	130.219,47	0,48%	360.094,67	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**400.000,00**	**400.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**400.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**400.000,00**	**0,00**
RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**81.308.568,26**	**82.621.466,26**	**14.690.826,12**	**30.676.636,95**	**-**	**51.944.829,31**	**16.177.014,47**	**27.105.961,14**	**-**	**55.515.505,12**	**-800.494,25**

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RGF 1º QUADRIMESTRE ANEXO II

Tabela 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / 2019 - 2º BIMESTRE - 1º QUADRIMESTRE

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**4.149.692,81**	**4.207.237,63**	**0,00**	**0,00**
Dívida Mobiliária			0,00	0,00
Dívida Contratual	4.149.692,81	4.207.237,63	0,00	0,00
Interna	4.149.692,81	4.207.237,63	0,00	0,00
Externa			0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos			0,00	0,00
Outras Dívidas			0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)[1]	**23.797.665,47**	**9.612.143,47**	**0,00**	**0,00**
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.113.641,74	11.148.854,25	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	16.067.812,98	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.383.789,25	1.536.710,78	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**-19.647.972,66**	**-5.404.905,84**	**-**	**-**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**81.481.069,25**	**83.760.433,34**	**-**	**-**
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	**5,09%**	**5,02%**	**-**	**-**
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	**-**	**-**	**-**	**-**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	**120**	**120**	**120**	**120**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>				

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	**4.149.692,81**	**4.207.237,63**	**0,00**	**0,00**
DÍVIDA DE PPP (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	**4.149.692,81**	**4.207.237,63**	**0,00**	**0,00**
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	4.149.692,81	4.207.237,63	0,00	0,00
Previdenciárias	4.149.692,81	4.207.237,63	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.109.651,19	593.886,80	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO 2º BIMESTRE ANEXO III

Tabela 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2018 A ABRIL DE 2019

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — Em Reais

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ULTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Maio 18	Junho 18	Julho 18	Agosto 18	Setembro 18	Outubro 18	Novembro 18	Dezembro 18	Janeiro 19	Fevereiro 19	Março 19	Abril 19		
RECEITAS CORRENTES (I)	**8.009.366,12**	**6.328.741,88**	**7.893.530,92**	**7.442.425,61**	**6.988.575,86**	**8.781.096,95**	**8.343.336,68**	**9.759.426,70**	**7.606.865,06**	**7.266.737,96**	**6.710.794,67**	**7.574.838,25**	**92.705.736,66**	**88.163.221,92**
Receita Tributária	**900.928,25**	**377.520,39**	**807.080,06**	**1.393.979,62**	**1.483.879,27**	**880.023,85**	**1.253.267,90**	**1.853.522,91**	**695.621,99**	**685.570,50**	**691.951,93**	**818.298,65**	**11.841.645,32**	**7.350.832,05**
IPTU	2.282,30	16.828,38	88.242,61	122.015,19	449.418,59	16.195,03	23.284,81	129.940,10	4.308,56	119,26	356,10	0,00	852.990,93	698.340,00
ISS	448.044,88	271.371,44	338.397,03	416.132,33	421.272,88	476.485,13	361.055,45	367.691,65	331.294,14	291.212,87	246.225,50	304.173,43	4.273.356,73	3.440.832,85
ITBI	36.121,66	17.745,57	74.914,35	118.617,71	230.515,83	201.126,34	444.062,80	826.266,56	17.118,60	16.673,62	25.841,69	220.996,97	2.230.001,70	559.290,00
IRRF	345.360,99	11.486,93	177.608,76	349.195,22	179.108,13	84.692,29	348.959,60	245.537,51	168.232,94	166.401,16	193.742,08	196.708,04	2.467.033,65	1.043.751,55
Outras Receitas Tributárias	69.118,42	60.088,07	127.917,31	388.019,17	203.563,84	101.525,06	75.905,24	284.087,09	174.667,75	211.163,59	225.786,56	96.420,21	2.018.262,31	1.608.617,65
Receita de Contribuições	**58.037,60**	**64.470,14**	**67.352,02**	**46.915,05**	**62.615,33**	**43.335,41**	**71.034,17**	**305,86**	**157.876,60**	**92.052,95**	**71.396,78**	**64.311,42**	**799.703,33**	**920.074,44**
Receita Patrimonial	**23.470,66**	**18.432,42**	**24.884,85**	**26.594,71**	**24.910,17**	**25.955,26**	**45.396,57**	**28.832,39**	**41.062,98**	**27.582,95**	**26.697,23**	**32.994,53**	**346.814,72**	**889.174,44**
Receita Agropecuária	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita Industrial	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita de Serviços	**304.501,02**	**292.003,55**	**288.026,61**	**297.217,83**	**350.789,00**	**301.391,89**	**357.428,41**	**276.643,00**	**279.893,07**	**304.463,24**	**280.169,54**	**322.236,88**	**3.654.764,04**	**3.792.622,86**
Transferências Correntes	**6.677.974,48**	**5.570.773,51**	**6.687.974,14**	**5.663.688,56**	**5.061.070,29**	**7.522.637,86**	**6.604.126,46**	**7.436.636,69**	**6.392.224,85**	**6.138.409,21**	**5.610.300,98**	**6.295.978,83**	**75.661.795,86**	**74.599.924,18**
Cota-Parte do FPM	1.695.433,86	1.587.693,00	1.078.322,70	1.360.367,61	1.025.990,29	1.165.518,32	1.464.029,63	2.562.061,79	1.797.192,48	1.972.558,26	1.476.939,36	1.440.916,91	18.627.024,21	20.525.227,60
Cota-Parte do ICMS	1.996.939,13	1.369.407,96	2.179.170,34	1.853.362,32	1.585.515,77	2.625.209,24	2.903.523,87	711.174,43	2.109.385,61	1.794.919,29	1.718.963,45	1.877.600,36	22.725.171,77	20.444.475,06
Cota-Parte do IPVA	333.943,51	258.077,18	243.325,58	193.139,20	137.929,14	111.307,37	48.664,31	89.249,89	275.952,03	317.460,07	345.282,05	379.986,16	2.734.316,49	2.191.190,56
Cota-Parte do ITR	4.215,74	9.399,78	14.042,06	27.093,81	23.770,47	1.152.251,57	151.992,70	71.019,21	40.930,76	6.222,14	3.605,95	5.357,67	1.509.901,86	1.547.922,71
Transferências da LC 87/1996	6.575,92	6.575,92	6.575,92	6.575,92	6.575,92	6.575,92	6.575,92	6.575,92	0,00	0,00	0,00	0,00	52.607,36	81.278,37
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	1.261.004,59	948.230,64	1.193.131,86	1.083.550,05	906.223,60	1.451.943,85	0,00	2.208.792,99	1.256.875,24	1.173.649,61	1.047.191,92	1.133.020,61	13.663.614,96	12.517.733,23
Outras Transferências Correntes	1.379.861,73	1.391.389,03	1.973.405,68	1.139.599,65	1.375.065,10	1.009.831,59	2.029.340,03	1.787.762,46	911.888,73	873.599,84	309.360,14	718.324,98	14.899.428,96	17.292.096,65
Outras Receitas Correntes	**44.454,11**	**5.541,87**	**18.213,24**	**14.029,84**	**5.311,80**	**7.752,68**	**12.083,17**	**163.485,85**	**40.185,57**	**18.659,11**	**30.278,21**	**41.017,94**	**401.013,39**	**610.593,95**
DEDUÇÕES (II)	**807.422,16**	**645.846,09**	**704.287,26**	**686.201,23**	**548.498,95**	**1.012.172,40**	**699.290,77**	**749.809,23**	**844.692,09**	**797.352,89**	**708.958,11**	**740.772,14**	**8.945.303,32**	**8.568.971,92**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	807.422,16	645.846,09	704.287,26	686.201,23	548.498,95	1.012.172,40	699.290,77	749.809,23	844.692,09	797.352,89	708.958,11	740.772,14	8.945.303,32	8.568.971,92
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**7.201.943,96**	**5.682.895,79**	**7.189.243,66**	**6.756.224,38**	**6.440.076,91**	**7.768.924,55**	**7.644.045,91**	**9.009.617,47**	**6.762.172,97**	**6.469.385,07**	**6.001.836,56**	**6.834.066,11**	**83.760.433,34**	**79.594.250,00**

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE BARRA DO BUGRES
PORTARIA Nº 010/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por morte a **Sr. Arnaldo Izequiel Molinari**, na qualidade de companheiro da segurada falecida **Sra.Maria Helena de Araujo Batista**".

A Secretária Municipal de Planejamento do Município de Barra do Bugres/ MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003; art. 6-A, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, c/c com o artigo o art. 28, inciso I, art. 7º inciso I e art. 29, inciso I da Lei Municipal n.º 1554/2005 que rege a previdência do Município de Barra do Bugres/MT , e Decisão judicial nº 431.66.2019.811. 0008. Código nº. 147055;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Pensão por morte**, em decorrência do falecimento da servidora **Sra**. **Maria Helena de Araujo Batista,** brasileira, portadora do RG nº 0292399-8 – SESP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 468.446.601-97, servidora aposentada, no cargo de Escriturária, Nível "03", lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em favor do **Sr. Arnaldo Izequiel Molinari**, brasileiro, companheiro da *de cujus*, portador do RG n.º 225.435 SSP/PR e do CPF n.º 099.726.769-00, em virtude da sentença judicial de reconhecimento de união estável, proferida em 26/04/2019 na Comarca de Barra do Bugres - Segunda Vara Judicial/MT, Processo nº 431.66.2019.811.0008, Código nº. 147055 equivalente a **100%** (cem por cento) da cota, conforme processo administrativo do BARRA-PREVI, n.º 2019.07.00023P, a partir de 27/05/2019, data do Requerimento, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo os seus efeitos legais a data de 27 de maio de 2019,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barra do Bugres/MT, 11 de junho de 2019.

JOSÉ EPIFANIO BRAGA

Diretor Executivo do BARRA-PREVI

Homologo:

Raimundo Nonato de Abreu Sobrinho

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO 2º BIMESTRE ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

Data.: 11/06/2019
Hora.: 09:40:54
1 de 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVO I

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
(Artigo 52, Incisos II, alíneas "c", da L.C. 101/00)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

Município: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
Período: 2.o Bimestre - 2019

Receitas	Previsão		Realização		Previsão a Realizar
Categoria Econômica/Fontes	Inicial	Atualizada	Bimestre	Exercício	
Receitas Correntes	**79.594.250,00**	**79.594.250,00**	**12.835.902,67**	**26.067.460,71**	**53.526.789,29**
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	7.350.832,05	7.350.832,05	1.910.906,98	3.292.099,47	4.058.732,58
Contribuições	920.074,44	920.074,44	135.708,20	385.637,75	534.436,69
Receita Patrimonial	379.535,43	379.535,43	59.691,76	128.337,45	251.197,98
Receita de Serviços	3.792.622,86	3.792.622,86	602.406,42	1.186.762,73	2.605.860,13
Transferências Correntes	66.540.591,27	66.540.591,27	10.055.893,16	20.944.482,48	45.596.108,79
Outras Receitas Correntes	610.593,95	610.593,95	71.296,15	130.140,83	480.453,12
Receitas de Capital	**5.464.750,00**	**5.464.750,00**	**274.098,14**	**2.222.526,43**	**3.242.223,57**
Operações de Crédito	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
Alienação de Bens	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
Transferências de Capital	5.164.750,00	5.164.750,00	274.098,14	2.222.526,43	2.942.223,57
Outras Receitas de Capital	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Receitas Correntes Intra-orçamentárias	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contribuições Intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SOMA	85.059.000,00	85.059.000,00	13.110.000,81	28.289.987,14	56.769.012,86
DÉFICIT	0,00	0,00	1.580.825,31	2.386.649,81	0,00
TOTAL	85.059.000,00	85.059.000,00	14.690.826,12	30.676.636,95	56.769.012,86

Despesas	Dotação		Empenhada		Liquidada		Previsão a Realizar
Categoria Econômica Grupo Natureza	Inicial	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	
DESPESAS CORRENTES	**0,00**	**1.454.898,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.454.898,00**
Despesas Correntes	**74.409.839,09**	**74.981.406,40**	**13.261.716,51**	**27.840.680,48**	**14.761.369,45**	**25.077.967,47**	**47.140.725,92**
Pessoal e Encargos Sociais	43.223.966,37	43.452.622,52	7.246.096,13	14.113.741,31	7.234.020,06	14.080.438,34	29.338.881,21
Juros e Encargos da Dívida	112.227,94	112.227,94	11.875,28	23.642,21	11.875,28	23.642,21	88.585,73
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	1.454.898,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.454.898,00
Outras Despesas Correntes	31.073.644,78	31.416.555,94	6.003.745,10	13.703.296,96	7.515.474,11	10.973.886,92	17.713.258,98
DESPESAS DE CAPITAL	**0,00**	**203.000,00**	**32.500,00**	**32.500,00**	**0,00**	**0,00**	**170.500,00**
Despesas de Capital	**6.498.729,17**	**5.582.161,86**	**1.396.609,61**	**2.803.456,47**	**1.415.645,02**	**2.027.993,67**	**2.778.705,39**
INVESTIMENTOS	0,00	203.000,00	32.500,00	32.500,00	0,00	0,00	170.500,00
Investimentos	6.120.642,97	5.204.075,66	1.343.068,59	2.696.879,21	1.362.104,00	1.921.416,41	2.507.196,45
Amortização da Dívida	378.086,20	378.086,20	53.541,02	106.577,26	53.541,02	106.577,26	271.508,94
Reserva de Contingência	**400.000,00**	**400.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**400.000,00**
Reserva de Contingência	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
SOMA	81.308.568,26	82.621.466,26	14.690.826,12	30.676.636,95	16.177.014,47	27.105.961,14	51.944.829,31
SUPERÁVIT	3.750.431,74	2.437.533,74	0,00	0,00	(3.067.013,66)	1.184.026,00	4.824.183,55
TOTAL	85.059.000,00	85.059.000,00	14.690.826,12	30.676.636,95	13.110.000,81	28.289.987,14	56.769.012,86

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 136/2019

PORTARIA Nº 136/2019

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Considerando a formalização de Convenio com a Secretaria da Receita Federal

R/E/S/O/L/V/E

Art.1º - Designar os servidores públicos municipais, para delegação de competência para o exercício das atribuições de Fiscalização, Acompanhamento, inclusive a de Lançamento de Créditos tributários e de Cobrança do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, conforme segue:

I - ELZILEI ARDAIA DO PRADO, portadora da Cédula de Identidade RG nº 138126-5 SSP/MT e CPF nº 709.687.481-04.

II - NERI GRENZEL, portador da Cédula de Identidade RG nº 28376692 SSP/MT e CPF nº 274.452.400-04.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 14 de maio de 2019.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 253 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 10.397 de 11 de junho de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **GLAUCO MIRANDA DE ARAÚJO**, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo, com efeitos desde 02 de maio de 2019.

Nº	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
088/19	GM10 CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP.	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em manutenção de predial e limpeza das unidades da Secretaria Municipal de Fazenda, visando atender a demanda de manutenção preventiva, corretiva e realização de pequenos reparos.	02.05.19	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Fazenda e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de junho de 2019.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal Interina de Fazenda

Afixado em: 11.06.19.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
INSTRUÇÃO NORMATIVA SBP Nº 002/2019

INSTRUÇÃO NORMATIVA SBP Nº 002/2019

Versão: 01

Aprovação em: 11/06/2019

Unidade Responsável: Gerência de Benefícios

Assunto: Normas eProcedimentos para a Concessão de Benefícios Temporários

A DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES - PREVICÁCERES, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 73, Inciso "XI" da Lei Complementar 062/2005; e

Considerando o disposto na Portaria PREVICÁCERES n°. 214/2018; e

Considerando a propositura desta instrução normativa pela Unidade de Controle Interno do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres;

RESOLVE:

Estabelecer normas e procedimentos para a concessão de benefícios previdenciários de caráter temporário no âmbito do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres - PreviCáceres, nos seguintes termos:

TÍTULO I

DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA

Art. 1º Ficam estabelecidas através desta Instrução Normativa, as rotinas internas e procedimentos de controle a serem observadas pelas diversas unidades administrativas do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres, para a concessão dos benefícios previdenciários de caráter temporário.

Parágrafo Único: Esta Instrução Normativa abrange as seguintes unidades da estrutura organizacional:

I – Gerência de Benefícios;

II – Procuradoria;

III – Direção Executiva;

IV – Gerência de Administração e Finanças;

V – Contabilidade.

TÍTULO II

DOS CONCEITOS

Art. 2º Para os fins desta normativa considera-se:

I – Benefícios temporários: Benefícios previdenciários que poderão ser concedidos ao segurado ativo ou seus dependentes, com prazo de cessação determinado, em decorrência de circunstâncias temporárias previstas em lei;

II – Auxílio-Doença: Benefício temporário devido ao segurado que ficar incapacitado para o exercício de sua função, em gozo de licença para tratamento de saúde, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos;

III – Salário-Maternidade: Benefício temporário devido à segurada que se afasta de sua atividade por motivo de nascimento de filho, aborto não criminoso, adoção ou guarda judicial para fins de adoção;

IV – Salário-Família: Benefício temporário devido ao segurado de baixa renda, na proporção do respectivo número de filhos ou a ele equiparados, de até 14 (quatorze) anos de idade, salvo se comprovadamente inválido ou incapaz;

V – Auxílio-Reclusão: Benefício temporário devido aos dependentes do segurado preso em regime fechado ou semiaberto, durante o período de reclusão ou detenção, desde que a remuneração de contribuição junto à PREVICÁCERES seja igual ou inferior ao valor estabelecido na primeira faixa salarial da tabela de contribuição do RGPS;

VI – Perícia Médica: Procedimento de avaliação técnica realizada, privativamente, por médico perito formalmente designado, com a finalidade de demonstrar a necessidade ou não, conforme a legislação vigente, do afastamento laboral do segurado e, consequentemente, do direito ao benefício por incapacidade;

VII – Junta médica: Avaliação médica pericial realizada por no mínimo 2 (dois) médicos peritos oficiais;

VIII – Médico Assistente: Profissional da área da saúde com formação em medicina e registro no CRM, sem vínculo com a administração da PREVICÁCERES, com o qual o servidor realizou consulta ou procedimento que resultou na emissão do atestado anexado ao requerimento de afastamento;

IX – Médico Perito: Profissional da área da saúde com formação em medicina e registro no CRM, vinculado a administração da PREVICÁCERES e especializado em avaliação médica pericial previdenciária;

X – Atestado médico: É o documento emitido pelo médico assistente que indica o estado de saúde do paciente e presume a necessidade de afastamento do trabalho pelo servidor;

XI – Laudo médico: É o documento emitido pelo médico perito ou Junta Médica designada pela PREVICÁCERES que atesta o resultado da avaliação médica pericial apresentando a necessidade ou não do afastamento do segurado pela sua condição de saúde;

XII – Readaptação: É a atribuição ao servidor de funções e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física, mental ou sensorial, verificada pela perícia médica e no prazo por ela estabelecido, sem prejuízo da remuneração correspondente ao cargo de que o servidor é titular.

TÍTULO III

DA FUNDAMENTAÇÃO

Art. 3º A concessão de benefícios previdenciários de caráter temporário possui como fundamento legal:

I – Constituição Federal;

II – Lei Complementar nº 62/2005 (Lei Geral do Regime Próprio de Previdência);

III – Lei Complementar n° 25/1997 (Estatuto do Servidor Público);

IV – Decreto nº 3.048/1999 (Regulamento do RGPS aplicável ao RPPS);

V – Orientações Normativas emitidas pela Secretaria de Previdência Social.

TÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS E RESPONSABILIDADES NA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º O benefício de auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o exercício de sua função, em gozo de licença para tratamento de saúde, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, e corresponderá a totalidade de sua remuneração de contribuição, acrescido do 13º proporcional referente ao período em que durar o benefício, pago na última parcela.

Art. 5º É de responsabilidade da entidade a qual o servidor encontra-se vinculado, o pagamento de sua remuneração quando estiver em gozo de licença para tratamento de saúde nos primeiros 30 (trinta) dias de afastamento.

Art. 6º É de responsabilidade da PREVICÁCERES o pagamento do benefício de auxílio-doença após o trigésimo dia de afastamento do segurado.

CAPÍTULO II

DO REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO

Art. 7º O requerimento de afastamento médico deve ser protocolado pelo servidor ou seu representante legal em seu órgão de lotação ou no setor de Recursos Humanos (RH) da entidade a que estiver vinculado, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a data da emissão do atestado fornecido pelo médico assistente.

§ 1º O requerimento do segurado obrigatoriamente deverá estar acompanhado do atestado médico original ou cópia autenticada em cartório.

§ 2º Os atestados médicos com período de afastamento superior a 05 (cinco) dias e inferior ou igual a 30 (trinta) dias serão encaminhados à perícia médica oficial da respectiva entidade municipal.

§ 3º Quando o requerimento do servidor apresentar atestado médico que indique período de afastamento superior a 30 (trinta) dias, este deve ser encaminhado pelo respectivo setor de RH à PREVICÁCERES para realização de perícia médica sob responsabilidade do RPPS.

Art. 8º No caso de requerimento de prorrogação do benefício, este deve ser protocolado pelo interessado ou seu representante legal, diretamente na sede da PREVICÁCERES, até a data do término do benefício em vigência, devidamente acompanhado do atestado emitido pelo médico assistente.

§ 1º Não será aceito o requerimento de prorrogação protocolado fora do prazo estabelecido no *caput* deste artigo, o qual será encaminhado ao órgão de lotação do servidor para as providências pertinentes.

§ 2º Quando a decisão da perícia médica do pedido de prorrogação do benefício for pela denegação, o período compreendido entre o término da licença anterior e a data da denegação será considerado como licença.

§ 3º O período compreendido entre a data final do benefício de auxílio-doença e a apresentação de novo requerimento de concessão, não será considerado para pagamento do benefício posterior.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 9º De posse do requerimento do segurado, o Gerente de Benefícios fará a verificação prévia da documentação e, caso seja verificada qualquer inconsistência no requerimento ou atestado(s) apresentados, o pedido será indeferido de imediato, sendo encaminhada cópia da denegação ao setor de RH para as providências pertinentes.

§ 1º Com observância as normas e legislação específicas, o(s) atestado(s) médicos apresentados junto ao requerimento devem conter, obrigatoriamente:

I – Linguagem simples, clara e de conteúdo verídico;

II – Carimbo e assinatura do médico, com o respectivo registro no Conselho de Classe, legível;

III – Classificação Internacional de Doenças (CID);

IV – Data do efetivo atendimento prestado.

§ 2º É vedado o recebimento de atestado médico pela PREVICÁCERES nos seguintes casos:

I – Com prazo superior ao disposto nos artigos 7° e 8º (*caput*);

II – Com data posterior ao protocolo do requerimento;

III – Que contenham rasuras;

IV – Que não atenda aos requisitos estabelecidos no parágrafo anterior.

Art. 10 Se o requerimentodo segurado atender aos requisitos iniciais, será aberto processo administrativo, o qual deverá ser identificado na capa com os seguintes itens:

I – Número e ano: atribuídos de acordo com a ordem cronológica do registro de processos da Gerência de Benefícios;

II – Data: atribuída de acordo com a data de protocolo do requerimento do segurado;

III – Nome do interessado: requerente do benefício;

IV – Assunto: identificação do tipo de benefício.

Parágrafo Único: Será aberto um único processo administrativo de auxílio-doença para cada segurado, sendo que nos casos de prorrogação ou de novo benefício, a documentação será apensada no processo inicial.

Art. 11 Com a abertura do processo administrativo, a Gerência de Benefícios deve realizar o agendamento da perícia médica, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento do requerimento do segurado.

Art. 12 Após o agendamento da avaliação pericial, a Gerência de Benefícios deve informar o segurado acerca da data, local e horário da avaliação médica pericial, em até 2 (dois) dias anteriores a avaliação, via telefone ou correio eletrônico.

§ 1º A perícia médica será realizada na data definida pela Gerência de Benefícios, sendo de responsabilidade do segurado:

I – Manter as suas informações de contato atualizadas junto à PREVICÁCERES;

II – Comparecer no dia, horário e local designado, sob pena de indeferimento do pedido.

§ 2º Caso o estado de saúde do segurado não permita o comparecimento no local de realização da perícia, este deve solicitar o agendamento de perícia domiciliar ou hospitalar.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO MÉDICA PERICIAL

Art. 13 A avaliação médica pericial do segurado será realizada por um médico perito ou por uma junta médica credenciada pela PREVICÁCERES.

Art. 14 A avaliação médica pericial será realizada nos seguintes casos:

I – Concessão, prorrogação e cessação do benefício de auxílio-doença;

II – Concessão ou reversão do benefício de Aposentadoria por Invalidez;

III – Comprovação da invalidez do dependente;

IV – Reconsideração de avaliação médica pericial.

Art. 15 O médico perito deverá informar no Laudo Médico a caracterização ou não da incapacidade do segurado para o exercício de sua função, podendo manter, prorrogar ou reduzir o período de afastamento estipulado pelo médico assistente.

Parágrafo Único: É competência exclusiva dos médicos peritos e/ou junta médica determinarem o tempo necessário do afastamento, com base no diagnóstico emitido pelo médico assistente e exames apresentados, considerando ainda, as atividades desenvolvidas pelo servidor.

Art. 16 É facultado ao segurado o pedido de reconsideração da avaliação médica pericial quando esta denegar o pedido de concessão ou prorrogação do benefício.

Parágrafo Único: O pedido de reconsideração será avaliado, obrigatoriamente, por Junta Médica.

Art. 17 O servidor que for submetido à avaliação médica pericial em decorrência do pedido de reconsideração deverá apresentar, obrigatoriamente, exames complementares que fundamentem o seu pedido.

§ 1º O pedido de reconsideração deverá ser protocolado pelo segurado no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da denegação do pedido.

§ 2º Não caberá pedido de reconsideração, quando se tratar de indeferimento já emitido por Junta Médica.

§ 3º Quando houver a denegação do pedido de reconsideração pela Junta Médica, a Gerência de Benefícios encaminhará para Procuradoria do Instituto para posicionamento final.

§ 4º Quando a decisão da Junta Médica do pedido de reconsideração for pela denegação, o período compreendido entre a data do primeiro indeferimento pelo médico perito e a data da denegação pela Junta, será considerado como licença, sem remuneração.

Art. 18 O segurado que teve o benefício indeferido pela perícia médica, não poderá requerer novo benefício para a mesma patologia nos próximos 30 (trinta) dias, salvo quando apresentar exames cujos resultados sejam diferentes daqueles que foram avaliados na perícia anterior.

Art. 19 O médico perito ou junta médica poderá solicitar exames adicionais, bem como avaliação de especialista com finalidade de analisar as informações contidas no atestado fornecido pelo médico assistente do segurado.

Parágrafo Único: Os serviços necessários ao atendimento do *caput* serão justificados pelo médico perito e autorizados pela Direção Executiva, desde que contenha previsão orçamentária e financeira para a realização da despesa.

Art. 20 Nos casos em que a perícia médica constatar a necessidade de Readaptação, o Instituto deverá encaminhar o processo administrativo para providências da entidade a qual o servidor estiver vinculado.

Art. 21 Nos casos em que a perícia médica constatar a irreversibilidade da incapacidade ou quando o gozo do benefício de auxílio-doença ultrapassar o período de 2 (dois) anos, o segurado será encaminhado para avaliação da Junta Médica para fins de avaliação do benefício de Aposentadoria por Invalidez.

Art. 22 A Junta Médica será composta de no mínimo 02 (dois) médicos peritos e será formada através de convocação da PREVICÁCERES nos seguintes casos:

I – Concessão e Reversão do benefício de Aposentadoria por Invalidez;

II – Avaliação do pedido de reconsideração para fins de concessão e prorrogação do benefício de Auxílio Doença;

III – Comprovação de Invalidez de Dependentes;

IV – Em outros casos em que o Instituto julgar necessário nova avaliação.

Art. 23 É assegurada a independência aos médicos peritos e junta médica para proferir seus julgamentos.

Parágrafo Único: É vedada ao segurado a opção pelo médico perito que fará sua avaliação.

Art. 24 Após a realização da perícia médica, a Gerência de benefícios entrará em contato com o segurado avaliado, em até 1 (um) dia útil, para que este compareça até a sede da PREVICÁCERES a fim de receber o resultado de sua avaliação e assinar o encaminhamento do laudo médico pericial.

Parágrafo Único: É de responsabilidade do segurado:

I – Manter as suas informações de contato atualizadas junto à PREVICÁCERES;

II – Comparecer no dia, horário e local designado, para recebimento do resultado de sua avaliação pericial.

CAPÍTULO V

DA ANÁLISE JURÍDICA E HOMOLOGAÇÃO DO ATO CONCESSÓRIO

Art. 25 A Gerência de Benefícios encaminhará o processo de concessão de auxílio-doença à Procuradoria, para análise e emissão de parecer jurídico, após o apensamento do Laudo Pericial, Encaminhamento assinado pelo segurado e Parecer Técnico, inclusive nos casos de indeferimento.

Art. 26 A Procuradoria terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para análise do processo e, constatado qualquer vício ou falha, remeterá à Gerência de Benefícios para sanamento das inconsistências.

Art. 27 Com a emissão de parecer jurídico favorável, a Gerência de Benefícios procederá a elaboração do ato administrativo de concessão ou prorrogação do auxílio-doença e, posteriormente, o encaminhará à Direção Executiva para homologação.

Art. 28 Após a homologação do ato administrativo, a Gerência de Benefícios deve providenciar a sua publicação na imprensa oficial, de forma imediata.

CAPÍTULO VI

DA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA NA FOLHA DE PAGAMENTO

Art. 29 É de responsabilidade da Gerência de Administração e Finanças (GAF) a gestão da folha de pagamento de benefícios previdenciários, ou seja, sua implantação, manutenção e controle.

§ 1º Compete à Contabilidade da PREVICÁCERES a elaboração da folha de pagamento mensal de benefícios.

§ 2º Compete à GAF o pagamento mensal dos benefícios após o fechamento da folha pela Contabilidade.

Art. 30 A Gerência de Benefícios deverá encaminhar mensalmente à GAF, em até 7 (sete) dias úteis anteriores ao fechamento do mês, a relação dos benefícios de auxílio-doença concedidos ou prorrogados para a inclusão ou atualização na folha de pagamento do Instituto.

§ 1º É facultado à Gerência de Benefícios o encaminhamento dos dados dos beneficiários à GAF para criação de Conta Salário antes da publicação do ato concessório, a fim de garantir a celeridade no processo de implantação na folha de pagamento.

§ 2º Caso os beneficiários a serem incluídos na folha de pagamento já tenham Conta Salário cadastrada, o prazo previsto no *caput* decairá para 5 (cinco) dias úteis.

Art. 31 Para a inclusão na folha de pagamento a Gerência de Benefícios encaminhará à GAF os seguintes dados dos beneficiários, que obrigatoriamente deverão ser inseridos no sistema informatizado de pessoal:

I – Nome Completo, conforme consta no ato concessório;

II – Números do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Registro Geral (RG);

III – Data e Cidade de Nascimento;

IV – Endereço;

V – Sexo e Estado Civil;

VI – Nome do Cônjuge (se for o caso);

VII – Nome da Mãe;

VIII – Nome do Pai (se houver);

IX – Grau de escolaridade;

X – Número do PIS/PASEP;

XI – Número do telefone celular;

XII – E-mail;

XIII – Valor do benefício concedido;

IX – Data de início do benefício;

X – Data de cessação do benefício;

XI – Dados bancários (banco, agência, tipo de conta, número da conta).

Parágrafo Único: Caso o servidor responsável pela folha de pagamento constate a necessidade de quaisquer outros dados dos beneficiários, estes deverão ser demandados para a Gerência de Benefícios para providências.

Art. 32 A elaboração da folha de pagamento dos benefícios de auxílio-doença deve ser concluídaaté o último dia útil de cada mês e o seu pagamento até o quinto dia útil do mês subsequente.

CAPÍTULO VII

DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

Art. 33 Compete a Gerência de Benefícios os seguintes procedimentos de controle na concessão do benefício de auxílio-doença:

I – Realizar reavaliação pericial, por junta médica, dos benefícios que atingirem prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses;

II – Averiguar se há acúmulo lícito de cargo público pelo segurado, para que se proceda a verificação quanto ao exercício de outra atividade laboral durante o período de gozo do benefício por incapacidade;

III – No caso de benefício concedido durante estágio probatório, verificar se há indícios de patologia pré-existente.

TÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS E RESPONSABILIDADES NA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE SALÁRIO-MATERNIDADE

Art. 34 O processo administrativo para concessão do benefício de salário-maternidade terá início com o protocolo do requerimento pela beneficiária (ou seu representante legal) junto ao setor de RH da entidade a que estiver vinculada.

§ 1º No ato do protocolo, a interessada deve apresentar junto com o seu requerimento:

I – O atestado médico original ou fotocópia autenticada em cartório que indique a ocorrência do parto ou a necessidade de afastamento laboral da segurada a partir do vigésimo oitavo dia anterior ao parto;

II – O atestado médico original ou fotocópia autenticada em cartório que indique a ocorrência de aborto espontâneo ou parto de natimorto;

III – Guarda judicial para fins de adoção de criança.

§ 2º Após o recebimento do requerimento, o setor de RH deverá encaminhá-lo à Gerência de Benefícios da PREVICÁCERES, no prazo de até 3 (três) dias úteis, para verificação dos documentos apresentados.

Art. 35 Se verificado que a segurada cumpre todos os requisitos para concessão do salário-maternidade, a Gerência de Benefícios procederá a abertura de processo administrativo, nos mesmos termos do Art. 10 desta instrução normativa, anexando aos autos o seu Parecer Técnico.

Parágrafo Único: Caso haja algum impedimento técnico ou legal, a Gerência de Benefícios indeferirá o pedido e encaminhará cópia dos autos para conhecimento do setor de RH ou, nos casos de erros sanáveis, deve solicitar à segurada a documentação complementar necessária.

Art. 36 Após a elaboração do Parecer Técnico, o Gerente de Benefícios deve encaminhar o processo para análise da Procuradoria e emissão de parecer jurídico.

§ 1º Se o parecer jurídico for desfavorável ao pedido, a Procuradoria remeterá os autos de volta à Gerência de Benefícios para as devidas correções.

§ 2º Se o parecer jurídico for favorável ao pedido, a Procuradoria encaminhará os autos à Gerência de Benefícios para elaboração do Ato Administrativo de concessão.

Art. 37 Após a elaboração do Portaria de concessão, o Gerente de Benefícios a encaminhará para homologação da Direção Executiva e, posteriormente, realizará a sua publicação na Imprensa Oficial.

Art. 38 O prazo para a conclusão do processo de concessão do benefício de salário-maternidade será de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento do requerimento pela Gerência de Benefícios.

Art. 39 Nos casos em que haja acordo administrativo, os benefícios de salário-maternidade serão implantados e pagos diretamente na folha de pagamento da entidade a qual a servidora estiver vinculada e, posteriormente, compensados nos valores das contribuições previdenciárias mensais devidas ao RPPS.

§ 1º Após a publicação da Portaria de concessão, a Gerência de Benefícios dará ciência da concessão do benefício ao respectivo setor de RH, de forma imediata, para que seja realizada a implantação do benefício na folha de pagamento da entidade.

§ 2º Caso os valores mensais de contribuição previdenciária não sejam suficientes para realizar a compensação do pagamento do salário-maternidade, a implantação e pagamento do benefício será realizada diretamente pelo RPPS, neste caso, a Gerência de Benefícios encaminhará o processo à GAF para inclusão na folha de pagamento, aplicando-se o disposto nos artigos 29 a 32.

Art. 40 É de responsabilidade do Gerente de Benefícios realizar a conferência das folhas de pagamento mensais de salário-maternidade das entidades patrocinadoras do RPPS, com a finalidade de verificar se os valores compensados correspondem a totalidade dos benefícios concedidos.

TÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS E RESPONSABILIDADES NA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE SALÁRIO-FAMÍLIA

Art. 41 O salário-família será pago aos segurados que cumprirem os requisitos impostos na Lei Complementar nº 62/2005, diretamente pela entidade a qual o servidor estiver vinculado e, posteriormente, compensado nos valores das contribuições previdenciárias mensais devidas ao RPPS.

Art. 42 Compete as entidades patrocinadoras do RPPS a verificação do cumprimento dos requisitos para concessão do benefício ao segurado e se este apresenta a documentação exigida em lei, sendo:

I – Certidão de nascimento do filho e/ou da documentação relativa ao equiparado ou inválido;

II – Atestado anual de vacinação obrigatória;

III – Atestado de comprovação de frequência escolar.

Parágrafo Único: A concessão de cota de salário-família a filho inválido ou incapaz maior de 14 (quatorze) anos, será precedida de avaliação médica pericial sob responsabilidade da PREVICÁCERES.

Art. 43 É de responsabilidade da Contabilidade o monitoramento dos benefícios de salário-família concedidos junto aos setores de RH das entidades municipais, devendo solicitar mensalmente a listagem dos beneficiários para conferência.

Parágrafo Único: É dispensável a abertura de processo físico para a concessão do benefício de salário-família, cabendo ao setor de RH o arquivamento da documentação exigida no Art. 42 junto aos demais documentos admissionais do segurado.

Art. 44 Se detectada quaisquer inconsistências na concessão do salário-família, a Contabilidade notificará o respectivo setor de RH para que seja providenciada a imediata cessação do pagamento e ressarcimento dos valores que foram compensados indevidamente pela entidade.

TÍTULO VII

DOS PROCEDIMENTOS E RESPONSABILIDADES NA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-RECLUSÃO

Art. 45 O processo administrativo para concessão do benefício de auxílio-reclusão terá início com o protocolo do requerimento pelo beneficiário (ou seu representante legal) junto à Gerência de Benefícios da PREVICÁCERES, no qual deve constar o nome do segurado e a data do efetivo recolhimento à prisão.

§ 1º No ato do protocolo o interessado deve apresentar junto com o seu requerimento:

I – Original e Cópia de seus documentos pessoais (RG e CPF) e Comprovante de endereço do beneficiário e de seu representante legal (se for o caso);

II – Documentação que comprove a condição de dependente do servidor em reclusão, sendo os mesmos exigidos para o benefício de pensão por morte;

III – Certidão da ordem de prisão ou da sentença condenatória com trânsito em julgado ou certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão cautelar.

§ 2º Caberá ao(s) dependente(s) do servidor a atualização das certidões de que trata o inciso III deste artigo, a cada 3 (três) meses.

Art. 46 De posse do requerimento do interessado, cabe ao Gerente de Benefícios realizar a verificação quanto ao cumprimento dos requisitos legais para a concessão do benefício, consultando no sistema de gestão previdenciária se já havia o registro prévio como dependente do segurado, se a documentação apresentada atende as exigências para a inscrição do beneficiário e, nos casos de dependente inválido, providenciar a avalição da perícia médica oficial da PREVICÁCERES.

§ 1º Se constatado que o requerente não cumpre os requisitos iniciais ou que a remuneração do segurado ultrapassa o valor da primeira faixa da tabela de contribuição ao RGPS, o requerimento será indeferido, sendo encaminhada resposta oficial da Gerência de Benefícios ao interessado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis.

§ 2º Verificado o enquadramento do interessado como dependente para a concessão do benefício, dar-se-á continuidade ao processo administrativo.

§ 3º Nos casos em que haja determinação judicial para a concessão do auxílio-reclusão, o recebimento da decisão proferida pelo poder judiciário substitui o protocolo do requerimento, cabendo ao Gerente de Benefícios solicitar ao beneficiário os documentos necessários para a abertura do processo administrativo.

Art. 47 Com o deferimento do requerimento ou recebimento da decisão judicial, cabe à Gerência de Benefícios a abertura do processo administrativo de auxílio-reclusão, o qual seguirá as mesmas diretrizes estabelecidas no Art. 10 desta IN.

Art. 48 Após a abertura do processo administrativo, a Gerência de Benefícios providenciará os seguintes documentos para compor os autos:

I – Planilha de cálculo do benefício contendo o rateio do auxílio-reclusão, se houver;

II – Cópia do contracheque ou ficha financeira que contenha a última remuneração do segurado.

Art. 49 Com a juntada de todos os documentos elencados no artigo anterior, o Gerente de Benefícios emitirá Parecer Técnico, que deve contemplar a análise dos documentos quanto à comprovação da dependência do beneficiário e o enquadramento legal do benefício.

Art. 50 Após o apensamento do parecer técnico, o processo administrativo será remetido à Procuradoria para análise e emissão de parecer jurídico.

Art. 51 É de responsabilidade da Procuradoria a análise do processo administrativo quanto à fundamentação legal, cálculo do benefício e compro-

vação da dependência econômica, consubstanciando em Parecer Jurídico o posicionamento do Procurador(a).

§ 1º A Procuradoria terá o prazo de até 3 (três) dias, após o recebimento dos autos, para a emissão do Parecer Jurídico.

§ 2º Caso o parecer jurídico seja desfavorável a concessão do benefício, a Gerência de Benefícios deverá providenciar o sanamento das inconsistências apuradas, remetendo novamente à apreciação da Procuradoria.

Art. 52 Concluída a análise jurídica e com a emissão de parecer favorável a concessão do benefício, o processo será remetido novamente a Gerência de Benefícios para a elaboração do ato administrativo e posterior submissão à homologação da Direção Executiva.

Art. 53 O ato administrativo de concessão do auxílio-reclusão (Portaria), deve conter:

I – Título: contendo o número e ano da Portaria;

II – Preâmbulo: contendo o resumo da disposição do ato administrativo;

III – Base legal: devem ser descritas todas regras constitucionais e outros dispositivos legais que respaldam a concessão do benefício;

IV – Tipo de benefício;

V – Dados do(s) beneficiário(s): Nome, nacionalidade, estado civil, número dos documentos pessoais, tipo de dependente, percentual do rateio do benefício (se for o caso);

VI – Dados do servidor instituidor do benefício: Nome, nacionalidade, estado civil, número dos documentos pessoais, dados funcionais, órgão de lotação, etc.;

VII – Número do processo administrativo do benefício;

VIII – Data de início e do término do benefício;

IX – Local e data da assinatura da Portaria;

X – Assinatura do Diretor Executivo.

Art. 54 Com a homologação pela Direção Executiva, a Gerência de Benefícios providenciará a publicação do ato administrativo no Diário Oficial dos Municípios, de forma imediata, sendo anexada a cópia do extrato de publicação no processo administrativo.

Art. 55 Aplica-se a implantação do benefício de auxílio-reclusão na folha de pagamento da PREVICÁCERES os mesmos procedimentos executados para o benefício de auxílio-doença, dispostos nos Arts. 29 a 32 desta IN.

Art. 56 É de responsabilidade da Gerência de benefícios o controle na concessão e manutenção do pagamento de auxílio-reclusão, procedendo a análise dos documentos que devem ser apresentados periodicamente pelos beneficiários e as hipóteses de cessação.

TÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57 Compete ao Gerente de Benefícios o arquivamento e controle dos processos de benefícios previdenciários concedidos, devendo zelar por sua guarda e conservação em local apropriado e de fácil acesso.

Art. 58 A Gerência de Benefícios deverá encaminhar ao setor de Contabilidade, após o fechamento de cada mês, os demonstrativos dos benefícios temporários concedidos, necessários para a elaboração dos balancetes mensais.

Art. 59 Fazem parte desta Instrução Normativa os seguintes Anexos:

I – Anexo I: *Check-list* de documentos que compõem os processos de concessão de benefícios temporários;

II – Anexo II: Fluxogramas dos processos administrativos de concessão de benefícios temporários;

Art. 60 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 11 de Junho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Decreto nº 017/2017

VANESSA FERREIRA DA SILVA

Controladora Interna

PARECER JURÍDICO:
Esta Instrução Normativa atende aos requisitos legais estabelecidos na legislação vigente.

ÉRIKA PINTO DE ARRUDA
Procuradora
Decreto n°. 506/2014

ANEXO I

***CHECK-LIST* DE DOCUMENTOS DOS PROCESSOS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TEMPORÁRIOS**

AUXÍLIO-DOENÇA

Ø Ofício de encaminhamento do RH e/ou Requerimento do segurado;

Ø Último holerite;

Ø Histórico de Afastamento emitido pelo RH;

Ø Ofício de Encaminhamento ao médico perito;

Ø Atestado(s) médicos;

Ø Laudo Médico Pericial;

Ø Encaminhamento Médico Pericial;

Ø Parecer Técnico;

Ø Parecer Jurídico;

Ø Portaria de Concessão;

Ø Extrato de Publicação.

SALÁRIO-MATERNIDADE

Ø Ofício de encaminhamento do RH;

Ø Último holerite;

Ø Atestado médico;

Ø Parecer Técnico;

Ø Parecer Jurídico;

Ø Portaria de Concessão;

Ø Extrato de Publicação.

AUXÍLIO-RECLUSÃO

Ø Requerimento;

Ø Certidão da ordem de prisão, da sentença condenatória com trânsito em julgado ou Certidão emitida pela autoridade competente;

Ø Cópia dos documentos pessoais do servidor, do beneficiário e de seu representante;

Ø Comprovante de Endereço;

Ø Documentos Comprobatórios da dependência do beneficiário;

Ø Último holerite ou Ficha Financeira;

Ø Planilha de Cálculo do Benefício, com rateio, se houver;

Ø Parecer Técnico;

Ø Parecer Jurídico;

Ø Portaria de Concessão;

Ø Extrato de Publicação;

Ø Atualização da Certidão e do Ato Administrativo, a cada 3 (meses).

ANEXO II

FLUXOGRAMAS DOS PROCESSOS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TEMPORÁRIOS

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
INSTRUÇÃO NORMATIVA SBP Nº 001/2019

INSTRUÇÃO NORMATIVA SBP Nº 001/2019

Versão: 01

Aprovação em: 11/06/2019

Unidade Responsável: Gerência de Benefícios

Assunto: Normas eProcedimentos para a Concessão, Revisão, Implantação e Manutenção dos Benefícios de Aposentadoria e Pensão

A DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES - PREVICÁCERES, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 73, Inciso "XI" da Lei Complementar 062/2005; e

Considerando o disposto na Portaria PREVICÁCERES n°. 214/2018; e

Considerando a propositura desta instrução normativa pela Unidade de Controle Interno do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres;

RESOLVE:

Estabelecer normas e procedimentos para a concessão, revisão, implantação e manutenção dos benefícios previdenciários de Aposentadoria e Pensão por morte no âmbito do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres - PreviCáceres, nos seguintes termos:

TÍTULO I

DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA

Art. 1º Ficam estabelecidas através desta Instrução Normativa, as rotinas internas e procedimentos de controle a serem observadas pelas diversas unidades administrativas do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres, para a concessão, revisão, implantação e manutenção dos benefícios de Aposentadoria e Pensão por morte.

Parágrafo único: Esta Instrução Normativa abrange as seguintes unidades da estrutura organizacional:

I – Gerência de Benefícios;

II – Procuradoria;

III – Direção Executiva;

IV – Unidade de Controle Interno;

V – Gerência de Administração e Finanças;

VI – Contabilidade.

TÍTULO II

DOS CONCEITOS

Art. 2º Para os fins desta normativa considera-se:

I – Aposentadoria voluntária: benefício previdenciário concedido ao segurado que cumprir os requisitos de idade e/ou tempo de contribuição definidos nas regras constitucionais permanentes ou transitórias;

II – Aposentadoria por invalidez: benefício previdenciário concedido ao segurado que for considerado incapaz para o desempenho das atribuições do respectivo cargo efetivo, bem como para a readaptação prevista na Lei Complementar nº 25/1997;

III – Aposentadoria compulsória: benefício previdenciário concedido ao segurado que completar 75 (setenta e cinco) anos de idade e que não tenha requerido ou cumprido os requisitos da aposentadoria voluntária;

IV – Pensão por morte: benefício concedido aos dependentes do segurado falecido;

V – Proventos: retribuição pecuniária paga ao exercente de cargo público quando passa da atividade para a inatividade;

VI – Pedido *"ex officio"*: ato realizado por imperativo legal ou impositivo em razão do cargo ou função;

VII – Junta médica: Avaliação realizada por no mínimo 2 (dois) médicos peritos oficiais;

VIII – Readaptação: reaproveitamento do servidor em outras atribuições ou responsabilidades funcionais compatíveis com a sua condição de saúde;

IX – Erro substancial: vício apresentado no processo administrativo que invalida o ato jurídico;

X – APLIC (Auditoria Pública Informatizada de Contas): é um sistema informatizado para que os jurisdicionados transmitam, via internet, a prestação de contas ao TCE/MT;

XI – Acórdão: Documento que contém a decisão proferida pelos membros colegiados de um tribunal (no caso, pelo Tribunal de Contas), após o julgamento de um processo;

XII – Revisão: Processo de reanálise de aposentadoria ou pensão já concedida, que implique em alteração do fundamento legal da concessão inicial ou da fixação de proventos.

TÍTULO III

DA FUNDAMENTAÇÃO

Art. 3º A concessão e revisão de benefícios previdenciários de caráter permanente possuem como fundamento legal:

§ 1º Regras Constitucionais:

I – Constituição Federal (Art. 40);

II – Emenda Constitucional nº 41/2003;

III – Emenda Constitucional nº 47/2005;

IV – Emenda Constitucional nº 20/1998;

V – Emenda Constitucional nº 70/2012.

§ 2º Leis Municipais:

I – Lei Complementar nº 62/2005 (Lei Geral do Regime Próprio de Previdência);

II – Lei Complementar n° 25/1997 (Estatuto do Servidor Público).

§ 3º Outras Normas e Regulamentos Aplicáveis:

I – Decreto nº 3.048/1999: Regulamento do RGPS aplicável ao RPPS; II – Orientações Normativas da SPREV;

III – Lei Complementar nº 269/2007: Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Mato Grosso;

IV – Resolução Normativa nº 003/2015 – TCE/MT: Manual de orientação para remessa de documentos ao TCE/MT.

TÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS E RESPONSABILIDADES NA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

CAPÍTULO I

DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

Art. 4º O processo administrativo para concessão do benefício de aposentadoria voluntária terá início com o protocolo do requerimento pelo servidor interessado junto à Gerência de Benefícios da PREVICÁCERES.

§ 1º No ato do protocolo o segurado deve apresentar junto com o seu requerimento:

I - Documentos pessoais (Documento de Identidade e CPF) originais e fotocópias;

II - Certidões de tempo de contribuição do INSS e de outros RPPS, originais, caso ainda não tenha sido averbado o seu tempo de contribuição junto à PREVICÁCERES.

§ 2º De posse do requerimento do segurado, cabe ao Gerente de Benefícios realizar a verificação prévia quanto ao cumprimento dos requisitos legais para a concessão do benefício, consultando no sistema de gestão previdenciária o seu tempo de contribuição e de serviço público, bem como, a sua idade.

§ 3º Se constatado que o servidor não possui os requisitos iniciais para concessão do benefício, o requerimento será indeferido, sendo encaminhada resposta oficial da Gerência de Benefícios ao segurado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º Verificado o enquadramento do servidor em quaisquer das regras de aposentadoria vigentes, dar-se-á continuidade ao processo administrativo, informando-o quanto a opção pela regra mais pertinente, caso não conste no requerimento.

§ 5º Nos casos em que haja determinação judicial para a aposentadoria, o recebimento da decisão proferida pelo poder judiciário substitui o protocolo do requerimento pelo segurado, cabendo a Gerência de Benefícios solicitar ao servidor os documentos necessários para a abertura do processo administrativo.

Art. 5º Com o deferimento do requerimento do segurado ou recebimento da decisão judicial, cabe a Gerência de Benefícios a abertura do processo administrativo de aposentadoria, o qual deverá ser identificado na capa com os seguintes itens:

I – Número e ano: atribuídos de acordo com a ordem cronológica do registro de processos da Gerência de Benefícios;

II – Data: atribuída de acordo com a data de protocolo do requerimento do segurado;

III – Nome do interessado: requerente do benefício;

IV – Assunto: identificação do tipo de benefício.

Art. 6º Após a abertura do processo administrativo, a Gerência de Benefícios solicitará ao departamento de recursos humanos (RH) da entidade ao qual o servidor esteja vinculado os seguintes documentos:

I – Histórico funcional atualizado com as designações e dispensas, inclusive com o período de início e término no exercício de cargo e/ou função de confiança, bem como o último enquadramento do servidor;

II – Certidão, ou ato de nomeação, ou admissão do servidor, indicando o regime jurídico inicial;

III – Certidão de contagem de tempo de serviço e de contribuição, devendo constar também o tempo de contribuição averbado, quando houver;

IV – Cópia do contracheque e/ou ficha financeira referente a última remuneração, acompanhado(s) da legislação a que se refere a composição dos vencimentos do segurado;

V – Declaração assinada pelo órgão responsável e pelo segurado, de que o servidor não responde a processo disciplinar;

VI - Declaração de não-acumulação remunerada ilegal de cargo público, assinada pelo servidor.

Art. 7º Com o recebimento dos documentos elencados no artigo anterior, estes serão anexados ao processo administrativo, sendo de responsabilidade do Gerente de Benefícios a organização e análise dos autos, e posterior emissão de parecer técnico, contendo a descrição quanto ao cumprimento de todos os requisitos para a concessão do benefício, bem como, a regra de aposentadoria a qual o segurado foi enquadrado e a composição de seus proventos.

Art. 8° Concluída a análise do processo, após a emissão do parecer técnico, a Gerência de Benefícios deverá elaborar a planilha de proventos, contendo o cálculo detalhado do valor do provento a ser concedido.

Parágrafo único: Nos casos em que o valor do benefício apurado seja inferior à remuneração de contribuição do segurado, deverá ser anexada ao processo uma declaração do servidor dando ciência quanto à redução dos proventos.

Art. 9° Com a juntada do parecer técnico do Gerente de Benefícios e a planilha de cálculo dos proventos, o processo administrativo será remetido à Procuradoria para análise e emissão de parecer jurídico.

Art. 10 É de responsabilidade da Procuradoria a análise do processo administrativo quanto à fundamentação legal e composição dos proventos, consubstanciando em Parecer Jurídico a posição do Procurador em relação à concessão do benefício.

§ 1º A Procuradoria terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento dos autos, para a emissão do Parecer Jurídico.

§ 2º Caso o parecer jurídico seja desfavorável à concessão do benefício, a Gerência de Benefícios deverá providenciar o sanamento das inconsistências apuradas, remetendo novamente à apreciação da Procuradoria.

Art. 11 Concluída a análise jurídica e com a emissão de parecer favorável a concessão do benefício, o processo será remetido novamente a Gerência de Benefícios para a elaboração do ato administrativo e posterior submissão à homologação da Direção Executiva.

Art. 12 O ato administrativo de concessão do benefício de aposentadoria (Portaria), deve conter:

I – Título: contendo o número e ano da Portaria;

II – Preâmbulo: contendo o resumo da disposição do ato administrativo;

III – Base legal: devem ser descritas todas as regras constitucionais e outros dispositivos legais que respaldam a concessão do benefício ao servidor;

IV – Tipo de benefício, destacado em negrito;

V – Dados do beneficiário: Nome, nacionalidade, estado civil, número dos documentos pessoais, dados funcionais, órgão de lotação, PIS/PASEP etc.;

VI – Número do processo administrativo do benefício;

VII – Data de início do benefício;

VIII – Local e data da assinatura da Portaria;

IX – Assinaturas do Diretor Executivo e do Gestor da entidade a qual o servidor é vinculado.

Art. 13 Após a homologação pela Direção Executiva, a Gerência de Benefícios providenciará a publicação do ato administrativo no Diário Oficial dos Municípios, de forma imediata, sendo anexada a cópia do extrato de publicação no processo.

Art. 14 A análise e conclusão do processo administrativo de concessão do benefício, deve ser realizada em até 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do protocolo do requerimento pelo segurado ou pedido *"ex officio"*.

Parágrafo único: Na hipótese de falta de documentos ou certidões ou quando a complexidade da questão envolvida não permitir o atendimento do prazo previsto neste artigo, a PREVICÁCERES informará por escrito ao interessado das providências até então tomadas, e suspenderá a tramitação do processo administrativo, até o implemento das medidas necessárias à concessão da aposentadoria.

Art. 15 Após a publicação da Portaria de concessão, a Gerência de Benefícios realizará de forma imediata o cadastro/atualização do processo administrativo no sistema de gestão previdenciária e, posteriormente, o encaminhará para análise da Unidade de Controle Interno (UCI), devidamente organizado e paginado.

Parágrafo único: Oprazo para encaminhar o processo administrativo à UCI será de 15 (quinze) dias, contados da data de publicação do ato concessório.

Art. 16 Caso a UCI identifique no processo administrativo qualquer falha ou vício de ordem técnica ou jurídica, será dada ciência à Direção Executiva e encaminhado os autos à Gerência de Benefícios, indicando a correção de erros sanáveis ou a necessidade de imediata suspensão/anulação do ato administrativo devido a verificação de erros substanciais.

Art. 17 A conclusão da UCI de que o processo administrativo cumpriu todos os requisitos técnicos e legais deverá ser expressa em parecer e anexado aos autos.

Art. 18 É de responsabilidade da UCI o encaminhamento do processo de concessão do benefício ao Tribunal de Contas de Mato Grosso, via sistema Aplic, após a elaboração e apensamento do Ofício de encaminhamento e digitalização dos documentos pela Gerência de Benefícios.

Parágrafo único. O prazo para encaminhamento do processo ao TCE será até o último dia útil do mês subsequente ao da publicação do ato concessório.

Art. 19 Após o envio do processo de concessão de benefício ao TCE, a UCI o encaminhará à Gerência de Benefícios para arquivamento e acompanhamento do trâmite processual na Corte de Contas.

CAPÍTULO II

DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Art. 20 O benefício de aposentadoria por invalidez poderá ser requerido diretamente pelo segurado ou por indicação da perícia médica oficial da PREVICÁCERES, verificada a incapacidade laboral permanente do servidor.

Art. 21 O segurado que requerer o benefício de aposentadoria por invalidez deverá apresentar, além dos documentos constantes no Art. 4º, § 1º, o atestado médico que indique a sua incapacidade laborativa permanente.

Art. 22 De posse do requerimento do segurado ou do laudo médico pericial de auxílio doença que indique a incapacidade laboral permanente, o Gerente de Benefícios fará a abertura do processo administrativo, nos mesmos termos do Art. 5º.

Art. 23 Com a abertura do procedimento administrativo, caberá a Gerência de Benefícios a convocação de junta médica para avaliação pericial do segurado e emissão do laudo médico oficial conclusivo de concessão do benefício.

§ 1º A perícia médica poderá indicar a concessão de aposentadoria por invalidez, o retorno ao trabalho ou a necessidade de readaptação.

§ 2º Se a conclusão da junta médica for pelo retorno ao trabalho ou a necessidade de readaptação, o processo administrativo será arquivado, com encaminhamento de cópia ao setor de recursos humanos da entidade a que o servidor estiver vinculado, para que sejam tomadas as providências pertinentes.

Art. 24 Se concluído pela junta médica oficial da PREVICÁCERES que o segurado possui os requisitos para a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, a Gerência de Benefícios juntará o laudo médico ao processo administrativo, e posteriormente, deverão ser executados os procedimentos estabelecidos nos Arts. 6º à 19 desta normativa.

CAPÍTULO III

DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Art. 25 O segurado será automaticamente aposentado ao completar 75 (setenta e cinco) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, apurados em dias, até o dia imediatamente anterior ao implemento da idade-limite, nos termos da lei.

Art. 26 O processo administrativo para a concessão de aposentadoria compulsória será iniciado com a comunicação oficial do setor de recursos humanos de que o segurado cumpre os requisitos para a concessão deste benefício.

Art. 27 De posse do ofício encaminhado pela entidade a qual o servidor está vinculado, a Gerência de Benefícios verificará o cumprimento dos requisitos pelo segurado e formalizará o processo administrativo.

Art. 28 Aplicam-se a aposentadoria compulsória, no que couber, os demais procedimentos previstos para a concessão de aposentadoria voluntária, competindo a Gerência de Benefícios solicitar ao segurado e ao respectivo RH os documentos necessários para a formalização do processo.

TÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS E RESPONSABILIDADES NA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE

Art. 29 O processo administrativo para concessão do benefício de pensão por morte terá início com o protocolo do requerimento pelo beneficiário (ou seu representante legal) junto à Gerência de Benefícios da PREVICÁCERES, no qual deve constar o nome do segurado falecido e a data de seu falecimento.

§ 1º No ato do protocolo o interessado deve apresentar junto com o seu requerimento:

I – Original e Cópia de seus documentos pessoais (RG e CPF) e Comprovante de endereço do beneficiário e de seu representante legal (se for o caso);

II – Cópia autenticada em cartório da certidão de óbito do segurado falecido;

III – Documento comprobatório da condição de dependente do segurado, sendo:

a) **Para Cônjuge ou Companheiro(a)**: Certidão de casamento atualizada com anotação do óbito ou união estável comprovada por meio de decisão judicial;

b) **Para filho (ou equiparado) menor ou inválido**: Certidão de nascimento e/ou cédula de identidade e decisão judicial, se for o caso;

c) **Para os pais, irmãos e companheiro(a) que não tenham união estável comprovada por meio de decisão judicial:** Comprovação da dependência econômica, por via judicial, ou de acordo com os documentos exigidos pelo Regime Geral de Previdência Social - Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999; sendo demonstrado o rol de documentos no artigo 22, §3º deste mesmo decreto);

IV - Laudo médico original, quando se tratar de beneficiário inválido;

V - Cópia do termo de tutela, de guarda ou de curatela, se for o caso.

§ 2º De posse do requerimento do interessado, cabe a Gerência de Benefícios realizar a verificação quanto ao cumprimento dos requisitos legais para a concessão do benefício, consultando no sistema de gestão previdenciária se já havia o registro prévio como dependente do segurado ou se a documentação apresentada atende as exigências para a inscrição do beneficiário e, nos casos de dependente inválido, providenciar a avalição da perícia médica oficial da PREVICÁCERES.

§ 3º Se constatado que o requerente não cumpre os requisitos iniciais, o requerimento será indeferido, sendo encaminhada resposta oficial da Gerência de Benefícios ao interessado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º Verificado o enquadramento do interessado como dependente para a concessão do benefício, dar-se-á continuidade ao processo administrativo.

§ 5º Nos casos em que haja determinação judicial para a concessão da pensão, o recebimento da decisão proferida pelo poder judiciário substitui o protocolo do requerimento, cabendo ao Gerente de Benefícios solicitar ao beneficiário os documentos necessários para a abertura do processo administrativo.

Art. 30 Com o deferimento do requerimento do beneficiário ou recebimento da decisão judicial, cabe à Gerência de Benefícios a abertura do processo administrativo de pensão por morte, o qual seguirá as mesmas diretrizes estabelecidas no Art. 5º desta IN.

Art. 31 Após a abertura do processo administrativo, a Gerência de Benefícios providenciará os seguintes documentos:

I – Planilha de cálculo de benefício contendo o rateio da pensão, se houver;

II – Cópia do contracheque ou ficha financeira da última remuneração do segurado falecido;

III – Na hipótese de o servidor falecer em atividade: juntar a certidão de tempo de contribuição até a data do óbito, com a respectiva qualificação funcional e lotação;

IV – Na hipótese de o servidor haver falecido na inatividade: juntar cópia do Acórdão/TCE, se estiver em tramitação, indicar o número do protocolo ou na falta dos documentos acima mencionados encaminhar o ato de concessão com a sua respectiva publicação;

V – Declaração do(s) beneficiário(s) de não-acúmulo ilegal de pensões;

VI – Declaração de não emancipação do(s) dependente(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos.

Art. 32 Com a juntada de todos os documentos elencados no artigo anterior, o Gerente de Benefícios emitirá Parecer Técnico, que deve contemplar a análise dos documentos quanto à comprovação da dependência do beneficiário e o enquadramento na regra de pensão estabelecida na Constituição Federal e Legislação Municipal.

Art. 33 Após o apensamento do parecer técnico, o processo administrativo será remetido à Procuradoria para análise e emissão de parecer jurídico, aplicando-se ao trâmite posterior os mesmos critérios estabelecidos nos Arts. 10 e 11.

Art. 34 O ato administrativo de concessão do benefício de pensão (Portaria), deve conter:

I – Título: contendo o número e ano da Portaria;

II – Preâmbulo: contendo o resumo da disposição do ato administrativo;

III – Base legal: devem ser descritas todas regras constitucionais e outros dispositivos legais que respaldam a concessão do benefício;

IV – Tipo de benefício, destacado em negrito;

V – Dados do(s) beneficiário(s): Nome, nacionalidade, estado civil, número dos documentos pessoais, tipo de dependente, percentual do rateio da pensão (se for o caso);

VI – Dados do servidor falecido: Nome, nacionalidade, estado civil, número dos documentos pessoais, dados funcionais, órgão de lotação, número do acórdão (se for o caso) etc.;

VII – Número do processo administrativo do benefício;

VIII – Data de início do benefício;

IX – Local e data da assinatura da Portaria;

X –Assinaturas do Diretor Executivo e do Gestor da entidade a qual o servidor é vinculado.

Art. 35 Após a homologação do ato administrativo de concessão do benefício deverão ser executados os procedimentos estabelecidos nos Arts. 13 a 19 desta normativa, no que couber.

TÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS E RESPONSABILIDADES NA REVISÃO DOS BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO POR MORTE

Art. 36 Os benefícios previdenciários de Aposentadoria e Pensão serão passíveis de procedimento de revisão, nas seguintes hipóteses:

I – A pedido do beneficiário: observado o prazo de prescrição de 05 (cinco) anos a contar da data de concessão do benefício;

II – De ofício: observado o prazo de 05 (cinco) anos, contados da data em que foram praticados os atos pela PREVICÁCERES, salvo comprovada má-fé;

III – Por determinação judicial ou do Tribunal de Contas.

§ 1º Não é considerada como revisão os procedimentos de alteração no processo de concessão inicial do benefício quando este ainda não apresentar o Acórdão proferido pelo TCE/MT.

§ 2º Observado o disposto no § 1º deste artigo, se a aposentadoria ou pensão ainda estiver pendente de aprovação e registro, nos casos em que haja a necessidade de realizar qualquer correção no processo de concessão, o Instituto providenciará o aditamento ao benefício e informará ao Tribunal o devido apostilamento.

Art. 37 O processo administrativo de revisão de benefícios permanentes terá início com o protocolo do requerimento, pedido de ofício ou *ex-ofício* junto à Gerência de Benefícios da PREVICÁCERES.

§ 1º De posse do requerimento ou pedido de ofício, cabe ao Gerente de Benefícios realizar a verificação quanto ao cumprimento dos requisitos legais para a realização da revisão.

§ 2º Se constatado que o pedido de revisão não possui fundamento legal ou foi protocolado fora do prazo estabelecido no Art. 36, o requerimento será indeferido, sendo encaminhada resposta oficial ao segurado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis.

§ 3º Nos casos em que haja determinação judicial ou do Tribunal de Contas, o recebimento da decisão proferida substitui o protocolo do requerimento pelo segurado, cabendo a Gerência de Benefícios providenciar os documentos necessários para a abertura do processo administrativo.

Art. 38 Com o deferimento do requerimento do segurado ou recebimento da decisão judicial ou do TCE, compete a Gerência de Benefícios a abertura do processo administrativo de revisão, o qual deverá ser identificado na capa com os seguintes itens:

I – Número e ano: atribuídos de acordo com a ordem cronológica do registro de processos da Gerência de Benefícios;

II – Data: atribuída de acordo com a data de protocolo do requerimento ou determinação;

III – Nome do interessado: beneficiário no processo de revisão;

IV – Assunto: termo “Revisão” seguido da identificação do tipo de benefício.

Parágrafo único: O processo administrativo de revisão de benefício deve ser apenso ao processo de concessão que o originou.

Art. 39 Após a abertura do processo administrativo, a Gerência de Benefícios juntará os documentos a seguir elencados:

I – Cópia do acórdão proferido pelo TCE;

II – Cópia do processo de concessão do ato de aposentadoria ou pensão, contendo:

a) Certidão de Vida Funcional;

b) Certidão para fins de aposentadoria ou pensão;

c) Laudo médico (no caso de concessão por invalidez);

d) Holerite da última remuneração do servidor em atividade;

e) Planilha de Cálculo de Proventos;

f) Ato ou Portaria de concessão do benefício;

g) Publicação do Ato ou Portaria de concessão;

h) Termo de Posse ou Ato de Admissão;

i) Ficha Financeira demonstrando o valor implantado na revisão;

III – Cópia dos documentos pessoais (RG e CPF);

IV – Cópia do ato retificatório;

V – Cópia da publicação do ato retificatório;

VI – Planilha de proventos retificada;

VII – Outros documentos que fundamentem o procedimento.

Art. 40 Com a juntada dos documentos elencados no artigo anterior, o Gerente de Benefícios procederá a análise dos autos, emitindo Parecer Técnico que contenha a descrição quanto ao cumprimento de todos os requisitos para a revisão do benefício, bem como, a composição dos proventos no caso de sua alteração.

Art. 41 Concluída a análise pelo Gerente de Benefícios, o processo administrativo será remetido à Procuradoria para análise e emissão de parecer jurídico.

Art. 42 Após a análise jurídica e com a emissão de parecer favorável a revisão, o processo será remetido novamente a Gerência de Benefícios para a elaboração do ato administrativo e posterior submissão à ratificação da Direção Executiva.

Art. 43 O ato administrativo retificatório da concessão do benefício de aposentadoria ou pensão, deve conter:

I – Título: contendo o número e ano da Portaria;

II – Preâmbulo: contendo o resumo da disposição do ato administrativo;

III – Base legal: devem ser descritas todas as regras constitucionais e outros dispositivos legais que respaldam a revisão do benefício;

IV – Tipo de benefício revisado, destacado em negrito;

V – Dados do beneficiário: Nome, nacionalidade, estado civil, número dos documentos pessoais, dados funcionais, órgão de lotação, PIS/PASEP etc.;

VI – Número do processo administrativo do benefício;

VII – Data-base da retificação;

VIII – Local e data da assinatura da Portaria;

IX – Assinaturas do Diretor Executivo e do Gestor da entidade a qual o servidor é vinculado.

Art. 44 Aplica-se a revisão de benefícios, no que couber, o mesmo trâmite dos processos de concessão inicial de aposentadoria ou pensão.

TÍTULO VII

DOS PROCEDIMENTOS E RESPONSABILIDADES NA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS NA FOLHA DE PAGAMENTO

Art. 45 É de responsabilidade da Gerência de Administração e Finanças (GAF) a gestão da folha de pagamento de benefícios previdenciários, ou seja, sua implantação, manutenção e controle.

§ 1º Compete à Contabilidade da PREVICÁCERES a elaboração da folha de pagamento mensal de benefícios.

§ 2º Compete à GAF o pagamento mensal dos benefícios após o fechamento da folha pela Contabilidade.

Art. 46 A Gerência de Benefícios deverá encaminhar mensalmente à GAF, em até 7 (sete) dias úteis anteriores ao fechamento do mês, a relação dos benefícios permanentes concedidos ou revisados para a inclusão, atualização ou exclusão na folha de pagamento do Instituto.

§ 1º É facultado à Gerência de Benefícios o encaminhamento dos dados dos beneficiários à GAF para criação de Conta Salário antes da publicação do ato concessório, a fim de garantir a celeridade no processo de implantação na folha de pagamento.

§ 2º Caso os beneficiários a serem incluídos na folha de pagamento já tenham Conta Salário cadastrada, o prazo previsto no *caput* decairá para 5 (cinco) dias úteis.

Art. 47 Para a inclusão na folha de pagamento a Gerência de Benefícios encaminhará à GAF os seguintes dados dos beneficiários, que obrigatoriamente deverão ser inseridos no sistema informatizado de pessoal:

I – Nome Completo, conforme consta no ato concessório;

II – Números do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Registro Geral (RG);

III – Data e Cidade de Nascimento;

IV – Endereço;

V – Sexo e Estado Civil;

VI – Nome do Cônjuge (se for o caso);

VII – Nome da Mãe;

VIII – Nome do Pai (se houver);

IX – Grau de escolaridade;

X – Número do PIS/PASEP;

XI – Número do telefone celular;

XII – E-mail;

XIII – Valor do benefício concedido;

IX – Data de início do benefício;

X – Data de cessação do benefício (no caso de pensão concedida a menor);

XI – Dados bancários (banco, agência, tipo de conta, número da conta).

§ 1º Caso o servidor responsável pela folha de pagamento constate a necessidade de quaisquer outros dados dos beneficiários, estes deverão ser demandados para a Gerência de Benefícios para providências.

§ 2º Em virtude do caráter personalíssimo dos benefícios previdenciários, o cadastro na folha de pagamento será sempre do titular do benefício, independentemente de representação por tutela, guarda, curatela ou pelos pais, no caso de beneficiário menor de idade.

§ 3º O disposto no *caput* deste artigo se aplica também ao pagamento do benefício, que só poderá ser realizado em conta bancária de titularidade do beneficiário.

Art. 48 A elaboração da folha de pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão deve ser concluídaaté o último dia útil de cada mês e o seu pagamento até o quinto dia útil do mês.

TÍTULO VIII

DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

Art. 49 Compete a Gerência de Benefícios os seguintes procedimentos de controle na concessão e manutenção dos benefícios:

I – Verificar durante o processo de concessão dos benefícios se há acúmulo ilegal de cargos públicos e aposentadoria ou de pensão;

II – Realizar o recadastramento anual (Prova de Vida) dos Aposentados e Pensionistas;

III – Encaminhar mensalmente à Gerência de Administração e Finanças os nomes dos beneficiários que não compareceram ao recadastramento anual para suspensão do pagamento;

IV – Realizar reavaliação periódica dos benefícios de aposentadoria por invalidez e para os beneficiários de pensão inválidos ou incapazes, nos termos da lei.

Art. 50 Compete à Gerência de Administração e Finanças os seguintes procedimentos de controle na gestão da folha de pagamento de benefícios:

I – Verificar de forma periódica a data de cessação dos benefícios, nos casos de pensão concedida a menor;

II – Consultar mensalmente no sistema de controle de óbitos (Sisobi) o nome de todos os beneficiários cadastrados na folha.

TÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 51 Após o envio dos processos de concessão e revisão de benefícios ao Tribunal de Contas, cabe à Gerência de Benefícios o acompanhamento periódico para posterior formalização de pedido de Compensação Previdenciária, após a sua homologação pela Corte de Contas.

Art. 52 É de responsabilidade da Controladoria Interna o recepcionamento de correspondências eletrônicas do Tribunal de Contas acerca dos processos de concessão de benefícios em trâmite, devendo realizar o encaminhamento de notificações e determinações aos setores responsáveis pela elaboração de defesa e esclarecimentos.

Art. 53 Compete ao Gerente de Benefícios o arquivamento e controle dos processos de benefícios previdenciários concedidos, devendo zelar por sua guarda e conservação em local apropriado e de fácil acesso.

Art. 54 A Gerência de Benefícios deverá encaminhar ao setor de Contabilidade, após o fechamento de cada mês, o "Demonstrativo Analítico dos Aposentados e Pensionistas" necessário para a elaboração dos balancetes mensais.

Art. 55 Fazem parte desta Instrução Normativa os seguintes Anexos:

I – Anexo I: *Check-list* de documentos que compõem os processos de concessão e revisão de benefícios permanentes;

II – Anexo II: Fluxogramas dos processos administrativos de concessão e revisão de benefícios permanentes.

Art. 56 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 11 de Junho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Decreto nº 017/2017

VANESSA FERREIRA DA SILVA

Controladora Interna

PARECER JURÍDICO:
Esta Instrução Normativa atende aos requisitos legais estabelecidos na legislação vigente.

ÉRIKA PINTO DE ARRUDA
Procuradora
Decreto n°. 506/2014

ANEXO I

***CHECK-LIST* DE DOCUMENTOS DOS PROCESSOS DE CONCESSÃO E REVISÃO DE BENEFÍCIOS PERMANENTES**

APOSENTADORIA

Ø Requerimento do servidor ou pedido "*ex officio*";

Ø Cópia dos documentos pessoais (RG e CPF);

Ø Ato concessório, contendo a qualificação civil do servidor (RG e CPF), qualificação funcional, período de tempo de contribuição, fundamentação legal da concessão e assinatura da autoridade competente;

Ø Cópia da publicação do ato concessório, na Imprensa Oficial;

Ø Histórico funcional atualizado com as designações e dispensas, inclusive com o período de início e término no exercício de cargo e/ou função de confiança, bem como o último enquadramento;

Ø Certidão, ou ato de nomeação, ou admissão do servidor, indicando o regime jurídico inicial;

Ø Certidão de contagem de tempo de contribuição emitida pelo órgão ao qual está vinculado o servidor, devendo constar também o tempo de contribuição averbado, quando houver;

Ø Certidão original de tempo de contribuição de outros órgãos previdenciários, inclusive do Regime Geral de Previdência Social (INSS), que comprove o tempo averbado, para fins de aposentadoria;

Ø Planilha de proventos elaborada pela entidade ou órgão concedente;

Ø Cópia do contracheque ou ficha financeira da última remuneração;

Ø Nas concessões de aposentadoria com base no artigo 40, §§ 3° e 17 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, combinado com o art. 1°da Lei 10.887/04, deverão ser anexadas todas as fichas financeiras, desde a competência julho/94 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, que comprovem as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado;

Ø Declaração do servidor dando ciência quanto a redução dos proventos;

Ø Manifestação jurídica acerca da fundamentação legal e composição dos proventos;

Ø Declaração de não-acumulação remunerada ilegal de cargo público, assinada pelo servidor;

Ø Declaração assinada pelo órgão de que o servidor não responde a processo disciplinar;

Ø No caso de aposentadoria por invalidez, apresentar laudo médico oficial original assinado por junta médica oficial, conforme anexo XLIV, se for o caso;

Ø Decisão judicial, quando for o caso;

Ø Parecer da unidade de controle interno;

Ø Justificativa do não-encaminhamento de documentos, conforme Anexo XLV;

Ø Ofício de encaminhamento.

PENSÃO POR MORTE

Ø Requerimento de habilitação do beneficiário ou de seu representante legal (se menor ou inválido), no qual conste o nome do segurado falecido, respectiva matrícula e data de falecimento;

Ø Cópia autenticada em cartório da certidão de óbito;

Ø Cópia dos documentos pessoais (RG e CPF) e endereço do beneficiário e de seu representante legal;

Ø Documento comprobatório da condição de dependente do segurado:

Ø Certidão de casamento atualizada com anotação do óbito ou união estável comprovada por meio de decisão judicial, ou; certidão de nascimento e/ou cédula de identidade, ou; decisão judicial, ou; comprovação da dependência econômica, por via judicial, ou de acordo com os documentos exigidos pelos respectivos entes, mediante legislações específicas;

Ø Laudo médico oficial original, assinado por junta médica oficial, quando se tratar de beneficiário inválido;

Ø Cópia do termo de tutela, ou de guarda, ou de curatela;

Ø Ato concessório, emitido por autoridade competente, constando: a identificação do segurado falecido (nome e matrícula), qualificação funcional, fundamentação legal, nome do beneficiário(s) vitalício(s) e/ou temporário(s), com o respectivo percentual do rateio ou do total da pensão e a data de início da concessão;

Ø Cópia da publicação do ato concessório, na Imprensa Oficial;

Ø Planilha de cálculo de benefício contendo o rateio da pensão, se houver;

Ø Cópia do contracheque ou ficha financeira da última remuneração, indicando a legislação a que se refere;

Ø Manifestação jurídica acerca da fundamentação legal e da composição do benefício;

Ø Declaração do beneficiário de não-acúmulo ilegal de pensões;

Ø Na hipótese de o servidor haver falecido na inatividade: informar o número do Acórdão/TCE, se estiver em tramitação neste Tribunal indicar o número do protocolo ou na falta dos documentos acima mencionados encaminhar o ato de concessão expedido pela autoridade competente com a sua respectiva publicação;

Ø Na hipótese de o servidor falecer em atividade: juntar a certidão de tempo de contribuição até a data do óbito, com a respectiva qualificação funcional e lotação;

Ø Declaração de não emancipação do dependente menor de 18 (dezoito) anos;

Ø Parecer da unidade de controle interno;

Ø Justificativa do não-encaminhamento de documentos, conforme Anexo XLV;

Ø Ofício de encaminhamento.

REVISÃO

Ø Ofício de encaminhamento;

Ø Requerimento *ex officio* ou pedido do servidor ou do beneficiário;

Ø Cópia do acórdão proferido pelo TCE;

Ø Cópia do processo de concessão do ato de aposentadoria, reforma, reserva remunerada ou pensão;

Ø Cópia dos documentos pessoais (RG e CPF);

Ø Cópia do ato retificatório;

Ø Cópia da publicação do ato retificatório;

Ø Planilha de proventos ;

Ø Parecer jurídico acerca da fundamentação legal e da composição do provento;

Ø Parecer do controle interno.

ANEXO II

FLUXOGRAMAS DOS PROCESSOS DE CONCESSÃO E REVISÃO DE BENEFÍCIOS PERMANENTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 242 DE 06 DE JUNHO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 9.863, de 06 de junho de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores **GEAN CARLOS SOARES MILITÃO**, **BRUNO RENATO BARBOSA** e **THAIS DUTRA DE SOUZA MILITÃO** como responsáveis pela fiscalização da execução das obras e **ANDRÉ FELIPE CAMPOS ARTIAGA**, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo, com efeitos desde 29 de maio de 2019.

Nº	Contratado	Objeto	Assinatura do 2º Termo Aditivo	Vigência
165/17 (3º termo de Apostilamento)	GECON- GESTÃO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.	Consiste na contratação de empresa especializada em engenharia visando a construção da creche tipo 2, na rua dos Desenhistas, bairro Cavalhada II, com área de 890,73 metros quadrados, nesta cidade de Cáceres-MT.	11.10.18	27/10/18 a 22/08/19

§ 1º Os servidores acima designados devem acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos servidores responsáveis pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 175 de 19 de abril de 2018.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 06 de junho de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 06.06.19.

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO

O Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica **Termo de Compromisso** para Realização de Estágio entre a Autarquia Municipal e **DANILO NOGUEIRA DO NASCIMENTO a partir de 11/06/2019 a 11/06/2020** conforme instrumento firmado nos termos da Lei nº 11.788 de 25/09/2008.

Cáceres, 11 de junho de 2019.

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL

MARCOS DE BARROS PACHECO

Diretor Executivo em Substituição

Portaria nº 29/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 243 DE 06 DE JUNHO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 9.863, de 06 de junho de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores **THAIS DUTRA DE SOUZA MILITÃO** e **MARCELO CHRISTIAN LOPES SOUTO,** em substituição ao servidor

BRUNO RENOSTRO BARBOSA, como responsáveis para fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
141/15 Quinto Termo de Apostilamento	GECON GESTÃO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-ME.	Contratação de empresa especializada em engenharia, para a Construção e Serviços de Implantação de uma Escola de Educação Infantil-Creche Jardim Guanabara no Município de Cáceres-MT.	06.05.15	300 dias.

§ 1º Os servidores acima designados deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos servidores responsáveis pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 06 de junho de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 06.06.19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 244 DE 07 DE JUNHO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 9.894, de 06 de junho de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora **THAIS DUTRA DE SOUZA MILITÃO,** lotado na Secretaria de Educação**,** como responsáveis para fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
103/19	PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAS PARA CONSTRUÇÕES LTDA-ME	Contratação de empresa especializada no fornecimento de matérias elétrico e hidráulico para pequenos reparos e manutenção de prédios da Secretaria de Educação do Município de Cáceres – MT.	06.06.19	06 meses.

§ 1º A servidora acima designada deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da servidora responsável pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de junho de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 07.06.19.

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
ERRATA DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 17/2019

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 04/2019

PROMOTORA:

ÁGUAS DO PANTANAL–Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT

***OBJETO*:**

Pregão Eletrônico tendo por objeto a contratação de empresa especializada para futura e eventual aquisição de veículos, por meio do sistema de registro de preços, visando atender às necessidades e atividades desempenhadas pelo **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL - SSAAP**, para o ano de 2019, bem como o atendimento ao princípio do planejamento, aplicado no âmbito da Administração Pública Indireta (art. 6º, I do Decreto-lei 200/67), haja vista à necessidade de aquisição e de renovação da frota.

Observação: Publicado no dia 10 de junho de 2019 fica retificado:

Onde se lê:

EMPRESA	SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA
CNPJ	83.706.788/0002-64
ENDEREÇO COMPLETO	RODOVIA BR – 101, SN, LOJA 01 – KM 336, BAIRRO SÃO JOÃO (MARGEM ESQUERDA), TUBARÃO/SC, CEP 88708-352
REPRESENTANTE LEGAL	LUCIANO MENEZES RG: 2563675/SC CPF: 774.023.759-00
CONTATO (TELEFONE)	(48) 3621-0111
ENDEREÇO ELETRÔNICO	licitacao@somevalcaminhões.com.br
LOTE	01 e 03.
VALOR TOTAL	R$ 248.800,00 (Duzentos e quarenta e oito mil e oitocentos reais).

Leia-se:

EMPRESA	SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA
CNPJ	**83.706.788/0002-64 e 83.706.788/0001-83**
ENDEREÇO COMPLETO	RODOVIA BR – 101, SN, LOJA 01 – KM 336, BAIRRO SÃO JOÃO (MARGEM ESQUERDA), TUBARÃO/SC, CEP 88708-352
REPRESENTANTE LEGAL	LUCIANO MENEZES RG: 2563675/SC CPF: 774.023.759-00
CONTATO (TELEFONE)	(48) 3621-0111
ENDEREÇO ELETRÔNICO	licitacao@somevalcaminhões.com.br
LOTE	01 e 03.
VALOR TOTAL	R$ 248.800,00 (Duzentos e quarenta e oito mil e oitocentos reais).

Cáceres, 11 de junho de 2019.

MARCOS DE BARROS PACHECO

Diretor Executivo em substituição

Portaria n.º 29-2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 245 DE 07 DE JUNHO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei

nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 9.863, de 06 de junho de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores **GEAN CARLOS SOARES MILITÃO** e **BRUNO RENOSTRO BARBOSA,** em substituição aos servidores **JOAQUIM FRANCISCO DA COSTA NETO e MARINEIDE WEBER,** como responsáveis para fiscalização e execução do contrato relacionado abaixo.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
249/16 Primeiro Termo de Apostilamento	GECON GESTÃO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-ME.	A presente licitação tem como o objeto Tomada de Preço para contratação de empresa especializada em construções, visando a construção de quadras escolares cobertas nas Escolas Municipais de Cáceres-MT.	21.12.16	270 dias.

§ 1º Os servidores acima designados deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos servidores responsáveis pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de junho de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 07.06.19.

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
ERRATA DE AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 04/2019

PROMOTORA:

ÁGUAS DO PANTANAL–Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT

***OBJETO*:**

Pregão Eletrônico tendo por objeto a contratação de empresa especializada para futura e eventual aquisição de veículos, por meio do sistema de registro de preços, visando atender às necessidades e atividades desempenhadas pelo **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL - SSAAP**, para o ano de 2019, bem como o atendimento ao princípio do planejamento, aplicado no âmbito da Administração Pública Indireta (art. 6º, I do Decreto-lei 200/67), haja vista à necessidade de aquisição e de renovação da frota.

Observação: Publicado no dia 10 de junho de 2019 fica retificado:

Onde se lê:

EMPRESA	SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA
CNPJ	83.706.788/0002-64
ENDEREÇO COMPLETO	RODOVIA BR – 101, SN, LOJA 01 – KM 336, BAIRRO SÃO JOÃO (MARGEM ESQUERDA), TUBARÃO/SC, CEP 88708-352
REPRESENTANTE LEGAL	LUCIANO MENEZES RG: 2563675/SC CPF: 774.023.759-00
CONTATO (TELEFONE)	(48) 3621-0111
ENDEREÇO ELETRÔNICO	licitacao@somevalcaminhões.com.br
LOTE	01 e 03.
VALOR TOTAL	R$ 248.800,00 (Duzentos e quarenta e oito mil e oitocentos reais).

Leia-se:

EMPRESA	SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA
CNPJ	**83.706.788/0002-64 e 83.706.788/0001-83**
ENDEREÇO COMPLETO	RODOVIA BR – 101, SN, LOJA 01 – KM 336, BAIRRO SÃO JOÃO (MARGEM ESQUERDA), TUBARÃO/SC, CEP 88708-352
REPRESENTANTE LEGAL	LUCIANO MENEZES RG: 2563675/SC CPF: 774.023.759-00
CONTATO (TELEFONE)	(48) 3621-0111
ENDEREÇO ELETRÔNICO	licitacao@somevalcaminhões.com.br
LOTE	01 e 03.
VALOR TOTAL	R$ 248.800,00 (Duzentos e quarenta e oito mil e oitocentos reais).

Cáceres, 11 de junho de 2019.

MARCOS DE BARROS PACHECO

Diretor Executivo em substituição

Portaria n.º 29-2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 246 DE 07 DE JUNHO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao memorando sob nº 9.863, de 06 de junho de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores **MARCELO CHRISTIAN LOPES SOUTO, THALES ÁVILA BRITO e THAIS DUTRA DE SOUZA MILITÃO** como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da obra e a senhora **Suely Maria de Oliveira** como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo:

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
179/2017 (2º termo de Apostilamento)	HS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP.	Contratação de empresa especializada em engenharia visando a construção da creche tipo 1 no Residencial Jardim Aeroporto, bairro Jardim Aeroporto, município de Cáceres-MT, com área de 1.510,23 metros quadrados.	17.11.17	12 meses

§ 1º Os servidores acima designados deverão acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da senhora responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 574 de 29 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de junho de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 07.06.19.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 247 DE 07 DE JUNHO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao memorando sob nº 9.863, de 06 de junho de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores **MARCELO CHRISTIAN LOPES SOUTO, THALES ÁVILA BRITO e THAIS DUTRA DE SOUZA MILITÃO** como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da obra e o senhor **Daniel da Silva Moraes** como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo:

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
178/2017 (1º termo de Apostilamento)	HS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP.	Contratação de empresa especializada em engenharia visando a construção da creche tipo 1 no Nossa Senhora do Carmo, bairro Junco, Município de Cáceres-MT, com área de 1.510,23 metros quadrados.	17.11.17	12 meses

§ 1º Os servidores acima designados deverão acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do senhor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 572 de 29 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de junho de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 07.06.19.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 248 DE 07 DE JUNHO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao memorando sob nº 9.863, de 06 de junho de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores **GEAN CARLOS SOARES MILITÃO**, **MARCELO CHRISTIAN LOPES SOUTO, e THAIS DUTRA DE SOUZA MILITÃO** como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da obra e a senhora **Suely Maria de Oliveira** como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo:

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
182/2017 (2º termo de Apostilamento)	HS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP.	Contratação de empresa especializada em engenharia visando a construção da creche tipo 1 no Avenida Barcelona, bairro Jardim das Oliveiras, município de Cáceres-MT, com área de 1.510,23 metros quadrados.	24.11.17	12 meses

§ 1º Os servidores acima designados deverão acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da senhora responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 616 de 15 de dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de junho de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 07.06.19.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 35/2019

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria na área pública de saúde.

Realização: 25 de junho de 2019 às 08:00 horário de Cuiabá

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 11 de junho de 2019.

Cristiane Cebalho de Oliveira

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 025/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 249 DE 07 DE JUNHO DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no memorando sob nº 8.735 de 30 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora **RENAN TOMAZ SALOMÃO,** lotado na Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Nº	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
073/19	TICKET SOLUÇÕES HDFGT-S.A	Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua e ininterrupta, de serviços de administração, gerenciamento e controle de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, de veículos automotivos, em rede de estabelecimentos credenciados, através de tecnologia de gestão com sistema informatizado e integrado via web, por meio de cartões magnéticos individuais, em tempo real, permitindo a transmissão de dados e movimentações diárias por software via internet, atendendo toda a frota de veículos oficiais da secretaria municipal de Saneamento e Meio Ambiente.	02.05.19	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Saneamento e Meio Ambiente e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de junho de 2019.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Secretário Municipal de Saneamento e Meio Ambiente

Afixado em: 07.06.19.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 252 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 10.397 de 11 de junho de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **EDUARDO JOSÉ DA SILVA**, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo, com efeitos desde 02 de maio de 2019.

Nº	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
079/19	TICKET SOLUÇÕES HDFGT S. A.	Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua e ininterrupta, de serviços de administração, gerenciamento e controle de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, de veículos automotivos, em rede de estabelecimentos credenciados, através de tecnologia de gestão com sistema informatizado e integrado via web, por meio de cartões magnéticos individuais, em tempo real, permitindo a transmissão de dados e movimentações diária por *software* via *internet*, atendendo toda a frota de veículos oficiais da Secretária Municipal de Fazenda, com metodologia de cadastramento, controle e logística, em caráter contínuo e ininterrupto.	02.05.19	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Fazenda e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de junho de 2019.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal Interina de Fazenda

Afixado em: 11.06.19.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 343, DE 10/06/2019.

Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.759/2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I da Lei 4320 de 17 de março de 1964, mediante o Superávit financeiro no valor de R$981.836,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 07 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1174 12.306.1004.2075.0000MANUT C AS ATIV PROG NAC ALIMENTACAO ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL 124.712,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 3.15

1175 12.306.1004.2076.0000MANUT C/AS ATIVIDADES PROG NAC DA ALIMENTACAO ESCOLAR-ENS FUNDAMENTAL 124.712,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 3.15

1176 12.361.1004.2061.0000MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL 154.082,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 3.15

1177 12.361.1004.1066.0000AQUIS MOBIL EQUIP E MAT PERMANENTE P/UNIDADE ESCOLARES-EF 140.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 3.15

1180 12.361.1004.2072.0000MANUT E ENC C/AS ATIV DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS FUNDAMENTAL 33.820,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 3.30

02 07 03 FUNDEB

1178 12.361.1004.2068.0000MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL (60%) 358.100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 3.18

1179 12.361.1004.2074.0000MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR (40%) 46.410,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 3.19

Art. 2º Os créditos referidos no artigo anterior serão cobertos com recursos do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2018.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de junho de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 341 DE 10 DE JUNHO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 10. 165 de 07 de junho de 2019,

R E S O L V E

Art. 1º Exonerar a senhora **ANAPAULA RODRIGUES VARGAS**, do cargo em Comissão de Assessora de Gabinete do Prefeito, da Prefeitura Municipal de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de junho de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 10.06.19

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
ASSESSORIA TÉCNICA I

Extrato do Termo de Rescisão Unilateral do Contrato Administrativo n.º 105/2018 – PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÕES

A Prefeitura Municipal de Cáceres através da Assessoria Técnica I, torna público o Termo de Rescisão Unilateral por parte da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística (pasta contratante), do Contrato Administrativo nº 105/2018 – PGM celebrado com a empresa GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÕES, para execução de obras de terraplanagens, pavimentação asfáltica em TSD e capa selante, drenagem superficial, sinalização viária e obras complementares em Ruas dos Bairros São Luiz da Ponte e Santa Cruz, nesta Cidade de Cáceres – MT, com fulcro no art. 78, XII, parágrafo único, cumulado com o art. 79, I, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Cáceres – MT, 11 de junho de 2019.

Wesley de Sousa Lopes

Secretário Mun. de Infraestrutura e Logística

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
ASSESSORIA TÉCNICA I

Extrato do Termo de Rescisão Unilateral do Contrato Administrativo n.º 060/2018 – PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÕES

A Prefeitura Municipal de Cáceres através da Assessoria Técnica I, torna público o Termo de Rescisão Unilateral por parte da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística (pasta contratante), do Contrato Administrativo nº 060/2018 – PGM celebrado com a empresa GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÕES, para execução de obras de terraplanagens, pavimentação asfáltica em TSD e capa selante, drenagem superficial, sinalização viária e obras complementares em trechos das Ruas Das Anhumas, Tuiuiús e Travessa da Luz, Bairro Vila Mariana, nesta Cidade de Cáceres – MT, com fulcro no art. 78, XII, parágrafo único, cumulado com o art. 79, I, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Cáceres – MT, 11 de junho de 2019.

Wesley de Sousa Lopes

Secretário Mun. de Infraestrutura e Logística

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
ASSESSORIA TÉCNICA I

Extrato do Termo de Rescisão Unilateral do Contrato Administrativo n.º 055/2018 – PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÕES

A Prefeitura Municipal de Cáceres através da Assessoria Técnica I, torna público o Termo de Rescisão Unilateral por parte da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística (pasta contratante), do Contrato Administrativo nº 055/2018 – PGM celebrado com a empresa GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÕES, para execução de obras de terraplanagens, pavimentação asfáltica em TSD e capa selante, drenagem superficial, sinalização viária e obras complementares nas Ruas A, B e Avenida Brasil, Bairro Santa Isabel nesta Cidade de Cáceres – MT, com fulcro no art. 78, XII, parágrafo único, cumulado com o art. 79, I, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Cáceres – MT, 11 de junho de 2019.

Wesley de Sousa Lopes

Secretário Mun. de Infraestrutura e Logística

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 33/2019 REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde.

Objeto: Registro de Preço para eventual e futura Aquisição de Medicamentos e Materiais Hospitalares para atender as necessidades do Pronto Atendimento Médico e da Atenção Básica do Município de Cáceres-MT. Esta solicitação será licitada por itens, visando a competitividade e economicidade em busca do melhor e menor preço.

Realização: 26 de junho de 2019 às 09:00 horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma https://www.comprasgovernamentais.org.br/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 11 de junho de 2019.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 025/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 342, DE 10/06/2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.720/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$26.500,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 06 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

181 10.122.1002.2024.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE SAÚDE 13.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

02 12 02 FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

832 08.244.1009.2105.0000 MANUT E ENC C/ ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIT SOCIAL 9.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 13 01 SEC. MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

941 27.122.1002.2130.0000 MANUTENCAO E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SEC.MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER 4.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

231 10.301.1002.2040.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIV. DO CENTRO REFERENCIAL DE SAÚDE - POSTÃO -13.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

02 12 02 FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

831 08.244.1009.2105.0000MANUT E ENC C/ ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIT SOCIAL -9.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.00

02 13 01 SEC. MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

938 27.122.1002.2130.0000MANUTENCAO E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SEC.MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER -4.000,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 10 DE JUNHO DE 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019

O Município de Campinápolis – MT torna público que o Pregão Presencial nº 014/2019, do tipo menor preço por item, no sistema de registro de preços, para a contratação de empresa especializada para prestação de serviço nos seguintes segmentos: manutenção de ar condicionado, serviço de lava a jato e propaganda volante, foram vencedoras as empresas: WANDERSON GOMIDES DE PAULA 06184040154, CNPJ nº 29. 421.056/0001-00, ao valor global de R$ 80.804,48, J. INACIO FILHO- ME, CNPJ nº 19.926.042/0001-86, ao valor de R$ 290.955,00, EVALDO ALVES DOS SANTOS 79994148168, CNPJ nº 12.691.141/0001-87, ao valor de R$ 358.355,00. Campinápolis, 11/06/2019. Gilberto F. Ribeiro de Paula - Pregoeiro.

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N° 001/2019 EDITAL COMPLEMENTAR 004 DA HOMOLOGAÇÃO DE INSCRITOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N° 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR 004 DA HOMOLOGAÇÃO DE INSCRITOS

A Comissão nomeada para conduzir o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3143/2019 com base nas Leis Municipais nº 1154/2016; 1.233/2019 e 1.239/2019

Considerando o número de inscritos no Processo Seletivo Simplificado Indígena – PSSI, nº: 001/2019, para as vagas relativas às funções destinadas as Escolas Municipal Indígena – EMI; e Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria de Saúde.

Considerando a sistematização das inscrições referenciadas neste edital.

Resolve:

1.0 – HOMOLOGAR as inscrições do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2019, relativas às funções destinadas as Escolas Municipal Indígena, Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria de Saúde conforme disposições do Anexo I Quadro1.0, Quadro 2.0, e Quadro 3.0, parte integrante deste Edital

Campinápolis, 11 de Junho de 2019.

Armanda Guedes Parreira

Presidente da Comissão/Decreto nº 3143/2019

ANEXO I

Quadro – 1.0			
AAE/NUTRIÇÃO			
ALDEIA: PEDRA PRETA – EMI PEDRA PRETA			
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**
01	007	MARIA DE FATIMA TSINHOTSÉHORA HIRIDU	05/01/1983
Quadro 1.1			
PROFESSOR AREA INDIGENA			
ALDEIA: ALDEIONA – EMI ALDEIONA			
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**
02	010	ALEX SEREWAHI SEREDI SARARAIWA	11/01/1999
01	002	SILVERIO OREWARE	18/01/1993
ALDEIA: ALTO DA VITÓRIA –EMI ALTO DA VITÓRIA			
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**
01	008	MARCILIO TSEREWAPTATSU TSEREDUPTA	23/09/1984
ALDEIA: BELA VISTA – EMI BELA VISTA			
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**
01	016	HELITON SEREMUAI	08/01/1985
ALDEIA: PALMEIRAS - EMI CORAÇÃO DE JESUS			
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	NOME	**DATA DE NASCIMENTO**
01	001	VALTENIR DUPARI OMNHOROWE	12/09/1994
ALDEIA: KULUENE - EMI KULUENE			
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**
01	012	JOATAO TSI UWADA	09/09/1997
ALDEIA: LAGOINHA – EMI LAGOINHA			
Ordem	Nº INCRI	NOME	DATA DE NASCIMENTO
01	011	NADIRA PEAMO	07/06/1995
ALDEIA: MATA VERDE - EMI. MATA VERDE			
Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	**DATA DE NASCIMENTO**
01	005	FILEMON T. TSEREWANNE	25/01/1991
ALDEIA: MATO GROSSO - EMI MATO GROSSO			
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**
01	006	FABIO TSEREDZADITSI	15/08/1996
ALDEIA: NOVO BARREIRO - EMI NOVO BARREIRO			
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**
01	017	GETULIO TSEREWAPU	20/02/1985
ALDEIA: PARINAI' A - EMI SÃO JOSÉ			
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**
01	004	ELDA CRISTINA DE JESUS SANTOS	25/02/1990
02	009	VANDAIRA FRANCISCA DE LIMA	10/01/1973
ALDEIA: SANTA HELENA- EMI. SANTA HELENA			
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**
01	013	ELIDIO TSERENHORODZA URI TSERE UMRIWE	02/03/1999
ALDEIA: SANTO AGOSTINHO - EMI SANTA CRUZ			
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**
01	014	MARCIO TSERETSUIRE	16/08/1986
ALDEIA: SERRA VERDE – EMI SERRA VERDE			
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**
01	003	ROSANGELA PETSIPAI'O DZARWARI	06/07/1993
ALDEIA TSEREDZATSE-EMI TSEREDZATSE			
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	NOME	**DATA DE NASCIMENTO**
01	015	JESUINO TSERE UBUMI WAPARIA	29/08/1992
QUADRO 2.0			
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
AAE/LIMPEZA- DISTRITO			
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**
1.	047	Adilma Mariano Ribeiro	02/11/1985
2.	019	Anna Cristina Gomes de Araújo	25/05/1993
3.	088	Dagoberto Kaiabi	10/04/1989
4.	211	David Ferreira da Silva	11/10/1996
5.	019	Elimarcia De Jesus Costa	26/04/1995
6.	065	Francileide Fernandes Alves	20/12/1987
7.	048	Gabrielly Joma Damaceno Neves	04/08/1998
8.	109	Gilbe Clesia De Souza Costa	29/10/1984
9.	120	Hellen Costa Da Silva,	07/10/1991
10	050	Jessica Gomes Da Silva	04/05/1995
11.	141	Josilene Martins Barbosa	04/07/1984
12.	087	Kelcianne Cardoso Da Conceição	15/06/1992
13.	123	Leitiele Rodrigues Silva Melo Lima	10/05/1997
14.	164	Loreno Gildon Seredza U	19/11/1978
15.	177	Marcia Beralda da Silva Nascimento	27/06/1982
16.	195	Maria Auxiliadora da Silva	19/06/1979
17.	210	Maria Jose de Souza Lopes	27/06/1978
18.	128	Marina Ferreira da Luz	18/01/1988
19.	080	Rayane Victória Nunes Chaves	17/04/2001
20.	091	Ruan Lucas Ferreira Figueiredo	04/08/1998

21.	196	Sandra Maria da Silva	06/01/1983
22.	162	Valdirene Brito Nogueira	26/11/1987
AAE/MOTORISTA- SEDE			
Ordem	Nº INCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**
1.	135	Adolfo Leite Ramos	26/06/1985
2.	067	Adriano Luiz Chaves	12/05/1987
3.	202	Alexandre Marques	18/12/1993
4.	101	Daniel Souza Guimarães	21/08/1985
5.	033	Dionecley Ribeiro Neves	17/10/1985
6.	056	Elton Alves De Araujo	09/03/1984
7.	107	Francisco Farias dos Santos	17/11/1972
8.	136	Gilmar Aparecido Moreira Dos Santos	12/08/1972
9.	102	João Maria Alves de Lima	23/07/1952
10.	192	Jose Aparecido Da Silva Belmiro	01/04/1969
11.	212	Liandro Oliveira Basto	27/02/1988
12.	077	Linara Morgana Graciano	25/07/1994
13.	167	Nunes Ribeiro Dias	23/09/1983
14	198	Osmar Godoi da Silva	13/01/1985
15	045	Selma Piaba Bento	01/09/1981
16	114	Thiago Sanches Carneiro da Costa	23/03/1994
17	043	Weney Diogo Cardoso	12/07/1988
AAE/NUTRICÃO- DISTRITO			
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**
1.	096	Carla Dayane Ferreira Lima	31/03/1994
2.	126	Chirlei Ferreira Da Silva	14/10/1993
3.	071	Fabiana Silva Malaquias	04/07/1978
4.	173	Magna Socorro Gomes da Silva	11/03/1970
5.	018	Raelson Oliveira da Silva	22/09/1993
6.	127	Rosilaine Geralda Cardoso	16/10/1977
AAE/NUTRIÇÃO- SEDE			
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**
1.	020	Alexandra Gomes Ribeiro	22/01/1993
2.	016	Amanda Santana de Morais	29/05/1999
3.	129	Ana Carolina da Silva	08/08/1996
4.	138	Angela Maria Da Silva	30/10/1969
5.	157	Auro Faustino Resende	14/10/1967
6.	203	Brenda de Assis Nascimento	24/04/1997
7.	147	Carita Moreira Dos Santos	05/09/1982
8.	131	Damares Moura Silva	05/11/1987
9.	116	Edilaine Caetano De Oliveira	10/01/1987
10.	025	Elaine Rodrigues da Mata	18/09/1980
11.	143	Elvis Uptsatawe Tserenhi Omo	08/02/1996
12.	035	Eva Adriane Afonso	04/04/1981
13.	144	Fabiana Da Silveira Souza	08/06/1994
14.	078	Fabiana Moraes Silva	22/03/1986
15.	014	Fabiola da Silva dos Santos	05/05/1998
16.	191	Francisca Soares Ferreira	08/07/1973
17.	099	Gessica Farias Valadão De Oliveira	30/03/1990,
18.	048	Gracieli Alves De Souza Tedesco	15/07/1978
19.	190	Helena Gomides De Jesus	17/08/1975
20.	132	Ivonete Maria Dos Santos	30/12/1986
21.	029	Izes Ribeiro Pereira	30/12/1996
22.	076	Izidia Maria Dos Santos	11/06/1976
23.	064	Jeissykelle Araújo Silva Madalen	20/01/1987
24.	061	Juliana Ferreira Fonseca	30/07/1989
25.	133	Juliana Maria Pereira Barbosa	19/06/1983
26.	051	Kelly Cristina Braga	04/10/1979
27.	194	Kemelly da Silva Pinheiro	08/05/1999
28.	003	Kenia Almeida da Silva	04/05/1986
29.	180	Kerolaine Stefane Soares de Oliveira	14/04/1993
30.	063	Leliane Ferreira De França	30/11/1983
31.	207	Leudilenes Purcena Rosa	21/07/1982
32.	059	Lívia Mirela Faria Da Costa	08/07/1993
33.	058	Lucas Vinícius De Andrade	16/01/1995
34.	208	Mara Renata Gonçalves Silva	23/06/1992
35.	175	Maria Cleuzilda Costa Martins	21/08/1975
36.	011	Maricelma Pegnata Moreira	03/04/1974
37.	036	Mirela Mariano de Paiva	15/02/1995
38.	084	Neida Inacio Da Silva	29/11/1976
39.	082	Regina Candida De Oliveira	30/09/1979
40.	206	Romilda Pires dos Santos	20/10/1992
41.	183	Rosilene Aparecida Bernardes	16/07/1982
42.	176	Rubia Oliveira dos Santos	09/02/1993
43.	185	Tatiane Mendes Lourenço da Silva	25/05/1994
44.	201	Vanessa Serejo Sousa	21/04/2001
45.	169	Walison Afonso da Costa	04/12/2000

46.	007	Weslaine Julia Nogueira da Silva	24/04/1989
	PEDAGOGO- DISTRITO		
Ordem	Nº INCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**
1.	118	Andrea Alves Da Silva	18/02/1985
2.	083	Deyse Lara De Carvalho Faria	01/12/1982
3.	209	Edinair de Sousa Morais	22/10/1977
4.	178	Edriana Bernardina do Souza Santos	08/08/1972
5.	161	Jheliks Januario dos Anjos	02/01/1987
6.	115	Klenia Freitas Machado	02/09/1977
7.	122	Leandro Ribeiro Padilha	12/02/1993
8.	179	Ludimila Batista de Souza	17/08/1997
9.	187	Mabia Maria Matias Dos Santos	10/07/1985
10.	199	Magnete De Jesus Costa	10/02/1984
11.	031	Patrik Menom Botelho	05/03/1983
12.	075	Silvana Laurindo da Silva	10/03/1979
PEDAGOGO -SEDE			
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**
1.	158	Adriana Martins Medeiros Resende	05/03/1972
2.	032	Alba Regina Moraes	28/07/1971
3.	197	Alcione Nogueira da Silva	01/09/1986
4.	151	Alessandra Corrêa Faria	04/01/1997
5.	085	Aline Silva Ferreira	23/01/1996
6.	200	Ana Dulce De Souza Ferreira	22/01/1949
7.	142	Ana Lucia Silvério Gomes	08/06/1987
8.	103	Angela Aparecida da Silva	01/01/1979
9.	148	Arthur Filipe Santana	02/04/1995
10.	154	Carla Cristina Torquato De Paiva	31/03/1991
11.	166	Celma Batista Guimaraes Oliveira	16/10/1971
12.	041	Chirley h dos Santos Mota	13/04/1964
13.	108	Cicera Policarpo de Lima	14/12/1971
14.	165	Cleidia Aparecida de Souza	30/04/1985
15.	081	Divanilda Da Silva Peres	12/08/1983
16.	149	Florizete Maria Ribas	01/07/1973
17.	066	Gabriela Gomes da Silva	22/09/1997
18.	097	Geaine Lemes Carvalho Silva	07/11/1995
19.	134	Ieda Muniz Maranhão	18/01/1956
20.	145	Izabelly Dias De Oliveira Sousa	25/11/1997
21.	073	Jairo Rodrigues da Silva	10/09/1981
22.	027	Janaina Serejo de Sousa	12/06/1997
23.	181	Joelma Santos Mendes Araujo	09/07/1979
24.	213	Joelna De Jesus Cordeiro	17/06/1983
25.	055	Kalleb Nunes Ribeiro	11/10/1999
26.	193	Kersoneia de Jesus Costa	03/01/1986
27.	137	Leosmar Tsimi'udo Tseretsu	22/11/1990
28.	054	Leticia Rodrigues Da Silva Melo Rocha	10/10/1992
29.	155	Liliana Da Silva Moura Freitas	03/07/1967
30.	021	Lourdes Bernardes de Freitas Vieira	03/01/1963
31.	186	Márcia Helena Dos Santos Melo	02/02/1971
32.	044	Maria Flavia Da Silva	26/08/1983
33.	174	Mariza Vitorino dos Santos	24/09/1970
34.	092	Nolma Nogueira da Silva Braga	22/07/1975
35.	171	Pamela Costa Oliveira	23/10/1992
36.	204	Patricia Rodrigues Ferreira	02/06/1989
37.	068	Rafaela Costa Oliveira	15/12/1993
38.	079	Raquel Rosa Silvério	28/07/1995
39.	053	Regiane Batista Da Silva Barbosa	19/04/1997
40.	040	Ricardo Inacio Batista	16/06/1995
41.	046	Rosa Ferreira Nobre	17/02/1976
42.	150	Sueli Teixeira de Almeida	24/11/1986
43.	139	Tallita De Malheiros E Arão	19/04/1986
44.	017	Teonizia Martins Barros	23/08/1992
45.	160	Valdinéia Marques Dos Santos	13/02/1975
46.	100	Valdir Firmino de Souza	13/04/1974
47.	070	Weldes Charles Casaca da Silva Ferreira	01/04/1992
QUADRO – 3.0			
SECRETARIA DE SAÚDE			
MOTORISTA - DISTRITO			
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**
1.	105	Alex Pereira Bernardes	19/06/1984
2.	072	Aparecido Nildo De Souza	19/09/1995
3.	074	Bruno Gondim Pereira	11/05/1992
4.	089	Edson Marques	09/05/1988
5.	111	Gutemberg Moisés Bastos Carmona	13/04/1979
6.	124	Jelvis dos Santos Silva	25/06/1970
7.	152	Jose Rodrigues Alves	27/08/1959
8.	095	Renato Rosa Medeiros	01/06/1980

9.	140	Rogelio Silva De Oliveira	07/07/1985
10.	094	William Ataíde Araújo	25/08/1986
	PSICÓLOGO - SEDE		
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**
1.	163	Ana Carolina Teixeira da Rocha	15/10/1993
2.	024	Eliete Lopes Costa	13/03/1960
3.	098	Gisseli Vilas Boas Costa	21/02/1986
4.	146	Helen Fernanda Cintra Farinha	03/09/1994
5.	112	Iohana da Cruz Duarte	24/09/1993
6.	215	Ivete Pires Pessoa Simonato Ribeiro	16/07/1962
7.	153	Ivo Gabriel De Moraes Neto	06/04/1994
8.	042	Lorena Carvalho Souza Silva	13/05/1993
9.	182	Luana Lopes Prates	11/11/1992
10.	125	Maria Cristiane Ribeiro Lara	07/09/1981
11.	038	Nadia Silva Roda	15/12/1990
12.	093	Simelia Rodrigues de Souza	16/08/1983
	TÉCNICO EM ENFERMAGEM -SEDE		
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**
1.	034	Claudia Maria de Souza Oliveira	14/07/1980
2.	026	Eliaine Fernanda Damas	05/05/1988
3.	090	Elisangela Alexandre dos Santos Oliveira	14/02/1995
4.	057	Gonçalina Francislene Santana	15/12/1978
5.	214	Jessica Martins Dos Santos	21/09/1990
6.	205	Josenildo Tserewari'o Pariwaei	09/06/1990
7.	184	Kassia Tayná Limoeiro Soares Roesler	26/09/1996
8.	010	Kelbia Ap da Silva	03/03/1992
9.	009	Kristiane Mendes de Abreu	27/02/1988
10.	030	Marlei Renilda Ronsoni	12/11/1998
11.	172	Sonia Rodrigues Borges de Souza	26/06/1970
12.	121	Valdirene Torquato da Silva	02/09/1985
13.	028	Valquiria Pires Cardoso	03/10/1986
14.	168	Zulmira Cavalcante Martins	14/05/1961

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: GILMAR MOURA DE SOUZA - ME, CNPJ n° 18.446.326/0001-02.

Objeto: Contratação da empresa do ramo de advocacia GILMAR MOURA DE SOUZA – ME, com endereço na Rua João Pessoa nº 919, na cidade de Rondonópolis - MT, para prestação de serviços técnicos especializados de consultoria jurídica no município de Campinápolis - MT.

Dotação: 02.010.04.122.0001.2001.3390390000 – Red. 0022.

Valor: R$ 108.000,000 (cento e oito mil reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Responsável: Jeovan Faria – Por parte da CONTRATANTE e Gilmar Moura de Souza – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
ATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 014/2019

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº 1042/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019.

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço nos seguintes segmentos: manutenção de ar condicionado, serviço de lava a jato e propaganda volante, conforme Termo de Referência.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

HOMOLOGAR o processo da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 14/2019, do tipo menor preço por item, no sistema de registro de preços, cujo objeto é a futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço nos seguintes segmentos: manutenção de ar condicionado, serviço de lava a jato e propaganda volante, conforme Termo de Referência; cujo resultado foi o seguinte:

EVALDO ALVES DOS SANTOS 79994148168, CNPJ/MF sob o nº. 12.691.141/0001-87						
N	**CÓD.**	**DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**	**Unidade**	**Quant.**	**VALOR UNIT.**	**TOTAL**
24	71482	ANIMACAO DE FESTAS COM DJS POR DIA DE EVENTO	UNIDADE	40	500,00	20.000,00
25	71483	APRESENTAÇÃO DE CERIMONIAIS EM EVENTOS FESTIVOS E EVENTOS CULTURAIS, POR DIA DE EVENTO.	UNIDADE	90	350,00	31.500,00

26	90844	APRESENTAÇÃO DE CERIMONIAIS EM INAUGURAÇÕES E EVENTOS ESPORTIVOS, POR EVENTO.	UNIDADE	20	350,00	7.000,00
27	71485	FILMAGENS, EDICAO E PRODUCAO EM DVDS POR DIA DE EVENTO	UNIDADE	69	995,00	68.655,00
28	81670	LOCACAO DE SOM PARA EVENTOS POR DIA DE EVENTO.	UNIDADE	192	800,00	153.600,00
29	71481	PUBLICIDADE VOLANTE COM LOCUCAO	HORA	1.570	40,00	62.800,00
30	71487	QUILOMETRO RODADO PARA DESLOCAMENTO DE PUBLICIDADE FORA DO PERIMETRO URBANO	KM	3.700	4,00	14.800,00
TOTAL						**358.355,00**

J INACIO FILHO - ME, CNPJ/MF nº. 19.926.042/0001-86

N.	CÓD	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	85313	ASSEADA AMBULANCIA FURGAO	UNIDADE	100	69,50	6.950,00
2	77331	ASSEADA CAMINHAO	UNIDADE	250	150,00	37.500,00
3	77332	ASSEADA CAMINHONETE	UNIDADE	228	60,00	13.680,00
4	85297	ASSEADA CAMINHONETE F 4000	UNIDADE	50	99,50	4.975,00
5	77344	ASSEADA DE ONIBUS	UNIDADE	450	150,00	67.500,00
6	77325	ASSEADA DE VEICULOS/ AMBULANCIA	UNIDADE	250	50,00	12.500,00
7	77350	ASSEADA GERAL DE VEICULOS LEVE	UNIDADE	200	40,00	8.000,00
8	85312	ASSEADA MICRO ONIBUS	UNIDADE	36	100,00	3.600,00
9	77327	LAVADA GERAL AMBULANCIA	UNIDADE	150	80,00	12.000,00
10	85301	LAVADA GERAL AMBULANCIA FURGAO	UNIDADE	150	100,00	15.000,00
11	77330	LAVADA GERAL CAMINHONETE	UNIDADE	217	100,00	21.700,00
12	85298	LAVADA GERAL CAMINHONETE F 4000	UNIDADE	20	150,00	3.000,00
13	77351	LAVADA GERAL DE VEICULOS LEVES	UND	164	80,00	13.120,00
14	85302	LAVADA GERAL MICRO ONIBUS	UNIDADE	20	200,00	4.000,00
15	85303	LAVADA GERAL MOTOCICLETA	UNIDADE	85	20,00	1.700,00
16	81309	LAVADA GERAL PA CARREGADEIRA	UNIDADE	100	199,00	19.900,00
17	81308	LAVADA GERAL PC (CASE)	UNIDADE	70	279,00	19.530,00
18	85299	LAVADA GERAL PRANCHA	UNIDADE	20	245,00	4.900,00
19	81307	LAVADA GERAL RETRO ESCAVADEIRA	UNIDADE	70	250,00	17.500,00
20	85300	LAVADA GERAL TRATOR	UNIDADE	20	195,00	3.900,00
TOTAL						**290.955,00**

WANDERSON GOMIDES DE PAULA 06184040154, CNPJ nº 29.421.056/0001-00

Seq.	Cod.	Descrição	Unidade	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	76122	CARGA DE GAS EM AR CONDICIONADO	SERVICO	110	99,00	10.890,00
2	76128	CARGA DE GAS EM REFRIGERADOR	SERVICO	42	85,90	3.607,80
3	83035	INSTALACAO DE AR CONDICIONADO 21000 BTUS	SERVICO	44	171,00	7.524,00
4	76120	INSTALACAO DE AR CONDICIONADO 24000 A 36000 BTUS	SERVICO	55	172,90	9.509,50
5	76119	INSTALACAO DE AR CONDICIONADO 7000 A 12000 BTUS	SERVICO	71	125,00	8.875,00
6	71489	MANUTENCAO DE AR CONDICIONADO 7000 A 12000 BTUS	SERVICO	137	75,00	10.275,00
7	76129	MANUTENCAO EM MAQUINA DE LAVAR ROUPA	SERVICO	16	222,00	3.552,00
8	76123	TROCA DE CAPACITOR	SERVICO	95	85,00	8.075,00
9	76127	TROCA DE PLACA ELETRONICA EM AR CONDICIONADO	SERVICO	46	178,90	8.229,40
10	76130	TROCA DE RELE EM AR CONDICIONADO	SERVICO	68	82,67	5.621,56
11	76133	TROCA DE RELE EM REFRIGERADORES	SERVICO	34	61,33	2.085,22
12	76132	TROCA DE TERMOSTATO	SERVICO	40	64,00	2.560,00
TOTAL						**80.804,48**

Devendoser pago mediante a execução dos serviços, com a fatura em documento válido, após o atesto de seu recebimento.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, 11 de junho de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADESÃO A REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Campinápolis – MT torna público que aderiu à Ata de Registro de Preços nº 013/2019 do Pregão Presencial nº 012/2019, cujo órgão gerenciador é a Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia – MT, para aquisição de massa asfáltica “PMF”, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Campinápolis - MT, para realização de tapa buracos em Pontal do Araguaia-MT. Empresa **MACRO CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 13.380.177/0001-90**, no valor global de R$ 65.625,00. Campinápolis - MT, 10/06/2019. Gilberto F. Ribeiro de Paula - Pregoeiro.

SETOR DE LICITAÇÕES
ATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº 1730/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019

OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 013/2019 do Pregão Presencial nº 012/2019, cujo objeto é a Futura e Eventual Aquisição de massa asfáltica “PMF”, para realização de tapa buracos em Pontal do Araguaia-MT.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

HOMOLOGAR o processo de Ata de Registro de Preços nº 013/2019 do Pregão Presencial nº 012/2019, cujo objeto é a Futura e Eventual Aquisição de massa asfáltica “PMF”, para realização de tapa buracos em Pontal do Araguaia-MT, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Campinápolis – MT, em favor da empresa **MACRO CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 13.380.177/0001-90conforme relação que segue**:

EMPRESA: MACRO CONSTRUTORA – LTDA EPP, CNPJ nº 13.380.117/0001-90.					
Item	**Unid.**	**Quant.**	**DESCRIÇÃO**	**Valor Unit.**	**Valor total**
001	TONELADA	125	MASSA ASFÁLTICA PARA APLICAÇÃO A FRIO (PMF) E LIGANTES (COM O FORNECIMENTO DE PEDRISCO).	**R$ 525,00**	**R$ 65. 625,00**
	Total geral: R$ 65.625,00				

Devendoser pago mediante a execução dos serviços, com a fatura em documento válido, após o atesto de seu recebimento.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, 11 de Junho de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2019

PREGÃO ELETRÔNICO N° 37/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR:GUAPUI COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de mobiliário, condicionadores de ar, móveis e equipamentos permanentes para atender as necessidades do município.

VALOR TOTAL: R$ 224.361,00.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 293, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

REVOGA A PORTARIA Nº 302/2012, QUE NOMEIA A SERVIDORA ELISANGELA BORGES DE FREITAS FORESTIERI, NA FUNÇÃO DE OUVIDORA GERAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 292, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

NOMEAR, os membros que comporão o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher – COMDIM– Gestão 2019-2022, na forma seguinte:

I- Representante da Defensoria Pública:

*Não apresentou representante

II- Representante do Lions Clube:

Titular: Marina Karoline Nascimento de Paula

CPF: 022.585.081-85

Suplente: Silvelena Rocha Doretto Coelho

CPF: 329.619.328-66

III- Representantes do Rotary Club:

Titular: Elisangela Borges de Freitas Forestieri

CPF: 016.918.229-06

Suplente: Rosane Soeli Ritter Venturini

CPF: 801.819.029-15

IV- Representante do Conselho dos Ministros Evangelicos de Campo Novo do Parecis/MT- COMEC:

*Não apresentou representante

V- Representante da Associação de Bairro Jardim das Palmeiras:

Titular: Ducena Gonzaga dos Santos

CPF: 928.388.121-49

Suplente: Sonia Regina Almeida Carvalho

CPF: 603.905.571-53

VI- Representante do GGIM:

Titular: Alessandra Costa Marques Rosa de Moraes

CPF: 758.232.761-68

Suplente: Rafaela Ines Casagrande

CPF: 031.621.391-80

VII- Representante do Conselho Municipal de Assistência Social:

Titular: Bianca da Silva Tavares

CPF: 028.137.761-90

Suplente: Jonas Ferreira de Almeida

CPF: 018.066.851-08

VIII- Representante Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Titular: Edna Tubiana Baú

CPF: 038.355.879-43

Suplente: Daiane Zanella

CPF: 015.882.911-54

IX- Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Sonnea Cordeiro Zabolotny

CPF: 413.283.880-34

Suplente: Neide Pantaleão dos Santos

CPF: 858.866.531-04

X- Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Léia Maria Réa Nedel

CPF: 304.069.781-15

Suplente: Marga Cesca

CPF: 403.713.791-72

XI- Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Priscila Cristina Silva Souza

CPF: 015.766.371-07

Suplente: Noely Negrão de Oliveira Rodrigues

CPF: 073.359.658-46

XII- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo:

Titular: Dionísia Oliveira Santana de Almeida

CPF:262.712.408-01

Suplente: Caio Henrique dos Reis de Souza

CPF: 037.783.361-42

XIII- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer:

Titular: Evânia Maria Barbosa de Lima

CPF: 960.224.934-04

Suplente: Valéria de Bona

CPF: 023.817.431-03

XIV- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Titular: Poliana Cristina Tessaro

CPF: 018.297.151-19

Suplente: Ronai Aparecido Soares França

CPF: 032.693.339-51

XV- Secretaria Municipal de Administração:

* Não apresentou representante

XVI- Indicação do Poder Executivo:

Titular: Fabiana de Casio Gonçalves Guedes

CPF: 716.134.631-20

Suplente: Cássia Matos Amaral

CPF: 033.253.745-57

2. NOMEAR,os membros que comporão a Diretoria do **Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher**, na forma seguinte:

a) Presidente: Sonnea Cordeiro Zabolotny CPF: 413.283.880-34 b) Vice-Presidente: Alessandra Costa Marques Rosa de Moraes CPF: 758.232.761-69 c) Secretária: Poliana Cristina Tessaro CPF: 018.297.151-19

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 146 DE 3 DE JUNHO DE 2019

APROVA AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, GESTÃO DO pREFEITO rafael machado.

WAGNER TAVARES DA CUNHA,Presidente da Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, nos termos do art. 39, IV, do Regimento Interno, promulgo o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º. Ficam aprovadas as Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT, relativas ao exercício financeiro de 2017, gestão do Prefeito Municipal Sr. Rafael Machado, acompanhando o parecer prévio nº 57/2018, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis/MT, 3 de junho de 2019.

VER. WAGNER TAVARES DA CUNHA

Presidente

Registrado na Secretaria da Câmara Municipal, publicado por afixação no lugar de costume, em 05.06.2019.

DALVA LÚCIA ZAMBALDI

Secretária Geral

* REPUBLICADO PARA CORREÇÃO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2019

PREGÃO ELETRÔNICO N° 37/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR:POTENCIA COMÉRCIO PRODUTOS INFORMÁTICA EIRELI

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de mobiliário, condicionadores de ar, móveis e equipamentos permanentes para atender as necessidades do município.

VALOR TOTAL: R$ 114.383,00.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2019

PREGÃO ELETRÔNICO N° 37/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR:OLMIR IORIS & CIA LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de mobiliário, condicionadores de ar, móveis e equipamentos permanentes para atender as necessidades do município.

VALOR TOTAL: R$ 291.195,80.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 052/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO 052/2019 - *Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa prestadora de serviços de reforma, recuperação de estofado, substituição de carpetes, capotas e toldos, com fornecimento de materiais*: a empresa JOSÉ VALENTIM PAES & CIA LTDA – ME, CNPJ nº 04.864.546/0001-41, sagrou-se vencedora do certame, lote único, com o total de R$ 71.999,90 (setenta e um mil novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos). Campo Verde, 11 de junho de 2019. Leila Gubert – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECISÃO PREFEITO - PREGÃO 042/2019

Campo Verde-MT, 11 de junho de 2019.

Referência: Proc. 1392/2019 – Pregão Presencial nº 042/2019 Análise de Recurso Administrativo apresentado pela empresa "SERVMASTER AR CONDICIONADO LTDA e JOSE PEREIRA DA SILVA FILHO-ME" e CONTRARRAZÕES APRESENTADO PELA EMPRESA "VITÓRIA REFRIGERAÇÃO LTDA ME".

DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO

Cuida-se de recurso administrativo manejado pelas empresas *SERVMASTER AR CONDICIONADO LTDA e JOSE PEREIRA DA SILVA FILHO-ME* em face da habilitação das empresas JONATHAN WAGNER SILVA DE ARAÚJO e VITÓRIA REFRIGERAÇÃO LTDA ME", requerendo suas inabilitações, pelo fato de ambas empresas vencedoras não apresentarem *"atestado de capacidade técnica e o registro ou inscrição na entidade profissional competente".*

Somente a empresa *VITÓRIA REFRIGERAÇÃO LTDA ME* apresentou contrarrazões tempestivamente, requerendo que seja mantida a decisão da Presidente da CPL, pugnando pelo desprovimento dos recursos manejados por ambas empresas**.**

Consultada a Procuradoria Jurídica do Município, foi opinado pelo **conhecimento e desprovimento** dos recursos**,** e, consequentemente, pelo seguimento do certame, uma vez que, por se tratar de serviço simples o Edital não exigiu tais documentações.

Desta forma, **ACOLHO** o parecer jurídico e, na medida em que adoto seus próprios e jurídicos fundamentos, **DECIDO**:

DESPROVER o recurso interposto pelas empresas **SERVMASTER AR CONDICIONADO LTDA e JOSE PEREIRA DA SILVA FILHO-ME,** ratificando a decisão exarada no âmbito do Pregão Presencial nº 042/2019;

Por se tratar de Pregão Presencial, ficam os autos com vistas franqueadas à empresa para fins de direito, podendo ser consultado no Paço Municipal.

Publique-se e encaminhe-se à Comissão Permanente de Licitações, para seguimento do certame.

Às providências.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 131/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: JOSÉ VALENTIM PAES & CIA LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº 04.864.546/0001-41

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE REFORMA, RECUPERAÇÃO DE ESTOFADO, SUBSTITUIÇÃO DE CARPETES, CAPOTAS E TOLDOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS – PREGÃO 052/2019

VIGÊNCIA DA ATA: 11/06/2019 À 10/06/2020

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	TECIDO DETROIT ESCRITÓRIO, INCLUSO MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, PARA SUBSTITUIÇÃO DE REVESTIMENTO DE ENCOSTO/ASSENTO DE CADEIRAS FIXAS, GIRATÓRIAS E LONGARINAS. NAS CORES: A DEFINIR.	50 M²	J. SERRANO	R$ 37,00	R$ 1.850,00
02	TECIDO NAVALHADO, INCLUSO MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, PARA SUBSTITUIÇÃO DE REVESTIMENTO DE ENCOSTO/ASSENTO DE POLTRONAS DE: ÔNIBUS, CARROS DE PASSEIO, CARROS VAN, CAMINHÕES, AMBULÂNCIAS, MÁQUINAS, TRATORES E MICRO-ÔNIBUS. NAS CORES: A DEFINIR.	50 M²	TECIDO NAVALHADO	R$ 65,00	R$ 3.250,00
03	TECIDO AVELUDADO PARA SOFÁ, INCLUSO MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, PARA SUBSTITUIÇÃO DE REVESTIMENTO DE SOFÁS DE 01, 02 OU 03 LUGARES. NAS CORES: A DEFINIR	25 M²	SULTEC	R$ 76,00	R$ 1.900,00
04	COURVIN URUGUAI ACOPLADO – COURO SINTÉTICO, PARA USO FRONTAL, INCLUSO MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, PARA SUBSTITUIÇÃO DE REVESTIMENTO DE ENCOSTO/ASSENTO DE POLTRONAS DE: ÔNIBUS, CARROS DE PASSEIO, CARROS VAN, CAMINHÕES, AMBULÂNCIAS, MÁQUINAS, TRATORES E MICRO-ÔNIBUS. NAS CORES: A DEFINIR.	100 M²	PAULINHO COURO	R$ 78,00	R$ 7.800,00
05	COURVIN URUGUAI – COURO SINTÉTICO, PARA USO NA PARTE POSTERIOR, INCLUSO MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, PARA SUBSTITUIÇÃO DE REVESTIMENTO DE ENCOSTO/ASSENTO DE POLTRONAS DE: ÔNIBUS, CARROS DE PASSEIO, CARROS VAN, CAMINHÕES, AMBULÂNCIAS, MÁQUINAS, TRATORES E MICRO-ÔNIBUS. NAS CORES: A DEFINIR.	100 M²	PAULINHO COURO	R$ 60,00	R$ 6.000,00
06	CORINO PARA ESCRITÓRIO - COURO SINTÉTICO, INCLUSO MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, PARA SUBSTITUIÇÃO DE REVESTIMENTO DE ENCOSTO/ASSENTO DE CADEIRAS FIXAS, GIRATÓRIAS E LONGARINAS. NAS CORES: A DEFINIR	50 M²	CIPATEX	R$ 30,00	R$ 1.500,00
07	COURVIN CAMINHO DA ESCOLA - COURO SINTÉTICO, INCLUSO MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, PARA SUBSTITUIÇÃO DE REVESTIMENTO DE ENCOSTO/ASSENTO DE POLTRONAS DE ÔNIBUS ESCOLARES. NAS CORES: A DEFINIR	100 M²	CIPATEX	R$ 97,00	R$ 9.700,00
08	ESPUMA D30 DE 5 CM, INCLUSO MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, PARA SUBSTITUIÇÃO DE ESPUMA DO ENCOSTO/ASSENTO DE CADEIRAS FIXAS, GIRATÓRIAS, LONGARINAS, ÔNIBUS, CARROS DE PASSEIO, CARROS VAN, CAMINHÕES, AMBULÂNCIAS, MÁQUINAS, TRATORES E MICRO-ÔNIBUS.	100 M²	ESPUMA FLEX	R$ 140,00	R$ 14.000,000
09	ESPUMA PRÓ 28 DE 1 CM, INCLUSO MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, PARA SUBSTITUIÇÃO DE ESPUMA (ACABAMENTO) DO ENCOSTO/ASSENTO DE CADEIRAS FIXAS, GIRATÓRIAS, LONGARINAS, ÔNIBUS, CARROS DE PASSEIO, CARROS VAN, CAMINHÕES, AMBULÂNCIAS, MÁQUINAS, TRATORES E MICRO-ÔNIBUS.	100 M²	ESPUMA FLEX	R$ 20,00	R$ 2.000,00
10	MADEIRA COMPENSADA DE NO MÍNIMO 20 MM, INCLUSO MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, PARA RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA DO ENCOSTO/ASSENTO DE CADEIRAS FIXAS, GIRATÓRIAS E LONGARINAS, SOFÁS, POLTRONAS DE ÔNIBUS, CARROS DE PASSEIO, CARROS VAN, CAMINHÕES, AMBULÂNCIAS, MÁQUINAS, TRATORES E MICRO-ÔNIBUS.	50 M²	LEO MADEIRAS	R$ 115,00	R$ 5.750,00
11	RODÍZIOS PARA CADEIRA GIRATÓRIA, INCLUSO MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, PARA SUBSTITUIÇÃO DE RODÍZIOS DE CADEIRAS GIRATÓRIAS.	80 UND	PLAX METAL	R$ 6,95	R$ 556,00
12	TAPETE DE VERNIZ, INCLUSO MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, PARA SUBSTITUIÇÃO DE REVESTIMENTO DE ASSOALHO AUTOMOTIVO, EM ÔNIBUS, CARROS DE PASSEIO, CARROS VAN, CAMINHÕES, AMBULÂNCIAS, MÁQUINAS, TRATORES E MICRO-ÔNIBUS.	30 M²	CIPATEX	R$ 88,13	R$ 2.643,90
13	TAPETE PROTETOR ASSOALHO EM CADEBAL (BENDEN DE FORRAÇÃO), INCLUSO MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, PARA SUBSTITUIÇÃO (ACA-	30 M²	PAULINHO COURO	R$ 95,00	R$ 2.850,00

	BAMENTO) DO ASSOALHO AUTOMOTIVO, EM ÔNIBUS, CARROS DE PASSEIO, CARROS VAN, CAMINHÕES, AMBULÂNCIAS, MÁQUINAS, TRATORES E MICRO-ÔNIBUS.				
14	CAPOTA LONA MARÍTIMA PARA PICK-UP E CAMINHONETE, INCLUSO MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, PARA SUBSTITUIÇÃO DE CAPOTAS.	20 M²	CIPATEX	R$ 95,00	R$ 1. 900,00
15	LONA PARA TOLDO, INCLUSO MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, PARA SUBSTITUIÇÃO DE TOLDOS EM PORTAS E JANELAS.	50 M²	BETINA	R$ 66,00	R$ 3. 300,00
16	SERVIÇOS EXTRAS DE AJUSTE / REGULAGEM / COSTURAS E CONSERTO, INCLUSO TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, EM CADEIRA FIXA, GIRATÓRIA OU LONGARINA, BANCOS, ETC... *(ESSE SERVIÇO SOMENTE SERÁ UTILIZADO QUANDO FOR UTILIZADA APENAS MÃO DE OBRA, E NÃO FOR APLICADO QUALQUER MATERIAL).*	100 HORAS	---------	R$ 70,00	R$ 7. 000,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 71.999,90 (SETENTA E UM MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA CENTAVOS).					

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 065/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, TELAS SOLDÁVEIS, BOMBAS CENTRIFUGAS E MATERIAIS PARA PEQUENOS REPAROS**, na modalidade pregão (presencial) **n° 065/2019** a se realizar no dia **26/06/2019, as 08hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 11 de junho de 2019.

Leila Gubert

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 71/2018.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 71/2018.

DO OBJETO: Alterar CLÁUSULA VIII – DA VIGENCIA E ALTERAÇÕES do contrato original.

DO OBJETO ADITADO: Fica aditado mais 12 (Doze) Meses.

DA VIGENCIA: Aditada ate 01.07/2020.

ASSINAM: JOSÉ ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e ADENIR ARAUJO 57827770282, CNPJ/MF Nº 28.352.673/0001-20/CONTRATADA.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 72/2018.

DO OBJETO: Alterar CLÁUSULA VIII – DA VIGENCIA E ALTERAÇÕES do contrato original.

DO OBJETO ADITADO: Fica aditado mais 12 (doze) Meses.

DA VIGENCIA: Aditada até 01.07.2020.

ASSINAM:JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE **MARLENE DA SILVA PANHOSATTO 99923432904**, inscrita no CNPJ/MF sob o 29.779.716/0001-10/ CONTRATADA.

ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
REGIMENTO INTERNO CMAS

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DA FINALIDADE

Art.1° O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do Município de Campos de Júlio-MT, órgão de deliberação colegiada, paritário, de caráter permanente e de âmbito municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, cujos membros, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período, de acordo com a Lei nº 392 de 27 de maio de 2009, responsável pela formação de estratégia e controle da execução da política de Assistência Social no Município de Campos de Júlio-MT, sem prejuízos das funções legislativas.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art.2° Ao Conselho Municipal de Assistência Social compete:

I – definir as prioridades e atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de Assistência Social no âmbito municipal;

II – estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;

III – apreciar e aprovar o Plano e a Política Municipal de Assistência Social e fiscalizar a sua execução;

IV – apreciar e aprovar a programação orçamentária e a execução financeira e a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social;

V – acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas do município;

VI – apreciar e aprovar critérios de qualidade para o funcionamento das entidades

e organizações de Assistência Social, públicas ou privadas, fixando normas para a

inscrição das mesmas, no âmbito municipal;

VII – aprovar, após apreciação prévia, os critérios para celebração de contratos e convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de Assistência Social no âmbito municipal;

VIII – elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

IX – zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social;

X – convocar ordinariamente a cada 2 (dois) anos ou extraordinariamente por maioria absoluta de seus membros ou de acordo com o estabelecido pela CNAS, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema da Assistência Social;

XI – acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

XII – apreciar e aprovar critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais, tais como o pagamento dos auxílios natalidade e morte**,** de responsabilidade dos Municípios;

XIII – dar posse a seus membros, depois de constituído;

XIV - inscrever entidades e organizações de Assistência Social;

XV - apreciar e aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social a ser encaminhada pela Secretaria responsável pela área da Assistência Social;

XVI – divulgar as deliberações, consubstanciadas em Resoluções do Conselho Municipal, em mídias apropriadas.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS será integrado

por 10 (dez) membros e seus respectivos suplentes, observada a seguinte representatividade:

I – **Do Governo Municipal:**

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Administração;

e) 01(um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação.

II – **Da Sociedade Civil:**

a) 02 (dois) representantes de entidades de Usuários ou de Defesa de Direitos dos Usuários de Assistência Social, no âmbito municipal. Ex.: associações comunitárias, clube de mães, Sindicatos, Seguimentos Religiosos, etc.

b) 02 (dois) representantes de entidades Prestadoras de Serviço da Área de Assistência Social, no âmbito municipal. Ex. APAE, Creche, Albergues etc.

c) 01 (um) representante de entidades dos Trabalhadores da Área de Assistência Social, no âmbito municipal.

§ 1º. Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

§ 2º. Cada membro poderá representar somente um órgão ou entidade.

§ 3º.Somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

§ 4º Quando, na sociedade civil, houver uma única entidade habilitada de uma

dada categoria, admitir-se-á, provisória e excepcionalmente, enquanto não surjam

novas entidades, que o CMAS preencha as vagas de titular e suplência com representantes da mesma entidade.

Art. 4º. A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:

I – o exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado;

II – os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou órgão que representam, apresentada ao próprio Conselho que encaminhará os novos nomes para nomeação imediata pelo Prefeito Municipal;

III – cada membro titular do CMAS terá direito a um único voto na sessão plenária;

IV – as decisões do CMAS serão consubstanciadas em Resoluções;

V – o CMAS será presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para o mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

SEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º. O CMAS terá seu funcionamento regido por Regimento Interno próprio e obedecerá às seguintes diretrizes:

I – o Plenário será tido como órgão de deliberação máxima;

II – as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente bimestralmente, conforme calendário anual previamente acordado e, extraordinariamente, quando

convocadas pelo Presidente ou por requerimento dos seus membros;

III – a Secretaria Executiva será diretamente subordinada à Presidência e ao

Colegiado, para dar suporte ao cumprimento de suas competências.

Art. 6º. A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do CMAS.

Art. 7º. Para melhor desempenho de suas funções, o CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I – consideram-se colaboradores do CMAS as instituições formadoras de recursos humanos para a Assistência Social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de Assistência Social, sem embargo de sua condição de membro;

II – poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos.

Art. 8º. Todas as sessões do CMAS serão públicas.

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

SEÇÃO I

DO PLENÁRIO

Art. 9º No contexto das atividades inerentes à Assistência Social, ao Plenário compete:

I - Atuar no sentido de concretizar os objetivos do CMAS;

II - Aprovar as propostas de programas, planos, regimento interno e demais medidas a que se refere a Lei Municipal nº 392 de 27 de maio de 2009, referente à criação do CMAS;

III - Aprovar a proposta orçamentária e os planos anuais de aplicação dos recursos do FMAS, assim como aprovar a destinação desses recursos;

IV – Eleger, na primeira reunião ordinária de cada biênio, o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário-Executivo (a), do CMAS, de acordo com as mudanças atuais do Conselho.

SEÇÃO II

DA PRESIDÊNCIA

Art. 10º À Presidência, compete estimular a mais ampla participação das instituições e entidades municipais, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no município, dispostas a cooperar com o esforço municipal.

SEÇÃO III

DA SECRETARIA-EXECUTIVA

Art. 11º. Ao (a) Secretário-Executivo (a), compete planejar, supervisionar e coordenar a execução das atividades de apoio técnico e administrativo necessários ao funcionamento do Conselho.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

SEÇÃO I

DO PRESIDENTE

Art. 12. Ao Presidente compete:

I - Representar oficialmente o Conselho;

II - Convocar e presidir as reuniões do Conselho, dando execução às decisões correspondentes;

III - estabelecer convênios e promover intercâmbio técnico-cultural-científico com órgãos do Sistema Nacional de Políticas Públicas de Assistência Social e com setores da administração pública relacionados ou especializados na área;

IV - Realizar e estimular a realização de estudos e pesquisas sobre temas de interesse do Conselho, promovendo a mais ampla divulgação dos mesmos;

V - Praticar os demais atos necessários ao cumprimento dos objetivos do CMAS; e

VI - Cumprir e fazer cumprir este Regimento.

SEÇÃO II

DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Art. 13. Ao Secretário-Executivo compete:

I - Substituir o vice-presidente em suas funções e atividades, em suas ausências e impedimentos;

II - Secretariar as reuniões do Conselho, mantendo em ordem e em dia a documentação correspondente;

III - Auxiliar o presidente na execução das medidas propostas pelo Conselho; e

IV - Praticar os demais atos necessários ao cumprimento dos objetivos do Conselho.

SEÇÃO III

DOS MEMBROS

Art. 14. Aos conselheiros compete:

I - Participar das reuniões do Conselho, com direito a voz e voto;

II - Executar as tarefas que lhes forem atribuídas nos grupos especiais de trabalho, ou as que lhe forem individualmente solicitadas;

III - Elaborar propostas de programas, planos, regimento interno e demais medidas relacionadas à Lei Municipal n°392, de 27, de maio, de 2009, inerente à criação do CMAS;

IV - Manter o setor que representa regularmente informado sobre as atividades e deliberações do Conselho;

V - Manter sigilo dos assuntos veiculados no Conselho, sempre que determinado pelo Plenário;

VI - Convocar reuniões mediante subscrição de um terço dos membros; e

VII - Manter conduta ética compatível com as atividades do Conselho.

CAPÍTULO VI

DO FUNCIONAMENTO

Art. 15 – O CMAS reunir-se-á, ordinariamente, de dois em dois meses, por convocação de seu Presidente, e extraordinariamente por convocação do Presidente ou de 1/3 dos conselheiros, observando em ambos os casos, o prazo mínimo de 2 (dois) dias para a realização da reunião ordinária e mínimo de 01 (um) dia para as extraordinárias.

Art. 16 – O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, instalar-se-á e deliberará com a presença da maioria simples dos conselheiros com direito a voz e voto. As deliberações se darão por maioria simples dos votos.

Art. 17 – É facultado ao Presidente e aos Conselheiros Titulares, solicitar o reexame, por parte do Plenário, de qualquer decisão que causar dúvida.

Parágrafo único – O voto divergente poderá ser expresso na ata da reunião, a pedido do membro que o proferir.

Art. 18 – As decisões do Plenário do CMAS serão consubstanciadas, respectivamente, em ofícios, advertências, resoluções, normativas, pareceres ou recomendações.

Art. 19 – Para a execução de suas atividades, o CMAS poderá formar Comissões Especiais de Trabalho, temporários ou permanentes, conforme deliberação do plenário.

§ 1º - As Comissões Especiais de Trabalho serão formadas por membros do Conselho e/ou por profissionais voluntários designados pelo plenário.

§ 2º - Cada Comissão elegerá um coordenador, responsável pela dinâmica dos trabalhos.

§ 3º - A Comissão poderá solicitar a colaboração de profissionais especializados para a realização de suas tarefas específicas que aceitando, serão designados pelo Presidente do CMAS.

CAPÍTULO VII

DA GESTÃO DO FMAS

Art. 20 O FMAS será gerido pelo Presidente do CMAS juntamente com o (a) Gestor (a) da Secretaria Municipal de Assistência Social, que se incumbirá da execução orçamentária e do cronograma físico-financeiro, referentes à proposta orçamentária anual aprovada pelo Plenário.

Art. 21 Aos gestores do FMAS competirá gerir os recursos inerentes a este fundo, prestando contas nas reuniões da sua aplicação ao Plenário.

Art. 22 Os recursos financeiros do FMAS serão centralizados em conta especial, denominada “Fundo Municipal Assistência Social”, mantida no Banco do

Brasil S. A., em Campos de Júlio – MT.

Art. 23 Nenhuma despesa será efetuada sem a indicação e cobertura de recurso disponível e os responsáveis prestarão contas de suas aplicações em prazo não superior a 90 (noventa) dias, procedendo-se automaticamente à tomada de contas se não as prestarem no prazo assinalado.

Art. 24 Todo ato de gestão financeira do FMAS será realizado por força de documento que comprove a operação, ficando registrado na contabilidade mediante classificação em conta adequada; tudo com o devido amparo nos requisitos procedimentais e de representatividade do Órgão Gestor.

Art. 25 O FMAS será constituído com base nos recursos provenientes de dotações orçamentárias, assim como de doações financeiras de instituições, entidades e pessoas físicas; bem como da disponibilização ou doação de bens in natura.

Art. 26 Toda utilização de recursos provenientes do FMAS fica sujeita aos mesmos trâmites legais de comprovação e procedimentos a que se submetem os bens da União e os recursos orçamentários.

Art. 27 O FMAS será estruturado de acordo com as normas de contabilidade pública e auditoria estabelecidas pelo Governo, devendo ter sua programação aprovada na forma prevista pelo Decreto-Lei n° 1.754, de 31 de dezembro de 1979.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28 O presente Regimento Interno só poderá ser modificado por proposta de maioria simples dos membros do Conselho, ou por proposta da sua

Presidência, referendada pela maioria simples dos conselheiros.

Art. 29 As Portarias, Decretos, Recomendações e outros deste Conselho serão publicadas no Diário Oficial do Estado.

Art. 30 Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário.

Art. 31 Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e publicações anteriores.

Campos de Júlio-MT, 06 de junho de 2019

Maria Sueli do Carmo da Cruz

Presidente do Conselho Municipal Assistência Social

LEI Nº 1.019, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E O NÍVEL DO CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO NO QUADRO PESSOAL EFETIVO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, Estado de Mato de Grosso, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterada a carga horária e o nível do cargo de Assessor Jurídico do quadro de pessoal efetivo do Legislativo Municipal-Nível B23 a B25, os quais serão remunerados conforme estabelece a Lei Municipal nº. 25, de 17 de abril de 1997 e o valor de seus vencimentos mensais é fixado de acordo com o anexo II constante da presente lei.

Art. 2º As despesas decorrentes dessa lei correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Elemento de despesa:

01.01- Câmara Municipal

01.031.0001.2001-Manut. e encargos da Câmara Municipal

31.90.11.00.00- Venc. e vantagens fixas –Pessoal civil

Art. 3º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 10 de junho de 2019.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

DECRETO Nº. 64, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL SUPLEMENTAR POR S*UPERAVIT*, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº.1.021, de 11 de junho de 2019;*

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 156.807,59 (cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e sete reais e cinquenta e nove centavos), conforme especificado a seguir:

ORGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

(435) 3.3.90.14.00.00.2.058.01.0029 Diárias Civil R$ 5.000,00

(437) 3.3.90.39.00.00.2.058.01.0029 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica R$ 5.000,00

(438) 4.4.90.52.00.00.2.058.01.0029 Equipamentos e Material Permanente R$ 3.000,00

(440) 3.3.90.30.00.00.2.059.01.0029 Material de Consumo R$ 30.000,00

(442) 3.3.90.36.00.00.2.059.01.0029 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Física R$ 10.000,00

(444) 3.3.90.39.00.00.2.059.01.0029 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica R$ 10.000,00

(450) 3.3.90.14.00.00.2.061.01.0029 Diárias Civil R$ 12.000,00

(451) 3.3.90.30.00.00.2.061.01.0029 Material de Consumo R$ 10.000,00

(453) 3.3.90.36.00.00.2.061.01.0029 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Física R$ 5.000,00

(454) 3.3.90.39.00.00.2.061.01.0029 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica R$ 10.000,00

(427) 3.3.90.30.00.00.2.066.01.0029 Material de Consumo R$ 25.000,00

(432) 3.3.90.39.00.00.2.066.01.0029 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica R$ 14.839,00

(468) 3.3.90.30.00.00.2.067.01.0043 Material de Consumo R$ 2.968,59

(471) 3.3.90.39.00.00.2.067.01.0043 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica R$ 12.000,00

(472) 4.4.90.52.00.00.2.067.01.0043 Equipamentos e Material Permanente R$ 3.000,00

Total suplementação R$ 156.807,59

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo terceiro serão oriundos do *superavit* do exercício anterior conforme anexo I da Lei Municipal nº. 1.021, de 11 de junho de 2019.

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 11 de junho de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

DECRETO Nº. 63, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL SUPLEMENTAR POR S*UPERAVIT*, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº.1.020, de 11 de junho de 2019;*

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 185.000,00 (cem e oitenta e cinco mil reais), conforme especificado a seguir:

ORGÃO: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

UNIDADE: 01 DEPARTAMENTO DE CULTURA

(568) 3.3.50.43.00.00.1.015.01.0000 Subvenções Sociais R$ 25.000,00

(587) 3.3.50.43.00.00.1.137.01.0000 Subvenções Sociais R$ 60.000,00

Total do Órgão R$ 85.000,00

ORGÃO: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 01 DEPARTAMENTO AGROPECUÁRIO

(642) 3.3.50.43.00.00.1.008.01.0000 Subvenções Sociais R$ 100.000,00

Total do Órgão R$ 100.000,00

Total suplementação R$ 185.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo terceiro serão oriundos do *superavit* do exercício anterior conforme anexo I da Lei Municipal nº. 1.020, de 11 de junho de 2019.

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 11 de junho de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA | **Prefeito de Campos de Júlio**

LEI Nº 1.021, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

ALTERA A LEI 973/2018, QUE AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, Estado de Mato de Grosso, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 156.807,59 (cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e sete reais e cinquenta e nove centavos), conforme especificado a seguir:

ORGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

(435) 3.3.90.14.00.00.2.058.01.0029 Diárias Civil R$ 5.000,00

(437) 3.3.90.39.00.00.2.058.01.0029 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica R$ 5.000,00

(438) 4.4.90.52.00.00.2.058.01.0029 Equipamentos e Material Permanente R$ 3.000,00

(440) 3.3.90.30.00.00.2.059.01.0029 Material de Consumo R$ 30.000,00

(442) 3.3.90.36.00.00.2.059.01.0029 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Física R$ 10.000,00

(444) 3.3.90.39.00.00.2.059.01.0029 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica R$ 10.000,00

(450) 3.3.90.14.00.00.2.061.01.0029 Diárias Civil R$ 12.000,00

(451) 3.3.90.30.00.00.2.061.01.0029 Material de Consumo R$ 10.000,00

(453) 3.3.90.36.00.00.2.061.01.0029 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Física R$ 5.000,00

(454) 3.3.90.39.00.00.2.061.01.0029 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica R$ 10.000,00

(427) 3.3.90.30.00.00.2.066.01.0029 Material de Consumo R$ 25.000,00

(432) 3.3.90.39.00.00.2.066.01.0029 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica R$ 14.839,00

(468) 3.3.90.30.00.00.2.067.01.0043 Material de Consumo R$ 2.968,59

(471) 3.3.90.39.00.00.2.067.01.0043 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica R$ 12.000,00

(472) 4.4.90.52.00.00.2.067.01.0043 Equipamentos e Material Permanente R$ 3.000,00

Total suplementação R$ 156.807,59

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo terceiro serão oriundos do *superavit* do exercício anterior conforme anexo I dessa lei.

Art. 3º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 11 de junho de 2019.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

ANEXO I DA LEI Nº. 1.021/2019.

Fundamentado no anexo 14 das Contas Anuais de Gestão do Exercício de 2019.

Fonte de Recurso	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit	Créditos Utilizados	Saldo Superávit
01.0029	139.869,46	0,00	139.869,46	0,00	139.869,46
01.0043	17.968,59	0,00	17.968,59	0,00	17.968,59

Campos de Júlio, 11 de junho de 2019.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LISTA DOS CANDIDATOS COM INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS DA ETAPA DE RECURSOS DO PROCESSO DE ELEIÇÃO UNIFICADA AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO-MT 2019

RESULTADO DOS RECURSOS

DEFERIDAS
ENAILY GECICA MARTINS DE ASSIS
FRANCIELIO BUTURE VIEIRA
GISLAINE DA SILVA GUEDES DE QUEIROZ
INOSIMA APARECIDA DE OLIVEIRA ECHEVERRIA
LAUANA MARIA BEPPLER
LAURINDA DA SILVA
LUCIANE APARECIDA TOLOTTI
LUZIA VELANI NOGUEIRA
MARIA BETANIA INACIO DOS SANTOS
MARIA NATALIA FERREIRA DOS SANTOS

INDEFERIDAS
ANDRELINA SIQUEIRA DOS SANTOS
CELIA REGIANE COSTA DE LARA
CHRISTIAN DE PAULA CASTRO
CLEIDILENE TOMICHA DE MENDONÇA
GISLAINE ALVES DE SOUZA
MAURÍLIO PRESTES SOUZA DE OLIVEIRA
MÔNICA ASSIS DO NASCIMENTO
REGIANE RIBEIRO PERUCHI
TAYARA LOPES DA SILVA

Campos de Júlio, 10 de junho de 2019

Odirlei Pereira da Silva

Presidente da Comissão Especial Eleitoral

PORTARIA Nº. 135, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

ATRIBUI FUNÇÃO GRATIFICADA DE SECRETÁRIO ESCOLAR À SERVIDOR EFETIVO QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir à servidora **FERNANDA FERREIRA TAVARES,** admitida na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, através da Portaria nº. 027, de 20 de janeiro de 2014 a função gratificada de Secretário Escolar, prevista no artigo 3º, § 3º da Lei nº. 512, de 8 de março de 2012, com direito a percepção do adicional da função em seu vencimento, equivalente ao Padrão FG-7, constante do anexo I da Lei nº. 625, de 15 de abril de 2014, calculado sobre o salário base, que serão pagos independentemente de quaisquer outros benefícios anteriormente adquiridos conforme preceitua o artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Campos de Júlio, 11 de junho de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

LISTA DEFINITIVA DOS CANDIDATOS COM INSCRIÇÕES DEFERIDAS PARA O PROCESSO DE ELEIÇÃO UNIFICADA AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO-MT 2019

Abertura da fase de impugnação - 05 (cinco) dias - a contar de 10 a 14/06/19

DEFERIDAS
ADRIANA DE SOUZA COSTA GAIO
AURICEIA FERNANDES DOS SANTOS
DANIELLE DO ROSARIO
ELENA RANGEL SCHMITZ
ENAILY GECICA MARTINS DE ASSIS
FRANCIELIO BUTURE VIEIRA
GISLAINE DA SILVA GUEDES DE QUEIROZ
HELENA RODRIGUES DE SOUZA
INOSIMA APARECIDA DE OLIVEIRA ECHEVERRIA
JAFIA MAIRA SOUZA DOS SANTOS
JEOVANI JESUS DE SENAS
JOICE MARA POSSAMAI
JOSIANE GINELI DOS SANTOS
KELLI CRISTINA RUIZ
KELLY BORGES MACHADO
LAUANA MARIA BEPPLER
LAURINDA DA SILVA
LEDIANE APARECIDA HORBACH
LUCIANE APARECIDA TOLOTTI
LUZIA VELANI NOGUEIRA
MARIA BETANIA INACIO DOS SANTOS
MARIA NATALIA FERREIRA DOS SANTOS
MARIA SUELI DO CARMO DA CRUZ
MIRELY KAROLINA BALBINO VIEIRA
RODRIGO GOMES DA SILVA
ROSILENE BEZERRA DA SILVA
SILMARA HELENA DOS ANJOS
VALDIRENE APARECIDA DE JESUS
ZILDA LEMES

Campos de Júlio, 10 de junho de 2019

Odirlei Pereira da Silva

Presidente da Comissão Especial Eleitoral

PORTARIA Nº. 134, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA POR ABORTO À SERVIDORA QUE MENCIONA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 134, §4º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008;*

CONSIDERANDO *o atestado médico consignando o aborto da servidora nominada no artigo primeiro,*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença por aborto à servidora **ESTEFANIA NOVAES GONÇALVES,** admitida na forma do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo ao cargo de Agente Administrativo através da Portaria nº 131, de 16 de março de 2004, pelo prazo de 30 dias, contados a partir da data da ocorrência do fato, atestado em 8 de junho de 2019, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 8 de junho de 2019.

Art. 3º Suspende, durante o período descrito no artigo primeiro o pagamento relativo a função gratificada designada na portaria nº. 17, de 23 de janeiro de 2018.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 11 de junho de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 047/2014

DA ESPÉCIE: Prestação de serviços de seguro veicular.

DO OBJETO: Aditivo de Vigência contratual.

DO VALOR GLOBAL: passará de R$ 109.337,38 (cento e nove mil e trezentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos) Para 110.927,46 (cento e dez mil e novecentos e vinte se sete reais e quarenta e seis centavos).

DA VIGÊNCIA: 12/06/2019 a 11/06/2020.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE, e a empresa PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS CNPJ. 61. 198.164/0001-60 / CONTRATADA

LEI Nº 1.020, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

ALTERA A LEI 973/2018, QUE AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, Estado de Mato de Grosso, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 185.000,00 (cem e oitenta e cinco mil reais), conforme especificado a seguir:

ORGÃO: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

UNIDADE: 01 DEPARTAMENTO DE CULTURA

(568) 3.3.50.43.00.00.1.015.01.0000 Subvenções Sociais R$ 25.000,00

(587) 3.3.50.43.00.00.1.137.01.0000 Subvenções Sociais R$ 60.000,00

Total do Órgão R$ 85.000,00

ORGÃO: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 01 DEPARTAMENTO AGROPECUÁRIO

(642) 3.3.50.43.00.00.1.008.01.0000 Subvenções Sociais R$ 100.000,00

Total do Órgão R$ 100.000,00

Total suplementação R$ 185.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo terceiro serão oriundos do *superavit* do exercício anterior conforme anexo I dessa lei.

Art. 3º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 11 de junho de 2019.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

ANEXO I DA LEI 1.020/2019.

Fundamentado no anexo 14 das Contas Anuais de Gestão do Exercício de 2019.

Fonte de Recurso	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit	Créditos Utilizados	Saldo Superávit
01.0000	1.713.517,62	0,00	1.713.517,62	0,00	1.713.517,62

Campos de Júlio, 11 de junho de 2019.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 43, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

***CONSIDERANDO** a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no* Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, para contratação para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, para suprimento das vagas aos cargos autorizados pela Lei Municipal nº. 878, de 20 de fevereiro de 2018 e no edital do respectivo certame;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica (m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2018, regido pelo edital nº 001/2018, abaixo nominado (s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme Edital do certame para a efetiva contratação temporária ao(s) seguinte(s) cargo(s):

CARGO	NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	FLAVIA REGINA ASCARI DA SILVA	306845	34º

Art. 2º. Para serem contratados o (s) candidato(s) deverá (ão) apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório prevista no item 17.9 do edita nº. 001/2018, a seguir elencados:

I- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

II- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

III-Certidão de casamento ou nascimento;

IV-Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V- Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco anos (se for o caso);

VI- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF/MF);

VII-Cartão do PIS/PASEP e Carteira de Trabalho (CTPS);

VIII- Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecederem à contratação (se for o caso);

IX-Título de Eleitor;

X-Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

XI- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

XII-Duas fotos 3x4, colorida e recente;

XIII-Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

XIV- Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

XV-Comprovante de Escolaridade, devendo os diplomas de conclusão de cursos serem expedidos por instituição oficial reconhecida, admitindo-se certidão de conclusão de curso, desde que acompanhado do histórico escolar, referente ao cargo que concorre;

XVI- Declaração contendo o endereço residencial;

XVII-Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

XVIII- Declaração de bens;

XIX-Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária de seu cargo a qual exercerá sua função;

XX- Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município ou médico credenciado;

XXI- Não ter infringido as leis que fundamentaram esse edital.

Art. 3º. O candidato que por qualquer motivo não se apresentar para a contratação no prazo fixado nesse edital perderá o direito à vaga, sendo convocado outro candidato aprovado, respeitado a ordem de classificação, conforme disposto no edital do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 4º O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018 é de um ano, conforme artigo 1º, §2º da Lei Municipal nº.878, de 20 de fevereiro de 2018, contado da data de publicação do presente Decreto de Homologação, com possibilidade de prorrogação por sucessivos períodos, podendo, entretanto, ser interrompida a qualquer tempo por interesse da administração pela cessação da situação excepcional que a autorizou, e/ou efetivação de aprovados em Concurso Público para os cargos previstos no presente processo seletivo simplificado.

Art. 5º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio de pórtico da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio/MT, no endereço eletrônico www.camposdejulio.mt.gov.br e no Jornal Oficial do Município, disponível no endereço eletrônico: www.amm.org.br, sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 16.1 do edital nº 001/2018.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 11 de junho de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº 136, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA QUE MENCIONA, EM DECORRÊNCIA DE CASAMENTO.

JOSÉ ODIL DA SILVA Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições previstas em lei e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 156, II, alínea "a" do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008;*

CONSIDERANDO *o conteúdo da certidão de casamento pela servidora mencionada no artigo 1º,*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento do serviço à servidora **MARIA SUELI CARMO DA CRUZ,** admitida na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo aocargo de Auxiliar de Serviços Gerais, através da Portaria nº. 047, de 19 de julho de 2010, pelo prazo de cinco dias, contados a partir do dia 7 de junho do fluente ano, em decorrência de casamento.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 7 de junho de 2019.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 11 de junho de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

"

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 227/2019, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA N. 227/2019, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

"DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, PARA EXERCER CUMULATIVAMENTE O GERENCIAMENTO DA EQUIPE, O RECEBIMENTO, CONTROLE E DISTRIBUIÇÃO DE MATÉRIAS E PRODUTOS DE LIMPEZA NA ESCOLA MUNICIPAL CANAÃ,E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora publica municipal a Sr.ª **MARIA DE JESUS FERREIRA DE SOUSA**, portadora da matricula funcional n. 1808, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n.20293933 , emitido por SSP/MT , inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 027.977.271-85, ocupante do cargo de Apoio Administrativo Educional Agente de Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura de Canabrava do Norte – MT, a exercercumulativamente o gerenciamento da equipe, o recebimento, controle e distribuição de matérias e produtos de limpeza, utilizados na Escola Municipal Canaã, bem como, elaborar o pré-orçamento de quantidade de materiais e produtos de limpeza para licitar.

Art. 2º. Pela designação ora atribuída à servidora fará jus ao recebimento de uma gratificação no valor de 10% sobre o seu salário base.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte-MT, em 11 de junho de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 228/2019, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA N. 228/2019, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

“DISPOE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTES – CMDCA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III, e XXX da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Ficam nomeadas para compor o **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTES – CMDCA,** as pessoas abaixo indicadas por suas respectivas entidades, conforme prevê a legislação pertinente;

I - REPRESENTANTES DAS IGREJAS EVANGÉLICAS.

a) TITULAR: Antônia Elza Miguelista

CPF: 695.349.773-49

RG: 1.679.638 SSP/ MA

b) SUPLENTE: Fabiana Alves Caçula

CPF: 050.759.0361-77

RG: 1.084.944 SSP/TO

II - REPRESENTANTES SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS – SAPLAFI.

a) TITULAR: Josiane Pereira da Silva

CPF: 047.131.621 -08

RG: 2183294 3 SSP/MT

b) SUPLENTE: Diomara Neves de Souza

CPF: 046.660.991 -40

RG: 2100517 -6 SSP/MT

III - REPRESENTANTES SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

a) TITULAR: Gleicia Peres de Araújo

CPF:000.517.701-48

RG:1682108-4 SSP/MT

b) SUPLENTE: Reinair da Hora Trindade Oliveira

CPF:943.488.981-20

RG:14.674.726 SSP/MT

IV - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER, CULTURA E TURISMO.

a) TITULAR: Fatima Maria Mota da Silva

CPF: 192.194.661-04

RG: 930342 SSP/GO

b) SUPLENTE: Margarida Teixeira da Silva Costa

CPF: 018.678.215-24

RG: 08241316-90 SSP/BA

V - REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PÚBLICO- SINTEP.

a) TITULAR: Jucelia Rodrigues Malta

CPF: 006.340.941-06

RG: 1600465-5 SSP/MT

b) SUPLENTE: João Cardoso Neto

CPF: 032.600.271-57

RG: 2033455-9 SSP/MT

VI - REPRESENTANTES DA ASSOSSIAÇÃO DAS MULHERES

a) TITULAR: Janete Alves Tenório

CPF: 011.835.451-50

RG: 1156463-6 SSP/MT

b) SUPLENTE: Gleudina Lima dos Santos

CPF: 001.818.721-88

RG: 1534249-2 SSP/MT

VII - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL.

a) TITULAR: Vanessa Lucas Pereira Santos

CPF: 012.809.591-18

RG: 1764741-0 SSP/MT

b) SUPLENTE: Renata Dias dos Santos

CPF: 012.308.191-26

RG: 16822080 SSP/MT

VIII - REPRESENTANTES DA IGREJA CATOLICA

a) TITULAR: Umbelina de Oliveira

CPF: 302.083.171-53

RG: 14836656 SSP SP

b) SUPLENTE: Marco Antônio Dorneu Gallo

CPF: 043.625.751-38

RG: 2053413-2 SSP-MT

Artigo 2º. – Este Conselho será regido pela Lei n. 903/2019, de 13 de março de 2019, que “***Estabelece regras para composição e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do conselho tutelar dos direitos da criança e do adolescente e do fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente (FMDCA), e revoga as disposições da lei n. 121/1997, e demais disposições em contrário, e dá outras providências”.***

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de junho de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 229/2019, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA N. 229/2019, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora**JUCERLEI BONATTO**, matrícula funcional n. 1753 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 770.870.891-53, com e-mail: nega.73@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do contrato 023/2019, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **DEFANT & DEFANT LTDA,** Inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o n.03.320.937/0010-23, que tem por objeto o registro de preços para possível e eventual aquisição a Aquisição de uma Retroescavadeira 4x4, com potência mínima de 92HP, com uma caçamba frontal com capacidade de 0,88m³, conforme especificações contidas no referido contrato, oriundo do Processo Licitatório n. 0092/2019.

Art. 2º. Designar o servidor**ENIZAN VIEIRA DA SILVA**, matrícula funcional n. 1752 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 555.259.971-34, com e-mail: manelindasilva123@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mial, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 11 de junho de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

_____

JUCERLEI BONATTO

ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO DA LEI 931/2019, DE 10 DE JUNHO DE 2019

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na edição nº 3.246 do Diário Oficial dos Municípios no dia 11 de Junho de 2019,

ONDE SE, Gabinete do Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, estado de Mato Grosso, em 31 de maio de 2019.

LEIA-SE, Gabinete do Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, estado de Mato Grosso, em 10 de junho de 2019.passando a vigorar com a seguinte redação

LEI 931/2019, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

"ALTERA PARCIALMENTE A LEI N. 908/2019 QUE DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE, REDEFINE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E CONFIANÇA, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Canabrava do Norte aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera o art. 164º, §1º e §2º, da Lei Municipal n. 908/2019, de 29 de abril de 2019, que passa a viger com a seguinte redação:

*"***Art. 164º.** Fica criada e regulamentada no âmbito do Poder Executivo Municipal de Canabrava do Norte - MT a verba indenizatória para os Secretários(as) Municipais, a Chefe da Unidade Municipal de Controle Interno, o Chefe de gabinete do Prefeito, para os Secretários(as) Adjuntos, o Tesoureiro Municipal, os Secretários(as) Executivos, os gerentes, o Assessor de Planejamento, Estudos e Projetos - ASPLAN e os Assessores Técnicos.

§ 1º. Os Secretários(as) Municipais, a Chefe da Unidade Municipal de Controle Interno, o Chefe de gabinete do Prefeito, para os Secretários(as) Adjuntos, o Tesoureiro Municipal, os Secretários(as) Executivos, os gerentes, o Assessor de Planejamento, Estudos e Projetos - ASPLAN e os Assessores Técnicos que deslocam rotineiramente para os municípios circunvizinhos de Canabrava do Norte, com veículo/motocicleta próprio, bem como percorre os Projetos de Assentamentos Municipais e os órgãos públicos municipais, supervisionando as suas atividades no exercício de suas funções, receberão referida verba indenizatória, nos valores fixados no parágrafo seguinte deste artigo, mediante emissão de Ato Autorizativo do chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º. A verba indenizatória no âmbito do Poder Executivo Municipal será concedida pelo exercício de atividades fins de Secretário Municipal, a Chefe da Unidade Municipal de Controle Interno, o Chefe de gabinete do Prefeito e o Tesoureiro Municipal, nos termos do Inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal, até o limite mensal de R$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais), o de Secretário Adjunto e Secretário Executivo, nos termos do Inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal, até o limite mensal de R$ 1. 400,00 (hum mil e quatrocentos reais), e os de gerentes, o Assessor de Planejamento, Estudos e Projetos – ASPLAN e os Assessores Técnicos nos termos do Inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal, até o limite mensal de até R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), conforme pedido de solicitação em folha de pagamento, da sua chefia imediata".

Art. 2º. Altera o *caput*, do art. 165º, inciso I e o seu § 2º, e acrescenta o inciso VII, permanecendo inalterado os incisos II a VI, e o §1º, da Lei Municipal n. 908/2019, de 29 de abril de 2019, que passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 165º. A verba será paga mensalmente aos Secretários(as) Municipais, a Chefe da Unidade Municipal de Controle Interno, o Chefe de gabinete do Prefeito, os Secretários(as) Adjuntos, o Tesoureiro Municipal, os Secretários(as) Executivos, os gerentes, o Assessor de Planejamento, Estudos e Projetos - ASPLAN e os Assessores Técnicos para custeio de atividade externa, de forma compensatória ao não recebimento de diárias, exceto Cuiabá - MT e fora do Estado, passagens e ajuda de transporte, dentre outras despesas inerentes ao exercício do cargo e relativos a:

I – Locomoção dos Secretários(as) Municipais, a Chefe da Unidade Municipal de Controle Interno, o Chefe de gabinete do Prefeito, os Secretários(as) Adjuntos, o Tesoureiro Municipal, os Secretários(as) Executivos e os gerentes, em viagens, compreendendo passagens, hospedagem e locação de meios de transporte;

[....]

VII – Custear as despesas, inclusive de locomoção, com o exercício simultâneo, de controlador interno da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal.

[...]

§ 2º. Para as viagens para Cuiabá e fora do Estado, poderá ser concedido o pagamento de diárias, aos servidores mencionados no caput, do presente artigo,

para custear-se-á as despesas com alimentação, locomoção local e hospedagem, devendo arcar com as despesas de transportes de locomoção, quando utilizar passagens."

Art. 3º. Altera o *caput*, do art. 166º, da Lei Municipal n. 908/2019, de 29 de abril de 2019, que passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 166º. Não será concedido verba indenizatória aos Secretários(as) Municipais, a Chefe da Unidade Municipal de Controle Interno, o Chefe de gabinete do Prefeito, os Secretários(as) Adjuntos, o Tesoureiro Municipal, os Secretários(as) Executivos, os gerentes, o Assessor de Planejamento, Estudos e Projetos - ASPLAN e os Assessores Técnicos que deixarem de apresentar o relatório de atividades institucionais realizadas ou que estiver afastado para tratar de interesse particular, ou por qualquer outro motivo que se afaste de suas atribuições".

Art. 4º. Altera o anexo II, da Lei n. 908/2019, que passa a vigorar conforme anexo único dessa lei.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos jurídicos e financeiros a 01 de junho de 2019, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei n. 908/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, estado de Mato Grosso, em 10 de junho de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº 023/2019

DO OBJETO: Aquisição de uma retro escavadeira, zero hora, tipo 3CX da marca JCB centrada com mecanismo de giro central, tração 4x4, Fabricação 2019, equipada com motor JCB, diesel turbo, com potência mínima de 92 HP, Freio de Serviço em banho de óleo, alavanca de reversão localizada na coluna de direção, sistema hidráulico com vazão mínima de 143 l/min, com caçamba do retro mínima de 24" de largura, profundidade de escavação de 4,41m, capacidade do tanque de combustível de 130 litros, peso operacional mínimo de 8.185 Kg, caçamba frontal com dentes de capacidade de 1.1m³, cabine "ROPS" e "FOPS" de acordo com as normas técnicas da ABNT, com ar condicionado, plaqueta de identificação informando as normas técnicas, o número de série da cabine e o nome do fabricante, tapete de borracha, banco totalmente ajustável, pneus traseiros mínimo de 12 lonas, pneus dianteiros mínimos de 10 lonas, faróis dianteiros e traseiros, luzes de alerta e alarme de ré, catálogo de peças de operação e manutenção, sistema de monitoramento eletrônico. Produto original de fábrica, sem alterações que descaracterizem a originalidade da máquina. Homologada pelo fabricante do equipamento;

DO VALOR: R$ 238.000,00 (duzentos e trinta e oito mil reais);

DATA: Canabrava do Norte, 11 de junho de 2.019;

ASSINANTES: João Cleiton Araújo de Medeiros - Prefeito Municipal - Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT – Contratado: **DEFANT & DEFANT LTDA**; CNPJ: 03.320.937/0010-23;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

TERCEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 018/2019

TERCEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 018/2019, firmado com a empresa **CONSTRURÁPIDO CONSTRUÇÕES EIRELI** para execução de **reforma da Quadra Poliesportiva do Distrito do Garapu.**

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, doravante denominada de **CONTRATANTE,** e a empresa **CONSTRURÁPIDO CONSTRUÇÕES EIRELI,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 31.873.661/0001-55, com sede à Rua Maringá nº 57 - Lote 01 e 02 - Quadra K, Bairro Cidade Jardim, na Cidade de Canarana-MT, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **Ivo Dallpizzol**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG939886 SSP RS e inscrita no CPF sob nº 310.219.050-20, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO ao contrato nº 018/2019**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo **acréscimo na execução de serviços de reforma da Quadra Poliesportiva no Distrito do Garapú,** conforme planilha orçamentária elaborada pelo setor de engenharia desta municipalidade, que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira – do Objeto, referente ao processo de licitatório na modalidade **Convite nº 002/2019.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

2.1 - Fica acrescido um percentual no montante de 24,998 % (vinte e quatro inteiros e novecentos e noventa e oito centésimos por cento) conforme planilha orçamentária elaborada pelo setor de engenharia desta municipalidade, no valor total de R$ 15.860,76 (quinze mil, oitocentos e sessenta reais e setenta e seis centavos) que passa a fazer parte integrante do processo.

2.2 – Com o acréscimo constante no item 2.1, a Cláusula Terceira, inciso 3.1 do contrato originário passará a ser de **R$ 79.308,82 (setenta e nove mil, trezentos e oito reais e oitenta e dois centavos).**

CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

3.1 – Conforme justificativa apresentada pela Secretaria de Obras, durante as reformas foi verificada a necessidade de se acrescentar alguns serviços na obra, especificamente a execução da pintura do piso da escola, demarcação das linhas da quadra e aplicação de tela em alambrado, uma vez que há a necessidade de entregar a obra com os respectivos serviços para a sua utilização pela comunidade local e diante disso existe a necessidade de acréscimo nos serviços para a devida manutenção. **(justificativa em anexo)**.

3.2 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do Contrato nº. 018/2019 e seus respectivos termos aditivos, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - *DO FORO*

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana-MT, 03 de Junho de 2019.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

CONSTRURÁPIDO CONSTRUÇÕES EIRELI

IVO DALLPIZZOL

Cédula de Identidade nº 939886 SSP/RS

CPF nº 310.219.050-20

_____

GUSTAVO HENRIQUE MACHADO ALVES

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

NOME:..... NOME:.....

CPF:..... CPF:.....

...

....

.....

assinatura

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2019

DATA: 11/06/2019

VIGENCIA: 11/06/2020

PROCESSO: 069/2019

PREGÃO: 020/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretarias Municipais de Canarana-MT.

VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses após assinatura.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual **aquisição de brita, sem frete e de acordo com as necessidades do município de Canarana-MT**, conforme especificações do edital.

EMPRESA VENCEDORA:

VENCEDOR DOS ITENS 01 e 02 – **PEDREIRA SHALON LTDA**

Valor Total: R$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais)

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro oficial da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público que o Pregão Presencial nº 020/2019, menor preço por Item, realizado na sessão pública no dia 11/06/2019, foi declarado vencedor a empresa; **PEDREIRA SHALON LTDA** vencedor dos itens 01 e 02, conforme ata da sessão**.**

Canarana -MT, 11 de Junho de 2019.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº 312/2019

De 11 de Junho de 2019.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, servidor **JOSIANE DE OLIVEIRA MACHADO PORSCH**, servidor no cargo de Psicóloga, para exercer a fiscalização do Processo nº 078/2019 – Dispensa de Licitação nº 039/2019,cujo objeto é a **prestação de serviços mensais com curso de auxiliar de cabelereiro** para atender os programas sociais, projetos e priorizando as famílias do PAIF que são atendidas no CRAS – Centro de Referencia de Assistência Social.

Art. 2º **-** Nomear, **LIZIANA WISCH**, servidor no cargo de Assessora de Serviço Social, como suplente de Fiscal do referido Contrato, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 11 de Junho de 2019**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019

REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro oficial da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público que o Pregão Presencial nº 019/2019, menor preço por Item, realizado na sessão pública no dia 11/06/2019, foi declarado vencedor a empresa; **EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA** vencedor dos itens 01 a 03, conforme ata da sessão**.**

Canarana -MT, 11 de Junho de 2019.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2019

DATA: 11/06/2019

VIGÊNCIA: 11/06/2020

PROCESSO: 068/2019

PREGÃO: 019/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Obras de Canarana-MT.

VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses após assinatura.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual **aquisição de emulsão asfáltica RL 1C, RR 2C e Asfalto Diluido CM-30 para a manutenção de vias publicas urbanas da Sede do Município de Canarana-MT**, conforme especificações do edital.

EMPRESA VENCEDORA:

VENCEDOR DOS ITENS 01 A 03 – **EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA**

Valor Total: R$ 2.084.000,00 (Dois milhões oitenta e quatro mil reais)

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2019

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 078/2019 Modalidade: Dispensa de Licitação nº 039/2019

RATIFICO o ato da Comissão Permanente de Licitação, que dispensou licitação com fundamento no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, **Lei Federal nº 8.666/93 corrigida e atualizada pelo** Decreto Federal 9.412/2018 de 18/06/2018, para a contratação da empresa **MEI CLAUDIA ALESSANDRA SOUZA MIRANDA 94355495191**, inscrita no CNPJ nº 15.787.181/0001-15 estabelecida na Rua Travessa Palmeira nº 67, Centro na cidade de Barra do Canarana-MT, ao custo mensal de **R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), pelo período de 11 (onze) meses, perfazendo o valor total de R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais),** conforme termo de referencia, face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Canarana-MT, 11 de Junho de 2019.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2019

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 079/2019 Modalidade: Dispensa de Licitação nº 040/2019

RATIFICO o ato da Comissão Permanente de Licitação, que dispensou licitação com fundamento no art. 24, inciso I da Lei 8.666/93, **Lei Federal nº 8.666/93 corrigida e atualizada pelo** Decreto Federal 9.412/2018 de 18/06/2018, para a contratação da empresa **CONSTRUTORA NETO & SANTOS LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ nº 07.360.460/0001-70 estabelecida na Rua Angelina Martins da Silva nº 618 – QD F – LT 17, Bairro Setor Araguaia na cidade de Aragarças-GO, para ***p*restação de serviços na elaboração de projetos técnicos de engenharia, memorial descritivo e or-**

çamento da rodovia vicinal Araribá tendo o inicio da Rodovia MT 020 no município de Canarana-MT ao custo **total de R$ 4.000,00 (quatro mil reais),** conforme termo de referencia, face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Canarana-MT, 11 de Junho de 2019.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2019

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 080/2019 Modalidade: Dispensa de Licitação nº 041/2019

RATIFICO o ato da Comissão Permanente de Licitação, que dispensou licitação com fundamento no art. 24, inciso I da Lei 8.666/93, **Lei Federal nº 8.666/93 corrigida e atualizada pelo** Decreto Federal 9.412/2018 de 18/06/2018, para a contratação da empresa **CANARANA PLANEJAMENTOS AGROPECUARIOS TOPOGRAFICOS E FLORESTAIS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 32.959. 496/0001-11, com sede à Avenida Rio Grande do Sul, nº 654, Bairro Centro, na cidade de Canarana-MT, para ***p*restação de serviços topográficos de levantamento e planta planialtimétrica de áreas públicas** ao custo **total de R$ 7.100,00 (sete mil e cem reais),** conforme termo de referencia, face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Canarana-MT, 11 de Junho de 2019.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 286/2019

Portaria nº 286/2019

De 30 de maio de 2019.

Conceder férias ao servidor público municipal **Damião Neto Alves Guimarães** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor Damião Neto Alves Guimarães por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 01 de julho de 2019 à 30 de julho de 2019.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 28/01/2018 à 27/ 01/2019.

Art. 4° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 30 de maio 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 299/2019

Portaria nº299/2019

De 03 de junho de 2019.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

Fábio Marcos Pereira de Faria, O Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Dilceu Paulo dos Santos Costa ocupante do cargo de Fiscal de Agente de Serviços II. Matricula n°944 lotado na Secretaria Municipal de Obras, três (03) meses de Licença Prêmio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 01 de dezembro de 2019 à 28 de fevereiro de 2019, relativo ao quinquênio de 2015 à 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana MT,03 de junho de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 300/2019

Portaria nº 300/2019

De 03 de junho de 2019.

Dispõe sobre licença interesse particular.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 102 da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença interesse particular para a servidora pública Sandra Lima, no cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Lei Complementar nº 123/2014, a partir de 10/07/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 03 de junho de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito de Canarana

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº174/2019

SÚMULA: "CONCEDE O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA A SERVIDORES PUBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Portaria nº 37/2019 do PREVCAR;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica **CONCEDIDO**, o benefício de **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA**, a Servidora **MARINA POLIZELLI BATISTA** ocupante do cargo de **Professora Classe C**, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Fica decretado ainda ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, à adoção de todas as medidas administrativas necessárias a implantação do benefício concedido.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

.

Artigo 4º - Revogam se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 10 de junho de 2019

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2019

A Prefeitura Municipal de Carlinda – MT, através de sua Pregoeira torna Público para conhecimento dos interessados, que por motivo de não comparecimento de empresas licitantes interessadas em participar do certame, decide que **FICA PRORROGADA** a abertura do Pregão Presencial nº 024/2019, para **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO NOVO 0KM COM TRAÇÃO 4X2 EQUIPADO COM COMPACTADOR DE LIXO DE 15M³,VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE CARLINDA/MT**. O referido procedimento realizar-se-á às **08:00 HORAS (HORÁRIO OFICIAL DE CARLINDA – MT), DO DIA 26 DE JUNHO DE 2019**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Carlinda, sito a Av. Tancredo de Almeida neves, s/nº, Centro – Carlinda – MT. O Edital poderá ser obtido junto à Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente e também estará disponível no site http://www.carlinda.mt.gov.br. Maiores informações através do telefone (066) 3525-2000.

Carlinda – MT, 11 de Junho de 2019.

Deise Dione Mutschall

Pregoeira Oficial

Publique-se

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 032 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

ELISELY DA SILVA RAMOS, Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 127 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **MEIRE VIANA DE FREITAS** matricula n.º 3837, cargo de Agente Comunitária de Saúde, na data 11 de junho de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 11 de junho de 2019 ao dia 14 de junho de 2019 totalizando 04 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

ELISELY DA SILVA RAMOS

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto 324/2017

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 171/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o Artigo 42 da Lei Municipal 892 de 17 de setembro de 2015,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADO** o Senhor **DARCI MARQUES DE BRITO** efetivo no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM**,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde,como substituto da Secretária Municipal de Saúde, durante suas ausências, conforme §1º do artigo 42 da Lei Municipal 892/2015.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 11 de junho de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 033 DE 11 DE JUNHO DE 2019

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família dos Servidores Municipais e dá outras providências.

ELISELY DA SILVA RAMOS, Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora, lotada na Secretaria Municipal de Administração, na data 11 de Junho de 2019, concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, sendo:

Matricula	Servidor	Cargo	Ente Familiar	Período da Licença		Total
				Inicio	Termino	Dias
3186	Laudice Leite da Silva	Almoxarife	Filha: Dandara Correia Leite	11/06/2019	14/06/2019	04

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

ELISELY DA SILVA RAMOS

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto 324/2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 172/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 206, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível a partir de 01 de julho de 2019, ao servidor abaixo relacionado no Cargo de VIGIA lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Servidor	Nível Anterior	**Nível Atual**
MAURO CESAR LUCA	V	VI

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 10 de junho de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 171/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 205, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível ao servidor abaixo relacionado no Cargo de CONTADORA lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Servidora	Nível Anterior	**Nível Atual**
VIVIANE CRISTINA RICHARTZ DE OLIVEIRA	III	IV

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 10 de junho de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 173/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE CLASSE A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 207, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Classe ao servidor abaixo relacionado no Cargo de VIGIAFISCAL DE OBRAS E POSTURAS lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Servidor	Classe Anterior	**Classe Atual**
CLEVERSON COELHO	C	D

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 10 de junho de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 170/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 204, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível ao servidor abaixo relacionado no Cargo de MOTORISTA CNH-A/B **lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.**

Servidor	Nível Anterior	**Nível Atual**
VALTER DE SOUZA SÁ	IV	V

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 10 de junho de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 169/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 203, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível ao servidor abaixo relacionado no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Servidora	Nível Anterior	**Nível Atual**
MARLI GOULAR FRANCISCO	II	III

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 10 de junho de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 168/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 202, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível ao servidor abaixo relacionado no Cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO **lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.**

Servidor	Nível Anterior	**Nível Atual**
AVELINO FLORIANO KORZEKWA	IV	V

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 10 de junho de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 034 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

ELISELY DA SILVA RAMOS, Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 127 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **JULIANA DE LIMA DIAS** matricula n.º 128, cargo de Apoio Administrativo Educacional Definitivo na data 11 de Junho de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 10 de Junho de 2019 até 14 de Junho de 2019 totalizando 05 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

ELISELY DA SILVA RAMOS

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto 324/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 035 DE 11 DE JUNHO DE 2019

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família dos Servidores Municipais e dá outras providências.

ELISELY DA SILVA RAMOS, Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base na declaração apresentado pela servidora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na data 11 de Junho de 2019, concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, sendo:

Matricula	Servidor	Cargo	Ente Familiar	Período da Licença		Total
				Inicio	Termino	Dias
4396	Maria Rufino dos Santos de Brito	Professora	Filho: Marcos Vinicius dos Santos de Brito	10/06/2019	15/06/2019	06

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

ELISELY DA SILVA RAMOS

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto 324/2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 175/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO POR MOTIVO DE APOSENTADORIA DE SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º -Fica **EXONERADA**,a Senhora**MARINA POLIZELLI BATISTA** efetiva no cargo de PROFESSORA CLASSE C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, investida via aprovação em **Concurso Público nº. 001/1999**, nomeado pela Portaria nº. 23/2000, por motivo de aposentadoria.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

.

Artigo 3º - Revogam se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 10 de junho de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

DECRETO Nº 003 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

DECRETO Nº 003 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

"*Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar*".

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 885/2019, de 22 de maio de 2019;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais) para atender as seguintes dotações orçamentárias:

0003 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0002 – CASTPREV

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0007 – REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2.011 – ASSIST. A SERV. LICENCIADOS INATIVOS E PENSIONISTA

3.1.90.05.00.00 – OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR .....R$ 120.000,00

3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS.....R$ 30.000,00

TOTAL .....R$ 150.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para atendimento da dotação descrita no artigo anterior, correrá por Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 11 de Junho de 2019.

MABEL DE FÁTIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
LEI N° 748, DE 05 DE JUNHO DE 2019

LEI N° 748, DE 05 DE JUNHO DE 2019

Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação Total ou Parcial de Dotação no Orçamento Vigente e dá Outras Providências.

O PREFEITO DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, faz saber que o colendo plenário da Câmara Municipal soberanamente aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação total ou parcial de dotações no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) nos termos do Artigo 41, inc. I da Lei Federal nº 4.320/64, para adequação de dotações já consignadas no Orçamento vigente, conforme segue:

ORGÃO: 01 - CÂMARA MUNICIPAL

UNIDADE: 001 - CÂMARA MUNICIPAL

FUNÇÃO: 01 - Legislativo

SUB FUNÇÃO: 031 - Ação Legislativa

PROGRAMA:0001 - Gestão e Manutenção do Legislativo

Projeto/Atividade: 1001 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente

Red. (001) - 4490.52.0000. Equipamentos e Material Permanente...R$ 20.000,00

Projeto/Atividade: 1002 - Reforma e Ampliação do Prédio da Câmara

Red. (002) - 4490.51.0000. Obras e Instalações.....R$ 20.000,00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 40.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R$ 40.000,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de anulação total ou parcial de dotações em conformidade com o §1º inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64, das seguintes dotações orçamentárias.

ORGÃO: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 001 - GABINETE DO SECRETÁRIO

FUNÇÃO: 04 - Administração

SUB FUNÇÃO: 122 - Administração Geral

PROGRAMA:0004 - Município Que Acolhe e Protege

Projeto/Atividade: 2006 - Manut. das Atividades Sec. de Administração

Red. (0056) - 3390.93.0000. Indenizações e Restituições

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 40.000,00

TOTAL DAS REDUÇÕES.....R$ 40.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 05 de junho de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO N° 259, DE 05 DE JUNHO DE 2019

DECRETO N° 259, DE 05 DE JUNHO DE 2019

Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação Total ou Parcial de Dotação no Orçamento Vigente e dá Outras Providências.

ALTAMIR KÜRTEN, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, em conformidade com o Inc. VI, do Art. 79 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar por anulação total ou parcial de dotações no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) nos termos do Artigo 41, inc. I da Lei Federal nº 4.320/64, para adequação de dotações já consignadas no Orçamento vigente, nos termos da Lei nº 748, de 05 de junho de 2019, conforme segue:

ORGÃO: 01 - CÂMARA MUNICIPAL

UNIDADE: 001 - CÂMARA MUNICIPAL

FUNÇÃO: 01 - Legislativo

SUB FUNÇÃO: 031 - Ação Legislativa

PROGRAMA:0001 - Gestão e Manutenção do Legislativo

Projeto/Atividade: 1001 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente

Red. (001) - 4490.52.0000. Equipamentos e Material Permanente...R$ 20. 000,00

Projeto/Atividade: 1002 - Reforma e Ampliação do Prédio da Câmara

Red. (002) - 4490.51.0000. Obras e Instalações.....R$ 20. 000,00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 40. 000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R$ 40. 000,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de anulação total ou parcial de dotações em conformidade com o §1º inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64, das seguintes dotações orçamentárias.

ORGÃO: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 001 - GABINETE DO SECRETÁRIO

FUNÇÃO: 04 - Administração

SUB FUNÇÃO: 122 - Administração Geral

PROGRAMA:0004 - Município Que Acolhe e Protege

Projeto/Atividade: 2006 - Manut. das Atividades Sec. de Administração

Red. (0056) - 3390.93.0000. Indenizações e Restituições

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 40. 000,00

TOTAL DAS REDUÇÕES.....R$ 40. 000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 05 de junho de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 016/2019.

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ALTAMIR KURTEN,** brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 403.786.169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e, do outro lado, a empresa **LEDLUZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP,** inscrita no CNPJ sob o n.º 12.072. 665/0001-90 e Inscrição Estadual n.º 10.472.631-8, estabelecida a Avenida Veneza, Sn.º, Sala 03, Quadra 29, Lotes ¾, Jardim Europa, Goiânia/GO, neste ato representada pelo seu sócio proprietário Srº. Fernando De Souza Urzeda, portador do CIRG n.º 3250387 2ª via SPTC/GO e CPF n.º 633. 989.151-91, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15, da Lei Federal n° 8.666, de 21 de Junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de Cláudia e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA SEREM USADOS EM REPAROS E REPOSIÇÃO NA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO III DO EDITAL DE LICITAÇÃO), E ESPECIFICADO NO QUADRO ABAIXO:

COD.TCE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	VL. UNIT.	VALOR TOTAL
172701-0	5	**CABO FLEXIVEL DE 10MM**	**400**	**MT**	**INDUSFLEX**	**R$ 3,25**	R$ 1. 300,00
74189-2	8	**CINTA PARA POSTE CIRCULAR 11/300**	**50**	**UND**	**MILANO**	**R$ 18,48**	R$ 924,00
74190-6	9	**CINTA PARA POSTE CIRCULAR 12/300**	**50**	**UND**	**MILANO**	**R$ 18,48**	R$ 924,00
185781-9	17	**FIO SOLIDO RIGIDO 1X2,5 MM**	**400**	**MT**	**CORFIO**	**R$ 1,03**	R$ 412,00
00014462	24	**LANTERNA DE CABEÇA COM LED T6 COM BATERIA Material: Elástico, Alumínio e Plástico Botão Power: Interruptor Manual 3 Modos: Forte, Médio e S.O.S. Foco / Zoom: Foco ou Zoom Ajustável Posição: Posição de Altura Regulável Poder: 200 Lumens / 200.000 Lumens Brasileiros LED Traseiro na Caixa de bateria, acente conforme você liga a lanterna Economiza 90% de serviço, pois você não usa as mãos Alto Conforto e usar a lanterna, sem irritação na cabeça como outras lanternas.**	**5**	**UND**	**LINKSKY**	**R$ 27,72**	R$ 138,60

199892-7	26	**LUVA DE ALTA TENSAO PARA ELETRICISTA -10 KV**	**5**	**PARES**	**ORION**	**R$ 252,84**	R$ 1.264,20
197404-1	27	**LUVA RASPA DE VAQUETA LONGA PETROLEIRA VWA**	**100**	**PARES**	**GABI**	**R$ 8,68**	R$ 868,00
14334-0	35	**SOQUETE E-27 DE PORCELANA**	**200**	**UND**	**G20**	**R$ 0,98**	R$ 196,00
		VALOR TOTAL				**TOTAL**	**R$ 6.026,80**

1.2 A descrição detalhada, contendo as especificações dos materiais e suas peculiaridades estão discriminadas no Anexo III (Termo de Referência) do Instrumento Convocatório, e deverão ser minuciosamente observadas pela contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 11/06/2019 até 10/06/2020.

2.2 - Nos termos do § 4º, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia - MT não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2019**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais e emissão da referida nota fiscal.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria Solicitante, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada;

4.2 Os itens adquiridos/registrados deverão ser **entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de até 05 (cinco)dias após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.**

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada a Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima desta Ata.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição da Secretaria competente.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1-Fornecer os produtos nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer os produtos nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços, incluindo todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, combustível, motorista/operador,seguros, mão-de-obra, materiais e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do serviços, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de CLÁUDIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2019** e a proposta da empresa **LEDLUZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia - MT, 11 de JUNHO de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

LEDLUZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP

Fernando De Souza Urzeda

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

Nome:THIAGO BIANCHIN SILVA

CPF: 046.300.551.18

_____

Nome: ALINE MASS SERAFIM HOFFMANN

CPF: 022.412.561-37

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO Nº 255, DE 30 DE MAIO DE 2019

DECRETO Nº 255, DE 30 DE MAIO DE 2019

Revoga o Decreto nº 185/2018 e promove alteração na composição do Conselho Municipal de Saúde de Cláudia/MT.

ALTAMIR KÜRTEN, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, em conformidade com o Inc. VI, do Art. 79 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as disposições da Lei nº 175/2006, com alterações introduzidas pela Lei nº 195/2007; e

Considerando a solicitação formulada pelo Conselho Municipal de Saúde por meio do Ofício Conselho nº 001/2019/Sala dos Conselhos;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Saúde para o período remanescente, que compreedido de 30 de maio de 2019 a 14 de outubro de 2020, de acordo com o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 175/2006, que passa a ter sua composição descrição do art. 2º.

Art. 2º O Conselho Municipal de Saúde, órgão colegiado de caráter permanente, consultivo, deliberativo, normativo, fiscalizador e de decisão superior do Sistema Único de Saúde - SUS, com atuação na formulação de estratégia e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, passa a funcionar com a seguinte composição e representatividade, no total de 16 membros:

I - Governo Municipal - 25% divididos entre governo municipal e prestadores de serviços de saúde - total de 04 representantes;

1. Um Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Eli Lourdes Fregonese Rizzi

CPF: 488.553.161-68

RG: 0748152-7 – SSP/MT

End: Av. Gaspar Dutra, 440

Fone: (066)9.9662-4402

e-Mail: gestorsaude@claudia.mt.gov.br

Suplente: Celir Coan

CPF: 738.436.959-20

RG: 4266924-5 – SSP/PR

End: Rua Castelo Branco 414, Centro – Cláudia/MT

Fone: (66)9 9985-2534

e-Mail: raucoan@gmail.com

2. Um Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: Bruna Teixeira Hoshino

RG: 1.579.457-1 SSP/MT

CPF: 034.271.741-31

Fone: (65)9 9678-2899

e-Mail: bruna_hoshino@hotmail.com

Endereço: Rua Ferreira Mendes, nº 583, Centro – Cláudia/MT

Suplente: Esdra Nunes de Andrade

RG: 12.505.404 SSP/MT

CPF: 843.363.581-68

Fone: (66)9 9614-6234

e-Mail: esdranunes@hotmail.com

Endereço: Rua Afonso Pena, nº 578, Centro – Cláudia/MT

3. Um Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Titular: Augusto Gonçalves da Silva Neto

CPF: 222.761.038.76

RG: 32.285.844-6

Fone: (66)99627-2565

End: Rua Luiz da Costa Ribeiro n°185, Centro – Cláudia/MT

Suplente: Paulo Cezar Tamanho

CPF: 632.084.151-68

RG: 703.838 SSP/MT

Fone: (66)99643-4219

End: Rua Getúlio Vargas, nº 896, Centro – Cláudia/MT

4. Um Representante dos Prestadores de Serviço da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Juarez Petrucci

RG: 2.036.820-8 SSP/MT

CPF: 233.863.129-34

T.E: 006921231805 Z: 032 S:0094

e-Mail: hospitaldonanilza@hotmail.com

Fone: (66) 99988-9235

Endereço: Avenida Gaspar Dutra, nº 594, Centro – Cláudia/MT

Suplente: Emanuele Teixeira Da Costa

RG: 1147659-1 SSP/ MT

CPF: 957.929.701-06

Fone: (66)99942-8875

e-Mail: adm.nettel@gmail.com

Endereço: Rua Hermes da Fonseca, nº 578, Centro – Cláudia/MT

II - Prestadores de Serviços de Saúde - 25% de entidades representativas de trabalhadores da saúde – total de 04 representantes:

1. Representante da Área de Saúde de Nível Superior:

Titular: Franciele Vareschini

RG: 23.355.603 SSP/MT

CPF: 044.367.911-81

End: Rua Floriano Peixoto, nº 44, Bairro Rotary – Cláudia/MT

T.E: 031054611872 Z:032 S:0094

e-Mail: francielevareschini@hotmail.com

Suplente: Rafaela Cristina Da Silva

RG: 7.398.469-6

CPF: 007.922.499-76

Titulo: 072828420604 Z:032 S:0099

e-Mail: rapharaphinha@hotmail.com

Fone: (66)9 9965-0197

End: Av. Marechal Cândido Rondon, nº 1225, Centro – Cláudia/MT

2. Representante da Área de Saúde de Nível Médio:

Titular: Cristiana Berta Hartmann

RG: 1515258-8 SSP/MT

CPF: 012.259.961-63

T.E: 028104971880 Z:032 S:0110

e-Mail: cris_hartmnn@hotmail.com

FONE: (66)9 9911-9609

End: Rua Castelo Branco, s/nº, Centro – Cláudia/MT

Suplente: Sedenir Junior Frescura

RG: 1633432-9 SSP/MT

CPF: 021.872.701-14

T.E: 028104971880 Z: 032 S: 0101

e-Mail: frescura5550@gmail.com

FONE: (66)9 9952-8664

End: Rua Antonio Correia, nº 461, Centro – Cláudia/MT

3. Representante da Área de Saúde dos Agentes Comunitários e Agentes Endemias:

Titular: Lucivalda Santos Costa

RG: 266.227.120.037 SSP/MA

CPF: 025.600.693-85

T.E: 057555971147 Z: 032 S: 0104

e-Mail: lucivaldasantos81@gmail.com

Endereço: Rua Getúlio Vargas, nº 927, Centro – Cláudia/MT

FONE: (66)9 9910-8426

Suplente: Elisângela da Silva Cabrerizo

RG: 245051-9 SSP/MT

CPF: 003.949.021-14

TITULO: 020906371848 Z:032 S:0107

e-Mail: elisangelasilva102@hotmail.com

End: Rua Manoel Corsino do Amarante, s/nº, Centro – Cláudia/MT

Fone: (66)9 9984-6191

III - Entidades representativas de usuários - 50% dos representantes - total de 08 membros representantes;

1. Representante dos Usuários de Organizações dos Moradores de Bairros:

Titular: Edson Domingos Catarino

CPF: 531.227.121-72

RG: 4.508.734-4 SESP/MT

e-Mail: edson.catarino@hotmail.com

End: Rua Pedro Celestino, nº 1150 – Cláudia/MT.

Suplente: José Rui de Araújo

RG: 312.9765-6 SSP/PR

CPF: 424.962.509-59424.962.509-59

Endereço: Q. 03 L. 08- Bairro Cabo Manoel Agostinho do Nascimento – Cláudia/MT.

2. Representante dos Usuários de Sindicato Rural e Urbano:

Titular: Sérgio Dalmaso Ferreira

RG: 3.534.262-1 SSP/PR

CPF: 498.931.229-53

End: Estrada Renata, s/n - Sítio 2 Irmãos - Cláudia/MT.

Suplente: Enio Odilo Rodrigues

RG: 1469061-6 SSP/MT

CPF: 284.858.079-87

End: Ferreira Mendes, nº 1277 - Cláudia/MT.

3. Representante dos Usuários de Organizações Religiosas:

Titular: Elton Diogo Viecelli

RG: 1469116-7 SSP/MT

CPF: 016.472.191-67

Endereço: Rua Floriano Peixoto, nº 310, Centro – Cláudia/MT

Suplente: Elaine Terezinha Bokorni

RG: 1306628-5 SSP/MT

CPF: 880.800.801-00

End: Estrada Darlene Km 02, Município de Cláudia/MT

4. Representante dos Usuários Lions Clube:

Titular: Varli Fátima Cassini de Assis

RG: 404.773 SSP/MT

CPF: 567.205.721-72

End: Rua Ferreira Mendes, 1217, Centro – Cláudia/MT

Suplente: Leonilde Maria Giachini

RG: 3074345-1

CPF: 580.803.171-00

End: Rua Jose De Mesquita, nº 1.065, Centro – Cláudia/MT

5. Representante dos Usuários Rotary Club:

Titular: Isaias Cavalcante da Silva

RG: 055.042 SSP/MT

CPF: 146.555.351-72146.555.351-72

End: Rua Ferreira Mendes, nº 1434, Centro – Cláudia/MT

Suplente: Adelcir Grigoletto

RG: 534.098 SSP/MT

CPF: 361.534.511-87

End: Estrada Joani, nº 341, Km 03 - Cláudia/MT

6. Representante dos Usuários Loja Maçônica:

Titular: Roberto Machado

CPF: 913.667.981-04

RG: 1.158.639-7 SSP/MT

T.E: 020.152.131.821 Z32 S103

Fone: (66)9 9911-8116

e-Mail: robertomachadoadv@hotmail.com

End: Rua Washington Luiz, n° 222, Centro – Cláudia/MT

Suplente: Edilson Morais

CPF: 580.802.871-04

RG: 760.802 SSP/MT

T.E: 011.751.041.856 Z32 S 97

Fone: (66)9 9654-2208

e-Mail: morais_edilson@gmail.com

End: Rua Ferreira Mendes, n° 386, Centro – Cláudia/MT.

7. Representante dos Usuários Pestalozzi:

Titular: Silmara Coelho Neres

RG: 2.451.005-0 SSP/MT

CPF: 047.667.441-79

Fone: (66)9 9601-1078

e-Mail: sylmaraneres07@hotmail.com

End: Rua Professor José Magno, nº 954 - Cláudia/MT.

Suplente: Késsia Paula do Prado Mattos Giusti

RG: 2.184.451-8

CPF: 039.757.881-43

Fone: (66)9 9612-2320

e-Mail: pestalozziclaudiamt@outlook.com

Endereço: Rua Mário Correa da Costa, nº 476 - Cláudia/MT.

8. Representante dos Usuários Idosos:

Titular: Irene Harmel

RG: 11.720.420 SSP/PR

CPF: 032.513.369-75

End: Rua Prudente de Morais, nº 595 - Cláudia/MT.

Suplente: Terezinha Machado Floss

RG: 29.802.180 SSP/MT

CPF: 621.219.289-87

End: Rua Floriano Peixoto, nº 1.616 - Cláudia/MT.

Art. 3º A função de conselheiro é considerada de relevância pública, sem retribuição financeira pelos serviços prestados e garante ao investido a dispensa do trabalho sem prejuízo de sua remuneração, durante o período das reuniões, capacitações e ações específicas do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 185, de 15 de outubro de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO,

Em 30 de maio de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO Nº 254, DE 30 DE MAIO DE 2019.

DECRETO Nº 254, DE 30 DE MAIO DE 2019.

Dispõe sobre a Reavaliação Atuarial/ 2019 e altera as alíquotas de contribuição previdenciária devidas pelo Município ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado no o Inc. VI, do Art. 79 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° A contribuição previdenciária de responsabilidade do Segurado relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 12,12% (doze inteiros e doze centésimos por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Art. 2° A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 19,80% (dezenove inteiros e oitenta centésimos por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Art. 3° Fica instituído plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela a seguir.

TABELA DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	Custo Suplementar
0	-	28.947.329,19				
1	2019	30.402.806,29	(1.455.477,11)	1.720.913,56	265.436,46	3,05%
2	2020	31.914.846,63	(1.512.040,34)	1.806.500,75	294.460,41	3,35%
3	2021	33.467.435,98	(1.552.589,35)	1.894.383,17	341.793,82	3,85%
4	2022	35.047.778,22	(1.580.342,24)	1.983.836,50	403.494,27	4,50%
5	2023	36.622.668,18	(1.574.889,96)	2.072.981,22	498.091,26	5,50%
6	2024	38.160.729,33	(1.538.061,15)	2.160.041,28	621.980,14	6,80%
7	2025	39.657.178,28	(1.496.448,96)	2.244.745,94	748.296,98	8,10%
8	2026	41.106.906,33	(1.449.728,05)	2.326.806,02	877.077,97	9,40%
9	2027	42.434.533,87	(1.327.627,54)	2.401.954,75	1.074.327,21	11,40%
10	2028	43.628.646,16	(1.194.112,29)	2.469.546,01	1.275.433,72	13,40%
11	2029	44.677.082,70	(1.048.436,54)	2.528.891,47	1.480.454,93	15,40%
12	2030	45.463.971,24	(786.888,54)	2.573.432,33	1.786.543,80	18,40%
13	2031	45.967.286,74	(503.315,50)	2.601.921,89	2.098.606,39	21,40%
14	2032	46.163.588,46	(196.301,72)	2.613.033,31	2.416.731,59	24,40%
15	2033	46.027.933,78	135.654,68	2.605.354,74	2.741.009,42	27,40%
16	2034	45.426.687,36	601.246,43	2.571.321,93	3.172.568,35	31,40%
17	2035	44.323.055,18	1.103.632,18	2.508.852,18	3.612.484,36	35,40%
18	2036	42.677.904,18	1.645.151,00	2.415.730,43	4.060.881,43	39,40%
19	2037	40.386.723,67	2.291.180,51	2.286.040,96	4.577.221,47	43,97%
20	2038	37.909.553,78	2.477.169,89	2.145.823,80	4.622.993,68	43,97%
21	2039	35.234.749,97	2.674.803,81	1.994.419,81	4.669.223,62	43,97%
22	2040	32.349.964,16	2.884.785,81	1.831.130,05	4.715.915,86	43,97%
23	2041	29.242.102,49	3.107.861,67	1.655.213,35	4.763.075,02	43,97%
24	2042	25.897.280,53	3.344.821,96	1.465.883,80	4.810.705,77	43,97%
25	2043	22.300.775,76	3.596.504,76	1.262.308,06	4.858.812,82	43,97%
26	2044	18.436.977,30	3.863.798,46	1.043.602,49	4.907.400,95	43,97%
27	2045	14.289.332,48	4.147.644,82	808.830,14	4.956.474,96	43,97%
28	2046	9.840.290,33	4.449.042,15	556.997,57	5.006.039,71	43,97%
29	2047	5.071.241,64	4.769.048,70	287.051,41	5.056.100,11	43,97%
30	2048	(37.544,64)	5.108.786,28	(2.125,17)	5.106.661,11	43,97%
31	2049	-	-	-	-	-
32	2050	-	-	-	-	-
33	2051	-	-	-	-	-
34	2052	-	-	-	-	-
35	2053	-	-	-	-	-

Art. 4° As contribuições correspondentes às alíquotas do custo normal e suplementar, relativas ao exercício de 2019, serão exigidas a partir de 1º de junho de 2019.

Art. 5° Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO,

Em 30 de maio de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 012/2019.

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ALTAMIR KURTEN,** brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 403.786.169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e, do outro lado, a empresa **A e C ELETRIC AUTOMAÇÃO E CONTROLE ELÉTRICO LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob nº 27.729.158/0001-53 e Inscrição Estadual nº 13.685.451-6, estabelecida à Rua Porto Alegre, nº 698, bairro Distrito Industrial, cidade de Lucas Do Rio Verde/MT, neste ato representada pelo seu sócio o Srº. Cicero Augusto Diogenes Alves, portador do CIRG nº 3196186 SSP/PI e CIC nº 042.116.063-28, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15, da Lei Federal n° 8.666, de 21 de Junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de Cláudia e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA SEREM USADOS EM REPAROS E REPOSIÇÃO NA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO III DO EDITAL DE LICITAÇÃO), E ESPECIFICADO NO QUADRO ABAIXO:

COD.TCE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA	UNID.	VL.UNIT.	VALOR TOTAL
180274-7	1	**BASE PARA RELE**	**600**	**MARGIRIUS**	**UND**	**R$ 3,50**	R$ 2.100,00
418347-9	6	**CABO FLEXIVEL DE 16MM DE 1 KV**	**300**	**CONDUSPAR**	**MT**	**R$ 4,10**	R$ 1.230,00
186446-7	15	**FIO PARALELO 2X2,5MM**	**400**	**FORTECON**	**MT**	**R$ 1,30**	R$ 520,00
348367-3	20	**LAMPADA VAPOR METALICO 400W E-40**	**1000**	**EMPALUX**	**UND**	**R$ 23,90**	R$ 23.900,00
00011502	23	**LAMPADA VAPOR SODIO 400W TUBOLAR E-40**	**12**	**DEMAPE**	**UND**	**R$ 19,90**	R$ 238,80
0004838	28	**PARAFUSO PARA BRACO PARA ILUMINACAO DE 5/16 DE 30CM COM ARRUELA**	**100**	**AÇO**	**UND**	**R$ 5,00**	R$ 500,00
0001443	29	**PARARAIO POLIMERICO PARA 13000V**	**25**	**BALESTRO**	**UND**	**R$ 140,00**	R$ 3.500,00
137449-4	31	**REATOR VAPOR METALICO DE 400W DE 220V**	**1000**	**MILA**	**UND**	**R$ 51,90**	R$ 51.900,00
427627-2	38	**VARA DE MANOBRA**	**2**	**TUITI**	**UND**	**R$ 450,00**	R$ 900,00
		VALOR TOTAL				**TOTAL**	**R$ 84.788,80**

1.2 A descrição detalhada, contendo as especificações dos materiais e suas peculiaridades estão discriminadas no Anexo III (Termo de Referência) do Instrumento Convocatório, e deverão ser minuciosamente observadas pela contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 11/06/2019 até 10/06/2020.

2.2 - Nos termos do § 4º, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia - MT não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2019**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais e emissão da referida nota fiscal.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria Solicitante, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada;

4.2 Os itens adquiridos/registrados deverão ser **entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de até 05 (cinco)dias após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.**

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada a Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima desta Ata.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição da Secretaria competente.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1-Fornecer os produtos nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer os produtos nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços, incluindo todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, combustível, motorista/operador,seguros, mão-de-obra, materiais e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do serviços, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de CLÁUDIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2019** e a proposta da empresa **A e C ELETRIC AUTOMAÇÃO E CONTROLE ELÉTRICO LTDA ME**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia - MT, 11 de Junho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

A e C ELETRIC AUTOMAÇÃO E CONTROLE ELÉTRICO LTDA ME

Cícero Augusto Diógenes Alves

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

Nome:THIAGO BIANCHIN SILVA

CPF: 046.300.551.18

_____

Nome: ALINE MASS SERAFIM HOFFMANN

CPF: 022.412.561-37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 015/2019.

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ALTAMIR KURTEN,** brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 403.786. 169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e, do outro lado, a empresa **ELETRO MENDONÇA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o n.º 03.806.018/0001-73 e Inscrição Estadual n.º 13.195.290-0, estabelecida a Rua Treze De Junho, n.º 462, Centro Sul, cidade de Cuiabá/MT, neste ato representada pelo seu sócio proprietário Srº. Carlos Alberto Mendonça, portador do CIRG n.º 92106912 SSP/SP e CPF n.º 229.630.651-91, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15, da Lei Federal n° 8.666, de 21 de Junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de Cláudia e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA SEREM USADOS EM REPAROS E REPOSIÇÃO NA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO III DO EDITAL DE LICITAÇÃO), E ESPECIFICADO NO QUADRO ABAIXO:

COD.TCE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	VL.UNIT.	VALOR TOTAL
0001559	3	**BRACO PARA ILUMINACAO DE 1 METRO COM BACIA**	**100**	**UND**	**LUZ E CIA**	**R$ 32,00**	R$ 3.200,00
0006076	4	**BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO DE 1 METRO COM BACIA E-27**	**50**	**UND**	**LUZ E CIA**	**R$ 32,00**	R$ 1.600,00
295634-9	11	**CRUZETA DE CONCRETO**	**20**	**UND**	**MP**	**R$ 114,00**	R$ 2.280,00
62939-1	16	**FIO SOLIDO FLEXIVEL 1X2,5MM**	**400**	**MT**	**TECNOFIOS**	**R$ 0,68**	R$ 272,00
325537-9	21	**LAMPADA VAPOR METALICO 70W E-27**	**1000**	**UND**	**AVANT**	**R$ 17,00**	R$ 17.000,00
274284-5	22	**LAMPADA VAPOR METALICO DE 250W 220V**	**300**	**UND**	**AVANT**	**R$ 19,50**	R$ 5.850,00
274298-5	30	**REATOR VAPOR METALICO DE 250W 220V**	**300**	**UND**	**INDUWOLT**	**R$ 46,40**	R$ 13.920,00
176821-2	34	**RELE FOTOELETRICO 220V**	**1000**	**UND**	**MAPRETON**	**R$ 9,90**	R$ 9.900,00
177158-2	36	**SOQUETE E-40 DE PORCELANA**	**50**	**UND**	**DECORLUX**	**R$ 4,70**	R$ 235,00
		VALOR TOTAL				**TOTAL**	**R$ 54.257,00**

1.2 A descrição detalhada, contendo as especificações dos materiais e suas peculiaridades estão discriminadas no Anexo III (Termo de Referência) do Instrumento Convocatório, e deverão ser minuciosamente observadas pela contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 11/06/2019 até 10/06/2020.

2.2 - Nos termos do § 4º, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia - MT não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2019**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais e emissão da referida nota fiscal.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria Solicitante, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada;

4.2 Os itens adquiridos/registrados deverão ser **entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de até 05 (cinco)dias após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.**

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada a Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima desta Ata.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição da Secretaria competente.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1-Fornecer os produtos nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer os produtos nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços, incluindo todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, combustível, motorista/operador,seguros, mão-de-obra, materiais e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do serviços, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de CLÁUDIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2019** e a proposta da empresa **ELETRO MENDONÇA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia - MT, 11 de Junho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

ELETRO MENDONÇA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA

Carlos Alberto Mendonça

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

Nome:THIAGO BIANCHIN SILVA

CPF: 046.300.551.18

_____

Nome: ALINE MASS SERAFIM HOFFMANN

CPF: 022.412.561-37

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2019

CONTRATADA: **J. S. DE OLIVEIRA**

OBJETO: Ficam prorrogados o prazo de execução da obra, objeto do contrato, por mais 150 (cento e cinqüenta) dias, encerrando-se, assim, em **06 de Novembro de 2019.**. **DATA: 07/06/2019.**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2018

CONTRATADA: **RCA CONSTRUTORA LTDA EPP**

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar o **prazo de execução da obra, objeto do lote 02.** Fica prorrogado o prazo de execução das obras e serviços do Contrato n° 046/2018, em mais 120 (cento e vinte) dias, encerrando-se em 05 de Setembro de 2019. **DATA: 05/06/2019.**

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2018

CONTRATADA: **RCA CONSTRUTORA LTDA EPP**

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar o **prazo de execução da obra, objeto do lote 01.** Fica prorrogado o prazo de execução das obras e serviços do Contrato n° 046/2018, em mais 90 (noventa) dias, encerrando-se em 03 de Setembro de 2019. **DATA: 05/06/2019.**

AVISO DE LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, PARA CONSERTO DE PNEUS NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL.**

A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT torna público que até **08h00min,** do dia **27 de Junho de 2019,** estará recebendo as propostas, para abertura do Pregão Presencial acima, para a aquisição supracitada. O Edital estará no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente ou através do telefone (66) 3546-3100.

Cláudia/MT, 11 de Junho de 2019.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira Oficial

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2019.

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ALTAMIR KURTEN,** brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 403.786.169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e, do outro lado, a empresa **DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 37.227.550/0001-58 e Inscrição Estadual nº 10.235.208-9, estabelecida à Rua R-5, nº 129, Qd. R-7, Setor Oeste, Goiania/GO, neste ato representada pelo seu sócio o Srº. Alessandro Martins Miguel, portador do CIRG nº 2.776.939 SSP/GO e CPF nº 788.729.281-68, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15, da Lei Federal n° 8.666, de 21 de Junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de Cláudia e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA SEREM USADOS EM REPAROS E REPOSIÇÃO NA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO III DO EDITAL DE LICITAÇÃO), E ESPECIFICADO NO QUADRO ABAIXO:

COD.TCE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	VL.UNIT.	VALOR TOTAL
175091-7	2	**BOTINA EM COURO COM BICO DE PVC**	**4**	**UND**	**CRIVAL**	**R$ 30,50**	R$ 122,00
163520-4	14	**ESCADA DE FIBRA DE 8 MT**	**2**	**UND**	**SINTESE**	**R$ 1.130,00**	R$ 2.260,00
171757-0	18	**FITA ISOLANTE ALTA FUSAO 19MMX10MT**	**100**	**UND**	**DECORLUX**	**R$ 9,70**	R$ 970,00
172056-2	19	**FITA ISOLANTE DE 20MT**	**200**	**UND**	**DECORLUX**	**R$ 2,70**	R$ 540,00
00012123	25	**LUMINARIA PUBLICA PX-4000 400W E-40**	**12**	**UND**	**JRC**	**R$ 140,00**	R$ 1.680,00
168790-5	32	**REATOR VAPOR METALICO DE 70W 220V**	**1000**	**UND**	**JRC**	**R$ 29,00**	R$ 29.000,00
75974-0	37	**SUPORTE LUMINARIA 4 PETALAS**	**4**	**UND**	**JRC**	**R$ 170,00**	R$ 680,00
0001518	40	**BALDE EM LONA P/FERRAMENTAS-350X300 ml**	**2**	**UND**	**PROTECE**	**R$ 55,00**	R$ 110,00
		VALOR TOTAL				**TOTAL**	**R$ 35.362,00**

1.2 A descrição detalhada, contendo as especificações dos materiais e suas peculiaridades estão discriminadas no Anexo III (Termo de Referência) do Instrumento Convocatório, e deverão ser minuciosamente observadas pela contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 11/06/2019 até 10/06/2020.

2.2 - Nos termos do § 4º, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia - MT não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2019**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais e emissão da referida nota fiscal.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria Solicitante, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada;

4.2 Os itens adquiridos/registrados deverão ser **entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de até 05 (cinco)dias após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.**

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada a Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima desta Ata.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição da Secretaria competente.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1-Fornecer os produtos nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer os produtos nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços, incluindo todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, combustível, motorista/operador,seguros, mão-de-obra, materiais e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do serviços, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de CLÁUDIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2019** e a proposta da empresa **DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia - MT, 11 de Junho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP

Alessandro Martins Miguel

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

Nome:THIAGO BIANCHIN SILVA

CPF: 046.300.551.18

_____

Nome: ALINE MASS SERAFIM HOFFMANN

CPF: 022.412.561-37

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
PORTARIA Nº 004/2019/SEMAD, DE 07 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA Nº 004/2019/SEMAD, DE 07 DE JUNHO DE 2019.

DAVI SCHLEICHER, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura de Cláudia, Estado de Mato Grosso, nomeado pelo Decreto nº 021, de 17 de janeiro de 2017, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto nos artigos 193 e 194, da Lei Complementar Municipal nº 012, de 11 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cláudia,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurada, composta e instalada a Comissão de Sindicância de que trata o Art. 195, combinado com o § 2º, do Art. 200, da Lei Complementar Municipal nº 012, de 11 de dezembro de 2013, destinada a apuração de suposto desvio de conduta, relatado nos Ofícios nº 41 e 42/2019/EMDT e Ofício nº 125/2018/CTDCA.

Parágrafo único. Os trabalhos da Comissão mencionada no caput deste artigo serão desenvolvidos sob a coordenação, orientação e supervisão da Procuradoria Jurídica do Município.

Art. 2º A Comissão de Sindicância a que se refere o artigo anterior será composto pelos seguintes membros:

I – Kátia Cilene da Silva, Servidora Efetiva, Matrícula nº 73, Professora, inscrita no CPF nº 594.422.391-04, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II – Andréia Teolide Schneider Sielski, Servidora Efetiva, Matrícula nº 566, Assistente Administrativo, inscrita no CPF sob nº 012.639.971-98, lotada na Secretaria Municipal de Finanças/Coordenadora de Fiscalização e Arrecadação Tributária (Respondendo pelo Departamento de Pessoal); e

III – Edineia Valtrick, Servidora Efetiva, Matrícula nº 1906, Assistente Administrativo, inscrita no CPF nº 980.578.711-72, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 3º A Comissão de Sindicância deverá autuar o processo na ordem sequencial direta dos eventos da espécie e numerar as respectivas páginas produzidas no curso da sindicância.

Art. 4º Os trabalhos da Comissão de Sindicância instituída por esta portaria deverão ser conduzidos em estrita observância ao que dispõem os artigos 195 a 197, da Lei Complementar nº 012/2013, e demais normas correlatas aplicáveis à matéria.

Art. 5º Se a conclusão dos trabalhos for pela aplicação do Inciso III, do Art. 195, da Lei Complementar nº 012/2013, a Secretaria Municipal de Administração instaurará o competente Processo Disciplinar por meio da emissão de nova portaria.

Art. 6º Publique-se e cumpra-se para que atinja os objetivos colimados.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 07 de Junho de 2019.

DAVI SCHLEICHER

Secretário Municipal de Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2019.

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ALTAMIR KURTEN,** brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 403.786.169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e, do outro lado, a empresa **3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 29.516.527/0001-55 e Inscrição Estadual nº 13.710.472-3, estabelecida à Avenida Frei Coimbra, nº 500, Loteamento Novo Horizonte, Qd. 67, Lote 13, Sala 04, bairro Jardim Ikaray, Varzea Grande/MT, neste ato representada pelo seu sócio o Srº. Eder Araújo De Almeida, portador do CIRG nº 15150488 SSP/MT e CIC nº 005.113.831-00, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15, da Lei Federal n° 8.666, de 21 de Junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de Cláudia e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA SEREM USADOS EM REPAROS E REPOSIÇÃO NA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO III DO EDITAL DE LICITAÇÃO), E ESPECIFICADO NO QUADRO ABAIXO:

COD.TCE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA	UNID.	VL.UNIT.	VALOR TOTAL
272271-2	10	**CINTURÃO ELETRECISTA COM TALABARTE**	**2**	**CARBOGRA**	**UND**	**R$ 240,00**	R$ 480,00
438165-3	13	**DISJUNTOR TRIPOLAR 100A**	**30**	**SOPRANO**	**UND**	**R$ 65,00**	R$ 1.950,00
		VALOR TOTAL				**TOTAL**	**R$ 2.430,00**

1.2 A descrição detalhada, contendo as especificações dos materiais e suas peculiaridades estão discriminadas no Anexo III (Termo de Referência) do Instrumento Convocatório, e deverão ser minuciosamente observadas pela contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 11/06/2019 até 10/06/2020.

2.2 - Nos termos do § 4º, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia - MT não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2019**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais e emissão da referida nota fiscal.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria Solicitante, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada;

4.2 Os itens adquiridos/registrados deverão ser **entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de até 05 (cinco)dias após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.**

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada a Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima desta Ata.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição da Secretaria competente.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1-Fornecer os produtos nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer os produtos nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços, incluindo todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, combustível, motorista/operador,seguros, mão-de-obra, materiais e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do serviços, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de CLÁUDIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2019** e a proposta da empresa **3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA EIRELI**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia - MT, 11 de Junho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA EIRELI

Eder Araújo De Almeida

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

Nome:THIAGO BIANCHIN SILVA

CPF: 046.300.551.18

_____

Nome: ALINE MASS SERAFIM HOFFMANN

CPF: 022.412.561-37

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

AVISO DE LICITAÇÃO

A prefeitura municipal de Cocalinho, através do seu pregoeiro torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preços nº 011/2019 para **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA E OUTROS PARA ATENDER À PREFEITURA E SUAS UNIDADES**; A abertura será as 09:00 horas (horário de Cuiabá) no dia 27 de Junho de 2019. Maiores informações e o edital completo poderão ser adquiridos de segunda a sexta-feira das 08:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas,na sala de licitações ou pelo fone: (66) 3586-1595.

Cocalinho, 10 de Junho de 2019.

Divino Cândido

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2018

Ficam Convocados os aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2018 que deverão APRESENTÁR-SE ATÉ O DIA 19/06/2019 na Divisão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação, munidos dos seguintes documentos originais e três cópias legíveis, que serão retidas:

-Certificado/Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação, para o cargo que se candidatou;

-Registro no Conselho Regional de Educação Física - CREF;

-Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral-TSE;

-Titulo de Eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

-Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

-Carteira de Identidade;

-Cadastro de Pessoa Física - CPF;

-Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável;

-Carteira de Trabalho;

-Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

-CNIS (retirado no INSS);

-Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

-CPF filhos (0 anos até idade dependente)

-CPF pai e mãe (se for caso, certidão óbito, declaração falecido);

-Comprovante de residência em nome do candidato, dos genitores ou declaração;

firmada pelo proprietário do imóvel com firma reconhecida;

-Conta corrente (Banco Bradesco);

-Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

- Originais:

-02 fotos 3x4 atual e colorida;

-Carteira de Trabalho;

-Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

-Atestado Médico de capacidade Física emitidos por profissionais do SUS;

-Atestado de Sanidade Mental emitidos por profissionais do SUS;

-Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

-Declaração de Bens;

–Os requisitos deverão ser comprovados pelo candidato, se aprovado e convocado para a contratação;

-Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

O provimento do candidato no emprego fica condicionado à apresentação de todos os documentos comprobatórios dos requisitos relacionados acima.

Os candidatos convocados são:

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADOR/A)

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADOR/A)

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	C.G.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
358508	LORACI GONÇALVES	12/04/1979	2,0	2,8	4,8	2,0	6,8	1.

O não pronunciamento do candidato aprovado no prazo estabelecido para esse fim facultará ao Poder executivo a convocação dos candidatos seguintes, perdendo o mesmo o direito de investidura no emprego ao qual se habilitou.

O presente Processo Seletivo Simplificado terá **validade de 04 de fevereiro de 2019 a 20 de dezembro de 2019**

Colíder/MT, 11 de junho de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE AVISO DE RESULTADO PREGÃO Nº 035/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2019

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 06/06/2019 às 08:00 horas na modalidade de Pregão Presencial EDITAL n° 035/2019, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SERRALHERIA (SOLDA, CONSERTO, REPAROS, MANUTENÇÕES E RECUPERAÇÕES) E MONTAGEM/INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS,** consagrou-se vencedora a empresa licitante: **CARLOS SOUZA RAMOS - ME.**

Comodoro – MT, 07 de Junho de 2019.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

PREGOEIRO

EXTRATO DE EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2019

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Presidente da Comissão Municipal de Licitação Permanente Thalissa Krignl Capeletti, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, EDITAL n° 004/2019, tendo como objeto:**COMPLEMENTAÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA EM ALDEIAS INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE COMODORO, EM ATENDIMENTO AO TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº. 8331/2013,** cuja abertura ocorrerá às 09:00 horas (Horário de Brasília) do dia

15/07/2019, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Presidente da Comissão de Licitação das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 11 de junho de 2019.

Thalissa Krignl Capeletti

Presidente

EXTRATO DE AVISO DE RESULTADO PREGÃO Nº 036/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2019

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 06/06/2019 às 10:00 horas na modalidade de Pregão Presencial EDITAL n° 036/2019, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS** consagrou-se vencedora a empresa licitante: **INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS KUTSCHENKO LTDA.**

Comodoro – MT, 06 de Junho de 2019.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

PREGOEIRO

CÂMARA DE COMODORO - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal, João Fernandes da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especificamente a Lei de nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar a presente Licitação nestes termos:

a) Processo de nº: ***009/2019***

b) Licitação de nº: ***001/2019***

c) Modalidade: ***Tomada de Preço***

d) Data da Homologação: ***12/06/2019***

e) Objeto da Licitação: ***Aquisição de Combustível para abastecimento da frota do Poder Legislativo Municipal.***

g) Fornecedor: ***Trevo Combustíveis e Lubrificantes LTDA****, CNPJ* ***nº 02. 975.095/0001-94;***

02 – Autorizar a emissão do empenho correspondente:

Dotação: 3.3.90.30.00.00.00.00.0999– ***Material de Consumo***

Comodoro/MT, 12 de junho de 2019.

João Fernandes da Silva - **Presidente da Mesa Diretora**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 055/2019.

AVISO DE LICITACÃO DESERTA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2019

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 055/2019

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2019, PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 055/2019 que foi reaberto** no dia **07 de Junho de 2019, às 14h00min** (horário local), deve seu resultado como **LICITAÇÃO DESERTA.**

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA **AQUISIÇÃO DE ELEVADOR AUTOMOTIVO, PARA USO DA SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS,** JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.

Confresa-MT, 11 de Junho de 2019.

Jean Flávio dos Santos Milhomem

Pregoeiro

Portaria nº 135/2019.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PARECER JURÍDICO

Procuradoria Municipal de Confresa

Departamento Jurídico

Procedimento administrativo Licitatório

Requerimento de reajuste de preço – AS3 HOSPITALAR LTDA EPP

Descrição: Direito administrativo – procedimento licitatório – contrato administrativo – requerimento de reajuste de preço – procedimento de referência n° 134/2018– pregão presencial n° 106/2018 – objeto: aquisição eventual e futura de insumos hospitalares, soros e correlatos para anteder a demanda junto a Secretaria Municipal de Saúde, órgão vinculado ao Município de Confresa/MT.

Trata-se de requerimento administrativo pleiteado pela empresa AS3 HOSPITALAR LTDA EPP, no qual requer, a revisão dos preços orçados no âmbito do procedimento administrativo licitatório n°134/2018, modalidade licitatória pregão presencial n° 106/2018, cujo objeto refere-se à aquisição eventual e futura de insumos hospitalares, soros e correlatos para anteder a demanda junto a Secretaria Municipal de Saúde, órgão vinculado ao Município de Confresa/MT

Justifica o presente requerimento, alegando haver a necessidade de readequação dos preços anteriormente licitados haja vista sua alteração posterior decorrente das alterações de mercado.

Fundamenta sua pretensão em orçamentos e notas fiscais apresentadas junto a esta entidade política.

É o relatório, passo a análise do mérito.

Preliminarmente, cumpre ressaltar acerca do contexto fático-jurídico em que tal pretensão se insere, haja vista tratar-se de pleito intentado por licitante cujo contrato fora celebrado recentemente, tendo a homologação do procedimento licitatório sido realizada no dia 03 de janeiro de 2019.

Assim, é forçoso concluir que o vínculo jurídico-obrigacional decorrente do procedimento licitatório que o precede não perfaz seis meses, razão pela qual em analise ao pleito do requerente penso que o fato gerador suscitado como fundamento jurídico apto a ensejar a readequação dos valores inicialmente contratos não subiste, uma vez que, mera oscilação de mercado e/ou incidência da inflação sobre os produtos contratados não fundamenta a sua repactuação em prazo inferior a um ano, conforme orientação cristalizada pelo TCE-MT.

Situação diversa, todavia, é a hipótese de tal alteração decorrer de fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, circunstância na qual, em tese poder-se-ia invocar a aplicação da teoria da imprevisão, positivada na lei geral de licitações e contratos.

Não por outro motivo, o Tribunal de Constas de Mato Grosso (TCE-MT) expediu resolução de consulta nº 08/2014-TP (DOC, 26/05/2014), no qual assevera, em apertada síntese, que a repactuação de preços em contratos administrativos deve observar o período mínimo de um ano, uma vez que antes deste período não restaria caracterizado fato gerador hábil a deflagrar tal reajuste, sendo as pretensões anteriores a este período uma forma do contratado apenas adequar os valores propostos no âmbito do procedimento licitatório que, não obstante tenha sido apresentado, continham valores inferiores ao praticado no mercado e que foram propostos com o único desiderato de ganhar o procedimento para, ato sucessivo, requerer "reajustes" de modo a "equilibra-los" posteriormente.

Resolução de Consulta nº 08/2014-TP (DOC, 26/05/2014). Contratos. Serviços de natureza continuada. Dedicação de mão de obra. Repactuação de preços.

1. É possível a repactuação em contratos de prestação de serviços continuados com dedicação de mão de obra, provocada por acordos, convenções, dissídios coletivos de trabalho ou equivalentes, desde que observados os seguintes requisitos: a) previsão editalícia e contratual; b) lapso de 1 (um) ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir; c) previsão editalícia e nas minutas de contratos, de cláusulas dispondo que os orçamentos vinculados às propostas de preços devem ser elaborados e apresentados em conformidade com o acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho vigente à época da formulação do orçamento; e, d) demonstração analítica e comprovação, pelo contratado, da variação de todos os itens da planilha de custos do contrato.

2. Na primeira repactuação, o prazo de 1 (um) ano deve ser contado a partir da data do respectivo orçamento, considerando-se, neste caso, a data do orçamento como a do acordo, dissídio, convenção coletiva de trabalho ou equivalente, que estabelecer a composição salarial vigente à época da entrega da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originalmente.

3. Nas repactuações sucessivas à primeira, contar-se-á a anualidade a partir da última repactuação.

4. O contratado deverá solicitar a repactuação até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo certo que, se não o fizer tempestivamente, haverá a preclusão do direito à repactuação de preços e à percepção dos seus efeitos financeiros.

No entanto, tal conduta vem de encontro aos postulados inerentes ao procedimento licitatório, dentre os quais pode-se citar a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Pública, disposta no artigo 3° da lei geral de licitações e contratos, na medida em que se os preços apresentados pelas licitantes quando da participação do procedimento licitatório não passarem de um "blefe" cuja única finalidade visa conseguir ganhar o procedimento a qualquer custo para que posteriormente venha a elevar os preços ofertados, em verdade os preços, como critério de julgamento do procedimento licitatório, eram maiores do que o realmente fora proposto, mas tendo em vista o intuito do licitante, dolosamente e de má-fé, abaixou-os em patamar acima do aceito com a finalidade única de ganhar a licitação.

Assim, levando em consideração o entendimento do TCE-MT e o transcurso do prazo entre a celebração da ata de registro de preço e a presente pretensão e tendo em vista a ausência de motivos hábeis a sua pretensão, indefiro o presente requerimento administrativo de retificação de preços apresentado pela empresa AS3 HOSPITALAR LTDA EPP, uma vez que o reajuste de preço celebrados com o poder público para se mostrar válido deve conter em si uma justificativa plausível e que não fora decorrente de conduta praticamente pelo próprio contratante, não podendo este se beneficiar de sua própria torpeza de modo a lhe permitir fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório.

Diferentemente dos argumentos trazidos a cabo pela requerente, poder-se-ia justificar tamanha discrepância entre os preços constantes na ata de registro de preço e os valores atuais de mercado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, excepcionais ou previsíveis porem de consequências incalculáveis que venham a provocar o desequilíbrio da equação econômico-financeira entre as partes, hipótese na qual poderia se invocar para revisa ou mesmo rescisão contratual amigável entre as partes a teoria da imprevisão, expressamente prevista no artigo 65, inc. II, alínea "d" da lei geral de licitações e contratos.

O fundamento da teoria da imprevisão é a clausula *rebus sic standibus* (enquanto as coisas estão assim), considerado implícito em todos os contratos de prestações sucessivas, segundo o qual o contrato deve ser cumprido desde que presentes as mesmas condições existentes quando o ajuste fora firmado. De modo que mudadas profundamente tais condições, rompe-se o equilíbrio contratual, ensejando, por conseguinte, a alteração (revisão) do contrato, quando for possível reestabelecer a sua equação econômico-financeira inicial ou, caso contrário, a rescisão do ajuste.

No entanto, a teoria da imprevisão não se aplica a ocorrência de simples elevações de preços em proporções suportáveis, correspondente ao risco do próprio contrato e inerente a toda e qualquer atividade empresarial, tendo a Lei 8.666/93 encampado expressamente a teoria da imprevisão ao prever que os contratos administrativos podem ser alterados por acordo das partes, nos termos do art. 65, inciso II, alínea "d".

Assim, diferentemente do reajuste que fora pleiteado, o instituto do reequilibro econômico-financeiro do contrato somente se justifica na hipótese de aplicação da teoria da imprevisão, prevista no art. 65, inciso II, alínea "d", mas que para sua configuração deve ser devidamente comprovada a existência dos pressupostos fáticos previstos na lei, quais sejam: a existência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

A respeito e pertinente ao caso, a doutrina assevera que o particular enfrente três tipos de riscos (ou áleas) quando contrata com a Administração, a saber:

a) Álea ordinária ou empresarial, que está presente em qualquer tipo de negócio, decorrente da própria flutuação do mercado, sendo inerente a toda e qualquer atividade empresarial; b) Álea administrativa, a qual envolve a possibilidade de alteração unilateral dos contratos pela própria Administração Pública, tais como na ocorrência do fato do príncipe, fato da Administração, dentre outros; c) Álea econômica, que corresponde a circunstância externa ao contrato, estranha à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais e inevitáveis que causem um desequilíbrio excessivamente desproporcional ao contrato.

Por todo exposto, indefiro o requerimento pleiteado pela empresa AS3 HOSPITALAR LTDA EPP junto a Administração Pública municipal, haja vista não restar caracterizado os fundamentos e pressupostos hábil a sua pretensão, cabendo a requerente cumprir fielmente as cláusulas contratuais as quais se vinculou quando da avença junto ao poder pú-

blico local, sobre pena de incorrer na pratica de infrações administrativas, passiveis de reprimenda na seara administrativa, civil e, eventualmente criminal.

Confresa/MT - 11 de junho de 2019.

Norton Mussalan Ferreira

Procurador Municipal

OAB/MT – 20.035/O

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PARECER JURÍDICO

Procuradoria Municipal de Confresa

Departamento Jurídico

Contrato administrativo

Aditivo contratual – Artigo 65, II da Lei 8666/93

Ementa: Administração Pública. Contratos administrativos. Realização de termo aditivo contratual – supressão do valor do projeto básico – execução contratual - artigo 65, II, da lei 8.666/93 - legalidade.

ASSUNTO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO PROCESSO LICITATORIO N°74/2018 – CONTRATO ADMINISTRATIVO 065/2018 – RODRIGO ROSA PAES PARREIRA - ME.

CONTRATADA: RODRIGO ROSA PAES PARREIRA - ME.

OBJETO CONTRATUAL: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de apoio administrativo para recuperação de valor adicionado e recuperação de créditos tributários.

CONSIDERAÇÕES:

Trata-se de solicitação enviada pela empresa contratada RODRIGO ROSA PAES PARREIRA - ME., visando a alteração do contrato administrativo 065/2018, relativamente a exclusão dos itens que tratam do imposto sobre serviços de qualquer natureza, visitas mensais de duração de uma semana e orientações sobre normas tributárias e sobre o sistema do simples nacional.

Solicitação esta que fora encaminha à este setor por intermédio da Secretaria de Administração, solicitando a plausibilidade jurídica do referido aditivo contratual que tem por objetivo excluir parcelas dos itens objeto do contrato administrativo outrora pactuado com a correspondendo readequação dos valores inicialmente avençado como contrapartida pecuniária aos serviços prestados.

Assim, tendo em vista o contexto fático-jurídico evidenciado passo a tecer parecer quando a (in)viabilidade de se promover o referido aditivo contratual ora almejado.

Preliminarmente, cumpre destacar o disposto na lei geral de licitações e contratos, lei responsável por reger a matéria em questão, no que tange a possibilidade de alterar o contrato administrativo firmados junto à Administração Pública, conforme dizeres a seguir transcritos:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

Da análise dos enunciados normativos acima mencionados verifica-se a possiblidade de se realizar alterações de cunho quantitativo e qualitativo junto aos contrato administrativo outrora celebrados junto ao poder público, seja unilateralmente por iniciativa do poder público, seja por acordo entre as partes, quando necessário a adequação do objeto anteriormente contratado, conforme se vislumbra *in casu.*

É o parecer.

Confresa, 07 de junho de 2019.

Norton Mussalan Ferreira

OAB-MT - 20.035/O

Procurador Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PORTARIA 109/2019 ADM DE 10 DE JUNHO DE 2019.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DA ATA FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores público municipal qualificados abaixo como **FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR
07- SEC - SAÚDE	NEUSA PEREIRA NEVES – CPF: 873.227.571-49

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	66/2019	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MED. E PROD. HOSPITALARES LTDA-ME	12.313.826/0001-90	R$ 169.239,00
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA LAVANDERIA E COZINHA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.		
VIGÊNCIA	12 MESES – 10/06/2019 a 10/06/2020.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 10 de junho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA E REABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2019 TOMADA DE PREÇO Nº 003/2019.

AVISO DE LICITACÃO FRACASSADA E REABERTURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2019 TOMADA DE PREÇO Nº 003/2019

Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Presidente da C.P.L, torna público que o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2019 - TOMADA DE PREÇO Nº 003/2019 que foi aberto** no dia **29 de maio de 2019, às 09h00min** (horário local), foi declarado como **LICITAÇÃO FRACASSADA** e terá a sua **REABERTURA em 01/07/2019 ás 09h00min**.

O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço situada na Av. Centro Oeste, nº286, Centro na cidade de Confresa-MT e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DO CENTRO DE CONVIVENCIA DA MELHOR IDADE, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT.

Confresa-MT, 11 de junho de 2019.

Jean Flávio dos Santos Milhomem

Presidente da C.P.L.

Portaria nº 174/2019.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 107/2019 ADM DE 10 DE JUNHO 2019.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL DE ATAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora pública municipal **MARIA DAS DORES B. FERREIRA,** CPF: 006.204.821-09, em substituição a servidora pública municipal **MARIA DE FÁTIMA S.PAIVA,** CPF:043.528.911-00, no seguintes documentos:

ATAS: n° 31/2019, n° 32/2019, n° 45/2019, n° 47/2019 e n° 58/2019..

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 10 de junho 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 66/2019

Ao decimo dia do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Rônio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado à Rua Tancredo Neves n° 50, Setor Pavilhão nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n° 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n° 535.561.191-53 **a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação Processo Licitatório nº 72/2019, Homologado em 10/06/2019 na modalidade Pregão Presencial nº 62/2019 da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, cujo** objetivo é a eventual e futura **aquisição de material de limpeza para lavanderia e cozinha do hospital municipal de Confresa,** para atender a demanda das secretarias do poder executivo municipal, do Município de **CONFRESA - MT**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009 , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à **aquisição de material de limpeza para lavanderia e cozinha do hospital municipal de Confresa,** para atender a demanda das secretarias do poder executivo municipal, junto ao Município de **CONFRESA-MT**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, os fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **10 de junho de 2020.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MED. E PROD. HOSPITALARES LTDA-ME

CNPJ: 12.313.826/0001-90

END.: RUA ANTÔNIO FIDELIS, Nº 1158, QD. 156, LT.08, PARQUE AMAZÔNIA

MUNICÍPIO: GOIÂNIA-GO CEP: 74.840-090

TEL.: (62) 3086-6453 E-MAIL: antonio@retfarma.com

REPRESENTANTE LEGAL: Thiago do Egito Araújo

RG: 12494021999-8 CPF: 006.642.381-30

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	COD DO TCE	UND	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR MÉDIO UNIT	VALOR MÉDIO TOTAL
01	0001574	GL	130	DETERGENTE LIQUIDO - DO TIPO REFORÇO ALCALINO PARA ROUPA, UTILIZADO NA PRE-LAVAGEM E LAVAGEM DE ROUPAS COM SUJIDADES PESADAS.	230,00	29.900,00
02	170010-3	GL	264	NEUTRALIZADOR DE ALCALINIDADE - NEUTRALIZADOR DE RESIDUOS PRESENTES NAS FIBRAS (ALVEJANTES QUIMICOS E AGENTES ALCALINOS), LITRO, SOL AQUOSA PH 1% 3,0 A 4,0, 1,15 A 1,326 G/ML, ROTULO COM NEUTRALIZADOR DE RESIDUOS ALCALINOS E ALVEJANTE	250,00	66.000,00
03	00019161	GL	38	AMACIANTE - PRINCIPIO ATIVO DE CLORETO DE CETIL TRIMETIL AMONIO, LIQUIDO DE ALTA VIS-COSIDADE, PERFUMADO, COMPOSTO DE TENSOATIVO CATIONICO A BASE DE SAIS QUATERNARI-OS PODE SER APLICADO EM TODO TIPO DE TECIDO.	115,00	4.370,00
04	161192-5	GL	38	PASTA PARA LIMPEZA - PASTA UMECTANTE, BIODEGRADAVEL, BALDES CONTENDO 20 KG, LIMPE-ZA DE TECIDOS, AC. LINEAR ALQ.BENZ. SULFONICO, SILICATO DE SODIODIETALONAMIDA AC. GRAXO DE COCO, OLEO DE PINHO E AGUA (PASTA UMECTANTE COM 20 LT)	138,00	5.244,00
05	190272-5	GL	25	ACIDULANTE - TIPO LIQUIDO CONCENTRADO COM NEUTRALIZANTE DE ALCALINIDADE, EM EMBA-LAGEM APROPRIADA, ROTULO COM - DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E PROCEDEN-CIA (ACIDULANTE PARA NEUTRALIZAÇÃO DE CLORO COM 30 LT)	245,00	6.125,00
06	00024830	GL	720	DESINFETANTE BACTERICIDA PARA AREA HOSPITALAR - DESINFETANTE SUPER CONCENTRADO HOSPITALAR E INDUSTRIAS ALIMENTICIAS-COMPOSICAO QUIMICA-CLORIDRATO DE POLIHEXA-METILENO, TENSOATIVO NAO IONICO, SEQUESTRANTE E VEICULO. PRINCIPIO ATI-VO:CLORIDRATO DE POLIHEXAMETILENO BIGUANIDA 8% DILUICAO 1%PH5,0-9.0. (DESINFETANTE HIPER CONCENTRADO 05 LITROS)	80,00	57.600,00
					TOTAL	**R$ 169.239,00**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até **30 (trinta)** dias condicionado à entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 06- Mac Média e Alta Complexidade

Proj. ativ.: 2.019- Manutenção e Encargos com o Hospital

Cód Red: 885- Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 06- Mac Média e Alta Complexidade

Proj. ativ.: 2.019- Manutenção e Encargos com o Hospital

Cód Red: 886- Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência - Saúde

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 06- Mac Média e Alta Complexidade

Proj. ativ.: 2.019- Manutenção e Encargos com o Hospital

Cód Red: 887- Material de Consumo

Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 06- Mac Média e Alta Complexidade

Proj. ativ.: 2.019- Manutenção e Encargos com o Hospital

Cód Red: 888- Material de Consumo

Fonte: 0046- Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no **art. 65**, da **Lei 8.666/93;**

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do Pregão Presencial nº. **62/2019** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução da aquisição dos materiais será exercida pelo o servidor credenciado Sra. **Neusa Pereira Neves**, portaria nº. 109/2019, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, **Jean Flavio dos Santos Milhomem**, Pregoeiro, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

RETFARMA DIST. MED. E PROD. HOSPITALARES LTDA-ME

CNPJ: 12.313.826/0001-90

REPRESENTANTE LEGAL: **Thiago do Egito Araújo**

CPF: 006.642.381-30

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/2019.

AVISO DE LICITACÃO DESERTA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2019

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 030/2019

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2019, PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 030/2019 que foi reaberto** no dia **07 de Junho de 2019, às 09h00min** (horário local), deve seu resultado como **LICITAÇÃO DESERTA.**

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO SENDO CIMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

Confresa-MT, 11 de Junho de 2019.

Jean Flávio dos Santos Milhomem

Pregoeiro

Portaria nº 135/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CONTRATO
CONTRATO N.º 085/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE, com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, pessoa jurídica de direito público, representada neste ato pela Sr.ª MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominada CONTRATANTE, e por outro lado **JOSÉ BERNARDO DA SILVA FILHO**, situado à Comunidade São Sebastião, em Conquista D'Oeste, CPF sob n.º 127.496.722-87, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentado nas disposições da Lei n° 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2019, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas Escolas de Ensino Fundamental, Educação Indígena e Centro de Educação Infantil Municipal, da Rede Pública Municipal de Conquista D'Oeste, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para atender o ano letivo de 2019, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO será de até **R$ 20.000,00** (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de **R$ 19.986,30 (Dezenove mil novecentos e oitenta e seis reais e trinta centavos).**

a. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
				Preço Unitário	Preço Total
MEL: DE ABELHA, NATURAL, SACHÊ **10 g** , DE PRIMEIRA QUALIDADE , COM PERFEITAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS . EM CONDIÇÃO ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM O TRANSPORTE CONSERVAÇÃO E TEMPERATURA EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO,COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, ODORES.	KG	419	QUINZENAL	R$ 47,70	R$ 19.986,30
Valor Total do Contrato					R$ 19.986,30

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04.003.12.306.0016.2018.33.90.30.00.00.00 – F.103

04.003.12.306.0016.2019.33.90.30.00.00.00 – F.104

04.005.12.306.0016.2020.33.90.30.00.00.00 – F.127

CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 001/2019, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013 e demais alterações, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei n° 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a) por acordo entre as partes;

b) pela inobservância de qualquer de suas condições;

c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda – MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D' Oeste - MT, 31 de maio de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	JOSÉ BERNARDO DA SILVA FILHO Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
PORTARIA Nº 119/2019

"Dispõe sobre a nomeação de servidor, para Fiscal de Contrato Administrativo que menciona."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 73, inciso I, alínea "b" e inciso II, alínea "a", "b", da Lei 8.666/93, em especial o Decreto Municipal nº 038/2013 de 2 de maio de 2013, e os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLSE:

Art. 1º - Designa a servidora CÉLIA ROMUALDO DACOSTA REIS, Coordenadora de Educação portadora da cédula de identidade RG nº expedida pela SSP/MT e do CPF nº., lotado na Secretária de Educação, para atuar como fiscal dos contratos administrativos nº **093 E 094/2019** celebrado pelo Município.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 16 de junho de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA 107/2019

"Dispõe sobre a nomeação de servidor para o cargo comissionado que menciona."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomearpara o cargo de Coordenador de Obras referencia CC-IV, instituído pela Lei Complementar nº 002/2001**, o Servidor FERNANDO CRESTANI**, portador da cédula de identidade RG nº 3931080, expedida pela SSP/SC e do CPF 955.633.931-00, a partir desta data.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 2 de maio, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de junho de 2019.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

CONTRATO
CONTRATO Nº 080/2019

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **SOS-MEDICINA CLINICA E OCUPACIONAL LTDA-EPP**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, , representada neste ato por sua Prefeita Municipal, **MARIA LÚCIA OLIVEIRA PORTO**, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 14417332 SSP/MT e do CPF nº 786.720.151-34, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **SOS-MEDICINA CLINICA E OCUPACIONAL LTDA-EPP** com sede na Av. Municipal, nº 1429, Sala 10 e 11, Centro, na cidade de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 10.733.973/0001-93, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Eliane Remedi Bracale, portador(a) da Carteira de Identidade nº 25706845, expedida pelo(a) SESP/MT, e CPF nº 317.678.368-05, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 91/2019** e em observância às disposições e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Dispensa de Licitação nº 010/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a **prestação de serviços Especializados em Engenharia e Medicina do Trabalho e de Saúde Ocupacional, de modo a elaborar e emitir os Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), Laudos de Insalubridade/Periculosidade e Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP; elaborar, implantar, desenvolver e realizar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO – NR 7), elaborar e assessorar o desenvolvimento do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA – NR 9)**, conforme especificações e quantitativos abaixo descritos:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
Prestação de Serviços Especializados em Engenharia e Medicina do Trabalho e de Saúde Ocupacional, de modo a elaborar e emitir os Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e Laudos de Insalubridade/Periculosidade;	1	R$ 19. 978,00
Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP;	1	R$ 350,00
Elaborar, implantar, desenvolver e realizar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO – NR 7)	1	R$ 2. 200,00
Elaborar e assessorar o desenvolvimento do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA – NR 9).	1	R$ 4. 500,00
VALOR TOTAL DOS SEVIÇOS		**R$ 26. 830,00**

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 31 de dezembro de 2019, contado a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

3.1 A CONTRATADA compromete-se a prestar os serviços ora contratados de acordo com as condições contidas no presente instrumento, em especial no TERMO DE REFERÊNCIA, bem com na Proposta pela mesma apresentada, para a perfeita compreensão e execução do serviço, dirimindo dúvidas, junto à fiscalização da CONTRATANTE.

3.2 Na execução dos serviços serão observadas rigorosamente as especificações e demais elementos técnicos, as normas regulamentadoras, bem como a legislação aplicável, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas por escrito e, da mesma forma, aprovadas pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

4.1 O objeto deverá ser executado nos seguintes prazos máximos, todos contados da publicação do extrato do contrato e considerando a entrega dos documentos na Sede da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste.

a) Elaboração e apresentação do Cronograma de atividades do PCMSO e do PPRA:

15 (quinze) dias;

b) Elaboração e entrega do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO: 60 (sessenta) dias;

c) Elaboração e entrega do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA: (em todos os endereços): 30 (trinta) dias;

d) Realização de 02 (duas) auditorias das ações recomendadas no PPRA, cujos resultados deverão ser entregues na forma de relatório, com eventuais apontamentos de não conformidades: 04 (quatro) e 08(oito) meses;

e) Elaboração e entrega do Laudo Técnico das Condições Ambientais no Trabalho – LTCAT: 90 (noventa) dias.

4.2 Os atrasos na execução dos serviços, nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos, de força maior ou de fatos de responsabilidade da CONTRATANTE, desde que comprovados na época oportuna pela CONTRATADA, dentro da vigência do prazo contratual.

4.3 Caso haja necessidade de serviços complementares, resultantes de modificações previamente aceitas, por escrito, pela CONTRATANTE, estes serão autuados em separado. O pedido deverá ser encaminhado a CONTRATANTE, via Fiscalização do Contrato, com data de no mínimo 05 (cinco) dias úteis antes do término do Contrato, de acordo com a proposta inicial, mediante orçamento apresentado a CONTRATANTE;

4.3.1 O aditivo somente será processado conforme caput desta cláusula, com prévia autorização, por escrito, da chefe do Executivo, com manifestação de disponibilidade orçamentária do Setor de Contabilidade deste, bem como, deverá atender ao disposto no parágrafo primeiro do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DOS SERVIÇOS

5.1 As despesas decorrentes do transporte, estadia e alimentação de pessoal administrativo e técnico, de materiais e equipamentos, serão de responsabilidade da CONTRATADA;

5.2 A CONTRATADA deverá apresentar sugestões sempre que houver soluções que aprimorem e garantam a obtenção do melhor resultado, em tempo hábil, para análise e adoção das mesmas.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1 A CONTRATANTE exercerá, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

6.2 A Fiscalização exercida não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

6.3 A Fiscalização anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

6.4 A Fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até a conclusão dos serviços.

6.5 Da mesma forma, a CONTRATADA, deverá indicar um preposto que a representará perante a CONTRATANTE;

6.6 Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela prestação dos serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, sempre que não atendam ao especificado no presente Contrato.

6.7 A CONTRATADA deverá facilitar sob todos os aspectos a ação da fiscalização, acatando as suas recomendações. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da CONTRATANTE e não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer dano decorrente de irregularidade ou má execução dos serviços e na eventual ocorrência de tais casos, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus prepostos.

6.8 A fiscalização poderá aplicar penalidades, exigir providências eventualmente necessárias e/ou embargar serviços, devendo a CONTRATADA providenciar a imediata eliminação das falhas ou faltas, sem que em razão disso possa ser atribuído qualquer ônus a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1 São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA, além das elencadas nos itens anteriores:

a) Acertar com a CONTRATANTE os detalhes e pormenores da execução dos serviços;

b) Comunicar a CONTRATANTE a data de início da execução dos serviços, respeitando os demais prazos estabelecidos neste instrumento;

c) Executar o objeto de acordo com a proposta apresentada e em conformidade com o presente contrato;

d) Apresentar à CONTRATANTE o registro dos profissionais nos Conselhos de Classe competentes;

e) Assumir, a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços, pela mão-de-obra empregada, pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a CONTRATANTE ou a terceiros;

f) Comunicar a CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução dos serviços;

g) Transferir o conhecimento quanto a elaboração do PPP para até 2 servidores do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração durante a vigência do contrato.

7.2 A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de atos desta, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

7.3 As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato ficarão a cargo da CONTRATADA, em especial no que concerne aos direitos dos trabalhadores envolvidos com ela;

7.4 Fica expresso que a CONTRATADA, que antes de firmar este instrumento, examinou cuidadosamente os documentos apresentados e com-

preendeu todas suas disposições, efetuou todas as interpretações, deduções e conclusões para definição do seu custo de execução, bem como formulou uma estimativa correta das peculiaridades locais que possam influir no cumprimento contratual, de maneira que qualquer eventual falha de sua parte não a isentará das obrigações assumidas, independentemente de suas dificuldades;

7.5 Não serão consideradas quaisquer alegações da CONTRATADA relativas às dificuldades de execução contratual não argumentadas quando da elaboração da proposta.

7.6 Manter em toda a vigência contratual a sua regularidade fiscal e das obrigações constantes das leis sociais, bem como, demonstrar o recolhimento no ato da apresentação da Nota Fiscal, antes de cada parcela de pagamento, conforme subcláusula 8.2 do presente contrato;

7.7 São obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE:

a) Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da Nota Fiscal em dia;

b) Encaminhar ao Diário Oficial o extrato do Contrato e de seus Aditivos, se ocorrerem, para publicação, arcando com as respectivas despesas de publicação;

c) Encaminhar à CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil, a partir da data da assinatura, cópia do Contrato celebrado;

d) Assegurar o livre acesso às áreas envolvidas nos serviços, de pessoa(s) credenciada(s) pela CONTRATADA para a execução dos serviços necessários, prestando-lhes os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

e) Controlar e acompanhar toda a execução do Contrato;

f) Esclarecer toda e qualquer dúvida arguida pela CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR DO CONTRATO E DO PAGAMENTO

8.1 O Município de Conquista D'Oeste pagará à CONTRATADA a importância estimada de R$26.830,00 **(Vinte e seis mil e oitocentos e trinta reais)**, após encaminhamento e aceite da nota fiscal do serviço prestado pela Fiscalização da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste.

8.1.1. Para o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP, o valor a ser pago será de acordo com a demanda mensal utilizada, após encaminhamento e aceite da nota fiscal do serviço prestado pela Fiscalização da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste.

8.2 O pagamento dos valores acima far-se-ão no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após o aceite dos serviços pela Fiscalização da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste.

8.3 A nota fiscal deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ indicado na proposta de preços e nos documentos de habilitação, conter todas as retenções de impostos exigidos por lei e conter o detalhamento dos serviços executados;

8.4 Considerar-se-ão inclusos no preço todas as despesas concernentes à execução dos serviços, fornecimento de equipamentos e mão-de-obra necessários, benefícios e despesas indiretas, tributos ou quaisquer outras incidências;

CLÁUSULA NONA - DA LIBERAÇÃO DO PAGAMENTO

9.1 A CONTRATADA deverá encaminhar a CONTRATANTE a Nota Fiscal respectiva ao serviço prestado;

9.2 A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a seguinte documentação (artigo 71 c/c o artigo 55, XIII da Lei nº 8.666/93), dentro do eu prazo de validade:

a) Comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal/Regularidade com o INSS; b) Comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual; c) Comprovante da regularidade para com a Fazenda Municipal; d) Comprovante da regularidade para com a União - Dívida Ativa; e) Comprovante da regularidade para com o FGTS.

a) As certidões para comprovação de regularidade só serão aceitas com prazo de validade determinado no documento ou com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias;

b) As certidões apresentadas serão verificadas sua autenticidade nos sites oficiais.

9.3 Serão sobrestados os pagamentos, até que a CONTRATADA regularize a situação, quando não forem apresentados:

• Os documentos previstos na subcláusula 9.2 desta Cláusula, observadas as formalidades previstas nas alíneas correspondentes;

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES

10.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

10.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

10.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com fulcro no Capítulo III, Seção V, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes modos:

11.1.1 Por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

11.1.2 Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de 10 (dez) cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardando o interesse público; e

11.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.2 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura a CONTRATANTE o direito de rescindir o Contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

11.3 A rescisão do Contrato, com base na subcláusula 11.1.1, sujeita a CONTRATADA à multa rescisória de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, independentemente de outras multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta do Elemento de Despesa Orçamentária 03.001.04.122.0005.2006. 339039000000.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 As sanções administrativas serão: advertência, multa, suspensão temporária de participar de licitações, impedimento de licitar e contratar com a Administração e declaração de inidoneidade, com fulcro no Capítulo IV, Seção II da Lei nº 8.666/93;

13.2 A penalidade de Advertência será aplicada em caso de infrações cometidas que prejudiquem a lisura do Contrato ou que não venha a causar dano a CONTRATANTE ou a terceiros.

13.3 A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas:

I - 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, para cada dia de atraso no início da execução dos serviços. Decorrido este prazo, sem que ocorra o início os serviços, por culpa exclusiva da CONTRATADA, iniciar-se-á o processo de rescisão contratual;

II - 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de cada uma das obrigações determinadas neste Contrato, independentemente de outras multas aplicadas;

III - 0,2% (zero vírgula dois por cento) para cada dia que exceda o prazo contratual, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor do Contrato.

IV - 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de desistência do Contrato.

13.4 Será considerada desistência do Contrato, depois de transcorridos 05 (cinco) dias corridos, a partir do prazo final para conclusão dos serviços, sem manifestação por escrito da CONTRATADA ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE;

13.5 As multas previstas nesta Cláusula serão deduzidas quando do pagamento da Nota Fiscal ou, se for o caso, a CONTRATANTE encaminhará, no 1º (primeiro) dia útil, depois de vencidos os prazos estipulados neste Contrato, NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil, a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial. Caso a CONTRATADA conclua os serviços no prazo estabelecido, a multa definida no Inciso I será devolvida;

13.6 A penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÕES E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO serão aplicadas à CONTRATADA quando:

I - fizer declaração falsa;

II - deixar de entregar documentação ou apresentar documentação falsa;

III - ensejar o retardamento da execução do objeto;

IV - não mantiver a proposta;

V - falhar ou fraudar a execução do Contrato, injustificadamente;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

VII - fornecer produtos ou executar serviços em desconformidade com o especificado;

VIII - não substituir, no prazo estipulado, os produtos recusados pela CONTRATANTE;

IX - descumprir prazos e condições previstas neste instrumento.

13.7 - A punição definida na subcláusula anterior será pelo período máximo de 02 (dois) anos;

13.8 A penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA será aplicada nos casos em que a CONTRATANTE, após análise dos fatos, constatar que a CONTRATADA praticou falta grave, devidamente fundamentado;

13.9 A punição definida na subcláusula anterior perdurará enquanto houver os motivos ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo não superior a 02 (dois) anos, previsto no inciso IV, do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

13.10 As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87, da Lei nº 8.666/93;

13.11 Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa;

13.12 Ocorrendo caso fortuito ou força maior regularmente comprovado e aceitos ela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

13.13 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO

14.1 Aplica-se à execução deste Contrato e especialmente aos casos omissos, a Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VALIDADE E EFICÁCIA

15.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 3 (três) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 28 de maio de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	SOS-MEDICINA CLINICA E OCUPACIONAL LTDA-EPP Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
PORTARIA Nº 118/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ELENIR LUCIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 501, portadora da cédula de identidade nº 1441733-2expedida pela SSP/MT e do CPF nº 786.720.

151.34, lotada na Secretaria de Ação Social, para atuar como fiscal dos contratos administrativos nº **093; 094/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 16 de Junho de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 117/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **LUCIO DIVINO GOMES**, portador da cédula de identidade sob o nº M-6908833, expedida pela SSP/MT e do CPF 031. 805.137-05, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **093; 094/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 16 de junho de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 111/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - **Art. 1º** - Designar o servidor MARIA CONCEIÇÃO DE FREITAS, portador da cédula de identidade sob o nº 1092791-3, expedida pela SJ/MT e do CPF: 584.428.126-87, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **075_076 e 077/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 16 de junho de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 116/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **MARINA DA GAMA SOUZA** portadora da Cédula de Identidade RG nº 0597468-2 SJ/MT e do CPF: 572.279.771-53, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para atuar como fiscal dos contratos administrativos n° **093 E 094/2019.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 16 de junho de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
CONTRATO N.º 083/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE, com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, pessoa jurídica de direito público, representada neste ato pela Sr.ª MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominada CONTRATANTE, e por outro lado **SEVERINO JERÔNIMO DA SILVA NETO**, situado à Comunidade Santa Clara, em Conquista D'Oeste, CPF sob n.º 513.161.701-44, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentado nas disposições da Lei n° 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2019, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas Escolas de Ensino Fundamental, Educação Indígena e Centro de Educação Infantil Municipal, da Rede Pública Municipal de Conquista D'Oeste, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para atender o ano letivo de 2019, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO será de até **R$ 20.000,00** (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de **R$ 18.411,00 (Dezoito mil quatrocentos e onze reais).**

a. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
				Preço Unitário	Preço Total
BANANA PRATA: DE PRIMEIRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	5100	SEMANAL	R$ 3,61	R$ 18.411,00
Valor Total do Contrato					R$ 18.411,00

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04.003.12.306.0016.2018.33.90.30.00.00.00 – F.103

04.003.12.306.0016.2019.33.90.30.00.00.00 – F.104

04.005.12.306.0016.2020.33.90.30.00.00.00 – F.127

CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 001/2019, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013 e demais alterações, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei n° 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a) por acordo entre as partes;

b) pela inobservância de qualquer de suas condições;

c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda – MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D' Oeste - MT, 31 de maio de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	Severino Jeronimo da Silva Neto Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
PORTARIA Nº 115/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **MARINA DA GAMA SOUZA** portadora da Cédula de Identidade RG nº 0597468-2 SJ/MT e do CPF: 572.279.771-53, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para atuar como fiscal dos contratos administrativos n° **092/2019.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 16 de junho de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
CONTRATO N.º 089/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE, com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, pessoa jurídica de direito público, representada neste ato pela Sr.ª MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominada CONTRATANTE, e por outro lado **BENEDITO GARCIA ONEZOKA**, situado à BR Aldeia Paraíso, em Conquista D'Oeste, CPF sob n.º 864.166.261-87, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentado nas disposições da Lei n° 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2019, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas Escolas de Ensino Fundamental, Educação Indígena e Centro de Educação Infantil Municipal, da Rede Pública Municipal de Conquista D'Oeste, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para atender o ano letivo de 2019, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO será de até **R$ 20.000,00** (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de **R$ 7.890,50 (Sete mil oitocentos e noventa reais e cinquenta centavos).**

a. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
				Preço Unitário	Preço Total
POCÃ: DE PRIMEIRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	KG	2150	SEMANAL	R$ 3,67	R$ 7. 890,50
Valor Total do Contrato					R$ 7. 890,50

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04.003.12.306.0016.2018.33.90.30.00.00.00 – F.103

04.003.12.306.0016.2019.33.90.30.00.00.00 – F.104

04.005.12.306.0016.2020.33.90.30.00.00.00 – F.127

CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 001/2019, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013 e demais alterações, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei n° 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a) por acordo entre as partes;

b) pela inobservância de qualquer de suas condições;

c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda – MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D' Oeste - MT, 31 de maio de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	BENEDITO GARCIA ONEZOKA Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
PORTARIA Nº 110/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **LUCIO DIVINO GOMES**, portador da cédula de identidade sob o nº M-6908833, expedida pela SSP/MT e do CPF 031. 805.137-05, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **079/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 16 de junho de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
DECRETO N.º 024/2019

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Maria Lúcia Oliveira Porto, Prefeita Municipal de Conquista D' Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 1.º da Lei n.º 545, de 21/02/2019.

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica suplementada na importância de **R$ 285.579,93 (Duzentos e Oitenta e Cinco Mil, Quinhentos e Setenta e Nove Reais e Noventa e Três Centavos)**, as seguintes dotações orçamentárias:

110	04.003.12.361.0012.3390.32.2.017 – Manutenção QSE – Quota Salário Educação	R$:	47. 489,93
	Fonte: 0.3.15.000000 – Transferências de Recursos do FNDE	**R$:**	**47. 489,93**
376	06.001.10.304.0026.4490.52.2.052 – Coordenação de Vigilância Sanitária - VISA	R$:	10. 000,00
	Fonte: 0.3.46.000000 – Transferências de Recursos do SUS Federal – Bloco Custeio	**R$:**	**10. 000,00**
151	04.006.12.361.0012.3390.30.2.032 – Manutenção e Encargos do Transporte Escolar	R$:	100. 000,00
	Fonte: 0.3.30.000000 – Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	**R$:**	**100. 000,00**
304	06.001.10.301.0023.4490.52.2.044 – Manut. e Encargos das Ações de Saúde Bucal	R$:	48. 090,00
323	06.001.10.302.0025.4490.52.2.046 – Manut. e Encargos da Unidade de Reabilitação	R$:	80. 000,00
	Fonte: 0.3.47.000000 – Transf. de Recursos do SUS Federal – Bloco de Investimentos	**R$:**	**128. 090,00**

Art. 2.º - A cobertura para suplementação das respectivas dotações e fontes de recursocorrerão à conta do SUPERÁVIT FINANCEIRO, verificado no exercício anterior conforme discriminação abaixo:

040	Banco do Brasil – C/ 18.564-7 – QSE **0.3.15.000000 – Transferências de Recursos do FNDE**	R$:	47. 489,93
202	Banco do Brasil – C/ 43.730-1 – FETHAB SEDUC **0.3.30.000000 – Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB**	R$:	100. 000,00
215	Banco do Brasil – C/ 43.481-7 – VIGILANCIA SANITÁRIA **0.3.46.000000 – Transferências de Recursos do SUS Federal – Bloco Custeio**	R$:	10. 000,00
209	Banco do Brasil – C/ 44.128-7 – INVESTIMENTOS SUS **0.3.47.000000 – Transf. de Recursos do SUS Federal – Bloco de Investimentos**	R$:	128. 090,00
	Total:.....	**R$:**	**285. 579,93**

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de abril de 2019.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita

CONTRATO
DECRETO N.º 023/2019

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D' Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 1.º da Lei n.º 544 de 21/02/2019.

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica suplementada na importância de **R$ 169.560,00 (CENTO E SESSENTA E NOVE MIL, QUINHENTOS E SESSENTA REAIS)**, as seguintes dotações orçamentárias:

220	05.002.13.392.0020.3390.32.2.035 – Prom. ou Apoiar a Realização de Eventos Culturais	R$:	5. 500,00
579	09.001.15.452.0038.3390.39.2.072 – Manut. e Enc. com a Coord. de Serviços Públicos	R$:	80. 000,00
	Total da Fonte – 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários	**R$:**	**85. 500,00**
075	04.002.12.361.0012.3190.13.2.015 – Manutenção e Enc. da Coordenadoria Pedagógica	R$:	5. 000,00
087	04.002.12.361.0012.3390.39.2.015 - Manutenção e Enc. da Coordenadoria Pedagógica	R$:	4. 000,00
091	04.002.12.361.0012.3390.92.2.015 - Manutenção e Enc. da Coordenadoria Pedagógica	R$:	17. 350,00
106	04.003.12.361.0012.3390.30.1.007 – Const. Ampl. ou Reforma de Unidades Escolares	R$:	1. 000,00
	Total da Fonte – 0.1.01.000000 - Receitas de Imp. e Transf. De Imp. – Educação	**R$:**	**27. 350,00**
295	06.001.10.301.0023.3190.11.2.044 – Manut. e encargos das ações de saúde bucal	R$:	3. 000,00
333	06.001.10.302.0025.3390.30.2.048 – Manut. das Ações de Média e Alta Complexidade	R$:	10,00
338	06.001.10.302.0025.3390.39.2.048 – Manut. das Ações de Média e Alta Complexidade	R$:	20. 000,00
	Total da Fonte – 0.1.02.000000 - Receitas de Imp. e Transf. De Imp. - Saúde	**R$:**	**23. 010,00**
589	09.00.25.751.0040.3390.39.2.074 – Manutenção da Rede de Iluminação Pública	R$:	500,00
	Total da Fonte – 0.1.17.000000 - Contrib. p/ o Custeio dos Serv. De Ilum. Pública	**R$:**	**500,00**
151	04.006.12.361.0012.3390.30.2.032 - Manutenção e Encargos do Transporte Escolar	R$:	33. 000,00
	Total da Fonte – 0.1.30.000000 - Recursos do FETHAB	**R$:**	**33. 000,00**
376	06.001.10.304.0026.4490.52.2.052 – Coordenação de Vigilância Sanitária - VISA	R$:	200,00
	Total da Fonte – 0.1.46.000000 - Transf.de Rec.dos SUS Federal – Bloco de Custeio	**R$:**	**200,00**
	Total das Suplementações.....	**R$:**	**169. 560,00**

Art. 2.º - As despesas de execução do presente decreto correrão à conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

228	05.003.27.813.0021.3390.39.2.037 – Manutenção das Atividades Esportivas	R$:	5. 500,00
570	09.001.15.452.0038.3190.11.2.072 – Manut. e Enc. com a Coord. de Serviços Públicos	R$:	80. 000,00
	Total da Fonte – 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários	**R$:**	**85. 500,00**
083	04.002.12.361.0012.3390.32.2.015 – Manutenção e Encargos da Coord. Pedagógica	R$:	4. 340,00
130	04.005.12.365.0018.3390.39.1.008 – Const. Ampl. ou reforma de Prédios da Ed. Infantil	R$:	8. 011,00
133	04.005.12.365.0018.3390.32.2.030 - Manutenção da Educação Infantil – Pré- Escolar	R$:	14. 999,00
	Total da Fonte – 0.1.01.000000 - Receitas de Imp. e Transf. De Imp. – Educação	**R$:**	**27. 350,00**

282	06.001.10.301.0023.3390.48.2.042 - PSF – Programa Saúde da Família	R$:	10.000,00
283	06.001.10.301.0023.3390.92.2.042 - PSF – Programa Saúde da Família	R$:	9.999,00
284	06.001.10.301.0023.3390.93.2.042 - PSF – Programa Saúde da Família	R$:	3.011,00
	Total da Fonte – 0.1.02.000000 - Receitas de Imp. e Transf. De Imp. - Saúde	**R$:**	**23.010,00**
588	09.00.25.751.0040.3390.30.2.074 – Manutenção da Rede de Iluminação Pública	R$:	500,00
	Total da Fonte – 0.1.17.000000 - Contrib. p/ o Custeio dos Serv. De Ilum. Pública	**R$:**	**500,00**
562	09.001.15.451.0039.3390.39.2.073 – Manutenção do FETHAB - Urbano	R$:	33.000,00
	Total da Fonte – 0.1.30.000000 - Recursos do FETHAB	**R$:**	**33.000,00**
266	06.001.10.301.0023.3390.40.2.041 – Manut. e Enc. com o PAB – Prog.de Atenção Básica	R$:	200,00
	Total da Fonte – 0.1.46.000000 - Transf.de Rec.dos SUS Federal – Bloco de Custeio	**R$:**	**200,00**
	Total das Anulações.....	**R$:**	**169.560,00**

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Prefeita Municipal, em 01 de Abril de 2019.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita

CONTRATO
CONTRATO N.º 081/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE, com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, pessoa jurídica de direito público, representada neste ato pela Sr.ª MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominada CONTRATANTE, e por outro lado **NAYARA MORAES MARQUES**, situado à BR 174, Comunidade São José, em Conquista D'Oeste, CPF sob n.º 077.234.341-11, doravante denominado (a) CONTRATADO (a), fundamentado nas disposições da Lei n° 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2019, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas Escolas de Ensino Fundamental, Educação Indígena e Centro de Educação Infantil Municipal, da Rede Pública Municipal de Conquista D'Oeste, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para atender o ano letivo de 2019, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO será de até **R$ 20.000,00** (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de **R$ 19.282,60 (Dezenove mil duzentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos).**

a. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	**Unidade**	**Quantidade**	**Periodicidade de Entrega**	**Preço de Aquisição**	
				Preço Unitário	Preço Total
COUVE: IN NATURA, EM MAÇO, APRESENTADO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO DE TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIA, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. DE PRIMEIRA QUALIDADE.	KG	3400	SEMANAL	R$ 3,07	R$ 10.438,00
CHEIRO VERDE: IN NATURA, EM MAÇO, APRESENTADO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO DE TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIA, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. DE PRIMEIRA QUALIDADE.	UNIDADE	550	SEMANAL	R$ 2,98	R$ 1.639,00
BATATA DOCE: DE PRIMEIRA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	1240	QUINZENAL	R$ 2,94	R$ 3.645,60
ALFACE AMERICANA: IN NATURA, EM MAÇO, APRESENTADO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO DE TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIA, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. DE PRIMEIRA QUALIDADE.	UNIDADE	1000	SEMANAL	R$ 3,56	R$ 3.560,00
Valor Total do Contrato					R$ 19.282,60

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04.003.12.306.0016.2018.33.90.30.00.00.00 – F.103

04.003.12.306.0016.2019.33.90.30.00.00.00 – F.104

04.005.12.306.0016.2020.33.90.30.00.00.00 – F.127

CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 001/2019, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013 e demais alterações, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei n° 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a) por acordo entre as partes;

b) pela inobservância de qualquer de suas condições;

c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda – MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D' Oeste - MT, 31 de maio de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	NAYARA MORAES MARQUES Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
PORTARIA Nº 114/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar oservidor **Fabrício Rui Bianco**, Nutricionista, portador da cédula de identidade nº 42.045.406-8 expedida pela SJ/SP e do CPF nº 334.774.098-09, lotado na Secretária de Educação,para atuar como fiscal dos contrato administrativo n° **081; 082; 083; 084; 085; 086; 087; 088; 089; 090 e 091/2019.**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 16 de junho de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
CONTRATO N.º 090/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE, com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, pessoa jurídica de direito público, representada neste ato pela Sr.ª MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominada CONTRATANTE, e por outro lado **DANILO KATITAURLU**, situado à Aldeia Figueira, em Conquista D'Oeste, CPF sob n.º 924.057.031-49, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentado nas disposições da Lei n° 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2019, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas Escolas de Ensino Fundamental, Educação Indígena e Centro de Educação Infantil Municipal, da Rede Pública Municipal de Conquista D'Oeste, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para atender o ano letivo de 2019, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO será de até **R$ 20.000,00** (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de **R$ 9.055,20 (Nove mil e cinquenta e cinco reais e vinte centavos).**

a. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	**Unidade**	**Quantidade**	**Periodicidade de Entrega**	**Preço de Aquisição**	
				Preço Unitário	Preço Total

ABACAXI: HAVAÍ OU PÉROLA. DE 1ª QUALIDADE, *IN NATURA*, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, POLPA FIRME, LIVRES DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E RESÍDUO DE FERTILIZANTE.	KG	1680	QUINZENAL	R$ 5,39	R$ 9.055,20
Valor Total do Contrato					R$ 9.055,20

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04.003.12.306.0016.2018.33.90.30.00.00.00 – F.103

04.003.12.306.0016.2019.33.90.30.00.00.00 – F.104

04.005.12.306.0016.2020.33.90.30.00.00.00 – F.127

CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea “a”, e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 001/2019, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013 e demais alterações, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei n° 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a) por acordo entre as partes;

b) pela inobservância de qualquer de suas condições;

c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda – MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D' Oeste - MT, 31 de maio de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	DANILO KATITAURLU Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
PORTARIA Nº 109/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **LUCIO DIVINO GOMES**, portador da cédula de identidade sob o nº M-6908833, expedida pela SSP/MT e do CPF 031. 805.137-05, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **0073 e 074/2019/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 16 de junho de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
CONTRATO Nº 093/2019

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **AFX ENGENHARIA EIRELI**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219. 688/0001-56, representada neste ato por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **AFX ENGENHARIA EIRELI**, com sede na AVENIDA MATO GROSSO, Centro, na cidade de SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº **17.923.108/0001-59**, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ANDRE LUIZ RAMOS FRANCISQUETI, portador(a) da Carteira de Identidade nº 21921504, expedida pelo(a) SSP/MT, e CPF nº 046.502.241-36, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 394/2019** e em observância às disposições e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 023/2019** do **Pregão Presencial nº 020/ 2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a prestação de serviço de **MANUTENÇÃO EM ALVENARIA (PEDREIRO), HIDRAULICA, ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO, SERVIÇOS BRAÇAIS E DE PINTURA EM GERAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICIPIO**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 31 de dezembro de 2019, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 118.902,00 (Cento e dezoito mil e novecentos e dois reais).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) prestar os serviços contratados conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Cód. Reduzido: 052, 069, 107, 130, 212, 254, 400, 421, 436, 579, 603 e 629**.**

CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

7.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 10 (DEZ) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DOS SERVIÇOS CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

7.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.3. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

7.4. O pagamento somente será efetuado mediante comprovação de regularidade com Secretaria da Receita Federal mediante apresentação da Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e certidão comprovando situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

8.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

11.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

11.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

11.7 A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

11.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 3 (três) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 07 de junho de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	AFX ENGENHARIA EIRELI Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
CONTRATO Nº 094/2019

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **VALE SERVIÇOS E LIMPEZA EIRELI**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219. 688/0001-56, representada neste ato por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **VALE SERVIÇOS E LIMPEZA EIRELI**, com sede na Rua Rio Grande do Sul, Centro, na cidade de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº **30.815.037/0001-39**, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) IGOR SIQUEIRA MARIANO, portador(a) da Carteira de Identidade nº 21814619, expedida pelo(a) SSP/MT, e CPF nº 024.681.701-13, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 394/2019** e em observância às disposições e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 023/2019** do **Pregão Presencial nº 020/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a prestação de serviço de **MANUTENÇÃO EM ALVENARIA (PEDREIRO), HIDRAULICA, ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO, SERVIÇOS BRAÇAIS E DE PINTURA EM GERAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICIPIO**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado

no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 31 de dezembro de 2019, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 351.498,00 (Trezentos e cinquenta e um mil e quatrocentos e noventa e oito reais).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) prestar os serviços contratados conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Cód. Reduzido: 052, 069, 107, 130, 212, 254, 400, 421, 436, 579, 603 e 629**.**

CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

7.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 10 (DEZ) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DOS SERVIÇOS CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

7.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.3. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

7.4. O pagamento somente será efetuado mediante comprovação de regularidade com Secretaria da Receita Federal mediante apresentação da Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e certidão comprovando situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

8.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

11.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

11.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

11.7 A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

11.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 3 (três) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 07 de junho de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	VALE SERVIÇOS E LIMPEZA EIRELI Responsável Legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
CONTRATO N.º 091/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE, com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, pessoa jurídica de direito público, representada neste ato pela Sr.ª MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominada CONTRATANTE, e por outro lado **ROBERTO KATITAURLU**, situado à Aldeia Central, em Conquista D'Oeste, CPF sob n.º 035.181.511-26, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentado nas disposições da Lei n° 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2019, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas Escolas de Ensino Fundamental, Educação Indígena e Centro de Educação Infantil Municipal, da Rede Pública Municipal de Conquista D'Oeste, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para atender o ano letivo de 2019, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO será de até **R$ 20.000,00** (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de **R$ 7.960,60 (Sete mil novecentos e sessenta reais e sessenta centavos).**

a. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	**Unidade**	**Quantidade**	**Periodicidade de Entrega**	**Preço de Aquisição**	
				Preço Unitário	Preço Total
MELANCIA: DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	2000	QUINZENAL	R$ 2,00	R$ 4.000,00
INHAME: DE PRIMEIRA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	690	QUINZENAL	R$ 5,74	R$ 3.960,60
	Valor Total do Contrato				R$ 7.960,60

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04.003.12.306.0016.2018.33.90.30.00.00.00 – F.103

04.003.12.306.0016.2019.33.90.30.00.00.00 – F.104

04.005.12.306.0016.2020.33.90.30.00.00.00 – F.127

CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 001/2019, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013 e demais alterações, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei n° 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a) por acordo entre as partes;

b) pela inobservância de qualquer de suas condições;

c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda – MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D' Oeste - MT, 31 de maio de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	ROBERTO KATITAURLU Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
CONTRATO Nº 078/2019

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **RODRIGO NAZARIO MARTINS DUARTE**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **RODRIGO**

NAZARIO MARTINS DUARTE, com sede na AVENIDA DOS JARDINS Nº 1175, na cidade de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 22.853.080/0001-60, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) RODRIGO NAZARIO MARTINS DUARTE, portador(a) da Carteira de Identidade nº 13125486, expedida pelo(a) SSP/MT, e CPF nº 904.341.101-91, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 327/2019** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 019/2019** do **Pregão Presencial nº 017/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a **contratação de empresa credenciada para agenciamento e fornecimento de passagens terrestres intermunicipais, entre os trechos de Conquista D'Oeste/Pontes e Lacerda/Cáceres e Cuiabá, atendendo a demanda dos Órgãos/Secretarias do Município,** conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 31 de dezembro de 2019, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 209.280,00(Duzentos e nove mil e duzentos e oitenta reais).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto contratado conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Cód. Reduzido: 009, 022, 031, 048, 067, 084, 210, 246, 276, 335, 393, 405, 433, 452, 474, 496, 537, 548, 576, 601 e 640.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DOS SERVIÇOS CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

7.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.3. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

7.4. O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

c) prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

8.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

11.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

11.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

11.7 A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

11.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 03 (três) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 23 de maio de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	RODRIGO NAZARIO MARTINS DUARTE Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome:	**Nome:**
RG:	RG:

CONTRATO
PORTARIA 106/2019

"Designa servidor para exercer,

em readaptação funcional,

as atividades que especifica."

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, "ex-ofício", nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei Complementar 001/2001, a servidora **ROSANIA SANTOS FERREIRA**, portadora da cédula de identidade nº 785753 SSP/MT e CPF 483.421. 571-72, ocupante do cargo de SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para exercer, em readaptação funcional, em virtude de limitação em sua capacidade física, conforme laudo de perícia médica oficial, atividades de APOIO ADMINISTRATIVO, na Creche Municipal Pequenos Anjos, pelo prazo de 365 dias, a contar de 28/03/2019, com previsão de termino em 26/03/2020, sem aumento ou redução de vencimento, conforme preceitua o artigo 36 do referido Estatuto.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de Março de 2019.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 16 de Maio de 2019.

Maria Lucia Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
CONTRATO N.º 088/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE, com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/ 0001-56, pessoa jurídica de direito público, representada neste ato pela Sr.ª MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominada CONTRATANTE, e por outro lado **EMERSON SILVA ABRANTES DE OLIVEIRA**, situado à Rua dos Limoeiros, em Conquista D'Oeste, CPF sob n.º 033.060.231-40, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentado nas disposições da Lei n° 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2019, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas Escolas de Ensino Fundamental, Educação Indígena e Centro de Educação Infantil Municipal, da Rede Pública Municipal de Conquista D'Oeste, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para atender o ano letivo de 2019, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO será de até **R$ 20.000,00** (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de **R$ 19.986,30 (Dezenove mil novecentos e oitenta e seis reais e trinta centavos).**

a. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
				Preço Unitário	Preço Total
MEL: DE ABELHA, NATURAL, SACHÊ **10 g** , DE PRIMEIRA QUALIDADE , COM PERFEITAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS . EM CONDIÇÃO ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM O TRANSPORTE CONSERVAÇÃO E TEMPERATURA EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO,COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, ODORES.	KG	419	QUINZENAL	R$ 47,70	R$ 19.986,30
Valor Total do Contrato					R$ 19.986,30

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04.003.12.306.0016.2018.33.90.30.00.00.00 – F.103

04.003.12.306.0016.2019.33.90.30.00.00.00 – F.104

04.005.12.306.0016.2020.33.90.30.00.00.00 – F.127

CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea “a”, e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 001/2019, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013 e demais alterações, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei n° 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a) por acordo entre as partes;

b) pela inobservância de qualquer de suas condições;

c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda – MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D' Oeste - MT, 31 de maio de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	EMERSON SILVA ABRANTES DE OLIVEIRA Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
PORTARIA Nº 108/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **FERNANDO CRESTANI**, portador da cédula de identidade RG nº 3931080, expedida pela SSP/SC e do CPF 955.633. 931-00, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar como fiscal dos contratos administrativos n° 0**12; 080; 091/2018 E 025; 026; 027; 028; 032; 033; 034 E 056/2019.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da 02 de junho de 2019, revogando os efeitos das Portarias nº 024; 111; 130/2018 e 049; 050; 051; 052; 056; 057; 058 e 84/2019

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 16 de junho de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
CONTRATO N.º 087/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE, com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, pessoa jurídica de direito público, representada neste ato pela Sr.ª MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominada CONTRATANTE, e por outro lado **SEBASTIÃO SILVA LIMA**, situado à Comunidade Santa Clara, em Conquista D'Oeste, CPF sob n.º 904.242.201-72, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentado nas disposições da Lei n° 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2019, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas Escolas de Ensino Fundamental, Educação Indígena e Centro de Educação Infantil Municipal, da Rede Pública Municipal de Conquista D'Oeste, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para atender o ano letivo de 2019, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO será de até **R$ 20.000,00** (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de **R$ 11.488,00 (Onze mil quatrocentos e oitenta e oito reais).**

a. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
				Preço Unitário	Preço Total
RAPADURA: COM PRODUÇÃO ORGANICA DE CANA DE AÇÚCAR, DE PRIMEIRA, TABLETES DE APROXIMADAMENTE 30g, PURA OU COM PRODUTOS ADICIONADOS.	KG	800	QUINZENAL	R$ 14,36	R$ 11.488,00
Valor Total do Contrato					R$ 11.488,00

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04.003.12.306.0016.2018.33.90.30.00.00.00 – F.103

04.003.12.306.0016.2019.33.90.30.00.00.00 – F.104

04.005.12.306.0016.2020.33.90.30.00.00.00 – F.127

CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea “a”, e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 001/2019, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013 e demais alterações, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei n° 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a) por acordo entre as partes;

b) pela inobservância de qualquer de suas condições;

c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda – MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D' Oeste - MT, 31 de maio de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	SEBASTIÃO SILVA LIMA Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
CONTRATO N.º 082/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE, com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, pessoa jurídica de direito público, representada neste ato pela Sr.ª MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominada CONTRATANTE, e por outro lado **ISAQUE KATITAURLU**, situado à Aldeia Serra da Borda, em Conquista D'Oeste, CPF sob n.º 700.657.751-98, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentado nas disposições da Lei n° 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2019, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas Escolas de Ensino Fundamental, Educação Indígena e Centro de Educação Infantil Municipal, da Rede Pública Municipal de Conquista D'Oeste, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para atender o ano letivo de 2019, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO será de até **R$ 20.000,00** (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de **R$ 5.090,00 (Cinco mil e noventa reais).**

a. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
				Preço Unitário	Preço Total
MAMÃO: DE PRIMEIRA, IN NATURA, TAMANHO MÉDIO, SEM DEFORMAÇÕES E CONTAMINAÇÕES, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	1000	SEMANAL	R$ 5,09	R$ 5.090,00
Valor Total do Contrato					R$ 5.090,00

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04.003.12.306.0016.2018.33.90.30.00.00.00 – F.103

04.003.12.306.0016.2019.33.90.30.00.00.00 – F.104

04.005.12.306.0016.2020.33.90.30.00.00.00 – F.127

CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea “a”, e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 001/2019, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013 e demais alterações, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei n° 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a) por acordo entre as partes;

b) pela inobservância de qualquer de suas condições;

c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda – MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D' Oeste - MT, 31 de maio de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	Isaque Katitaurlu Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
CONTRATO Nº 079/2019

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **AFX ENGENHARIA EIRELI**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219. 688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **AFX ENGENHARIA EIRELI**, com sede na AVENIDA MATO GROSSO, Centro, na cidade de SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº **17.923.108/0001-59**, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ANDRE LUIZ RAMOS FRANCISQUETI, portador(a) da Carteira de Identidade nº 21921504, expedida pelo(a) SSP/MT, e CPF nº 046.502.241-36, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 395/2019** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 021/2019** do **Pregão Presencial nº 019/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 31 de dezembro de 2019, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 123.000,00 (Cento e vinte e três mil reais).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto contratado no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do serviço contratado conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega do serviço contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes do objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 001 – COORDENADORIA DE SERVICOS PUBLICOS

FUNÇÃO: 25 – ENERGIA

SUBFUNÇÃO: 751 – CONSERVAÇÃO DE ENERGIA

PROGRAMA: 0040 – ILUMINAÇÃO PUBLICA

PROJ/ATIV.: 2 074 – MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA **– 3390.39.00.00.00 (589) –** OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS DA ENTREGADO OBJETO LICITADO CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

7.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.3. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

7.4. O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

c) prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

8.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das

situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

11.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

11.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

11.7 A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

11.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 28 de maio de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	AFX ENGENHARIA EIRELI Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

SDS/UNIDADE DESCENTRALIZADA DE MEIO AMBIENTE
REQUERIMENTO LICENÇA AMBIENTAL

L.M.P DA SILVA FRIAS E CIA LTDA -ME, torna público que requereu à Secretaria de Desenvolvimento Sustentado –SDS/Unidade Descentralizada de meio ambiente - a Licença de Operação para atividade de Laboratório Clinico , localizado na Avenida dos Oitis nº1731, centro, município de Conquista D'Oeste–MT.

CONTRATO
CONTRATO N.º 086/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE, com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, pessoa jurídica de direito público, representada neste ato pela Sr.ª MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominada CONTRATANTE, e por outro lado **MARIA DO SOCORRO ALVES CORDEIRO SILVA**, situado à Comunidade Santa Clara, em Conquista D'Oeste, CPF sob n.º 904.242.201-72, doravante denominado

(a) CONTRATADO (A), fundamentado nas disposições da Lei n° 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2019, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas Escolas de Ensino Fundamental, Educação Indígena e Centro de Educação Infantil Municipal, da Rede Pública Municipal de Conquista D'Oeste, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para atender o ano letivo de 2019, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO será de até **R$ 20.000,00** (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de **R$ 19.962,60 (Dezenove mil novecentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos).**

a. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
				Preço Unitário	Preço Total
MAMÃO: DE PRIMEIRA, IN NATURA, TAMANHO MÉDIO, SEM DEFORMAÇÕES E CONTAMINAÇÕES, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	1000	SEMANAL	R$ 5,09	R$ 5.090,00
ALFACE AMERICANA: IN NATURA, EM MAÇO, APRESENTADO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO DE TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIA, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. DE PRIMEIRA QUALIDADE.	UNIDADE	1500	SEMANAL	R$ 3,56	R$5.340,00
CHEIRO VERDE: IN NATURA, EM MAÇO, APRESENTADO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO DE TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIA, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. DE PRIMEIRA QUALIDADE.	UNIDADE	550	SEMANAL	R$ 2,98	R$1.639,00
MANDIOCA: DE PRIMEIRA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	2760	SEMANAL	R$ 2,86	R$ 7.893,60
Valor Total do Contrato					**R$ 19.962,60**

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04.003.12.306.0016.2018.33.90.30.00.00.00 – F.103

04.003.12.306.0016.2019.33.90.30.00.00.00 – F.104

04.005.12.306.0016.2020.33.90.30.00.00.00 – F.127

CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 001/2019, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013 e demais alterações, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei n° 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a) por acordo entre as partes;

b) pela inobservância de qualquer de suas condições;

c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda – MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D' Oeste - MT, 31 de maio de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	MARIA DO SOCORRO ALVES CORDEIRO Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
DECRETO Nº 031/2019

"Exonera servidor do cargo comissionado que especifica".

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1°. - Exonerar, do cargo em comissão de Coordenador de Transporte Escolar, referencia CC-V, instituído pela Lei Complementar nº 002/2001, **RENATO DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1623101-5 SSP/MT e do CPF nº 023.094.771-92, a partir desta data.

Art. 2º. - Este decreto entra em vigor na data de sua Publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2019

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 03de junho de 2019.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

CONTRATO
CONTRATO Nº 074/2019

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **L C BRANCHER E CIA LTDA EPP**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **L C BRANCHER E CIA LTDA EPP**, com sede na Rodovia BR 174, KM 290, Estância Pousada do Sol, S/N, Zona Suburbana, na cidade de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 11.423.558/0001-04, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Luiz Carlos Brancher, portador(a) da Carteira de Identidade nº 2562896-8, expedida pelo(a) SEJUSP/MT, e CPF nº 140.242.921-53, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 365/2019** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 018/2019** do **Pregão Presencial nº 016/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de **TUBOS DE CONCRETO TIPO MANILHA PARA ATENDER DEMANDAS DE OBRAS DO MUNICÍPIO**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 31 de dezembro de 2019, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 489.100,00(Quatrocentos e oitenta e nove mil e cem reais).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto contratado conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Código reduzido: 561, 574 e 611.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DOS PRODUTOS/SERVIÇOS CORRESPONDEN-

TES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

7.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.3. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

7.4. O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

c) prova de situação regular perante a PGFN, através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

8.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

11.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

11.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

11.7 A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

11.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 10 de maio de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	L C BRANCHER E CIA LTDA EPP Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
CONTRATO Nº 077/2019

Termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **MARCOS S BIUDES - ME**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **MARCOS S BIUDES - ME**, com sede na Rua São Joaquim, N° 1085, Centro Sul, na cidade de Cuiabá, Estado de MATO GROSSO, inscrita no CNPJ sob nº **08.257.279/0001-03**, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Marcos Sacardi Biudes, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1282173-0, expedida pelo(a) SSP/MT, e CPF nº 995.129.981-49, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 328/2019** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 020/2019** do **Pregão Presencial nº 018/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é **AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS DE TINTAS PARA IMPRESSORAS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 31 de dezembro de 2019, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 34.183,80 (Trinta e quatro mil e cento e oitenta e três reais e oitenta centavos).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto contratado conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

FICHAS: 008, 046, 061, 066, 207, 245, 262, 274, 371, 449, 460, 473, 494, 546, 574, 652, 700.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DOS PRODUTOS CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

7.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.3. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

7.4. O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

c) prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

8.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

11.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

11.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

11.7 A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

11.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 03 (três) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 20 de maio de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	MARCOS S BIUDES - ME Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
CONTRATO Nº 073/2019

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **COMODORO CONCRETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219. 688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **COMODORO CONCRETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME**, com sede na Avenida Selmo Antonio Barbiero, 580S, Setor Industrial II, na cidade de Comodoro, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 18.048.691/ 0001-69, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Matheus Batista Silva, portador(a) da Carteira de Identidade nº 2418097-1, expedida pelo(a) SEJSP/MT, e CPF nº 034.272.651-02, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 365/2019** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 018/2019** do **Pregão Presencial nº 016/ 2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de **TUBOS DE CONCRETO TIPO MANILHA PARA ATENDER DEMANDAS DE OBRAS DO MUNICÍPIO**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 31 de dezembro de 2019, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 421. 640,00(Quatrocentos e vinte e um mil e seiscentos e quarenta reais).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou im-

postos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto contratado conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Código reduzido: 561, 574 e 611.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DOS PRODUTOS/SERVIÇOS CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

7.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.3. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

7.4. O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

c) prova de situação regular perante a PGFN, através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

8.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

11.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

11.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

11.7 A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

11.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 10 de maio de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	COMODORO CONCRETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
CONTRATO Nº 092/2019

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **V.F. PASSOS - ME**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219. 688/0001-56, representada neste ato por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **V.F. PASSOS - ME**, com sede na Avenida Rui Barbosa, 280, Centro, na cidade de Jauru, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 11.868.836/0001-29, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr. (a) Vener Ferreira Passos, portador(a) da Carteira de Identidade nº 33. 532.222.0, expedida pelo(a) SSP/SP, e CPF nº535.325.621-20, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 440/2019** e em observância às disposições e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 022/2019** do **Pregão Presencial nº 021/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a prestação de serviço de **EXAMES DE ULTRASONOGRAFIA EM PACIENTES DO MUNICIPIO**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 31 de dezembro de 2019, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 194.400,00 (Cento e noventa e quatro mil e quatrocentos reais).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) prestar os serviços contratados conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Cód. Reduzido: Ficha 338.

CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

7.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 10 (DEZ) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DOS SERVIÇOS CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

7.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.3. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

7.4. O pagamento somente será efetuado mediante comprovação de regularidade com Secretaria da Receita Federal mediante apresentação da Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e certidão comprovando situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

8.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

11.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

11.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

11.7 A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

11.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 3 (três) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 04 de junho de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	V.F. PASSOS - ME Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
CONTRATO N.º 084/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE, com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, pessoa jurídica de direito público, representada neste ato pela Sr.ª MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominada CONTRATANTE, e por outro lado **LUIZ CARLOS BIANCO**, situado à Comunidade Santa Clara, em Conquista D'Oeste, CPF sob n.º 044.440.558-55, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentado nas disposições da Lei n° 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2019, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas Escolas de Ensino Fundamental, Educação Indígena e Centro de Educação Infantil Municipal, da Rede Pública Municipal de Conquista D'Oeste, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para atender o ano letivo de 2019, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO será de até **R$ 20.000,00** (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de **R$ 16.647,10 (Dezesseis mil seiscentos e quarenta e sete reais e dez centavos).**

a. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	**Unidade**	**Quantidade**	**Periodicidade de Entrega**	**Preço de Aquisição**	
				Preço Unitário	Preço Total
PEPINO: DE PRIMEIRA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA A SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	1250	SEMANAL	R$ 2,55	R$ 3.187,50
CHUCHU: DE PRIMEIRA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	2310	SEMANAL	R$ 3,48	R$ 8.038,80
ABOBRINHA: DE PRIMEIRA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	1760	SEMANAL	R$ 3,08	R$ 5.420,80
	Valor Total do Contrato				R$ 16.647,10

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04.003.12.306.0016.2018.33.90.30.00.00.00 – F.103

04.003.12.306.0016.2019.33.90.30.00.00.00 – F.104

04.005.12.306.0016.2020.33.90.30.00.00.00 – F.127

CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 001/2019, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013 e demais alterações, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei n° 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a) por acordo entre as partes;

b) pela inobservância de qualquer de suas condições;

c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda – MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D' Oeste - MT, 31 de maio de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	Severino Jeronimo da Silva Neto Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
PORTARIA Nº 113/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor MAYLA CLICIA DA SILVA FARIAS, brasileira, CPF 386.026.898-88, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **080/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 16 de junho de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
DECRETO Nº 025 /2019

Convoca a VII Conferência Municipal

de Saúde de Conquista D'Oeste..

Maria Lucia de Oliveira Porto, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar a situação da saúde e propor diretrizes de formulação da política de saúde nos níveis correspondentes.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a VII Conferência Municipal de Saúde de Conquista D'Oeste - MT, tendo como tema: "Democracia e Saúde, Saúde como Direito, Consolidação e Financiamento do SUS e Saúde Mental" a ser realizada no dia 10 de abril de 2019.

Art. 2º Nomear a Comissão Organizadora conforme especificação na estrutura abaixo:

1 – Comitê Executivo:

Coordenadoria Geral: Nalva Aguiar Gracioti

Secretário Geral: Raquel Rodrigues Batista

Cerimonial: Nelson José Fernandes de Souza

2 – Relatoria:

Marcelo Faustino de Oliveira

3 – Administrativo - orçamentária e Financeira

Raquel Rodrigues Batista e;

Edson Marcos Rodrigues

4 – Articulação e Mobilização:

Ezequiel Alves e;

Alex Antonio da Silva

Eleitoral:

Presidente: Elenir Lucia de Souza - Segmento Governo

Membro: marcia da Silva Gonçalves - Segmento Usuário

Art.3º Cabe a comissão organizadora, definir as atribuições, plano de trabalho e convocar colaboradores, caso necessário.

Art.4º A Comissão Organizadora será destituída após a entrega do relatório final da VII Conferencia Municipal de Saúde, ao Conselho Municipal de Saúde de Conquista d'Oeste - MT.

Art.4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Conquista D'Oeste –MT, 08 de abril de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeito Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 112/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **MARINA DA GAMA SOUZA** portadora da Cédula de Identidade RG nº 0597468-2 SJ/MT e do CPF: 572.279.771-53, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para atuar como fiscal dos contratos administrativos n° **078/2019.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 16 de junho de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
CONTRATO Nº 076/2019

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **ISAQUE ALVARES DE LIMA - ME**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **ISAQUE ALVARES DE LIMA - ME**, com sede na Rua das Goiabeiras, 1467, Centro, na cidade de Conquista D'Oeste, Estado de MATO GROSSO, inscrita no CNPJ sob nº **15.107.842/0001-14**, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Isaque Alvares de Lima, portador(a) da Carteira de Identidade nº 2417510-2, expedida pelo(a) SEJUSP/MT, e CPF nº 030.475.971-62, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 328/2019** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 020/2019** do **Pregão Presencial nº 018/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é **AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS DE TINTAS PARA IMPRESSORAS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 31 de dezembro de 2019, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto contratado conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor,

obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

FICHAS: 008, 046, 061, 066, 207, 245, 262, 274, 371, 449, 460, 473, 494, 546, 574, 652, 700.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DOS PRODUTOS CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

7.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.3. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

7.4. O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

c) prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

8.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

11.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

11.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

11.7 A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

11.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 03 (três) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 20 de maio de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	ISAQUE ALVARES DE LIMA - ME Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
CONTRATO Nº 075/2019

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **ATI COMÉRCIO DE MÓVEI E INFORMATICA LTDA EPP**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **A T I COMERCIO DE MOVEIS E INFORMATICA LTDA – EPP**, com sede na RUA CORONEL JOSE DULCE – 105 **BAIRRO:** CENTRO, na cidade de CACERES, Estado de MATO GROSSO, inscrita no CNPJ sob nº **12.544.341/0001-07**, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) MARCOS ROBERTO FERNANDES, portador(a) da Carteira de Identidade nº 984282, expedida pelo(a) SSP/MT, e CPF nº 514.679.681-53, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 328/2019** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 020/2019** do **Pregão Presencial nº 018/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é **AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS DE TINTAS PARA IMPRESSORAS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 31 de dezembro de 2019, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 18.811,16(Dezoito mil oitocentos e onze reais e dezesseis centavos).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto contratado conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

FICHAS: 008, 046, 061, 066, 207, 245, 262, 274, 371, 449, 460, 473, 494, 546, 574, 652, 700.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DOS PRODUTOS CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

7.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.3. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

7.4. O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

c) prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

8.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das

situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

11.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

11.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

11.7 A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

11.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 03 (três) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 20 de maio de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	L C BRANCHER E CIA LTDA EPP Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

ERRATA PREGÃO ELETRONICO 001/2019 PROCESSO 058/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU MT, torna público a ERRATA DO PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2019 PROCESSO Nº 058/2019, tendo em vista que o número do pregão em questão não estava correto, a correção se dá no seguinte valor:

ONDE LÊ-SE: REABERTURA DE EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO DE COMPRA 058/2019 PREGÃO ELETRONICO - SRP N° 034/2019

LEIA - SÊ: REABERTURA DE EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO DE COMPRA 058/2019 PREGÃO ELETRONICO - SRP N° 001/2019

OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA COM TRAÇÃO 4X2, POTÊNCIA MÍN. DE 79HP, COM RECURSOS DO CONVÊNIO 867682/2018, MAQUINÁRIO A SER IMPLEMENTADO NA FROTA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA AFIM DE AUXILIAR NOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NAS ESTRADAS DO MUNICÍPIO E DISTRITOS DE COTRIGUAÇU"

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

1ª REPETIÇÃO - AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124.868/2017)

CONCORRÊNCIA Nº. 025/2018

ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ALTA COMPLEXIDADE EM CONFECÇÃO, DESINFECÇÃO/HIGIENIZAÇÃO E ESTERILIZAÇÃO TÊXTIL EM LAVANDERIA HOSPITALAR, NA MODALIDADE INTRA-HOSPITALAR, CONTEMPLANDO A CONFECÇÃO, FORNECIMENTO E REPOSIÇÃO DA REFERIDA HOTELARIA HOSPITALAR, MEDIANTE CESSÃO TEMPORÁRIA DE MAQUINÁRIOS, EQUIPAMENTOS E, SE NECESSÁRIO, ADEQUAÇÕES FÍSICAS PARA A INSTALAÇÃO DESTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES DESCRITAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

DATA E HORA: Às 15h00min (quinze horas) do dia 15 de julho de 2019 (fuso horário de Cuiabá).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Licitações/Auditório localizada no subsolo da Prefeitura Municipal de Cuiabá - Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº 158 - Bairro: Centro - Município de Cuiabá/MT.

INFORMAÇÕES: Diretoria Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6156/6252 e/ou no e-mail: cpl@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 h.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O edital está disponível através do endereço: http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao/. Clicar na data designada para ocorrer a licitação.

Cuiabá/MT, 11 de junho de 2019.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2019

A Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT, através do Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que a Licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 013/2019, do tipo “Menor Preço por Item", exclusivo para micro e pequenas empresas, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos, da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais-REMUME, para farmácia básica, cuja abertura ocorreu hoje dia 11/06/2019 às 08h30min, ocasionou em licitação DESERTA. Maiores informações no Setor de Licitação, situado na rua São Bernardo nº 523, Centro, Curvelândia/MT, ou através do e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou pelo telefone (65) 3273-1275.

Curvelândia/MT, 11 de junho de 2019.

Gustavo Alves do Carmo

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2019

A Prefeitura Municipal de Curvelândia – MT, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados, que realizará no dia 01/07/2019 às 08h00min, licitação do tipo menor preço global por empreitada, cujo objeto visa a Contratação de Empresa Especializada em Construção Civil, para Construção de Muros, Depósito de Lixo e Reforma da Cozinha da Escola Municipal Carlos Masson Netto no Município de Curvelândia - MT.

O edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na Rua São Bernardo nº 523 Centro, Curvelândia - MT. Maiores informações, através do e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou pelo telefone (65) 3273-1275. Curvelândia - MT, 11 de Junho de 2019. **Janes Barbosa de Melo -** Presidente da C.P.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE ENGENHEIRO AGRÔNOMO OU FLORESTAL DEVIDAMENTE REGISTRADO, PARA ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO PARA INFORMAÇÕES E LEVANTAMENTO DO PREÇO DA TERRA NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT, NA FORMA DO ART. 4º E 6º CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.877 DE 14/03/2019 - PARA FINS DE INFORMAÇÃO A SRFB.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**SONIO ARAMIS DOS SANTOS BLAUTH.**

CPF nº: 270.008.260-53

Valor total da ata: **R$ 18.000,00** (Dezoito mil reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 12 de Junho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019/SRP

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE ENGENHEIRO AGRÔNOMO OU FLORESTAL DEVIDAMENTE REGISTRADO, PARA ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO PARA INFORMAÇÕES E LEVANTAMENTO DO PREÇO DA TERRA NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT, NA FORMA DO ART. 4º E 6º CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.877 DE 14/03/2019 - PARA FINS DE INFORMAÇÃO A SRFB.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como homologado o Engenheiro Agrônomo:

SONIO ARAMIS DOS SANTOS BLAUTH, inscrito no CPF sob nº 270. 008.260-53, que sagrou-se vencedor do item de nº 22852, perfazendo o valor total de **R$ 18.000,00** (Dezoito mil reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 11 de Junho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS TIPO PARQUE INFANTIL E GRAMA SINTÉTICA PARA AS PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**STRONGFER IND. E COM. DE PRODUTOS EIRELI - EPP.**

CNPJ nº: 15.203.120/0001-63

Valor total da ata: **R$ 588.100,00** (Quinhentos e oitenta e oito mil e cem reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 12 de Junho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS TIPO PARQUE INFANTIL E GRAMA SINTÉTICA PARA AS PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **EDUCA FACIL DISTRIBUIDORA DE LIVROS E PEDAGOGICOS LTDA - ME.**

CNPJ nº: 15.644.619/0001-06

Valor total da ata: **R$ 1.074.500,00** (Um milhão e setenta e quatro mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 12 de Junho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019/SRP

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS TIPO PARQUE INFANTIL E GRAMA SINTÉTICA PARA AS PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como homologados as empresas:

STRONGFER IND. E COM. DE PRODUTOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 15.203.120/0001-63, que sagrou-se vencedora dos itens de nº 48374 e 48378, perfazendo o valor total de **R$ 588.100,00** (Quinhentos e oitenta e oito mil e cem reais) e **EDUCA FACIL DISTRIBUIDORA DE LIVROS E PEDAGOGICOS LTDA - ME,** inscrita no CNPJ sob nº 15. 644.619/0001-06, que sagrou-se vencedora dos itens de nº 48373, 48376, 48377 e 48379, perfazendo o valor total de **R$ 1.074.500,00** (Um milhão e setenta e quatro mil e quinhentos reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 11 de Junho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
PORTARIA/DRH 117/2019

Dispõe sobre Licença Prêmio a Funcionária Público Municipal, senhora **LUCINDA PRAXEDES CAPISTRANO AZEVEDO** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art.73 da Lei 006/90 de 21/05/1990 e Art. 52 da Lei Complementar Municipal nº 011/2011 de 22/06/2011;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período de 28/09/2009 a 27/09/2014**;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder **Licença Prêmio** a senhora Lucinda Praxedes Capistrano Azevedo**,** ocupante do cargo de Técnico Administrativo Educacional, lotada na Escola Municipal Brás Maimoni na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a serem usufruídas no período de **19/06/2019 á 18/07/2019 - (30 dias).**

ART. 2º - Apresente Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino, 11 de Junho de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SETOR RH
TERMO DE POSSE

Aos dez dias do mês de Junho do ano de 2019, ás 8h, na Sede da Prefeitura Municipal de Diamantino o Prefeito Municipal Senhor Eduardo Capistrano de Oliveira, compareceu a Senhora ***BERENICE NOGUEIRA GOMES***, brasileira, divorciada, Portadora do RG sob nº 145958SSP/MT e CPF sob nº267.718.021-91, Título de Eleitor sob 3714 1018 13 - Zona 017 - Seção 034, CTPS sob nº 80.673/Série 00011/MT, residente e domiciliada na Rua Deputado Murilo Domingos, 320, Santo Afonso -MT, para tomar posse no Cargo de *PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL*, Nível I, Classe B, aprovada no Concurso Público nº 001/2018 e nomeada pelo Decreto nº 076/2019, de 02 de Maio de 2019, com lotação na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, tendo apresentado os documentos exigidos, lhe foi dada a posse sob o compromisso de desempenhar suas funções com Lealdade, Conduta Ética, Obediência, Eficiência e demais deveres inerentes do Servidor Público, visando o regular funcionamento do serviço e interesse coletivo.

O compromissado apresentou declaração de não ocupar outro cargo público, ficando ciente de que qualquer alteração deverá ser comunicada a este órgão.

Compromisso: **"PROMETO BEM E FIELMENTE CUMPRIR COM OS DEVERES DO MEU CARGO".**

Diamantino/MT, 10 de Junho de 2019.

BERENICE NOGUEIRA GOMES

Servidor Compromissado

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
TERMO DE POSSE

Aos dez dias do mês de Junho do ano de 2019, ás 8h, na Sede da Prefeitura Municipal de Diamantino o Prefeito Municipal Senhor Eduardo Capistrano de Oliveira, compareceu o Senhora ***MARIA ELIZABETE E SILVA***, brasileira, solteira, Portadora do RG sob nº 1111485-1 SJ/MT e CPF sob nº 795.746.101-87 , Título de Eleitor sob nº 0172 9530 1805 - Zona 017 - Seção 047, CTPS sob nº 00385/Série 00016/MT, residente e domiciliada na Br. 364, Lote 032, Setor 02, Km 715, Nova Marilândia-MT, para tomar posse no Cargo de *PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL*, Ní-

vel I, Classe B, aprovada no Concurso Público nº 001/2018 e nomeada pelo Decreto nº 076/2019, de 02 de Maio de 2019, com lotação na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, tendo apresentado os documentos exigidos, lhe foi dada a posse sob o compromisso de desempenhar suas funções com Lealdade, Conduta Ética, Obediência, Eficiência e demais deveres inerentes do Servidor Público, visando o regular funcionamento do serviço e interesse coletivo.

O compromissado apresentou declaração de não ocupar outro cargo público, ficando ciente de que qualquer alteração deverá ser comunicada a este órgão.

Compromisso: **"PROMETO BEM E FIELMENTE CUMPRIR COM OS DEVERES DO MEU CARGO".**

Diamantino/MT, 10 de Junho de 2019.

MARIA ELIZABETE E SILVA

Servidor Compromissado

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
TERMO DE POSSE

Aos dez dias do mês de Junho do ano de 2019, ás 8h, na Sede da Prefeitura Municipal de Diamantino o Prefeito Municipal Senhor Eduardo Capistrano de Oliveira, compareceu o Senhora ***ELQUELAINE OLIVEIRA DA SILVA***, brasileira, solteira, Portadora do RG sob nº 2071396-7 SSP/MT e CPF sob nº 030.254.511-57, Título de Eleitor sob nº 0280 6761 1848 - Zona 019 - Seção 058, CTPS sob nº 39028/Série 00020/MT, residente e domiciliada na Rua 5A, 140N, Jardim Paraiso, Tangara da Serra-MT, para tomar posse no Cargo de *PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL*, Nível I, Classe B, aprovada no Concurso Público nº 001/2018 e nomeada pelo Decreto nº 076/2019, de 25 de Abril de 2019, com lotação na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, tendo apresentado os documentos exigidos, lhe foi dada a posse sob o compromisso de desempenhar suas funções com Lealdade, Conduta Ética, Obediência, Eficiência e demais deveres inerentes do Servidor Público, visando o regular funcionamento do serviço e interesse coletivo.

O compromissado apresentou declaração de não ocupar outro cargo público, ficando ciente de que qualquer alteração deverá ser comunicada a este órgão.

Compromisso: **"PROMETO BEM E FIELMENTE CUMPRIR COM OS DEVERES DO MEU CARGO".**

Diamantino/MT, 10 de Junho de 2019.

ELQUELAINE OLIVEIRA DA SILVA

Servidor Compromissado

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT, torna público a **PRORROGAÇÃO** que estará abrindo o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE PALCO MOVEL COM SOM, ILUMINAÇÃO E PAINEIS DE LED PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE LAZER E TURISMO DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.,** ás 08:00 horas do dia de 24 Junho de 2019. A prorrogação se justifica devido ao dia anteriormente marcado ser feriado. O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 11 de Junho de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE 1ª RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2019

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia 27 de Junho de 2019, estará abrindo a Tomada de Preços, para a **TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE COZINHA, REFEITORIO E ADEQUAÇÕES NOS BANHEIROS DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CARINHA DE ANJO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.** Fez-se necessária a retificação para correção da planilha orçamentaria. O Edital Retificado poderá ser obtido junto à Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 11 de Junho de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 044/2019

DATA ASSINATURA: 04 DE JUNHO DE 2019

CREDOR: AAGUA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAÚLICOS EIRELI

VIGÊNCIA: 03 DE JUNHO 2020

VALOR REGISTRADO: R$: 115.014,70 (CENTO E QUINZE MIL, QUATORZE REAIS E SETENTA CENTAVOS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2019, REGISTRO DE PREÇO Nº022/2019.

OBJETO: A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO O PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS HIDRÁULICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT

PREFEITURA JURIDICO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 041/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 041/2019

DATA ASSINATURA: 05 DE JUNHO DE 2019

CREDOR: **FABIANO SILVA BARBOSA 05632965694**

VIGENCIA: 04 DE JUNHO DE 2020

VALOR: R$: 27.960,00 (VINTE E SETE MIL, NOVECENTOS E SESSENTA REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019, REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2019.

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ASSESSORIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, RELATIVOS À:

- IDENTIFICAÇÃO DOS PLEITOS PRIORITÁRIOS DO MUNICÍPIO, BEM COMO A EXISTÊNCIA DAS FONTES DE RECURSOS EM NÍVEL FEDERAL E ESTADUAL;

- CADASTRAR, EDITAR E ACOMPANHAR OS PROCESSOS PRIORITÁRIOS DO MUNICÍPIO, INSERIDOS NOS PROGRAMAS DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL, BEM COMO BUSCAR JUNTO AO MUNICÍPIO A SOLUÇÃO DAS PENDÊNCIAS, PORVENTURA IDENTIFICADAS, NA TRAMITAÇÃO DOS MESMOS JUNTO AOS ÓRGÃOS DO GOVERNO;

- PRESTAR INFORMAÇÕES SOBRE A ELABORAÇÃO DE NOVOS PLEITOS;

- CADASTRAR OS PLEITOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO, NOS SISTEMAS E PROGRAMAS DISPONIBILIZADOS PELOS GOVERNOS ESTADUAL (SIGCON) E FEDERAL (SICONV-SIGOB), BEM COMO O ACOMPANHAMENTO DOS MESMOS ATÉ DELIBERAÇÃO FINAL E ELABORAÇÃO DAS RESPECTIVAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

LEI MUNICIPAL Nº 665/2019

LEI MUNICIPAL Nº 665/2019

DATA: 10 DE JUNHO DE 2019.

SÚMULA: "Dispõe sobre a proibição do consumo de cachimbo conhecido como "narguilé" em locais públicos, bem como consumo e venda a menores de 18 anos e dá outras providências.

O SENHOR RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei **faz saber** que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° Fica proibido o uso do "Narguilé" em locais públicos, abertos ou fechados, bem como a venda do cachimbo, essências e complementos para crianças e adolescentes, no âmbito do município de Feliz Natal/MT.

§ 1º Para os fins do disposto no caput deste artigo, entende-se por locais públicos, além de praças, áreas de lazer, ginásios e espaços esportivos, escolas, bibliotecas, espaços de exposições e qualquer local onde houver concentração e aglomeração de pessoas.

§ 2º Fica autorizado o uso do "Narguilé" em tabacarias e congêneres com ambientes específicos para a prática, ficando vedada permanência e/ou frequência de crianças e adolescentes.

Art. 2° O responsável pelos locais de que trata a Lei deverá advertir os eventuais infratores sobre a proibição nela contida, bem como sobre a obrigatoriedade caso persista a conduta coibida de imediata retirada do local e, se necessário mediante, auxílio de força policial.

Parágrafo único. Os estabelecimentos que comercializam o produto, inclusive o fumo e demais componentes para o seu uso, ficam obrigados a solicitar o documento de identidade que comprove a maioridade do comprador.

Art. 3º Os estabelecimentos que comercializam o "Narguilé" deverão fixar aviso, em local de fácil visualização, quanto a proibição do uso nos locais que dispõe esta lei, bem como da proibição de venda para crianças e adolescentes.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal regulamentará, no que couber, a presente Lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 664/2019

LEI MUNICIPAL Nº 664/2019

DATA: 07 DE JUNHO DE 2019.

SÚMULA: AUTORIZA O MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT RECEBER BEM IMÓVEL COMO DAÇÃO EM PAGAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei **faz saber** que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em DAÇÃO EM PAGAMENTO de IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxa de coleta de lixo referente aos exercícios de 2014, 2015 e 2016 dos imóveis de propriedade da Colonizadora Debastiani Ltda, relacionados no Anexo I desta Lei, **o Lote nº 01-remanescente da Quadra R-5, com 994,00 m²,** objeto da matrícula nº 2738 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Feliz Natale a benfeitoria nele construída, sendo: um prédio de alvenaria com 110,00 (cento e dez metros quadrados, conforme descrição completa na Carta de Avaliação do Imóvel, parte integrante desta Lei – Anexo II.

§ 1º. Os limites e confrontações do imóvel descrito no *caput* deste Artigo são os seguintes: Norte: Avenida Chapecó, com 28,00 metros; Leste: Rua São Miguel D' Oeste com 35,00 metros; Sul: Lote 01-A, com 28,00 metros e OESTE: Lote 01-B, com 35,50 metros,

§ 2º. O imóvel de que trata o *caput* deste Artigo está avaliado em R$ 140. 000,00 (Cento e quarenta mil reais), conforme Carta de Avaliação de Imóvel – Anexo II desta lei.

Art. 2º. O imóvel de que trata o Art. 1º desta Lei será recebido em pagamento de débitos inscritos em dívida ativa, relacionados no Anexo I, no valor atualizado de R$ 139.998,89 (cento e trinta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e oitenta e nove centavos, em nome da Colonizadora Debastiani Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 26.605.568/0001-20.

Art. 3º. O imóvel a ser recebido em pagamento de Impostos de que trata esta Lei será destinado ao funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º. A formalização do negócio jurídico dar-se-á por meio de Escritura Pública de Dação em Pagamento.

Art. 5º. Em decorrência da escrituração do imóvel descrito no Art. 1º desta Lei em nome do Município de Feliz Natal, a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças procederá a baixa dos débitos inscritos em divida ativa, relacionados no Anexo I desta Lei.

Art. 6º. O bem imóvel recebido em pagamento incorpora-se ao patrimônio do Município de Feliz Natal após a lavratura da competente escritura pública.

Art. 7º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta da dotação orçamentária específica.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SETE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

RELAÇÃO DOS DÉBITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA EM NOME DA COLONIZADORA DEBASTIANI LTDA DOS EXERÍCIOS 2014,2015 E 2016 RELATIVAMENTE A IPTU E COLETA DE LIXO A SEREM BAIXADOS COM A DAÇÃO EM PAGAMENTO DO IMÓMEL LOTE Nº 01-REMANESCENTE DA QUADRA R-5, COM 994,00 M².

ANEXO II

LAUDO DE AVALIAÇÃO DO IMÓMEL LOTE Nº 01-REMANESCENTE DA QUADRA R-5, COM 994,00 M.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
EDITAL COMPLEMENTAR 001/2019 CMDCA

EDITAL COMPLEMENTAR DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR PARA O QUADRIÊNIO 2020/2024.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - CMDCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Federal n° 8.069, de 13 de julho de 1990; da Lei Federal nº 12.696, de 25 de julho de 2012; da Resolução do CONANDA n° 170, de 10 de Dezembro de 2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Lei Municipal nº 611/2018 de 06 de Junho de 2018, torna público o processo de escolha dos 05 (cinco) membros do CONSELHO TUTELAR do Município de Feliz Natal-MT e de seus respectivos suplentes para, para o quadriênio 2020/2024, nos termos que adiante seguem:

Art. 1º. O presente EDITAL tem como objeto o Processo de Escolha em data Unificada, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), pela Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, Lei Municipal 611/2018 e Resolução nª 004/2019, o qual será realizado sob a responsabilidade Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA sob a fiscalização do Ministério Público Estadual.

DO CONSELHO TUTELAR

Art. 2º. O Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 3º. No município de Feliz Natal- MT haverá apenas 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local, pelo Processo de Escolha, mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do município de Feliz Natal-MT, para mandato de 4 (quatro) anos, no dia **06 DE OUTUBRO DE 2019**, permitida uma recondução, mediante novo Processo de Escolha, em igualdade de condições com os demais pretendentes.

Art. 4º. O Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar as seguintes diretrizes:

I- o Processo será realizado para o preenchimento de 5 (cinco) vagas para membros titulares e as demais vagas para os consequentes suplentes.

II- a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas, em conformidade como disposto editada pelo CONANDA.

III- o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, publicará Resoluções específicas, no Diário Oficial ou meio equivalente, para cada uma das fases do Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares, os quais deverão dispor sobre:

a) a documentação exigida aos candidatos que irão concorrer;

b) as regras contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos;

c) as sanções previstas aos candidatos no caso de descumprimento das regras;

d) a regulamentação quanto as fases de impugnação, recurso e outras;

e) as vedações.

DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

Art. 5º. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar serão exigidos os critérios do art. 133 da Lei Federal nº 8.069/90 (ECA) e do art. 41 da Lei Municipal 611/2018 de 06 de Junho de 2018, além de outros requisitos expressos na legislação local específica e esta Resolução, para o exercício da função de Conselheiro Tutelar:

I- Idade superior a 21 (vinte e um) anos, com copia de documento de identidade civil ou outro, como carteira de trabalho, ou habilitação;

II- Reconhecida idoneidade moral, apresentando:

a) Certidões negativas dos distribuidores civis e criminas da justiça comum estadual de 1ª e 2ª grau, podendo ser emitida pelo site www.tjmt.jus.br e federal pelo site www.trf1.jus.br , da comarca ou região pelas quais o município esteja compreendido, desde que não tenha envolvimento em processos relacionados a criança e adolescentes, bem como, litigantes contumaz em ações judiciais em seu desfavor;

b) Se já foi conselheiro tutelar, certidão negativa fornecido pelo Recursos Humanos da Prefeitura de Feliz Natal de não ter sido penalizado no exercício da função de conselheiro tutelar;

c) Se já foi conselheiro tutelar, certidão de aptidão de bom desempenho anterior fornecido pelo CMDCA.

III- No caso de recondução, o conselheiro tutelar titular, seguirá as disposições da Lei Federal nª 8069 de 13 de julho de 1990, bem como, a resolução 170/2014, isto é, o conselheiro que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolho subsequente;

IV- Residir no município, no mínimo há 2 (dois) anos, apresentando documento comprobatório;

V- Ser eleitor e comprovar domicilio eleitoral no município de Feliz Natal, fornecendo cópia do titulo de eleitor.

VI- Estar em pleno gozo de saúde física e mental para o exercício de conselheiro tutelar, aprovado por profissional especifico;

VII- Ter aprovação em prova seletiva previa e em avaliação psicológica que ateste aptidão para exercer o cargo de conselheiro tutelar, ambos de caráter eliminatório, realizados pelo CMDCA, sob fiscalização do Ministério Publico;

VIII- Estar em pleno e regular exercício de seus direitos políticos, apresentando cópia dos comprovantes das duas ultimas eleições;

IX- Apresentar no momento da inscrição, cópia de diploma, certificado ou declaração de conclusão de ensino médio, apresentando o original para conferência;

X- Cópia de documento de certificado de conclusão do curso de informática básica (word, excel básico, internet), apresentando o original para conferencia.

XI- Não exercer cargo ou mandato eletivo;

XII- Não ocupar cargo efetivo ou em comissão, na data de posse, caso eleito;

XIII- Apresentar Carteira Nacional de Habilitação em plena vigência- CNH.

Paragrafo Único: verificado, a qualquer tempo, o descumprimento de qualquer requisitos mencionados neste artigo, a inscrição do candidato, ainda que já deferida, e todos os atos dela decorrentes, inclusive de nomeação, serão cancelados.

DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

Art. 6º. Os Conselheiros Tutelares exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

Art. 7º. O valor da remuneração será de acordo com o disposto em legislação local, bem como, gozarão dos direitos previstos no art. 134 da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. A remuneração mensal a ser paga é de R$ 1.255,34 (mil duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta e quatro centavos) aos Conselheiros Tutelares e R$ 1.506,98 (mil quinhentos e seis reais e noventa e oito centavos) ao Conselheiro Coordenador e sua revisão far-se-á na forma estabelecida pela legislação local.

DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 8°. As atribuições dos membros do Conselho Tutelar estão previstas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, bem como no Art. 74 e 76 da Lei Municipal 611/2018, abaixo transcritas:

I-Atender as crianças e aos adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105 do ECA, aplicando as medidas previstas nos incisos I a VI e VIII, do art. 101, do ECA, e, excepcionalmente, também a medida do inciso VII, nas hipóteses previstas no Art. 93, do mesmo diploma legal;

II-Atender e informar os pais ou responsáveis, aplicando-lhes as medidas previstas nos incisos I a VII do Art. 129, do ECA;

III-Promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:

a) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) Representar junto a autoridade judiciaria nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

IV- encaminhar ao Ministério Publico noticia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e adolescente;

V- encaminhar a autoridade judiciaria os casos de sua competência;

VI- Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciaria, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII- expedir notificações;

VIII- requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX- assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentaria para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X- representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 221, da CF;

XI- representar ao Ministério Publico para fins de ações de perda e suspensão do poder familiar;

XII- elaborar e apresentar representação junto ao Juiz da Infância e da Adolescência para apuração de irregularidade em entidade de atendimento (art.191, ECA).

XIII-Elaborar e apresentar representação junto ao Juiz da Infância e da Adolescência para imposição de penalidade administrativa por infração as normas de proteção a criança e do adolescente (art. 194, ECA);

XIV- Elaborar seu regimento interno;

XV- Articular-se com outros órgãos públicos e entidades privadas, participar de mobilizações, campanhas, operações rotineiras e operações especiais, mutirões, realizados por órgãos públicos com o objetivo de prestar atendimento ao publico, fiscalizar, coibir violações e garantir os direitos da criança e do adolescente;

XVI- Operar e manter atualizado o sistema informatizado de informações para a infância e adolescência do município.

XVII- Manter registro dos atendimentos e providencias adotadas pelo Conselho Tutelar;

XVIII- Encaminhar, quando solicitado, dados estatísticos e relatórios gerenciais aos órgãos competentes.

§ 1°. Se, no exercício de suas atribuições, em virtude da gravidade da situação de risco, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar, comunicará imediatamente o fato ao Ministério Publico por escrito, encaminhando-lhe toda a documentação disponível, para que seja buscada, por via judicial, a aplicação da medida prevista no art. 101, VII ou IX do ECA.

§ 2°. na hipótese do paragrafo anterior, quando houver parente ou pessoa muito próxima que possa acolher a criança ou adolescente (família extensa), o Conselho Tutelar buscará a concordância dos pais ou responsável para que a criança ou adolescente fique sob a guarda imediata de fato dessas pessoas (afastamento familiar consensual) lavrando termo de entrega e responsabilidade e tomando a assinatura do recebedor, encaminhando, imediatamente em seguida, toda a documentação produzida ao Ministério Publico para regularização, por via judicial, da guarda da criança ou adolescente.

§3°. somente em situações de absoluta excepcionalidade e urgência poderá o Conselho Tutelar encaminhar a criança e adolescente diretamente a entidade que mantenha programa de acolhimento institucional, devendo em casos tais, ser feita, no prazo de 24 horas, a comunicação a Juiz da Infância e Adolescência e ao Ministério Publico (art.93, ECA) para manuseio da ação judicial respectiva.

XIX- Executar serviços e programas de atendimento, os quais devem ser requisitados aos órgãos encarregados de execução de politicas publicas;

XX- Realizar fiscalizações diurnas e noturnas nos locais onde haja frequência e participação de crianças e adolescentes, verificando o cumprimento das normas protetivas;

XXI- Acompanhar oficiais de justiça e assistentes sociais nos mandados de busca e apreensão, conduções coercitivas, apreensão e condução de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social;

XXII- Proceder a condução e entrega da criança e adolescente aos pais ou responsável legal, ou ainda encaminhamento ao órgão responsável;

XXIII- Lavrar auto de infração, expedir autorizações de viagem e fiscalizar o embarque e desembarque de crianças e adolescentes desacompanhadas.

DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

Art.9°. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverá delegar a condução do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar criando uma Comissão Especial Eleitoral, a qual deverá ser constituída por composição paritária entre conselheiros representantes do governo e conselheiros da sociedade civil organizada (entidades não governamentais), composta de no mínimo quatro membros.

§ 1º**:** A Comissão Especial Eleitoral será incumbida de realizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, cabendo-lhe ordenar o registro dos candidatos, decidir sobre as impugnações e publicar o resultado final da eleição com o nome dos eleitos e a votação obtida.

§ 2º Estará impedido de integrar a Comissão Especial Eleitoral o membro que tenha laços de parentesco consangüíneo ou a fim, em linha reta ou

colateral, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer dos inscritos no certame, devendo o presidente do CMDCA promover a sua substituição.

§ 3º O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será também o Presidente da Comissão Eleitoral.

§ 4º Todos os atos praticados pela comissão de seleção serão comunicados imediatamente ao Promotor de Justiça da Comarca.

Art. 10. Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à Comissão Especial Eleitoral:

I - notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa.

II -realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos, assim como realização de outras diligências.

Art. 11. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

Art. 12. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com envio de cópia ao Ministério Público.

Parágrafo único. O Ministério Público será notificado, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela Comissão Especial Eleitoral encarregada de realizar o Processo de Escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, bem como, de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

Art. 13. A Comissão Especial Eleitoral encarregada de realizar o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar deverá:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal quanto às regras de campanha dos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções prevista na legislação local e nas Resoluções do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

II - estimulará e facilitará o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem.

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação.

IV - providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado, caso a eleição seja feita manualmente.

V - obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas, bem como elaborar o software respectivo, observando as normas do Tribunal Superior Eleitoral e Regional local.

VI - em caso de impossibilidade de obtenção de urnas eletrônicas, obter junto a Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

VII - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do Processo de Escolha para Conselheiro Tutelar, na forma da Resolução regulamentadora do pleito.

VIII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do Processo de Escolha para Conselho Tutelar e apuração.

IX -escolher e divulgar os locais do Processo de Escolha Conselho Tutelar.

X - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação.

XI -processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação de candidaturas, a fim de garantir o cumprimento deste Edital.

XII- resolver os casos omissos.

Art. 14.O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverá organizar e prestar apoio administrativo ao Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar que ocorrerá no dia 06 de Outubro de 2019.

DOS IMPEDIMENTOS

Art. 15. São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, conforme previsto no Art. 140 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Art. 16. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto na Resolução CONANDA nº 170/2014, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 17. Estende-se o impedimento da disposição acima ao conselheiro tutelar que tenha as relações dispostas com autoridade judiciária e com o representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, da mesma Comarca.

Art. 18. É também impedido de se inscrever no Processo de Escolha unificada o membro do Conselho Tutelar que:

a) Tiver sido empossado para o segundo mandato consecutivo ate o dia 10 de janeiro de 2015.

b) Tiver exercido o mandato, em regime de prorrogação, por período ininterrupto superior a 04 (quatro) anos e meio.

DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 19. As Etapas do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar deverão ser organizadas da seguinte forma:

I-Primeira etapa: divulgação do edital.

II - Segunda Etapa: Inscrições e entrega de documentos.

III - Terceira Etapa: Análise da documentação exigida.

IV - Quarta Etapa: Exame de conhecimento específico.

V–Quinta Etapa: Avaliação Psicológica,homologação e aprovação das candidaturas.

VI- Sexta Etapa: Propaganda Eleitoral e Vedações.

VII - Sétima Etapa: Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar, por voto secreto

VIII–Oitava Etapa: Formação inicial.

IX- Nona Etapa: Diplomação e Posse.

DA PRIMEIRA ETAPA –DIVULGAÇÃO DO EDITAL

Art. 20. Tornar amplamente conhecido o processo de escolha, suas regras e sua importância, através da divulgação deste Edital.

DA SEGUNDA ETAPA: DA INSCRIÇÃO E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

Art. 21. A participação no presente Processo de Escolha iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento formulado pelo candidato, assinado e protocolado, junto ao CMDCA, conforme **ANEXO I** deste Edital, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

Art. 22. A inscrição será efetuada pessoalmente,na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, situada no endereço rua Milton Reis nª 543, centro, Feliz Natal no horário das 7h ás 11h e das 13h as 17 h, **no período de 04 à 19 de Junho de 2019** apresentando copia e original para conferencia, sob pena de indeferimento de sua candidatura, após a publicação do Edital do Processo de Escolha em data unificada dos pretendentes à função de Conselheiro Tutelar conforme previsto na Resolução nº 170/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

Parágrafo único. A publicação com a relação dos nomes de todos os inscritos será divulgada no dia **25 de Junho de 2019**, por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação.

Art. 23. A veracidade das informações prestadas na inscrição é de total responsabilidade do candidato.

Art. 24. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar o original e cópia dos documentos em duas vias para fé e contrafé.

DA TERCEIRA ETAPA – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Art. 25. A Comissão Especial Eleitoral procederá à análise da documentação exigida prevista na Resolução Edital publicada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Parágrafo único. A análise dos documentos será realizada concomitante com a inscrição até o dia **19 de junho de 2019**, após o encerramento do prazo para recebimento da documentação.

DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

Art. 26. É facultado a qualquer cidadão maior de 18 anos e legalmente capaz requerer a interposição de recursos sobre os inscritos, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação citada acima (26 á 28 de junho de 2019), que não atendam aos requisitos exigidos, indicando no instrumento impugnatório os elementos probatórios.

Art. 27. Ocorrendo falsidade em qualquer documentação apresentada, o postulante será excluído sumariamente do Processo de Escolha, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

Art. 28. Todos os prazos e datas devem ser adequados de acordo com realidade do município. Em caso de prorrogação do Edital deverá ser republicado indicando novo calendário para cada fase certame, exceto o dia **06 de outubro de 2019**, data do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 29. A Comissão Especial Eleitoral publicará no dia **01 julho de 2019** por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação, a relação dos candidatos impugnados e não habilitados,caso houver.

§ 1º. O candidato impugnado e não habilitado terá, dois dias **02 e 03 de Julho de 2019,** após a data de publicação da lista, para apresentar sua defesa.

§ 2. A Comissão Especial Eleitoral terá o dia **04 de Julho** para análise da defesa apresentada e manifestação de deferimento e indeferimento.

Art. 30. Após análise da documentação pela Comissão Especial Eleitoral será publicada por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação, no dia **05 de Julho de 2019** a lista dos candidatos habilitados a participarem do Exame de Conhecimento Específico.

DA QUARTA ETAPA - EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

Art. 31. O exame de conhecimento específico será aplicado no dia **10 de julho de 2019**, das 13h00min às 17h00min em local a ser definido e será divulgado por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação.

§ 1º. O exame de conhecimento específico será através de prova escrita, com questões objetivas, com abordagens de situações práticas, sobre o direito da criança e do adolescente em língua portuguesa, compreendendo-se a interpretação da Constituição Federal, artigos 227 a 229; da Lei Federal nº 8.069/90 (ECA); das Resoluções CONANDA nºs 105, 106/2005 e 116/2006, língua portuguesa e conhecimentos gerais.

§ 2º. O exame de conhecimento especifico será composto por 20 questões, sendo 10 de conhecimento especifico com peso 5; 05 questões de língua portuguesa com peso 3 e 05 questões de conhecimentos gerais com peso 2.

§3º. O exame de conhecimento específico de que trata no parágrafo anterior terá caráter eliminatório, somente sendo considerada aprovada para participar da etapa seguinte, a avaliação psicológica, os candidatos que obtiverem pelo menos nota 7,0 (70% - setenta por cento), numa avaliação variável de 0 a 100 pontos.

Art. 32. O resultado do Exame de Conhecimento Específico será divulgado no dia **12 de Julho de 2019**, por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação, e que estarão habilitados para participarem da próxima etapa, a Avaliação Psicológica.

Art. 33. Após publicação do resultado do Exame de Conhecimento Específico o candidato poderá interpor recurso dos dias **15 á 16 de Julho de 2019** para a Comissão Especial Eleitoral.

DA QUINTA ETAPA - **AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA**

Art. 34. A avaliação psicológica será aplicada no dia **22 de julho de 2019**, em horário e local a ser definido e será divulgado por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação.

§ 1ºA avaliação psicológica será através de exames técnicos devidos, elaborados e desenvolvidos pelos profissionais da avaliação psicológica, indicados pelo CMDCA, que os identificarão como “aptos” ou “inaptos” para o exercício da função de Conselheiro Tutelar.

§ 2º.A lista dos candidatos considerados “aptos” a concorrer ao Processo de Escolha será divulgada por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação, no **dia 31 de Julho de 2019**.

§ 3º. Os candidatos que forem considerados “aptos” no exame psicológico, submeter-se-ão, em seguida, ao Processo de Escolha em Data Unificada.

DA SEXTA ETAPA - **PROPAGANDA ELEITORAL E VEDAÇÕES**

Art. 35.A propaganda dos candidatos somente será permitida após a autorização dada pela Comissão Especial Eleitoral, definidos todos os pretendentes considerados aptos e deferidos para o Processo de Escolha, bem como, definido os números de cada candidato conforme a chegada da inscrição, que serão escolhidos em sufrágio universal e direto, facultativo e secreto, dos membros da comunidade local com domicílio eleitoral no município de Feliz Natal - MT.

Parágrafo único. Votarão todos os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos, inscritos como eleitores do município, com a apresentação de documento com foto que os identifiquem, tais como: Identidade, CNH, Carteira de Trabalho.

Art. 36. Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos candidatos, imputando-lhes solidariedade nos excessos praticados por seus simpatizantes.

Art. 37. Não será permitida propaganda que implique em grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

§ 1º. Considera-se grave perturbação à ordem propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

§ 2º. Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos o oferecimento ou a promessa de dinheiro, dádivas, benefícios ou vantagens de qualquer natureza, mediante o apoio para candidaturas.

§ 3º. Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são das atribuições do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que sabidamente poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como, qualquer outra pratica que induza dolosamente o eleitor a erro, auferindo, com isso, vantagem à determinada candidatura.

Art. 38. Conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 39. É vedada a propaganda nos veículos de comunicação social, fora do período de campanha, incluindo-se a realização de debates, entrevistas e panfletos desde que não causem ou perturbem a ordem publica ou particular.

Paragrafo único: as instituições publicas e particulares que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselho tutelar.

Os debates deverão ter regulamento próprio, a ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e a Comissão Organizadora do processo de Escolha designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com pelo menos 05 dias de antecedência.

Art. 40.É proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular.

§ 1º.É vedado o transporte de eleitores aos locais de votação.

§ 2º.É vedado o financiamento de candidaturas por sindicatos, partidos políticos, clubes de serviços, igrejas, associações, iniciativas privadas e qualquer outro tipo de financiamento da mesma natureza.

§ 3º.É vedada a contratação de pessoal para distribuição de material de propaganda do candidato.

§ 4º. É vedada a aparição isolada nos meios de comunicação, ainda que em forma de entrevista jornalística;

§ 5º. É vedado denegrir a imagem ou praticar atos que firam a integridade física ou moral de outro candidato;

§ 6º. É vedada a distribuição de panfletos impressos e virtuais que abordem temas alheios do candidato e sua apresentação

§ 7º. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral.

Art. 41. O inicio da campanha eleitoral se iniciará dia 04 de Setembro de 2019 findando no dia 04 de Outubro de 2019.

Paragrafo único: o material de campanha será oferecido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo este padronizado e igualitário a todos os candidatos, ficando vedado ao candidato reproduzir esse material por si. Ainda os candidatos receberão orientações gerais em reunião em que todos estarão presentes no dia 03 de setembro de 2019.

DA SETIMA ETAPA –DIA DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

Art. 42. O Processo de Escolha, que definirá os Conselheiros Tutelares titulares e suplentes, realizar-se-á no dia **06 de Outubro de 2019, das 08h00min às 17h00m**in, horário local, conforme previsto no Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e o local será divulgado por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação.

Art.43. As cédulas para a votação manual serão elaborados pela Comissão Especial Eleitoral, adotando parâmetros similares aos empregadores pela Justiça Eleitoral em sua confecção.

Art. 44. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, fotos e números dos candidatos a membro do Conselho Tutelar;

Art. 45. As mesas receptoras de votos deverão lavrar atas segundo modelo fornecido pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do numero de eleitores votantes em cada uma das urnas;

Art. 46. Após a identificação, o eleitor assinará a lista de presença e procederá a votação.

Art. 47. O eleitor que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

Art. 48. O eleitor poderá votar em apenas um candidato;

Art. 49. No caso de votação manual, votos em mais de um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, conforme previsto no regulamento da Escolha;

Art. 50. Será também considerado invalido o voto:

a)cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;

b)cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;

c)cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;

d)que tiver o sigilo violado.

Art. 51. Efetuada a apuração, serão considerados eleitos os 5 (cinco) candidatos mais votados, ressalvada a ocorrência de alguma das vedações legais acima referidas, sendo os demais candidatos considerados suplentes pela ordem de votação.

DO EMPATE

Art. 52. Em caso de empate, terá preferência na classificação, sucessivamente, o candidato que obtiver maior nota no Exame de Conhecimento Especifico; residir mais tempo no município; e, persistindo o empate, o candidato com idade mais elevada, ressalvado outro critério previsto em Lei Municipal.

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Art. 53. Ao final de todo o Processo de Escolha, a Comissão Especial Eleitoral divulgará no Diário Oficial ou em meio equivalente e outros instrumentos de comunicação, o nome dos 5 (cinco)candidatos mais votados, e os demais candidatos seguintes serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação, a partir de 07 de outubro de 2019.

DOS RECURSOS

Art. 54. Realizado o Processo de Escolha em Data Unificada, os recursos deverão ser dirigidos à Presidência da Comissão Especial Eleitoral e protocolados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, nos dias 08 e 09 de Outubro de 2019, respeitando os prazos estabelecidos neste Edital.

Art. 55. Julgados os recursos, o resultado final será homologado pelo(a) Presidente da Comissão Especial Eleitoral, no dia 11 de Outubro de 2019.

Art. 56. O Candidato poderá ter acesso às decisões da Comissão Especial Eleitoral para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital, mediante solicitação formalizada.

Art. 57. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

Art. 58. A decisão proferida nos recursos, pela Comissão Especial Eleitoral é irrecorrível na esfera administrativa.

Art. 59. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar a relação dos 5 (cinco) candidatos eleitos e os demais candidatos

seguintes considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação, com cópia ao Ministério Público.

DA OITAVA ETAPA – FORMAÇÃO INICIAL

Art. 60. Esta etapa consiste na formação dos Conselheiros Tutelares, sendo obrigatória a presença de todos os 5 (cinco) candidatos eleitos e os demais candidatos seguintes considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

Art. 61. As diretrizes e parâmetros para a formação deverão ser apresentadas aos candidatos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, após a realização do Processo de Escolha em data a ser previamente divulgada aos candidatos eleitos.

DA NONA ETAPA – DIPLOMAÇÃO E POSSE

Art. 62.A posse dos conselheiros tutelares dar-se-á pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no dia **10 de Janeiro de 2020,** conforme previsto no Art. 56 da Lei Municipal nº 611/2018.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 63. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação municipal pertinente e Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 64 È facultado aos candidatos, apresentar um representante credenciado perante a Comissão Organizadora do Processo de Escolha, acompanhar todo o desenrolar do processo de escolha, incluindo as cerimonias de lacração de urnas, votação e apuração.

Art. 65. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes ao Processo de Escolha dos conselheiros tutelares.

Art. 66. O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste Edital implicará na exclusão do candidato ao Processo de Escolha.

Art. 67. Os casos omissos neste edital, serão deliberados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, fundamentados na Constituição Federal/88, Lei Federal n. 8069/90 e na Lei Municipal nº 611/2018.

Feliz Natal - MT, 20 de Março de 2019.

Idivane Sandrin de Lima

Presidente do CMDCA

ANEXO I

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PARA CONCORRER A VAGA DE

CONSELHEIRO TUTELAR

NÚMERO: _____

DADOS PESSOAIS:

Nome:_____
_____

RG:_____Expedido em: _____/_____/_____

CPF: _____ Data de Nascimento: _____/_____/_____

Estado Civil: _____ Sexo: Feminino ( ) Masculino ( )

Endereço completo:_____

Telefone: ( ) _____ - _____

Venho **REQUERER** minha inscrição como candidato(a) a vaga de Conselheiro Tutelar, nos termos da lei Federal 8.069/90 (ECA), da Lei Municipal 611/2018 e Resoluções do CMDCA.

Para tanto, declaro conhecer os requisitos contidos no Edital de Processo de Escolha de Membros para Conselho Tutelarde Feliz Natal - MT, nª 001/2019 aceitando-os, desde já, sob pena de indeferimento de meu pedido de inscrição, caso não sejam comprovados.

DOCUMENTOS APRESENTADOS:

( )Certidões negativas dos distribuidores civis e criminais das justiças Estadual e Federal;

( ) Certidão negativa fornecida pelo Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Feliz Natal.

( ) Certidão de aptidão de bom desempenho anterior fornecido pelo CMDCA.

( ) RG

( ) CPF

( ) documentocomprobatório de residência no município.

( ) cópia de diploma, certificado ou declaração de conclusão do ensino médio.

( )cópia do certificado de conclusão do curso de informática.

( ) cópia do titulo eleitor.

( )laudo médico de pleno gozo de saúde física e mental para o exercício de conselheiro tutelar.

( ) cópia dos comprovantes das duas ultimas eleições.

( ) Carteira Nacional de Habilitação

Termos em que pede e espera deferimento.

Feliz Natal - MT, _____de_____de 2019.

_____

Assinatura do requerente

CRONOGRAMA DE TRABALHOS

PUBLICAÇÃO DO EDITAL E DIVULGAÇÃO	05/04/2019
PRAZO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	06/05/2019 A 07/05/2019
INSCRIÇÕES	04/06/2019 Á 19/06/2019
APRECIAÇÃO DOS INSCRITOS	25/06/2019
PRAZO DE IMPUGNAÇÃO AOS INSCRITOS	26/06/2019 Á 28/06/2019
PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS IMPUGNADOS	01/07/2019
PRAZO DE DEFESA AOS CANDIDATOS IMPUGNADOS	02/07/2019 A 03/07/2019
ANALISE DA DEFESA	04/07/2019
PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS HABILITADOS	05/07/2019
PROVA OBEJTIVA	10/07/2019
GABARITO PRÉVIO	11/07/2019
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PRÉVIO	12/07/2019
PRAZO DE RECURSO NA PROVA	15/07/2019 A 16/07/2019
AVALIAÇÃO PSICOLOGICA	22/07/2019
HOMOLOGAÇÃO DOS CANDIDATOS APTOS	31/07/2019
REUNIÃO COM TODOS OS CANDIDATOS APTOS	03/09/2019
PERIODO DE CAMPANHA	04/09/2019 Á 04/10/2019
ELEIÇÃO	06/10/2019
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO	07/10/2019
RECURSOS AO RESULTADO	08/010/2019 Á 09/10/2019
POSSE DOS CONSELHEIROS ELEITOS	10/01/2020

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 039/2019

DATA ASSINATURA: 27 DE MAIO DE 2019

CREDOR: FALÇÃO COMERCIO DE ROLAMENTOS E PEÇAS EIRELI-EPP

VIGÊNCIA: 26 DE MAIO 2020

VALOR REGISTRADO: R$: 433.000,00(QUATROCENTOS E TRINTA E TRES MIL REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2019, REGISTRO DE PREÇO Nº019/2019.

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA FICAM REGISTRADOS OS PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FILTROS.

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 041/2019

DATA ASSINATURA: 04 DE JUNHO DE 2019

CREDOR: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - EPP

VIGÊNCIA: 02 DE JUNHO 2020

VALOR REGISTRADO: R$: 189.985,80(CENTO E OITENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2019, REGISTRO DE PREÇO Nº020/2019.

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA FICAM REGISTRADOS OS PREÇOS PARA O PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA FORMAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS A SEREM FORNECIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL DOS BENEFÍCOS EVENTUAIS – LEI MUNICIPAL Nº. 657/2019

PREFEITURA JURIDICO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 042/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 042/2019

DATA ASSINATURA: 10 DE JUNHO DE 2019

CREDOR: **LUANA LEMES PEDROSO 04167358190**

VIGENCIA: 09 DE JUNHO DE 2020

VALOR: R$: 28.788,00 (VINTE E OITO MIL, SETECENTOS E OITENTA E OITO REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019, REGISTRO DE PREÇO **Nº 025/2019**.

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE BALLET CLASSICO, JAZZ E DANÇA MODERNA E CONTEMPORÂNEA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT

PREFEITURA JURIDICO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 034/2017 – 4º ADITIVO

DATA ASSINATURA: 10 DE JUNHO DE 2019

CREDOR: **R D COMERCIO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS LTDA-EPP**

VIGÊNCIA: 14 DE DEZEMBRO DE 2019

OBJETO: A FINALIDADE DO PRESENTE TERMO ADITIVO É PRORROGAR A VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 034/2017 EM MAIS 06 (SEIS) MESES À CONTAR DO DIA 14.06.2019.

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 047/2019

DATA ASSINATURA: 05 DE JUNHO DE 2019

CREDOR: KEILA AGOSTINI 02755480157

VIGÊNCIA: 04 DE JUNHO 2020

VALOR REGISTRADO: R$: 62.700,00 (SESSENTA E DOIS MIL, SETECENTOS REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2019, REGISTRO DE PREÇO Nº024/2019.

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA FICAM REGISTRADOS OS PREÇOS PARA PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM PARA VEICULOS UTILITÁRIOS, MICROS ÔNIBUS E VEÍCULOS DA LINHA LEVE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL – MT.

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 046/2019

DATA ASSINATURA: 04 DE JUNHO DE 2019

CREDOR: FABIANO SILVA BARBOSA 05632965694,

VIGÊNCIA: 03 DE JUNHO 2020

VALOR REGISTRADO: R$: 27.960,00 (VINTE E SETE MIL, NOVECENTOS E SESSENTA REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2019, REGISTRO DE PREÇO Nº023/2019.

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA FICAM REGISTRADOS OS PREÇOS UNITÁRIOS PARA PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ASSESSORIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 043/2019

DATA ASSINATURA: 04 DE JUNHO DE 2019

CREDOR: AUTO POSTO REIS LTDA

VIGÊNCIA: 03 DE JUNHO 2020

VALOR REGISTRADO: MAIOR PORCENTAGEM DE DESCONTO

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2019, REGISTRO DE PREÇO Nº021/2019.

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA FICAM REGISTRADOS OS PREÇOS UNITÁRIOS PARA PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA:

1) FORNECIMENTO DE ÓLEO LUBRIFICANTE DE 1ª LINHA PARA OS VEÍCULOS DA LINHA LEVE, INCLUSO OS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO E TROCA.

2) FORNECIMENTO DE FILTROS DE 1ª LINHA PARA OS VEÍCULOS DA LINHA LEVE, INCLUSO OS SERVIÇOS DE TROCA,

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 042/2019

DATA ASSINATURA: 04 DE JUNHO DE 2019

CREDOR: EDSON HASHIMOTO E CIA LTDA -ME

VIGÊNCIA: 03 DE JUNHO 2020

VALOR REGISTRADO: MAIOR PORCENTAGEM DE DESCONTO

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2019, REGISTRO DE PREÇO Nº021/2019.

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA FICAM REGISTRADOS OS PREÇOS UNITÁRIOS PARA PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA:

1) FORNECIMENTO DE ÓLEO LUBRIFICANTE DE 1ª LINHA PARA OS VEÍCULOS DA LINHA LEVE, INCLUSO OS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO E TROCA.

2) FORNECIMENTO DE FILTROS DE 1ª LINHA PARA OS VEÍCULOS DA LINHA LEVE, INCLUSO OS SERVIÇOS DE TROCA

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 040/2019

DATA ASSINATURA: 27 DE MAIO DE 2019

CREDOR: M.C. COMERCIO DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA

VIGÊNCIA: 26 DE MAIO 2020

VALOR REGISTRADO: R$: 88.000,00(OITENTA E OITO MIL REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2019, REGISTRO DE PREÇO Nº019/2019.

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA FICAM REGISTRADOS OS PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES DE 1º LINHA E GRAXAS.

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 048/2019

DATA ASSINATURA: 10 DE JUNHO DE 2019

CREDOR: LUANA LEMES PEDROSO 04167358190

VIGÊNCIA: 09 DE JUNHO 2020

VALOR REGISTRADO: R$: 28.788,00 (VINTE E OITO MIL, SETECENTOS E OITENTA E OITO REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2019, REGISTRO DE PREÇO Nº025/2019.

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA, FICA REGISTRADO O PREÇO UNITÁRIO PARA PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE BALLET CLASSICO, JAZZ E DANÇA MODERNA E CONTEMPORÂNEA PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 045/2019

DATA ASSINATURA: 04 DE JUNHO DE 2019

CREDOR: TUBO AZUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME,

VIGÊNCIA: 03 DE JUNHO 2020

VALOR REGISTRADO: R$: 146.357,00 (CENTO E QUARENTA E SEIS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2019, REGISTRO DE PREÇO Nº022/2019.

OBJETO: A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO O PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS HIDRÁULICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Objeto	Contratação de empresa do ramo de telecomunicações para prestar serviços de divulgação de ações e atos administrativos da Câmara Municipal.
Favorecido	SISTEMA MATOGROSSENSE DE RADIO E TELEVISÃO, CNPJ Nº 27.255.902/0001-25
Prazo de execução	Até 31/12/2019
Valor global	R$ 17.780,00 (dezessete mil setecentos e oitenta reais)
Fundamento Legal	Artigo 25 caput da Lei nº. 8.666/93
Justificativa	Anexa nos autos

Ratificamos a Inexigibilidade de licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 26 da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações.

Gaúcha do Norte – MT, 11 de Junho de 2019.

Elço Domingos Alves

Presidente da Câmara Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 023/2019

O(a) Prefeito, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000040/2019 Modalidade Nr.: 00000023/2019

Modalidade: Pregão

Data da Adjudicação: 11/06/2019

Data da Homologação: / /

Objeto da Licitação: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS TORNO E SOLDA

Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)

Detalhamento

Unid. Qtd.

Vlr. Unitário

Total

572 - OSMAR ANTONIEL TORRES - ME (TORNEARIA ACACIA)

CNPJ: 02.399.477/0001-17

28263	SERVIÇOS EM MANUTENÇÃO DE BOMBAS INJETORAS EM GERAL	UN - UNIDADE	500,0000	213,0000	106.500,00
28264	SERVIÇO EM MANUTENÇÃO GERAL DE RETIFICA DE MOTORES	UN - UNIDADE	920,0000	195,0000	179.400,00
28265	SERVIÇO EM MANUTENÇÃO GERAL DE HIDRAULICA EM VEICULOS PESADOS	UN - UNIDADE	800,0000	132,0000	105.600,00
28266	SERVIÇOS MECÂNICOS EM CAMINHÕES E ÔNIBUS E VEÍCULOS LEVES	UN - UNIDADE	800,0000	151,0000	120.800,00
28267	SERVIÇOS DE SOLDA MIG E OXIGÊNIO EM PEÇAS DE VEÍCULOS/PESADOS E LEVES E EQUIPAMENTOS EM GERAL INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL	UN - UNIDADE	720,0000	100,0000	72.000,00
28268	SERVIÇOS DE TORNO MECÂNICO EM PEÇAS DE VEÍCULOS/PESADOS E LEVES E EQUIPAMENTOS EM GERAL INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL	UN - UNIDADE	900,0000	120,0000	108.000,00
28269	SERVIÇOS MECÂNICOS EM MÁQUINAS PESADAS EM GERAL	UN - UNIDADE	700,0000	151,0000	105.700,00

Total Fornecedor: 798.000,0000

Total Geral: 798.000,0000

GAUCHA DO NORTE, Terça-feira, 11 de Junho de 2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2019

Aos 11 dias do mês de Junho de 2019, de um lado o(a) **MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE**, com sede na rua para, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) **Prefeito(a) Municipal , Sr(a). VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro(a), portador do R.G. n.º 2477543SSP/GO e inscrito no CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na RUA SANTO ANTONIO, bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2019**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS TORNO E SOLDA , de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor OSMAR ANTONIEL TORRES - ME (TORNEARIA ACACIA)	CNPJ 02.399.477/0001-17
Endereço AV: 13 DE JULHO	Nº
Bairro ALVORADA	
Cidade GAUCHA DO NORTE/MT	CEP 78875000
Representante Legal	CPF
Email TORNEARIAMECANICAACACIA@HOTMAIL.COM	Telefone (66) 3582-1321

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL

1	28263	SERVIÇOS EM MANUTENÇÃO DE BOMBAS INJETORAS EM GERAL	UN - UNIDADE		500,00	213,0000	106.500,00
2	28264	SERVIÇO EM MANUTENÇÃO GERAL DE RETIFICA DE MOTORES	UN - UNIDADE		920,00	195,0000	179.400,00
3	28265	SERVIÇO EM MANUTENÇÃO GERAL DE HIDRAULICA EM VEICULOS PESADOS	UN - UNIDADE		800,00	132,0000	105.600,00
4	28266	SERVIÇOS MECÂNICOS EM CAMINHÕES E ÔNIBUS E VEÍCULOS LEVES	UN - UNIDADE		800,00	151,0000	120.800,00
5	28267	SERVIÇOS DE SOLDA MIG E OXIGÊNIO EM PEÇAS DE VEÍCULOS/PESADOS E LEVES E EQUIPAMENTOS EM GERAL INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL	UN - UNIDADE		720,00	100,0000	72.000,00
6	28268	SERVIÇOS DE TORNO MECÂNICO EM PEÇAS DE VEÍCULOS/PESADOS E LEVES E EQUIPAMENTOS EM GERAL INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL	UN - UNIDADE		900,00	120,0000	108.000,00
7	28269	SERVIÇOS MECÂNICOS EM MÁQUINAS PESADAS EM GERAL	UN - UNIDADE		700,00	151,0000	105.700,00

Total: 798.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do

caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.1. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.2. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.4. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.5. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. **2.3. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:** a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.3.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.3.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação

com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de oficio" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município observada o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados ou cancelar os serviços executados para entidade usuária, sem qualquer ônuspara

administração, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, independente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. **6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.**

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho,

contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme as solicitações em anexo no termo de referencia em conformidade com o edital os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer o objeto licitado, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusado o objeto licitado com defeitos de fabrica, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. O objeto licitado deverá ser entregue embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança do O objeto licitado contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 02 (DOIS) anos a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte do O objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. **11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente. 11.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:** a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. **11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:** a) advertência, por escrito, nas falta leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. **11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. Poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a**

proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE -

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito(a) Municipal

OSMAR ANTONIEL TORRES - ME (TORNEARIA ACACIA)

LARISSA AROMA MARTINS PORTARIA

Nº 33/2019

CÂMARA MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 001/2019

INEXIGIBILIDADE N° 001/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Gaúcha do Norte - MT, Senhor **Elço Domingos Alves**, faz saber que o proponente vencedor da Inexigibilidade n°. 001/2019 foi a Empresa **SISTEMA MATOGROSSENSE DE RADIO E TELEVISÃO,** devidamente inscrito no **CNPJ Nº 27.255.902/0001-25,** com a seguinte proposta: **R$ 17.780,00 (dezessete mil setecentos e oitenta reais)**, consagrou-se vencedor do certame.

Gaúcha do Norte – MT, 11 de Junho de 2019.

ELÇO DOMINGOS ALVES

PRESIDENTE DA CM

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

TERMO ADTIVO SUPRESSÃO COMBUSTÍVEL

DECIMO TERMO ADITIVO (SUPRESSÃO DE VALORES) AO CONTRATO Nº **044**/2018 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER O MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL**.**

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.503.612/0001-95, com sede na Avenida Delson Rodrigues s/nº Centro – General Carneiro - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **MARCELO DE AQUINO**, brasileiro, casado, empresário, residente e Domiciliado à BR 070, Km 66, Centro, nesta cidade, portador do RG n° 988.819 /SSP-MT e CPF n° 604.224.401-91, denominada como CONTRATANTE, e de outro lado e a Empresa **AUTO POSTO BACABA LTDA-EPP,** CNPJ nº 09424309000183, situada a Rua 7 de Setembro nº S/N, Bairro Centro, cidade General Carneiro, estado Mato Grosso, CEP 78.620-000, representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr. (a) Deuseny Damásio de Sousa, portador(a) da RG nº 885.278 SSP/MT CPF nº 568.483.741-72, residente e domiciliado na cidade de Barra do Garças, estado de Mato Grosso, CEP 78.600-000, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo aditivo;

CLAUSULA PRIMEIRA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente aditivo encontra embasamento legal nos art. 57 e 65, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8.666/93 e nas Cláusulas Notado referido Contrato.

CLAUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1. Necessidade de supressão nos preços de Etanol e Gasolina comum, conforme baixa autorizados pela Agência Reguladora Nacional do Petróleo, conforme clausula 12 do contrato 044/2018;

tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR CONTRATO	SUPRESSÃO	VALOR ATUAL
01	ETANOL COMUM	2,99	7%	2,79
04	GASOLINA COMUM	4,80	2,6%	4,69

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

3.1 Fica ajustado o preço do litro de Etanol comum (item 01), passando de preço do contrato de R$ 2,99 (dois reais e noventa e nove centavos) para o preço abaixo, conforme segue:

3.1.1 ETANOL COMUM : R$ 2,79 (dois reais e setenta e nove centavos), corresponde a 7 % (dois por cento) do valor inicial contratado;

4.1 Fica ajustado o preço do litro da gasolina comum (item 04), passando de preço do contrato de R$ 4,80 (quatro reais e oitenta centavos) para o preço abaixo, conforme segue:

4.1.1 Gasolina comum: R$ 4,69 (Quatro reais e sessenta e nove centavos), corresponde a 2,6 % (dois ponto seis por cento) do valor inicial contratado;

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

5.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Barra do Garças – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

General Carneiro/MT, em 11 de junho de 2019.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL GENERAL CARNEIRO

CONTRATANTE

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

_____

AUTO POSTO BACABA LTDA-EPP

CNPJ nº 09424309000183

Responsável

TESTEMUNHAS:

NOME:_____ **NOME:** _____

RGNº:_____
RGNº:_____

ASSINATURA:_____ **ASSINATURA:**_____

O presente Aditivo foi analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica da Administração, em 11 de junho 2.019.

AVISO LICITAÇÃO PR 14

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2019

LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP CONFORME LEIS 147/14 – 123/06

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL para ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**,(exclusiva ME E EPP, Região centro Oeste) **às 08h00 horas (Brasília) do dia 26 de junho de 2019**, na sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de General Carneiro, à Avenida Delson Rodrigues s/n , Centro, General Carneiro /MT, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93, 147/14 e 123/06. O **credenciamento** será feito das **07h30 às 08h00**.

OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS LABORATORIAIS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER A SERCRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, LOCAL DA DISPUTA: Sala de Licitações – Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT.

RETIRADA DO EDITAL: site WWW.generalcarneiro.mt.gov.br, solicitação via e-mail: cpl@generalcarneiro.mt.gov.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de General Carneiro, das 08h00 às 17h00.

INFORMAÇÕES: As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.

TELEFONE PARA CONTATO: (0**66)3416-1215 /1153;

General Carneiro - MT, 07 de junho de 2019

ELIEZIO DIAS DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2019, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE/MT, PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.

Aos 17:00 horas do dia 11 (Onze) de Junho do ano de 2019, Câmara Municipal de Glória D'Oeste, localizado à Rua Eloy Custodio da Silva, nesta cidade de Glória D'Oeste - MT, o Sr. Prefeito Municipal Paulo Remédio, o Contador Joabe Francis Garcia Silva, a Assessoria, os Vereadores e demais munícipes para em atendimento ao parágrafo 4º, do artigo 9º da LRF nº 101/2000, com o objetivo da realização de Audiência com vistas a prestação de contas relativas ao 3º Quadrimestre de 2018. A Audiência foi previamente comunicada aos cidadãos através de Edital de Convocação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM, no site e mural da Prefeitura Municipal, mural da Câmara Municipal, nas Secretarias do Município e convites entregues a sociedade civil para comparecimento a mesma. O Contador da Prefeitura deu início a Audiência, agradecendo a presença de todos os presentes, em seguida deu início as explanações sobre noções básicas da Lei nº 101/2000 – LRF, pilares básicos, princípios de gestão fiscal responsável, sanções institucionais e pessoais, leis de crimes e improbidades correspondentes. A receita arrecada até o período de 31/12/2018 foi no montante total de R$ **15.778.890,02** (Quinze Milhões, Setecentos e Setenta e Oito Mil, Oitocentos e Noventa Reais e Dois Centavos). A despesa empenhada até o período de 31/12/2018 foi no valor total de R$ 15.302.669,12 (Quinze Milhões, Trezentos e Dois Mil, Seiscentos e Sessenta e Nove Reais e Doze Centavos). As despesas liquidadas até o período de 31/12/2018 foi no montante de R$ 14.789.314,47 (Quatorze Milhões, Setecentos e Oitenta e Nove Mil, Trezentos e Quatorze Reais e Quarenta e Sete Centavos). As despesas a pagar processadas e não processadas até o período de 31/12/2018 é no montante de R$ 1.102.960,33 (Um Milhão, Cento e Dois Mil, Novecentos e Sessenta Reais e Trinta e Três Centavos). A Disponibilidade Financeira até 31/12/2018 é no Total de R$ 2.148.074,90 (Dois Milhões, Cento e Quarenta e Oito Mil, Setenta e Quatro Reais e Noventa Centavos). Com relação aos índices constitucionais de aplicação em Educação, Saúde, FUNDEB e Pessoal, tais índices estão dentro da legalidade até o quadrimestre em análise. Apresentadas as informações, o Contador deu como encerrada suas explanações, passou a palavra para realização de questionamentos, ao final agradeceu a presença de todos os presentes dando por encerrada a Audiência Pública. Eu, Joabe Francis Garcia Silva, lavrei a presente ata, que juntamente com a lista de assinaturas dos participantes da presente audiência será encaminhada para a devida publicação.

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2019, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS: AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DO 3º QUADRIMESTRE DE 2018

Aos 17:00 horas do dia 11 (Onze) de Junho do ano de 2019, Câmara Municipal de Glória D'Oeste, localizado à Rua Eloy Custodio da Silva, nesta cidade de Glória D'Oeste - MT, o Sr. Prefeito Municipal Paulo Remédio, o Contador Joabe Francis Garcia Silva, a Secretaria Municipal de Saúde, os Vereadores e demais munícipes para em atendimento ao parágrafo 4º, do artigo 9º da LRF nº 101/2000 e artigo 36, parágrafo 5º da LC nº 141/2012, com o objetivo da realização de Audiência com vistas a prestação de contas relativas ao 3º Quadrimestre de 2018. A Audiência foi previamente comunicada aos cidadãos através de Edital de Convocação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM, no site e mural da Prefeitura Municipal, mural da Câmara Municipal, nas Secretarias

do Município e convites entregues a sociedade civil para comparecimento a mesma. O Contador da Prefeitura deu início a Audiência, agradecendo a presença de todos os presentes, em seguida deu início as explanações sobre noções básicas da Lei nº101/2000 – LRF, pilares básicos, princípios de gestão fiscal responsável, sanções institucionais e pessoais, leis de crimes e improbidades correspondentes. Durante a audiência foi exposta a situação que se encontra a Secretaria Municipal de Saúde, as transferências de recursos que foram recebidos dos governos, Federal até o período de 31/12/2018 Saúde SUS foi no montante total de R$ 1.630.455,10 (Um Milhão, Seiscentos e Trinta Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Cinco Reais e Dez Centavos). Estadual até o período de 31/12/2018 o valor total de R$ 172.679,39 (Cento e Setenta e Dois Mil, Seiscentos e Setenta e Nove Reais e Trinta e Nove Centavos), recursos próprios (15%) R$ 1. 674.630,97 (Um Milhão, Seiscentos e Setenta e Quatro Mil, Seiscentos e Trinta Reais e Vinte e Seis Centavos). As despesas totais que foram liquidadas até o período de 31/12/2018 foi no valor total de R$ **3.350.380,82** (Três Milhões, Trezentos e Cinquenta Mil, Trezentos e Oitenta Reais e Oitenta e Dois Centavos). O índice de aplicação em Saúde foi de 19,88 %. A Secretaria Municipal de Saúde, apresentou as ações e serviços de saúde referente ao cumprimento de metas fiscais do 3º quadrimestre de 2018, como a quantidade de atendimentos e exames realizados. Apresentadas as informações, a Secretaria Municipal de Saúde deu como encerrada suas explanações, passou a palavra para realização de perguntas, ao final dos questionamentos agradeceu a presença de todos os presentes agradeceu a presença de todos os presentes dando por encerrada a Audiência Pública. Eu, Joabe Francis Garcia Silva, lavrei a presente ata, que juntamente com a lista de assinaturas dos participantes da presente audiência será encaminhada para a devida publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2019 - EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019

Aos vinte e nove dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE GLÓRIA D' OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida dos Imigrantes, 2000, Bairro Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF 367.464.955/0001-00, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO REMÉDIO, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado á Avenida dos Imigrantes nº 2083, Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT , portador da Cédula de Identidade nº. 428.609 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 361.992.571-20, neste ato denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019, nas cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva homologação, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DA EMPRESA **PNEUS VIA NOBRE LTDA**, inscrita no CNPJ: 01.976.860/0048-91, estabelecia na Avenida Da Feb, S/N.º, Bairro Ponte Nova, na cidade de Varzea Grande – MT, neste ato representado por seu proprietário pelo Sr Cristiano Rodrigues Gonçalves, portador do RG n.º 3269865 SSP/GO e CPF nº 633.801.701-78, residente e domiciliado na cidade de Várzea Grande - MT, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal N.º 810/2019 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de Pneus novos não recondicionados e de fabricação nacional, Câmaras, Protetores e Serviços de Vulcanização, Recapagem, Recauchutagem e Duplagem, conforme especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº 04/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2 .CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, para eventual aquisição em face da apresentação da proposta da empresa abaixo qualificada:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	CÂMARA DE AR 12X16,5 DIANTEIRO - RETRO CASE 580N.	un	MAGNUM	4	124,00	496,00
3	CÂMARA DE AR 13.00.24 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120B.	un	MAGNUM	6	225,00	1.350,00
4	CAMARA DE AR 14.00.24 - MOTONIV CATERPILLAR 845B E 120K.	un	MAGNUM	12	214,00	2.568,00
8	CÂMARA DE AR 18.4-34 TRAZEIRO - TRATOR MASSEY FERGUSON 4292	un	MAGNUM	4	320,00	1.280,00
11	CÂMARA DE AR 900X20.	un	MAGNUM	50	110,00	5.500,00
12	PNEU 12X16,5 16 LONAS DIANTEIRO - RETRO CASE 580N	un	PIRELLI PN 16	4	1.033,00	4.132,00
14	PNEU 14.00.24 16 LONAS - MOTONIVELADORA CASE 845B	un	PIRELLI G2/ L2	6	2.690,00	16.140,00
15	PNEU 14.00.24 16 LONAS - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K	un	PIRELLI G2/ L2	6	2.690,00	16.140,00
18	PNEU 16.09.28 DIANTEIRO 10 LONAS - RETRO JCB 4CX 4X4.	un	PIRELLI TM 95	4	3.140,00	12.560,00
22	PNEU 7.00-16 12 LONAS.	un	PIRELLI CT52	10	534,00	5.340,00
23	PNEU COMUM BORRACHUDO N.º 1000X20 16 LONAS.	un	PIRELLI RT59	32	1.280,00	40.960,00
26	PNEU RADIAL 10.00 R20 LISO.	un	FORMULA DRIVE	4	1.474,00	5.896,00
27	PNEU RADIAL 175/65 R14.	un	PIRELLI P1	12	288,00	3.456,00
29	PNEU RADIAL 185/70 R14.	un	PIRELLI P1	40	304,00	12.160,00
30	PNEU RADIAL 215/75 R 17.5 LISO.	un	FORMULA DRIVE	40	896,00	35.840,00
32	PNEU RADIAL 265/60 R18.	un	PIRELLI ATR	8	1.025,00	8.200,00
35	PNEU RADIAL LISO 11.00 R22	un	FORMULA DRIVE	12	1.730,00	20.760,00
39	PROTETOR 7.00-16	un	IRBO	15	39,00	585,00
52	SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM DE PNEU 13.00.24 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120	Serviço	VIPAL	6	1.085,00	6.510,00
53	SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM DE PNEU 14.00.24 - MOTONIV. CATERPILLAR 120K	Serviço	VIPAL	4	1.045,00	4.180,00
54	SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM DE PNEU 14.00.24 - MOTONIVELADORA CASE 845B	Serviço	VIPAL	6	1.045,00	6.270,00
TOTAL						210.323,00

3.CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência a partir da data de 29/05/2019 , por um período de 12 (doze) meses.

3.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Glória D' Oeste não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

3.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 04/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da emissão da nota fiscal e entrega dos itens.

4.2 - A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

4.3 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.4 - As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

4.5 - O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E DO PRAZO

5.1. Os itens registrados neste edital deverão ser fornecidos de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria das Secretarias Solicitantes.

5.2. Os itens deverão ser entregues no prazo máximo de 05 (cinco) dia após o repasse da requisição conforme solicitação da Secretaria competente.

5.3. A vigência da ata de registro de preços será a partir da data de assinatura da ata de registro de preços, por um período de 12 (doze) meses;

5.4. A Empresa vencedora terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura da Ata de Registro de Preços;

5.5. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição da Prefeitura Municipal de Glória D' Oeste;

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES

6.1 - Do Município:

6.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou fatura a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

6.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

6.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

6.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

6.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

6.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

6.2 - Da Detentora da Ata:

6.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

6.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

6.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

6.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

6.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

7.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

7.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2- Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3- Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4- O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

9. CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1- Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2- Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

9.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

9.3- O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.4- No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.5- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.6- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.7- Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.8- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

9.8.1- A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

9.9- A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10- Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11- Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12- Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "PROMITENTE FORNECEDORA", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1- a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2- a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3- a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5- os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6- por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3- A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4- Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

11.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ORÇAMENTO

12.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Glória D' Oeste. (código reduzido)

021, 031, 042, 044, 088, 092, 090, 111, 113, 099, 097, 101, 509, 245, 246, 102, 103, 474, 475, 059, 061, 178, 179, 183, 184, 165, 164, 169, 168, 371, 373, 372, 444, 439, 207, 216 e 240

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS COMUNICAÇÕES

14.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

15.1 A fiscalização da execução da referida ata de registro de preços será exercida por servidor(es) nomeado(s) através de Portaria.

15.1.1. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

15.2 A contratada obriga-se a realizar os serviços conforme especificação estabelecida no edital.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1- Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 04/2019 a proposta da empresa PNEUS VIA NOBRE LTDA vencedora no certame supranumerado.

16.2- Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal n.º 10.520/02 e outras legislações afins, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Glória D' Oeste – MT, 29 de Maio de 2019.

_____

MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE - MT

ÓRGÃO GERENCIADOR

Paulo Remédio

_____

PNEUS VIA NOBRE LTDA

DETENTOR DA ATA

Cristiano Rodrigues Gonçalves

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2019 - EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2019

Aos dez dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE GLÓRIA D' OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida dos Imigrantes, 2000, Bairro Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF 367.464.955/0001-00, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **PAULO REMÉDIO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado á Avenida dos Imigrantes nº 2083, Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT , portador da Cédula de Identidade nº. 428.609 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 361.992.571-20, neste ato denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2019, nas cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva homologação, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DA EMPRESA **SCARPAZZA & SILVA LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 26.591.305/0001-09, estabelecia na Avenida dos Imigrantes, n.º 2370, centro, na cidade de Glória D´Oeste – MT, neste ato representado por seu proprietário pelo Sr Laurindo Scarpazza, portador do RG n.º 668.222 SSP/MT e CPF nº 207. 843.841-3, residente e domiciliado nesta cidade de Glória D´Oeste - MT, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/2002, e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços de empresa vencedora para fornecimento parcelado de Materiais de Construção, para manutenção e reparos nas edificações do município, na cidade de Glória D´Oeste - MT conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo IV do Edital de Pregão nº 05/2019, e proposta apresentada pela fornecedora.

CLAUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 A entrega do objeto será realizada de forma parcelada, de acordo com a necessidade das Secretarias solicitantes, de forma indireta e sob o regime de preço unitário, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 - São obrigações do Órgão Gerenciador, conforme o caso:

3.1.1 Aderir previamente à Ata de Registro de Preços;

3.1.2 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a execução, acompanhamento e fiscalização dos produtos adquiridos, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

3.1.3 Efetuar o pagamento a contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula Décima Primeira da presente Ata.

3.1.4 Receber os produtos adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Edital, na presente Ata e na proposta da Licitante vencedora;

3.1.5 Emitir as autorizações de fornecimento e realizar o controle efetivo sobre as mesmas;

3.1.6 Recusar os produtos se apresentarem impropriedade para o uso (prazo de validade expirado ou vícios de qualidade).

3.1.7 Exigir da contratada a comprovação de regularidade fiscal no que tange o recolhimento de INSS e FGTS.

3.1.8 Prestar informações pertinentes sempre que solicitado pela contratada a respeito dos fornecimentos a serem efetuados;

3.1.9 Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a Administração Municipal a firmar contratações com os fornecedores cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

3.2 – Efetuar a contratação, se assim for necessário, sendo que o contrato poderá ser formalizado a qualquer tempo durante o prazo vigente da Ata de Registro de Preços sobre o saldo remanescente do item, por prazo a ser determinado pela Administração (artigo 62 da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

4.1. Entregar os produtos de forma parcelada, a partir da assinatura da Ata, devendo ser fornecidos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento da nota de pré-empenho ou documento similar.

4.1.1 O atraso na entrega dos produtos solicitados sujeitará a Fornecedora ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação de penalidade, quando cabível, sendo convocados os demais licitantes obedecendo-se a ordem de classificação.

4.1.2 Manter pessoal capaz de atender ao objeto da presente licitação, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de empregados ou por qualquer outra razão;

4.1.3 Responder por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução do objeto do certame, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo Órgão Gerenciador, reparando ou corrigindo, às suas expensas, no todo ou em parte, os vícios resultantes da má execução do objeto da Ata, de que é detentora;

4.1.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Órgão Gerenciador, bem como, comunicar, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário, que impeça o cumprimento das obrigações deste contrato, em especial ao descumprimento da entrega do produto solicitado, que deverá ser solucionado em período 24 (vinte e quatro) horas, salvo motivo de força maior, o que deverá ser comprovado.

4.1.5 Fornecer todos os dados necessários e solicitados ao responsável indicado pela Administração para o controle e fiscalização do cumprimento das cláusulas da presente Ata;

4.1.6 Comunicar imediatamente ao Município qualquer alteração ocorrida na empresa, conta bancária e outros julgados necessários para recebimento de correspondência;

4.1.7 Adequar-se a qualquer alteração procedimental pertinente ao fornecimento do objeto, efetuada pela Administração Pública durante a vigência da presente Ata, sob pena de rescisão.

4.1.8 Somente aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial do objeto adjudicado e somente quando determinado pela gerenciadora da ata (Município de Glória D' Oeste), devendo supressões acima desse limite, serem resultantes de acordo entre as partes, não cabendo, portanto, acréscimo de quantidades nas contratações dos órgãos e entidades sob pena de ilegalidade;

4.1.9 Manter durante toda a vigência da Ata todas as condições de habilitação exigidas no Edital;

4.1.10 Arcar com os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, frete, serviços, encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, seguros, transporte, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da presente Ata;

4.1.11 Manter contato com o Órgão Gerenciador sobre quaisquer assuntos relativos à entrega dos produtos objeto deste contrato, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

4.1.12 Estabelecer normas e procedimentos, em conjunto com a Administração para a facilitação do fluxo operacional da entrega dos produtos;

4.1.13 Não efetuar a entrega do produto sem requisição formal expedida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA.

4.1.14 Substituir os produtos que apresentarem prazo de validade expirado ou quaisquer vícios de qualidade que os torne impróprios para o consumo.

CLAUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 A vigência da Ata de Registro de Preços é de no máximo 12 (doze) meses, contada da assinatura, podendo ser prorrogada dentro deste período.

CLAUSULA SEXTA - DOS PREÇOS REGISTRADOS e DA READEQUAÇÃO DE VALORES

6.1 DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1.1 – A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado conforme segue:

Item	Descrição	MARCA	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
01	ADAPTADOR PAD	**TIGRE**	400 UN	4,68751	1.875,004
02	ADESIVO BISNAGA 75G	**PLASTILIT**	60 UN	3,88128	232,8768
03	ALAVANCA 1,80 MT	BIAZUS	05 UN	112,00	560,00
04	ALICATE BICO MEIA CANA 6	MAYLE	05 UN	18,65	93,25
05	ALICATE UNIVERSAL INOX	ROBUST	05 UN	27,00	135,00
06	ARAME GALVANIZADO N.º 12 1KG	BELGO	10 UN	8,8605	88,605
07	ARAME GALVANIZADO N.º 18 1KG	BELGO	10 UN	17,46756	174,6756
08	ARAME GALVANIZADO N.º 16 1KG	BELGO	10 UN	14,42727	144,2727
09	ARAME GALVANIZADO N.º 14 1KG	BELGO	10 UN	13,46202	134,6202
10	ARAME RECOZIDO TORCIDO 1 KG N.º 18	BELGO	06 UN	17,46756	104,80536
11	ARCO PARA SERRA	IRWIN	04 UN	37,64574	150,58296
12	ARGAMASSA 20 KG	QUARTZOLIT	1500 SC	11,7909	17.686,35
13	ARREBITE AÇO 4,8 X 25MM	WORKER	1.000 UN	0,15	150,00
14	ARRUELA LISA 1/4	CISER	300 UN	0,06	18,00
15	ARRUELA LISA 12 ZINCADA	COFEMA	300 UN	0,36531	109,593
16	ARRUELA LISA 7/16	CISER	300 UN	0,16	48,00
17	ARRUELA LISA POL 01	CISER	300 UN	1,78	534,00
18	ARRUELA LISA POL 3/16	CISER	300 UN	0,04	12,00
19	ARRUELA LISA POL 3/8	CISER	300 UN	0,12	36,00
20	ARRUELA LISA POL 5/16	CISER	300 UN	0,08	24,00
21	ARRUELA LISA POL 5/8	CISER	300 UN	0,93	279,00
22	ARRUELA LISA POL 7/8	CISER	300 UN	0,30	90,00
23	ARRUELA LISA POLEGADA 1/2	CISER	300 UN	0,37	111,00
24	ARRUELA LISA POLEGADA 3/4	CISER	300 UN	1,16	348,00
25	ARRUELA LISA POLIDA 7/16	CISER	300 UN	0,16	0,16
26	BARRA ROSCADA POL 1/2	CISER	50 UN	8,70	435,00
27	BARRA ROSCADA POL 3/4	CISER	50 UN	15,75	787,50
28	BARRA ROSCADA POL 3/8	CISER	50 UN	3,55	177,50
29	BARRA ROSCADA POL 5/8	CISER	50 UN	12,40	620,00

30	BARRA ROSCADA POL 7/19	CISER	50 UN	6,97	348,50
31	BARRA ROSCADA POL 7/8	CISER	50 UN	33,00	1.650,00
32	BARRA ROSCAVEL 1 POL	CISER	50 UN	44,50	2.225,00
33	BARRA ROSCAVEL 1/4	CISER	50 UN	2,45	122,50
34	BARRA ROSCAVEL 5/16	CISER	50 UN	2,75	137,50
35	BOIA PARA CAIXA D´AGUA	ASTRA	20 UN	10,00	200,00
36	BROCA AÇO RAPIDO 10MM	IRWIN	05 UN	19,50	97,50
37	BROCA AÇO RAPIDO 11,5MM	IRWIN	05 UN	24,50	122,50
38	BROCA AÇO RAPIDO 12MM	IRWIN	05 UN	27,50	137,50
39	BROCA AÇO RAPIDO 2,5MM	IRWIN	05 UN	3,60	18,00
40	BROCA AÇO RAPIDO 3,0MM	IRWIN	05 UN	3,60	18,00
41	BROCA AÇO RAPIDO 3,5MM	IRWIN	05 UN	4,15	20,75
42	BROCA AÇO RAPIDO 4,0MM	IRWIN	05 UN	4,20	21,00
43	BROCA AÇO RAPIDO 4,5MM	IRWIN	05 UN	5,10	25,50
44	BROCA AÇO RAPIDO 5,0MM	IRWIN	05 UN	5,50	27,50
45	BROCA AÇO RAPIDO 5,5MM	IRWIN	05 UN	6,70	33,50
46	BROCA AÇO RAPIDO 6,0MM	IRWIN	05 UN	7,15	35,75
47	BROCA AÇO RAPIDO 6,5MM	IRWIN	05 UN	40,00	8,00
48	BROCA AÇO RAPIDO 7,0MM	IRWIN	05 UN	9,00	45,00
49	BROCA AÇO RAPIDO 7,5MM	IRWIN	05 UN	9,91287	49,56435
50	BROCA AÇO RAPIDO 8,0MM	IRWIN	05 UN	10,50	52,50
51	BROCA AÇO RAPIDO 8,5MM	IRWIN	05 UN	12,50	62,50
52	BROCA CONCRETO 10MM	IRWIN	05 UN	12,20	61,00
53	BROCA CONCRETO 6MM	IRWIN	05 UN	6,15	30,75
54	BROCA CONCRETO 7MM	IRWIN	05 UN	7,20	36,00
55	BROCA CONCRETO 8,0MM	IRWIN	05 UN	9,50	47,50
56	BROXA RETANGULAR	TIGRE	100 UN	7,15	715,00
57	BUCHA 07 ABA PLAST PARE MACICA	USAF	200 UN	0,09	18,00
58	BUCHA 08 ABA PLAST PARE MACICA	USAF	200 UN	0,20	40,00
59	BUCHA 09 ABA PLAST PARE MACICA	USAF	200 UN	0,13	26,00
60	BUCHA 10 ABA PLAST PARE MACICA	USAF	250 UN	0,50	125,00
61	CAIXA DESCARGA 9L	ASTRA	20 UN	27,15	543,00
62	CANO 60 MM BARRA 6MT	PLASTILIT	150 BARRA	75,00	11.250,00
63	CAP SOLDAVEL 25MM	PLASTILIT	06 UN	11,00	66,00
64	CARRINHO DE MÃO	AÇOFER	20 UN	150,00	3.000,00
65	CHAVE BIELA 08MM	ROBUST	04 UN	16,00	64,00
66	CHAVE BIELA 10MM	ROBUST	04 UN	15,00	60,00
67	CHAVE BIELA 11MM	ROBUST	04 UN	11,00	44,00
68	CHAVE BIELA 12MM	ROBUST	04 UN	15,00	60,00
69	CHAVE BIELA 13MM	ROBUST	04 UN	19,50	78,00
70	CHAVE BIELA 14MM	ROBUST	04 UN	18,50	74,00
71	CHAVE BIELA 15MM	ROBUST	04 UN	20,00	80,00
72	CHAVE BIELA 16MM	ROBUST	04 UN	20,00	80,00
73	CHAVE BIELA 17MM	ROBUST	04 UN	20,00	80,00
74	CHAVE BIELA 18MM	ROBUST	04 UN	20,00	80,00
75	CHAVE BIELA 19MM	ROBUST	04 UN	23,00	92,00
76	CHAVE COMB 08MM	ROBUST	04 UN	8,00	32,00
77	CHAVE COMB 09MM	ROBUST	04 UN	7,50	30,00
78	CHAVE COMB 10MM	ROBUST	04 UN	9,00	36,00
79	CHAVE COMB 11MM	ROBUST	04 UN	9,00	36,00
80	CHAVE COMB 12MM	ROBUST	04 UN	8,00	32,00
81	CHAVE COMB 13MM	ROBUST	04 UN	9,00	36,00
82	CHAVE COMB 14MM	ROBUST	04 UN	10,00	40,00
83	CHAVE COMB 17MM	ROBUST	04 UN	15,00	60,00
84	CHAVE COMB 19MM	ROBUST	04 UN	19,00	76,00
85	CHAVE COMB 21 MM	TRAMONTINA	04 UN	13,00	52,00
86	CHAVE COMB 24MM	ROBUST	04 UN	25,00	100,00
87	CHAVE COMB 25MM	TRAMONTINA	04 UN	27,00	108,00
88	CHAVE COMB 26MM	TRAMONTINA	04 UN	16,00	64,00
89	CHAVE COMB 27MM	TRAMONTINA	04 UN	22,00	88,00
90	CHAVE COMB 28MM	ROBUST	04 UN	33,00	132,00
91	CHAVE COMB 29MM	ROBUST	04 UN	30,00	120,00
92	CHAVE COMB 30MM	ROBUST	04 UN	30,00	120,00
93	CHAVE COMB 32MM	TRAMONTINA	04 UN	32,00	128,00
94	CHAVE DE CANO 18"	BRASFORT	04 UN	65,00	260,00
95	CHAVE DE CANO 8"	BRASFORT	04 UN	45,00	180,00
96	CHAVE DE FENDA PONTA CHATA 1/4 X 4	TRAMONTINA	04 UN	6,50	26,00
97	CHAVE PHILLIPS 1/4 X 4 CB AMA	TRAMONTINA	04 UN	5,50	22,00
98	CHAVE PHILLIPS CB AMA 3/16X4	TRAMONTINA	04 UN	5,50	22,00
99	CHUVEIRO ELETRICO DUCHA 127V/4600	LORENZET	30 UN	44,00	1.320,00
100	CHUVEIRO ELÉTRICO DUCHA 127V/5500W	LORENZET	30 UN	50,00	1.500,00
101	CIMENTO 50KG	ITAU	2500 SC	28,904	72.260,00
102	COLAR 60 MM	TIGRE	400 UN	10,00	4.000,00
103	COLAR 75 MM	TIGRE	20 UN	15,00	300,00
104	COLAR 85 MM	TIGRE	20 UN	19,00	380,00
105	COLHER PEDREIRO RETA SOLIDA 09	CORTAG	10 UN	14,00	140,00
106	COLHER PEDREIRO RETA SOLIDA 10	CORTAG	10 UN	14,50	145,00

107	COLUNA MALHA AÇO 14,0X8,0 5/16 6MT	ROBRACON	10 UN	70,00	700,00
108	COLUNA PARA PIA	DECA	04 UN	44,00	176,00
109	CX POLIETILENO 1000 LITROS C/ TAMPA	FORTLEV	05 UN	290,00	1.450,00
110	CX POLIETILENO 500 LT C/ TAMPA	FORTLEV	05 UN	190,00	950,00
111	DESEMPENADEIRA DE PLÁSTICO	CORTAG	40 UN	11,00	440,00
112	DISCO DIAMANTADO DE CERÂMICA	IRWIN	06 UN	15,00	90,00
113	DISCO PARA MADEIRA SERRA MARMORE	JAPI	06 UN	18,00	18,00
114	DISCO PARA SERRA CIRCULAR	CORTAG	04 UN	45,00	180,00
115	DISCO POLICORTE	WORKER	10 UN	11,00	110,00
116	DOBRADIÇA	SILVANA	20 PAR	8,00	160,00
117	ELETRODO 2,50 MM X 350MM 01 KG	WORKER	40 KG	13,00	520,00
118	ELETRODO 3,25 MM X 350MM 01 KG	WORKER	40 KG	10,00	400,00
119	ELETRODO 4,00 MM X 350MM 01 KG	WORKER	40 KG	13,00	520,00
120	ENGATE BRANCO 40CM 1/2	ASTRA	20 UN	4,199	83,98
121	ENGATE BRANCO 60CM 1/2	ASTRA	20 UN	5,00	100,00
122	ENXADA LARGA C/ CABO	TRAMONTINA	10 UN	47,398	473,98
123	ENXADA LARGA S/ CABO	TRAMONTINA	10 UN	24,626	246,26
124	ESPATULA	MOMFORT	10 UN	6,11	61,10
125	FECHADURA SIMPLES	SOPRANO	20 UN	35,401	708,02
126	FERRO CA60 4,2MM 1,31 KG/BARRA 4,2X12	ROBRACOM	40 UN	7,732	309,28
127	FERRO FR SAE 1006/08 8,00MM 5/16X12	ROBRACOM	40 UN	26,389	1.055,56
128	FERRO FR SAE 1006/08 9,50MM 3/8X12	ROBRACOM	40 UN	39,954	1.598,16
129	FOLHA DE SERRINHA	STARRETT	30 UN	5,341	160,23
130	FURADEIRA 127V C/MALA E BROCAS 600W	BOSCH	04 UN	320,00	1.280,00
131	GALOCHA	CORTAG	05 UN	9,54	47,70
132	GRAMPO MIGUEL 2 PREG BR 15 PCS	RIBEIRO	04 CX	2,394	9,576
133	JOELHO 90 ESGOTO 100MM	PLASTILIT	10 UN	3,286	32,86
134	JOELHO 90 ESGOTO 50MM	PLASTILIT	20 UN	1,309	26,18
135	JOELHO 90 SOLD/MISTA 25MM X 1/2	PLASTILIT	40 UN	1,49	59,60
136	JOELHO 90 SOLDAVEL 25MM	PLASTILIT	40 UN	0,531	21,24
137	JOELHO 90 SOLDAVEL 50MM	PLASTILIT	15 UN	4,573	68,595
138	JOELHO 90° ESGOTO SEC. 40MM	PASTILIT	10 UN	0,83	8,30
139	LIXA D'AGUA 150	TIGRE	200 UN	246,00	1,23
140	LIXA D'AGUA 180	TIGRE	200 UN	1,23	246,00
141	LIXA D'AGUA 100	TIGRE	200 UN	1,23	246,00
142	LIXA FERRO 100	TIGRE	200 UN	2,388	477,60
143	LIXA FERRO 80	TIGRE	200 UN	2,405	481,00
144	LIXA MASSA 100	TIGRE	200 UN	0,734	146,80
145	LIXA MASSA 150	TIGRE	200 UN	0,734	146,80
146	LIXA MASSA 180	TIGRE	200 UN	0,734	146,80
147	LUVA 100 MM	PLASTILIT	10 UN	3,343	33,43
148	LUVA 60 MM	KRONA	40 UN	8,56	342,40
149	LUVA 85 MM	TIGRE	10 UN	19,50	195,00
150	LUVA SOLDAVEL 25MM	PLASTILIT	10 UN	0,662	6,62
151	LUVA SOLDAVEL 50MM	PLASTILIT	10 UN	2,43	24,30
152	MANGUEIRA PAD	TIGRE	4.000 MT	4,405	17.620,00
153	MANGUEIRA TOP FEX SILIC 1/2	VIQUA	200 MT	2,359	471,80
154	MARRETA 1 KG	PACETA	02 UN	30,00	60,00
155	MARRETA 2 KG	PACETA	02 UN	40,00	80,00
156	MARTELO UNHA 29MM CABO DE FIBRA	CORTAG	10 UN	30,11	301,10
157	MASSA ACRILICA 18 L/28KG	IQUINE	02 UN	150,00	300,00
158	MASSA CORRIDA PVA 18 L/27KG	MAXVINIL	10 UN	52,409	524,09
159	MASSA CORRIDA PVA 3,6L/5,8KG	MAXVINIL	05 UN	23,778	118,89
160	MIOLO DE FECHADURA	KALA	30 UN	14,886	446,58
161	PA DE BICO Nº 04 C/CABO RETO	CANAL	10 UN	35,25	352,50
162	PARAF SOBERB SEX 1/4 X 40	CISER	200 UN	0,329	65,80
163	PEDRA PARA ESMERIL	WORKER	02 UN	23,231	46,462
164	PIA SANITÁRIA (lavatório)	DECA	04 UN	50,00	200,00
165	PISO 41X41	ALMEIDA	200 MT	13,977	2.795,40
166	PISO PORCELANATO 61X61 GELO	CRISTOFOLE	200 MT	36,00	7.200,00
167	PORCA SEX 3/4 POLIDA	CISER	300 UN	0,935	280,50
168	PORCA SEX 7/8	CISER	300 UN	1,46	438,00
169	PORCA SEX POL 1	CISER	300 UN	1,838	551,40
170	PORCA SEX POL 1/2	CISER	300 UN	0,297	89,10
171	PORCA SEX POL 1/4	CISER	300 UN	0,068	20,40
172	PORCA SEX POL 3/8	CISER	300 UN	0,141	42,30
173	PORCA SEX POL 5/16	CISER	300 UN	0,095	28,50
174	PORCA SEX UNC POL 3/16	CISER	300 UN	0,051	15,30
175	PORCA SEX 7/16 POLIDA	CISER	300 UN	0,195	58,50
176	PORCA SEX POL 5/8	CISER	300 UN	0,602	180,60
177	PORTAL MADEIRA	MADEMATOS	10 UN	95,00	950,00
178	PREGO C/CABEÇA 12X12 POLIDO	GERDAL	20 KG	10,34	206,80
179	PREGO C/CABEÇA 15X15 POLIDO	GERDAL	20 KG	12,51	250,20
180	PREGO C/CABEÇA 17X21 POLIDO	GERDAL	40 KG	12,546	501,84
181	PREGO C/CABEÇA 18X24 POLIDO	GERDAL	40 KG	11,435	457,40
182	PREGO C/CABEÇA 19X36 POLIDO	GERDAL	40 KG	11,784	471,36
183	PREGO C/CABEÇA 20X36 POLIDO	GERDAL	40 KG	11,784	471,36

184	PREGO C/CABEÇA 22X42 POLIDO	GERDAL	60 KG	11,972	718,32
185	PREGO C/CABEÇA 22X48 POLIDO	GERDAL	60 KG	11,435	686,10
186	PREGO C/CABEÇA 24X60 POLIDO	GERDAL	150 KG	10,99	1.648,50
187	PREGO C/CABEÇA 25X72 POLIDO	GERDAL	150 KG	9,89	1.483,50
188	PRUMO FACE METALICA 700G	MORFORT	04 UN	22,19	88,76
189	REJUNTE GRAFITE 1 KG	QUARTZOLIT	100 KG	5,896	589,60
190	REJUNTE PARA PORCELANATO PCT KG	QUARTZOLIT	100 KG	13,034	1.303,40
191	REJUNTE PRETO 1 KG	QUARTZOLIT	100 KG	5,896	589,60
192	ROLO LÃ SINTÉTICO 23CM ANTIRRESPINGO	TIGRE	20 UN	9,894	197,88
193	SERRA CIRCULAR 1200W	BOSCH	01 UN	772,47017	772,47017
194	SERRA MARMORE 127V 1200W	BOSCH	01 UN	348,00	348,00
195	SERROTE	IRWIN	01 UN	77,977	77,977
196	SIFÃO	ASTRA	60 UN	7,67	460,20
197	SUPORTE PARA ROLO DE PINTURA	TIGRE	10 UN	6,199	61,99
198	TE 90 SOLDAVEL 25MM	PLASTILIT	20 UN	0,913	18,26
199	TE 90 SOLDAVEL 50 MM	PLASTILIT	10 UN	3,46	34,60
200	TELHA ONDULADA 0.50 X 4 X 2.44 9.4KG	IMFIBRA	50 UN	45,295	2.264,75
201	TELHA ONDULADA 1.10 X 6 X 3.66 51.6KG	IMFIBRA	50 UN	78,575	3.928,75
202	TELHA PORTUGUESA 1ª A	2 IRMAO	3.000 UN	1,299	3.897,00
203	THINNER 5 LT	ANJOS	20 UN	55,851	1.117,02
204	THINNER 900L	EUCATEX	10 UN	10,473	104,73
205	TIJOLO 8 FUROS	RIO VERDE	10.000 UN	0,515	5.150,00
206	TIJOLOS MACICOS BRANCO	RIO VERMELHO	1.000 UN	0,331	331,00
207	TINTA ACRÍLICA COR BRANCA 18L	MAXVINIL	15 UN	150,00	2.250,00
208	TINTA ACRÍLICA COR GELO 18L	MAXVINIL	30 UN	150,00	4.500,00
209	TINTA ACRÍLICA COR JEANS 18L	EUCATEX	30 UN	200,00	6.000,00
210	TINTA AUTOMOTIVA COR AMARELA 3,6 L	ANJOS	04 LATA	105,00	420,00
211	TINTA AUTOMOTIVA COR AZUL 3,6 L	ANJOS	04 LATA	105,00	420,00
212	TINTA AUTOMOTIVA COR BRANCA 3,6 L	ANJOS	08 LATA	100,00	800,00
213	TINTA AUTOMOTIVA COR DOURADO 3,6 L	ANJOS	04 LATA	100,00	400,00
214	TINTA AUTOMOTIVA COR LILÁS 3,6 L	ANJOS	04 LATA	100,00	400,00
215	TINTA AUTOMOTIVA COR PRATA 3,6 L	ANJOS	04 LATA	108,09	432,36
216	TINTA AUTOMOTIVA COR VERMELHA 3,6 L	ANJOS	04 LATA	108,09	432,36
217	TINTA ESMALTE BRILHANTE 3,600 COR AMARELA	MAXVINIL	02 UN	64,994	129,988
218	TINTA ESMALTE BRILHANTE 3,600 COR AZUL	MAXVINIL	10 UN	68,048	680,48
219	TINTA ESMALTE BRILHANTE 3,600 COR BRANCA	MAXVINIL	10 UN	74,31	743,10
220	TINTA ESMALTE BRILHANTE 3,600 COR PRATA	MAXVINIL	02 UN	74,31	148,62
221	TINTA ESMALTE BRILHANTE 3,600 COR PRETA	MAXVINIL	02 UN	68,481	136,962
222	TINTA ESMALTE BRILHANTE 3,600 COR VERMELHA	MAXVINIL	02 UN	70,00	140,00
223	TINTA SPRAY AZUL	EUCATEX	20 UN	13,278	265,56
224	TINTA SPRAY BRANCO BRILHANTE	TOOCOLOR	20 UN	14,014	280,28
225	TINTA SPRAY BRANCO FOSCO	TOOCOLOR	20 UN	14,014	280,28
226	TINTA SPRAY DOURADO	TOOCOLOR	20 UN	14,444	288,88
227	TINTA SPRAY PRATA	TOOCOLOR	20 UN	14,555	291,10
228	TINTA SPRAY PRETO BRILANTE	TOOCOLOR	20 UN	12,766	255,32
229	TINTA SPRAY PRETO FOSCO	TOOCOLOR	20 UN	14,014	280,28
230	TINTA SPRAY VERDE FLOR	TOOCOLOR	20 UN	12,959	259,18
231	TINTA SPRAY VERMELHO	TOOCOLOR	20 UN	14,014	280,28
232	TORNEIRA JARDIM BIC 1/2.3/4 PR 1128	HERC	50 UN	3,128	156,40
233	TORNEIRA PARA BEBEDOURO	HERC	10 UN	9,282	92,82
234	TORNEIRA PLAS 15CM 1/2 E 3/4 1158-2	HERC	50 UN	5,83	291,50
235	TRINCHA BASICA 1	TIGRE	10 UN	3,60	36,00
236	TRINCHA BASICA 1.1/2	TIGRE	10 UN	4,87	48,70
237	TRINCHA BASICA 1/2	TIGRE	10 UN	2,11	21,10
238	TRINCHA BASICA 2	TIGRE	10 UN	5,81	58,10
239	TRINCHA BASICA 2. 1/2	TIGRE	10 UN	7,70	77,00
240	TRINCHA BASICA 3	TIGRE	10 UN	11,00	110,00
241	TRINCHA BASICA 3/4	TIGRE	10 UN	2,69	26,90
242	TRINCHA BASICA 4	TIGRE	10 UN	18,61	186,10
243	TUBO ESGOTO PRIMARIO 50MM	PLASTILIT	10 BARRA	31,00	310,00
244	TUBO ESGOTO PRIMARIO 6M 100MM	PLASTILIT	10 BARRA	42,00	420,00
245	TUBO ESGOTO SEC. PB 6M 40MM	PLASTILIT	10 BARRA	18,09	180,90
246	TUBO SOLDAVEL 25MM	PLASTILIT	40 BARRA	12,00	480,00
247	TUBO SOLDAVEL 50MM	PLASTILIT	10 BARRA	48,00	480,00
248	VÁLVULA PARA DESCARGA	DOCOOL	06 UN	77,07	462,42
249	VÁLVULA PARA PIA	ASTRA	60 UN	3,123	187,38
250	VASO SANITÁRIO	DECA	04 UN	100,00	400,00
251	VEDA ROSCA 18 X 25	VIQUA	200 UN	3,90	780,00
252	VENEZIANA 1 X 1,20	AÇOFER	04 UN	235,00	940,00
253	VENEZIANA 1 X 1,5	AÇOFER	04 UN	293,26	1.173,04
254	VENEZIANA 40 X 60	MGM	04 UN	96,59	386,36
					233.337,32

6.2 DA READEQUAÇÃO DE VALORES

6.2.1. Os preços registrados se manterão inalterados, podendo ser revistos em decorrência de fato que eleve o custo dos produtos, devendo ser comprovado pelo Fornecedor, cabendo ao órgão Gestor promover as necessárias negociações junto ao Fornecedor a fim de promover o reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados.

6.2.2. Em caso de redução nos preços de mercado, a empresa fica obrigada a repassar ao Município o mesmo percentual de desconto.

6.2.3. O percentual aferido entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento do Pregão e os propostos pelo FORNECEDOR será mantido durante toda a vigência da Ata de Registro de Preço.

6.2.3.1 A Autoridade Competente terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para apreciação de pedido de revisão, contado da data do protocolo ou da data do recebimento via Correio.

6.2.3.2 A mera protocolização do pedido de revisão, acompanhada de documentos comprobatórios, não isenta o FORNECEDOR de dar continuidade às entregas nas condições anteriores até o resultado da apreciação.

6.2.3.3 Em caso de não-aceitação da justificativa apresentada, manter-se-á o último preço registrado.

CLAUSULA SETIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1 – O preço registrado poderá ser cancelado nos seguintes casos:

a) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes do Registro de Preços, especialmente no que diz respeito ao prazo de entrega;

b) Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado

c) Quando ficar constatado que o Fornecedor perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. E ainda:

I) Por iniciativa da Administração:

a) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da nota de empenho ou contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93;

b) se os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado e o Fornecedor não aceitar a redução.

II) Por iniciativa do Fornecedor, com o consentimento expresso do Órgão Gerenciador:

a) quando se tornar impossibilitado de cumprir os requisitos da Ata de Registro de Preços por conta de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado e mediante solicitação por escrito;

b) quando comprovada a ocorrência de qualquer das demais hipóteses contidas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

7.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

7.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de MATO GROSSO, considerando-se cancelado o preço registrado.

7.4 - A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração Municipal, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no instrumento convocatório.

7.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.

7.6 - Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, a Administração Municipal poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

7.7 No caso de cancelamento da Ata em relação a um Fornecedor ou cancelamento parcial de itens, serão convocados os participantes remanescentes conforme estipulado no item 18.5 do Edital.

7.8 O Registro de Preços poderá ainda ser cancelado em relação ao Fornecedor que der causa a cancelamento de eventual contrato decorrente do Registro de Preço, nas hipóteses previstas na Lei 8666/93.

CLAUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes do presente registro de preços correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma: (código reduzido)

031, 088, 074, 235, 059, **153, 317,** 371, 392 e 216

CLAUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1 – O pagamento será efetuado mensalmente em até 30 (trinta) dias da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, contendo a quantidade mensal consumida, devidamente atestada por funcionário designado pelo Órgão Gerenciador, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação, comprovadas através da apresentação de Certidões Negativas de Débitos para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicilio ou sede do Fornecedor e Certidões Negativas de Débitos com o INSS e FGTS.

9.2 O pagamento pelos produtos efetivamente entregues, poderá ser efetuado através de depósito em conta corrente de titularidade do Fornecedor em qualquer agência da rede bancária.

9.3 Nenhum pagamento será efetuado ao Fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação junto ao Município.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

10.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial das obrigações descritas no Edital e na presente Ata, a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total dos itens objeto do registro de preço.

10.2.1. O Fornecedor que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

10.3. A multa, eventualmente imposta ao Fornecedor, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso o Fornecedor não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, para cobrança judicial da multa.

10.4. As multas previstas nesta seção não eximem o Fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste.

10.5. Além das penalidades citadas, o Fornecedor ficará sujeito, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

10.6. As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao Fornecedor concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

10.7. A multa prevista no Item 11.3 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que o Fornecedor tiver a receber.

10.8. Das penalidades aplicadas ao Fornecedor caberá recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da ciência do ato, que será decidido pela Administração em igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização será efetuada nos termos do artigo 67, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, por funcionário indicado pela Administração.

11.2 - O Órgão Gerenciador se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues, se estiverem em desacordo com as especificações do Edital e da proposta, se for divergente a marca ou as características de qualidade do produto o tornarem inadequado para o uso.

11.3 - Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto desta ata, deverão ser prontamente atendidas pelo Fornecedor, sem ônus para a administração.

11.4 - As decisões e providências que ultrapassaram a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

11.5 - A existência da fiscalização de nenhum modo diminui ou exclui a responsabilidade do Fornecedor na prestação dos serviços a serem executados.

11.6 – O Órgão Gerenciador poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto do Fornecedor que venha causar embaraço à fiscalização ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado em Jornal Oficial, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de MATO GROSSO, para dirimir questões oriundas desta Ata, com renuncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Glória D´Oeste - MT, 10 de Junho de 2019.

_____

MUNIDÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE

ÓRGÃO GERENCIADOR

Paulo Remédio

_____

SCARPAZZA & SILVA LTDA

DETENTOR DA ATA

Laurindo Scarpazza

EDITAL Nº 01/2019/SEMEC/GLÓRIA D' OESTE-MT - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – MODALIDADE - CONTAGEM DE PONTOS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE GLÓRIA D' OESTE-MT, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento as normas previstas na Portaria nº 142/2018/MEC e Resolução nº 07/2018/MEC/FNDE, torna público este EDITAL, contendo os procedimentos para realização do Processo Seletivo Simplificado – Modalidade Contagem de Pontos com objetivo de selecionar **Assistente de Alfabetização** para atuar no **Programa Mais Alfabetização 2019**, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Glória D' Oeste, Estado de Mato Grosso.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado – Modalidade Contagem de Pontos destina-se ao preenchimento das vagas abertas e cadastro reserva de Assistentes de Alfabetização para atuação no Programa Mais Alfabetização no âmbito do Município de Glória D' Oeste – MT a serem distribuídas nas Unidades Escolares, urbanas e do campo, da Rede Pública Municipal de Ensino, conforme Anexo I deste Edital.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado – Modalidade Contagem de Pontos será realizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Glória D' Oeste -MT – SMECEL/VG/MT através de duas comissões:

1.2.1. Comissão Organizadora composta pelos profissionais da SME/ GLÓRIA/MT a seguir especificados:

a) Técnico – SME/ Glória d' oeste -mt

b) Coordenação do Programa Mais Alfabetização –

1.2.2. Comissão de Análise de Currículos composta pelos profissionais da Unidade Escolar a seguir especificados:

a) Diretor Escolar;

b) Coordenador Pedagógico;

c) Representante do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar – CCDE;

d) Representante dos Professores.

1.3. A Comissão de Análise de Currículos será responsável:

a) Análise de toda documentação apresentada pelo candidato;

b) Preenchimento da Ficha de Contagem de Pontos;

c) Divulgação do Resultado na Unidade Escolar.

1.4. A Comissão de Análise de Currículos deverá encaminhar à Comissão Organizadora o resultado do Processo Seletivo Simplificado para publicação oficial.

1.5. Os candidatos selecionados, convocados e designados prestarão serviço voluntário, nos termos da Lei n° 9.608, 18 de fevereiro de 1998, por período máximo de 8 (oito) meses letivos.

1.6. A convocação, inicio e o término das atividades do assistente de alfabetização estão condicionados ao recebimento do recurso, a ser repassada pelo FNDE.

2. DOS OBJETIVOS

2.1. O **Programa Mais Alfabetização** tem por objetivo fortalecer e apoiar as escolas no processo de alfabetização dos estudantes de todas as turmas do primeiro e segundo anos do ensino fundamental.

3. DAS DIRETRIZES

São diretrizes do **Programa Mais Alfabetização**:

I. fortalecer o processo de alfabetização dos anos iniciais do ensino fundamental, por meio do atendimento às turmas de 1º e 2º anos; **II.** promover a integração com a política educacional da rede de ensino; **III.** integrar as atividades ao projeto político-pedagógico da rede e das Unidades Escolares; **IV.** viabilizar atendimento diferenciado às Unidades Escolares vulneráveis; **V.** estipular metas do Programa entre o MEC, os entes federados e as Unidades Escolares participantes; **VI.** assegurar o monitoramento e a avaliação periódica da execução e dos resultados do Programa; **VII.** promover o acompanhamento sistemático, pelas redes de ensino e gestão escolar, da progressão da aprendizagem dos estudantes regularmente matriculados nos 1º e 2º anos iniciais do ensino fundamental; **VIII.** estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios; **IX.** fortalecer a gestão pedagógica e administrativa das redes estaduais, distrital e municipais de educação e de suas Unidades Escolares jurisdicionadas; **X.** avaliar o impacto do Programa na aprendizagem dos estudantes, com o objetivo de gerar evidências para seu aperfeiçoamento no processo ensino aprendizagem.

4. DOS REQUISITOS

Serão considerados os seguintes critérios para a seleção de **Assistente de Alfabetização**: **I.** O candidato deve ser brasileiro nato ou naturalizado; **II.** Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos no ato da inscrição; **III.** Estar em dia com as obrigações militares, para sexo masculino; **IV.** Estar quite com a Justiça Eleitoral; **V.** Capacidade de comunicação e diálogo; **VI.** Acolhimento e sensibilidade na realização das atividades com crianças.; **VII.** Disponibilidade de horário para participar de reuniões de formação, com pessoal técnico responsável pelo Programa; **VIII.** Capacidade de manter o controle sobre o trabalho pedagógico em desenvolvimento nas turmas; **IX.** Capacidade de intensificar ações voltadas ao apoio e fortalecimento do processo de alfabetização; **X.** Competências, saberes e habilidades para desempenhar a função de Assistente de Alfabetização. **5 .DO PERFIL 5.1-** Poderão participar do processo seletivo candidatos com o seguinte Perfil**:** Professores alfabetizadores das redes com disponibilidade de carga horaria; Professores das redes com disponibilidade de carga horária; Estudantes de graduação preferencialmente em pedagogia ou licenciatura; Profissionais com curso de magistério em nível médio; Estudantes de cursos técnicos dos institutos federais e/ou das universidades públicas e/ ou particulares; Pessoas com conhecimento comprovado na área de apoio à docência, preferencialmente em alfabetização.

6. DAS ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO

O **Assistente de Alfabetização** da turma deverá participar das formações que acontecerão no decorrer do Programa, e bem como apoiar o professor alfabetizador regente da turma no processo de alfabetização de leitura, escrita e matemática dos alunos matriculados nos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.

7- DA FREQUENCIA DO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO

7.1 -Para se manter ativo no Programa Mais Alfabetização, a frequência do Assistente de Alfabetização deve ser de 100% (cem por cento), salvo motivos justificáveis na forma da lei, que devem ser devidamente informados e comprovados;

7-2- As listas de frequência deverão ser assinadas diariamente, nominalmente pelo Assistente de Alfabetização, com controle do Diretor da Unidade de Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino.

7.3- Será considerada evasão a ausência não informada e nem justificada do Assistente de Alfabetização por um prazo superior a 03 (três) dias.

7.4- O Assistente de Alfabetização do programa Mais Alfabetização não deve ser substituto do professor regente.

7.5- Será desvinculado o Assistente de Alfabetização que durante a vigência do termo de trabalho voluntário não corresponder aos requisitos básicos do Programa Mais Alfabetização, bem como não apresentar perfil adequado.

8. DAS VAGAS

As vagas serão disponibilizadas de acordo com a quantidade de turmas ofertadas nos 1º e 2º ano do Ensino Fundamental de cada Unidade Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino.

9. DAS INSCRIÇÕES:

9.1- As inscrições serão efetuadas no dia **10 e 11 de Junho**- nas Unidade Escolar, urbana, da Rede Pública Municipal de Ensino, no horário das 8 às 11 horas e das 13 às 16 horas. **9.2-** Não será cobrada taxa de inscrição. **9.3** - Antes de efetivar a sua inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e seus anexos e, certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. **9.4**- Ao preencher a ficha de inscrição, constante do anexo IV deste Edital, o nome do candidato deverá ser preenchido sem abreviações, em conformidade com o documento oficial de identidade. **9.5**- As informações prestadas na Ficha de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão de Análise dos Currículos do direito de excluí-lo do processo seletivo simplificado se o preenchimento for feito com dados incompletos ou incorretos bem como, se constatado posteriormente serem inverídicas as informações. **9.6**- A idoneidade dos documentos apresentados é de inteira responsabilidade do candidato, respondendo o mesmo por qualquer irregularidade que, porventura, venha a ser constatada. **9.7** - Não será aceita a entrega condicional de documentos, bem como, após entrega da documentação, o encaminhamento de documentos complementares e/ou sua retirada. **9.8** -Não serão aceitos documentos após o ato da inscrição. **9.9**- Serão eliminados os candidatos que não apresentarem as documentações exigidas neste Edital. **9.10-** Será entregue ao candidato o comprovante de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, conforme modelo constante do Anexo V deste edital. **9.11-** A inscrição do candidato implicará o seu conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, das quais não poderá alegar desconhecimento.

10- DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ATO DA INSCRIÇÃO

No ato da inscrição o candidato deverá entregar os seguintes documentos, com apresentação de cópias acompanhados dos documentos originais: **a)** Cédula de Identidade – RG; **b)** Cadastro de Pessoa Física – CPF;

c) Diploma de graduação em Pedagogia ou Licenciatura, Normal, Ensino Médio Magistério ou outros ou declaração que comprove ser estudante universitário do Curso de Pedagogia/Licenciaturas);

d) Comprovante de experiência no Magistério;

e) Cursos de atualização pedagógica na área da Educação, considerando os últimos 03(três) anos.

11- DA SELEÇÃO

11.1. A seleção se dará pelo **Processo Seletivo Simplificado – Modalidade Contagem de Pontos**, realizada por meio da análise de Currículo cuja pontuação máxima será 10 (dez) pontos de acordo com o Anexo II deste Edital.

11.2. O candidato será eliminado caso não atenda as exigências deste Edital.

11.3. Nos casos de empate, terá preferência, para fim de classificação final, o candidato que tiver maior idade.

12- DO RESULTADO

12.1. O resultado preliminar será divulgado no dia **12/06/2019, impreterivelmente até às 13 horas** na sede de cada Unidade Escolar urbana, por ordem de classificação. . **12.9.** A Comissão de Análise de Currículos deverá encaminhar no dia ***13/06/2019,* às 13 horas**, o resultado final do Processo Seletivo Simplificado para a Comissão Organizadora. **12.10.** O resultado final será divulgado no dia-**13/06/2019, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso. E no site da prefeitura. De Glória d' oeste-MT. 12.11.** Oresultado final será afixado na sede daSecretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de GLÓRIA D' OESTE – e Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino. **12.12.** Todos os candidatos habilitados serão considerados aprovados constituindo assim o banco de Assistente de Alfabetização do Programa Mais Alfabetização do Município de GLÓRIA D' OESTE-MT.

13- DA LOTAÇÃO

13.1. A lotação obedecerá a ordem de classificação dos candidatos aptos no Processo Seletivo Simplificado e o atendimento dos critérios estabelecidos neste Edital. **13.2.** Os candidatos classificados, preenchidos os requisitos constantes deste Edital, assinarão o **Termo de Compromisso de Voluntariado** para prestação das atividades de Assistente de Alfabetização, pelo **prazo máximo de 06 (seis) meses letivos**, período este que poderá ser alterado de acordo com normas e diretrizes estabelecidas pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC – Ministério da Educação. **13.3.** Em caso de desistência será convocado para lotação, o candidato classificado segundo a ordem decrescente de pontos.

14- DO CRONOGRAMA

14.1. Publicação do Edital – **07/06/2019 14.2.** Inscrições – **10 e 11/06 /2019 14.3.** Análise de Currículos – **12/06/2019 14.7.** Entrega do Resultado Final a Comissão Organizadora - **13/06/2019 14.8.** Publicação do Resultado Final – **13/06/2019**

15- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

a. . Compete à Comissão Organizadora todos os esclarecimentos e informações deste Edital. **b.** . O trabalho do Assistente de Alfabetização é considerado de natureza voluntária (na forma da Lei nº 9.608/1998), sendo que os selecionados receberão uma bolsa mensal para ressarcimento de despesas pessoais (Alimentação e Transporte) por turma/mês, conforme estabelece a Resolução nº 7 de 22 de março de 2018. c. . O Assistente de Alfabetização poderá atuar em mais de uma turma, não excedendo a mais de **08 (oito) turmas nas Unidades Escolares Não Vulneráveis e 04 (quatro) turmas nas Unidades Escolares Vulneráveis.** d. O valor da Bolsa Mensal por turma, a ser recebido pelo Assistente de Alfabetização, a título de ressarcimento de despesas pessoais, segue descrito na tabela abaixo:

UNIDADES ESCOLARES	CARGA HORÁRIA (horas)	VALOR DA BOLSA MENSAL POR TURMA (R$ 1,00)
NÃO VULNERÁVEIS	05	150,00
VULNERÁVEIS	10	300,00

15.1. Os casos omissos ou especiais serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado.

Glória d' Oeste – MT, 07 de junho de 2019

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

QUADRO DE VAGAS

Nº ORD	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA	TURMAS	
		NÚMERO	CARGA HORÁRIA SEMANAL (HORAS)
01	CENTRO ED. ENSINO FUND. "APARECIDO RUBENS. REMEDIS." " 01 VAGA"	3	15
	SENDO DISTRIBUIDA 01 – MATUTINA E 02 VESPERTINA	-	-

ANEXO II

FICHA DE CONTAGEM DE PONTOS

FORMAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Diploma de Graduação em Pedagogia	3 pontos
Cursando Pedagogia/ ou Curso de licenciatura	2 pontos
Ensino Médio na modalidade Magistério	1 ponto
Experiência em docência por tempo de	2 pontos

atuação.	
Curso de atualização pedagógica na área da Educação	1 ponto no máximo (Meio ponto a cada 40 horas)
Estudantes de cursos técnicos dos institutos federais e/ou das universidades públicas e/ou particulares	1 ponto

ANEXO III

CURRÍCULO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO VOLUNTÁRIO DO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO

Eu, , RG , CPF declaro entregue o(s) documento(s) comprobatórios(s) abaixo assinalados:

DENOMINAÇÃO	PONTUAÇÃO
Diploma de Graduação em Pedagogia	
Cursando Pedagogia/ ou Curso de licenciatura	
Ensino Médio na modalidade Magistério	
Experiência em docência por tempo de atuação.	
Curso de atualização pedagógica na área da Educação	
Estudantes de cursos técnicos dos institutos federais e/ou das universidades públicas e/ou particulares	

O preenchimento da pontuação é de responsabilidade da Comissão de Análise de Currículo.

GLÓRIA D' OESTE, de de 2019

_____

Assinatura do Candidato:

_____

Assinatura da Comissão de Análise de Currículos:

ANEXO IV

FICHA DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

1. IDENTIFICAÇÃO:

NOME DO(A) CANDIDATO(A): FILIAÇÃO:

RG: SSP/ CPF: ENDEREÇO RESIDENCIAL: Nº BAIRRO OU DISTRITO: FONE: CELULAR:

E-MAIL

UNIDADE ESCOLAR_____

___

2. POSSUI DISPONIBILIDADE PARA ATUAR COMO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO?

( ) SIM.

( ) NÃO.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO V

Programa Mais Alfabetização

Processo Seletivo Simplificado – Modalidade Contagem de Pontos

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

(Via Escola)

Nome do(a) candidato(a):

Unidade Escolar:_____

Função: ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO

GLÓRIA D' OESTE, de de 2019

.

Assinatura da Comissão de Análise de Currículo Assinatura do(a) candidato(a)

Programa Mais ALFABETIZAÇÃO

Processo Seletivo Simplificado – Modalidade Contagem de Pontos

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

(Via do candidato)

Nome do(a)candidato(a)

Unidade Escolar:_____

Função: ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO

GLÓRIA D' OESTE, de de 2019

Assinatura da Comissão de Análise de Currículo Assinatura do(a) candida

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2019 - EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019

Aos vinte e nove dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE GLÓRIA D' OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida dos Imigrantes, 2000, Bairro Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF 367.464.955/0001-00, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO REMÉDIO, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado á Avenida dos Imigrantes nº 2083, Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT , portador da Cédula de Identidade nº. 428.609 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 361.992.571-20, neste ato denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019, nas cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva homologação, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DA EMPRESA **LORENA ELI FISCHER ME**, inscrita no CNPJ: 26.302.082/0001-12, estabelecia na Rua Otacílio José Santana, 1375, Bairro São José, na cidade de Pontes e Lacerda – MT, neste ato representado por seu proprietário pelo Senhor Leocidio José Fischer, portador do RG n.º 8997187 SSP/PR e CPF nº 191.575.179-91, residente e domiciliado na cidade de Pontes e Lacerda - MT, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis Federais nº 8.666/93, 10. 520/2002, Decreto Municipal N.º 810/2019 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de Pneus novos não recondicionados e de fabricação nacional, Câmaras, Protetores e Serviços de Vulcanização, Recapagem, Recauchutagem e Duplagem, conforme especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº 04/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2 .CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, para eventual aquisição em face da apresentação da proposta da empresa abaixo qualificada:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
40	SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM DE PNEU 17.5X25 – PÁ CARREGADEIRA CASE W20E	Serviço	DREBOR	6	1.599,00	1.599,00
41	SERVIÇO DE DUPLAGEM DE PNEU 12X16,5 DIANTEIRO – RETRO CASE 580N	Serviço	DREBOR	2	425,00	425,00
42	SERVIÇO DE DUPLAGEM DE PNEU 13.00.24 – MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120B	Serviço	DREBOR	6	870,00	870,00
43	SERVIÇO DE DUPLAGEM DE PNEU 13.00.24 – MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120B	Serviço	DREBOR	6	870,00	870,00
44	SERVIÇO DE DUPLAGEM DE PNEU 14.9-24 DIANTEIRO – TRATOR MASSEY FERGUSON 4292	Serviço	DREBOR	2	845,00	845,00
45	SERVIÇO DE DUPLAGEM DE PNEU 17.5X25 – PÁ CARREGADEIRA CASE W20E	Serviço	DREBOR	4	1.180,00	1.180,00
46	SERVIÇO DE DUPLAGEM DE PNEU 18.4-34 TRAZEIRO – TRATOR MASSEY FERGUSON 4292	Serviço	DREBOR	2	1.085,00	1.085,00
47	SERVIÇO DE DUPLAGEM DE PNEU 19,5X24 TRAZEIRO – RETRO CASE 580 N	Serviço	DREBOR	2	1.035,00	1.035,00
48	SERVIÇO DE RECAPAGEM DE PNEU 11.00 R22 - LISO	Serviço	DREBOR	10	580,00	580,00
50	SERVIÇO DE RECAPAGEM DE PNEU 275/80 R22,5 - MISTO	Serviço	DREBOR	14	510,00	510,00
51	SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12X16,5 DIANTEIRO – RETO CASE 580N	Serviço	DREBOR	4	588,00	588,00
55	SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM DE PNEU 14.9-24 DIANTEIRO – TRATOR MASSEY FERGUSON 4292	Serviço	DREBOR	2	1.040,00	1.040,00
56	SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM DE PNEU 17.5X25 – PÁ CARREGADEIRA CASE W20E	Serviço	DREBOR	6	1.600,00	1.600,00
57	SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18.4-30 TRAZEIRO – TRATOR MASSEY FERGUSON 283	Serviço	DREBOR	10	1.758,00	1.758,00
58	SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18.4-34 TRAZEIRO – TRATOR MASSEY FERGUSON 4292	Serviço	DREBOR	2	1.848,00	1.848,00
59	SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM DE PNEU 19,5X24 TRAZEIRO – RETRO CASE 580N	Serviço	DREBOR	2	1.600,00	1.600,00
40	SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM DE PNEU 17.5X25 – PÁ CARREGADEIRA CASE W20E	Serviço	DREBOR	6	1.599,00	6.396,00
41	SERVIÇO DE DUPLAGEM DE PNEU 12X16,5 DIANTEIRO – RETRO CASE 580N	Serviço	DREBOR	2	425,00	850,00
42	SERVIÇO DE DUPLAGEM DE PNEU 13.00.24 – MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120B	Serviço	DREBOR	6	870,00	5.220,00
43	SERVIÇO DE DUPLAGEM DE PNEU 13.00.24 – MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120B	Serviço	DREBOR	6	870,00	5.220,00
44	SERVIÇO DE DUPLAGEM DE PNEU 14.9-24 DIANTEIRO – TRATOR MASSEY FERGUSON 4292	Serviço	DREBOR	2	845,00	1.690,00
45	SERVIÇO DE DUPLAGEM DE PNEU 17.5X25 – PÁ CARREGADEIRA CASE W20E	Serviço	DREBOR	4	1.180,00	4.720,00
46	SERVIÇO DE DUPLAGEM DE PNEU 18.4-34 TRAZEIRO – TRATOR MASSEY FERGUSON 4292	Serviço	DREBOR	2	1.085,00	2.170,00
47	SERVIÇO DE DUPLAGEM DE PNEU 19,5X24 TRAZEIRO – RETRO CASE 580 N	Serviço	DREBOR	2	1.035,00	2.070,00
48	SERVIÇO DE RECAPAGEM DE PNEU 11.00 R22 - LISO	Serviço	DREBOR	10	580,00	5.800,00
50	SERVIÇO DE RECAPAGEM DE PNEU 275/80 R22,5 - MISTO	Serviço	DREBOR	14	510,00	7.140,00
51	SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12X16,5 DIANTEIRO – RETO CASE 580N	Serviço	DREBOR	4	588,00	2.352,00
55	SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM DE PNEU 14.9-24 DIANTEIRO – TRATOR MASSEY FERGUSON 4292	Serviço	DREBOR	2	1.040,00	2.080,00
56	SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM DE PNEU 17.5X25 – PÁ CARREGADEIRA CASE W20E	Serviço	DREBOR	6	1.600,00	9.600,00
57	SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18.4-30 TRAZEIRO – TRATOR MASSEY FERGUSON 283	Serviço	DREBOR	10	1.758,00	17.580,00
58	SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18.4-34 TRAZEIRO – TRATOR MASSEY FERGUSON 4292	Serviço	DREBOR	2	1.848,00	3.696,00
59	SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM DE PNEU 19,5X24 TRAZEIRO – RETRO CASE 580N	Serviço	DREBOR	2	1.600,00	3.200,00
TOTAL						79.784,00

3.CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência a partir da data de 29/05/2019 , por um período de 12 (doze) meses.

3.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Glória D' Oeste não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

3.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 04/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da emissão da nota fiscal e entrega dos itens.

4.2 - A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

4.3 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.4 - As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

4.5 - O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E DO PRAZO

5.1. Os itens registrados neste edital deverão ser fornecidos de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria das Secretarias Solicitantes.

5.2. Os itens deverão ser entregues no prazo máximo de 05 (cinco) dia após o repasse da requisição conforme solicitação da Secretaria competente.

5.3. A vigência da ata de registro de preços será a partir da data de assinatura da ata de registro de preços, por um período de 12 (doze) meses;

5.4. A Empresa vencedora terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura da Ata de Registro de Preços;

5.5. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição da Prefeitura Municipal de Glória D' Oeste;

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES

6.1 - Do Município:

6.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou fatura a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

6.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

6.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

6.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

6.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

6.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

6.2 - Da Detentora da Ata:

6.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

6.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

6.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

6.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

6.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

7.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

7.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2- Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3- Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4- O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

9. CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1- Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2- Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

9.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

9.3- O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.4- No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.5- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.6- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.7- Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.8- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

9.8.1- A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

9.9- A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10- Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11- Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12- Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1- a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2- a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3- a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5- os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6- por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3- A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4- Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

11.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ORÇAMENTO

12.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Glória D' Oeste. (código reduzido)

021, 031, 042, 044, 088, 092, 090, 111, 113, 099, 097, 101, 509, 245, 246, 102, 103, 474, 475, 059, 061, 178, 179, 183, 184, 165, 164, 169, 168, 371, 373, 372, 444, 439, 207, 216 e 240

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS COMUNICAÇÕES

14.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

15.1 A fiscalização da execução da referida ata de registro de preços será exercida por servidor(es) nomeado(s) através de Portaria.

15.1.1. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

15.2 A contratada obriga-se a realizar os serviços conforme especificação estabelecida no edital.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1- Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 04/2019 a proposta da empresa PNEUS VIA NOBRE LTDA vencedora no certame supranumerado.

16.2- Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal n.º 10.520/02 e outras legislações afins, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Glória D' Oeste – MT, 29 de Maio de 2019.

_____

MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE - MT

ÓRGÃO GERENCIADOR

Paulo Remédio

_____

LORENA ELI FISCHER ME

DETENTOR DA ATA

Leocidio José Fischer

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 142/2019

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURIDICA PARA MINISTRAR CURSOS** para atendimento à demanda da secretaria municipal de Assistência Social nas atividades operacionais realizadas no **CREAS** (centro de referência especializado de assistência social), **CRAS**

(centro de referência de assistência social) e do **SCFV** (serviço de convivência e fortalecimento de vínculos) na realização de oficina recreativa de karatê, no município de Guarantã do Norte/MT, visando atender as necessidades da Administração Municipal.

DATA DA ASSINATURA: 11/06/2019

CONTRATADA: **ADILSON ALESSIO GONÇALVES DE ARAUJO 01998428176**

VALOR: R$ 26.400,00

Guarantã do Norte, 11 de junho de 2019

Érico Stevan Gonçalves

Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 003/2019

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT através da Comissão Permanente de Licitação torna público para o conhecimento dos interessados, o Resultado do Julgamento da Habilitação da Tomada de Preços n° 003/2019, proferida na sessão pública de abertura realizada do dia 16/05/2019. As empresas **J M S CONSTRUTORA EIRELI ME, CONSTRUTORA MORIÁ EIRELI ME** foram **HABILITADAS**, a empresa **M FERNANDES DA SILVA & CIA LTDA EPP** foi **DESABILITADA**, A empresa **M FERNANDES DA SILVA & CIA LTDA EPP** foi **DESABILITADA.** A sessão para abertura das propostas será realizada no dia **14/06/2019 às 09h00** na sala de licitações, localizada na Rua das Oliveiras, n° 135, Bairro Jardim Vitória, neste município de Guarantã Norte/MT. Guarantã do Norte/MT, 10 de Junho de 2019. Gutenberg X. Alves dos Santos – **Presidente/Comissão Permanente de Licitação.**

RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 002/2019

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT através da Comissão Permanente de Licitação torna público para o conhecimento dos interessados, o Resultado do Julgamento da Habilitação da Tomada de Preços n° 002/2019, proferida na sessão pública de abertura realizada do dia 16/05/2019. As empresas **E-TAG CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA EPP, J M S CONSTRUTORA EIRELI ME, CONSTRUTORA MORIÁ EIRELI ME** foram **HABILITADAS**, A empresa **M FERNANDES DA SILVA & CIA LTDA EPP** foi **DESABILITADA.** A sessão para abertura das propostas será realizada no dia **14/06/2019 às 07h30** na sala de licitações, localizada na Rua das Oliveiras, n° 135, Bairro Jardim Vitória, neste município de Guarantã Norte/MT. Guarantã do Norte/MT, 10 de Junho de 2019. Gutenberg X. Alves dos Santos – **Presidente/Comissão Permanente de Licitação.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 038/2019

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Av. Santa Catarina n° 314, centro, Itanhangá-MT, através de sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio, torna público que encontra-se aberta na Modalidade **Pregão Presencial n° 038/2019**, tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, que tem por objeto o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens terrestres para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT".** Regem a presente licitação a lei Federal n° 10.520/02, subsidiariamente, a Lei n° 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **26 de junho de 2019, às 08:00hs (oito horas)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br.

Itanhangá-MT, 11 de junho de 2019.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro – Itiquira/MT,através de sua pregoeira, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2019**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA FABRICAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO (MANILHAS), A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS**, cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos disponíveis nos endereços: www.bllcompras.org.br e www.itiquira.mt.gov.br. A abertura da disputa de preços está marcada para o dia **02 DE JULHO DE 2019, ÀS 09h00 - Horário de Brasília (DF)**. **REALIZAÇÃO:** Por meio do site www.bllcompras.org.br. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br ou pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, 11 de junho de 2019.

Juliane Presotto

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através de sua pregoeira, torna público que realizará **ÀS 08h00 DO DIA 01 DE JULHO DE 2019**, na Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro – Itiquira – MT, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE MERENDA DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS,** conforme itens constantes no Termo de Referência, Anexo I do edital. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **08h00 DO DIA 01 DE JULHO DE 2019.** O credenciamento será feito no início da sessão. Os interessados poderão ler ou obter a integra do edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, sito PRAÇA FREI LIBERATO KETERRER, Nº 311, CENTRO, ITIQUIRA/MT, no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.itiquira.mt.gov.br.

Itiquira/MT, 11 de junho de 2019.

Juliane Presotto

Pregoeira

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 051, DE 10 DE JUNHO DE 2019

"Dispõe Sobre Convocação dos Candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 888 de 08 de abril de 2015, que dispõe a autorização ao Poder Executivo Municipal a proceder à CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 013/2017 de 08 de fevereiro de 2018 o qual possui candidatos aprovados e classificados;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover a contratação de pessoal por tempo determinado;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital Complementar nº 014, do procedimento supracitado;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocados os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2017, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Av. Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, em Itiquira, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

QTD	CANDIDATO	CARGO	LOCAL	CLASSIFICAÇÃO
01	TAIANE MORAES DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	19 CANDIDATO CLASSIFICADO

Art. 3º - Os candidatos deverão apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria, que comprove o que segue abaixo:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa de ações cíveis e criminais, fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio, e caso positiva, esta deverá estar acompanhada de certidão de objeto e pé dos processos nela constantes;

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 –Conta Corrente Banco do Brasil.

22- CPF dos dependentes maiores de 14 anos

23- CPF do cônjuge, se for o caso

24- CPF do Pai e da Mãe

25- Cópia da página da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

26- Declaração de não participação de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada e de não exercício de comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, em 10 de junho de 2019.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através de sua pregoeira, torna público que realizará **ÀS 08h00 DO DIA 27 DE JUNHO DE 2019**, na Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro– Itiquira – MT, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019**, do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS,** conforme itens constantes no Termo de Referência, Anexo I do edital. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **08h00 DO DIA 27 DE JUNHO DE 2019.** O credenciamento será feito no início da sessão. Os interessados poderão ler ou obter a integra do edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, sito PRAÇA FREI LIBERATO KETERRER, Nº 311, CENTRO– ITIQUIRA – MT, no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.itiquira.mt.gov.br.

Itiquira/MT, 11 de junho de 2019.

Juliane Presotto

Pregoeira

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 052 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

"Dispõe Sobre Convocação dos Candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2018 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 888 de 08 de abril de 2015, que dispõe a autorização ao Poder Executivo Municipal a proceder à CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 030/2018 de 18 de maio de 2018 o qual possui candidatos aprovados e classificados;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover a contratação de pessoal por tempo determinado;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital Complementar nº 014, do procedimento supracitado;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocados os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2018, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Av. Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, em Itiquira, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

QTD	CANDIDATO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
01	SEILI JANE LEMES DE FREITAS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM-ITIQUIRA	10 COLOCADO CLASSIFICADO
02	MÁRCIA LUNELLI	TÉCNICO EM ENFERMAGEM-ITIQUIRA	11 COLOCADO CLASSIFICADO
03	WILLIAM LUIZ DE OLIVEIRA	ODONTÓLOGO- ITIQUIRA	2º COLOCADO CLASSIFICADO

Art. 3º - Os candidatos deverão se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria;

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (internet) da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 –Conta Corrente Banco do Brasil.

22- CPF dos dependentes maiores de 14 anos

22- CPF do cônjuge, se for o caso

23- CPF do Pai e da Mãe

23- Cópia da página da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, em 11 de junho de 2019.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 012/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI - ME; OBJETO "Contratação de empresa especializada para executar obra de revitalização de área de múltiplo uso no bairro Cohab São Lourenço no município de Jaciara-MT",** PRAZO: 4 (quatro) mesesno menor valor global de **R$ 262.906,45 (Duzentos e sessenta e dois mil, novecentos e seis reais e quarenta e cinco centavos); ASSINATURA: 13/05/2019.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 012/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI - ME; OBJETO "Contratação de empresa especializada para executar obra de revitalização de área de múltiplo uso no bairro Cohab São Lourenço no município de Jaciara-**

MT", PRAZO: 4 (quatro) mesesno menor valor global de **R$ 262.906,45 (Duzentos e sessenta e dois mil, novecentos e seis reais e quarenta e cinco centavos); ASSINATURA: 13/05/2019.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

FUNCIONÁRIOS EM FERIAS E LICENÇA PREMIO

Servidor: Olivia Maria de Souza / Licença Premio-Período Aquisitivo 2008/2013 / Usufruindo 30 (trinta) dias na data de 17/06/2019 a 16/07/2019

Servidor: Maria das Graças dos Anjos / Licença Premio-Período Aquisitivo 2013/2018 / Usufruindo 30 (trinta) dias na data de 15/07/2019 a 13/08/2019

Servidor: Evandro Carlos Bihain / Férias-Período Aquisitivo 2018/2019 / Usufruindo 30 (trinta) dias na data de 01/07/2019 a 30/07/2019

Servidor: Geraldo Anacleto Pinheiro / Férias-Período Aquisitivo 2016/2017 / Usufruindo 30 (trinta) dias na data de 27/05/2019 a 25/06/2019

Servidor: Hamanda Mendonça Ribeiro / Férias-Período Aquisitivo 2018/2019 / Usufruindo 30 (trinta) dias na data de 17/06/2019 a 16/07/2019

Servidor: Camila Caroline Cabral Costa / Férias-Período Aquisitivo 2017/2018 / Usufruindo 30 (trinta) dias na data de 17/06/2019 a 16/07/2019

Servidor: Ilse Perin Morandini / Férias-Período Aquisitivo 2018/2019 / Usufruindo 30 (trinta) dias na data de 01/07/2019 a 30/07/2019

Servidor: Lorrainy Leonel Camargo / Férias-Período Aquisitivo 2017/2018 / Usufruindo 30 (trinta) dias na data de 01/06/2019 a 30/06/2019

Servidor: Marisa Pereira Lima / Férias-Período Aquisitivo 2018/2018 / Usufruindo 30 (trinta) dias na data de 01/06/2019 a 30/06/2019

Servidor: Cristiane Castro Cunha / Férias-Período Aquisitivo 2018/2019 / Usufruindo 30 (trinta) dias na data de 27/05/2019 a 25/06/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA
AVISO DE RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2019.

AVISO DE RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2019.

A Câmara Municipal de Juara, através da Comissão Permanente de Licitação, informa que o Presidente deste Poder Legislativo **Ratifica** a Dispensa nº 002/2019 para Contratação da Empresa **R ALECIO SACHETTI & CIA LTDA EPP**, inscrita no CNPJ 09.233.246/0001-88 estabelecidana-Avenida Rio Arinos, 767 S - Centro - Juara/MT - Cep 78.575-000. **Objeto:** Contratação de Empresa para prestação de serviço de Conexão à Internet Via Fibra Óptica de 50 Megas, não dedicado, com velocidade média para download de 50 Megas e com velocidade média para upload de 30 Megas, e com fornecimento de material para Instalação em regime de comodato, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Juara, com valor global estimado é de R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais). Sendo divididos em 12 parcelas no valor de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais.

Maiores informações pelo telefone (66) 3556-1260.

Juara-MT, 11 de Junho de 2019.

Fabiane Pereira da Silva Mota

Presidente Comissão de Licitação

Poder Legislativo – Juara-MT

PREV-JUARA
PORTARIAS PREV-JUARA

PORTARIA N.º 058/PREV-JUARA/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora **Sra.Ana Maria Giroto.**"

A Secretária Municipal de Administração do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando odisposto no Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c o Art. 40 § 5º, da Constituição Federal e art. 81, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 1.656 de 20/04/2005, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Juara/MT, Lei Complementar n. 068 de 30/12/2009 que dispõe sobre a carreira dos profissionais da Educação Básica e o ultimo reajuste concedido pela Municipal n. 2.748 de 22/03/2019 que dispõe sobre o Piso Salarial Base dos Ocupantes de Cargo de Magistério Público Municipal de Educação Básicao do Município de Juara/MT;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a **Sra. Ana Maria Giroto,** brasileira, divorciada, portadora do RG n.º 17526685-2 SSP/SP e do CPF n.º 067.833.978-31, residente e domiciliada neste Município, servidora Efetiva, no cargo de Professor, Classe "C", Nível "05", com carga horária de 30 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação–Setor Educação Infantil/FUNDEB/Creche, devidamente matriculada sob o n° 1465, contando com 25 anos e 27 dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais,** conforme processo administrativo do PREV-JUARA nº. **2019.04.00006P**, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos a data de**03 de junho de 2019**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Juara/MT, 07 de junho de 2019.

MÁRCIA REGINA FERNANDES DE ARAUJO Secretária Municipal de Administração

Homologo:

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 059/PREV-JUARA/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Pensão por Morte*** *em favor da* ***Srª. Luciana Alves de Lima*** *e seus filhos* ***Sara Alves de Lima Miguel*** *e* ***Samuel Alves de Lima Miguel*** *em decorrência do falecimento do servidor* ***Sr. Alexandre de Souza Miguel.***

ASecretária de Administração do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos pressupostos contidos no art. 40, § 7º, inciso I da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional n° 41/2003 c/c Art. 7, inciso I; art. 28, II e §1º e art. 29, I, da Lei n.º 1.656 de 20/04/2005, que reestrutura o regime próprio de Previdência Social do município de Juara/MT; e Lei 069 de 04/02/2010 e anexo I da Lei Municipal nº 2.650 de 22/04/2019, que dispõe da recomposição de remuneração do quadro geral dos servidores da Prefeitura Municipal de Juara.

Resolve:

Art. 1º. DEFERIR o pedido de **Pensão Por Morte**, em decorrência do falecimento do **Sr. Alexandre de Souza Miguel**, brasileiro, casado, brasileiro, portador do RG n.º 1417289-5 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.° 925.311.801-68, efetivo no cargo de Agente de Serviços Urbanos, classe B, nivel 3, com carga horária semanais de 30 horas, devidamente matriculado sob nº. 5530, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos do Município de Juara, o equivalente a 100% (cem por cento) da cota rateado em partes iguais de 33,33 % (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) em favor do cônjuge **Srª Luciana Alves de Lima,** brasileira, viúva, porta-

dora do RG nº. 1456925-6 SSP/MT e CPF sob n. 957.017.881-72; e 33,33 % (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) para cada um dos filhos sendo eles: **Sara Alves de Lima Miguel e Samuel Alves de Lima Miguel** conforme processo administrativo do **PREV-JUARA** sob **n.º 2019.07.00040P**, a partir de 25/05/2019**,** data de falecimento do segurado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **25 de maio de 2019**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Juara-MT, 07 de junho de 2019.

MÁRCIA REGINA FERNANDES DE ARAÚJO SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Homologo:

CARLOS AMADEU SIRENA

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 040/2019 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR LOTE

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 040/2019, cuja abertura ocorreu as 09h00 - Local, do dia 06/06/2019, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Obra Especializada de Manutenção Mecânica de Retifica de Motores, Bicos, Bombas Injetoras e Hidráulicas com Possíveis Aquisições e Trocas de Pecas,** para atender às necessidades das Diversas Secretarias Municipais, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos**,** sagrou-se **vencedora** a empresa **RETIFICADORA JUARA EIRELI**, inscrita com o CNPJ sob o n. 70.490. 982/0001-22, vencedora para o Lote 05 com Valor de Desconto de 7,5 % para Peças e 9,5 % os Serviços - **SERGIO JUCOSKI - ME**, inscrita com o CNPJ sob o n. 00.197.560.0001.88, vencedora para o Lote 01 e 03 com Valor de Desconto de 7 % para Peças e 8 % os Serviços. - **BERNARDI & BISPO BERNARDI LTDA – ME**, inscrita com o CNPJ sob o nº 19.548. 423/0001-79, vencedora para o Lote 02, 04 e 06 com Valor de Desconto de 8 % para Peças e 10 % os Serviços.

Juara –MT, 11 de junho de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO LEI MUNICIPAL Nº 2.757/2019

Lei Municipal n° 2.757, de 10 de junho de 2019.

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal de excepcional interesse público, objetivando o funcionamento da máquina administrativa e o atendimento de serviço essencial.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, amparado pelos artigos 268, 269 e 270 da Lei Complementar nº 028, de 26 de dezembro de 2007, que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Juara, autorizando a realizar Processo Seletivo Simplificado e a criar vaga para contratação de pessoal em caráter temporário de excepcional interesse público, objetivando o funcionamento da máquina administrativa e o atendimento de serviço essencial do município, pelo período de até 02 (dois) anos, possibilitada a prorrogação por até igual período.

§ 1º As contratações a que se refere este artigo abrangem os cargos e as vagas constantes do Anexo I desta Lei.

§ 2º As contratações autorizadas por esta Lei objetivam a não interrupção do serviço público municipal prestado pela Secretaria Municipal de Saúde, em razão do crescimento da demanda de atendimento nos serviços essenciais da Administração Pública, até a realização de concurso público.

§ 3º Os direitos e deveres da Administração e dos contratados constarão do respectivo termo de contratação.

§ 4º Os critérios de avaliação, os requisitos de seleção para cada cargo e o meio de divulgação constarão no Edital do respectivo Processo Seletivo Simplificado.

§ 5º Os vencimentos, a jornada semanal de trabalho e o número de vagas obedecerão ao disposto no Anexo I desta Lei.

§ 6º Havendo a necessidade imprescindível de cumprimento de jornadas excepcionais pelos profissionais contratados em caráter temporário/excepcional pela Secretaria Municipal de Saúde, devidamente justificados e comprovados pelo Secretário da pasta, será devido o pagamento proporcional dos dias ou horas trabalhados, calculados sobre o vencimento inicial de carreira.

§ 7º É vedada a contratação de candidatos que mantenham vínculo com quaisquer entes públicos, exceto nos casos permitidos pela Constituição Federal e, nestes casos, desde que a soma das jornadas de trabalho não ultrapassem 60 (sessenta) horas semanais.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal realizará Processo Seletivo Público Simplificado para preenchimento de vaga constante do Anexo I desta Lei.

I – A convocação dos candidatos inscritos obedecerá à ordem classificatória dos aprovados.

II – O Processo Seletivo Simplificado de que trata o *caput* deste artigo terá validade por 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º Fica autorizada a contratação de instituição pública, particular ou profissional com experiência comprovada para a elaboração e aplicação do Processo Seletivo Simplificado, caso não haja possibilidade de elaboração e aplicação pela Secretaria Municipal competente.

Art. 4º As contratações autorizadas por esta Lei não constituirão vínculo empregatício, em hipótese alguma, em função do disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 5º O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

Art. 6º O Regime Jurídico dos contratos temporários desta Lei é o Estatutário, adotando-se ainda para todos os efeitos o Regime Geral de Previdência Social conforme normas previstas na Constituição Federal, conforme §13 do Art. 40 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Não se aplica a estabilidade a qualquer contrato oriundo da autorização concedida por esta Lei.

Art. 7º As contratações estabelecidas por esta Lei terão sua despesa suportada por dotação própria e serão cobertas com os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual do Município de Juara/MT, nos termos legais, suplementadas se necessário.

Art. 8º Fica impedida a inscrição e a convocação de candidato que, em contrato temporário anterior, não tiver atendido às necessidades da função (segundo quaisquer registros anteriores), bem como fica vedada a inscri-

ção e convocação dos candidatos que, em contratação anterior, agiram de forma inadequada (segundo quaisquer registros anteriores).

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, em 10 de junho de 2019.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

ANEXO I

Item	Cargo	Jornada de trabalho	Vagas	Vencimento inicial em R$
01	Especialista em Saúde / Farmacêutico	40 horas semanais	01	3.803,02

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 040/2019 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR LOTE

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 040/2019, cuja abertura ocorreu as 09h00 - Local, do dia 06/06/2019, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Obra Especializada de Manutenção Mecânica de Retifica de Motores, Bicos, Bombas Injetoras e Hidráulicas com Possíveis Aquisições e Trocas de Pecas,** para atender às necessidades das Diversas Secretarias Municipais, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos**,** sagrou-se **vencedora** a empresa **RETIFICADORA JUARA EIRELI**, inscrita com o CNPJ sob o n. 70.490. 982/0001-22, vencedora para o Lote 05 com Valor de Desconto de 7,5 % para Peças e 9,5 % os Serviços - **SERGIO JUCOSKI - ME**, inscrita com o CNPJ sob o n. 00.197.560.0001.88, vencedora para o Lote 01 e 03 com Valor de Desconto de 7 % para Peças e 8 % os Serviços. - **BERNARDI & BISPO BERNARDI LTDA – ME**, inscrita com o CNPJ sob o nº 19.548. 423/0001-79, vencedora para o Lote 02, 04 e 06 com Valor de Desconto de 8 % para Peças e 10 % os Serviços.

Juara –MT, 11 de junho de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DÉCIMO NONO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 - JURUENA/MT

A Prefeita do Município de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, as legislações Estadual e Municipal em vigor e considerando a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo simplificado nº. 001/2018 TORNA **PÚBLICA A CONVOCAÇÃO** (DÉCIMA NONA CHAMADA) dos Candidatos Habilitados, relacionado no anexo II deste Edital.

Os convocados deverão comparecer, conforme data de apresentação estipuladas no Anexo II do presente Edital, de segunda a sexta-feira das 07h00min às 13h00min no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura Municipal de Juruena, Avenida 04 de Julho, nº. 360 – Centro, para apresentação e entrega dos documentos constantes no anexo I deste edital tendo o prazo de 05 (cinco) dias para o comparecimento.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT 11 de Junho de 2019.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena/MT

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PELOS CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS – **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018**, OS CANDIDATOS DEVERÃO APRESENTAR FOTOCOPIA, JUNTAMENTE COM O DOCUMENTO ORIGINAL:

Cópia simples da carteira de identidade.

Cópia simples do CPF.

Cópia simples do PIS/PASEP.

Cópia simples da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

Cópia simples do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral.

Cópia simples da certidão de casamento ou nascimento.

Cópia simples da certidão de nascimento do(s) filho(s).

Cópia simples do cartão de vacina para filho(s) menor de 07 anos ou cópia simples da declaração escolar do(s) filho(s) maior de 07 anos.

Cópia do comprovante de escolaridade atualizado.

Cópia simples do certificado de reservista para candidatos do sexo masculino.

Cópia simples do comprovante de residência atualizado.

Cópia simples da certidão negativa cível e criminal expedida pela Comarca onde reside.

Cópia simples do comprovante de inscrição de Registro no Conselho de Classe para os cargos em que for requisito do cargo e cópia simples do comprovante de regularidade com o Conselho de Classe para os cargos em que for requisito do cargo.

Exame Admissional.

ANEXO II

CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS/GARI		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	DATA DE APRESENTAÇÃO
4º	Silvano Andrade Vasconcelos	12/06/2019
5º	Edson Antonio de Souza	12/06/2019

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS- TRATOR ESTEIRA		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	DATA DE APRESENTAÇÃO
2º	Carlos Evair Camargo	12/06/2019

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

LEI Nº 1.182/2019, DE 10 DE JUNHO DE 2019

"FIXA VERBA INDENIZATORIA AOS MOTORISTAS DE AMBULANCIAS LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E HOSPITAL, DO MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira – MT, Estado de Mato Grosso, faz saber, que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1o. Fica instituída verba de natureza indenizatória, para auxilio alimentação e despesas pessoais, aos motoristas de ambulâncias da Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Municipal, que constantemente realizam viagens dentro do Estado de Mato Grosso:

Demonstrativo dos valores brutos por serviços complementar	
Descrição	Valor
Motorista ambulância (mensal)	R$ 300,00

Parágrafo Único – O valor hora instituído será corrigido anualmente, tendo como base para correção no mesmo índice do RGA. (Revisão Geral Anual) dos Servidores Municipais.

Art. 2º - O pagamento se dará aos profissionais que se enquadrarem no Art. 1º da presente Lei e será efetuado mensalmente na forma de indenizações e restituições.

Art. 3º - A verba indenizatória prevista nesta Lei não cobrirá gastos de terceiros, bem como não incorporará definitivamente na remuneração do agente público por ela beneficiado, não deverá ser computado na concessão de férias e décimo terceiro salário.

Parágrafo Único – Farão jus ao recebimento da verba indenizatória os profissionais que realizarem viagens, conforme escala elaborada pelo secretario Municipal de Saúde.

Art. 4º - O quantum indenizatório ora estipulado aos motoristas da Secretaria de Saúde será pago mensalmente, até o dia 10(dez) de cada mês, independentemente de solicitação do seu recebedor.

Art. 5º. Aprestação de contas do benefício estatuído nesta Lei se dará com apresentação de relatório, justificando as despesas, ate o ultimo dia útil de cada mês.

Parágrafo Único – A não apresentação do relatório supra citado implicará na suspensão do pagamento do beneficio naquele mês.

Art. **6º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juscimeira-MT, aos 10 de Junho de 2019

MOISÉS DOS SANTOS

- Prefeito Municipal -

PORTARIA Nº 111 /2019, 30 DE MAIO DE 2019.

"Dispõe sobre alteração de Referência Salarial por **Classe** da Servidora Efetiva da Prefeitura Municipal de Juscimeira, Lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar as Referência Salarial por Classe da Servidora Efetiva da Prefeitura Municipal de Juscimeira,Lotada na Secretaria de Educação, Esportes, Lazer e Cultura, conforme Lei 860/2012, Plano de Cargo, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação do Município de Juscimeira.

MMatrícula	AAdmissão	Nome	CCód. Atual
22394	111/05/2016	Marinez Bezerra da Silva	BB-02

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 30 de Maio de 2019.

BRUNNA MARTINS DOS SANTOS

Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Ivonilton Alves De Sousa - ME.

OBJETO: "Registro de Preços Para Futura e Eventual Contratação De Empresa Para Prestação De Serviços Em Manutenção Preventiva e Corretiva, Bem Como Melhoria e Eficientização Do Sistema De Iluminação Pública Do Município De Juscimeira/MT"

PRAZO: 12 Meses

VALOR: R$ 488.750,00 (Quatrocentos Oitenta Oito Mil, Setecentos Cinquenta Reais)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Ivonilton Alves De Sousa - ME – CNPJ: 29.632.922/0001-01

LEI Nº 1.183/2019, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

"Dispõe sobre autorização para transpor e remanejar recursos e dá outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito do Município de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam os Poderes Legislativo e Executivo Municipal, autorizados a abrirem Créditos Adicionais Suplementares, através de Decreto, até o Limite de 10% (dez por cento), da Despesa Orçada para o corrente Exercício.

Artigo 2º - Servirá como recurso para dar cobertura ao Crédito Aberto pelo Artigo Anterior, os recursos definidos pelo Artigo 43, inciso I, II ou III, da Lei Federal 4.320/64, podendo efetuar transposição, remanejamento e transferência de recursos, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite definido no artigo 1º da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juscimeira - MT, 10 de Junho de 2019.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 110 /2019, 30 DE MAIO DE 2019.

"Dispõe sobre alteração de Referência Salarial por **Classe** da Servidora Efetiva da Prefeitura Municipal de Juscimeira, Lotada na Secretaria de Administração e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar a Referência Salarial por Classe da Servidora Efetiva da Prefeitura Municipal de Juscimeira,Lotada na Secretaria de Administração, conforme Lei 1031/2016, Plano de Cargo, Carreira e Salários dos Profissionais da Administração do Município de Juscimeira.

MMatrícula	AAdmissão	Nome	CCód. Atual
11598	008/09/2008	Elianete Domingos da Silva Souza	CC-11

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 30 de Maio de 2019.

ANTÔNIO CARLOS DA SILVA JUNIOR

Secretario de Administração

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 108 /2019, 30 DE MAIO DE 2019.

"Dispõe sobre alteração de Referência Salarial por Nivel da Servidora Efetiva da Prefeitura Municipal de Juscimeira e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar a Referência Salarial por Nivel da Servidora Efetiva da Prefeitura Municipal de Juscimeira, conforme Lei 1031/2016, Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos da Administração Pública do Municipio de Juscimeira.

Matrícula	Admissão	Nome	Cód. Atual
1692	15/01/2009	Inguida Giani Ribeiro da Costa	A-11

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 30 de Maio de 2019.

SILVANI GOMES DA SILVA SANTOS

Secretaria de Desenvolvimento Social

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGAO PRESENCIAL Nº 017/2019

A pregoeira oficial regida pela portaria 002/2019 em uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação "PREGAO PRESENCIAL" nº 017/2019 cujo certame se deu as 09:00h do dia de maio de 2019 tendo como objeto **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA DO MUNICIPIO DE LAMBARI D´OESTE ,COMPREENDENDO A PLANTA GENERICA DE VALORES DO MUNICIPIO, BEM COMO DO CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL.",** conforme anexo do edital, sagrou se vencedora **ALTERNATIVA ASSESSORIA CONTABIL ,ADMINISTRATIVAS E TRIBUTARIA LTDA -ME , CNPJ**: 10.676.722/0001-14 , localizada na Rua Pernambuco , Nº 736, térreo , Centro ,CEP: 78.285-000 São Jose Dos Quatro Marcos –MT, preço final de R$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais).

Lambari D'Oeste - MT, 12 de junho de 2019.

Rivonete Coelho Da Silva

Pregoeira

DECISAO ADMINISTRATIVA RECURSO

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 035/2019

PREGÃO PRESENCIAL N°. 018/2019 - REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ROUPARIA HOSPITALAR, CAMISETAS DE PROGRAMAS/CONFERÊNCIAS SOCIAIS E UNIFORMES PARA OS SERVIDORES E ALUNOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Examinado os documentos acostados, verifica-se a plausibilidade dos argumentos apontados pelo Recorrente, uma vez que a Recorrida não cumpriu os requisitos do edital, deixando de apresentar Balanço Patrimonial de 2018 ou a declaração simplificada de imposto de renda de 2018.

Nessa fase do procedimento licitatório, o afastamento dos requisitos estabelecidos no edital privilegiaria a Recorrida em detrimento dos demais interessados no certame, ferindo os princípios da isonomia dos concorrentes e da vinculação ao instrumento convocatório.

O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumprir as exigências estabelecidas no ato convocatório, senão, veja-se:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - PRINCÍPIOS DA ISONOMIA DOS CONCORRENTES E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - RECURSO PROVIDO.1. Nessa fase do procedimento licitatório, o afastamento dos requisitos estabelecidos no edital privilegia a agravada em detrimento dos demais interessados no certame, ferindo os princípios da isonomia dos concorrentes e da vinculação ao instrumento convocatório.2. O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório." (AI 55904/2016, DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 06/08/2018, Publicado no DJE 09/08/2018) (gn).

Deste modo, deve ser julgada procedente a irresignação para o fim declarar inabilitada a licitante.

Lambari D'Oeste-MT, 11 de junho de 2019.

Rivonete Coelho Da Silva

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
REAVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através da sua Pregoeira Oficial, torna público, para conhecimento dos interessados, que do julgamento do certame Licitatório sob Modalidade Pregão Presencial nº 010/2019 cujo objeto é o **"Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais a serem utilizados na construção de alambrados no Parque Buritis e Academia de Saúde Intermediária de interesse das Secretarias Municipais de Saúde e Meio Ambiente do Município de Marcelândia/MT",** deliberou-se por julgar **DESERTO** o presente certame tendo em vista a ausência de participantes. Nesta oportunidade deliberou pela repetição do procedimento licitatório nos mesmos termos do publicado anteriormente, ficando o mesmo com data de abertura prevista para o dia **25/06/2019** as 08:00 horas (Horário de Mato Grosso) no mesmo endereço. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT, Sito a Rua Dos Três Poderes, Nº 777, Centro e no site www.marcelandia.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Marcelândia/MT, 11 de junho de 2019

RAPHAELLA ESPINDOLA BENICIO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº. 018/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 01 de julho 2019 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNDO ENCANTADO DA CRIANÇA CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO.Maiores Informações através do Edital nº. 073/2019, que está disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Mu-

nicipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 11 de junho de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇO Nº 09/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizara a abertura do envelope de proposta dia 14/06/2019 as 08:00 referente a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA **PARA** A OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E ILUMINAÇÃO PÚBLICA ACESSO AO COMPLEXO TURISTICO DOS LAGOS, TRECHO AV. HERMINIO OMETTO, BAIRRO JARDIM DAS FLORES (ZH2-002) E CIDADE ALTA (ZH2-004), CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 850615/2017 CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DO TURISMO E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. Mantemos a HABILITAÇÃO da empresa ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP e a DESABILITAÇÃO da empresa ELETRO TARTARI LTDA. Matupá – MT, 11 de junho de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº. 019/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 01 de julho de 2019 às 10h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO PADRÃO INCRA/ALIMENTADORAS NO PROJETO DE ASSENTAMENTO PADOVANI NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT CONFORME CONVÊNIO 855968/2017 CELEBRADO COM O INCRA.Maiores Informações através do Edital nº. 074/2019, que está disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 11 de junho de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - TOMADA DE PREÇO Nº. 013/2019

Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizou no dia 22 de maio de 2019 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA: LOTE 01 - CONSTRUÇÃO DE ALAMBRADO COM MURETA A SER INSTALADO NO ENTORNO DA CASA DE APOIO E DO UBS LINHA 03 DA GLEBA SÃO JOSÉ UNIÃO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ; LOTE 02 – CONSTRUÇÃO DO ABRIGO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E MURO COM GRADIL DA UBS DO BAIRRO CIDADE ALTA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ; LOTE 03 – *CONSTRUÇÃO DO ABRIGO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E MURO COM GRADIL DA UBS DO BAIRRO JARDIM DAS FLORES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ,*aonde sagrou-se vencedor o Licitante J. M. S. CONSTRUTORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 32.238.535/0001-91, com os valores totais de: Lote 01 - *R$ 14.730,90; Lote 02 - R$ 65.518,02; Lote 03 - R$ 98. 144,80.* Matupá – MT, 11 de junho de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº.05/2019 SUMULA: O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Matupá-MT, cumprindo sua função de órgão consultivo, deliberativo e controlador da Política de assistência social em âmbito Municipal e tendo por base o assunto deliberado na reunião ordinária realizada no dia 10 de Junho de 2019, Ata nº07/19, baixa a seguinte resolução:

Considerando a Lei Orgânica da Assistência social Nº 8742/93, que Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providencias;

Considerando a Lei 889 de 13/11/14, que dispões sobre as competências do CMAS;

Considerando a organização da política com a participação popular e deliberação do Conselho de Assistência Social;

RESOLVEM:

Art. 1º - Analisar o Projeto de Aquisição de 01 (um) Veículo com a seguinte especificação: (VEICULO MISTO DE CARGA LEVE E PASSAGEIRO - VEICULO PICKUP, ZERO KM, ANO E MODELO DO ANO VIGENTE OU SUPERIOR, TRAÇÃO 4X2, CABINE DUPLA COM TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN, MANUAL, COMBUSTÍVEL FLEX, COM AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, AIRBAG PARA O MOTORISTA E PARA O PASSAGEIRO DIANTEIRO, FREIOS ABS NAS 4 RODAS,ESTRIBO LATERAL, COM 04 PORTAS, VIDROS COM ACIONAMENTO ELÉTRICOS, ALARME E TRAVAS ELÉTRICAS NAS QUATRO PORTAS, COMPUTADOR DE BORDO, ESTRIBOS LATERAIS, BARRAS DE PROTEÇÃO LATERAL NAS QUATRO PORTAS, PROTETOR DO CARTER, JOGO DE TAPETES EMBORRACHADO, CAÇAMBA TOTALMENTE EM AÇO E/OU ALUMÍNIO COBERTA COM CAPOTA MARÍTIMA ORIGINAL DE FÁBRICA, CAPACIDADE DE CARGA NO MÍNIMO 1.025 KG, OR PRATA OU BRANCA,TRANSMISSÃO MANUAL, RODAS DE LIGA LEVE, NO MÍNIMO ARO 16, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS INCLUINDO O MOTORISTA), para ser adquirido com recurso do Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único e com contra partida do Governo Municipal. O projeto foi analisado minuciosamente e feita as devidas observações.

Art. 2º - Fica Analisado e **APROVADO** a utilização do recurso do Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para a aquisição do veículo, conforme Ata nº07/19 de 10/06/19.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Matupá/MT, 10 de Junho de 2019.JULISE TREVISAN

PRESIDENTE CMAS

PARECER CMAS Nº005/2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social, reuniu-se na data de 10/06/19, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social às 13:20 hs, para análise do Projeto de Aquisição de 01 (um) (VEICULO MISTO DE CARGA LEVE E PASSAGEIRO - VEICULO PICKUP, ZERO KM, ANO E MODELO DO ANO VIGENTE OU SUPERIOR, TRAÇÃO 4X2, CABINE DUPLA COM TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN, MANUAL, COMBUSTÍVEL FLEX, COM AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, AIRBAG PARA O MOTORISTA E PARA O PASSAGEIRO DIANTEIRO, FREIOS ABS NAS 4 RODAS,ESTRIBO LATERAL, COM 04 PORTAS, VIDROS COM ACIONAMENTO ELÉTRICOS, ALARME E TRAVAS ELÉTRICAS NAS QUATRO PORTAS, COMPUTADOR DE BORDO, ESTRIBOS LATERAIS, BARRAS DE PROTEÇÃO LATERAL NAS QUATRO PORTAS, PROTETOR DO

CARTER, JOGO DE TAPETES EMBORRACHADO, CAÇAMBA TOTALMENTE EM AÇO E/OU ALUMÍNIO COBERTA COM CAPOTA MARÍTIMA ORIGINAL DE FÁBRICA, CAPACIDADE DE CARGA NO MÍNIMO 1.025 KG, OR PRATA OU BRANCA,TRANSMISSÃO MANUAL, RODAS DE LIGA LEVE, NO MÍNIMO ARO 16, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS INCLUINDO O MOTORISTA), para ser adquirido com recurso do Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único e com contra partida do Governo Municipal. O projeto foi analisado minuciosamente e feita as devidas observações.

Portanto, emitem parecer favorável, conforme Ata nº07/19 de 10/06/19.

Matupá-MT, 10 de Junho de 2019.

JULISE TREVISAN

PRESIDENTE CMAS

GESTÃO – 2019 A 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - TOMADA DE PREÇO Nº. 012/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizou no dia 21 **de maio de 2019 às 08h00min** na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE BUEIROS SIMPLES TUBULAR DE CONCRETO E BUEIRO DUPLO CELULAR DE CONCRETO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, aonde sagrou-se vencedor o Licitante REBEQUI E CIA LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.139.347/0001-70, com valor total de R$ 332.967,74. Matupá – MT, 11 de junho de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº 08/2019

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PONTE DE CONCRETO ARMADO NA ESTRADA W-50 SOBRE O RIO PORCÃO CONFORME NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT",** de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante do Edital 095/2018 do respectivo **Tomada de Preço nº 021/2018.**

CONTRATADA: SPIN SOLUÇÕES E PROJETOS INTELIGENTES LTDA

OBJETIVO: **Fica alterada a Cláusula Nona, que passa a vigorar com a seguinte redação:**

O novo prazo de **Execução** do contrato é aditado em **40 (quarenta)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **03 DE JULHO DE 2019,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 24/05/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO

DECRETO Nº 3.503 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO PARCIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

ART. 1º. FICA HOMOLOGADO O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019, para os cargos que foram exigidos apenas provas objetivas, consagrando-se como exatos e definitivos os resultados divulgados pelo Edital Complementar nº 15/2019, conforme Anexo Único deste decreto.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado do Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 11 de junho de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 3.503/2019

RESULTADO FINAL

DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

N. 02/2019

(para os cargos que foram exigidos somente provas objetivas)

Pós Recurso ao Edital Complementar n. 15/2019

9 - Merendeira										
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**MT**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**COL**	**SIT**
483	PÂMELA KARINE DIAS PAIXÃO	20,00	24,00	16,00	15,00	**04/01/1996**	**N**	**75,00**	1º	AP
475	MÉRCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	20,00	24,00	16,00	9,00	**14/01/1988**	**N**	**69,00**	2º	AP
655	JACKELINE RODRIGUES DA SILVA	16,00	21,00	12,00	18,00	**01/12/1989**	**N**	**67,00**	3º	AP
1085	MARIA ISABEL CONTARDI MARTINEZ	20,00	15,00	12,00	18,00	**27/11/1978**	**N**	**65,00**	4º	AP
1187	MIRIAM BARBOSA SILVA	20,00	15,00	12,00	18,00	**22/09/1985**	**N**	**65,00**	5º	AP

662	ERICA FERREIRA DOS SANTOS	20,00	9,00	16,00	18,00	**11/04/1988**	**N**	**63,00**	6º	CR
204	GIVANILDA DE OLIVEIRA PIRELLI	16,00	21,00	4,00	21,00	**03/03/1972**	**N**	**62,00**	7º	CR
519	CRISTIANE DE JESUS MARTINS	16,00	15,00	20,00	9,00	**07/01/1994**	**N**	**60,00**	8º	CR
1548	MAYARA ANTONIA FERREIRA	20,00	12,00	12,00	15,00	**16/06/1990**	**N**	**59,00**	9º	CR
1623	ANDREIA DE SOUZA SILVA	16,00	18,00	4,00	21,00	**13/09/1990**	**N**	**59,00**	10º	CR
876	SAMIRA PAULINO LIRA DE LARA	16,00	18,00	12,00	12,00	**05/10/1987**	**N**	**58,00**	11º	CR
441	LUZIA ALVES DA SILVA	8,00	21,00	8,00	21,00	**16/04/1985**	**N**	**58,00**	12º	CR
1322	DANIELLE DA SILVA VIEIRA	20,00	15,00	4,00	18,00	**15/02/1985**	**N**	**57,00**	13º	CR
579	ELENIR OLIVEIRA DA SIVA	16,00	18,00	8,00	15,00	**28/01/1978**	**N**	**57,00**	14º	CR
405	LUCIENE DA SILVA RIBEIRO E SILVA	16,00	12,00	12,00	15,00	**29/08/1982**	**N**	**55,00**	15º	CR
1616	FABIANA DERALDINA DA CRUZ	16,00	18,00	8,00	12,00	**13/04/1983**	**N**	**54,00**	16º	CR
515	ROSENI PAIXÃO CRISTINA	16,00	12,00	8,00	18,00	**06/10/1979**	**N**	**54,00**	17º	CR
1654	DEBORA RODRIGUES DE LIMA	12,00	15,00	8,00	18,00	**10/05/1992**	**N**	**53,00**	18º	CR
1228	SILENE DA SILVA SANCHES	8,00	18,00	12,00	15,00	**20/12/1976**	**N**	**53,00**	19º	CR
209	ADELINA MONTEIRO ORTEGA	16,00	18,00	12,00	6,00	**01/04/1979**	**N**	**52,00**	20º	CR
1181	EMANUELA ROBERTA DINIZ	16,00	15,00	12,00	9,00	**25/02/1985**	**N**	**52,00**	21º	CR
854	DANIELE RODRIGUES GOMES	16,00	15,00	12,00	9,00	**10/12/1990**	**N**	**52,00**	22º	CR
619	LUCIMAR ALVES DA SILVA	16,00	9,00	12,00	15,00	**13/12/1974**	**N**	**52,00**	23º	CR
1108	SILVANA DAS GRACAS DOMICIANO	12,00	12,00	16,00	12,00	**15/09/1974**	**N**	**52,00**	24º	CR
1324	FABIANA RICARDO DE SOUZA	16,00	15,00	8,00	12,00	**30/09/1985**	**N**	**51,00**	25º	CR
238	ROSINEIA ROSA SILVA	12,00	12,00	12,00	15,00	**05/12/1987**	**N**	**51,00**	26º	CR
895	FRANCIELI MARCELINA DOS SANTOS	12,00	12,00	12,00	15,00	**24/11/1991**	**N**	**51,00**	27º	CR
1522	LUCINEIA AMARO DA SILVA	20,00	12,00	8,00	9,00	**06/07/1975**	**N**	**49,00**	28º	CR
1633	DANIELLY CORTE MARIM	16,00	15,00	12,00	6,00	**06/05/1999**	**N**	**49,00**	29º	CR
1404	CRISTIANA MARIA JESUS DA CONCEIÇÃO	12,00	21,00	4,00	12,00	**02/07/1985**	**N**	**49,00**	30º	CR
880	LUCIANA DA PAZ GONÇALVES	12,00	15,00	4,00	18,00	**10/02/1984**	**N**	**49,00**	31º	CR
622	ROSANA RODRIGUES DA SILVA	16,00	15,00	8,00	9,00	**06/08/1990**	**N**	**48,00**	32º	CR
1286	PAULA CRISTINA BISPO DE JESUS	12,00	12,00	12,00	12,00	**06/03/1987**	**N**	**48,00**	33º	CR
30	MARINEUZAFERREIRA RIBEIRO	8,00	21,00	4,00	15,00	**03/10/1980**	**N**	**48,00**	34º	CR
16	GEIZUSIANE APARECIDA FLORES NASCIMENTO	12,00	18,00	8,00	9,00	**05/05/1989**	**N**	**47,00**	35º	CR
578	ILDA PEREIRA DE SOUZA	8,00	18,00	12,00	9,00	**12/05/1974**	**N**	**47,00**	36º	CR
59	LIAMARA DE OLIVEIRA	8,00	12,00	12,00	15,00	**08/11/1971**	**N**	**47,00**	37º	CR
1069	CLAUDIANA DA SILVA	12,00	18,00	4,00	12,00	**27/11/1984**	**N**	**46,00**	38º	CR
239	ANGELICA NUNES DOS SANTOS	16,00	6,00	8,00	15,00	**14/08/1997**	**N**	**45,00**	39º	CR
599	RONICLEIA SOUZA DE JESUS	8,00	12,00	16,00	9,00	**26/08/1988**	**N**	**45,00**	40º	CR
47	SOLANGE APARECIDA ALVES MUNIS	16,00	9,00	12,00	6,00	**31/12/1976**	**N**	**43,00**	41º	CR
1288	CLAUDINEIA VALENTIM PEREIRA	12,00	9,00	4,00	18,00	**26/11/1977**	**N**	**43,00**	42º	CR
1012	CRISTIANE SCHIAVO DA SILVA	20,00	15,00	-	15,00	**01/08/1989**	**N**	**50,00**	43º	RP
225	ANA KARINA DE OLIVEIRA	16,00	21,00	-	12,00	**26/10/1986**	**N**	**49,00**	44º	RP
630	ANGELICA APARECIDA DA SILVA PILAR	12,00	15,00	-	18,00	**28/01/2000**	**N**	**45,00**	45º	RP
1266	MARCIANE DE SOUZA RODRIGUES	4,00	15,00	12,00	12,00	**25/10/1985**	**N**	**43,00**	46º	RP
508	MARIELLEN DA SILVA CASTRO	16,00	9,00	4,00	9,00	**30/07/1999**	**N**	**38,00**	47º	RP
611	DIRCE DE ASSIS	8,00	9,00	8,00	12,00	**01/03/1967**	**N**	**37,00**	48º	RP
131	MARLENE DE MIRANDA BASILIO DA COSTA	8,00	9,00	8,00	12,00	**13/04/1983**	**N**	**37,00**	49º	RP
597	GISELE GOMES PEREIRA	8,00	9,00	8,00	12,00	**20/03/1995**	**N**	**37,00**	50º	RP
920	MARINEIA GONÇALVES DE MORAIS	8,00	12,00	4,00	12,00	**12/05/1994**	**N**	**36,00**	51º	RP
298	MARLENE ALVES DA SILVA	12,00	9,00	4,00	9,00	**12/12/1979**	**N**	**34,00**	52º	RP
429	MARIA JOSÉ ALVES	12,00	-	12,00	9,00	**26/10/1991**	**N**	**33,00**	53º	RP
1521	REGINA MARIA LEANDRA DOS SANTOS	8,00	12,00	4,00	9,00	**17/08/1985**	**N**	**33,00**	54º	RP
1424	MARIA NATALIA BASILE	12,00	9,00	4,00	6,00	**22/12/1997**	**N**	**31,00**	55º	RP
1514	ELISÂNGELA SILVA DA FONSECA	8,00	9,00	8,00	6,00	**20/06/1976**	**N**	**31,00**	56º	RP
1626	IARA FERNANDA DA SILVA	4,00	3,00	12,00	12,00	**16/08/1990**	**N**	**31,00**	57º	RP
1320	PATRICIA PEREIRA DA SILVA	12,00	6,00	-	6,00	**19/04/1988**	**N**	**24,00**	58º	RP
459	EUNICE RODRIGUES DOS SANTOS	-	-	-	-	**12/08/1966**	**N**	**ausente**	59º	RP
292	LANE RAMOS CLARA	-	-	-	-	**28/08/1975**	**N**	**ausente**	60º	RP
252	ROSANA DIAS DE OLIVEIRA	-	-	-	-	**15/06/1979**	**N**	**ausente**	61º	RP
897	SIRLENE DA SILVA CEBALHO	-	-	-	-	**03/12/1980**	**N**	**ausente**	62º	RP
1443	LAUDICEIA DA COSTA NUNES LEITE	-	-	-	-	**21/08/1982**	**N**	**ausente**	63º	RP
754	NILDA MORAES DA COSTA	-	-	-	-	**31/07/1984**	**N**	**ausente**	64º	RP
1596	ADRIANA SILVA SOUZ	-	-	-	-	**08/06/1988**	**N**	**ausente**	65º	RP
546	VAMILDA BERNADO RODRIGUES	-	-	-	-	**25/03/1989**	**N**	**ausente**	66º	RP
449	SUZELAINE MENDES PEREIRA	-	-	-	-	**23/05/1990**	**N**	**ausente**	67º	RP
334	CASSIANA BORGES SOARES	-	-	-	-	**18/11/1991**	**N**	**ausente**	68º	RP
462	ELAINE DUARTE TEODORO	-	-	-	-	**21/01/1995**	**N**	**ausente**	69º	RP
66	PATRICIA TONINATO DE LIMA	-	-	-	-	**18/04/1995**	**N**	**ausente**	70º	RP
968	BEATRIZ PAIVA DIDONI	-	-	-	-	**19/05/1997**	**N**	**ausente**	71º	RP
460	SUZELI MENDES PEREIRA	-	-	-	-	**11/05/1998**	**N**	**ausente**	72º	RP

8-Merendeira - Sonho Azul

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	COL	SIT
166	MARIA FELICIA JURRUPI DE OLIVEIRA	12,00	24,00	20,00	18,00	**24/03/1990**	**N**	**74,00**	1º	AP
1276	SILVANA RODRIGUES DE OLIVEIRA	16,00	21,00	12,00	18,00	**14/08/1978**	**N**	**67,00**	2º	AP
196	CLAÚDIA TOLOVI ANDRADE DA SILVA	20,00	18,00	8,00	12,00	**29/11/1983**	**N**	**58,00**	3º	CR
877	ROSANGELA DE SOUZA SANTOS	16,00	9,00	8,00	18,00	**28/08/1978**	**N**	**51,00**	4º	CR

78	SOLANGE NUNES DA SILVA	12,00	15,00	12,00	12,00	**22/08/1993**	**N**	**51,00**	5º	CR
1619	YSABEL TAPANACHE BACA	12,00	12,00	12,00	6,00	**21/11/1999**	**N**	**42,00**	6º	CR
227	CLAUDIA ESPINOZA DE OLIVEIRA	12,00	12,00	4,00	6,00	**18/02/1969**	**N**	**34,00**	7º	RP
1044	GLEICIANE FIGUEIREDO GOMES	-	-	-	-	**16/06/1987**	**N**	**ausente**	8º	RP
1323	MONIQUE PAULA SANTOS CAMPOS	-	-	-	-	**27/02/1989**	**N**	**ausente**	9º	RP

52-Merendeira - (CR)

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	COL	SIT
753	MIRIÃ MIRANDA DA SILVA	16,00	12,00	12,00	15,00	**19/07/1990**	**N**	**55,00**	1º	CR
1636	ROSIMAR RODRIGUES DA SILVA COLLETA	16,00	12,00	8,00	18,00	**23/08/1978**	**N**	**54,00**	2º	CR
319	MARIA LÚCIA SANTOS BORGES	20,00	15,00	4,00	12,00	**01/10/1978**	**N**	**51,00**	3º	CR
1513	MARIA DE SOCORRO TAVARES DE FREITAS	12,00	12,00	12,00	15,00	**31/03/1978**	**N**	**51,00**	4º	CR
1557	JULIANA DA SILVA ROSA	16,00	6,00	16,00	12,00	**21/02/1981**	**N**	**50,00**	5º	CR
1081	FRANCIELY CONTARDI MARTINEZ MARTINS	12,00	18,00	4,00	15,00	**26/08/1996**	**N**	**49,00**	6º	CR
377	NILCE OLIVEIRA FARIA	16,00	12,00	12,00	6,00	**07/05/1972**	**N**	**46,00**	7º	CR
1629	ZENILDA VASCONCELOS DA SILVA	16,00	9,00	4,00	15,00	**15/12/1972**	**N**	**44,00**	8º	CR
562	SONIA REGINA CALASTRO	12,00	9,00	8,00	15,00	**23/11/1970**	**N**	**44,00**	9º	CR
926	EDIRLAINE PAIXÃO SILVA	12,00	15,00	4,00	12,00	**25/03/1989**	**N**	**43,00**	10º	CR
1509	ALESSANDRA MARIA SOARES	12,00	18,00	8,00	3,00	**07/03/1976**	**N**	**41,00**	11º	CR
143	JACQUELINE ALVES DE CAMPOS	-	-	-	-	**06/01/1997**	**N**	**ausente**	12º	RP

39-Atendente em Saúde (CR)

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	COL	SIT
219	GUSTAVO TRALDI BOTELHO DE CARVALHO	8,00	27,00	12,00	6,00	**05/03/1999**	**N**	**53,00**	1º	CR
853	ANDREIA DOS SANTOS LARA SOARES	8,00	18,00	8,00	12,00	**22/12/1991**	**N**	**46,00**	2º	CR
752	MIRIÃ MIRANDA DA SILVA	4,00	27,00	-	6,00	**19/07/1990**	**N**	**37,00**	3º	RP
688	EVA CAROLINE DUARTE TRAVAIN	8,00	15,00	4,00	9,00	**08/04/2000**	**N**	**36,00**	4º	RP
98	CAMILA OLIMPIO PEREIRA	8,00	18,00	-	6,00	**02/11/1999**	**N**	**32,00**	5º	RP
317	DAYANE TAMARA GAETA	4,00	18,00	-	6,00	**04/10/1990**	**N**	**28,00**	6º	RP
228	CLAUDIA ESPINOZA DE OLIVEIRA	8,00	3,00	4,00	6,00	**18/02/1969**	**N**	**21,00**	7º	RP
615	SIRLENE PEREIRA TAVARES DA COSTA	-	-	-	-	**03/03/1981**	**N**	**ausente**	8º	RP

22-Auxiliar de Desenvolvimento Infantil

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	COL	SIT
1414	JULIANA KOLODZIEY ALVES	20,00	24,00	8,00	21,00	**12/04/2001**	**N**	**73,00**	1º	AP
1589	QUEILA FRANCELINA PUGER	20,00	21,00	16,00	15,00	**05/06/1996**	**N**	**72,00**	2º	AP
392	VIVIENE MARTINS BASSAROTI	20,00	24,00	12,00	15,00	**22/09/1986**	**S**	**71,00**	3º	AP
575	POLIANE APARECIDA SOARES	20,00	24,00	12,00	12,00	**26/07/1995**	**N**	**68,00**	4º	AP
616	GISELE SILVA DA ROCHA	12,00	30,00	8,00	18,00	**31/07/1995**	**N**	**68,00**	5º	AP
1569	ELENIR CARVALHO DOS REIS	20,00	27,00	8,00	12,00	**04/11/1982**	**N**	**67,00**	6º	AP
1273	DANIELE DAIANE ARDAIA GREVE	20,00	27,00	8,00	12,00	**24/04/1998**	**N**	**67,00**	7º	AP
528	SANDRA BRITO BERTOLOZZO	16,00	27,00	8,00	15,00	**24/04/1978**	**N**	**66,00**	8º	AP
819	THAIS CRISTINA PEREIRA TORRES	16,00	24,00	8,00	18,00	**09/10/1992**	**N**	**66,00**	9º	AP
443	GEISIANE APARECIDA GIOVANINI	16,00	24,00	4,00	21,00	**08/01/1989**	**N**	**65,00**	10º	CR
436	ARLETE DO CARMO	20,00	24,00	8,00	12,00	**16/02/1973**	**N**	**64,00**	11º	CR
373	SUSANITA DE SOUZA RODRIGUES	20,00	24,00	8,00	12,00	**19/02/1982**	**N**	**64,00**	12º	CR
1061	EDIVALDO DE OLIVEIRA MORAIS	16,00	21,00	12,00	15,00	**14/02/1979**	**N**	**64,00**	13º	CR
187	ANA PAULA APARECIDA OLIVEIRA DOS SANTOS CARRASCO	12,00	21,00	16,00	15,00	**13/01/1992**	**N**	**64,00**	14º	CR
69	LUCIENE SOARES	12,00	24,00	12,00	15,00	**03/09/1979**	**N**	**63,00**	15º	CR
265	FABIANA GOUVÊA DIAS	20,00	21,00	12,00	9,00	**12/12/1987**	**N**	**62,00**	16º	CR
635	TAYNARA ALVES FERREIRA	16,00	24,00	16,00	6,00	**20/12/1994**	**N**	**62,00**	17º	CR
551	ROSANA APARECIDA DAS CHAGAS	16,00	21,00	4,00	21,00	**13/06/1981**	**N**	**62,00**	18º	CR
812	MARIA APARECIDA DE MIRANDA	20,00	24,00	8,00	9,00	**03/04/1990**	**N**	**61,00**	19º	CR
177	MARCIANE DE SOUZA RODRIGUES	16,00	30,00	8,00	6,00	**25/10/1985**	**N**	**60,00**	20º	CR
336	MARIA ROSA PEREIRA BORGES	12,00	24,00	12,00	12,00	**29/01/1994**	**N**	**60,00**	21º	CR
444	ELVIS DUTRA LAURINDO	20,00	21,00	12,00	6,00	**27/01/1995**	**N**	**59,00**	22º	CR
739	ENOEME NEVES DA SILVA	20,00	24,00	8,00	6,00	**08/05/1984**	**N**	**58,00**	23º	CR
330	LUCINEIA ISA DOS SANTOS	16,00	24,00	12,00	6,00	**06/07/1984**	**N**	**58,00**	24º	CR
472	MÉRCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	16,00	24,00	8,00	9,00	**14/01/1988**	**N**	**57,00**	25º	CR
1515	MARIA DE SOCORRO TAVARES DE FREITAS	12,00	21,00	12,00	12,00	**31/03/1978**	**N**	**57,00**	26º	CR
1157	RAFAELLA DIDONE TIBALDI DA SILVA	12,00	18,00	12,00	15,00	**29/03/1996**	**N**	**57,00**	27º	CR
102	LAIS FERNANDA GOMES DE SOUZA	12,00	18,00	12,00	15,00	**11/07/1999**	**N**	**57,00**	28º	CR
431	FERNANDA MENEZES ALVES	16,00	21,00	4,00	15,00	**09/11/1998**	**N**	**56,00**	29º	CR
974	FABIANA DA ROCHA SANTOS	20,00	18,00	8,00	9,00	**27/07/1986**	**N**	**55,00**	30º	CR
529	RENATA MARIA ZOCAL	20,00	21,00	4,00	9,00	**22/03/1988**	**N**	**54,00**	31º	CR
48	LUZIA ALVES DA SILVA	20,00	15,00	4,00	15,00	**16/04/1985**	**N**	**54,00**	32º	CR
350	MARCELA DE ALMEIDA SANTOS	16,00	24,00	8,00	6,00	**21/02/2001**	**N**	**54,00**	33º	CR
927	PATRICIA FRANZIN DA SILVA CAMPOS	16,00	15,00	8,00	15,00	**11/06/1985**	**N**	**54,00**	34º	CR
123	JANAÍNA ASSIS DA SILVA	12,00	21,00	12,00	9,00	**27/10/1993**	**N**	**54,00**	35º	CR
1366	LARISSA SOARES VERONEZI	12,00	21,00	12,00	9,00	**01/11/1997**	**N**	**54,00**	36º	CR
365	GRACIELLY DA SILVA DIAS	16,00	24,00	4,00	9,00	**04/02/1997**	**N**	**53,00**	37º	CR
1346	ROSIVANIA BERGAMIN DURANTE	16,00	18,00	4,00	15,00	**18/01/1984**	**N**	**53,00**	38º	CR
328	ELAINE NAYARA DA HORA	12,00	27,00	8,00	6,00	**27/10/1989**	**N**	**53,00**	39º	CR
1445	BRUNA BRITO VICENSSOTTI	12,00	27,00	4,00	9,00	**06/08/1992**	**N**	**52,00**	40º	CR
467	VALERIA CRISTINA DE JESUS	12,00	24,00	4,00	12,00	**02/10/1981**	**N**	**52,00**	41º	CR

656	JACKELINE RODRIGUES DA SILVA	12,00	24,00	12,00	3,00	**01/12/1989**	**N**	**51,00**	42º	CR
401	ISLEIDE ALVES DA SILVA GOMES	16,00	21,00	4,00	9,00	**01/05/1974**	**N**	**50,00**	43º	CR
68	MARLI DE JESUS DE FREITAS	16,00	18,00	4,00	12,00	**03/05/1980**	**N**	**50,00**	44º	CR
1487	NUBIA ALLINE NEVES	16,00	18,00	4,00	12,00	**07/01/1996**	**N**	**50,00**	45º	CR
211	ADELINA MONTEIRO ORTEGA	12,00	15,00	8,00	15,00	**01/04/1979**	**N**	**50,00**	46º	CR
967	JJOYCI DIAS SIQUEIRA	8,00	18,00	12,00	12,00	**07/05/1987**	**N**	**50,00**	47º	CR
1451	FABIO DO NASCIMENTO SILVA	16,00	12,00	12,00	9,00	**30/05/1986**	**N**	**49,00**	48º	CR
1481	PRISCILA ANTONIA DE OLIVEIRA	8,00	21,00	8,00	12,00	**02/02/1996**	**N**	**49,00**	49º	CR
525	THAIS CRISTINA GUERRA SILVA	16,00	18,00	8,00	6,00	**30/01/1987**	**N**	**48,00**	50º	CR
830	TUANY PEREIRA LOPES	8,00	24,00	4,00	12,00	**26/12/1989**	**N**	**48,00**	51º	CR
1092	ROSELY DONIZETTI GALHARDO MAZARIO	16,00	21,00	4,00	6,00	**04/06/1966**	**N**	**47,00**	52º	CR
25	LUZIA DE JESUS MADALENA	16,00	18,00	4,00	9,00	**04/07/1983**	**N**	**47,00**	53º	CR
1031	GISELE GOMES PEREIRA	12,00	21,00	8,00	6,00	**20/03/1995**	**N**	**47,00**	54º	CR
1100	ROSAINE MARIA DA SILVA	12,00	18,00	8,00	9,00	**05/05/1976**	**N**	**47,00**	55º	CR
908	MARIA ROSA FERREIRA	12,00	18,00	8,00	9,00	**13/03/1980**	**N**	**47,00**	56º	CR
19	DAYARA CONCEIÇÃO FARIAS DA COSTA	8,00	21,00	12,00	6,00	**16/03/1993**	**N**	**47,00**	57º	CR
1053	EDILEUZA DANTAS DA SILVA DE MELLO	12,00	18,00	4,00	12,00	**15/09/1975**	**N**	**46,00**	58º	CR
1167	FABIANA ELIZA DOS SANTOS FLORENCIO	8,00	24,00	8,00	6,00	**23/02/1982**	**N**	**46,00**	59º	CR
1458	PAULA CRISTINA BISPO DE JESUS	8,00	18,00	8,00	12,00	**06/03/1987**	**N**	**46,00**	60º	CR
302	LUIZ SURUBI DA SILVA	8,00	12,00	8,00	18,00	**14/09/1979**	**N**	**46,00**	61º	CR
613	CAMILLA BOSSOLANI CRUZ	16,00	21,00	4,00	3,00	**16/01/1995**	**N**	**44,00**	62º	CR
303	ELIZANDRA ALVES DE MELO	16,00	21,00	4,00	3,00	**22/04/1998**	**N**	**44,00**	63º	CR
279	SILVANA CLAUDINO DE MIRANDA	16,00	18,00	4,00	6,00	**04/07/1975**	**N**	**44,00**	64º	CR
1442	CAMILLA MOURA DE OLIVEIRA	16,00	18,00	4,00	6,00	**01/08/1993**	**N**	**44,00**	65º	CR
514	ROSENI PAIXÃO CRISTINA	8,00	12,00	12,00	12,00	**06/10/1979**	**N**	**44,00**	66º	CR
39	DHIENIFFER THAIS RODRIGUES LEITE	12,00	21,00	4,00	6,00	**15/10/1997**	**N**	**43,00**	67º	CR
1601	REGINA ALVES MARTINS	12,00	15,00	4,00	12,00	**23/05/1989**	**N**	**43,00**	68º	CR
1418	VALÉRIA SILVA BORGES	8,00	21,00	8,00	6,00	**01/10/1968**	**N**	**43,00**	69º	CR
577	ELENIR OLIVEIRA DA SIVA	8,00	21,00	8,00	6,00	**28/01/1978**	**N**	**43,00**	70º	CR
1555	LUIZA VITAL DE ARAUJO	8,00	15,00	4,00	15,00	**17/06/1974**	**N**	**42,00**	71º	CR
649	DEVANIR SICUTO	12,00	15,00	4,00	9,00	**27/10/1976**	**N**	**40,00**	72º	CR
14	GLAUCIELE DOS SANTOS	8,00	12,00	8,00	12,00	**07/06/1984**	**N**	**40,00**	73º	CR
22	GISLAINE BORGES DA COSTA FRANCA	20,00	21,00	-	12,00	**30/01/1987**	**N**	**53,00**	74º	RP
869	DANIELI DE OLIVEIRA PEREIRA	4,00	21,00	12,00	15,00	**08/05/1993**	**N**	**52,00**	75º	RP
9	MARIA DE LOURDES CATELLAN	20,00	21,00	-	9,00	**17/02/1965**	**N**	**50,00**	76º	RP
49	CAMILA AMARAL PRIMO	12,00	27,00	-	6,00	**09/12/1993**	**N**	**45,00**	77º	RP
1579	VALÉRIA CRISTINA DA CONCEIÇÃO MARQUES	12,00	24,00	-	6,00	**27/12/1992**	**N**	**42,00**	78º	RP
748	FABIANE GOMIDES RODRIGUES	8,00	21,00	-	12,00	**25/04/1996**	**N**	**41,00**	79º	RP
1055	RENATA PORTO DE SOUZA	8,00	18,00	-	15,00	**16/05/1989**	**N**	**41,00**	80º	RP
892	MIRIAM DE SOUZA COSTA	12,00	15,00	-	12,00	**30/11/1990**	**N**	**39,00**	81º	RP
1335	HELEN CLAUDIA DE ALMEIDA	8,00	21,00	4,00	6,00	**08/05/1982**	**N**	**39,00**	82º	RP
651	GABRIELLY SICUTO DE ARAUJO	16,00	12,00	4,00	6,00	**17/03/2000**	**N**	**38,00**	83º	RP
361	MARIA DO CARMO DE SOUZA OLIVEIRA	4,00	24,00	4,00	6,00	**04/09/1990**	**N**	**38,00**	84º	RP
235	REGIANE APARECIDA BOSSOLANI FERREIRA	12,00	18,00	4,00	3,00	**23/10/1981**	**N**	**37,00**	85º	RP
106	ELUANA DOS SANTOS	4,00	27,00	-	6,00	**29/10/1998**	**N**	**37,00**	86º	RP
438	KALIANE DE SOUZA	4,00	15,00	8,00	9,00	**14/05/1995**	**N**	**36,00**	87º	RP
497	CRISTIANE ROCHA DE MORAES	12,00	9,00	-	12,00	**15/06/1984**	**N**	**33,00**	88º	RP
536	ROQUE ANTONIO DE SOUSA	8,00	9,00	4,00	12,00	**11/11/1967**	**N**	**33,00**	89º	RP
251	ARIELLI RODRIGUES DE LARA	8,00	18,00	-	3,00	**28/05/2001**	**N**	**29,00**	90º	RP
1632	POLIANA ANTONIA DE OLIVEIRA	4,00	15,00	-	9,00	**03/07/1989**	**N**	**28,00**	91º	RP
309	NELY DA SILVA AGUIAR	4,00	9,00	8,00	6,00	**16/08/1990**	**N**	**27,00**	92º	RP
421	ANA MARIA DOS SANTOS BARBOSA KHIPPAIZ	-	-	-	-	**21/07/1977**	**N**	**ausente**	93º	RP
149	ALEXANDRE GONÇALVES DIAS	-	-	-	-	**04/01/1982**	**N**	**ausente**	94º	RP
725	JAQUELINE BOAVENTURA DE OLIVEIRA	-	-	-	-	**26/07/1988**	**N**	**ausente**	95º	RP
246	RODOLFO FERREIRA LEITE	-	-	-	-	**18/04/1989**	**N**	**ausente**	96º	RP
471	LETICIA DE LAZARI ONORIO	-	-	-	-	**26/08/1989**	**N**	**ausente**	97º	RP
447	SUZELAINE MENDES PEREIRA	-	-	-	-	**23/05/1990**	**N**	**ausente**	98º	RP
358	MISLANI APARECIDA DE OLIVEIRA CAMPOS	-	-	-	-	**08/08/1992**	**N**	**ausente**	99º	RP
99	JAQUELINE RODRIGUES SAVOINE	-	-	-	-	**02/08/1993**	**N**	**ausente**	100º	RP
746	LUANA ARIANA DA SILVA FARIA	-	-	-	-	**28/12/1993**	**N**	**ausente**	101º	RP
1047	AMANDA SOARES LIRA	-	-	-	-	**20/07/1994**	**N**	**ausente**	102º	RP
386	BRUNA CONCEIÇÃO MORETTI	-	-	-	-	**01/06/1996**	**N**	**ausente**	103º	RP

2-Auxiliar de Inspetoria de Produtos de Origem Animal

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	COL	SIT
689	GUILHERME ALESSIO CUCOLO SOUZA	16,00	27,00	12,00	24,00	**30/03/1998**	**N**	**79,00**	1º	AP
1470	DIEGO ANTONIO DE OLIVEIRA	12,00	27,00	12,00	12,00	**08/11/1992**	**N**	**63,00**	2º	CR
1331	VANESSA OLIVEIRA SANTOS	12,00	24,00	12,00	12,00	**24/04/1997**	**N**	**60,00**	3º	CR
308	LUCAS ANDRE SIMIONE	8,00	30,00	4,00	12,00	**20/08/1997**	**N**	**54,00**	4º	CR
1348	LOURDES HELENA FERREIRA DE CASTRO	12,00	18,00	8,00	12,00	**02/09/1970**	**N**	**50,00**	5º	CR
1105	LUCINETE XAVIER DE FRANÇA	4,00	24,00	12,00	15,00	**24/12/1987**	**N**	**55,00**	6º	RP
676	EDIMILSON DAMACENO NOGUEIRA	4,00	15,00	12,00	12,00	**15/06/1986**	**N**	**43,00**	7º	RP
53	MARIA JOSÉ ALVES	4,00	21,00	4,00	12,00	**26/10/1991**	**N**	**41,00**	8º	RP
756	WEMERSON MIRANDA DE SOUZA	8,00	21,00	-	9,00	**11/10/1999**	**N**	**38,00**	9º	RP

647	IRLEI DE JESUS CLARO	4,00	12,00	4,00	18,00	**29/08/1986**	**N**	**38,00**	10º	RP
978	DAIANE BARROS DE CARVALHO	4,00	18,00	8,00	6,00	**23/09/1986**	**N**	**36,00**	11º	RP
477	GISELDA CRISTINA DOS SANTOS	4,00	15,00	4,00	12,00	**13/04/1985**	**N**	**35,00**	12º	RP
394	ADILSON SAVEDA FRANCO	-	18,00	8,00	6,00	**05/05/1984**	**N**	**32,00**	13º	RP
1035	ROGERIO DA SILVA CHARAO	-	6,00	-	9,00	**03/12/1980**	**N**	**15,00**	14º	RP
1561	CELEDON ROGERIO DA SILVA SOBRINHO	-	-	-	-	**28/03/1982**	**N**	**ausente**	15º	RP
1570	MARCIO ANTONIO DE JESUS	-	-	-	-	**15/08/1986**	**N**	**ausente**	16º	RP
1529	JOÃO BATISTA DE SOUZA	-	-	-	-	**19/04/1991**	**N**	**ausente**	17º	RP

3-Auxiliar de Tributação

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	COL	SIT
272	JOELSON VISCOVINI DA SILVA	12,00	27,00	12,00	15,00	**06/12/1997**	**N**	**66,00**	1º	AP
1163	JESSICA SCHUCH DA SILVA	8,00	27,00	16,00	12,00	**22/04/1997**	**N**	**63,00**	2º	AP
589	EDIVANI SABINO DA COSTA FERREIRA	8,00	24,00	12,00	18,00	**03/01/1979**	**N**	**62,00**	3º	AP
300	MARIA ALICE DA SILVA BENDLER	12,00	27,00	16,00	6,00	**12/10/1997**	**N**	**61,00**	4º	CR
387	JUCIEL SANDRO DE BARROS	12,00	21,00	12,00	12,00	**20/08/1990**	**N**	**57,00**	5º	CR
659	BRUNO VINICIUS FERREIRA DE AQUINO	8,00	21,00	16,00	12,00	**23/03/1995**	**N**	**57,00**	6º	CR
408	MAYARA ANTONIA FERREIRA	8,00	21,00	8,00	9,00	**16/06/1990**	**N**	**46,00**	7º	CR
945	MARCIO SILVA FERREIRA	8,00	18,00	8,00	12,00	**01/04/1985**	**N**	**46,00**	8º	CR
1477	CRISTIANE DA COSTA SOUZA	8,00	18,00	4,00	12,00	**02/01/1982**	**N**	**42,00**	9º	CR
1677	LUCIANE GONÇALVES	-	24,00	16,00	24,00	**21/12/1980**	**N**	**64,00**	10º	RP
1287	SANDY KAREN DE MORAES	4,00	27,00	20,00	12,00	**31/10/2000**	**N**	**63,00**	11º	RP
1254	GABRIEL ALEXANDER ZANETTI MOTA	4,00	24,00	8,00	18,00	**10/11/1995**	**N**	**54,00**	12º	RP
797	SIMONEIDE CORREA GONÇALVES	4,00	24,00	16,00	9,00	**12/05/1990**	**N**	**53,00**	13º	RP
138	KATIANE PEREIRA DE OLIVEIRA	4,00	21,00	4,00	21,00	**10/11/1996**	**N**	**50,00**	14º	RP
464	ALAN LAURINDO DOS SANTOS	4,00	18,00	12,00	15,00	**11/01/1997**	**N**	**49,00**	15º	RP
681	KELLIVANIA ALMEIDA DA SILVA	4,00	21,00	12,00	6,00	**17/01/1996**	**N**	**43,00**	16º	RP
141	JACQUELINE ALVES DE CAMPOS	4,00	21,00	8,00	9,00	**06/01/1997**	**N**	**42,00**	17º	RP
527	VITOR HENRIQUE DE SOUZA DOS SANTOS	4,00	21,00	8,00	9,00	**06/08/1998**	**N**	**42,00**	18º	RP
77	MARIA JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS MARTINS	4,00	21,00	4,00	12,00	**30/04/1986**	**N**	**41,00**	19º	RP
1395	ELAINE COLETA LEAL	4,00	21,00	-	15,00	**07/01/1986**	**N**	**40,00**	20º	RP
109	WELLINGTON HELDER SÃO MARCO BASSAROTTI	4,00	18,00	4,00	12,00	**20/12/1987**	**N**	**38,00**	21º	RP
1009	DOUGLAS RODRIGUES CINTRA	4,00	12,00	4,00	12,00	**21/04/1982**	**N**	**32,00**	22º	RP
495	ANA DE JESUS ANDRADE	-	18,00	4,00	6,00	**10/02/1993**	**N**	**28,00**	23º	RP
1625	PAULO SERGIO PAES DOS SANTOS	-	15,00	4,00	3,00	**19/01/1999**	**N**	**22,00**	24º	RP
1657	ELIZEU DE ARAÚJO TEIXEIRA	-	-	-	-	**14/01/1983**	**N**	**ausente**	25º	RP
111	MARINÊS RODRIGUÊS GONÇALVES MADALENA	-	-	-	-	**11/03/1986**	**N**	**ausente**	26º	RP
1350	RENAN DA SILVA BANDEIRA	-	-	-	-	**25/09/1999**	**N**	**ausente**	27º	RP

26-Entrevistador Social Bolsa Família

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	COL	SIT
977	THIALITA BRUNA RIBEIRO DE SOUZA	4,00	24,00	8,00	12,00	**21/02/1998**	**N**	**48,00**	1º	RP

27-Monitor de Esportes Bom de Bola, Bom de Escola

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	COL	SIT
112	KLEBER PEREIRA DE OLIVEIRA	16,00	21,00	8,00	12,00	**07/10/1991**	**N**	**57,00**	1º	AP
1347	ELIZABETE APARECIDA ANTONIA DE PAULA	16,00	21,00	4,00	9,00	**22/09/1976**	**N**	**50,00**	2º	AP
425	LANDERSON ORLANDO DIAS	8,00	24,00	4,00	6,00	**15/07/1994**	**N**	**42,00**	3º	AP

29-Monitor de Recreação e Jogos

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	COL	SIT
747	RAIANE GOMES VIANA	-	-	-	-	**20/01/1997**	**N**	**ausente**		RP

31-Orientador Social para crianças, adolescentes e jovens

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	COL	SIT
964	ROBERTA TELLES RODRIGUES MICHALSKI	12,00	27,00	12,00	15,00	**14/12/1981**	**N**	**66,00**	1º	AP
442	THAIS DA SILVA GARCIA	16,00	27,00	8,00	12,00	**31/01/1992**	**N**	**63,00**	2º	CR
600	ALAN WILLIAM DO NASCIMENTO NAZARIO	16,00	27,00	8,00	12,00	**07/01/1996**	**N**	**63,00**	3º	CR
1103	ALINE SOARES SILVA	12,00	27,00	8,00	12,00	**15/02/1993**	**N**	**59,00**	4º	CR
470	ANDRÉIA RIBEIRO VIEIRA	12,00	27,00	4,00	15,00	**12/06/1989**	**N**	**58,00**	5º	CR
5	MARINEIDE APARECIDA DO PRADO VILERÁ	16,00	18,00	8,00	9,00	**15/07/1963**	**N**	**51,00**	6º	CR
422	ANA MARIA DOS SANTOS BARBOSA KHIPPAIZ	-	-	-	-	**21/07/1977**	**N**	**ausente**	7º	RP
1433	LILIANE GOMES CAMPOS	-	-	-	-	**08/06/1981**	**N**	**ausente**	8º	RP
458	THICIANE DO CARMO CASTILHO QUEIROZ DE MOURA	-	-	-	-	**06/01/1993**	**N**	**ausente**	9º	RP
582	FRANCIELY MORAIS SANCHES	-	-	-	-	**10/08/1995**	**N**	**ausente**	10º	RP

30-Orientador Social CREAS/PAEFI

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	COL	SIT
1608	DAYANA SANCHES DE ARRUDA	8,00	27,00	12,00	15,00	**15/12/1993**	**N**	**62,00**	1º	AP
468	VALERIA PRUDENCIO RODRIGUES	12,00	24,00	12,00	9,00	**13/11/1985**	**N**	**57,00**	2º	CR
723	LETICIA REGINA DE OLIVEIRA MARTINS	8,00	24,00	12,00	6,00	**09/04/1977**	**N**	**50,00**	3º	CR
1430	DANIELLE DIAS ANDRÉ	4,00	18,00	8,00	15,00	**23/07/1994**	**N**	**45,00**	4º	RP
412	IVANETE DO NASCIMENTO ORLANDO DIAS	-	-	-	-	**28/01/1972**	**N**	**ausente**	5º	RP
1410	ROSA MARIA PEREIRA DA COSTA	-	-	-	-	**11/05/1975**	**N**	**ausente**	6º	RP

36-Técnico ACESSUAS

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	COL	SIT

1402	PEDRO HENRIQUE GONÇALVES DA SILVA SOBRINHO	4,00	24,00	12,00	12,00	**26/10/1992**	**N**	**52,00**	1º	RP

49-Técnico Cadastro Imobiliário (CR)

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	COL	SIT
1120	MARIA BETANIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA	4,00	18,00	8,00	15,00	**10/07/1980**	**N**	**45,00**	1º	RP
907	VAGNER DE SOUZA NANTES	-	18,00	4,00	18,00	**28/06/1985**	**N**	**40,00**	2º	RP
306	DHIENE MAMEDES DIAS	-	-	-	-	**14/07/1990**	**N**	**ausente**	3º	RP

48-Técnico de Enfermagem (CR)

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	COL	SIT
1586	FABIO MICHEL SOARES TEIXEIRA	20,00	24,00	12,00	18,00	**16/06/1986**	**N**	**74,00**	1º	CR
234	GABRIELLY FERNANDA DELMONDES DE SOUZA	12,00	27,00	16,00	9,00	**11/09/2000**	**N**	**64,00**	2º	CR
1488	FABIANA RENATA DOMENICI	8,00	21,00	12,00	9,00	**24/05/1984**	**N**	**50,00**	3º	CR
923	ELIANA INDALECIO GOMES	12,00	15,00	8,00	9,00	**24/01/1977**	**N**	**44,00**	4º	CR
543	NADIA GUILENA DE CASTRO MELO	12,00	18,00	4,00	9,00	**28/05/1972**	**N**	**43,00**	5º	CR
454	HOSANA RODRIGUES ROCHA	4,00	24,00	8,00	18,00	**31/10/1988**	**N**	**54,00**	6º	RP
1648	MICHELE CRISTIANE PEREIRA	12,00	24,00	-	12,00	**11/04/1983**	**N**	**48,00**	7º	RP
1533	REGIANE OLIVEIRA DE SOUZA DE MELO	20,00	21,00	-	6,00	**03/08/1980**	**N**	**47,00**	8º	RP
637	THAMIRES MOREIRA SANTOS	4,00	18,00	16,00	9,00	**11/04/1995**	**N**	**47,00**	9º	RP
322	ROSILAINE MARQUES QUEIROZ	8,00	21,00	-	15,00	**04/07/1985**	**N**	**44,00**	10º	RP
1472	MARCELA CRISTINA ALVES MAZALLI	4,00	24,00	8,00	3,00	**25/11/1987**	**N**	**39,00**	11º	RP
1251	ROSENILDA SOUSA DELMONDES	8,00	18,00	-	12,00	**08/06/1978**	**N**	**38,00**	12º	RP
755	ELISABETE CRISTINA ALVES NEVES	4,00	18,00	8,00	6,00	**24/12/1992**	**N**	**36,00**	13º	RP
1090	DANIEL CÁCERES LOPEZ	4,00	9,00	12,00	6,00	**20/03/1987**	**N**	**31,00**	14º	RP
90	WANDERSON LOURENÇO DA SILVA	-	-	-	-	**10/08/1987**	**N**	**ausente**	15º	RP

15-Técnico em Contabilidade

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	COL	SIT
1432	JOSÉ ANTONIO DE PAIVA	20,00	18,00	12,00	18,00	**13/06/1967**	**N**	**68,00**	1º	AP
344	ROBSON MARCAL DE ARAUJO	16,00	27,00	16,00	9,00	**02/08/1987**	**N**	**68,00**	2º	CR
165	CLAUDIO WELLKER OLIVEIRA TAVARES	12,00	27,00	8,00	21,00	**15/01/1998**	**N**	**68,00**	3º	CR
565	TAIZ GOMES DE OLIVEIRA	12,00	27,00	12,00	12,00	**05/09/1997**	**N**	**63,00**	4º	CR
650	RODRIGO SILVA DOS ANJOS	8,00	27,00	8,00	18,00	**01/02/1995**	**N**	**61,00**	5º	CR
164	MARIA FELICIA JURRUPI DE OLIVEIRA	8,00	30,00	12,00	6,00	**24/03/1990**	**N**	**56,00**	6º	CR
360	EDELCIDES APARECIDO TOLON	8,00	12,00	4,00	24,00	**02/11/1961**	**N**	**48,00**	7º	CR
398	ELIZANGELA SOARES DOS SAANTOS	8,00	24,00	4,00	6,00	**02/08/1985**	**N**	**42,00**	8º	CR
332	VALMIR BORGES VIRTUOSO	4,00	21,00	16,00	21,00	**19/11/1983**	**N**	**62,00**	9º	RP
1540	EDILENE BRANDÃO DE OLIVEIRA SILVA	4,00	27,00	12,00	18,00	**25/10/1975**	**N**	**61,00**	10º	RP
142	EDMAR DA SILVA	4,00	27,00	12,00	12,00	**04/04/1987**	**N**	**55,00**	11º	RP
743	ISAQUE BATISTA DE FARIAS	4,00	24,00	8,00	15,00	**08/10/1991**	**N**	**51,00**	12º	RP
915	MAYARA STEFANIA LINS	4,00	21,00	12,00	12,00	**17/01/1993**	**N**	**49,00**	13º	RP
1568	GABRIELLE SANTOS DE ASSUNÇÃO	4,00	21,00	16,00	6,00	**03/01/1998**	**N**	**47,00**	14º	RP
762	TIAGO VICENSOTTO	4,00	21,00	8,00	12,00	**18/07/1992**	**N**	**45,00**	15º	RP
1614	FABIANA DERALDINA DA CRUZ	4,00	18,00	8,00	9,00	**13/04/1983**	**N**	**39,00**	16º	RP
1397	CRISTIANE DIAS PEREIRA	4,00	18,00	-	15,00	**23/03/1988**	**N**	**37,00**	17º	RP
808	VIVIAN MEIRIELLE VARANDA RAMOS	4,00	15,00	-	18,00	**29/04/2001**	**N**	**37,00**	18º	RP
1564	WANDERSON MARTINS DOS SANTOS	4,00	9,00	-	9,00	**15/03/1992**	**N**	**22,00**	19º	RP
545	ELIZETE ALVES DORNELES	-	-	-	-	**03/05/1985**	**N**	**ausente**	20º	RP
1420	CARLA ODETE MARQUES DE MATOS	-	-	-	-	**25/07/1994**	**N**	**ausente**	21º	RP

16-Técnico em Tributação

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	COL	SIT
1435	GRACIANE MENDONÇA DE SOUZA	20,00	24,00	16,00	24,00	**27/03/1985**	**N**	**84,00**	1º	AP
357	JOELSON LUIZ DOS SANTOS	16,00	30,00	16,00	21,00	**01/11/1992**	**N**	**83,00**	2º	CR
1123	ALEXANDRE LEAL DOS SANTOS	16,00	27,00	12,00	21,00	**06/01/1997**	**N**	**76,00**	3º	CR
1169	BRUNA ERIKA SOARES NEVES	12,00	27,00	12,00	15,00	**25/01/1997**	**N**	**66,00**	4º	CR
1534	THAYSA CRISTINA MORAIS GOMES	12,00	30,00	12,00	9,00	**10/09/1992**	**N**	**63,00**	5º	CR
65	RHAYELLE MONIQUE ANGELA RODRIGUES	12,00	27,00	8,00	15,00	**29/09/1993**	**N**	**62,00**	6º	CR
133	JULIA JANICE LOFFLER	12,00	24,00	8,00	18,00	**25/11/1992**	**N**	**62,00**	7º	CR
117	ELOVER ALVES ARANTES JÚNIOR	8,00	27,00	8,00	15,00	**27/01/2001**	**N**	**58,00**	8º	CR
8	EDNA MARIA DA SILVA ASSUNÇÃO	16,00	21,00	4,00	12,00	**09/01/1975**	**N**	**53,00**	9º	CR
277	MIGUEL OLIVEIRA FILHO	16,00	21,00	4,00	12,00	**26/09/1980**	**N**	**53,00**	10º	CR
145	POLIANA RIBEIRO DOS SANTOS ARAUJO	8,00	27,00	8,00	9,00	**03/01/1994**	**N**	**52,00**	11º	CR
1119	KALLYANE DE MORAES	8,00	24,00	8,00	12,00	**17/10/1992**	**N**	**52,00**	12º	CR
1344	TAYNARA GUIDINI DOS REIS	16,00	27,00	4,00	3,00	**13/08/1999**	**N**	**50,00**	13º	CR
598	GENIVAL PEREIRA DE ARAÚJO	8,00	24,00	4,00	9,00	**03/03/1995**	**N**	**45,00**	14º	CR
28	DOUGLAS FERREIRA DA SILVA	12,00	18,00	4,00	9,00	**31/03/1996**	**N**	**43,00**	15º	CR
7	NEVITON TRINDADE JESUS DOS SANTOS	4,00	30,00	4,00	18,00	**23/05/1995**	**N**	**56,00**	16º	RP
1464	RAYANNA LEQUE DINIZ FORTE DALTRO DREHER	4,00	24,00	12,00	15,00	**29/12/1989**	**N**	**55,00**	17º	RP
851	WELIKHA DE SALES DOMICIANO	12,00	21,00	-	12,00	**06/11/1992**	**N**	**45,00**	18º	RP
1580	ALDMAR MATOS DOS SANTOS	12,00	15,00	4,00	6,00	**23/02/1980**	**N**	**37,00**	19º	RP
617	ANDERSON ARANTES DO AMARAL	-	-	-	-	**01/07/1981**	**N**	**ausente**	20º	RP
490	ELAINE MARIA DÓTOLI DOS SANTOS	-	-	-	-	**21/03/1984**	**N**	**ausente**	21º	RP
580	ROBSON RODRIGUES COSTA	-	-	-	-	**08/08/1992**	**N**	**ausente**	22º	RP
1461	ERICA ALVES DE BRITO	-	-	-	-	**31/07/1993**	**N**	**ausente**	23º	RP
542	DJENIFFER BETÂNIA DE SOUZA	-	-	-	-	**10/02/2001**	**N**	**ausente**	24º	RP

42-Assistente Social (CR)											
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**TÍTULOS**	**TOTAL PROVA OBJETIVA + TÍTULOS**	**COL**	**SIT**
1279	JEAN CARLOS BERNARDES SILVA	16,00	27,00	15,00	**22/07/1994**	**N**	**58,00**	-	**58,00**	1º	CR
416	MARCELO DANIEL DA SILVA	-	-	-	**07/02/1972**	**N**	**ausente**	-	-	2º	RP
342	JOSEANY LUIZA DE AMORIM	-	-	-	**09/07/1978**	**N**	**ausente**	-	-	3º	RP
18-Assistente Social CRAS/PAIF											
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**TÍTULOS**	**TOTAL PROVA OBJETIVA + TÍTULOS**	**COL**	**SIT**
759	LEONORA MASSAVI HURTADO	20,00	18,00	9,00	**24/07/1986**	**N**	**47,00**	**-**	**47,00**	1º	AP
1068	CECILIA DOS ANJOS FERREIRA	12,00	24,00	6,00	**23/04/1972**	**N**	**42,00**	-	-	2º	RP
1075	MARCIA DA MATA DOS SANTOS	4,00	12,00	18,00	**23/09/1978**	**N**	**34,00**	-	-	3º	RP
530	MARGARETH DAROLD MARTINS	-	-	-	**24/05/1960**	**N**	**ausente**	-	-	4º	RP
130	DERLUZA CARMO DA CUNHA FONTES	-	-	-	**04/12/1968**	**N**	**ausente**	-	-	5º	RP
60	ELISANGELA DE MELO PENA	-	-	-	**09/03/1980**	**N**	**ausente**	-	-	6º	RP
17-Assistente Social CREAS/PAEFI											
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**TÍTULOS**	**TOTAL PROVA OBJETIVA + TÍTULOS**	**COL**	**SIT**
212	PATRICK MASSERON NUNES	28,00	27,00	15,00	**27/12/1990**	**N**	**70,00**	-	**70,00**	1º	AP
506	PATRICIA ONESMA BARBOSA DA SILVA	16,00	27,00	18,00	**10/12/1983**	**N**	**61,00**	-	**61,00**	2º	CR
765	HAISSA CARDOSO	16,00	21,00	15,00	**16/08/1992**	**N**	**52,00**	-	**52,00**	3º	CR
291	LUCIANA CRISTINA CLAUDINO DE MIRANDA	16,00	18,00	15,00	**11/12/1974**	**N**	**49,00**	-	**49,00**	4º	CR
153	ANA LUCIA GERMANO ROSA	12,00	12,00	9,00	**21/06/2019**	**S**	**33,00**	-	**33,00**	5º	RP
417	MARCELO DANIEL DA SILVA	-	-	-	**07/02/1972**	**N**	**ausente**	-	-	6º	RP
35	ADRIANA SANTOS SOUZA	-	-	-	**07/07/1974**	**N**	**ausente**	-	-	7º	RP
19-Assistente Social Equipe Volante											
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**TÍTULOS**	**TOTAL PROVA OBJETIVA + TÍTULOS**	**COL**	**SIT**
1447	TEREZINHA DA SILVA MENEGHETTI	24,00	24,00	21,00	**02/04/1970**	**N**	**69,00**	**-**	**69,00**	1º	AP
440	MÁRCIA RIGONI	12,00	21,00	18,00	**17/11/1992**	**N**	**51,00**	-	**51,00**	2º	RP
97	MARTA REGINA DA SILVA	12,00	12,00	15,00	**18/06/1966**	**N**	**39,00**	-	**39,00**	3º	RP
1268	HELOISA REGINA RONCONI DALMAS	8,00	18,00	12,00	**27/07/1969**	**N**	**38,00**	-	**38,00**	4º	RP
355	REGINEY LUCIA NUNES RIBEIRO	-	-	-	**14/07/1976**	**N**	**ausente**	-	-	5º	RP
761	KELI SOARES	-	-	-	**25/04/1979**	**N**	**ausente**	-	-	6º	RP
40-Bioquímico/Farmacêutico (CR)											
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**TÍTULOS**	**TOTAL PROVA OBJETIVA + TÍTULOS**	**COL**	**SIT**
1651	LUANA RAIANE LINHARES DE FREITAS	36,00	18,00	15,00	**30/08/1991**	**N**	**69,00**	-	**69,00**	1º	CR
1057	JAQUELINE VASCONCELOS	24,00	27,00	15,00	**23/08/1990**	**N**	**66,00**	-	**66,00**	2º	CR
1283	PATRICIA PEREIRA DA SILVA	24,00	24,00	18,00	**25/09/1983**	**N**	**66,00**	-	**66,00**	3º	CR
1168	YURI RAPHAEL MONÇAO ALVES	24,00	24,00	18,00	**02/05/1990**	**N**	**66,00**	-	**66,00**	4º	CR
910	LILIANE MARTINS LEITE	20,00	21,00	18,00	**04/02/1986**	**N**	**59,00**	-	**59,00**	5º	CR
1133	NORMANDINA WILL	40,00	9,00	18,00	**06/11/1956**	**N**	**67,00**	-	**67,00**	6º	CR
391	SANDRA MARA DALMORO	36,00	18,00	12,00	**21/02/1991**	**N**	**66,00**	-	**66,00**	7º	CR
1438	CLAUDINEI KREMER FRANCO	16,00	30,00	18,00	**06/02/1983**	**N**	**64,00**	-	**64,00**	8º	CR
89	RITYELLEN BIAZOTO MAGALHÃES	24,00	24,00	12,00	**06/05/1996**	**N**	**60,00**	-	**60,00**	9º	CR
556	LEILIANE SILVA LIMA	20,00	18,00	9,00	**10/04/1995**	**N**	**47,00**	-	**47,00**	10º	CR
1258	MILENE MARQUES GIOVANINI	20,00	9,00	15,00	**14/12/1987**	**N**	**44,00**	-	**44,00**	11º	CR

1380	RENATTA OLIVEIRA CASTRIANI	12,00	18,00	21,00	04/11/1993	N	51,00	-	51,00	12º	RP
1091	NUBIA SANTOS DA CUNHA	-	-	-	26/01/1981	N	ausente	-	-	13º	RP
989	GABRIELA MAYARA VIEIRA WILLE LIBÓRIO	-	-	-	11/01/1996	N	ausente	-	-	14º	RP
35-Coordenador ACESSUAS											
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**TÍTULOS**	**TOTAL PROVA OBJETIVA + TÍTULOS**	**COL**	**SIT**
55	CLAUDIO ARAUJO MACHADO	28,00	24,00	30,00	10/02/1990	N	82,00	-	82,00	1º	AP
1364	ANA PAULA DE ALMEIDA	36,00	24,00	21,00	14/08/1990	N	81,00	-	81,00	2º	CR
1027	JONAS MARTINHO LOFFLER	24,00	27,00	21,00	13/07/1973	N	72,00	-	72,00	3º	CR
773	SUELI NATALINA JARA	28,00	24,00	18,00	19/12/1961	N	70,00	-	70,00	4º	CR
67	RHAYELLE MONIQUE ANGELA RODRIGUES	32,00	18,00	15,00	29/09/1993	N	65,00	-	65,00	5º	CR
94	ROBSON MARCAL DE ARAUJO	16,00	27,00	15,00	02/08/1987	N	58,00	-	58,00	6º	CR
1581	DIEGO MENDES DE OLIVEIRA	-	-	-	19/12/1990	N	ausente	-	-	7º	P
24-Educador Social CREAS/ PAEFI											
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**TÍTULOS**	**TOTAL PROVA OBJETIVA + TÍTULOS**	**COL**	**SIT**
1043	FRANCIELE RICARDO DE MATOS	24,00	21,00	9,00	28/02/1988	N	54,00	-	54,00	1º	AP
1457	WAGNER DIAS DE MOURA	24,00	15,00	15,00	17/06/1977	N	54,00	-	54,00	2º	CR
369	SUSANITA DE SOUZA RODRIGUES	20,00	12,00	18,00	19/02/1982	N	50,00	1,00	51,00	3º	CR
1593	ILDELENE APARECIDA DA COSTA QUEIROZ	32,00	6,00	12,00	05/12/1976	N	50,00	-	50,00	4º	CR
6	DAIANY NAYARA PEREIRA REZENDE	20,00	15,00	15,00	30/03/1989	N	50,00	-	50,00	5º	CR
430	IVANETE DO NASCIMENTO ORLANDO DIAS	16,00	9,00	3,00	28/01/1972	N	28,00	-	-	6º	RP
1549	APARECIDA ALVES CABRAL CRUZ	-	-	-	17/11/1979	N	ausente	-	-	7º	RP
25-Educador Social para Idosos											
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**TÍTULOS**	**TOTAL PROVA OBJETIVA + TÍTULOS**	**COL**	**SIT**
1130	JOÃO BOSCO SEBASTIÃO	32,00	27,00	18,00	13/05/1968	N	77,00	-	77,00	1º	AP
110	SILVANA APARECIDA CHAGAS LINHARES	24,00	24,00	21,00	21/11/1983	N	69,00	-	69,00	2º	CR
389	FABIANA BATISTA THOMAZ	20,00	27,00	21,00	03/10/1987	N	68,00	-	68,00	3º	CR
435	LANDERSON ORLANDO DIAS	24,00	24,00	12,00	15/07/1994	N	60,00	-	60,00	4º	CR
818	LETÍCIA PRADO DE SOUZA	24,00	18,00	12,00	20/03/1989	N	54,00	-	54,00	5º	CR
304	ERENICE ROSIANS DOS SANTOS	20,00	9,00	21,00	30/11/1975	N	50,00	-	50,00	7º	CR
12	MARTA MATOS LIMA	20,00	9,00	12,00	16/10/1982	N	41,00	1,00	42,00	9º	CR
73	MARIA DOS ANJOS DE ANDRADE	12,00	18,00	21,00	03/03/1984	N	51,00	-	51,00	6º	RP
1428	NEUVVANE GAMERO ANDRADE GUEVARA	12,00	18,00	15,00	02/08/1976	N	45,00	-	45,00	8º	RP
1542	FÁTIMA GUTIERREZ DA SILVA	8,00	9,00	15,00	15/04/1983	N	32,00	-	32,00	10º	RP
399	LUCIENE DA SILVA RIBEIRO E SILVA	-	-	-	29/08/1982	N	ausente	-	-	11º	RP
434	ADRIANE SILVA DE ABREU OLIVEIRA	-	-	-	19/02/1986	N	ausente	-	-	12º	RP
41-Enfermeiro (CR)											
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**TÍTULOS**	**TOTAL PROVA OBJETIVA + TÍTULOS**	**COL**	**SIT**
873	GISLAINE PATRÍCIA BARROS DOS SANTOS	40,00	27,00	27,00	23/01/1990	N	94,00	-	94,00	1º	CR
1584	FABIO MICHEL SOARES TEIXEIRA	20,00	27,00	18,00	16/06/1986	N	65,00	-	65,00	2º	CR
1682	LÍRIA SIMONE ESSI	20,00	15,00	15,00	08/09/1975	N	50,00	-	50,00	3º	CR
1624	ANDREIA PARREIRA MARQUES	20,00	15,00	15,00	05/12/1988	N	50,00	-	50,00	4º	CR
480	MARIANA APARECIDA SOUZA NASCIMENTO	16,00	21,00	15,00	06/09/1994	N	52,00	-	52,00	5º	CR

1485	MARINEIDE APARECIDA NUNES	16,00	15,00	21,00	04/11/1967	N	52,00	-	52,00	6º	CR
526	JENIFFER LARANJA	20,00	18,00	12,00	29/11/1993	N	50,00	-	50,00	7º	CR
83	PATRICIA SOARES DOS SANTOS	16,00	18,00	12,00	09/11/1990	N	46,00	-	46,00	9º	CR
26	MARIA DALIANI LIMA OLIVEIRA	12,00	12,00	24,00	09/02/1985	N	48,00	-	48,00	8º	RP
1611	ANGELA MARIA RODRIGUES	12,00	15,00	9,00	04/01/1986	N	36,00	-	36,00	10º	RP
345	LÚCIA VITÓRIA DA SILVA ASSUNÇÃO DE SOUZA	12,00	15,00	9,00	30/04/1997	N	36,00	-	36,00	11º	RP
410	ALINE DOS SANTOS AVELINO	12,00	9,00	9,00	07/09/1989	N	30,00	-	30,00	12º	RP
263	ELIZANGELA DOS SANTOS VARANDA	-	-	-	20/03/1981	N	ausente	-	-	13º	RP
1669	TAIRO BARROS BRANCO	-	-	-	26/06/1992	N	ausente	-	-	14º	RP
959	FABRÍCIO JESUS MARTINS	-	-	-	01/11/1994	N	ausente	-	-	15º	RP

05 - Fisioterapeuta

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	TÍTULOS	TOTAL PROVA OBJETIVA + TÍTULOS	COL	SIT
104	MARIA ELIANE DOS SANTOS	32,00	27,00	15,00	26/05/1996	N	74,00	-	74,00	1º	AP
1314	CRISTIAN OLIVEIRA DE ABREU	32,00	21,00	15,00	24/03/1993	N	68,00	-	68,00	2º	CR
411	KALIANE RODRIGUES MARTINS	28,00	15,00	15,00	07/11/1993	N	58,00	-	58,00	3º	CR
1209	ANA CAROLINA DA SILVA	24,00	24,00	12,00	05/09/1994	N	60,00	-	60,00	4º	CR
642	KELCILENE NASCIMENTO PEREIRA	32,00	21,00	6,00	28/06/1993	N	59,00	-	59,00	5º	CR
1541	ALINE BITENCOURT DE ALMEIDA	24,00	15,00	12,00	14/10/1987	N	51,00	-	51,00	6º	CR
1371	LETICIA SILVA GOMES	8,00	15,00	9,00	13/08/1996	N	32,00	-	32,00	7º	RP
1144	ISABELA CRISTINA DE JESUS COSTA	-	-	-	23/03/1994	N	ausente	-	-	8º	RP

7-Médico

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	TÍTULOS	TOTAL PROVA OBJETIVA + TÍTULOS	COL	SIT
1663	MILENA AMORIM VANETI	40,00	21,00	21,00	16/02/1994	N	82,00	-	82,00	1º	AP
996	MONYKE MENDES GOUVEIA	28,00	27,00	21,00	07/01/1994	N	76,00	-	76,00	2º	CR
894	DAVID VERSALLI SOUZA	28,00	27,00	18,00	19/10/1989	N	73,00	-	73,00	3º	CR
890	JEFFERSON THIAGO NASCIMENTO DE OLIVEIRA	28,00	21,00	12,00	21/03/1989	N	61,00	-	61,00	4º	CR
1429	CLOVIS FAGUNDES BOTELHO	24,00	27,00	9,00	31/01/1983	N	60,00	-	60,00	5º	CR
1196	SAULO MANSUETO RODRIGUES PALMA	24,00	21,00	12,00	19/02/1988	N	57,00	-	57,00	6º	CR
466	LUIZ VAGNER SILVEIRA GOLEMBIOUSKI	24,00	18,00	15,00	14/10/1991	N	57,00	-	57,00	7º	CR
925	RUTH B ORGES DA RESSURREIÇÃO	20,00	27,00	6,00	31/07/1992	N	53,00	-	53,00	8º	CR
972	DANIELE CAROLINE LOPES LIMA	20,00	24,00	6,00	31/03/1990	N	50,00	1,00	51,00	9º	CR
192	RUDYARD ALEXEI MURILLO GARVIZU	-	-	-	14/04/1969	N	ausente	-	-	10º	RP
1383	MARCIO CARVALHO SANT'ANA	-	-	-	17/10/1971	N	ausente	-	-	11º	RP
1282	ANA CLEIDE SILVA SOUZA	-	-	-	07/02/1978	N	ausente	-	-	12º	RP
933	PRISCILA COELHO SILVA LIBÓRIO	-	-	-	02/02/1991	N	ausente	-	-	13º	RP
878	CAROLINE REYES	-	-	-	16/12/1992	N	ausente	-	-	14º	RP
558	RAFAEL MÜLLER SANTOS	-	-	-	03/04/1994	N	ausente	-	-	15º	RP
829	LUDIMILIA HENRIQUE DE SOUZA	-	-	-	19/01/1995	N	ausente	-	-	16º	RP

44-Médico PSF (CR)

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	TÍTULOS	TOTAL PROVA OBJETIVA + TÍTULOS	COL	SIT
318	GILSON DA SILVA MIRANDA	36,00	27,00	21,00	10/02/1984	N	84,00	-	84,00	1º	CR
220	TALITA GRASIELE GEIER	32,00	30,00	21,00	02/12/1994	N	83,00	-	83,00	2º	CR

1233	MARCIELY BRITO DE SOOUZA	20,00	30,00	15,00	11/09/1992	N	65,00	-	65,00	3º	CR
1310	EWERTON MANTESSO COIMBRA	20,00	27,00	15,00	30/01/1995	N	62,00	-	62,00	4º	CR
1666	FELIPE ROQUE DE ASSIS	16,00	30,00	15,00	02/06/1992	N	61,00	-	61,00	5º	CR
473	MIRELA GOMES DE CARVALHO	20,00	12,00	15,00	18/04/1992	N	47,00	-	47,00	8º	CR
125	FELICIO MARTINS DO NASCIMENTO	16,00	15,00	9,00	19/10/1988	N	40,00	-	40,00	9º	CR
938	EDILAINE ROMEIRO	12,00	30,00	18,00	31/07/1992	N	60,00	-	60,00	6º	RP
1313	NAIADE DE PAIVA SOARES	12,00	27,00	18,00	26/12/1993	N	57,00	-	57,00	7º	RP
844	HEMERSON CONSTANTINO DE MELO	12,00	18,00	9,00	11/09/1989	N	39,00	-	39,00	10º	RP
213	ELI ANGELA DA SILVA	-	-	-	27/05/1976	N	ausente	-	-	11º	RP
1588	EVANDRO FLORIANO SILVA	-	-	-	08/08/1979	N	ausente	-	-	12º	RP
1109	DANILLO HENRIQUE DE LIMA LEPORONI	-	-	-	21/05/1989	N	ausente	-	-	13º	RP
1259	ALEXANDRE BRANDÃO	-	-	-	09/05/1992	N	ausente	-	-	14º	RP
1071	HYURE FERREIRA MIRANDA	-	-	-	29/05/1992	N	ausente	-	-	15º	RP

45-Nutricionista (CR)

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	TÍTULOS	TOTAL PROVA OBJETIVA + TÍTULOS	COL	SIT
221	ANA RITA DE CASSIA CHAVARELLI	36,00	24,00	24,00	10/03/1997	N	84,00	-	84,00	1º	CR
351	CLAUDIA REGINA DA SILVA FRUTUOSO	-	-	-	03/05/1971	N	ausente	-	-	2º	RP
254	ELIANA SILVIA OLIVEIRA RODRIGUES	-	-	-	05/03/1987	N	ausente	-	-	3º	RP

46-Odontólogo PSF (CR)

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	TÍTULOS	TOTAL PROVA OBJETIVA + TÍTULOS	COL	SIT
1378	RICARDO ALVES DE LIMA	36,00	24,00	27,00	23/02/1996	N	87,00	-	87,00	1º	CR
941	TREVISAN VIANA DA SILVA	40,00	21,00	21,00	04/10/1984	N	82,00	-	82,00	2º	CR
1441	UBIRAJARA SOARES TARTARO	36,00	21,00	21,00	01/01/1948	N	78,00	-	78,00	3º	CR
1506	MICHAELA PACHECO	28,00	24,00	18,00	21/09/1991	N	70,00	-	70,00	4º	CR
614	MARCELO PEREIRA DA SILVA JUNIOR	24,00	27,00	18,00	22/07/1997	N	69,00	-	69,00	5º	CR
382	WILLIAN CORREA MORAES	24,00	24,00	21,00	07/09/1986	N	69,00	-	69,00	6º	CR
363	KEVIN KAPONNE STOCCO ROMANO	28,00	21,00	18,00	14/11/1994	N	67,00	-	67,00	7º	CR
1439	ANA CARMEM TAVARES MODESTO	24,00	30,00	12,00	11/01/1996	N	66,00	-	66,00	8º	CR
1358	JULIANA MAURÍCIO DA ROCHA	20,00	30,00	15,00	16/09/1983	N	65,00	1,00	66,00	9º	CR
1413	EDSON UBÁ SERRATO NETO	32,00	24,00	9,00	30/05/1995	N	65,00	-	65,00	10º	CR
331	WELINGTON VINICIUS MININEL	20,00	30,00	15,00	14/11/1983	N	65,00	-	65,00	11º	CR
1469	OLIVÉRIO RAFAEL FERREIRA MAIA	20,00	30,00	15,00	17/06/1991	N	65,00	-	65,00	12º	CR
486	ADÃO JAIR DE OLIVEIRA PEREIRA	24,00	24,00	15,00	05/04/1981	N	63,00	-	63,00	13º	CR
1049	RAFAELA VILLAS BOAS SCHARDOSIN	20,00	24,00	18,00	06/05/1997	N	62,00	-	62,00	14º	CR
1129	VICTOR HENRIQUE ALBUQUERQUE FERNANDES DA CUNHA	20,00	18,00	24,00	17/02/1997	N	62,00	-	62,00	15º	CR
711	VICTOR SALVIONI ARAGON	28,00	24,00	9,00	09/07/1993	N	61,00	-	61,00	16º	CR
119	HELEM CHEMIM	24,00	27,00	9,00	08/12/1986	N	60,00	1,00	61,00	17º	CR
33	JANINNE RODRGUES PINHEIRO DA SILVA	16,00	27,00	15,00	20/05/1990	N	58,00	-	58,00	18º	CR
1132	HELOISA DO PRADO SUCUPIRA	20,00	24,00	12,00	05/08/1996	N	56,00	-	56,00	19º	CR
986	GISELE MARTINEZ LOURENÇO DE OLIVEIRA	16,00	30,00	9,00	15/04/1991	N	55,00	-	55,00	20º	CR
1594	ANA PAULA DA SILVA TRETTEL	24,00	15,00	15,00	28/09/1981	N	54,00	-	54,00	21º	CR
1454	JESSICA KOWALCZKI	16,00	24,00	12,00	07/03/1992	N	52,00	-	52,00	22º	CR

1498	RUBIA RODRIGUES DA SILVA	16,00	18,00	18,00	**20/11/1990**	**N**	**52,00**	-	**52,00**	23º	CR
931	TIAGO COSTA GUIMARAES	24,00	12,00	15,00	**22/08/1985**	**N**	**51,00**	-	**51,00**	24º	CR
638	LETICIA KARINE CHIUCHI GOMES	16,00	24,00	9,00	**06/01/1978**	**N**	**49,00**	1,00	**50,00**	25º	CR
609	BRUNO MATSUSHITA	16,00	18,00	15,00	**13/02/1992**	**N**	**49,00**	-	**49,00**	26º	CR
105	GABRIELLY CRISTINNI LUIZ DA COSTA	20,00	15,00	12,00	**26/09/1996**	**N**	**47,00**	-	**47,00**	27º	CR
1200	THAISA JULIANA DA SILVA MARQUES	20,00	12,00	12,00	**01/12/1994**	**N**	**44,00**	-	**44,00**	29º	CR
1160	VALQUIRIA FERNANDA ERMISDORFF DE SOUZA	8,00	21,00	18,00	**11/07/1979**	**N**	**47,00**	-	**47,00**	28º	RP
1408	JUSSIMAR OLIVEIRA LIMA	-	-	-	**10/07/1976**	**N**	**ausente**	-	-	30º	RP
1595	EDUARDO MORAES NOGUEIRA	-	-	-	**12/05/1985**	**N**	**ausente**	-	-	31º	RP
1571	SIMONE SOUZA DE OLIVEIRA	-	-	-	**11/10/1986**	**N**	**ausente**	-	-	32º	RP
507	EDUARDA RODRIGUES DOS SANTOS	-	-	-	**19/01/1993**	**N**	**ausente**	-	-	33º	RP
1475	MONIQUE SOUZA PROCÓPIO	-	-	-	**15/12/1995**	**N**	**ausente**	-	-	34º	RP
1427	THAIS GUIMARÃES MARTINS	-	-	-	**12/11/1996**	**N**	**ausente**	-	-	35º	RP
1256	VANESSA CAMILA PIRES	-	-	-	**19/03/1997**	**N**	**ausente**	-	-	36º	RP
1638	JOÃO PAULO COLLODETTO	-	-	-	**30/04/1997**	**N**	**ausente**	-	-	37º	RP

14-Psicólogo

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	TÍTULOS	TOTAL PROVA OBJETIVA + TÍTULOS	COL	SIT
971	DAIANNA MARIA DE OLIVEIRA CERQUEIRA	36,00	27,00	12,00	**24/07/1980**	**N**	**75,00**	-	**75,00**	1º	AP
107	ANDRÉIA RIBEIRO VIEIRA	32,00	24,00	15,00	**12/06/1989**	**N**	**71,00**	1,00	**72,00**	2º	CR
1386	BRUNA CLEITE BATISTA DA SILVA	24,00	24,00	21,00	**25/10/1995**	**N**	**69,00**	-	**69,00**	3º	CR
362	LUCINEIA DIAS DOS SANTOS	32,00	24,00	12,00	**16/10/1990**	**N**	**68,00**	-	**68,00**	4º	CR
1038	DIENE FIALHO CÂNDIDO	28,00	24,00	12,00	**01/01/1991**	**N**	**64,00**	-	**64,00**	5º	CR
584	ANA CAROLINA OLIVEIRA ARAÚJO	20,00	27,00	12,00	**16/04/1992**	**N**	**59,00**	-	**59,00**	6º	CR
3	ANDRESSA ADRIANO SALGUEIRO	24,00	21,00	12,00	**02/07/1995**	**N**	**57,00**	-	**57,00**	7º	CR
176	CLAUDINEIA PEREIRA GUEDES SANTOS	16,00	15,00	9,00	**06/03/1981**	**N**	**40,00**	-	**40,00**	8º	CR
75	CLEIDE SILVA LINS	-	-	-	**24/06/1986**	**N**	**ausente**	-	-	9º	RP
1539	FABIO MARCELO DA SILVA VALVERDE	-	-	-	**30/03/1993**	**N**	**ausente**	-	-	10º	RP
1517	ALINE CRISTINA MIRANDA DA SILVA	-	-	-	**08/01/1994**	**N**	**ausente**	-	-	11º	RP
1293	MAISA CRISTINA GERALDI SALOMÃO	-	-	-	**25/02/1994**	**N**	**ausente**	-	-	12º	RP

32-Psicólogo CREAS/PAEFI

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	TÍTULOS	TOTAL PROVA OBJETIVA + TÍTULOS	COL	SIT
88	ARGEU FERRAI TEIXEIRA	36,00	18,00	21,00	**04/10/1981**	**N**	**75,00**	-	**75,00**	1º	AP
1088	JAQUELLYNE BACHI DE QUEIROZ	36,00	21,00	15,00	**02/12/1994**	**N**	**72,00**	-	**72,00**	2º	CR
1489	ALINE ESTER SILVA DA MAIA	24,00	27,00	21,00	**22/01/1991**	**N**	**72,00**	-	**72,00**	3º	CR
1640	MIRELLA BATISTA TEIXEIRA	32,00	21,00	15,00	**22/02/1995**	**N**	**68,00**	-	**68,00**	4º	CR
673	ANDRESSA VALENSUELA LIMA	32,00	12,00	21,00	**31/08/1990**	**N**	**65,00**	-	**65,00**	5º	CR
437	THAIS DA SILVA GARCIA	24,00	27,00	12,00	**31/01/1992**	**N**	**63,00**	-	**63,00**	6º	CR
603	MARIANY LIMA DE FREITAS	28,00	24,00	6,00	**23/04/1992**	**N**	**58,00**	-	**58,00**	7º	CR
404	LANAI GENASCOLI BARTOLOMEU	16,00	18,00	21,00	**10/11/1994**	**N**	**55,00**	-	**55,00**	8º	CR
453	BEATRIZ DAMACENA DA SILVA	16,00	15,00	21,00	**03/06/1995**	**N**	**52,00**	-	**52,00**	9º	CR
531	FRANCIANE SILVA LOPES	-	-	-	**17/11/1989**	**N**	**ausente**	-	-	10º	RP
1028	ALCIONE MOTA DA PENHA	-	-	-	**20/02/1990**	**N**	**ausente**	-	-	11º	RP

33-Psicólogo CRAS/PAIF											
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**TÍTULOS**	**TOTAL PROVA OBJETIVA + TÍTULOS**	**COL**	**SIT**
1162	VALÉRIA RIOS PRADO	36,00	30,00	24,00	**21/03/1982**	**N**	**90,00**	-	**90,00**	1º	AP
185	VALÉRIA BORGES FERREIRA	36,00	27,00	12,00	**07/09/1986**	**N**	**75,00**	-	**75,00**	2º	CR
1040	KARINA APARECIDA DOS SANTOS	28,00	24,00	12,00	**13/06/1996**	**N**	**64,00**	-	**64,00**	3º	CR
634	SANDRA TOMAZ DA SILVA	20,00	18,00	15,00	**30/04/1986**	**N**	**53,00**	-	**53,00**	4º	CR
1033	GEOVANA MOREIRA DOS SANTOS	20,00	18,00	15,00	**26/08/1994**	**N**	**53,00**	-	**53,00**	5º	CR
970	ÁLEX DA CUNHA CAMPANHA	20,00	21,00	9,00	**17/11/1987**	**N**	**50,00**	-	**50,00**	6º	CR
993	HUGO HIGINO PEREZ DE ANDRADE	-	-	-	**23/05/1989**	**N**	**ausente**	-	-	7º	RP
863	ALINE BRITO ANASTACIO DE OLIVEIRA	-	-	-	**18/10/1993**	**N**	**ausente**	-	-	8º	RP

34-Psicólogo Volante											
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**TÍTULOS**	**TOTAL PROVA OBJETIVA + TÍTULOS**	**COL**	**SIT**
1610	DAIANE PEREZ DA SILVA	36,00	24,00	27,00	**14/12/1987**	**N**	**87,00**	-	**87,00**	1º	AP
1675	SUELEN CRISTYE BERNAL	36,00	24,00	18,00	**26/01/1987**	**N**	**78,00**	1,00	**79,00**	2º	CR
1562	AMANDA CHRISTINA MOREIRA SCHNEIDER	32,00	24,00	15,00	**14/09/1994**	**N**	**71,00**	-	**71,00**	3º	CR
188	LECIANE DA SILVA DIAS	36,00	21,00	9,00	**12/12/1991**	**N**	**66,00**	-	**66,00**	4º	CR
1032	ELIZABETH CRISTINA NÓBREGA HODNIUK	24,00	27,00	15,00	**26/11/1988**	**N**	**66,00**	-	**66,00**	5º	CR
573	POLIANE APARECIDA SOARES	28,00	27,00	9,00	**26/07/1995**	**N**	**64,00**	1,00	**65,00**	6º	CR
929	ELAINE PEREIRA VAZ	24,00	24,00	15,00	**12/06/1984**	**N**	**63,00**	-	**63,00**	7º	CR
1192	ANA CAROLINE CABRIOTTI PEREIRA DA SILVA	20,00	18,00	18,00	**05/10/1995**	**N**	**56,00**	-	**56,00**	8º	CR
364	JUCELMA GOMES	16,00	24,00	12,00	**25/01/1984**	**N**	**52,00**	-	**52,00**	9º	CR
799	ELINEIA INOCÊNCIO DE PAULA DE SOUZA	-	-	-	**07/05/1982**	**N**	**ausente**	-	-	10º	RP
1609	LAURA CRISTINA LACERDA GARCIA	-	-	-	**13/04/1987**	**N**	**ausente**	-	-	11º	RP

54-Psicólogo (CR)											
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**TÍTULOS**	**TOTAL PROVA OBJETIVA + TÍTULOS**	**COL**	**SIT**
1063	KARINA MARTINS DE LARA	36,00	27,00	30,00	**06/04/1978**	**N**	**93,00**	-	**93,00**	1º	CR
1026	ADIR SOARES MACHADO JUNIOR	32,00	24,00	15,00	**03/03/1990**	**N**	**71,00**	-	**71,00**	2º	CR
1134	TATIANE DA SILVA QUEIROZ BRENTAN	20,00	15,00	15,00	**11/06/1980**	**N**	**50,00**	-	**50,00**	3º	CR

Mirassol D`Oeste – MT, 11 de Junho de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE/ MT

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA

EDITAL N° 35/ 2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE MONITORES PARA ATUAREM NO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA de MIRASSOL D'OESTE/MT, torna público o edital para a seleção e constituição do banco de Assistentes de Alfabetização voluntários para o Programa Mais Alfabetização, instituído pela Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018.

1. DO PROGRAMA

1.1. Programa Mais Alfabetização tem o objetivo de fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização, para fins de leitura, escrita e matemática, dos estudantes nos 1º e 2º anos do ensino fundamental.

1.2. São objetivos do Programa Mais Alfabetização, art. 3º:

I. Fortalecer o processo de alfabetização dos anos iniciais do ensino fundamental, por meio do atendimento às turmas de 1º ano e de 2º ano;

II. Promover a integração dos processos de alfabetização das unidades escolares com a política educacional da rede de ensino;

III. Integrar as atividades ao projeto político pedagógico - PPP da rede e das unidades escolares;

IV. Viabilizar atendimento diferenciado às unidades escolares vulneráveis;

V. Estipular metas do programa entre o ministério da educação - MEC, os entes federados e as unidades escolares participantes no que se refere à

alfabetização das crianças do 1º ano e do 2º ano do ensino fundamental, considerando o disposto na BNCC;

VI. Assegurar o monitoramento e a avaliação periódica da execução e dos resultados do programa;

VII. Promover o acompanhamento sistemático, pelas redes de ensino e gestão escolar, da progressão da aprendizagem dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental;

VIII. Estimular a cooperação entre união, estados, distrito federal e municípios;

IX. Fortalecer a gestão pedagógica e administrativa das redes estaduais, distrital e municipais de educação e de suas unidades escolares jurisdicionadas; e

X. Avaliar o impacto do programa na aprendizagem dos estudantes, com o objetivo de gerar evidências para seu aperfeiçoamento.

2. DA SELEÇÃO

2.1. A seleção destina-se ao preenchimento de 08 (oito) vagas para Assistentes de Alfabetização voluntários do Programa Mais Alfabetização no âmbito do Município de Mirassol d'Oeste - MT, a serem distribuídas nas escolas públicas urbanas e do campo.

2.2. Serão considerados os Seguintes Critérios para a Seleção de Assistentes de Alfabetização voluntários:

• Ser brasileiro;

• Ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos, no ato da inscrição;

• Ter, no mínimo, formação de nível médio completo;

• Possuir curso e/ou habilidade na atividade de apoio à docência.

2.3. O Processo Seletivo Simplificado para Assistentes de Alfabetização voluntários será executado pela Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura com a participação da Comissão de Inscrição e Avaliação.

3. DO PERFIL

3.1. Poderão participar do processo seletivo candidatos com o seguinte **PERFIL:**

? Professores alfabetizadores das redes com disponibilidade de carga horária;

? Professores das redes com disponibilidade de carga horária

? Estudantes de graduação preferencialmente em pedagogia ou licenciatura;

? Profissionais com curso de magistério em nível médio;

? Estudantes de cursos técnicos dos institutos federais e/ou das universidades públicas e/ou particulares;

? Pessoas com conhecimento comprovado na área de apoio à docência, preferencialmente em alfabetização.

4. DAS ATRIBUIÇÕES DOS ASSISTENTES DE ALFABETIZAÇÃO DO PROGRAMA.

4.1. O assistente de alfabetização, apoiará o professor alfabetizador para as Unidades Escolares vulneráveis considerando os critérios estabelecidos nesta Portaria.

4.2 O assistente de alfabetização poderá atuar em dois tipos de Unidades Escolares, vulneráveis (período de 10h) ou não vulneraríeis (período de 5 horas).

4.3 Os atendimentos de cada assistente a escolas vulneráveis e não vulneráveis, em qualquer combinação, não podem – somados - ultrapassar 40 horas semanais.

4.4 Considera-se o apoio dos assistentes de alfabetização ao professor alfabetizador como de natureza voluntária nos termos da Lei Federal nº 9. 608/1998 – Lei do Voluntariado. Considera-se serviço voluntário, a atividade não remunerada, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

4.5. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

4.6. O voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

4.7. São atribuições do assistente de alfabetização:

• Participar do planejamento das atividades juntamente com a Coordenação do Programa na escola;

• Cumprir carga horária de acordo com as diretrizes e especificidades do Programa;

• Auxiliar o professor alfabetizador nas atividades estabelecidas e planejadas por ele;

• Acompanhar o desempenho escolar dos alunos, inclusive efetuando o controle da frequência;

• Elaborar e apresentar à coordenação, relatório dos conteúdos e atividades realizadas mensalmente;

• Acessar o sistema de monitoramento do Programa/CAEd digital, cadastrar as atividades pedagógicas desenvolvidas, para que o Professor ou o Coordenador da escola analisem e validem posteriormente;

• Cumprir com responsabilidade, pontualidade e assiduidade suas obrigações junto ao Programa;

• Realizar as formações indicadas pelo MEC.

5. DAS INSCRIÇÕES:

5.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e aceitação tácita das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

5.2. No ato da inscrição o candidato fará a opção pelo local de trabalho.

5.3. Não será cobrada taxa de inscrição.

5.4. As inscrições serão realizadas no período de 13/06/2019 à 14/06/2019 na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura situada à Rua Antonio Tavares, 3310, Centro, das 07h00min às 13h00min.

5.4. No ato da inscrição o candidato deverá entregar os seguintes documentos:

a) Ficha de inscrição devidamente preenchida, com todos os dados solicitados, sem emendas e/ou rasuras; e

b) Fotocópias nítidas dos seguintes documentos, com a apresentação dos originais para fins de conferência:

I - Carteira de Identidade (frente e verso);

II - CPF;

IV - Comprovante de residência;

V - Diploma (para candidatos graduados ou Histórico atualizado e comprovante de matrícula do Instituto Federal e/ou da Universidade, quando se tratar de estudante universitário;

VI - Comprovante de curso e/ou de habilidade na área de apoio à docência, preferencialmente em alfabetização. No caso de conhecimentos específicos é necessário que o candidato apresente documentos que comprovem suas habilidades (declarações, releases, portfólios, matérias de jornais, e etc.).

5.5. As informações prestadas na ficha de inscrição do Processo Seletivo Simplificado são de inteira responsabilidade do candidato, ficando a Coordenação no direito de excluí-lo, caso comprove inveracidade das informações.

5.6. Não serão aceitos documentos após o ato da inscrição.

5.7. Será entregue ao candidato o comprovante de requerimento de inscrição do Processo Seletivo Simplificado.

5.8. Serão eliminados os candidatos que não apresentarem a documentação exigida.

6. DA QUANTIDADE DE VAGAS

6.1 Serão disponibilizadas 08 (oito) vagas para Assistentes de Alfabetização do Programa Mais Alfabetização para as escolas públicas urbana e do campo da Rede Municipal de Ensino.

7. DA SELEÇÃO

7.1. A Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura instituirá Comissão da Seleção Pública dos Assistentes de Alfabetização Voluntários do Programa Mais Alfabetização, através de Portaria, responsável por coordenar e executar todo o processo seletivo.

7.2. A seleção se dará através da análise de Currículo comprovado.

7.3 A comprovação do currículo se dará por meio da apresentação dos documentos estipulados acima que atestam a titularidade do candidato e pontuarão da seguinte forma:

Experiência a ser comprovada Pontuação

Pedagogo e/ou Licenciado 3 pontos;

Experiência comprovada em alfabetização (magistério ou participação em projetos) 2 pontos a cada ano;

Magistério em outras etapas do Ensino Fundamental 1 ponto a cada ano;

Cursando pedagogia ou curso de licenciatura 1 ponto.

Pontuação máxima 10 pontos

7.4. O candidato será eliminado caso não atenda as exigências deste Edital.

7.5. O resultado será organizado e publicado no site da Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste/MT, por ordem de classificação.

7.6. Se ocorrer empate na nota final terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

a) Residir no bairro mais próximo da unidade escolar.

b) Caso permaneça o empate, tenha a maior idade.

7.7. Todos os candidatos habilitados serão considerados aprovados constituindo assim o banco de Assistentes de Alfabetização do Programa Mais Alfabetização da Secretaria de

Educação, Esporte, Lazer e Cultura.

7.8. A lotação acontecerá conforme ordem de classificação e disponibilidade do candidato, bem como a necessidade das unidades escolares.

7.9. A classificação final será divulgada em data a ser definida pela Comissão de Seleção.

8. DA LOTAÇÃO

8.1. A lotação obedecerá a ordem decrescente de classificação dos candidatos aprovados na seleção e o atendimento dos critérios estabelecidos no item 2.2. deste Edital.

8.2. Será reservado o percentual de 2%(dois por cento) das carências surgidas aos portadores de deficiência física, ficando a lotação vinculada à ordem decrescente de classificação dos deficientes físicos e à capacidade para exercício da função.

8.3. Os candidatos classificados, preenchidos os requisitos constantes no item 2.2. deste Edital, assinarão o Termo de Compromisso para prestação das atividades de Assistentes de Alfabetização, pelo prazo de 6 (seis) meses, período este que poderá ser alterado de acordo com normas e diretrizes (a serem) estabelecidas pelo FNDE/MEC.

8.4. Em caso de desistência será convocado para lotação, o candidato classificado segundo a ordem decrescente de pontos.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O Assistente de Alfabetização receberá, a título de ressarcimento, o valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), conforme instituído pela Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, para o Programa Mais Alfabetização em 2019.

9.2. O Assistente de Alfabetização selecionado para desenvolver as atividades de apoio ao professor alfabetizador, terá carga horária diária mínima de 60 (sessenta) minutos por turma, perfazendo um total de 5 h semanais por turma.

9.3. A quantidade de turmas de cada assistente de alfabetização dependerá do tipo de unidade escolar (vulnerável ou não vulnerável), do planejamento da escola para a atuação do Assistente de Alfabetização e disponibilidade de tempo do assistente.

9.4. Os candidatos selecionados deverão participar de uma formação inicial para desempenho de suas atribuições, em local e data a ser definido posteriormente, ocasião em que procederão à assinatura do Termo de Adesão e Compromisso.

9.5. A convocação e início das atividades do assistente de alfabetização estão condicionados à liberação do recurso.

9.6. O Assistente de Alfabetização poderá ser desligado a qualquer tempo, no caso de: não estar correspondendo às finalidade e objetivos do Programa; prática de atos de indisciplina, maus tratos desabonadores de conduta pessoal e profissional.

9.7. Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pela Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura do município de Mirassol D'Oeste/MT.

Mirassol d'Oeste/MT, 10 de junho de 2019.

JEANE DE SOUZA CINTRA

Secretária de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
PORTARIA

PORTARIA Nº 275 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

INSTITUI COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO, CONDUÇÃO E ORIENTAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE MONITORES PARA ATUAREM NO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Instituir comissão responsável pela realização, condução e orientação do Processo Seletivo Simplificado de Monitores para atuarem no Programa Mais Alfabetização, que será composta pelos seguintes membros:

I – REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Titular: Paula Magalhães Sousa Pádua

RG: 12246261 SSP/MG CPF: 005.074.041-57

Endereço: Avenida Mato Grosso,234, Jardim Santa Rosa - São J. dos Quatro Marcos

Suplente: Elizabet Moreira Valensuela Lima

RG: 387.879 SSP/MT CPF: 393.939.841-15

Endereço: Rua São Benedito, 3686, Cidade Tamandaré-Mirassol d'Oeste/MT

II – REPRESENTANTE DOS PROFESSORES MUNICIPAIS:

Titular: Maria Eliane Pinheiro Cunha

RG: 356087 SSP/MT CPF: 621.437.941-34

Endereço: Rua Anésia Gouveia, 266, Jardim das Flores

Suplente: Rosana do Carmo de Fáscio

RG: 1381944-5 SSP/MT CPF: 925.025.981-68

Endereço: Rua 28 de Outubro, s/n° - Jd. Planalto - Mirassol d'Oeste/MT

III - REPRESENTANTE DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Titular: Lucia Dias dos Santos

RG: 984860 SSP/MT CPF: 651.008.671-91

Endereço: Rua Lucindo Mazali, 268, Bandeirantes I- Mirassol d'Oeste/MT

Suplente: Jurceli Mendonça da Silva

RG: 1441137-7 SSP/MT CPF: 955.817.231-68

Endereço: Rua Sebastião Felício Ferreira, 125 - Cohab - Mirassol d'Oeste/MT

Artigo 2º - A comissão ora nomeada tem como finalidade:

I – Realizar contagem de pontos dos candidatos, no ato da inscrição;

II – Elaborar e publicar o quadro classificatório por ordem decrescente de contagem de pontos obtidos

III – Elaborar relatório ao término do Processo Seletivo Simplificado e encaminhar à Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura;

IV – Solucionar em primeira instância os casos omissos e em caso de impossibilidade deverão ser encaminhados à Secretaria de Educação.

Art. 3º - Os trabalhos da referida comissão serão coordenados pela representante titular da Secretaria de Educação, servidora **Paula Magalhães Sousa Pádua**.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal “Miguel Botelho de Carvalho”, em 11 de junho de 2019.

JEANE DE SOUZA CINTRA

Secretária de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2019.

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, e do outro lado a empresa **ALDORI PONDELEKI - ME**, CNPJ nº 00.883.199/0001-43, localizada na Av. Getúlio Vargas, n° 1780, bairro Centro em Nobres/MT, CEP 78460-000, Telefone: (65) 3376-11-77, Email: aldoripondelekime@gmail.com, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. Aldori Pondeleki, portador do RG nº 1273703-8 SSP/MT e do CPF nº 089.035.495-20, “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 176/2006 2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para **Registro de Preços para Futura e Eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇAO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT,** conforme condições e especificações constantes no Edital e anexos do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019, para Registro de Preços.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por ITEM conforme segue:

Cód.	Descrição do Item	Marca	UNIDADE	QUANTIDADE	Valor Unitario	Valor
95	BARRA DE FERRO 5/16	GERDAU	UNIDADE	800	R$ 17,90	R$14.320,00
106	JOELHO 50MM - SOLDAVEL	KRONA	UNIDADE	480	R$ 2,10	R$1.008,00
117	CIMENTO CPII-F32 50KG	ITAU	PACOTE	16.700	R$ 24,70	R$412.490,00
1162	PREGO 17 X 27	GERDAU	KILO	240	R$ 8,50	R$2.040,00
2465	PORTA LAMINADA 2.15 X80 X12	RAMASSOL	UNIDADE	030	R$ 173,00	R$5.190,00
2725	TE 50X25mm	KRONA	UNIDADE	510	R$ 4,40	R$2.244,00
2726	TE 25 X3/4mm - SOLDAVEL	KRONA	UNIDADE	360	R$ 1,80	R$648,00
3081	JOELHO 50MM - ESGOTO	KRONA	UNIDADE	540	R$ 1,50	R$810,00
3226	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 50MM	VIQUA	UNIDADE	460	R$ 12,00	R$5.520,00
5619	TORNEIRA BICA MOVEL P/ BANCADA DE COZINHA, CROMADA - 1/2" COM ADAPTADOR DE 3/4"	LORENZETTI	UNIDADE	257	R$ 43,00	R$11.051,00
5854	PORTA MADEIRA COMUM LISA 80 X 2,10	MAAF	UNIDADE	110	R$ 59,00	R$6.490,00
6841	TRINCHA PARA PINTURA 395 X 2.1/2"	ATLAS	UNIDADE	600	R$ 4,40	R$2.640,00
7573	TUBO PVC ESGOTO 40 MM 6 MTS	FORTEPLAST	BARRA	030	R$ 13,00	R$390,00
9645	PREGO 15 X 21	GERDAU	KILO	300	R$ 10,40	R$3.120,00

9719	JOELHO 25 x 1/2" - SOLDAVEL	KRONA	UNIDADE	350	R$ 1,10	R$385,00
10375	LIXA FERRO GRAO 80	3M	UNIDADE	580	R$ 1,87	R$1.084,60
11104	BASE VALVULA DESCARGA 1.1/2	DOCOL	UNIDADE	187	R$ 51,70	R$9.667,90
11952	DOBRADICA CARTELADA 3,1/2	ISERO	UNIDADE	015	R$ 6,90	R$103,50
12039	CAL HIDRATADA 20 KG	USICAL	PACOTE	7.000	R$ 9,50	R$66.500,00
12697	DOBRADICA P/ PORTA 3.1/2	ISERO	UNIDADE	030	R$ 2,20	R$66,00
12698	PREGO 17 X 27	GERDAU	KILO	180	R$ 8,50	R$1.530,00
12988	PARAFUSO P/ FIXAR VASO SANITARIO - JOGO C/ PARAFUSO, BUCHA E ARRUELA - S10, 10mm	TORALF	PACOTE	350	R$ 1,20	R$420,00
13729	TUBO PVC ESGOTO 40 MM X 6 MTS	FORTEPLAST	BARRA	190	R$ 13,00	R$2.470,00
13736	PORTA LAMINADA 2,15 X 80 X 12	RAMASSOL	UNIDADE	070	R$ 173,00	R$12.110,00
13744	TORNEIRA 1/2	HERC	UNIDADE	300	R$ 3,20	R$960,00
14289	VEDA CALHA 285G	PULVITEC	UNIDADE	690	R$ 9,00	R$6.210,00
16410	VEDA ROSCA	QUALIFON	UNIDADE	500	R$ 1,20	R$600,00
16413	REGISTRO ESFERA PVC 25MM	KRONA	UNIDADE	220	R$ 4,40	R$968,00
17154	TUBO PVC SOLDAVEL 50MM X 6 MTS	FORTEPLAST	BARRA	840	R$ 33,50	R$28.140,00
17215	CAIXA D'AGUA 1.000 LT	BAKOFTEC	UNIDADE	108	R$ 224,00	R$24.192,00
17343	JOELHO 40MM - ESGOTO	KRONA	UNIDADE	370	R$ 0,90	R$333,00
17350	TE 25MM	KRONA	UNIDADE	710	R$ 0,50	R$355,00
17364	TUBO PVC ESGOTO 100 MM X 6 MTS	FORTEPLAST	BARRA	230	R$ 35,00	R$8.050,00
17370	JUNCAO SIMPLES ESGOTO 50 MM	AMANCO	UNIDADE	180	R$ 4,90	R$882,00
17456	FERRO 5/16 X 12MTS	GERDAU	BARRA	150	R$ 17,90	R$2.685,00
17903	OLEO LUBRIFICANTE MULTIUSO 100ML	SINGER	UNIDADE	700	R$ 2,50	R$1.750,00
18138	TIJOLO 08 FUROS	CERAMICA ZENI	UNIDADE	43.300	R$ 0,64	R$27.712,00
18146	VALVULA PARA LAVATORIO	ASTRA	UNIDADE	020	R$ 3,00	R$60,00
18536	JOELHO 40MM - SOLDAVEL	KRONA	UNIDADE	240	R$ 3,30	R$792,00
18838	PIGMENTO EM PO PARA PISO - 500GR	XADREZ	CAIXA	575	R$ 10,99	R$6.319,25
19095	VALVULA PARA PIA DE COZINHA	ASTRA	UNIDADE	240	R$ 3,00	R$720,00
19763	PIA INOX 1,80MT 01 CUBA	CLASSINOX	UNIDADE	030	R$ 303,00	R$9.090,00
19855	TORNEIRA DE METAL LONGA	IMPERATRIZ	UNIDADE	060	R$	R$1.920,00
19994	ASSENTO SANITARIO - FABRICADO EM PVC, PP E PEAD, SEGUNDO AS DETERMINACOES E NORMAS BRASILEIRAS. CORES VARIADAS	ASTRA	UNIDADE	288	R$ 16,90	R$4.867,20
20225	PREGO 18 X 27 - EM ACO GALVANIZADO, CORPO LISO, CABECA CONICA E AXADREZADA - PONTA TIPO DIAMANTE - PCT 1KG	GERDAU	KILO	330	R$ 11,00	R$3.630,00
27531	PORTA MADEIRA COMUM LISA 60 X 2,10	MAAF	UNIDADE	100	R$ 59,00	R$5.900,00
28932	REGISTRO ESFERA PVC 25MM	KRONA	UNIDADE	030	R$ 4,40	R$132,00
28940	CAIXA D'AGUA 5000 LTS - PVC	BAKOFTEC	UNIDADE	023	R$ 1.610,00	R$37.030,00
28991	REGISTRO ESFERA PVC 60MM	KRONA	UNIDADE	050	R$ 32,80	R$1.640,00
28993	TORNEIRA TANQ PVC LONGA C/RED	HERC	UNIDADE	060	R$ 3,50	R$210,00
29111	TE SOLD 50MM	KRONA	UNIDADE	420	R$ 4,40	R$1.848,00
30918	PARAFUSO C/ BUCHA S10 - APLICACAO EM CONCRETO E ALVENARIA	CISER	UNIDADE	620	R$ 0,32	R$198,40
30919	PARAFUSO C/ BUCHA S8 - APLICACAO EM CONCRETO E ALVENARIA	CISER	UNIDADE	620	R$ 0,32	R$198,40
31074	TE ESGOTO 40MM, EM PVC	KRONA	UNIDADE	220	R$ 1,40	R$308,00
31077	TE ESGOTO 100MM, EM PVC	KRONA	UNIDADE	220	R$ 6,60	R$1.452,00
31115	PARAFUSO CABECA CHATA 4.5X50	CISER	UNIDADE	090	R$ 0,12	R$10,80
31519	TE 100mm	KRONA	UNIDADE	560	R$ 6,50	R$3.640,00

31787	BUCHA RED. ROSQUEAVEL 3/4" X 1/2" - PVC	AMANCO	UNIDADE	290	R$ 0,60	R$174,00
31831	PORTA MADEIRA COMUM LISA 70 x 2,10	MAAF	UNIDADE	160	R$ 59,00	R$9. 440,00
31832	PORTAL TAUARI 80 x 2,10 (JOGO)	EMADAR INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS	UNIDADE	090	R$ 64,70	R$5. 823,00
31866	BUCHA DE RED. SOLD. CURTA 25 X 20mm	AMANCO	UNIDADE	260	R$ 0,50	R$130,00
31891	CADEADO 40mm - LATAO MACICO COM HASTE DE ACO, COM DUAS CHAVES	PADO	UNIDADE	165	R$ 17,40	R$2. 871,00
32279	CAIXA D'AGUA 500LTS - PVC	BAKOFTEC	UNIDADE	118	R$ 141,00	R$16. 638,00
32365	RIPAO DE CEDRINHO 2,5 X 6	SM	UNIDADE	380	R$ 1,85	R$703,00
32417	COLA ADESIVA P/ TUBOS E CONEXOES DE PVC - BISNAGA 17 GR	AMANCO	UNIDADE	460	R$ 1,40	R$644,00
35111	BARRA DE FERRO3/8"	GERDAU	UNIDADE	800	R$ 29,70	R$23. 760,00
35974	SELADORA P/ MADEIRA 3.600LTS	EUCATEX	UNIDADE	530	R$ 50,00	R$26. 500,00
36570	PORTAL 80 X 2,10 (JOGO)	EMADAR INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS	UNIDADE	060	R$ 64,70	R$3. 882,00
36666	TE 3/4	KRONA	UNIDADE	590	R$ 0,50	R$295,00
37182	FIXADOR PARA CAL 150ML	JUNTALIDER	UNIDADE	1.430	R$ 0,80	R$1. 144,00
38838	PARAFUSO C/ BUCHA S6 - APLICACAO EM CONCRETO E ALVENARIA	CISER	UNIDADE	920	R$ 0,32	R$294,40
40202	RIPAO CAMBARA 2.5 X 5	SM	METRO	2.600	R$ 1,85	R$4. 810,00
40299	TABUA CEDRINHO 15 X 2,5 X 2M	SM	UNIDADE	1.460	R$ 10,90	R$15. 914,00
41710	CAIBRO 2,5cm X 5cm	SM	METRO	675	R$ 1,85	R$1. 248,75
41750	BORRACHA DE VEDACAO ADAP CX DAGUA 1.1/2"	SM	UNIDADE	280	R$ 1,70	R$476,00
41751	BORRACHA DE VEDACAO ADAP CX DAGUA 3/4"	SM	UNIDADE	280	R$ 1,90	R$532,00
41862	BROXA DE MADEIRA RETANGULAR, CABO PLASTICO RESISTENTE - 190 X 76 X20mm	ATLAS	UNIDADE	140	R$ 3,50	R$490,00
42101	CAIXA ACOPLADA 3/6 LT - CREME	DECA	UNIDADE	100	R$ 114,00	R$11. 400,00
43506	GANCHO C/ BUCHA 8MM ZINC	JOMARCA	UNIDADE	350	R$ 0,40	R$140,00
43921	PREGO 18 X 27 TELHEIRO 1/2KG	GERDAU	PACOTE	060	R$ 11,80	R$708,00
43943	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 25MM	KRONA	UNIDADE	150	R$ 4,50	R$675,00
44029	PREGO TELHEIRO 18 X 27 - EM ACO GALVANIZADO, CORPO ARDOX, ARRUELA METALICA E BORRACHA FLEXIVEL NA CABECA, PONTA TIPO DIAMANTE - PCT 500G	GERDAU	PACOTE	280	R$ 11,80	R$3. 304,00
44169	MADEIRA RIPAO 2,5 X 6 X 1MT	SM	METRO	020	R$ 1,85	R$37,00
45295	PIA MARMORE SINT EXTRA 120 X 54	RESITEC	UNIDADE	018	R$ 95,00	R$1. 710,00
45356	PORTA LAMINADA 2.10 X 0.80	RAMASSOL	UNIDADE	030	R$ 173,00	R$5. 190,00
45539	TE ESGOTO 50MM, EM PVC	KRONA	UNIDADE	220	R$ 3,90	R$858,00
45553	TE INTERNO 3/4"	RIP	UNIDADE	120	R$ 1,45	R$174,00
45555	TEE INTERNO 1.1/2"	RIP	UNIDADE	150	R$ 5,00	R$750,00
45563	TE DE REDUCAO 25 X 20mm - SOLDAVEL	KRONA	UNIDADE	230	R$ 1,95	R$448,50
46251	PIA INOX 1,80MT C/ 01 CUBA	CLASSINOX	UNIDADE	031	R$ 303,00	R$9. 393,00
116421	BROCA 10 MM CONCRETO	CORTAG	UNIDADE	117	R$ 5,50	R$643,50
118162	TINTA LATEX PVA - USO INTERNO E EXTERNO - 3,600 LT - BRANCA	IQUINE	UNIDADE	560	R$ 27,00	R$15. 120,00
118168	TINTA ESMALTE - USO INTERNO E EXTERNO - 3,600 LT - BRANCA	IQUINE	UNIDADE	610	R$ 50,00	R$30. 500,00
118178	TELHA 4MM - 2.44 X0.50 - EM FIBROCIMENTO	INFIBRA	UNIDADE	5.550	R$ 12,30	R$68. 265,00
118259	TINTA LATEX PVA - USO INTERNO E EXTERNO - 3,600 LT - DIVERSAS CORES	IQUINE	UNIDADE	630	R$ 27,00	R$17. 010,00
118265	TINTA ESMALTE - USO INTERNO E EXTERNO - 3,600 LT - DIVERSAS CORES	IQUINE	UNIDADE	640	R$ 50,00	R$32. 000,00
119956	BARRA DE FERRO 10MM	GERDAU	BARRA	800	R$ 29,70	R$23. 760,00
119959	BARRA DE FERRO 8MM	GERDAU	BARRA	800	R$ 17,90	R$14. 320,00

O valor global da presente ata de registro de preço e de R$ 1.097.570,60 (um milhão noventa e sete mil quinhentos e setenta reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega dos produtos será de ate 72 **(setenta e duas)** horas após o recebimento da Autorização de fornecimento na sede da secretaria solicitante.

4.2. Os produtos adquiridos por meio deste Pregão deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal solicitante, durante o expediente, ou seja, de 07h00m as 11h00m e das 13h00m as 17h00m, quando serão examinados por servidor responsável pelo seu recebimento.

4.3. A ausência de um representante da empresa no momento da entrega e verificação dos produtos pelo servidor responsável acarretara na aceitação, pela empresa fornecedora, de quaisquer vícios que a secretaria solicitante apontar nos produtos entregues, devendo a fornecedora realizar a troca dos mesmos em até 72 **(setenta e duas)** horas após o apontamento dos vícios, incorrendo em atraso passado o prazo previsto acima.

4.4. O prazo de validade dos Produtos quando da entrega pela contratada, deverá ser de no mínimo, 50% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

*A entrega de Produtos vencidos ou mesmo com prazo inferior ao mencionado anteriormente, acarretara no cancelamento do registro realizado com a fornecedora, respeitando o Contraditório e Ampla Defesa.

4.5. O recebimento dos Produtos será feito em 02 (duas) etapas por funcionário designado pela Secretaria Solicitante, conforme a seguir:

4.5.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do Produto com a especificação. No local da entrega, o servidor designado fará o recebimento dos materiais, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega do produto e, se for o caso, as irregularidades observadas.

4.5.2. Definitivamente, até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor designado que procederá ao recebimento, verificando as especificações e as qualificações do produto entregue, de conformidade com o exigido neste EDITAL e com o constante na proposta de preços da LICITANTE CONTRATADA.

4.3 Se constatada irregularidades no produto entregue, a CONTRATANTE, através de seu Departamento de Compras, poderá:

4.3.1 Se disser respeito à sua especificação, rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.3.2 Na hipótese de substituição, a LICITANTE CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Departamento de Compras, no prazo por ele estipulado, contado de sua notificação, mantido o preço inicialmente proposto;

4.5.3 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar a sua complementação, ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.5.4. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

4.7. Não há limite mínimo ou máximo para o quantitativo dos Pedidos, os mesmos serão de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Emitir o Termo de Recebimento Definitivo no prazo previsto e o devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.4 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Sec. Mun. de Infraestrutura.....344-08.001.15.452.0032.2053.339030000000

Sec. Mun. De Administração 56-03.001.04.122.0004.2010.339030000000

Sec. Mun. De Educação.....150-05.002.12.365.0013.2035.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....205-06.001.10.301.0030.2080.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....206.06.002.10.301.0029.2081.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....300-07.003.08.243.0025.2073.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....313-07.004.08.0025.2072.3.3.90.30.00.00.00

Sec. Mun. De Ass. Social.....265-07.001.08.244.0025.2070.33903000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....281-07.002.08.244.0025.2069.33903000000

Sec. Mun. De Turismo.....427-11.001.23.695.0015.2046.339030000000

Sub Prefeitura.....494-17.001.04.122.0008.2023.339030000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

a) 2% (dois por cento), até o máximo de 05 (cinco) dias, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

I - Advertência; II- Multa Conforme previsão neste instrumento Convocatório, por dia de atraso na entrega dos produtos;

III- Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do contrato;

IV- Suspensão temporária de participar em licitações no prazo não superior a 2 (dois) anos;

V- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

A multa a que alude este Instrumento Convocatório não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas No item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada materiais/produtos a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 19/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019 a proposta da empresa classificada no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/ MT, 05 de Junho de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

ALDORI PONDELEKI – ME

CNPJ nº 00.883.199/0001-43

Sr. Aldori Pondeleki,

CPF nº 089.035.495-20

Contratada

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2019.

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, e do outro lado a empresa **GATIVA CONSTRUÇÕES EIRELI,** CNPJ N° 24.528.636/0001-79, sediada à Av. Coronel Botelho, n° 226-A, bairro Centro, Nossa Senhora do Livramento -MT, cep: 78.170-000, fone: (65) 3026-9002 - 3026-9007 – 99981-9765, email: valmir.gativa@gmail.com, sendo representada pela Sra. Ana Beatriz Cavalieri Vicente, portadora do RG nº 21471860 SSP/MT e do CPF nº 046.088.971-83, “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 176/2006 2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para **Registro de Preços para Futura e Eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇAO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT,** conforme condições e especificações constantes no Edital e anexos do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019, para Registro de Preços.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por ITEM conforme segue:

Cód.	Descrição do Item	Marca				
2178	CAIBRO 6cm X 12cm	CAMBARÁ	METRO	640	R$ 10,80	R$6.912,00
2350	MASSA ACRILICA - + OU - 27KG - INDICADA P/ NIVELAR E CORRIGIR IMPERFEICOES RASAS EM SUPERFICIES EXTERNAS E INTERNAS. INDICADA PARA REBOCO, CONCRETO, FIBROCIMENTO, PINTURAS DE LATEX PVA E ACRILICO, SUPERFICIES INTERNAS DE GESSO E MASSA CORRIDA.	NEOVINIL	UNIDADE	980	R$ 49,00	R$48.020,00
3112	JOELHO ESGOTO 40 MM - C/ ANEL	KRONA	UNIDADE	660	R$ 2,00	R$1.320,00
3781	PREGO 25 X 72	GERDAU	KILO	865	R$ 12,38	R$10.708,70
4787	PREGO 26 X 72	GERDAU	KILO	560	R$ 12,38	R$6.932,80
4788	PREGO 24 X 60	GERDAU	KILO	560	R$ 12,38	R$6.932,80
5358	BOIA PARA CAIXA D'AGUA, BITOLA DE 3/4"	COPLASA	UNIDADE	290	R$ 5,20	R$1.508,00
6051	TELHA ROMANA DE CERAMICA 40 X 24 - VERMELHA	SÃO BENTO	UNIDADE	12.200	R$ 1,30	R$15.860,00
7409	REGISTRO ESFERA EM METAL - 3/4"	HIGIBAN	UNIDADE	420	R$ 16,30	R$6.846,00
8879	VALVULA P/ TANQUE/LAVATORIO, SEM LADRAO, CROMADA, COM TAMPA	LUCONI	UNIDADE	355	R$ 5,60	R$1.988,00
10334	ARGAMASSA P / PISO 20 KG SC	ARGAMAIS	UNIDADE	1.200	R$ 16,50	R$19.800,00
10526	MANGUEIRA CRISTAL TRANCADA 3/4 TRANSLUCIDA	IBIRÁ	METRO	3.000	R$ 2,38	R$7.140,00
11044	CADEADO 25mm - LATAO MACICO COM HASTE DE ACO, COM DUAS CHAVES	GOLD	UNIDADE	175	R$ 8,30	R$1.452,50
12740	CAIBRO 5cm X 6cm	CAMBARÁ	METRO	1.430	R$ 4,00	R$5.720,00
13590	TUBO PVC SOLDAVEL 20MM X 6 MTS	CORPLASTIK	BARRA	840	R$ 8,40	R$7.056,00
14223	CADEADO 45mm - LATAO MACICO COM HASTE DE ACO, COM DUAS CHAVES	GOLD	UNIDADE	140	R$ 18,60	R$2.604,00
14551	TUBO PVC SOLDAVEL 25MM X 6 MTS	CORPLASTIK	BARRA	560	R$ 9,95	R$5.572,00
16706	REDUCAO ESG 100 X 50 MM	KRONA	UNIDADE	070	R$ 3,90	R$273,00
17230	CADEADO 30mm - LATAO MACICO COM HASTE DE ACO	GOLD	UNIDADE	150	R$ 10,50	R$1.575,00
17369	CAIXA SIFONADA QUADRADA 100 X 100 X 50 - TAMPA PVC	LUCONI	UNIDADE	146	R$ 7,80	R$1.138,80
17807	RALO SINFONADO 100X50 - ESGOTO	LUCONI	UNIDADE	160	R$ 7,00	R$1.120,00
18917	MASSA TEXTURA 20KG	NEOVINIL	UNIDADE	1.230	R$ 46,00	R$56.580,00
28171	TELHA 6MM - 3,66 X 1,10 - EM FIBROCIMENTO	IMBRALIT	UNIDADE	5.400	R$ 59,90	R$323.460,00

28527	SELADOR ACRILICO PARA PAREDE - 3.6 LTS	NEOVINIL	UNIDADE	465	R$ 22,00	R$10.230,00
28603	TUBO PVC SOLDAVEL 32MM X 6 MTS	CORPLASTIK	BARRA	530	R$ 17,80	R$9.434,00
29074	JOELHO 100MM - ESGOTO	KRONA	UNIDADE	220	R$ 3,30	R$726,00
31807	CANTONEIRA PVC - TIPO U - BARRA 6 MTS	FORROBRAS	BARRA	1.105	R$ 16,20	R$17.901,00
32533	PORTA DE CORRER - 2,00m X 2,50m - COM CH LAMBRIL E GUIA SUPERIOR	RAMASSOL	UNIDADE	075	R$ 1.573,00	R$117.975,00
32933	BOIA PARA CAIXA D'AGUA, BITOLA DE 1/2", COM ADAPTADOR 3/4"	COPLASA	UNIDADE	290	R$ 5,20	R$1.508,00
36523	ARGAMASSA 20KG - EXTERNA	ARGAMAIS	UNIDADE	1.400	R$ 9,38	R$13.132,00
41553	ARAME GALVANIZADO 1,65mm - BWG N.° 16 - 1KG	ARCELOR	KILO	040	R$ 9,50	R$380,00
42108	CAIXA D'AGUA 10.000LTS - PVC	FORTLEV	UNIDADE	076	R$ 3.448,00	R$262.048,00
43923	FORRO DE PVC 20CM x 8MM	FORROBRAS	M2	11.500	R$ 11,95	R$137.425,00
44236	TORNEIRA BOIA 1/2" E 3/4" HASTE ALUM	LUCONI	UNIDADE	127	R$ 5,50	R$698,50
44237	TORNEIRA BOIA PARA BEBEDOURO 1/2"	LUCONI	UNIDADE	172	R$ 4,80	R$825,60
44244	TORNEIRA ESFERA PARA MAQUINA LAVAR ROUPAS, METAL - BITOLAS 1/2" E 3/4"	HIGIBAN	UNIDADE	060	R$ 33,00	R$1.980,00
44314	VALVULA DE DESCARGA 1.1/2" - BASE	DOCOL	UNIDADE	345	R$ 58,50	R$20.182,50
45293	PIA INOX 1.80M - 02 CUBAS	FISHER	UNIDADE	040	R$ 353,00	R$14.120,00
45418	REDUCAO ESG 100X50MM	KRONA	UNIDADE	060	R$ 3,90	R$234,00
46905	FECHO DE FIO CHATO COM PORTA CADEADO, FERRO GALVANIZADO, 152mmX1,70mm, PARA PORTAS E JANELAS	SANRAPHAEL	UNIDADE	180	R$ 7,40	R$1.332,00
47705	VASO SANITARIO INFANTIL - DIVERSAS CORES	FIORI	UNIDADE	030	R$ 217,90	R$6.537,00
115024	ESCADA DE ALUMINIO DOMESTICA - 05 DEGRAUS	MOR	UNIDADE	067	R$ 121,00	R$8.107,00
115220	TUBO PVC ESGOTO 75 MM X 6 MTS	CORPLASTIK	BARRA	290	R$ 30,00	R$8.700,00
116418	BROCA 10 MM MADEIRA	MAKITA	UNIDADE	012	R$ 15,20	R$182,40
118145	CANTONEIRA PVC - TIPO H - BARRA 6 MTS - PARA EMENDA	FORROBRAS	BARRA	2.580	R$ 174,00	R$43.860,00
118161	TINTA ACRILICA - USO EXTERNO - 3,600 LT - BRANCA	NEOVINIL	UNIDADE	590	R$ 40,00	R$23.600,00
118163	TINTA ACRILICA - USO EXTERNO - 18 LT - BRANCA	NEOVINIL	UNIDADE	685	R$ 115,00	R$78.775,00
118164	TINTA PVA 3,6 LTS BRANCA	NEOVINIL	UNIDADE	510	R$ 24,80	R$12.648,00
118166	TINTA ACRILICA P/ PISO - 3,600 LTS - BRANCA	NEOVINIL	UNIDADE	600	R$ 35,00	R$21.000,00
118171	TINTA PARA DEMARCACAO VIARIA EM ASFALTO, CONCRETO E OUTROS - 18 LTS - BRANCA	MAXVINIL	UNIDADE	585	R$ 249,00	R$145.665,00
118179	TELHA 5MM - 2.44 X 1.10 - EM FIBROCIMENTO	IMBRALIT	UNIDADE	5.800	R$ 38,80	R$225.040,00
118257	TINTA ACRILICA - USO EXTERNO - 18 LT - DIVERSAS CORES	NEOVINIL	UNIDADE	330	R$ 115,00	R$37.950,00
118258	TINTA ACRILICA - USO EXTERNO - 3,600 LT - DIVERSAS CORES	NEOVINIL	UNIDADE	605	R$ 40,00	R$24.200,00
118263	TINTA ACRILICA P/ PISO - 3,600 LTS - DIVERSAS CORES	NEOVINIL	UNIDADE	630	R$ 35,00	R$22.050,00
120665	BARRA DE FERRO 6MM	ARCELOR	BARRA	800	R$ 12,40	R$9.920,00
121173	LAVATORIO PARA BANHEIRO DIVERSAS CORES	FIORI	UNIDADE	360	R$ 42,50	R$15.300,00

O valor global da presente ata de registro de preço e de R$ 1.834.185,60 (um milhão oitocentos e trinta e quatro mil cento e oitenta e cinco reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega dos produtos será de ate 72 **(setenta e duas)** horas após o recebimento da Autorização de fornecimento na sede da secretaria solicitante.

4.2. Os produtos adquiridos por meio deste Pregão deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal solicitante, durante o expediente, ou seja, de 07h00m as 11h00m e das 13h00m as 17h00m, quando serão examinados por servidor responsável pelo seu recebimento.

4.3. A ausência de um representante da empresa no momento da entrega e verificação dos produtos pelo servidor responsável acarretara na aceitação, pela empresa fornecedora, de quaisquer vícios que a secretaria solicitante apontar nos produtos entregues, devendo a fornecedora realizar a troca dos mesmos em até 72 **(setenta e duas)** horas após o apontamento dos vícios, incorrendo em atraso passado o prazo previsto acima.

4.4. O prazo de validade dos Produtos quando da entrega pela contratada, deverá ser de no mínimo, 50% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

*A entrega de Produtos vencidos ou mesmo com prazo inferior ao mencionado anteriormente, acarretara no cancelamento do registro realizado com a fornecedora, respeitando o Contraditório e Ampla Defesa.

4.5. O recebimento dos Produtos será feito em 02 (duas) etapas por funcionário designado pela Secretaria Solicitante, conforme a seguir:

4.5.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do Produto com a especificação. No local da entrega, o servidor designado fará o recebimento dos materiais, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega do produto e, se for o caso, as irregularidades observadas.

4.5.2. Definitivamente, até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor designado que procederá ao recebimento, verificando as especificações e as qualificações do produto entregue, de conformidade com o exigido neste EDITAL e com o constante na proposta de preços da LICITANTE CONTRATADA.

4.3 Se constatada irregularidades no produto entregue, a CONTRATANTE, através de seu Departamento de Compras, poderá:

4.3.1 Se disser respeito à sua especificação, rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.3.2 Na hipótese de substituição, a LICITANTE CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Departamento de Compras, no prazo por ele estipulado, contado de sua notificação, mantido o preço inicialmente proposto;

4.5.3 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar a sua complementação, ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.5.4. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

4.7. Não há limite mínimo ou máximo para o quantitativo dos Pedidos, os mesmos serão de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Emitir o Termo de Recebimento Definitivo no prazo previsto e o devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.4 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Sec. Mun. de Infraestrutura.....344-08.001.15.452.0032.2053.339030000000

Sec. Mun. De Administração 56-03.001.04.122.0004.2010.339030000000

Sec. Mun. De Educação.....150-05.002.12.365.0013.2035.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....205-06.001.10.301.0030.2080.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....206.06.002.10.301.0029.2081.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....300-07.003.08.243.0025.2073.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....313-07.004.08.0025.2072.3.3.90.30.00.00.00

Sec. Mun. De Ass. Social.....265-07.001.08.244.0025.2070.33903000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....281-07.002.08.244.0025.2069.33903000000

Sec. Mun. De Turismo.....427-11.001.23.695.0015.2046.339030000000

Sub Prefeitura.....494-17.001.04.122.0008.2023.339030000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

a) 2% (dois por cento), até o máximo de 05 (cinco) dias, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

I - Advertência; II- Multa Conforme previsão neste instrumento Convocatório, por dia de atraso na entrega dos produtos;

III- Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do contrato;

IV- Suspensão temporária de participar em licitações no prazo não superior a 2 (dois) anos;

V- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

A multa a que alude este Instrumento Convocatório não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas No item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada materiais/produtos a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o

endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 19/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019 a proposta da empresa classificada no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/ MT, 05 de Junho de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

GATIVA CONSTRUÇÕES EIRELI

CNPJ N° 24.528.636/0001-79

Sra. Ana Beatriz Cavalieri Vicente

CPF nº 046.088.971-83

Contratada

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2019.

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, e do outro lado a empresa **ODORIZZI MATERIAIS PARA CONSTRUCOES LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.722.554/0001-51, e Inscrição Estadual n.º

13.094173-5 estabelecida a Av. Juscelino Kubitscheck, n.º 436, bairro Centro, cidade de Nobres-MT, cep: 78.460-000, fone: 65-3376-1125, email: odorizzinbs@hotmail.com, neste ato representada pelo Sr. Alan Pierre Odorizzi, inscrito no CPF n.º 650.319.541-91, "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 176/2006 2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para **Registro de Preços para Futura e Eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇAO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT,** conforme condições e especificações constantes no Edital e anexos do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019, para Registro de Preços.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por ITEM conforme segue:

Cód	Descrição	Marca	Medida	Quant	Valor Unit	Valor Total
35394	ARGAMASSA 20KG INTERNA AC I	ARGABRAS	UNIDADE	1030	R$ 7,00	R$ 7.210,00
12042	ARGAMASSA COLANTE DE 20 KG (SACO)	ARGABRAS	UNIDADE	1420	R$ 7,00	R$ 9.940,00
41568	ARGAMASSA COLANTE INTERNA - TIPO AC-I - 20KG - CINZA	ARGABRAS	PACOTE	150	R$ 7,00	R$ 1.050,00
41729	BICO PARA TORNEIRA CROMADA	GARDEN	UNIDADE	100	R$ 1,80	R$ 180,00
41725	BICO PARA TORNEIRA JARDIM CROMADA - BITOLA 1/2"	GARDEN	UNIDADE	285	R$ 1,80	R$ 513,00
4265	BROCHA P/ PINTURA	ATLAS	UNIDADE	320	R$ 3,70	R$ 1.184,00
7491	BUCHA PLASTICA S-07	BR	UNIDADE	450	R$ 0,10	R$ 45,00
31111	BUCHA S-06 C/ ANEL	WURTH	UNIDADE	350	R$ 0,02	R$ 5,25
31110	BUCHA S-08 C/ ANEL	WURTH	UNIDADE	290	R$ 0,18	R$ 52,20
31839	CADEADO 35mm - LATAO MACICO COM HASTE DE ACO, COM DUAS CHAVES	PADO	UNIDADE	125	R$ 14,50	R$ 1.812,50
28944	CAIXA D'AGUA 1.500 - PVC	FORTLEV	UNIDADE	100	R$ 525,00	R$ 52.500,00
46758	CAIXA DESCARGA EXTERNA 09 LT BRANCO	ASTRA	UNIDADE	20	R$ 20,00	R$ 400,00
9704	CAL VIRGEM 20 KG	USICAL	UNIDADE	2920	R$ 12,80	R$ 37.376,00
41413	CAPELO CERAMICO	SAO BENTO	UNIDADE	1800	R$ 2,40	R$ 4.320,00
28183	CAPELO CERAMICO, 41cm	SAO BENTO	UNIDADE	1700	R$ 2,40	R$ 4.080,00
15051	COLUNA P/ LAVATORIO DIVERSAS CORES	DECA	UNIDADE	348	R$ 42,50	R$ 14.790,00
17386	CUMEEIRA NORMAL 15G X 1,10 X 5MM	IMBRALIT	UNIDADE	900	R$ 27,00	R$ 24.300,00
44789	CUMEEIRA NORMAL TOD 15G 1.10M	IMBRALIT	UNIDADE	300	R$ 27,00	R$ 8.100,00
19408	CUMEIRA ARTICULADA 4MM	IMBRALIT	UNIDADE	1250	R$ 11,00	R$ 13.750,00
44804	CURVA CURTA ESGOTO 40MM	KRONA	UNIDADE	90	R$ 2,20	R$ 198,00
31561	CURVA SOLDAVEL LONGA 25MM	KRONA	UNIDADE	240	R$ 2,30	R$ 552,00
12011	ESTOPA BRANCA POLIMENTO - PCT 200GR	VAPT	PACOTE	300	R$ 2,80	R$ 840,00
457	FECHADURA EXTERNA 602/03 ESP. INOX PORTA FERR	STAM	UNIDADE	102	R$ 30,00	R$ 3.060,00
43501	GANCHO C/ BUCHA 5MM ZINCO	CIZER	UNIDADE	300	R$ 0,15	R$ 45,00
43505	GANCHO COM BUCHA 6MM ZINC	CIZER	UNIDADE	410	R$ 0,20	R$ 82,00
3115	JOELHO 32MM - SOLDAVEL	KRONA	UNIDADE	180	R$ 1,30	R$ 234,00
29078	JOELHO 75MM - ESGOTO	KRONA	UNIDADE	160	R$ 2,90	R$ 464,00
44405	JUNCAO ESGOTO 50X50MM	KRONA	UNIDADE	290	R$ 5,00	R$ 1.450,00
44407	JUNCAO ESGOTO 75X75MM	KRONA	UNIDADE	116	R$ 11,00	R$ 1.276,00
46759	KIT REPARO + ACIONADOR DE VALVULA 1.1/2 - REPARO ACOMPANHA AS BORRACHAS DE VEDACAO E MOLA DO EMBOLO / ACIONADOR MONTADO COM VEDACOES, PARAFUSO E MOLA.	DOCOL	PACOTE	392	R$ 30,00	R$ 11.760,00
7532	LUVA UNIAO SOLDAVEL 20mm	KRONA	UNIDADE	465	R$ 3,50	R$ 1.627,50
115613	PARAFUSO COM BUCHA S-6	CISER	UNIDADE	330	R$ 0,30	R$ 99,00
45292	PIA INOX - 1.20MT - C/ 01 CUBA	GHELPLUS	UNIDADE	45	R$ 135,00	R$ 6.075,00

118148	PISO CERAMICO ANTIDERRAPANTE P/ USO EXTERNO E BANHEIROS	CEDASA	M2	8500	R$ 13,39	R$ 113.815,00
118173	PISO CERAMICO LISO - USO INTERNO	CERAMICA ALMEIDA	M2	10.300	R$ 13,00	R$ 133.900,00
118174	PISO PORCELANATO 60x60	EMBRAMACO	M2	800	R$ 46,50	R$ 37.200,00
122336	PISO PORCELANATO RETIFICADO 60X60	EMBRAMACO	M2	4400	R$ 46,50	R$ 204.600,00
18986	PORTA LAMINADA 2,10 X 0,60	ACOFER	UNIDADE	105	R$ 158,00	R$ 16.590,00
7790	PORTA LAMINADA 2,15 ,X 0,60 X12	ACOFER	UNIDADE	65	R$ 158,00	R$ 10.270,00
10754	PORTA MADEIRA COMUM LISA 90 x 2,10	MUNDIAL LAMINADORA	UNIDADE	120	R$ 84,00	R$ 10.080,00
19840	PREGO 12 X 12 - EM ACO GALVANIZADO, CORPO LISO, CABECA CONICA E AXADREZADA, PONTA TIPO DIAMANTE - PCT 1KG	GERDAU	PACOTE	120	R$ 12,80	R$ 1.536,00
44417	PREGO 12 X 12 - EM ACO GALVANIZADO, CORPO LISO, CABECA CONICA E AXADREZADA, PONTA TIPO DIAMANTE - PCT 1KG	GERDAU	PACOTE	370	R$ 12,80	R$ 4.736,00
2792	PREGO 13 X 15	GERDAU	KILO	445	R$ 12,00	R$ 5.340,00
4005	PREGO 16 X 24	GERDAU	KILO	235	R$ 10,50	R$ 2.467,50
12699	PREGO 16 X 24 1KG	GERDAU	PACOTE	120	R$ 10,50	R$ 1.260,00
19086	PREGO 17 X 27 - DUAS CABECAS	GERDAU	KILO	270	R$ 13,20	R$ 3.564,00
45419	REDUCAO ESG 100 X 75MM	KRONA	UNIDADE	300	R$ 5,30	R$ 1.590,00
28992	REGISTRO ESFERA PVC 75MM	VIQUA	UNIDADE	170	R$ 100,00	R$ 17.000,00
38704	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 75MM	VIQUA	UNIDADE	500	R$ 100,00	R$ 50.000,00
31731	REJUNTE FLEXIVEL - PCT 5KG - PRETO	QUARTZOLIT	PACOTE	1120	R$ 17,90	R$ 20.048,00
19143	SERRA ACO RAPIDO	STARRET	UNIDADE	600	R$ 3,69	R$ 2.214,00
19856	SILICONE - BISNAGA 280G	POLYSTIC	UNIDADE	890	R$ 10,00	R$ 8.900,00
28566	SUPORTE P/ ROLO GAIOLA, 23CM	ROMA	UNIDADE	260	R$ 5,90	R$ 1.534,00
8403	TANQUE DUPLO FIBRA SINTETICA	MARMOTEC	UNIDADE	280	R$ 90,00	R$ 25.200,00
45540	TE ESGOTO 75MM, EM PVC	KRONA	UNIDADE	140	R$ 7,00	R$ 980,00
44159	TE ROSCAVEL 1" X 3/4"	KRONA	UNIDADE	295	R$ 3,80	R$ 1.121,00
44161	TE ROSCAVEL 1.1/4"	KRONA	UNIDADE	290	R$ 5,90	R$ 1.711,00
31815	THINNER - 5 LTS	GOL QUIMICA	UNIDADE	600	R$ 44,80	R$ 26.880,00
118167	TINTA ESMALTE - USO INTERNO E EXTERNO - 18 LT - BRANCA	MAXVINIL	UNIDADE	615	R$ 247,00	R$ 151.905,00
118264	TINTA ESMALTE - USO INTERNO E EXTERNO - 18 LT - DIVERSAS CORES	MAXVINIL	UNIDADE	305	R$ 247,00	R$ 75.335,00
118159	TINTA LATEX PVA - USO INTERNO E EXTERNO - 18 LT - BRANCA	PINTAMAX	UNIDADE	635	R$ 88,00	R$ 55.880,00
118256	TINTA LATEX PVA - USO INTERNO E EXTERNO - 18 LT - DIVERSAS CORES	PINTAMAX	UNIDADE	685	R$ 88,00	R$ 60.280,00
44231	TORNEIRA P/ TANQUE C/ ADAPTADOR P/ MAQUINA DE LAVAR ROUPAS, EM PVC , DE 10 A 15cm	VIQUA	UNIDADE	162	R$ 18,00	R$ 2.916,00
44240	TORNEIRA BICA MOVEL P/ PAREDE DE COZINHA CROMADA - 1/2" COM ADAPTADOR DE 3/4"	TALITA	UNIDADE	132	R$ 35,00	R$ 4.620,00
36085	TORNEIRA COZINHA GIR. C-31 3/4 - 1/4 VOLTA	TALITA	UNIDADE	60	R$ 32,00	R$ 1.920,00
44258	TRELICA 6MT	GERDAU	BARRA	720	R$ 19,00	R$ 13.680,00
28599	TUBO PVC ESGOTO 50 MM X 6 MTS	FORTEPLAST	BARRA	600	R$ 20,00	R$ 12.000,00
44277	TUBO PVC SOLDAVEL 40MM X 6MTS	FORTEPLAST	TUBO	600	R$ 29,90	R$ 17.940,00
28606	TUBO PVC SOLDAVEL 60MM X 6 MTS	FORTEPLAST	BARRA	530	R$ 49,90	R$ 26.447,00
28607	TUBO PVC SOLDAVEL 75MM X 6MTS	TUBOZAN	UNIDADE	400	R$ 99,00	R$ 39.600,00
44286	UNIAO INTERNA 1/2"	INPLA	UNIDADE	360	R$ 0,40	R$ 144,00
44287	UNIAO INTERNA 3/4"	INPLA	UNIDADE	360	R$ 0,60	R$ 216,00
44040	VALVULA AMERICANA C/ ADAPTADOR	GHELPLUS	UNIDADE	120	R$ 11,00	R$ 1.320,00
12087	VASO SANITARIO COMUM - DIVERSAS CORES	DECA	UNIDADE	222	R$ 76,00	R$ 16.872,00
7226	VISTA P/ PORTAL - CEDRINHO - JOGO C/ 06 PECAS	CEDRINHO	UNIDADE	165	R$ 32,00	R$ 5.280,00

7578	VISTA P/ PORTAL - ITAUBA - JOGO C/ 06 PECAS	ITAUBA	UNIDADE	145	R$ 32,00	R$ 4. 640,00

O valor global da presente ata de registro de preço e de R$ 1.402.901,95 (um milhão quatrocentos e dois mil, novecentos e um reais com noventa e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega dos produtos será de ate 72 **(setenta e duas)** horas após o recebimento da Autorização de fornecimento na sede da secretaria solicitante.

4.2. Os produtos adquiridos por meio deste Pregão deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal solicitante, durante o expediente, ou seja, de 07h00m as 11h00m e das 13h00m as 17h00m, quando serão examinados por servidor responsável pelo seu recebimento.

4.3. A ausência de um representante da empresa no momento da entrega e verificação dos produtos pelo servidor responsável acarretara na aceitação, pela empresa fornecedora, de quaisquer vícios que a secretaria solicitante apontar nos produtos entregues, devendo a fornecedora realizar a troca dos mesmos em até 72 **(setenta e duas)** horas após o apontamento dos vícios, incorrendo em atraso passado o prazo previsto acima.

4.4. O prazo de validade dos Produtos quando da entrega pela contratada, deverá ser de no mínimo, 50% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

*A entrega de Produtos vencidos ou mesmo com prazo inferior ao mencionado anteriormente, acarretara no cancelamento do registro realizado com a fornecedora, respeitando o Contraditório e Ampla Defesa.

4.5. O recebimento dos Produtos será feito em 02 (duas) etapas por funcionário designado pela Secretaria Solicitante, conforme a seguir:

4.5.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do Produto com a especificação. No local da entrega, o servidor designado fará o recebimento dos materiais, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega do produto e, se for o caso, as irregularidades observadas.

4.5.2. Definitivamente, até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor designado que procederá ao recebimento, verificando as especificações e as qualificações do produto entregue, de conformidade com o exigido neste EDITAL e com o constante na proposta de preços da LICITANTE CONTRATADA.

4.3 Se constatada irregularidades no produto entregue, a CONTRATANTE, através de seu Departamento de Compras, poderá:

4.3.1 Se disser respeito à sua especificação, rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.3.2 Na hipótese de substituição, a LICITANTE CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Departamento de Compras, no prazo por ele estipulado, contado de sua notificação, mantido o preço inicialmente proposto;

4.5.3 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar a sua complementação, ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.5.4. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

4.7. Não há limite mínimo ou máximo para o quantitativo dos Pedidos, os mesmos serão de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Emitir o Termo de Recebimento Definitivo no prazo previsto e o devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.4 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Sec. Mun. de Infraestrutura.....344-08.001.15.452.0032.2053.339030000000

Sec. Mun. De Administração 56-03.001.04.122.0004.2010.339030000000

Sec. Mun. De Educação.....150-05.002.12.365.0013.2035.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....205-06.001.10.301.0030.2080.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....206.06.002.10.301.0029.2081.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....300-07.003.08.243.0025.2073.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....313-07.004.08.0025.2072.3.3.90.30.00.00.00

Sec. Mun. De Ass. Social.....265-07.001.08.244.0025.2070.33903000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....281-07.002.08.244.0025.2069.33903000000

Sec. Mun. De Turismo.....427-11.001.23.695.0015.2046.339030000000

Sub Prefeitura.....494-17.001.04.122.0008.2023.339030000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

a) 2% (dois por cento), até o máximo de 05 (cinco) dias, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

I - Advertência; II- Multa Conforme previsão neste instrumento Convocatório, por dia de atraso na entrega dos produtos;

III- Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do contrato;

IV- Suspensão temporária de participar em licitações no prazo não superior a 2 (dois) anos;

V- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

A multa a que alude este Instrumento Convocatório não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas No item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada materiais/produtos a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo "PROMITENTE FORNECEDOR", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 19/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019 a proposta da empresa classificada no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/ MT, 05 de Junho de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

ODORIZZI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ n°33.722.554/0001-51

Sr. Alan Pierre Odorizzi

CPF n° 650.319.541-91

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2019.

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, e do outro lado a empresa **MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA**, CNPJ nº 14.888.303/0001-05, sediada à Av. Beira Rio, n° 1700, bairro Praieiro, Cuiabá-MT, cep: 78.070-500, fone: (65) 3322-7020, email: mudarcomercio@hotmail.com, sendo representada pelo Sr. Thiago Freitas do Nascimento, portador do RG nº 16081293 SSP/MT e do CPF nº 027.911.441-96, "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 176/2006 2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para **Registro de Preços para Futura e Eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇAO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT,** conforme condições e especificações constantes no Edital e anexos do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019, para Registro de Preços.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por ITEM conforme segue:

Cód	Descrição	Marca	Medida	Quant	Valor Unit	Valor Total
18600	BICO P/ TORNEIRA JARDIM PLASTICO 1/2"	HERC	UNIDADE	290	R$ 1,00	R$ 290,00
43937	BOIA AUTOMATICA SENSOR-CONTROL 15A 1.5M, INTERRUPTOR TIPO BOIA PARA CONTROLE E INDICACAO DO NIVEL DE AGUA EM POCOS OU RESERVATORIOS COM GRANDE PRECISAO E DURABILIDADE	MARGIRIUS	UNIDADE	120	R$ 26,00	R$ 3.120,00
118100	BROCA 10 DE 15 CM PARA MADEIRA	ROCAST	UNIDADE	112	R$ 15,00	R$ 1.680,00
27537	BROCA 4,0 mm	ROCAST	UNIDADE	82	R$ 2,65	R$ 217,30
27538	BROCA 5,0 mm	ROCAST	UNIDADE	82	R$ 3,55	R$ 291,10
47340	BROCA 6	ROCAST	UNIDADE	2	R$ 5,00	R$ 10,00
116419	BROCA 6 MM CONCRETO	ROCAST	UNIDADE	97	R$ 4,00	R$ 388,00
41861	BROXA REDONDA, CERDAS DE NYLON, CABO PLASTICO RESISTENTE, 75mm	ROMA	UNIDADE	280	R$ 5,10	R$ 1.428,00
30045	BUCHA PLASTICA S-05	IV PLAST	UNIDADE	330	R$ 0,15	R$ 49,50
27321	BUCHA PLASTICA S-08	IV PLAST	UNIDADE	390	R$ 0,15	R$ 58,50
31109	BUCHA S-10 C/ ANEL	IV PLAST	UNIDADE	320	R$ 0,20	R$ 64,00
11767	CADEADO 50mm - LATAO MACICO COM HASTE DE ACO, COM DUAS CHAVES	TRIANGLE	UNIDADE	155	R$ 24,95	R$ 3.867,25
28608	CANO C/ CURVA P/CAIXA DESCARGA 40mm x 1,20mt	KRONA	UNIDADE	195	R$ 8,30	R$ 1.618,50
5487	COLA INSTANTANEA 5gr	TEC BOND	UNIDADE	180	R$ 6,10	R$ 1.098,00
121219	DISCO DE MAQUITA	WORKER	UNIDADE	1300	R$ 12,40	R$ 16.120,00
44913	DOBRADICA PARA PORTA 3.1/2" - ACO CROMADO - CARTELA COM 3 PECAS	MERKEL	UNIDADE	475	R$ 11,10	R$ 5.272,50
115025	ESCADA DE ALUMINIO DOMESTICA -09 DEGRAUS	ALULEV	UNIDADE	67	R$ 189,00	R$ 12.663,00
908	ESQUADRO ALUMINIO	PARABONI	UNIDADE	160	R$ 12,90	R$ 2.064,00
11384	FITA CREPE 19mmX50m	AFA	UNIDADE	300	R$ 3,00	R$ 900,00
17577	FITA CREPE, COR BRANCA, DORSO DE PAPEL CREPADO - 19mmX50m	AFA	UNIDADE	200	R$ 3,00	R$ 600,00
3333	JUNCAO ESGOTO 100X100MM	CORRPLASTIK	UNIDADE	260	R$ 9,00	R$ 2.340,00
1158	LIMA CHATA	ROCAST	UNIDADE	240	R$ 10,90	R$ 2.616,00

10343	LIXA MASSA 100	WORKER	UNIDADE	600	R$ 0,60	R$ 360,00
31777	LIXA MASSA 150	WORKER	UNIDADE	180	R$ 0,40	R$ 72,00
44189	LIXA P/ MASSA/MADEIRA GRAO 100	WORKER	UNIDADE	570	R$ 0,60	R$ 342,00
31778	LIXA P/ MASSA/MADEIRA GRAO 120	WORKER	UNIDADE	400	R$ 0,40	R$ 160,00
44190	LIXA P/ MASSA/MADEIRA GRAO 150	WORKER	UNIDADE	630	R$ 0,40	R$ 252,00
18767	LUVA PIGMENTADA	VOLK	PAR	610	R$ 2,89	R$ 1. 762,90
18492	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4" AMARELA	FORTLEV	METRO	2400	R$ 1,17	R$ 2. 808,00
28197	MASSA CORRIDA - 28KG - PVA, INDICADA P/ INTERIOR	NEOVINIL	UNIDADE	1130	R$ 33,70	R$ 38. 081,00
36321	OCULO DE SEGURANCA C/ TONALIDADE ESCURA	SUPERSAFETY	UNIDADE	60	R$ 3,50	R$ 210,00
17702	OCULOS DE SEGURANCA INCOLOR	SUPERSAFETY	UNIDADE	180	R$ 4,50	R$ 810,00
45176	OCULOS DE SEGURANCA PRETO	SUPERSAFETY	UNIDADE	350	R$ 3,50	R$ 1. 225,00
31775	OCULOS SEGURANCA TRANSPARENTE	SUPERSAFETY	UNIDADE	100	R$ 4,50	R$ 450,00
18479	REGISTRO ESFERA ROSCA INTERNA - 3/4"	KRONA	UNIDADE	140	R$ 6,00	R$ 840,00
13974	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 40MM	KRONA	UNIDADE	210	R$ 9,90	R$ 2. 079,00
15905	REJUNTE FLEXIVEL - PCT 1KG - PRETO	REJUNTA MAIS	PACOTE	1120	R$ 3,40	R$ 3. 808,00
31104	ROLO DE LA ANTI-GOTA, 15 CM.	COMPEL	UNIDADE	790	R$ 11,00	R$ 8. 690,00
31103	ROLO DE LA ANTI-GOTA, 23 CM.	COMPEL	UNIDADE	580	R$ 14,90	R$ 8. 642,00
27520	ROLO LA EXTRA 23CM	COMPEL	UNIDADE	675	R$ 14,90	R$ 10. 057,50
3306	SIFAO SANFONADO UNIVERSAL	PLASBOHN	UNIDADE	340	R$ 3,50	R$ 1. 190,00
31824	TORNEIRA ESFERA JARDIM CROMADA, COM ALAVANCA 1/2" COM ADAPTACAO 3/4" E ENTRADA PARA MANGUEIRA	THOMPSON	UNIDADE	132	R$ 10,50	R$ 1. 386,00
15586	TORNEIRA ESFERA JARDIM CROMADA, COM ALAVANCA 3/4" E ENTRADA PARA MANGUEIRA	THOMPSON	UNIDADE	172	R$ 10,50	R$ 1. 806,00
8267	TORNEIRA JARDIM CROMADA 1/2"	KALA	UNIDADE	90	R$ 10,50	R$ 945,00
15488	TORNEIRA MET. JARDIM 25 MM - 3/4	THOMPSON	UNIDADE	90	R$ 10,50	R$ 945,00
13774	TRINCHA PARA PINTURA 395 X 1"	ROMA	UNIDADE	490	R$ 1,90	R$ 931,00

O valor global da presente ata de registro de preço e de R$ 144.608,05 (cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e oito reais com cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega dos produtos será de ate 72 **(setenta e duas)** horas após o recebimento da Autorização de fornecimento na sede da secretaria solicitante.

4.2. Os produtos adquiridos por meio deste Pregão deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal solicitante, durante o expediente, ou seja, de 07h00m as 11h00m e das 13h00m as 17h00m, quando serão examinados por servidor responsável pelo seu recebimento.

4.3. A ausência de um representante da empresa no momento da entrega e verificação dos produtos pelo servidor responsável acarretara na aceitação, pela empresa fornecedora, de quaisquer vícios que a secretaria solicitante apontar nos produtos entregues, devendo a fornecedora realizar a troca dos mesmos em até 72 **(setenta e duas)** horas após o apontamento dos vícios, incorrendo em atraso passado o prazo previsto acima.

4.4. O prazo de validade dos Produtos quando da entrega pela contratada, deverá ser de no mínimo, 50% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

*A entrega de Produtos vencidos ou mesmo com prazo inferior ao mencionado anteriormente, acarretara no cancelamento do registro realizado com a fornecedora, respeitando o Contraditório e Ampla Defesa.

4.5. O recebimento dos Produtos será feito em 02 (duas) etapas por funcionário designado pela Secretaria Solicitante, conforme a seguir:

4.5.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do Produto com a especificação. No local da entrega, o servidor designado fará o recebimento dos materiais, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega do produto e, se for o caso, as irregularidades observadas.

4.5.2. Definitivamente, até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor designado que procederá ao recebimento, verificando as especificações e as qualificações do produto entregue, de conformidade com o exigido neste EDITAL e com o constante na proposta de preços da LICITANTE CONTRATADA.

4.3 Se constatada irregularidades no produto entregue, a CONTRATANTE, através de seu Departamento de Compras, poderá:

4.3.1 Se disser respeito à sua especificação, rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.3.2 Na hipótese de substituição, a LICITANTE CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Departamento de Compras, no prazo por ele estipulado, contado de sua notificação, mantido o preço inicialmente proposto;

4.5.3 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar a sua complementação, ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.5.4. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

4.7. Não há limite mínimo ou máximo para o quantitativo dos Pedidos, os mesmos serão de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Emitir o Termo de Recebimento Definitivo no prazo previsto e o devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.4 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Sec. Mun. de Infraestrutura.....344-08.001.15.452.0032.2053.339030000000

Sec. Mun. De Administração 56-03.001.04.122.0004.2010.339030000000

Sec. Mun. De Educação.....150-05.002.12.365.0013.2035.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....205-06.001.10.301.0030.2080.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....206.06.002.10.301.0029.2081.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....300-07.003.08.243.0025.2073.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....313-07.004.08.0025.2072.3.3.90.30.00.00.00

Sec. Mun. De Ass. Social.....265-07.001.08.244.0025.2070.33903000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....281-07.002.08.244.0025.2069.33903000000

Sec. Mun. De Turismo.....427-11.001.23.695.0015.2046.339030000000

Sub Prefeitura.....494-17.001.04.122.0008.2023.339030000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

a) 2% (dois por cento), até o máximo de 05 (cinco) dias, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

I - Advertência; II- Multa Conforme previsão neste instrumento Convocatório, por dia de atraso na entrega dos produtos;

III- Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do contrato;

IV- Suspensão temporária de participar em licitações no prazo não superior a 2 (dois) anos;

V- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

A multa a que alude este Instrumento Convocatório não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas No item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada materiais/produtos a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 19/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019 a proposta da empresa classificada no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/ MT, 05 de Junho de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS

DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA

CNPJ nº 14.888.303/0001-05

Sr. Thiago Freitas do Nascimento

CPF nº 027.911.441-96

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2019.

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, e do outro lado a empresa **SETE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.578.067/0001-69, com sede na Rua Padre Roquete, N°01, Centro Empresarial Shalon, Sala 05, Consil, em Cuiabá/MT, CEP: 78.048-440, Email: setedistribuidora@terra.com.br, **Fone: (65) 3642-6664,** neste ato representada pelo Sr. Pedro Del Bianco Pereira Lopes, brasileiro, sócio gerente, portador(a) do RG nº 19257694 SSP/MT e do CPF nº 051.427.651-76, "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10. 520/2002 e Decreto Municipal 176/2006 2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/ 02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para **Registro de Preços para Futura e Eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇAO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT,** conforme condições e especificações constantes no Edital e anexos do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019, para Registro de Preços.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por ITEM conforme segue:

Cód	Descrição	Marca	Medida	Quant	Valor Unit	Valor Total
891	BOMBA DAGUA	KALA	UNIDADE	12	R$ 168,00	R$ 2.016,00
2322	BROCA 7.5	BOSCH	UNIDADE	82	R$ 6,90	R$ 565,80
42113	CAIXA DE DESCARGA CONTROLADA 9L - VARIAS CORES	ALUMAZA	UNIDADE	180	R$ 21,40	R$ 3.852,00
809	ESPUDE P/ VASO SANITARIO 1.1/2/40 X 2"	LIEGE	UNIDADE	200	R$ 1,40	R$ 280,00
31706	FITA VEDA ROSCA 18mm X 25mt	GOOL	UNIDADE	600	R$ 2,80	R$ 1.680,00
44410	KIT ACESSORIO METAL PARA BANHEIRO - COM 5 PECAS: SABONETEIRA, PAPELEIRA, PORTA TOALHA RETO, PORTA TOALHA ARCO E GUANCHO SIMPLES	KALA	UNIDADE	103	R$ 34,60	R$ 3.563,80
19140	KIT ACIONAMENTO COMPLETO	CENSE	UNIDADE	120	R$ 21,05	R$ 2.526,00
31829	KIT ACIONAMENTO COMPLETO UNIVERSAL PARA CAIXA D'AGUA ACOPLADA	LIEGE	UNIDADE	272	R$ 75,90	R$ 20.644,80
18641	LIXA D'AGUA - GRAO 100	WORKER	UNIDADE	1100	R$ 1,14	R$ 1.254,00
31922	LIXA D'AGUA - GRAO 120	WORKER	UNIDADE	800	R$ 1,14	R$ 912,00
28568	LIXA FERRO 100	WORKER	UNIDADE	180	R$ 1,88	R$ 338,40
33865	LIXA FERRO 80	WORKER	UNIDADE	180	R$ 1,88	R$ 338,40
16714	LIXA FERRO GRAO 120	WORKER	UNIDADE	340	R$ 1,89	R$ 642,60
27515	LIXA FERRO GRAO 150	WORKER	UNIDADE	400	R$ 1,89	R$ 756,00
29060	LUVA UNIAO COM ROSCA 1/2	TIGRE	UNIDADE	470	R$ 2,11	R$ 991,70
47006	LUVA UNIAO COM ROSCA 2"	TIGRE	UNIDADE	540	R$ 21,81	R$ 11.777,40
25482	MIOLO DE FECHADURA	PILLER	UNIDADE	240	R$ 13,00	R$ 3.120,00
43928	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 20MM	LIEGE	UNIDADE	125	R$ 3,50	R$ 437,50
44156	SPRAY ANTI FERRUGEM (DESINGRIPANTE) 300ML	KALA	UNIDADE	360	R$ 7,40	R$ 2.664,00
3042	TABUA 25 CM X 3,0 MTS	STA CRUZ	UNIDADE	1490	R$ 25,50	R$ 37.995,00
17809	TEE SOLD. 25MM	KRONA	UNIDADE	180	R$ 0,63	R$ 113,40
118267	TINTA PARA DEMARCACAO VIARIA EM ASFALTO, CONCRETO E OUTROS - 18 LTS - DIVERSAS CORES	SUPRIVIAS	UNIDADE	565	R$ 305,00	R$ 172.325,00
45606	TINTA SPRAY LUMINOSA - 380 ML - DIVERSAS CORES	SHERMICOLOR	UNIDADE	530	R$ 11,50	R$ 6.095,00
45607	TINTA SPRAY METALICA - 300 ML - DIVERSAS CORES	SHERMICOLOR	UNIDADE	460	R$ 11,50	R$ 5.290,00
11317	TINTA SPRAY SECAGEM RAPIDA, MULTIUSO, 300ML - DIVERSAS CORES	SHERMICOLOR	UNIDADE	710	R$ 11,50	R$ 8.165,00
6556	TORNEIRA 3/4	GRAPE	UNIDADE	300	R$ 2,00	R$ 600,00
44233	TORNEIRA PARA PIA, BICA LONGA 18cm, CROMADA, PARA FIXACAO EM PAREDE	LIEGE	UNIDADE	192	R$ 40,00	R$ 7.680,00
44288	UNIAO INTERNA 1", 25mm	LIEGE	UNIDADE	290	R$ 1,80	R$ 522,00

O valor global da presente ata de registro de preço e de R$ 297.145,80 (duzentos e noventa e sete mil, cento e quarenta e cinco reais com oitenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega dos produtos será de ate 72 **(setenta e duas)** horas após o recebimento da Autorização de fornecimento na sede da secretaria solicitante.

4.2. Os produtos adquiridos por meio deste Pregão deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal solicitante, durante o expediente, ou seja, de 07h00m as 11h00m e das 13h00m as 17h00m, quando serão examinados por servidor responsável pelo seu recebimento.

4.3. A ausência de um representante da empresa no momento da entrega e verificação dos produtos pelo servidor responsável acarretara na aceitação, pela empresa fornecedora, de quaisquer vícios que a secretaria solicitante apontar nos produtos entregues, devendo a fornecedora realizar a troca dos mesmos em até 72 **(setenta e duas)** horas após o apontamento dos vícios, incorrendo em atraso passado o prazo previsto acima.

4.4. O prazo de validade dos Produtos quando da entrega pela contratada, deverá ser de no mínimo, 50% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

*A entrega de Produtos vencidos ou mesmo com prazo inferior ao mencionado anteriormente, acarretara no cancelamento do registro realizado com a fornecedora, respeitando o Contraditório e Ampla Defesa.

4.5. O recebimento dos Produtos será feito em 02 (duas) etapas por funcionário designado pela Secretaria Solicitante, conforme a seguir:

4.5.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do Produto com a especificação. No local da entrega, o servidor designado fará o recebimento dos materiais, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega do produto e, se for o caso, as irregularidades observadas.

4.5.2. Definitivamente, até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor designado que procederá ao recebimento, verificando as especificações e as qualificações do produto entregue, de conformidade com o exigido neste EDITAL e com o constante na proposta de preços da LICITANTE CONTRATADA.

4.3 Se constatada irregularidades no produto entregue, a CONTRATANTE, através de seu Departamento de Compras, poderá:

4.3.1 Se disser respeito à sua especificação, rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.3.2 Na hipótese de substituição, a LICITANTE CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Departamento de Compras, no prazo por ele estipulado, contado de sua notificação, mantido o preço inicialmente proposto;

4.5.3 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar a sua complementação, ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.5.4. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

4.7. Não há limite mínimo ou máximo para o quantitativo dos Pedidos, os mesmos serão de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Emitir o Termo de Recebimento Definitivo no prazo previsto e o devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.4 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Sec. Mun. de Infraestrutura.....344-08.001.15.452.0032.2053.339030000000

Sec. Mun. De Administração 56-03.001.04.122.0004.2010.339030000000

Sec. Mun. De Educação.....150-05.002.12.365.0013.2035.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....205-06.001.10.301.0030.2080.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....206.06.002.10.301.0029.2081.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....300-07.003.08.243.0025.2073.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....313-07.004.08.0025.2072.3.3.90.30.00.00.00

Sec. Mun. De Ass. Social.....265-07.001.08.244.0025.2070.33903000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....281-07.002.08.244.0025.2069.33903000000

Sec. Mun. De Turismo.....427-11.001.23.695.0015.2046.339030000000

Sub Prefeitura.....494-17.001.04.122.0008.2023.339030000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

a) 2% (dois por cento), até o máximo de 05 (cinco) dias, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

I - Advertência; II- Multa Conforme previsão neste instrumento Convocatório, por dia de atraso na entrega dos produtos;

III- Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do contrato;

IV- Suspensão temporária de participar em licitações no prazo não superior a 2 (dois) anos;

V- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

A multa a que alude este Instrumento Convocatório não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas No item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada materiais/produtos a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 19/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019 a proposta da empresa classificada no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/ MT, 05 de Junho de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

SETE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA ME

CNPJ sob o nº 04.578.067/0001-69

Sr. Pedro Del Bianco Pereira Lopes

CPF nº 051.427.651-76

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2019.

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, e do outro lado a empresa **SOLAR TINTAS E ENERGIA SUSTENTAVEL EIRELI**, CNPJ Nº 31.511.589/0001-16, localizada na Av. Romualdo Allievi, n° 1208, bairro Centro em Tapurah/MT, CEP 78573-000, Telefone: (66) 3547-1444, neste ato representada pelo sua proprietária Sra. Ana Paula Defant, portadora do RG nº 21074860 SSP/MT e do CPF nº 059.387.661-09, “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 176/2006 2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO

PRESENCIAL SRP nº 19/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para **Registro de Preços para Futura e Eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇAO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT,** conforme condições e especificações constantes no Edital e anexos do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019, para Registro de Preços.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por ITEM conforme segue:

Cód.	Descrição do Item	Marca				
28526	SELADOR ACRILICO PARA PAREDE - 18 LTS	MAXCOLLOR	UNIDADE	620	R$ 59,90	R$37.138,00
118160	TINTA PVA 18 LTS BRANCA	MAXCOLLOR	UNIDADE	540	R$ 80,00	R$43.200,00
118165	TINTA ACRILICA P/ PISO - 18 LTS - BRANCA	MAXCOLLOR	UNIDADE	635	R$ 120,00	R$76.200,00
118260	TINTA PVA 18 LTS CORES DIVERSAS	MAXCOLLOR	UNIDADE	540	R$ 94,00	R$50.760,00
118262	TINTA ACRILICA P/ PISO - 18 LTS - DIVERSAS CORES	MAXCOLLOR	UNIDADE	685	R$ 120,00	R$82.200,00

O valor global da presente ata de registro de preço e de R$ 289.498,00 (duzentos e oitenta e nove mil quatrocentos e noventa e oito reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega dos produtos será de ate 72 **(setenta e duas)** horas após o recebimento da Autorização de fornecimento na sede da secretaria solicitante.

4.2. Os produtos adquiridos por meio deste Pregão deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal solicitante, durante o expediente, ou seja, de 07h00m as 11h00m e das 13h00m as 17h00m, quando serão examinados por servidor responsável pelo seu recebimento.

4.3. A ausência de um representante da empresa no momento da entrega e verificação dos produtos pelo servidor responsável acarretara na aceitação, pela empresa fornecedora, de quaisquer vícios que a secretaria solicitante apontar nos produtos entregues, devendo a fornecedora realizar a troca dos mesmos em até 72 **(setenta e duas)** horas após o apontamento dos vícios, incorrendo em atraso passado o prazo previsto acima.

4.4. O prazo de validade dos Produtos quando da entrega pela contratada, deverá ser de no mínimo, 50% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

*A entrega de Produtos vencidos ou mesmo com prazo inferior ao mencionado anteriormente, acarretara no cancelamento do registro realizado com a fornecedora, respeitando o Contraditório e Ampla Defesa.

4.5. O recebimento dos Produtos será feito em 02 (duas) etapas por funcionário designado pela Secretaria Solicitante, conforme a seguir:

4.5.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do Produto com a especificação. No local da entrega, o servidor designado fará o recebimento dos materiais, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega do produto e, se for o caso, as irregularidades observadas.

4.5.2. Definitivamente, até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor designado que procederá ao recebimento, verificando as especificações e as qualificações do produto entregue, de conformidade com o exigido neste EDITAL e com o constante na proposta de preços da LICITANTE CONTRATADA.

4.3 Se constatada irregularidades no produto entregue, a CONTRATANTE, através de seu Departamento de Compras, poderá:

4.3.1 Se disser respeito à sua especificação, rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.3.2 Na hipótese de substituição, a LICITANTE CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Departamento de Compras, no prazo por ele estipulado, contado de sua notificação, mantido o preço inicialmente proposto;

4.5.3 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar a sua complementação, ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.5.4. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

4.7. Não há limite mínimo ou máximo para o quantitativo dos Pedidos, os mesmos serão de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Emitir o Termo de Recebimento Definitivo no prazo previsto e o devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.4 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Sec. Mun. de Infraestrutura.....344-08.001.15.452.0032.2053.339030000000

Sec. Mun. De Administração 56-03.001.04.122.0004.2010.339030000000

Sec. Mun. De Educação.....150-05.002.12.365.0013.2035.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....205-06.001.10.301.0030.2080.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....206.06.002.10.301.0029.2081.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....300-07.003.08.243.0025.2073.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....313-07.004.08.0025.2072.3.3.90.30.00.00.00

Sec. Mun. De Ass. Social.....265-07.001.08.244.0025.2070.33903000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....281-07.002.08.244.0025.2069.33903000000

Sec. Mun. De Turismo.....427-11.001.23.695.0015.2046.339030000000

Sub Prefeitura.....494-17.001.04.122.0008.2023.339030000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

a) 2% (dois por cento), até o máximo de 05 (cinco) dias, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

I - Advertência; II- Multa Conforme previsão neste instrumento Convocatório, por dia de atraso na entrega dos produtos;

III- Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do contrato;

IV- Suspensão temporária de participar em licitações no prazo não superior a 2 (dois) anos;

V- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

A multa a que alude este Instrumento Convocatório não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas No item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada materiais/produtos a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 19/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2019 a proposta da empresa classificada no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/ MT, 05 de Junho de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

SOLAR TINTAS E ENERGIA SUSTENTAVEL EIRELI

CNPJ Nº 31.511.589/0001-16

Sra. Ana Paula Defant

CPF nº 059.387.661-09

Contratada

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
EDITAL Nº 14 ELEIÇÕES SUPLEMENTARES PARA CONSELHO TUTELAR DE NORTELÂNDIA

ELEIÇÕES SUPLEMENTARES PARA O CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA – ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL Nº 014/2019/CMDCA

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal nº 293, de 20 de setembro de 2013, alterada pela Lei Municipal nº 500, de 05 de abril de 2019, nos moldes das Resoluções nº 152/2012 e 170/2014, editadas pelo CONANDA, **e de acordo com EDITAL Nº 013/2019/DMCA, de 02 de junho de 2019, e cumprindo o disposto nos artigos 53 da Lei Municipal nº 293/2013, torna público o RESULTADO DEFINITIVO DA ELEIÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR PARA OS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE NORTELANDIA, Estado de mato Grosso para mandato de 13.06.2019 a 09.01.2020.**

1. DO OBJETO – PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DA ELEIÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR PARA OS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE NORTELANDIA/MT.

1.1. Este Edital tem por objeto a Publicação do Resultado Definitivo da Eleição do Processo de Escolha Suplementar para membros do Conselho Tutelar do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, para mandato de 13.06.2019 a 09.01.2020.

1.2. A lista constante do Anexo Único deste Edital obedece a ordem de votação, conforme a quantidade de votos obtidos, sendo que o 1º (primeiro) colocado será titular e o segundo colocado, será automaticamente tido como suplente nos termos da Lei 293/2013.

2. DO QUORUM ELEITORAL

2.1. Considerando o disposto no artigo 33, da Resolução n ° 008/2019/CMDCA, e que a quantidade total de eleitores que comparecerem 174 (Cento e setenta e quatro) foi superior ao quórum de 1% do total do eleitorado de Nortelândia (4569 eleitores) o que seria alcançado com o comparecimento de pelo menos 45 eleitores, fica declarado atingido o quórum e satisfeita o dispositivo legal retro mencionado.

Nortelândia, Estado de Mato Grosso, 07 de junho de 2019.

Natália Maria da Silva

Presidente do CMDCA – Nortelândia

ANEXO I

RESULTADO DEFINITIVO DA ELEIÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR PARA OS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT. PARA MANDATO DE 13.06.2019 a 09.01.2020.

NUMEROS	NOMES	VOTOS	CLASSIFICAÇÃO
01	Peron de Souza Neves	108	1º Lugar
02	Clarice Maria de Oliveira	66	2º Lugar

Natália Maria da Silva

Presidente do CMDCA – Nortelândia/MT

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇAO Nº 13 CMDCA NORTELÂNDIA

RESOLUÇÃO Nº 013/2019-CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente/CMDCA criado pela lei 293 e de 20 de setembro de 2013, alterada pela Lei 500/2019 de 05 abril de 2019, no âmbito de sua competência legal, conforme deliberação em Reunião Extraordinária do dia 24/04/19, institui e nomeia os membros da comissão especial para elaboração, correção e aplicação do exame de conhecimento do Processo de Escolha Suplementar para o cargo de Conselheiro Tutelar e suplentes do Município de Nortelândia – MT e da outras providência.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 293 de 20 de setembro de 2013 e alterada pela Lei 500/2019, considerando as deliberações, por unanimidade dos membros do Conselho presente na reunião extraordinária realizada no dia vinte e quatro de abril de 2019 (24/04/2019).

Resolve:

Art. 1º - Fica Diplomado **o Senhor Peron de Souza** como Titular e a senhora **Clarice Maria de Oliveira** como Suplente no período de 13/06/2019 a 09/01/2020.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Nortelândia – MT, 11 de junho de 2019.

Natália Maria da silva

Pres. Do CMDCA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 501/2019, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar a pedido, o Senhor **Florindo de Oliveira Almeida,** Portador da Cédula de Identidade **RG nº 16101233 SSP/MT** e do **CPF nº 033. 100.978-11, do Cargo em Comissão "Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer" da** Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 11 dias do mês de junho de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 11.06.2019.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS RELACIONADOS EM ANEXO, QUE FORAM APROVADOS NO CADASTRO DE RESERVA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2018, PARA COMPOR O QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL

Convocação dos candidatos relacionados em anexo, que foram aprovados no cadastro de reserva no Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2018, para compor o quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

Anexo II

Professora Pedagoga EM Profª Délia Galdina Duarte - Sede

1 - ODETE MARIA DE OLIVEIRA

Maria Auxiliadora da Silva Cunha

Secretaria Municipal de Educação

ERRATA DO EXTRATO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 053 2019

ERRATA DO EXTRATO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 053 2019

ONDE SE LÊ PUBLICADO NO DIA 30 DE MAIO NO JORNAL AMM/MT EDIÇÃO 3238

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO ¾ COM CAPACIDADE 4.000 KG, COM MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, PARA TRANSPORTE DE ÓLEO DIESEL PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PARA ABASTECIMENTO DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA D.M SILVA – EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001976/2018 VALIDADEPREGÃO ELETRÔNICO Nº026/2018 SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001865/2019 VALOR TOTAL: R$ 44. 873,40 (Quarenta e Quatro Mil Oitocentos e Setenta e Tres Reais e Quarenta Centavos) A validade do presente contrato será de 05 (cinco) meses, a partir de sua assinatura.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: **D.M SILVA – EPP**

CNPJ sob o nº **21.659.772/0001-00**

Representado pelo senhor Douglas Martins Silva,

RG nº 21513708 SSP/MT e CPF nº 038.776.641-30

LEIA-SE

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO ¾ COM CAPACIDADE 4.000 KG, COM MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, PARA TRANSPORTE DE ÓLEO DIESEL PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PARA ABASTECIMENTO DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA D.M SILVA – EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001976/2018 VALIDADEPREGÃO ELETRÔNICO Nº026/2018 SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001865/2019 VALOR TOTAL: R$ 44.873,40 (QUARENTA E QUATRO MIL OITOCENTOS E SETENTA E TRES REAIS E QUARENTA CENTAVOS) .VALIDADE DO PRESENTE CONTRATO SERÁ DE 05 (CINCO) MESES, A PARTIR DE SUA ASSINATURA. PRORROGÁVEIS POR INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO E ATENDENDO Á LEGISLAÇÃO VIGENTE, EM ESPECIAL O ART. 57 E SEGUINTES DA LEI 8.666/93, PODENDO O CONTRATO SER ADITIVADO COM REAJUSTE DE PREÇO CONFORME PREVISÃO LEGAL E NAS CONDIÇÕES DE REAJUSTE DO ÍNDICE GERAL DE PREÇO DE MERCADO (IGPM) POR MAIS 24 (VINTE E QUATRO) MESES.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de Maio de 2019.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: **D.M SILVA – EPP**

CNPJ sob o nº **21.659.772/0001-00**

Representado pelo senhor Douglas Martins Silva,

RG nº 21513708 SSP/MT e CPF nº 038.776.641-30

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2019 PROCESSO: 002258/2019-1.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2019

Processo: 002258/2019-1.

Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE HIDROMETRO, CORTE DE AGUA, RELIGAÇÃO DE AGUA, MANUTENÇÃO NA REDE, LIGAMENTO E DESLIGAMENTO DE BOMBA DO MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, CONFORME CONDIÇOES, QUANTIDADES E EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE HIDROMETRO, CORTE DE AGUA, RELIGAÇÃO DE AGUA, MANUTENÇÃO NA REDE, LIGAMENTO E DESLIGAMENTO DE BOMBA DO MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, CONFORME CONDIÇOES, QUANTIDADES E EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO**. TR **nº.058/2019. EMPRESA: NORBERTO DOMINGOS DA CONCEIÇÃO CNPJ: 19.367.303/0001-75,** No valor total contratado de **R$ 28.800,00(vinte e oito mil e oitocentos reais).**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias.

12-DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
12.1 A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
SEC. ADM E PLANEJAMENTO	PROPRIO	02060- Manutenção do DAE	040026	3.3.90.39	100	**R$ 28.800,00**
TOTAL						**R$ 28.800,00**

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 28.800,00(vinte e oito mil e oitocentos reais)**

Em favor da **EMPRESA: NORBERTO DOMINGOS DA CONCEIÇÃO CNPJ: 19.367.303/0001-75.** Cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 058/2019.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 11 de Junho de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 053/2019 PROCESSO: 00899/2019-1.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 053/2019

Processo: 00899/2019-1.

Assunto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES LABORATORIAIS PARA O LABORATORIO DE CONTROLE DE QUALIDADE DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO, DE MODO A ATENDER AS DEMANDAS DE ATIVIDADES RELACIONADAS COM O CONTROLE DE QUALIDADE FISICO- QUIMICO NAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO, BEM COMO ATENDER AOS REQUISITOS DA ISSO/TEC 17025, CONFORME CONDIÇOES, QUANTIDADES E EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES LABORATORIAIS PARA O LABORATORIO DE CONTROLE DE QUALIDADE DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO, DE MODO A ATENDER AS DEMANDAS DE ATIVIDADES RELACIONADAS COM O CONTROLE DE QUALIDADE FISICO- QUIMICO NAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO, BEM COMO ATENDER AOS REQUISITOS DA ISSO/TEC 17025, CONFORME CONDIÇOES, QUANTIDADES E EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO,** TR **nº.030/2019. EMPRESA: RENATO DA SILVA ALMEIDA EPP CNPJ: 14.442.229/0001-90,** No valor total contratado de **R$ 17.279,00(dezessete mil e duzentos e setenta e nove reais).**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias.

12-DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
12.1 A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
008/01	PROPRIO	2074/Manutenção Encargos e Salários	080010	3.3.90.30.00	100	**R$ 4.786,00**
008/01	PROPRIO	2074/Manutenção Encargos e Salários	080018	44.90.52.00	100	**12.493,00**
TOTAL						**R$ 17.279,00**

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 17.279,00(dezessete mil e duzentos e setenta e nove reais).** Em favor da **EMPRESA: RENATO DA SILVA ALMEIDA EPP CNPJ: 14.442.229/0001-90.** Cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 030/2019.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 11 de Junho de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO 059/2019

Aos 11 (onze) dias do mês de junho do ano de 2019, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º 62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 24127310 SSP/MT e inscrito no CPF nº 236.135.139-00, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO PRESENCIAL Nº 021/2019**, e de outro lado à empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **10/06/2019**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as clausulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o Registro de preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO, E FERRAMENTAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO, PELO PERIODO DE 12 MESES,**de acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor	**IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA. LTDA – ME**			CNPJ	**12.995.729/0001-24**
Endereço:	Rua Siqueira Campos, Lot JD N Horizonte			Nº:	SN
Bairro:	Ikaray	Cidade:	Varzea Grande – MT	CEP:	78.130-426
Representante Legal:	*IVAN GUIA LEMOS DA SILVA*			CPF	304.300.541-49
Email:	navimateriaiseletricos@gmail.com		Telefone:	(65) 3927-5941	

Item	Decrição	Marca	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	ALICATE AMP. C/ ILUMI. DE GARRA E DET. DE TENSAO	EHC	UNIDADE	R$ 69,00	3	R$ 207,00
2	ARAME 18 GALVANIZADO	BELGO	KILO	R$ 15,00	6	R$ 90,00
3	BOIA PARA CAIXA DE AGUA 3/4	VIQUA	UNIDADE	R$ 7,90	25	R$ 197,50
4	BOIA PARA CAIXA DE AGUIA 1/2	VIQUA	UNIDADE	R$ 7,90	25	R$ 197,50
5	CABEÇOTE 1¹/4	CONTEL	UNIDADE	R$ 6,70	240	R$ 1.608,00
6	CABO 16 MM	SILFLEX	METRO	R$ 7,50	200	R$ 1.500,00
7	CABO DUPLEX 2X10	NEO	METRO	R$ 2,80	1.000	R$ 2.800,00
8	CABO FLEXIVEL 4 MM VERDE	NEO	METRO	R$ 2,40	600	R$ 1.440,00
9	CONECTOR TERRA	INNTELLI	UNIDADE	R$ 11,50	40	R$ 460,00
10	DISJUNTOR 2X50	ELETROMAR	UNIDADE	R$ 86,90	20	R$ 1.738,00
11	DISJUNTOR 2X70	ELETROMAR	UNIDADE	R$ 93,90	3	R$ 281,70
12	DISJUNTOR 3X50	ELETROMAR	UNIDADE	R$ 76,90	3	R$ 230,70
13	DISJUNTOR 3X70	ELETROMAR	UNIDADE	R$ 114,50	3	R$ 343,50
14	DISJUNTOR BIFASICO 40	ELETROMAR	UNIDADE	R$ 56,00	10	R$ 560,00
15	DISJUNTOR BIFASICO 60	ELETROMAR	UNIDADE	R$ 36,50	10	R$ 365,00
16	DISJUNTOR MONACO 20	ELETROMAR	UNIDADE	R$ 10,00	10	R$ 100,00
17	DISJUNTOR MONACO 30	ELETROMAR	UNIDADE	R$ 10,00	10	R$ 100,00
18	DISJUNTOR MONACO 35	ELETROMAR	UNIDADE	R$ 10,00	10	R$ 100,00
19	DISJUNTOR MONACO 50	ELETROMAR	UNIDADE	R$ 16,90	10	R$ 169,00
20	DISJUNTOR TRIFASICO 40	ELETROMAR	UNIDADE	R$ 64,00	10	R$ 640,00
21	ELETRODUTO CORRUGADO 1" MT	PLASTRAS	METRO	R$ 5,00	300	R$ 1.500,00
22	ELETRODUTO CORRUGADO 3/4" MT	PLASTRAS	METRO	R$ 1,30	200	R$ 260,00
23	FIO FLEXIVEL 2,5 ROLO C/ 100 METROS	SILFLEX	UNIDADE	R$ 170,00	18	R$ 3.060,00
24	FIO PARALELO 2X4 MM	SILFLEX	METRO	R$ 4,70	600	R$ 2.820,00
25	FIO SOLIDO 10,00 MM	SILFLEX	METRO	R$ 6,06	500	R$ 3.030,00
26	FIO SOLIDO 2,5 MM	SILFLEX	METRO	R$ 1,60	2.000	R$ 3.200,00
27	FIO SOLIDO 4,00 MM	SILFLEX	METRO	R$ 2,50	500	R$ 1.250,00
28	FIO SOLIDO 6,00 MM	SILFLEX	METRO	R$ 3,70	500	R$ 1.850,00
29	LAMPADA DE LED 20	AVANT	UNIDADE	R$ 28,00	100	R$ 2.800,00
30	LAMPADA DE LED 22	AVANT	UNIDADE	R$ 28,00	100	R$ 2.800,00
31	LAMPADA METALICA 150 W	AVANT	UNIDADE	R$ 39,00	250	R$ 9.750,00
32	MANGUEIRA PRETA 1,0 ROLO/100METROS	MULTIPPLAST	UNIDADE	R$ 235,00	5	R$ 1.175,00
33	MANGUEIRA PRETA 1/2 ROLO/100METROS	MULTIPLAST	UNIDADE	R$ 103,00	5	R$ 515,00
34	PICARETA	TENACE	UNIDADE	R$ 40,00	15	R$ 600,00
35	PREGO 17X27	BELGO	KILO	R$ 11,90	100	R$ 1.190,00
36	PREGO 18X30	BELGO	KILO	R$ 12,00	100	R$ 1.200,00
37	REFLETOR PARA LAMPADA DE 400 W	OLIVO	UNIDADE	R$ 56,50	300	R$ 16.950,00
38	REGUA DE ALUMINIO 2 METROS	KALA	UNIDADE	R$ 27,90	10	R$ 279,00
39	RIX COM ROLDANA	DUMONT	UNIDADE	R$ 13,00	10	R$ 130,00
40	SIFAO DUPLO	DEFLEX	UNIDADE	R$ 12,90	30	R$ 387,00
41	SIFAO SIMPLES	DEFLEX	UNIDADE	R$ 4,00	50	R$ 200,00
42	SIFAO TRIPLO	DEFLEX	UNIDADE	R$ 25,90	30	R$ 777,00
43	TERMINAL DE COBRE PRE ISOLADO MACHO 16 MM	INTELLI	UNIDADE	R$ 4,49	8	R$ 35,92
44	TERMINAL DE COBRE PRE ISOLADO MACHO TPP 6MM	INTELLI	UNIDADE	R$ 0,49	10	R$ 4,90
45	TERMINAL DE COBRE PRE ISOLADO TPP 4 MM	INTELLI	UNIDADE	R$ 0,49	6	R$ 2,94
46	TERMINAL DE PRESSÃO TIPO TA SER. MET. MHZ 25MM TRIF.	INTELLI	UNIDADE	R$ 6,49	20	R$ 129,80
47	TERMINAL DE COBRE PRE ISOLADO TPP 2,5 MM	INTELLI	UNIDADE	R$ 0,49	50	R$ 24,50

48	TOMADA DE ALVENARIA 20A	PLUZIE	UNIDADE	R$ 9,00	20	R$ 180,00
						R$ 69.228,96

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 07(sete) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, depois de expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá sob-hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a)Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b)Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c)Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência do Edital de Licitação Pregão Nº 021/2019.

5.3. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Nova Bandeirantes - MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente, no prazo máximo de **07 (sete) dias úteis a contar da data do recebimento da Ordem de Entrega;**

5.4. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis, sem ônus aos cofres municipais.

5.5. Substituir, às suas expensas, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas,** após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com as respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.6. Os produtos que serão entregues, deverão rigorosamente ser de primeira linha, ter padrão de qualidade reconhecido pelo mercado nacional e estarem de acordo com os padrões e normas brasileiras vigentes, se não cumpridas serão devolvidas no ato da entrega, com sujeita a multa de 5% do valor total do contrato.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário, pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 021/2019).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme **portaria nº 180/2019**, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão:02-GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 001-GABINETE DO PREFEITO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0034 – Gestão Para Resultado
Projeto/Atividade: 2 002 – Manutenção e Encargos Com Gabinete Prefeito
23 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0003 – Compromisso e Gestão Administrativa
Projeto/Atividade: 2 005 – Manutenção do Gabinete Secretario de Administração
57 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:04-SECRETARIA DE EDUCAÇÂO.
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função:12-EDUCACAO
Sub - Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL

Programa:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 012-Manutenção e Encargos Secretaria de Educação
86 - Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:04-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função:12-EDUCACAO
Sub - Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014 - MANUTENÇÃ DA QUOTA SALARIO EDUCAÇÃO
94 - Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 301-ATENÇAO BASICA
Programa:0005- Atenção a saúde publica
Projeto/Atividade: 2 022 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE SAUDE
151 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - GABINETE DO SECRETARIO
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 301-ATENÇAO BASICA
Programa:0020- Atenção à saúde publica
Projeto/Atividade: 2 122 – CUSTEIO - ATENÇÃO BASICA
181 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 302-ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa:0021 - Atenção à saúde Pública - Média e Alta Complexidade
Projeto/Atividade: 2 123 – CUSTEIO - MAC - MANUTENÇÃO DO HM
201 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 304-VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Programa:0020 - Atenção à saúde Pública – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 2 126 – CUSTEIO –VIGILÂNCIA SANITÁRIA
215 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 305-VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
Programa:0022 - Atenção a Vigilância em Saúde
Projeto/Atividade: 2 124 – CUSTEIO –VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
225 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 20 - AGRICULTURA
Sub - Função: 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA
Programa: 0007 - Agricultura Desenvolvimento Sustentável
Projeto/Atividade: 2 025 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
244 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
Função: 17 - SANEAMENTO
Sub - Função: 512 – SANEAMENTO BASICO URBANO
Programa: 0012 – Saneamento e Qualidade de Vida
Projeto/Atividade: 2 024 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DEPTO DE SANEAMENTO
280 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:07 - SECRETARIA DE FINANÇAS
Unidade: 001 – GABINETE DO SECRETARIO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa: 0004 – Gestão de Recursos Financeiros
Projeto/Atividade: 2 032 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS
290 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 15 - URBANISMO
Sub - Função: 451 - INFRA ESTRUTURA URBANA
Programa: 0032 - Administração com Recursos do Fethab
Projeto/Atividade: 2 146 - MANUTENÇÃO DO FETHAB
307 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 15 - URBANISMO

Sub - Função: 452 – SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0013 - Melhoria da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 2 008 - MANUTENÇÃO SERVIÇOS URBANOS
312 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 26 - TRANSPORTES
Sub - Função: 782 - TRANSPORTES RODOVIARIO
Programa: 0013 - Melhoria da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 2 073 - MANUTENÇÃO E EN. DA INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
326 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
341 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 140 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA
363 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 141- BLOCO GESTÃO DO SUAS
370 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLECENTES
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 243 - ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 038 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
380 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:11 - SECRETARIA DE GOVERNO
Unidade: 001 – GABINETE DO SECRETARIO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0003 – Compromisso a Gestão Administrativa
Projeto/Atividade: 2 100 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE GOVERNO
407 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:12 - SECRETARIA DE DESPORTO
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 27 - DESPORTO E LAZER
Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITARIO
Programa: 0009 - Esportes para Todos
Projeto/Atividade: 2 086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
448 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

12.2. No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios - AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 021/2019,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes - MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Nova Bandeirantes – MT, 11 de junho de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA LTDA - ME

CNPJ:12.995.729/0001-24

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Bruna Neiverth Nome: Daniela Teodoro Candido

CPF: 050.597.081-36 CPF: 043.433.271-24

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO N.º 128/2019

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Artigo 1°- Fica autorizado o Depto de Recursos Humanos a NOMEAR, para o cargo de **CHEFE DIV. DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**, a servidora Srª **ANDRESSA GISIELLE GRIGGIO DA SILVA,** lotado na SECRETARIA De IND. COMERCIO TURISMO, a partir da data de 11/06/2019, Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data acima descrito.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 11 de junho de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 179/2019.

Convoca servidor em férias para retornar ao serviço e altera período de férias.

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e, que dispõe sobre o estatuto do servidor público Lei nº 111/1997, das fundações municipais e dá outras providências, resolve,

CONVOCAR:

Artigo 1º **- CINTIA LAUREANO LEME, matricula 4539, nomeada** a Assessora Jurídica, com férias registradas para o período de 10/06/2019 a 30/06/219, conforme portaria nº 161/2019, para retornar ao trabalho a partir do dia 11/06/2019, por imperiosa necessidade do serviço público, sendo que os dias restantes serão usufruídos em outro período definido pelo Executivo Municipal, em comum acordo com o servidor.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Nova Bandeirantes- MT, 11 DE JUNHO DE 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO DE DISPENSA Nº 027/2019

Prefeito de Nova Bandeirantes/MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 24 da Lei federal n. 8.666/93, devidamente fundamentada na Justificativa do Setor de Licitações e emissão de parecer jurídico, aprova a abertura de Processo de Dispensa de Licitação a ser autuado sob Nº 027/2019 que tem como objeto a **Contratação de empresa na forma de execução global, para executar o restante do contrato 102/2016 referente a construção de parte de uma unidade básica de saúde na sede do município de nova bandeirantes-mt ,com área de 296,68 m², conforme projetos arquitetônicos integrante do edital de convocação.** Conforme oficio n° 66/2019SMB/AB.

Item	Discrição	Quant.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa na forma de executar o restante do contrato 102/2016 referente a construção de parte de uma unidade básica de saúde.	1	R$ 86. 653,66	**R$** 86. 653,66

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2019

Contratante:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES - MT

Contratada:

POLI ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 01.379.965/0001-08

AV: NOVE DE MAIO , Nº 620 N, modulo 01.

JUINA - MT

Objeto: **Contratação de empresa na forma de execução global, para executar o restante do contrato 102/2016 referente a construção de parte de uma unidade básica de saúde na sede do município de nova bandeirantes-mt ,com área de 296,68 m², conforme projetos arquitetônicos integrante do edital de convocação.** Conforme oficio n° 66/2019SMB/AB.

Valor de contratação **Valor Global R$ 86.653,66 (oitenta e seis mil seiscentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos),** com recurso próprio da Secretaria de saúde .

Considerando a justificativa apresentada pelo ilustre **Secretário Municipal de saúde** e a emissão de Parecer Jurídico, onde este expressa ser favorável à contratação direta, com inexigibilidade de licitação;

Considerando ainda, que concordamos e entendemos necessário e legal a contratação da empresa indicada para a contratação de empresa para , **HOMOLOGO** os termos da presente **Dispensa de Licitação nº 027/2019**, para que produza todos os efeitos legais, inclusive possibilite a celebração do contrato administrativo com o a **POLI ENGENHARIA E COMERCIO LTDA**

CNPJ: 01.379.965/0001-08, fornecedor escolhido e justificado.

Por fim, determino a publicação desse ato de Homologação e autorizo a celebração do pertinente contrato administrativo, com a consequente publicação do seu extrato na imprensa oficial para que produza todos os efeitos previstos em lei.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Nova Bandeirantes - MT, 11 de junho de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 027/2019

Nos termos do Artigo 24 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Dispensa de Licitação Nº. 027/2019 que tem como objeto a **Contratação de empresa na forma de execução global, para executar o restante do contrato 102/2016 referente a construção de parte de uma unidade básica de saúde na sede do município de nova bandeirantes-mt ,com área de 296,68 m², conforme projetos arquitetônicos integrante do edital de convocação,** Conforme oficio

n° 66/2019SMB/AB.

CONTRATADO: POLI ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 01.379.965/0001-08

AV: NOVE DE MAIO , Nº 620 N, modulo 01.

JUINA - MT

Valor Global **R$:86.653,66 (oitenta e seis mil seiscentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos),** com recurso próprio da Secretaria de Infraestrutura e Transporte.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes - MT, 11 de junho de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA N° 027/2019 DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes (MT)

CONTRATADO: POLI ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 01.379.965/0001-08

OBJETO: Contratação de empresa na forma de execução global, para executar o restante do contrato 102/2016 referente a construção de parte de uma unidade básica de saúde na sede do município de nova bandeirantes-mt ,com área de 296,68 m², conforme projetos arquitetônicos integrante do edital de convocação. Conforme oficio n° 66/2019SMB/AB.

item	Discrição	unid	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa na forma de executar o restante do contrato 102/2016 referente a construção de parte de uma unidade básica de saúde		R$ 86.653,66	86.653,66
	TOTAL GERAL			86.653,66

Valor Global: R$ 86.653,66 (oitenta e seis mil seiscentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos),

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, XI da Lei 8.666/93

Nova Bandeirantes/MT, 11 de junho de 2019.

_____

Bruna Neiverth

Presidente Portaria 097/2019

Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
LEI MUNICIPAL N.º 1146/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA ESTRUTURA DA LEI 1098/2018, LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2019, DO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, Senhor Valdir Pereira dos Santos, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei**,** faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 182.000,00 (cento e oitenta e dois mil reais), destinado a Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Programa 2019, as seguintes dotações orçamentárias:

§ 1º - O decreto de remanejamento do crédito aberto por este artigo/lei indicará as fontes de recursos onde ocorrerão as despesas.

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade: 002 – Fundo Municipal de Saúde	
Função 10 – Saúde	
Sub-Função: 301 – Atenção Básica	
Programa: 0020 – Atenção a Saúde – Atenção Básica	
Atividade: 1046 – Aquisição de Veículos e Equipamentos dos –SUS	
Natureza da Despesa: Fonte (147)	
4490.52.00 – (175) Equipamentos e Material permanente	178.000,00
TOTAL DA AÇÃO	**178.000,00**

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 002 – Fundo Municipal de Saúde
Função 10 – Saúde
Sub-Função: 302 – Assistência hospitalar e Ambulatorial
Programa: 0021 – Atenção a Saúde Publica – Média e Alta Complexidade
Atividade: 2123 – Custeio Mac – Manutenção do HM

Natureza da Despesa: Fonte (147)	
3390.30.00 – (201) Material de Consumo	4.000,00
TOTAL DA AÇÃO	**4.000,00**
TOTAL GERAL	**182.000,00**

Artigo 3º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, nos termos do § 1º, Inciso III, do artigo 43 da Lei 4.320/64.

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade: 001 – Gabinete da Secretaria	
Função 10 – Saúde	
Sub-Função: 301 – Atenção Básica	
Programa: 0005 – Atenção a Saúde Publica	
Atividade: 2022 – Manutenção e Encargos Secretaria de saúde	
Natureza da Despesa: Fonte (102)	
3190.11.00 – (148) Vencimentos e Vantagens Fixas	135.000,00
TOTAL DA AÇÃO	**135.000,00**

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade: 002 – Fundo Municipal de Saúde	
Função 10 – Saúde	
Sub-Função: 301 – Atenção Básica	
Programa: 0020 – Atenção a Saúde – Atenção Básica	
Atividade: 2122 – Custeio Atenção Básica	
Natureza da Despesa: Fonte (102)	
3190.11.00 – (178) Vencimentos e Vantagens Fixas	47.000,00
TOTAL DA AÇÃO	**47.000,00**
TOTAL GERAL	**182.000,00**

Art. 4º Fica igualmente autorizado á atualização na Lei Municipal nº 1083/2018 - LDO 2019 e Lei Municipal nº 1043/2017 - PPA 2018/2021, as alterações orçamentárias descritas nos artigos 1º, 2º, 3º e 4º desta lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes-MT, em 11 de junho de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
LEI MUNICIPAL N.º 1145/2019

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, Senhor Valdir Pereira dos Santos, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei**,** faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza o Município de Nova Bandeirantes – MT a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO com a empresa PROSINAL SINALIZAÇÃO DE VIAS LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ n.º 23.340.627/0001-97, e Inscrição Estadual 13596867-4.

Art. 2º. O TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO será celebrado com a finalidade de aposição de placas indicativas que possibilitem a identificação dos logradouros, ruas e avenidas do Município de Nova Bandeirantes – MT.

Art. 3º. O prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso de Bem Público será até 31 (trinta e um) de dezembro de 2020 (dois mil e vinte).

Art. 4º. Não haverá contraprestação financeira do Município de Nova Bandeirantes – MT para com a empresa PROSINAL SINALIZAÇÃO DE VIAS LTDA – ME.

Art. 5º. Poderá a empresa PROSINAL SINALIZAÇÃO DE VIAS LTDA – ME realizar contratos de prestação de serviços de marketing com o comércio local, bem como veicular propagandas do comércio local nas placas de sinalização, desde que não seja prejudicial à compreensão.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes – MT, em 11 de Junho de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO 059/2019

11 (onze) dias do mês de junho do ano de 2019, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º 62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 24127310 SSP/MT e inscrito no CPF nº 236.135.139-00, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO PRESENCIAL Nº 021/2019**, e de outro lado à empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **10/06/2019**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as clausulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o Registro de preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO, E FERRAMENTAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO, PELO PERIODO DE 12 MESES,**de acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor	**ELETRO MENDONCA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA**			CNPJ	**03.806.018/0001-73**
Endereço:	Rua Treze de Junho			Nº:	462
Bairro:	Centro Sul	Cidade:	Cuiabá - MT	CEP:	78.020-000
Representante Legal:	*CARLOS ALBERTO MENDONCA*			CPF	229.630.651-91
Email:	Compras2@luzecia.net		Telefone:	(65) 3661-1700	

Item	Decrição	Marca	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	CABO DUPLEX 3X10	BOREAL	METRO	R$ 7,40	1.000	R$ 7.400,00
2	CABO FLEXIVEL 6 MM AZUL	TECNOFIOS	METRO	R$ 3,15	600	R$ 1.890,00
3	CABO FLEXIVEL 6 MM PRETO	TECNOFIOS	METRO	R$ 3,15	800	R$ 2.520,00

4	CAIXA SIST. X COM TOM. 20 AMP	PLUZIE	UNIDADE	R$ 14,50	50	R$ 725,00
5	CANALETA 20X10 COM FITA ADESIVA	ILUMI	UNIDADE	R$ 6,90	200	R$ 1.380,00
6	CONECTOR PERFURANTE 10/120	INTELLI	UNIDADE	R$ 15,60	200	R$ 3.120,00
7	DISJUNTOR 1X30	ELETROMAR	UNIDADE	R$ 15,00	32	R$ 480,00
8	DISJUNTOR 2X20 - DIM	ELETROMAR	UNIDADE	R$ 32,00	20	R$ 640,00
9	DISJUNTOR 3X80 - DIM	ELETROMAR	UNIDADE	R$ 120,00	25	R$ 3.000,00
10	DISJUNTOR BIFASICO 70	ELETROMAR	UNIDADE	R$ 39,00	10	R$ 390,00
11	DISJUNTOR BIFASICO 90	ELETROMAR	UNIDADE	R$ 69,00	90	R$ 621,00
12	DISJUNTOR TRIFASICO 110	ELETROMAR	UNIDADE	R$ 105,00	10	R$ 1.050,00
13	DISJUNTOR TRIFASICO 50	ELETROMAR	UNIDADE	R$ 58,00	10	R$ 580,00
14	DISJUNTOR TRIFASICO 70	ELETROMAR	UNIDADE	R$ 70,00	10	R$ 700,00
15	DISJUNTOR TRIFASICO 90	ELETROMAR	UNIDADE	R$ 115,00	10	R$ 1.150,00
16	FIO PARALELO 2X2,25 MM	TECNOFIOS	METRO	R$ 2,90	1.000	R$ 2.900,00
17	HASTES TERRAS	INTELLI	UNIDADE	R$ 29,00	50	R$ 1.450,00
18	LAMPADA DE LED 30	BLUMENAU	UNIDADE	R$ 42,00	100	R$ 4.200,00
19	LAMPADA DE LED 45	BLUMENAU	UNIDADE	R$ 55,00	100	R$ 5.500,00
20	LAMPADA FLUORESCENTE 127X45	FLC	UNIDADE	R$ 48,00	100	R$ 4.800,00
21	LAMPADA METALICA 400 W	KIAN	UNIDADE	R$ 75,00	60	R$ 4.500,00
22	QUADRO DE DIST. C/ BARR. TRIF. 100AMP. P/ 40 DISJ.	GOMES	UNIDADE	R$ 439,00	2	R$ 878,00
23	RELE FOTOELETRICO 220 V	MAPRETRON	UNIDADE	R$ 24,00	300	R$ 7.200,00
24	SOQUETE DE LOUCA E40	DECORLUX	UNIDADE	R$ 9,00	200	R$ 1.800,00
25	TOMADA DE ALVENARIA 10A	PLUZE	UNIDADE	R$ 9,00	50	R$ 450,00
26	TOMADA SISTEMA X 10A	PLUZE	UNIDADE	R$ 9,00	30	R$ 270,00
27	TOMADA SISTEMA X 20A	PLUZE	UNIDADE	R$ 9,00	10	R$ 90,00
						R$ 59.684,00

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 07(sete) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, depois de expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá sob-hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a)Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b)Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c)Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência do Edital de Licitação Pregão Nº 021/2019.

5.3. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Nova Bandeirantes - MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente, no prazo máximo de **07 (sete) dias úteis a contar da data do recebimento da Ordem de Entrega;**

5.4. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis, sem ônus aos cofres municipais.

5.5. Substituir, às suas expensas, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas,** após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com as respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.6. Os produtos que serão entregues, deverão rigorosamente ser de primeira linha, ter padrão de qualidade reconhecido pelo mercado nacional e estarem de acordo com os padrões e normas brasileiras vigentes, se não cumpridas serão devolvidas no ato da entrega, com sujeita a multa de 5% do valor total do contrato.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário, pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 021/2019).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme **portaria nº 180/2019**, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão:02-GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 001-GABINETE DO PREFEITO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0034 – Gestão Para Resultado
Projeto/Atividade: 2 002 – Manutenção e Encargos Com Gabinete Prefeito
23 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0003 – Compromisso e Gestão Administrativa
Projeto/Atividade: 2 005 – Manutenção do Gabinete Secretario de Administração
57 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:04-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função:12-EDUCACAO
Sub - Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 012-Manutenção e Encargos Secretaria de Educação
86 - Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:04-SECRETARIA DE EDUCAÇÂO.
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função:12-EDUCACAO
Sub - Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014 - MANUTENÇÃ DA QUOTA SALARIO EDUCAÇÃO
94 - Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 301-ATENÇAO BASICA
Programa:0005- Atenção a saúde publica
Projeto/Atividade: 2 022 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE SAUDE
151 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - GABINETE DO SECRETARIO
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 301-ATENÇAO BASICA
Programa:0020- Atenção à saúde publica
Projeto/Atividade: 2 122 – CUSTEIO - ATENÇÃO BASICA
181 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 302-ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa:0021 - Atenção à saúde Pública - Média e Alta Complexidade
Projeto/Atividade: 2 123 – CUSTEIO - MAC - MANUTENÇÃO DO HM
201 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 304-VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Programa:0020 - Atenção à saúde Pública – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 2 126 – CUSTEIO –VIGILÂNCIA SANITÁRIA
215 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 305-VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
Programa:0022 - Atenção a Vigilância em Saúde
Projeto/Atividade: 2 124 – CUSTEIO –VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
225 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 20 - AGRICULTURA
Sub - Função: 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA
Programa: 0007 - Agricultura Desenvolvimento Sustentável
Projeto/Atividade: 2 025 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
244 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
Função: 17 - SANEAMENTO

Sub - Função: 512 – SANEAMENTO BASICO URBANO
Programa: 0012 – Saneamento e Qualidade de Vida
Projeto/Atividade: 2 024 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DEPTO DE SANEAMENTO
280 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:07 - SECRETARIA DE FINANÇAS
Unidade: 001 – GABINETE DO SECRETARIO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa: 0004 – Gestão de Recursos Financeiros
Projeto/Atividade: 2 032 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS
290 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 15 - URBANISMO
Sub - Função: 451 - INFRA ESTRUTURA URBANA
Programa: 0032 - Administração com Recursos do Fethab
Projeto/Atividade: 2 146 - MANUTENÇÃO DO FETHAB
307 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 15 - URBANISMO
Sub - Função: 452 – SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0013 - Melhoria da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 2 008 - MANUTENÇÃO SERVIÇOS URBANOS
312 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 26 - TRANSPORTES
Sub - Função: 782 - TRANSPORTES RODOVIARIO
Programa: 0013 - Melhoria da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 2 073 - MANUTENÇÃO E EN. DA INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
326 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
341 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 140 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA
363 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 141- BLOCO GESTÃO DO SUAS
370 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLECENTES
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 243 - ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 038 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
380 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:11 - SECRETARIA DE GOVERNO
Unidade: 001 – GABINETE DO SECRETARIO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0003 – Compromisso a Gestão Administrativa
Projeto/Atividade: 2 100 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE GOVERNO
407 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:12 - SECRETARIA DE DESPORTO
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 27 - DESPORTO E LAZER
Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITARIO
Programa: 0009 - Esportes para Todos
Projeto/Atividade: 2 086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
448 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

12.2. No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios - AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 021/2019,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes - MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Nova Bandeirantes – MT, 11 de junho de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

ELETRO MENDONCA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA

CNPJ:03.806.018/0001-73

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Bruna Neiverth Nome: Daniela Teodoro Candido

CPF: 050.597.081-36 CPF: 043.433.271-24

DEPTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO 059/2019

11 (onze) dias do mês de junho do ano de 2019, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º 62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 24127310 SSP/MT e inscrito no CPF nº 236.135.139-00, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO PRESENCIAL Nº 021/2019**, e de outro lado à empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **10/06/2019**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as clausulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o Registro de preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO, E FERRAMENTAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO, PELO PERIODO DE 12 MESES,**de acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor	**MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA - EPP**			CNPJ	**14.888.303/0001-05**
Endereço:	Av. Beira Rio			Nº:	1.700
Bairro:	Praeiro	Cidade:	Cuiabá - MT	CEP:	78.070-500
Representante Legal:	*THIAGO FREITAS DO NASCIMENTO*			CPF	027.911.441-96
Email:	mudarcomercio@hotmail.com		Telefone:	(66) 3322-7020	

Item	Decrição	Marca	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	MANGUEIRA PRETA 3/4 ROLO/100METROS	ECO 2000	UNIDADE	R$ 148,00	12	R$ 1.776,00
2	PORTA DE MADEIRA 70	MT MADEIRAS	UNIDADE	R$ 105,00	30	R$ 3.150,00

3	PORTA DE MADEIRA 80	MT MADEIRAS	UNIDADE	R$ 105,00	30	R$ 3.150,00
4	TUBO DE SILICONE	POWER VED	UNIDADE	R$ 13,00	4	R$ 52,00
						R$ 8.128,00

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 07(sete) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, depois de expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá sob-hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a)Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b)Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c)Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência do Edital de Licitação Pregão Nº 021/2019.

5.3. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Nova Bandeirantes - MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente, no prazo máximo de **07 (sete) dias úteis a contar da data do recebimento da Ordem de Entrega;**

5.4. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis, sem ônus aos cofres municipais.

5.5. Substituir, às suas expensas, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas,** após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com as respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.6. Os produtos que serão entregues, deverão rigorosamente ser de primeira linha, ter padrão de qualidade reconhecido pelo mercado nacional e estarem de acordo com os padrões e normas brasileiras vigentes, se não cumpridas serão devolvidas no ato da entrega, com sujeita a multa de 5% do valor total do contrato.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário, pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 021/2019).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme **portaria nº 180/2019**, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão:02-GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 001-GABINETE DO PREFEITO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0034 – Gestão Para Resultado
Projeto/Atividade: 2 002 – Manutenção e Encargos Com Gabinete Prefeito
23 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0003 – Compromisso e Gestão Administrativa
Projeto/Atividade: 2 005 – Manutenção do Gabinete Secretario de Administração
57 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:04-SECRETARIA DE EDUCAÇÂO.
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função:12-EDUCACAO
Sub - Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL

Programa:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 012-Manutenção e Encargos Secretaria de Educação
86 - Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:04-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função:12-EDUCACAO
Sub - Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014 - MANUTENÇÃ DA QUOTA SALARIO EDUCAÇÃO
94 - Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 301-ATENÇAO BASICA
Programa:0005- Atenção a saúde publica
Projeto/Atividade: 2 022 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE SAUDE
151 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - GABINETE DO SECRETARIO
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 301-ATENÇAO BASICA
Programa:0020- Atenção à saúde publica
Projeto/Atividade: 2 122 – CUSTEIO - ATENÇÃO BASICA
181 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 302-ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa:0021 - Atenção à saúde Pública - Média e Alta Complexidade
Projeto/Atividade: 2 123 – CUSTEIO - MAC - MANUTENÇÃO DO HM
201 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 304-VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Programa:0020 - Atenção à saúde Pública – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 2 126 – CUSTEIO –VIGILÂNCIA SANITÁRIA
215 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 305-VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
Programa:0022 - Atenção a Vigilância em Saúde
Projeto/Atividade: 2 124 – CUSTEIO –VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
225 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 20 - AGRICULTURA
Sub - Função: 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA
Programa: 0007 - Agricultura Desenvolvimento Sustentável
Projeto/Atividade: 2 025 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
244 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
Função: 17 - SANEAMENTO
Sub - Função: 512 – SANEAMENTO BASICO URBANO
Programa: 0012 – Saneamento e Qualidade de Vida
Projeto/Atividade: 2 024 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DEPTO DE SANEAMENTO
280 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:07 - SECRETARIA DE FINANÇAS
Unidade: 001 – GABINETE DO SECRETARIO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa: 0004 – Gestão de Recursos Financeiros
Projeto/Atividade: 2 032 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS
290 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 15 - URBANISMO
Sub - Função: 451 - INFRA ESTRUTURA URBANA
Programa: 0032 - Administração com Recursos do Fethab
Projeto/Atividade: 2 146 - MANUTENÇÃO DO FETHAB
307 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 15 - URBANISMO

Sub - Função: 452 – SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0013 - Melhoria da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 2 008 - MANUTENÇÃO SERVIÇOS URBANOS
312 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 26 - TRANSPORTES
Sub - Função: 782 - TRANSPORTES RODOVIARIO
Programa: 0013 - Melhoria da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 2 073 - MANUTENÇÃO E EN. DA INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
326 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
341 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 140 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA
363 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 141- BLOCO GESTÃO DO SUAS
370 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLECENTES
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 243 - ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 038 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
380 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:11 - SECRETARIA DE GOVERNO
Unidade: 001 – GABINETE DO SECRETARIO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0003 – Compromisso a Gestão Administrativa
Projeto/Atividade: 2 100 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE GOVERNO
407 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:12 - SECRETARIA DE DESPORTO
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 27 - DESPORTO E LAZER
Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITARIO
Programa: 0009 - Esportes para Todos
Projeto/Atividade: 2 086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
448 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

12.2. No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios - AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 021/2019,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes - MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Nova Bandeirantes – MT, 11 de junho de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA – EPP

CNPJ:14.888.303/0001-05

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Bruna Neiverth Nome: Daniela Teodoro Candido

CPF: 050.597.081-36 CPF: 043.433.271-24

DEPTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO 059/2019

Aos 11 (onze) dias do mês de junho do ano de 2019, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º 62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 24127310 SSP/MT e inscrito no CPF nº 236.135.139-00, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO PRESENCIAL Nº 021/2019**, e de outro lado à empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **10/06/2019**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as clausulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o Registro de preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO, E FERRAMENTAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO, PELO PERIODO DE 12 MESES,**de acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor	**FAVINE & ARAUJO MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA – ME**			CNPJ	**13.554.000/0001-85**
Endereço:	Av. Jose Francisco Otenio			Nº:	S/N
Bairro:	Centro	Cidade:	Nova Bandeirantes - MT	CEP:	78.565-000
Representante Legal:	*JORGE MARCELO FAVINE*			CPF	029.893.349-71
Email:	jorgefavine@hotmail.com		Telefone:		(66) 3572-1444

Item	Decrição	Marca	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	BARRA ELETRODUTO 3/4	TRAVESSONI	UNIDADE	R$ 7,70	18	R$ 138,60
2	BARRA ELETRODUTO PVC 1	TRAVESSONI	UNIDADE	R$ 15,85	12	R$ 190,20
3	CORRENTE 6 POLEGADAS	SÃO RAPHAEL	KILO	R$ 28,00	20	R$ 560,00
4	PAR DE BUCHAS E ARROELA 1¹/4	INCA	UNIDADE	R$ 0,11	6	R$ 0,66
5	PAR DE BUCHAS E ARROELA 3/4	INCA	UNIDADE	R$ 0,20	6	R$ 1,20
6	PARAFUSO 5/8 P/ 7 POLEGADAS	CISER	UNIDADE	R$ 4,95	24	R$ 118,80
7	PARAFUSO COM BUCHA 6MM	CISER	UNIDADE	R$ 0,22	200	R$ 44,00
8	PARAFUSO PARA TELHA DE AMIANTO	CISER	UNIDADE	R$ 0,93	1.000	R$ 930,00
9	PEDRA BRITA	PEDRA NORTE	TONELADAS	R$ 205,20	500	R$ 102.600,00
10	PEDRISCO	PEDRA NORTE	TONELADAS	R$ 216,00	200	R$ 43.200,00
11	PORTA DE MADEIRA 1 METRO	FENIX	UNIDADE	R$ 240,00	20	R$ 4.800,00
12	POSTE DE CONCRETO 7/150	BORTOLUX	UNIDADE	R$ 532,00	3	R$ 1.596,00
13	PREGO 25X72	GERDAU	KILO	R$ 13,60	500	R$ 6.800,00
14	PREGO TELHEIRO 18X30	IMPACTO	KILO	R$ 21,99	100	R$ 2.199,00
15	RODA FORRO	FORTPLAST	UNIDADE	R$ 21,99	250	R$ 5.497,50
16	SOQUETE DUPLO	LORENZETTI	UNIDADE	R$ 5,09	160	R$ 814,40
17	TELA DE HORTA/GALINHEIRO 1,80X50M	GERDAU	UNIDADE	R$ 299,99	36	R$ 10.799,64
18	TELA SOLD PRAT ZINC 5X15 AR 2,3	GERDAU	METRO	R$ 29,00	80	R$ 2.320,00
19	TELHA AMINHANTO 4MM 240X250	ETERNIT	UNIDADE	R$ 18,90	300	R$ 5.670,00
20	TELHA AMINHANTO 5MM 240X110	ETERNIT	UNIDADE	R$ 50,90	300	R$ 15.270,00
21	TIJOLO 8 FUROS	CER.SRA APARECIDA	UNIDADE	R$ 0,46	20.000	R$ 9.200,00
22	TRELICA 6 METROS	GERDAU	UNIDADE	R$ 43,50	50	R$ 2.175,00
23	TUBO RED 2" X CH 14KP 14,45 CINZA	ACOFER	UNIDADE	R$ 401,99	10	R$ 4.019,90
						R$ 218.944,90

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 07(sete) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, depois de expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá sob-hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a)Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b)Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c)Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência do Edital de Licitação Pregão Nº 021/2019.

5.3. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Nova Bandeirantes - MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente, no prazo máximo de **07 (sete) dias úteis a contar da data do recebimento da Ordem de Entrega;**

5.4. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis, sem ônus aos cofres municipais.

5.5. Substituir, às suas expensas, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas,** após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com as respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.6. Os produtos que serão entregues, deverão rigorosamente ser de primeira linha, ter padrão de qualidade reconhecido pelo mercado nacional e estarem de acordo com os padrões e normas brasileiras vigentes, se não cumpridas serão devolvidas no ato da entrega, com sujeita a multa de 5% do valor total do contrato.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário, pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 021/2019).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme **portaria nº 180/2019**, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão:02-GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 001-GABINETE DO PREFEITO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0034 – Gestão Para Resultado
Projeto/Atividade: 2 002 – Manutenção e Encargos Com Gabinete Prefeito
23 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0003 – Compromisso e Gestão Administrativa
Projeto/Atividade: 2 005 – Manutenção do Gabinete Secretario de Administração
57 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:04-SECRETARIA DE EDUCAÇÂO.
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função:12-EDUCACAO
Sub - Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL

Programa:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 012-Manutenção e Encargos Secretaria de Educação
86 - Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:04-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função:12-EDUCACAO
Sub - Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014 - MANUTENÇÃ DA QUOTA SALARIO EDUCAÇÃO
94 - Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 301-ATENÇAO BASICA
Programa:0005- Atenção a saúde publica
Projeto/Atividade: 2 022 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE SAUDE
151 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - GABINETE DO SECRETARIO
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 301-ATENÇAO BASICA
Programa:0020- Atenção à saúde publica
Projeto/Atividade: 2 122 – CUSTEIO - ATENÇÃO BASICA
181 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 302-ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa:0021 - Atenção à saúde Pública - Média e Alta Complexidade
Projeto/Atividade: 2 123 – CUSTEIO - MAC - MANUTENÇÃO DO HM
201 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 304-VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Programa:0020 - Atenção à saúde Pública – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 2 126 – CUSTEIO –VIGILÂNCIA SANITÁRIA
215 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 305-VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
Programa:0022 - Atenção a Vigilância em Saúde
Projeto/Atividade: 2 124 – CUSTEIO –VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
225 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 20 - AGRICULTURA
Sub - Função: 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA
Programa: 0007 - Agricultura Desenvolvimento Sustentável
Projeto/Atividade: 2 025 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
244 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
Função: 17 - SANEAMENTO
Sub - Função: 512 – SANEAMENTO BASICO URBANO
Programa: 0012 – Saneamento e Qualidade de Vida
Projeto/Atividade: 2 024 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DEPTO DE SANEAMENTO
280 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:07 - SECRETARIA DE FINANÇAS
Unidade: 001 – GABINETE DO SECRETARIO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa: 0004 – Gestão de Recursos Financeiros
Projeto/Atividade: 2 032 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS
290 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 15 - URBANISMO
Sub - Função: 451 - INFRA ESTRUTURA URBANA
Programa: 0032 - Administração com Recursos do Fethab
Projeto/Atividade: 2 146 - MANUTENÇÃO DO FETHAB
307 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 15 - URBANISMO

Sub - Função: 452 – SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0013 - Melhoria da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 2 008 - MANUTENÇÃO SERVIÇOS URBANOS
312 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 26 - TRANSPORTES
Sub - Função: 782 - TRANSPORTES RODOVIARIO
Programa: 0013 - Melhoria da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 2 073 - MANUTENÇÃO E EN. DA INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
326 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
341 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 140 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA
363 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 141- BLOCO GESTÃO DO SUAS
370 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLECENTES
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 243 - ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 038 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
380 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:11 - SECRETARIA DE GOVERNO
Unidade: 001 – GABINETE DO SECRETARIO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0003 – Compromisso a Gestão Administrativa
Projeto/Atividade: 2 100 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE GOVERNO
407 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Órgão:12 - SECRETARIA DE DESPORTO
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 27 - DESPORTO E LAZER
Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITARIO
Programa: 0009 - Esportes para Todos
Projeto/Atividade: 2 086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
448 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

12.2. No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios - AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 021/2019,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes - MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Nova Bandeirantes – MT, 11 de junho de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

FAVINE & ARAUJO MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA – ME

CNPJ:13.554.000/0001-85

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Bruna Neiverth Nome: Daniela Teodoro Candido

CPF: 050.597.081-36 CPF: 043.433.271-24

DEPTO LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 178/2019

EMENTA: "DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea "b" e inciso "", alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública.

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora GLAUCIA APARECIDA SAMPAIO, servidora efetiva no cargo de agente administrativo do gabinete da Secretaria Agricultura, para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo nº 032/2019, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADO CONTINUADOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA NOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT.

Art. 2º O servidor ora designado por esta Portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 004/2017;

Art. 3º Ficará o Fiscal obrigado a comunicar a Administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Gestor em tempo hábil para adoção das medidas observadas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes-MT, em 11 de junho de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 164/2019

EMENTA: "DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea "b" e inciso "", alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública.

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora JULIANA DA SILVA SCHMITT, servidora nomeada no cargo de chefe de departamento de Assistência Social, para atuar como Fiscal e designar o servidor APARECIDO EMILIANO DOS SANTOS, servidor efetivo no cargo de Agente Operacional do Gabinete do Serviço Social, para atuar como suplente do Contrato Administrativo nº 065/2019, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO EM DECORAÇÕES EM LOCAIS DETERMINADOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO GLOBAL DOS MATERIAIS DE DECORAÇÃO E ILUMINAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA, MONTAGEM E DESMONTAGEM, NA REALIZAÇÃO DA FESTA E EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES CONFORME NORMAS E CONDIÇÕES DEFINIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

Art. 2º O servidor ora designado por esta Portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 004/2017;

Art. 3º Ficará o Fiscal obrigado a comunicar a Administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Gestor em tempo hábil para adoção das medidas observadas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes-MT, em 06 de junho de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO - CONTRATO 091/2018

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

Nova Bandeirantes – MT, dia 07 de Junho de 2019

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Objeto: CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ENGENHARIA COM VISTAS À CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA URBANA COM 09 (NOVE) SALAS DE AULA, NO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, NA RUA SÃO PAULO, AP 01/1-AP 01/2, CENTRO, COM ÁREA DE 724,68 M², COM O FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À COMPLETA E PERFEITA IMPLANTAÇÃO DE TODOS OS ELEMENTOS DEFINIDOS, EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL, com início da **Ordem de serviço**: dia 20 de Agosto de 2018, município de Nova Bandeirantes – MT.

Órgão: Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT.

Responsável Fiscal: Eng. Civil Jean Garattini Vizzotto– CREA MT/ 035714

Eu, **Jean Garattini Vizzotto**, Engenheiro Civil CREA **MT/035714**, contratado da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, verificando a execução dos serviços do **CONTRATO Nº 091/2018**, contrato celebrado entre a **Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes - MT** e a empresa **POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.** Inscrita no **CGC/MF sob o n.º 01.379.965/0001-08**, referente à execução da CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ENGENHARIA COM VISTAS À CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA URBANA COM 09 (NOVE) SALAS DE AULA, NO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, NA RUA SÃO PAULO, AP

01/1-AP 01/2, CENTRO, COM ÁREA DE 724,68 M², COM O FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À COMPLETA E PERFEITA IMPLANTAÇÃO DE TODOS OS ELEMENTOS DEFINIDOS, EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL, passamos este termo de **recebimento Definitivo** a supra citada obra, por estar totalmente executada e de acordo com os projetos, do processo licitatório.

Sem mais para o momento.

_____

Jean Garattini Vizzotto

Engenheiro Civil - Crea: MT/035714

DEPTO LICITAÇÃO
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO - CONTRATO 019/2019

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

Nova Bandeirantes - MT, dia 10 de Junho de 2019

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços e execução da construção de um muro em tela de arame, sendo a construir o perímetro de 228 metros, pertencente a Secretaria de Educação junto ao Município de Nova Bandeirantes, obedecendo integralmente ao projeto, detalhes, especificações, planilha orçamentária, cronograma e memorial descritivo, partes integrantes do Contrato nº 19/2019.

Ordem de serviço: dia 12 de Fevereiro de 2019. Término: 10 de junho de 2019. Órgão: Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes - MT.

Responsável Fiscal: Eng. Civil Renato Michael Zanella- Crea Mt/022474.

Eu, RENATO MICHAEL ZANELLA, Engenheiro Civil CREA MT/022474, contratado da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes —- MT, verificando a execução dos serviços do CONTRATO Nº 019/2019, contrato celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes - MT e a empresa M FERNANDES DA SILVA & CIA LTDA - EPP, com sede na Rua dos Igarapés nº 14, Jardim das Palmeiras no Município de Cuiabá — MT, inscrita no CNPJ n.º 19.006.021/0001-14, Inscrição Estadual nº 13569496-5, referente à Execução de um muro em tela de arame, sendo a construir o perímetro de 228 metros, pertencente à Secretaria de Educação junto ao Município de Nova Bandeirantes - MT, passamos este termo de Recebimento Definitivo a supra citada obra, por estar totalmente executada e de acordo com os projetos, do processo licitatório.

Sem mais para o momento

Renato Michael Zanella

Engenheiro Civi - Crea: MT/022474

DEPTO LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 180/2019

EMENTA: “DESIGNA FISCAL PARA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea “b” e inciso “”, alíneas “a” e “b” da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública.

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores:

FLAVIO BACK – Secretaria de Saúde

JADERSON ALEX DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA NUNES – Secretaria de Desporto Lazer, Cultura e Juventude

JULIANA DA SILVA SCHMITT – Secretaria de Serviço Social

RONALDO SANDRINI FELIPES – Secretaria de Finanças

GLAUCIA APARECIDA SAMPAIO – Secretaria de Agricultura

ALESANDRO ROCHA BALANI – Secretaria de Educação

CAREN MIDORI YOSHIDA – Gabinete do Prefeito

CRISTIANE DE OLIVEIRA – Secretaria de Governo

CLAUDIO ANTONIO FERNANDES – Secretaria de Administração

HELINDOR ROSA DOS SANTOS – Secretaria De Infraestrutura e Transporte

para atuar como fiscal da ATA de Registro de Preços Nº 025/2019, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO, E FERRAMENTAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO, PELO PERIODO DE 12 MESES,

Art. 2º O servidor ora designado por esta Portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 004/2017;

Art. 3º Ficará o Fiscal obrigado a comunicar a Administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Gestor em tempo hábil para adoção das medidas observadas.

Art. 4º Revogar a Portaria nº 116 de 23 de abril de 2019, que nomeou a Servidora

MICHELE CRISTINA ALBERTIM, servidora efetiva no cargo de agente administrativo lotado na Secretaria de Administração.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 11 de junho de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 013/2019 - CHRISTIAN BRAGA DE QUEIROZ

PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia -MT– CNPJ nº 15.023.963.0001/88 e Christian Braga de Queiroz.

OBJETO: Prestação de Serviços por Tempo Determinado com a finalidade de atender a Lei Municipal nº 748/2019, na Secretaria Municipal de Saúde para o cargo de Psicólogo - NASF.

VALOR: R$ - 3.330,94 (Três mil trezentos e trinta reais e noventa e quatro centavos).

VIGÊNCIA: 03/06/2019 a 31/12/2019

ASSINAM: Mauriza Augusta de Oliveira – Prefeita Municipal e Christian Braga de Queiroz – Contratado.

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 011/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 056/2019

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N°. 011/2019

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, com sede á Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, n° 993, Centro, inscrito no CNPJ sob o n°. 15.023.963/0001-88, através da Comissão Permanente de Licitação, constituída pela portaria n°. 013/2019 de 08 de janeiro de 2019, torna público que se encontra aberto a partir do dia 11 de Junho de 2019, o Procedimento Licitatório acima citado, que será regido pela Lei Federal n° 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n° 8.883/94, e alterações posteriores, Lei Complementar federal 123/2006 **alterada pela Lei 147, de 07/08/2014,** cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA PÚBLICA BASE PARA IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE E ABRIGO PARA A PARADA DE ONIBUS – MT 140, NO BAIRRO COHAB DURVAL TOMAZ DA SILVA, NA CIDADE DE NOVA BRASILÂNDIA/MT, conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários e Minuta de Contrato em anexo. **DATA DA ABERTURA: Dia 28 de Junho de 2019 as 08:00 Horas (horário de Mato Grosso).** CRITÉRIO DE JULGAMENTO**: Menor Preço Global.**

O Edital estará disponível para ser adquirido no Setor de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, e-mail: licitacaonovabrasilandia@outlook.com ou pelo Site da Prefeitura www.novabrasilandia.mt.gov.br**,** para informações através de fone/fax 014 (66) 3385-1277.

Poderão participar desta licitação as empresas do ramo, devidamente cadastradas na Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, que satisfaçam as condições para cadastramento até o 3° (terceiro) dia anterior a data da Sessão Inaugural do Certame, observada a necessária apresentação dos documentos solicitados no edital de Licitação.

Nova Brasilândia – MT,11 de Junho de 2019.

ANA CRISTINA SOARES

Presidente da Comissão (CPL)

Portaria nº. 013/2019

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 014/2019 - LUZANIRA SILVEIRA DA SILVA

PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia -MT– CNPJ nº 15.023.963.0001/88 e Luzanira Silveira da Silva.

OBJETO: Prestação de Serviços por Tempo Determinado com a finalidade de atender a Lei Municipal nº 748/2019, na Secretaria Municipal de Saúde para o cargo de Técnico em Enfermagem.

VALOR: R$ - 1.415,65 (Um mil quatrocentos e quinze reais e sessenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 05/06/2019 a 31/12/2019

ASSINAM: Mauriza Augusta de Oliveira – Prefeita Municipal e Luzanira Silveira da Silva – Contratada.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 239/2019, DE 05 DE JUNHO DE 2018.

"*Dispõe contratação da senhora Camila Santos Celestino".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº 671/2017 de 05 de dezembro de 2017, Decreto de Homologação nº 030/2019 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018 de 08 de março de 2018 e Edital de Convocação nº 001/2019 de 23 de maio de 2019.

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar a senhora **CAMILA SANTOS CELESTINO,** para exercer o Cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 05 de Junho de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de Junho de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 012/2019 - GUERINO PEREIRA GERALDINO

PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia -MT– CNPJ nº 15.023.963.0001/88 e Guerino Pereira Geraldino.

OBJETO: Prestação de Serviços por Tempo Determinado com a finalidade de atender a Lei Municipal nº 11.350/2006, na Secretaria Municipal de Saúde para o cargo de Agente Comunitário de Saúde.

VALOR: R$ - 1.250,00 (Um mil duzentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 27/05/2019 à 31/12/2019

ASSINAM: Mauriza Augusta de Oliveira – Prefeita Municipal e Guerino Pereira Geraldino – Contratada.

EXTRATO PROCESSO Nº 052_2019

EXTRATO DO PROCESSO: Nº. 052/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA/MT, ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.007/2019 PREGÃO ELETRONICO Nº.150/2018/PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE/MT /MT.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

CONTRATADO: GUERREIRO FILHO & CHAVES LTDA - ME

OBJETO: Adesão a ata de Registro de Preços n°.007/2019 referente ao Pregão Eletrônico para Registro de preços nº.150/2018, Processo nº. 1880/2018 do Município de Primavera do Leste/MT, Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de informática para atender as necessidades das Secretarias do Município de Nova Brasilândia/MT, conforme termo de referência Nº. 161/2018 e adesão da ata 007/2019 de Primavera do Leste/MT.

VALOR: R$ 52.390,00 (Cinquenta e Dois Mil Trezentos e Noventa Reais).

DATA DA ADESAO: 11/06/2019

ORGÃO GERENCIADOR DA ATA: O MUNICIPIO DE PRIMAVERA DO LESTE/MT

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações e Lei 10.520/2002

Nova Brasilândia/MT, 11 de Junho de 2019.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N°. 053/2019

EXTRATO DO CONTRATO N°. 053/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **ELZA ALMEIDA NOVAIS ME**

CNPJ:03.675.449/0001-48

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DE COPA E COZINHA EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE: ADMINISTRAÇÃO, SAÚDE, EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA/MT.

VALOR **R$ 17.039,25 (dezessete mil trinta e nove reais e vinte e cinco centavos)**

ASSINATURA: **04 de junho de 2019.**

VIGENCIA: **04 de junho 2019 a 31 de dezembro de 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 231/2019, DE 03 DE JUNHO DE 2019.

"*Dispõe a contratação do sr. GUERINO PEREIRA GERALDINO".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei Municipal nº 303/2006 de 05 de Dezembro de 2006, Emenda Constitucional nº 51 de 14 de março de 2006, Lei Federal 11.350/2006 e § 5º do Artigo 198 da Constituição Federal de 1988 e considerando a Lei nº 507/2015 de 04 de março de 2015, Decreto de Homologação nº 077/2018 do Processo Seletivo nº 001/2017 de 26 de julho de 2017 e Edital de Convocação nº 003/2019 de 24 de maio de 2019.

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar o Sr. **Guerino Pereira Geraldino** para exercer o Cargo de **Agente Comunitário de Saúde,** na **Micro – Área 01,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, em substituição a funcionária estável srª **Graziela Cândida Costa – ACS**, que se encontra de Licença Médica a partir de 27 de maio de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 27 de Maio de 2019.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 03 de junho de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 025/2019

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 025/2019 de 10/06/2019.

De conformidade com o disposto no artigo 24, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93 justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA PALIATIVA DE PONTES DE MADEIRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICIPIO CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXAS,** visando economicidade aos cofres públicos.

VALOR GLOBAL: **R$ 11.380,09** (Onze Mil Trezentos e Oitenta Reais e Nove Centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, com alteração dada pelo Decreto Federal nº. 9.412/2018.

EMPRESA CONTRATADA: **JOSE ALVES DOS SANTOS ACABAMENTOS - ME,** inscrita no CNPJ: **Nº. 13.236.496/0001-49**

Nova Brasilândia - MT, 10 de Junho de 2019.

Ana Cristina Soares

Presidente da C.P.L

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 232/2019, DE 03 DE JUNHO DE 2019.

"*Dispõe contratação do senhor Christian Braga de Queiroz".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº 748/2018 de 27 de novembro de 2018, Decreto de Homologação nº 041/2019 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019 de 01 de abril de 2019 e Edital de Convocação nº 001/2019 de 14 de maio de 2019.

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar o senhor **CHRISTAN BRAGA DE QUEIROZ,** para exercer o Cargo de **PSICOLOGO - NASF,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03 de junho de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 03 de Junho de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 233/2019, DE 03 DE JUNHO DE 2019.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO DA SERVIDORA EFETIVA ELIANA COSTA SANTOS MACEDO".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 101-A, da Lei nº 366/2008 de 03 de julho de 2008.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a servidora efetiva **Srª. Eliana Costa Santos Macedo** – **Ag. de Limpeza Pública,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 90 (Noventa) dias de **LICENÇA PRÊMIO**, referente ao período aquisitivo de 09/07/2007 a 09/07/2012, a partir de 27 de maio de 2019, devendo retornar as suas atividades normais em 25 de agosto de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 27de maio de 2019.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 03 de junho de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 237/2019, DE 04 DE JUNHO DE 2019.

"Exonerar A Pedido do cargo em comissão de Chefe de Departamento".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Item II art. 47º, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

RESOLVE

Art.1° - Exonerar a pedido a senhora **LUZANIRA SILVEIRA DA SILVA,** do cargo de provimento em comissão de **Chefe *de* Departamento,** a partir de 04 de junho de 2019.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 04 de junho de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2019.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2019.

DISPÕE SOBRE: ***"Ponto Facultativo e dá Outras Providências"***

A Exmª.Srª. **KARINE GRUNEVALD**, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Guarita - MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

ART. 1º - Fica Decretado **Ponto Facultativo** nesta Casa Legislativa, no dia 14 de Junho de 2019, devido ao feriado Municipal do dia 13 de junho, Retornando as atividades legislativas no dia 17 de Junho de 2019, a partir das 12h00min.

ART. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Nova Guarita, aos onze dias do mês de Junho de dois mil e dezenove.

KARINE GRUNEVALD

PRESIDENTE

REGISTRE-SE

AFIXE-SE

PUBLIQUE-SE

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO TERMO COOPERAÇÃO TÉCNICA CONSIGNET

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOFTWARE

PARTES: O Município de Nova Guarita/MT e a Consignet Sistemas Ltda.

OBJETO: A concessão da licença de uso e a atualização de novas funcionalidades do Software CONSIGNET pela CONSIGNET SISTEMAS LTDA. , registrada no CNPJ sob o nº. 23.112.748/0001-81, ao Município de Nova Guarita/MT com o objetivo de permitir que entidades conveniadas e os próprios órgãos comerciais realizem consignações de descontos e outras operações em folha de pagamento por meio da internet.

PRAZO: Inicia-se a partir de sua assinatura e possui prazo de 5 (cinco) anos, a contar a partir da data da efetiva implantação do CONSIGNET.

DATA DE ASSINATURA: 10 de junho de 2019

FORO: Comarca de Cuiabá, Estado do Mato Grosso.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2019

PROC. LICITATÓRIO: 45/2019 PREGÃO PRESENCIAL: 22/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado, suprindo demanda das Secretarias do município de Nova Lacerda - MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 11 de junho de 2019.

CONTRATADO:

D. DE LIMA PAVAO - VALOR: R$ 30.957,00 (trinta mil e novecentos e cinquenta e sete reais);

H F DA SILVA - VALOR: R$ 45.820,00 (quarenta e cinco mil e oitocentos e vinte reais);

MARCELO AUGUSTO VIEIRA LIMA 05355517110 - VALOR: R$ 43. 621,00 (quarenta e três mil e seiscentos e vinte e um reais);

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA–MT, 11 de Junho de 2019.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE ERRATA CONTRATO Nº 059/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA, ESTADO DE MATO GROSSO, TORNA PÚBLICO A ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 059/2019 PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS, PAGINA 162 DO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2018 CONFORME SEGUE ABAIXO:

ONDE SE LÊ:

VIGÊNCIA: 02/08/2018 até 02/08/2018;

LEIA-SE:

VIGÊNCIA: 02/08/2018 até 02/08/2019;

Nova Lacerda-MT, 11 de junho de 2019.

PROCURADORIA JURÍDICA
RESOLUÇÃO Nº 005/2019 – EDITAL RETIFICADO DISPÕE SOBRE O PROCESSO ELEITORAL PARA A ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES PARA A GESTÃO 2020/2024.

CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – NOVA LACERDA/MT

RESOLUÇÃO Nº 005/2019 – Edital Retificado

Dispõe sobre o processo eleitoral para a escolha dos Conselheiros Tutelares para a gestão 2020/2024.

A Comissão Eleitoral designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Lacerda/MT, através da Resolução nº 01/2019, no exercício de suas atribuições, Considerando:

O art. 139 da Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD);

Resolução 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente;

O art. 32 e seguintes da Lei Municipal n° 506/2010;

Decreto nº 851/2014;

A resolução nº 01/2019 do CMDCA;

RESOLVE:

Art. 1º - Criar Edital convocando para a eleição e abrindo as inscrições para o processo de seleção dos candidatos que concorrerão às eleições para conselheiros tutelares do município de Nova Lacerda/MT, gestão 2020/2024, nos seguintes termos:

EDITAL Nº 001/2019/CMDCA – NOVA LACERDA/MT

CONVOCA A ELEIÇÃO E ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO DOS CANDIDATOS QUE CONCORRERÃO ÀS ELEIÇÕES PARA CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA/MT, GESTÃO 2020/2024.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA do Município de Nova Lacerda/MT, no uso de suas atribuições, com fundamento na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Municipal 506/2010, na Resolução do CMDCA nº 01/2019, de 02 de abril de 2019, que dispõe sobre as normas do processo de seleção/eleição dos Conselheiros Tutelares para composição do Conselho Tutelar do Município de Nova Lacerda/MT, e demais legislações pertinentes, torna público que estão abertas as inscrições para seleção dos candidatos que concorrerão às eleições para Conselheiro Tutelar do Município de Nova Lacerda/MT.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Será responsável pela operacionalização do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, incluindo seleção prévia e eleição, a Comissão Eleitoral composta por membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA de Nova Lacerda, constituída pela Resolução nº 01/2019.

1.2. A escolha de 05 (cinco) membros efetivos e 05 (cinco) suplentes dos Conselheiros Tutelares do Município de Nova Lacerda/MT, com carga horária e padrão salarial conforme artigo 60 da Lei nº 506/2010, com subsídio devido a cada conselheiro tutelar em exercício no valor de R$ 1.731,54 (um mil setecentos e trinta e um reais e cinquenta e quatro centavos) mensais, respectivamente, e será feita através de sufrágio universal, por voto direto, secreto e facultativo, dos cidadãos maiores de 21 anos, inscritos como eleitores do Município de Nova Lacerda, conforme lista fornecida pela Justiça Eleitoral.

1.3. A Comissão Eleitoral do processo de escolha, nomeada conforme Resolução CMDCA nº 01/2019, previamente eleita pelo Plenário do Conselho, é composta conforme evidenciado no Anexo III deste Edital.

1.4. A participação no processo de seleção prévia está condicionada à comprovação, pelo(a) candidato(a), dos requisitos constantes deste Edital, bem como os previstos no artigo 36 da Lei Municipal nº 506/2010.

1.5. Este Edital estará disponível nos endereços eletrônicos do jornal oficial eletrônico dos municípios do Estado de Mato Grosso, e no endereço eletrônico deste Município, no site www.novalacerda.mt.gov.br, além de afixado nos Quadros de Editais/Comunicados do CMDCA/Conselho Tutelar, da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda/MT e da Secretaria de Assistência Social.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1. As inscrições serão realizadas na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Avenida uirapuru, s/n, Bairro Centro, em Nova Lacerda/MT, no período de **02/05/2019 a 14/06/2019**, devendo os(as) candidatos(as) interessados(as) preencherem o formulário de inscrição que estará disponível na Secretaria Municipal de Assistência Social no momento da inscrição, declarando possuir todos os requisitos necessários para ser candidato e comprometendo-se a apresentar toda a documentação exigida neste edital caso seja aprovado na Prova de Conhecimentos, devendo

apresentar-se no dia da prova, munido de documento original de identidade e do respectivo comprovante.

2.2. São requisitos básicos para inscrição do candidato:

a) Possuir reconhecida idoneidade moral, comprovada através de certidões criminais negativas originais das Justiças Estadual e Federal, que podem ser obtidas nos endereços eletrônicos dos respectivos órgãos jurisdicionais;

b) Contar com a idade mínima de 21 (vinte e um) anos na data da posse, comprovada através da apresentação de cópia do documento de identidade, acompanhado do documento original de identidade para conferência pela comissão eleitoral;

c) Residir continuamente neste Município há pelo menos 02 (dois) anos, na data da inscrição, comprovando-se tal fato através de documentos, tais como: contrato de locação, conta (uma antiga e outra atual) de água, luz, telefone, atestado escolar, declaração específica, dentre outros.

d) Estar quite com a Justiça Eleitoral, apresentando fotocópia do título de eleitor e do comprovante de votação da última eleição ou de justificativa da ausência, ou ainda, Certidão de Quitação com a Justiça Eleitoral, acompanhado do documento original para conferência pela comissão eleitoral;

e) No caso do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar, apresentando Certificado de Reservista ou de Dispensa;

f) Ter formação no Ensino Superior (3° Grau) na data da posse, apresentando cópia autenticada do respectivo diploma, comprovante de conclusão de curso ou certidão que comprova a conclusão do Curso de Ensino Superior (3° Grau) até a data da posse;

g) Obter aprovação em teste de conhecimentos promovido pela Comissão Eleitoral, que verse principalmente sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

h) Atestar possuir condições para dedicar-se exclusivamente às atividades do Conselho Tutelar;

i) Não ser candidato a qualquer cargo político, devendo assinar declaração neste sentido;

j) Apresentar atestado original de sanidade física e mental, devidamente assinado e com o carimbo e CRM do médico, com data de emissão de no máximo 60 (sessenta) dias;

k) Possuir Carteira Nacional de Habilitação categoria B ou Superior, comprovada através da apresentação de cópia do documento de habilitação, acompanhado do documento original respectivo para conferência pela comissão eleitoral;

Não poderá se inscrever o candidato que esteja ocupando o cargo de Conselheiro Tutelar pelo 2º mandato consecutivo.

2.3. No momento da inscrição o candidato deverá apenas declarar que preenche os requisitos descritos no item 2.2., devendo apresentar documentação comprobatória somente após aprovação no teste de conhecimentos.

2.4. A não comprovação de qualquer informação e/ou documentação por parte do candidato implicará na exclusão sumária em qualquer fase do processo de escolha, com repercussões administrativas, civis e penais.

2.5. Caso haja emissão de documentos falsos por parte de entidades governamentais e não governamentais, as mesmas serão notificadas e denunciadas ao Ministério Público, com as consequentes repercussões judiciais e administrativas.

2.6. Somente será aceito pedido de inscrição feito em modelo próprio de requerimento adotado pela Comissão eleitoral, para inscrições, com formulário fornecido pela Comissão no local indicado neste Edital.

2.7. As informações prestadas no formulário de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão eleitoral do direito de excluir do processo o candidato que fraudar o preenchimento do formulário.

2.8. O candidato poderá indicar para constar na relação de candidatos, além do nome completo, um apelido.

2.9. O preenchimento do formulário de inscrição implica, por parte do(a) candidato(a), no conhecimento e aceitação de todos os termos fixados no presente Edital e em prévia aceitação do cumprimento do que estabelece a Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei Municipal nº 506/2010 e Resolução do CMDCA nº 01/2019.

2.10. O pedido de inscrição que não atender às exigências deste Edital será cancelado, bem como anulados todos os atos dele decorrentes.

2.11. Não será permitida inscrição condicional ou por correspondência, sendo permitida a inscrição apenas na forma prevista neste edital.

2.12. A inexatidão das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o (a).

Candidato (a) do processo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

2.13. O candidato deverá apresentar, para simples conferência, em todas as fases do certame, o seu documento de identidade original e assinar declaração de que possuem os requisitos previstos no art. Art. 36 da Lei Municipal nº 506/2010, bem como os previstos neste Edital, para efeito de confirmação da sua inscrição.

3. DO TESTE DE CONHECIMENTOS

3.1. A classificação dos candidatos será feita com base em nota obtida em prova escrita, considerando-se aprovados os que obtiverem aproveitamento equivalente a, no mínimo, 60% da nota máxima, ficando os demais automaticamente desclassificados.

3.2. A prova escrita referente aos conhecimentos da Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD) será aplicado na data provável de **30 de junho de 2019**, na cidade de Nova Lacerda/MT, nas dependências da Escola Municipal Getúlio Vargas, localizada no Centro.

3.3. Será aplicada prova escrita abrangendo os programas das matérias constantes no Anexo II deste Edital, de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os objetivos de avaliação constantes deste Edital.

3.4. Participarão das provas apenas os(as) candidatos(as) regularmente inscritos.

3.5. As provas objetivas na modalidade múltipla escolha terão a duração de 03 (três) horas, no turno matutino, aplicada no horário das 08h00minh até as 11h00minh, na data e local designado no Item 3.2 deste Edital.

3.6. Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas o(a) candidato(a) deverá observar rigorosamente os Editais e os comunicados divulgados.

3.7. O (a) candidato (a) deverá comparecer ao local determinado para a prova com antecedência mínima de trinta minutos do horário fixado para o início, munido de caneta esferográfica (tinta azul ou preta) de ponta grossa, protocolo de inscrição e/ou confirmação de inscrição (obtida na inscrição) e cédula oficial de identidade (RG).

3.8. Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

3.9. Na falta da cédula de identidade original serão admitidos nas salas de provas, os(as) candidatos(as) que apresentarem documentos outros, como carteira de trabalho, carteira do órgão de classe, carteiras expedidas pelos comandos militares, passaporte, carteiras funcionais do Ministério Público, carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto dentro do prazo de validade), que permitam com clareza a sua identificação. Não serão aceitos, nesta fase, como documento de identificação, quaisquer outros documentos diferentes dos acima definidos, tais como: títulos eleito-

rais, certidões de nascimento, carteira nacional de habilitação (modelo antigo), carteiras de estudante e carteiras funcionais sem valor de identidade.

3.10. Caso o(a) candidato(a) esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias, ou o protocolo de solicitação da segunda via, juntamente com outro documento, com foto, que o(a) identifique, ocasião em que poderá ser submetido(a) à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

3.11. A identificação especial poderá ser exigida, também, ao (a) candidato (a) cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do(a) portador(a).

3.12. Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento, quando do ingresso do(a) candidato(a) para a realização da prova escrita.

3.13. A juízo da Comissão Eleitoral, o(a) candidato(a) que não portar o comprovante de inscrição poderá prestar a prova, desde que seu nome conste na lista de candidatos inscritos, e que apresente o documento de identidade.

3.14. Para a realização da prova escrita, será fornecido caderno de provas contendo as questões objetivas de múltipla escolha e folha de respostas para as questões objetivas.

3.15. A prova escrita será composta de 20 (vinte) questões objetivas de múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas de resposta cada, conforme a distribuição de pesos infra discriminada:

MODALIDADE DA PROVA	Nº DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO	TOTAL
OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA	20	0,5	10,00

3.16. A nota máxima atribuída a esta prova será de 10,00 (dez) pontos e a nota mínima para a aprovação será de 6,00 (seis) pontos. Aqueles candidatos que não atingirem 6,00 (seis) pontos não terão suas candidaturas homologadas, bem como não estarão aptos a se submeterem ao processo de eleição.
3.17. Não haverá substituição da folha de respostas por erro do(a) candidato(a).
3.18. Ao terminar a conferência do caderno de provas, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha defeito, o(a) candidato(a) deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
3.19. O (a) candidato(a) deverá assinalar as respostas às respectivas questões objetivas de múltipla escolha propostas na folha de respostas, que serão os únicos documentos válidos para a correção da prova escrita. Os preenchimentos da folha de respostas e do formulário de respostas serão de inteira responsabilidade do (a) candidato (a), que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do caderno de provas e demais orientações fornecidas pelo fiscal de sala.

3.20. Atribuir-se-á nota zero à questão de múltipla escolha: a) com mais de uma opção assinalada; b) com rasura ou ressalva; c) assinalada a lápis; d) quando a alternativa assinalada for incorreta.

3.21. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado para as respostas na prova escrita objetiva de múltipla escolha.

3.22. Serão de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este Edital e/ou com a folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada e marcações múltiplas na mesma questão.

3.23. Não será aceita a devolução de folha de respostas contendo questão de múltipla escolha não assinalada, sob pena de desclassificação do candidato.

3.24. O (a) candidato(a) que, eventualmente, necessitar alterar algum dado constante da ficha de inscrição ou fazer alguma reclamação ou sugestão relevante, poderá efetuá-la no termo de ocorrência existente na sala de provas em posse dos fiscais de sala, para uso, se necessário.

3.25. O (a) candidato(a) só poderá deixar a sala onde estiver realizando a prova após, no mínimo, 90 (noventa) minutos do seu início, ainda que conclua sua prova antes deste período, e somente poderá levar o caderno de provas se deixar a sala 30 (trinta) minutos antes do encerramento do horário estabelecido para o encerramento das provas escritas.

3.26. O (a) candidato(a), ao deixar a sala de provas, deve, obrigatoriamente, devolver ao fiscal a Folha de Respostas, devidamente assinada no local indicado.

3.27. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos, o candidato que insistir em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do processo e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

3.28. Terminado o tempo da prova, a folha de respostas devem serem entregues sem protelação.

3.29. Será considerada nula a prova do (a) candidato (a) que se retirar do recinto, durante a sua realização, sem a devida autorização do Fiscal da Sala e/ou da Comissão Eleitoral.

3.30. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas.

3.31. Em hipótese alguma será realizada qualquer prova fora dos locais, horários e datas determinados, e sob nenhum pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização da prova, sendo os portões fechados após o início das provas escritas importando a ausência ou retardamento do (a) candidato (a) em sua exclusão do processo seletivo e eletivo, seja qual for o motivo alegado.

3.32. Será excluído do processo o (a) candidato (a) que faltar à prova escrita ou chegar após o horário estabelecido, ou que, durante a sua realização, for surpreendido em comunicação com outro (a) candidato (a). Não será permitida a utilização de aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, walkman, receptor, gravador, calculadoras ou similares), livros, códigos, ou qualquer outro material de consulta, bem como a utilização de boné, chapéu ou similar e óculos escuros na sala de provas, exceto para correção visual. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de provas.

3.33. Caso o (a) candidato (a) seja portador (a) de arma e/ou algum aparelho eletrônico, estes deverão ser entregues à Coordenação e somente serão devolvidos ao final da prova. O descumprimento da presente instrução implicará a eliminação do (a) candidato (a), caracterizando-se tentativa de fraude. Os celulares deverão permanecer desligados e devidamente identificados em local determinado pelo fiscal da sala, caso contrário, mesmo que desligado em outro local que não o determinado pelo fiscal de sala, e identificado/encontrado por este ou por qualquer membro da equipe de Coordenação do processo seletivo e eletivo, acarretará no desligamento imediato do candidato neste processo.

3.34. O (A) candidato (a) que necessitar de condição especial para a realização da prova solicitará, por escrito, apenas no ato da inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.). Após esse período, a solicitação será indeferida.

3.35. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que necessitar amamentar e não levar acompanhante não poderá realizar as provas.

3.36. A solicitação de condições especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.37. No dia de realização da prova escrita, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas ou pelas autoridades pre-

sentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação das provas.

3.38. A Comissão Eleitoral não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas, nem por danos neles causados, com expressa orientação que os (as) candidatos (as) evitem portar aparelhos celulares, quando da realização da prova escrita.

3.39. SERÁ ELIMINADO NESTA FASE DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES, O (A) CANDIDATO (A) QUE, NESTA FASE:

a) Retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;

b) Ausentar-se do recinto da prova, a não ser momentaneamente, em casos especiais e desde que na companhia de fiscal;

c) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer meio que não os permitidos;

d) Recusar-se a entregar a folha de respostas ao término do tempo destinado à sua realização;

e) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas da prova escrita;

f) Portar aparelho celular na sala de provas em local diverso do indicado pelo fiscal da sala, mesmo que o aparelho esteja desligado.

g) Devolver a folha de respostas contendo questão objetiva sem marcação e, mesmo após advertência do fiscal da sala, insistir em assim proceder, hipótese em que se lavrará termo de ocorrência.

3.40. Os prazos recursais previstos nesta fase, como também, a divulgação das decisões, encontram-se previstos no Anexo I – Cronograma do Processo, parte integrante deste Edital.

4. DO RESULTADO DO TESTE DE CONHECIMENTOS

4.1. Os gabaritos oficiais das provas escritas objetivas de múltipla escolha serão afixados nos mesmos locais previstos no item 1.5., a partir das 14h00min horas, no horário local da cidade de Nova Lacerda/MT, do dia subsequente à realização da prova escrita.

4.2. A classificação final dos (as) candidatos (as) será feita pela soma dos pontos obtidos na prova objetiva de múltipla escolha.

4.3. Na classificação final entre candidatos (as) empatados (as) com igual número de pontos, serão fatores de desempate os seguintes critérios, na seguinte ordem: a) maior idade.

4.4. A publicação da lista de aprovados dar-se-á conforme previsto no Anexo I, através de Edital a ser divulgado nos mesmos locais previstos no item 1.5.

4.5. A interposição de recursos poderá ser feita no prazo previsto no Anexo I, em requerimento assinado e protocolado junto ao CMDCA – Nova Lacerda/MT, por escrito, dirigido à Comissão Eleitoral.

4.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o (a) candidato (a) se julgar prejudicado (a), e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., com a juntada, sempre que possível, de cópia dos comprovantes, e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

4.7. Serão rejeitados, também liminarmente, os recursos enviados fora do prazo, de acordo com o Anexo I – Cronograma do Processo a contar da publicação de cada etapa, ou não fundamentado, e os que não contiverem dados necessários à identificação do (a) candidato (a), como seu nome e número de inscrição. Serão rejeitados, ainda, aqueles recursos enviados pelo correio, fac-símile, ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital.

4.8. O resultado do julgamento dos recursos será divulgado nos mesmos locais previstos no item 1.5., juntamente com a relação final dos aprovados, após recurso, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, e não será enviado, individualmente, a qualquer recorrente, o teor dessas decisões.

4.9. Após julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões da prova escrita, objetiva de múltipla escolha, porventura anuladas, serão atribuídos a todos (as) os (as) candidatos (as) indistintamente, desde que não tenha sido o ponto da questão computado para o (a) candidato (a) em listagem anterior.

4.10. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de provas, essa alteração valerá para todos (as) os(as) candidatos(as), independentemente de terem recorrido.

4.11. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo.

5. DO REGISTRO DO CANDIDATO

5.1. Os candidatos aprovados no teste de conhecimentos poderão apresentar todos os documentos previstos no item 2.2. Deste edital, desde o dia útil subsequente à divulgação do resultado, até o prazo do Anexo I após divulgação do resultado, após recurso, da prova escrita, consoante período previsto no cronograma (anexo I).

5.2. O pedido de registro será formulado pelo (a) candidato (a) em requerimento assinado e protocolado junto ao CMDCA – Nova Lacerda/MT, devidamente instruído com todos os documentos necessários a comprovação dos requisitos estabelecidos neste Edital, onde serão numerados, autuados e enviados a Comissão Eleitoral, para processamento devido.

5.3. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendente e descendente, sogro ou sogra, genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhado, tios e sobrinhos, padrasto ou madrasta e enteado ou enteada.

5.4. Estende-se o impedimento do conselheiro em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

5.5. A candidatura a membro do Conselho Tutelar é individual, ficando vedada a expressão e/ou manifestação do candidato com vinculação político- partidária, bem como a composição de chapas, sob pena de cassação de mandato.

5.6. O (A) candidato (a) que for membro do CMDCA, que pleitear o cargo de Conselheiro Tutelar, deverá pedir afastamento no ato da inscrição da candidatura a membro do Conselho Tutelar.

5.7. Somente poderão concorrer ao processo de escolha e seleção as candidaturas devidamente aprovadas e registradas pelo CMDCA – de Nova Lacerda/MT.

5.8. No prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do término do prazo de registro de candidaturas, autuado o pedido de inscrição dos aprovados com a respectiva documentação, a Comissão Eleitoral mandará expedir edital com os nomes daqueles nos mesmos locais previstos no item 1.5., fixando prazo previsto no Anexo I para o recebimento de impugnação por qualquer cidadão deste Município.

5.9. As impugnações deverão ser efetuadas por escrito, dirigidas à Comissão Eleitoral e instruídas com as provas já existentes ou com a indicação de onde as mesmas poderão ser colhidas.

5.10. Vencido o prazo do item anterior, o Ministério Público terá vista dos autos por 03 (três) dias úteis, contados de sua intimação pessoal, podendo apresentar impugnação.

5.11. Ao fim do prazo do anteriormente estipulado, se tiver sido oferecida impugnação pelo Ministério Público, o candidato será notificado, por edital, para apresentar defesa em 03 (três) dias úteis e, após este prazo, os autos serão novamente encaminhados ao Impugnante para manifestação em 03

(três) dias úteis, caso a defesa tenha sido instruída com documentos, decidindo, definitivamente, a Comissão Eleitoral em período idêntico.

5.12. Ao fim do prazo do item 5.10., se tiver sido oferecida impugnação apenas por cidadão deste Município, o candidato será notificado, por edital, a apresentar defesa no prazo de 03 (três) dias úteis e, após este prazo, os autos serão novamente encaminhados ao Ministério Público para manifestação em 03 (três) dias úteis, decidindo, definitivamente, a Comissão Eleitoral em período idêntico.

5.13. Definidos os candidatos que concorrerão ao pleito, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA publicará edital, relacionando os candidatos habilitados, bem como o dia, horário e local da eleição.

5.14. Os candidatos habilitados serão os candidatos a Conselheiros Tutelares que disputarão à eleição através do sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos membros da comunidade local com domicílio eleitoral no Município de Nova Lacerda/MT.

6. DA DIVULGAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL E DAS CANDIDATURAS

6.1. O CMDCA – Nova Lacerda/MT, por intermédio da Comissão Eleitoral, promoverá a divulgação do processo de escolha e dos nomes dos (as) candidatos (as) considerados (as) habilitados (as) por intermédio da imprensa escrita, zelando para que seja respeitada a igualdade de espaço e inserção para todos.

6.2. A Comissão Eleitoral poderá promover, ainda, debates, reuniões, entrevistas e palestras junto às escolas, associações e comunidade em geral, através de audiências públicas coordenadas pela Comissão Eleitoral proporcionando igualdade de participação a todos os candidatos presentes nos eventos e previamente cadastrados para participação. As audiências públicas, se ocorrerem, terão suas normas estabelecidas pela Comissão Eleitoral.

6.3. Somente será permitida a veiculação de propaganda eleitoral dos candidatos a partir da publicação da relação das candidaturas definitivas, observando-se o seguinte:

6.4. É vedada a propaganda eleitoral nos bens públicos ou de uso comum, admitindo-se a propaganda em veículos de comunicação social, consoante regulamentação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, a ser divulgada nos mesmos locais previstos no item 1.5., e desde que observada à igualdade de condições entre os candidatos.

6.5. São vedados, no dia da eleição:

I. O uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata;

III. A arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna, inclusive a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos; III. A divulgação de qualquer espécie de propaganda de candidatos, mediante publicações, cartazes, outdoors, camisas, bonés, broches ou dísticos em vestuário.

6.6. É facultada a manifestação individual e silenciosa da preferência do cidadão por candidato, incluída a que se contenha no próprio vestuário ou que se expresse no porte de bandeira ou de flâmula ou pela utilização de adesivos em veículos ou objetos de que tenha posse.

6.7. Caberá à Comissão Eleitoral exercer, de ofício ou a partir de iniciativa de qualquer cidadão ou do Ministério Público, o poder de polícia sobre a propaganda irregular e instaurar, a requerimento de qualquer daqueles, procedimento administrativo para apuração, garantindo o direito ao. Contraditório e à ampla defesa, e, ao final, considerados os motivos, as circunstâncias, consequências e reiterações da conduta ilícita:

I. Aplicar multa ao candidato infrator, a qual será estabelecida pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) mediante resolução, sendo que a mesma será revertida ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo não pagamento ocasionará a cassação da habilitação da candidatura ou do diploma;

II. Cassar a habilitação da candidatura ou o diploma do infrator.

6.8. O Ministério Público, quando não for o autor da representação, fiscalizará todo o procedimento instaurado e:

I. Terá vista dos autos depois do candidato, sendo cientificado de todos os atos do procedimento;

II. Poderá juntar documentos e certidões, produzir prova oral e requerer as medidas ou diligências necessárias à apuração da verdade.

6.9. Contra a decisão referida nos incisos I e II do item 6.7., caberá recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6.10. São vedados, durante o processo eleitoral:

I. A confecção, utilização e distribuição por candidato ou

Por terceiro com o seu conhecimento, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor;

II. A doação, o oferecimento, a promessa ou a entrega ao

Eleitor, pelo candidato ou por terceiro com o seu conhecimento, de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, com o fim de obtenção de voto;

III. O transporte de eleitores no dia da eleição, ressalvados o

Serviço em veículos coletivos de linhas regulares e não fretados, o uso exclusivo de veículo por seu proprietário e seus familiares, o serviço normal, sem finalidade eleitoral, de veículos de aluguel e a disponibilização à Comissão Eleitoral de veículos públicos ou particulares, que não poderão ostentar propaganda de qualquer candidato e deverão ser por aquela identificada com a indicação “à disposição do CMDCA”.

6.11. Em caso de inobservância do disposto neste item, caberá à Comissão

Eleitoral exercer, de ofício ou a partir de iniciativa de qualquer cidadão ou do Ministério Público, o poder de polícia sobre a conduta irregular e instaurar, a requerimento de qualquer daqueles, procedimento administrativo para apuração, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa, e, ao final, cassar a habilitação da candidatura ou o diploma do infrator, cabível recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6.12. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação.

6.13. Os candidatos habilitados a concorrer à eleição ficam convocados para uma reunião, a ser realizada pela Comissão Eleitoral e o Ministério Público em data e local a ser divulgado posteriormente nos mesmos locais previstos no item 1.5., onde a Comissão Eleitoral comunicará formalmente as regras de campanha a todos os candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso, perante o Ministério Público, de respeitá-las e que estão cientes e acordes que sua violação importará na exclusão do certame ou cassação do diploma respectivo, além de eventual multa ou cominação constante do Termo de Ajustamento de Conduta.

7. DA ELEIÇÃO

7.1. A eleição dos 05 (cinco) membros efetivos e os suplentes dos Conselheiros Tutelares do Município de Nova Lacerda/MT será realizada na data provável de **06 de outubro de 2019, das 08h00min às 17h00min horas**, facultado o voto, após este horário, a eleitores que estiverem na fila de votação, aos quais deverão ser distribuídas senhas.

7.2. Os locais de votação e outras especificidades relativas a esta, serão definidos conforme critérios da comissão eleitoral, a serem divulgados posteriormente, nos mesmos locais previstos no item 1.5.

7.3. O eleitor, munido de seu título e um documento público de identificação, poderá votar em 05 (cinco) candidatos.

7.4. O eleitor que não souber ou não puder assinar o nome, lançará a impressão do polegar direito no local próprio da relação respectiva.

7.5. Cada candidato poderá credenciar, no máximo, 01 (um) fiscal para cada

Mesa Receptora ou Apuradora de Votos, com prévia comunicação de 05 (cinco) dias antes do pleito, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

7.6. A apuração em sessão pública e única será feita em local a ser previamente divulgado pela Comissão Eleitoral, logo após o encerramento da votação.

7.7. À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pela Comissão Eleitoral, em caráter definitivo.

7.8. Concluída a apuração dos votos, a Comissão Eleitoral proclamará o resultado da eleição, mandando publicar edital com os nomes dos candidatos e a respectiva quantidade de votos recebidos.

7.9. Os 05 (cinco) primeiros mais votados serão considerados eleitos, ficando os 05 (cinco) demais, pela ordem de votação, como suplentes, para um mandato de 04 (quatro) anos, permitindo uma única reeleição.

7.10. Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato que alcançar o melhor desempenho no teste de conhecimentos específicos e, persistindo aquela situação, o mais idoso.

7.11. Dentro do prazo da Lei 12.696/12, após a publicação do resultado final da eleição, os eleitos serão diplomados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que oficiará ao Prefeito Municipal para que sejam nomeados, devendo ser empossados no dia 10 de janeiro de 2020.

7.12. O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente - CMDCA ou o servidor público municipal diplomado no cargo de Conselheiro Tutelar será automaticamente afastado de suas funções durante o período em que assumir o mandato.

7.13. Vagando o cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.

7.14. Os Conselheiros Tutelares, titulares e suplentes, submeter-se-ão a estudos sobre a legislação específica das atribuições do cargo e treinamentos promovidos por uma Câmara Técnica a ser designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Havendo necessidade de outras informações, as mesmas poderão ser obtidas junto a Comissão Eleitoral, cujos membros estão relacionados no anexo III deste Edital, na sede do CMDCA, situado na Av. Uirapuru, n° 700, Centro – Nova Lacerda/MT.

8.2. O candidato deverá manter seu endereço atualizado junto à Comissão Eleitoral até o final do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seu endereço.

8.3. A inscrição implicará, por parte do candidato, conhecimento e aceitação das normas contidas neste Edital.

8.4. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a fase correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso publicado.

8.5. Os resultados divulgados no endereço eletrônico www.novalacerda.mt.gov.br não terão caráter oficial, sendo meramente informativo. Os prazos para interposição de recursos em qualquer fase deverão ser contados com estrita observância da hora e dia de publicação no local de costume da entidade.

8.6. Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do processo seletivo.

8.7. É de inteira responsabilidade do (a) candidato (a) acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a todas as fases deste processo, os quais serão afixados nos Quadros de Editais/Comunicados do CMDCA – Nova Lacerda/MT, da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda/MT, Secretaria Municipal de Assistência Social, do Ministério Público Estadual e do Conselho Tutelar/CMDCA, não podendo os (as) candidatos (as) alegarem desconhecimento posterior do cronograma do Processo evidenciado no Anexo I deste Edital.

8.8. O CMDCA – Nova Lacerda/MT não se responsabilizará por quaisquer cursos, textos ou apostilas referentes a este processo seletivo no que se refere à prova escrita.

8.9. Os documentos apresentados pelo candidato durante todo o processo de seleção poderão, a qualquer tempo, ser objeto de conferência e fiscalização da veracidade de seu teor por parte da Comissão Eleitoral, e no caso de constatação de irregularidade ou falsidade, a inscrição será cancelada independentemente da fase em que se encontre.

8.11. Os casos omissos, não previstos neste Edital, ou não incluídos no requerimento de inscrição, serão apreciados pela Comissão Eleitoral do CMDCA – Nova Lacerda/MT.

Nova Lacerda - MT, 11 de junho de 2019.

COMISSÃO ELEITORAL

Nomes

ANEXO I – CRONOGRAMA DO PROCESSO

*Os dias considerados para prazos recursais foram apenas os dias úteis, desconsiderando sábados, domingos e feriados.

** As datas poderão ser alteradas, a critério da Comissão Eleitoral, desde que previamente comunicadas, bem como respeitados os prazos mínimos estabelecidos.

ATO	DATA
Publicação do Edital de abertura do processo	05/04/2019
Período de inscrições de candidatos	02/05 até 14/06/2019
Prazo para impugnação de inscrição	18/06/2019
Aplicação do teste de conhecimento	30/06/2019
Divulgação da lista de aprovados no teste de conhecimentos	03/07/2019
Prazo para apresentação de recursos contra o resultado do teste	08/07/2019
Prazo para Comissão analisar o pedido	15/07/2019
Divulgação da lista de aprovados no teste de conhecimentos após recurso	22/07/2019
Prazo para apresentação dos documentos previstos no item 2.2.	29/07/2019
Divulgação dos candidatos habilitados para o processo eleitoral	05/08/2019
Prazo para impugnação de candidatura(s)	12/08/2019
Prazo para impugnação pelo Ministério Público	19/08/2019
Prazo para defesa do Impugnado	26/08/2019
Prazo de vistas ao Ministério Público	02/09/2019
Publicação do Edital com lista definitiva dos candidatos que concorrerão ao pleito	09/09/2019
Prazo final para credenciamento dos fiscais de votação e apuração	12/09/2019
Eleição	06/10/2019
Publicação de Edital com o resultado final das eleições	09/10/2019
Diplomação e Posse dos Conselheiros Tutelares Diplomados	10/01/2020

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS/LEGISLAÇÃO:

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Lei Federal nº

8.069, de 13 de julho de 1990.

LEI MUNICIPAL Nº 506/2010.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Disposições preliminares. Princípios Orientadores do Direito da Criança e do Adolescente: Princípio da Prioridade absoluta. Princípio do Melhor interesse. Princípio da Municipalização. Direitos fundamentais à vida, saúde, liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar e comunitária, educação, cultura, esporte e lazer, profissionalização e proteção do trabalho. Direito à convivência familiar: família natural, substituta, extensa, guarda, tutela e adoção. O Poder Familiar.

DAS POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ATENDIMENTO E PROTEÇÃO

Regulamentação do Poder Público das atividades de informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos, produtos, serviços e viagens. Linhas e entidades de atendimento da criança e do adolescente. Objetivos e deveres das entidades de atendimento. Fiscalização. Medidas de proteção.

ANEXO III – DA COMISSÃO ELEITORAL

A Comissão Eleitoral é composta pelos seguintes membros:

Pamela Rodrigues Rinaldi; (Presidente CMDCA)

Renato dos Reis Buzatti;

Neuza Maria da Silva;

Adair José da Silva;

Maria Ivete de Souza Ulian;

Carliane Tafarel Silva;

Nova Lacerda - MT, 11 de Junho de 2019.

COMISSÃO ELEITORAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 26/2019

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 26/2019

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 26/2019.

ABERTURA: 26 de junho de 2019 ás 08:00 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:40 ás 08:00 horas;

OBJETO: Registro de preço na contratação de empresa especializada no serviço de ressolagem e vulcanização de pneus para suprir as necessidades no que se refere a manutenção da frota do município.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 11 de junho de 2019.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

PREGOEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 27/2019

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 27/2019

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 27/2019.

ABERTURA: 25 de junho de 2019 ás 08:00 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:40 ás 08:00 horas;

OBJETO: Registro de preço na contratação de empresa para aquisição de Pneus novos, 1º linha, certificado pelo IMETRO e entrega parcelada para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Nova Lacerda - MT.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 11 de junho de 2019.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

PREGOEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 22/2019

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 22/2019

PROC. LICITATÓRIO: 45/2019 PREGÃO PRESENCIAL: 22/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

CONTRATADO: D. DE LIMA PAVAO, H F DA SILVA E MARCELO AUGUSTO VIEIRA LIMA 05355517110.

OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado, suprindo demanda das Secretarias do município de Nova Lacerda - MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 11 de junho de 2019.

CONTRATADO:

D. DE LIMA PAVAO - VALOR: R$ 30.957,00 (trinta mil e novecentos e cinquenta e sete reais);

H F DA SILVA - VALOR: R$ 45.820,00 (quarenta e cinco mil e oitocentos e vinte reais);

MARCELO AUGUSTO VIEIRA LIMA 05355517110 - VALOR: R$ 43. 621,00 (quarenta e três mil e seiscentos e vinte e um reais);

Ata de Registro 21/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA–MT, 11 de Junho de 2019.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
INEXIGIBILIDADE 06/2019

Inexigibilidade 06/2019

Aviso de Inexigibilidade de Licitação

Processo Licitatório 58/2019

PREFEITURA DE NOVA LACERDA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 06/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 58/2019

O Poder Público Municipal torna pública a Inexigibilidade de Licitação referente à Contratação de empresa especializada autorizada em serviço de revisão com aquisição de peças para veículo do tipo caminhoneta MITSUBISHI/L200 TRITON, conforme as especificações técnicas, quantidades, anexadas.

Empresa TAURO MOTORS VEICULOS IMPORTADOS LTDA

Valor total contratado: R$ 150.000,00 (Cento e cinqüenta mil reais)

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 25, inciso I.

Nova Lacerda-MT, 11 de junho de 2019.

Uilson Jose da Silva

Prefeito

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2019

PROC. LICITATÓRIO: 47/2019 PREGÃO PRESENCIAL: 24/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

OBJETO: Registro de Preço na contratação de empresa para construção de suporte para caixa d'agua e colocação de portão na Escola Municipal Getúlio Vargas, atendendo as necessidades desta secretaria, conforme planilha em anexo.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 11 de junho de 2019.

CONTRATADO:

ADRIANO FREITAS NUNES VALOR: R$ 24.434,66 (vinte e quatro mil e quatrocentos e trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA–MT, 11 de Junho de 2019.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 24/2019

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 24/2019

PROC. LICITATÓRIO: 47/2019 PREGÃO PRESENCIAL: 24/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

CONTRATADO: ADRIANO FREITAS NUNES

OBJETO: Registro de Preço na contratação de empresa para construção de suporte para caixa d'agua e colocação de portão na Escola Municipal Getúlio Vargas, atendendo as necessidades desta secretaria, conforme planilha em anexo.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 11 de junho de 2019.

CONTRATADO:

ADRIANO FREITAS NUNES - VALOR: R$ 24.434,66 (vinte e quatro mil e quatrocentos e trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos).

Ata de Registro 20/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA–MT, 11 de Junho de 2019.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2019

PROC. LICITATÓRIO: 46/2019 PREGÃO PRESENCIAL: 23/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

OBJETO: Registro de Preço para contratação de empresa especializada para transporte diário de pacientes, com Assistência de Profissionais de Enfermagem, aos Municípios de Pontes e Lacerda, Cáceres, Cuiabá, Várzea Grande – MT e cidades adjacentes, aos diversos hospitais, clínicas, consultórios, além da contratação de profissionais de enfermagem para atendimento de demanda de substituição dos servidores públicos nos horários de almoço e jantar e demais substituições que se façam necessárias por imperioso interesse da administração municipal, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lacerda – MT.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 07 de junho de 2019.

CONTRATADO:

W. GARCIA FREITAS - VALOR: R$ 278.760,00 (Duzentos e setenta e oito mil e setecentos e sessenta reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA–MT, 11 de Junho de 2019.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 23/2019

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 23/2019

PROC. LICITATÓRIO: 46/2019 PREGÃO PRESENCIAL: 23/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

CONTRATADO: W. GARCIA FREITAS

OBJETO: Registro de Preço para contratação de empresa especializada para transporte diário de pacientes, com Assistência de Profissionais de Enfermagem, aos Municípios de Pontes e Lacerda, Cáceres, Cuiabá, Várzea Grande – MT e cidades adjacentes, aos diversos hospitais, clínicas, consultórios, além da contratação de profissionais de enfermagem para atendimento de demanda de substituição dos servidores públicos nos horários de almoço e jantar e demais substituições que se façam necessárias por imperioso interesse da administração municipal, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lacerda – MT.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 07 de junho de 2019.

CONTRATADO:

W. GARCIA FREITAS VALOR: R$ 278.760,00 (Duzentos e setenta e oito mil e setecentos e sessenta reais).

Ata de Registro 19/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA–MT, 11 de Junho de 2019.

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 052/ 2019

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 052/2019

CONTRATANTE: Município de Nova Lacerda - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C.(M.F.) sob o n.º 01.614.519/0001-22, com sede na Rua 16 Julho, 815, representado por sua Excelência o Prefeito Municipal, Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** portador do RG. n.º 10339787 SESP /MT e CPF n.º 621.764.391-04, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE.**

CONTRATADA: FABIANY FERNANDES MENDES DA SILVA, brasileira, casada, portadora RG. n.º 1889637-5 SSP/MT e do CPF. n.º 020.044. 831-56, residente e domiciliada Comunidade Santa Amélia, zona rural, neste município de Nova Lacerda-MT, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA,** tem entre si justos e combinados pelo presente instrumento de contratação temporária, mediante as cláusulas abaixo articuladas:

CLÁUSULA I - Do Objeto

O **CONTRATANTE**, contrata os serviços da **CONTRATADA considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 001/2019 de 17/01/2019,** para temporariamente prestar serviços ao município, na **Professor De Ensino Fundamental NÍVEL I/E.M VALE DO GUAPORÉ (1ª OPÇÃO),**neste município, em razão do elevado número de alunos e os professores efetivos e contratados não foram suficientes para absorver todas as aulas excedentes, na função de **PROFESSORA NIVEL I,** de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 019/2005 de 15/12/2005, dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da

educação básica do Município de Nova Lacerda e dá outras providências, e Lei Municipal nº 835/2018 de 10/12/2018.

CLÁUSULA II - Do Regime Jurídico

A presente **CONTRATACÃO** é realizada nos Termos da Lei Complementar N° 052/2010, de 30 de junho de 2010, e do que couber, na Lei Complementar N° 021/2005, de 15 de Dezembro de 2005, regendo-se por princípios de direitos públicos, aplicando-se naquilo que for de acordo com Direito e Deveres da Contratação.

CLÁUSULA III - Do Prazo

O presente contrato terá como duração o prazo de **06 (seis) meses,** tendo início no dia **01/04/2019** e término no dia **30/09/2019, podendo ser prorrogado pelo mesmo período conforme Lei Municipal nº 835/2018 de 10/12/2018.**

CLÁUSULA IV - Da Remuneração

Pelos serviços prestados a que se refere à Cláusula I deste, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância de **R$ 1.705,94 (um mil e setecentos cinco reais e noventa quatro centavos**) mensais com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA V – Regime Previdenciário

A **CONTRATADA** vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para o qual contribuirá obrigatoriamente.

CLÁUSULA VI - Das Despesas

As despesas oriundas deste Contrato Temporário de Trabalho correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05

Unidade: 02

Proj./Ativ.: 2.029

3.1.90.04.00.00.00.00.0.1.003

CLÁUSULA VII - Da Rescisão

O presente Contrato poderá ser extinto, sem o direito de indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa da **CONTRATANTE;**

III - por iniciativa da **CONTRATADA.**

PARÁGRAFO ÚNICO - A extinção do Contrato no caso dos incisos II e III, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VIII - Do Fôro

Elegem-se o Fórum da Comarca de Comodoro / MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste presente contrato.

E, assim, por estarem justos e acordados, assina o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeada.

Nova Lacerda / MT, 01 de Abril de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA FABIANY FERNANDES MENDES DA SILVA

Prefeito Municipal CONTRATADA

CONTRATANTE

YURI SILVA DIAS

Procurador Jurídico

OAB/MT 21.981-B

Testemunhas:

_____

_____

Romildo Niero Da Silva Daniele Menezes Souza

CPF: 805.219.321-49 CPF: 017.717.511-77

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

PROCURADORIA JURIDÍCA
TERMO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 016/2019

RETIFICA-SE O DECRETO Nº 016/2019 PUBLICADA NO JORNAL ELETRÔNICO DA AMM/MT NA DATA DE 11/06/2019.

ONDE SE LÊ:

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo para o pagamento da parcela única do IPTU/2019 a que aludem o artigo 1º, I do Decreto Municipal nº 014, de 17 de abril de 2019, que poderá ser adimplida até o dia 10 de julho de 2019.

LEIA-SE:

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo para o pagamento da parcela única do IPTU/2019 a que aludem o artigo 1º, I do Decreto Municipal nº 014, de 17 de abril de 2019, que poderá ser adimplida até o dia **09 de julho de 2019**.

Nova Maringá-MT, 11 de junho de 2019.

Edilson Cezar dos Santos

Prefeito Municipal em Exercício

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2019

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, considerando que o PARECER JURÍDICO n° **049/2019** prevê a DISPENSA em conformidade ao disposto no art. 24, IV da Lei Federal 8.666/93, e que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, **RATIFICO** a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2019**.

OBJETO: LOCAÇÃO DE 01 ESCAVADEIRA HIDRAULICA PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS.

CONTRATADO: A F TERRAPLANAGEM E TANQUE ESCAVADO LTDA com o CNPJ: 20.660.037/0001-53.

Prazo de Vigência: 60 (sessenta) Dias

Valor Total R$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais)

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Nova Maringá – MT, 11 de Junho de 2019.

EDILSON CEZAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal, em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 047 /2019

NOMEIA KEROLY PATRÍCIA COSTA BORGES, PARA O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Fica nomeada KEROLY PATRÍCIA COSTA BORGES, para o cargo de Chefe de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Educação,Cultura e Esporte do Município de Nova Monte Verde-MT.

Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

NOVA MONTE VERDE - MT, 11 DE JUNHO DE 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2019

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2019

PROCESSO Nº. 2805/2019

OBJETO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.*

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 007/2019 de 21 de Janeiro de 2019, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 22/2019 sagrou-se vencedora do Certame Licitatório realizado no dia 10 de Junho de 2019, ás 08:00 horas ás seguintes:

EMPRESAS:
Ø POTENCIA COMERCIO PRODUTOS INFORMATICA EIRELI, CNPJ: 17.874.189/0001-44, para um Valor Total de R$ R$ 65.648,90 (sessenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e oito reais e noventa centavos);
Ø Compromissos estes assumidos para um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Nova Monte Verde-MT, 11 de Junho de 2019.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro

Decreto 007/2019

Publique-se.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 143/2019

11 de Junho de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o

Contrato nº 059/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 059/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 936/2017, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e JÉSSICA AMANDA BRITO DA SILVA** para a prestação de serviço como Auxiliar de Serviços Gerais com vigência prevista de 01 (um) ano, a partir da data de 11 de Junho de 2019.

Art. 2º - Nomear o servidor **NATANOEL DE OLIVEIRA JUNIOR**, Matrícula nº 3109, CPF nº 021.118.671-60, RG nº 1859089 SESPDS/RN, Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear servidor **ANTONIO ALVES DOS REIS**, matrícula nº 404, CPF nº: 318.177.349-20 RG nº: 6.306.695 SSP/SP, Engenheiro Agrônomo, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 11 de Junho de 2019

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 16/2019 - MATERIAL ESPORTIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 22/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2805/2019

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT,** *Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº 51, Centro, nesta cidade, doravante denominada PREFEITURA, neste ato devidamente representada pela Prefeita Municipal, Sra.* **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, brasileira, casada, portadora da C.I. RG n.º 3.365.940 SSP/PR e CPF/MF nº. 788.664.809-91, residente e domiciliada á Rua José Joaquim Vieira Nº. 88 nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **POTENCIA COMERCIO PRODUTOS INFORMATICA EIRELI, CNPJ: 17.874.189/0001-44,** nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 22/2019 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº. 14/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES,***conforme especificações e condições constantes no edital de Pregão Presencial nº. 22/2019.

1.1.1. Este instrumento **NÃO OBRIGA** a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para tal objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência da execução, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá às Secretarias Municipais, participantes desse processo licitatório, através do Departamento de Compras/Licitações, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: POTENCIA COMERCIO PRODUTOS INFORMATICA EIRELI

CNPJ: 17.874.189/0001-44

ENDEREÇO: AvenidaDometildes Rocha Lima Nº 03, Jardim Mossoro, Cuiabá/MT

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Venc.	Valor Total	Marca
4	43479	BAMBOLE DE PLASTICO RESISTENTE 63 CM DE DIAMETRO, DIVERSAS CORES	UNIDADE	20	R$ 5,30	R$ 106,00	Carlu
8	43481	BOLA DE ESPIRIBOL CONFECCIONADA EM PVC COSTURADA CIRCUNFERENCIA 58- 62 CM, PESO 420- 450 GRAMAS, CAMARA BUTIL, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO	UNIDADE	8	R$ 185,00	R$ 1.480,00	Penalty
9	43480	BOLA DE INICIACAO N 12, MATRIZADA, CONFECCIONADA COM BORRACHA, CIRCUNFERENCIA 57- 59 CM, CAMARA ARBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO	UNIDADE	10	R$ 50,00	R$ 500,00	Penalty
10	38455	BOLA DE PLASTICO DENTE DE LEITE COM APROX. 300GR	UNIDADE	100	R$ 28,00	R$ 2.800,00	Futegol
11	32078	BOLA MEDICINE DE BORRACHA 1 KG	UNIDADE	12	R$ 150,00	R$ 1.800,00	Penalty
12	32079	BOLA MEDICINE DE BORRACHA 2 KG	UNIDADE	12	R$ 170,00	R$ 2.040,00	Penalty
13	38395	BOLA OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO, TERMOTEC, 12 GOMOS, CONFECCIONADA EM PU, CINCUNFERENICA DE 68-70 CM, COM PESO DE 410-450GR, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBIFICADO	UNIDADE	12	R$ 220,00	R$ 2.640,00	Penalty
14	43483	BOLA OFICIAL DE FUTEBOL SOCIETY, TERMOTEC, 12 GOMOS, CONFECCIONADA EM PU, CIRCUNFERENCIA 68- 69 CM, PESO 420 -450, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO	UNIDADE	15	R$ 240,00	R$ 3.600,00	Penalty
15	38399	BOLA OFICIAL DE FUTSAL, INICIAÇÃO (SUB 09) TERMOTEC, 08 GOMOS, CONFECCIONADA EM PU, COM CIRCUNFERENCIA DE 50-53 CM, COM PESO DE 250 - 280GR, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO	UNIDADE	22	R$ 160,00	R$ 3.520,00	Penalty
16	37911	BOLA OFICIAL DE FUTSAL, MIRIM(SUB 11), TERMOTEC, 8 GOMOS, CONFECCIONADA EM PU, COM CIRCUMFERENCIA DE 50-55 CM, COM PESO DE 300-350GR, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO	UNIDADE	25	R$ 180,00	R$ 4.500,00	Penalty
17	43485	BOLA OFICIAL DE FUTSAL, TAMANHO INFANTIL (SUB 13) TERMOTEC, 8 GOMOS, CONFECCIONADA EM PU, CIRCUNFERENCIA D55- 59 CM, PESO DE 350 -380 GRAMAS, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO	UNIDADE	3	R$ 175,00	R$ 525,00	Penalty
18	38398	BOLA OFICIAL DE FUTSAL, TERMOTEC, 8 GOMOS, CONFECCIONADA EM PU ULTRA 100% NEOGEL, CIRCUNFERENCIA DE 61-64CM, COM PESO DE 410-440GR CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO	UNIDADE	22	R$ 290,00	R$ 6.380,00	Penalty
19	38403	BOLA OFICIAL DE VOLEI DE PRAIA, TERMOTEC, CONFECCIONADA EM MICROFIBRA, 12 GOMOS, CIRCUNFERENCIA DE 65-67CM, COM PESO DE 260-280GR CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO	UNIDADE	5	R$ 220,00	R$ 1.100,00	Penalty
20	38401	BOLA OFICIAL DE VOLEI, MATRIZADA, CONFECCIONADA EM MICROFIBRA, 16 GOMOS, CIRCUNFERENCIA DE 65-67 CM, COM PESO DE 260-280GR CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO	UNIDADE	22	R$ 330,00	R$ 7.260,00	Penalty
21	43484	BOLA OFICIAL DE VOLEI, ULTRA FUSION, 18 GOMOS, CONFECCIONADA EM PVC, CIRCUNFERENCIA 65- 67 CM, PESO 260- 280 GRAMAS, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO	UNIDADE	3	R$ 130,00	R$ 390,00	Penalty
23	43487	BOMBA DE AR, PARA ENCHER BOLA, CONFECCIONADA EM PVC RIGIDO OU SIMILAR, QUE PERMITA O ENCHIMENTO NOS DOIS SENTIDOS DO MOVIMENTO DA BARRA (OUBLE ACTION), COM DUAS AGULHAS FINAS	UNIDADE	5	R$ 50,00	R$ 250,00	Stadium
26	38421	CALIBRADOR DE BOLA TIPO CANETA	UNIDADE	2	R$ 50,00	R$ 100,00	Penalty
30	32697	COLCHONETES P/ GINASTICA MEDINDO 1,00 X 0,60 METROS	UNIDADE	20	R$ 70,00	R$ 1.400,00	Orthovida
32	32698	CONE MEDIO PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS EM PVC COM 50 CM DE ALTURA	UNIDADE	8	R$ 25,00	R$ 200,00	Max
33	43513	CONE PARA ATIVIDADE FISICA, PVC, COM 20 CM DE ALTURA	UNIDADE	23	R$ 10,00	R$ 230,00	Penalty
34	43512	CONE PARA ATIVIDADE FISICA, PVC, COM 50 CM DE ALTURA	UNIDADE	15	R$ 25,00	R$ 375,00	Max
35	38407	CONE PARA TREINAMENTO ESPORTIVO, EM PLASTICO FLEXIVEL, COM APROXIMADAMENTE 24CM DE ALTURA	UNIDADE	8	R$ 10,00	R$ 80,00	Penalty
36	43493	CONE PRATO DEMARCATORIO PARA TREINAMENTO ESPORTIVO, EM PLASTICO FLEXIVEL, COM APROX 5,5 CM DE ALTURA	UNIDADE	8	R$ 6,30	R$ 50,40	Penalty
37	49280	CONE TIPO PRATO DEMARCACAO PVC	UNIDADE	15	R$ 5,50	R$ 82,50	Penalty
40	49282	CORDA NAVAL 40MM 9 METROS	UNIDADE	4	R$ 500,00	R$ 2.000,00	Odila
41	43514	CRONOMETRO ELETRONICO ESPORTIVO PROFISSIONAL, MEMORIA PARA 10 VOLTAS, RELOGIO, ALARME E DESPERTADOR, FUNCAO CONTAGEM REGRESSIVA, 1/100, COR: PRETO COM CINZA E LARANJA	UNIDADE	2	R$ 115,00	R$ 230,00	Vollo
42	49240	ESCADA DE AGILIDADE - TREINO COORDENATIVO	UNIDADE	5	R$ 150,00	R$ 750,00	Odin
49	49241	KIT DE COLETES DUPLA FACE CONTENDO 15 - TAMANHOS 08/10 - 12/14	UNIDADE	2	R$ 300,00	R$ 600,00	TRD

63	43491	MESA PARA TENIS DE MESA OFICIAL, TAMPO EM MDF, PESO 64 KG, ACABAMNETO EM PRIMER AZUL, COM SECAGEM UV E LINHAS DEMARCATORIAS, PES DE MADEIRA MACICA DOBRAVEIS, MEDIDAS DA MESA C X L X A 2,74 X 1,52 X 0,76M	UNIDADE	2	R$ 1.000,00	R$ 2.000,00	Klopf
71	43518	REDE ESPORTIVA DE FUTEBOL DE CAMPO, CONFECCIONADA EM FIO DE SEDA 4MM, COM PROTECAO UV MEDINDO 2,5 X7,5 M, MALHA 15 X15- MODELO MEXICO	PAR	1	R$ 650,00	R$ 650,00	Spitter
72	43521	REDE OFICIAL DE FUTEBOL SOCIETY, CONFECCIONADA EM FIO DE NYLON 3 MM, MEDINDO 2,30 X 5,20M, MALHA 12X12- MODELO STANDARD	UNIDADE	3	R$ 350,00	R$ 1.050,00	Spitter
73	43568	REDE OFICIAL DE FUTSAL, CONFECCIONADA EM FIO DE SEDA 4 MM MEDINDO 2,10 X 3,20 M, MALHA 12X12	UNIDADE	2	R$ 390,00	R$ 780,00	Spitter
74	43523	REDE OFICIAL DE VOLEI, CONFECCIONADA EM FIO DE NYLON 2 MM, MEDINDO 1 X 10M- 04 FAIXAS- 100% ALGODAO COM ILHOS E CORDA GUIA	UNIDADE	2	R$ 220,00	R$ 440,00	Spitter
75	43495	REDE OFICIAL DE VOLEI, CONFECCIONADA EM FIO DE NYLON 2MM, MEDINDO 1X 10M - 02 FAIXAS 100% ALGODAO COM ILHOS E CORDA GUIA	UNIDADE	2	R$ 210,00	R$ 420,00	Spitter
76	38412	REDE OFICIAL DE VOLEI, CONFECCIONADA EM FIO DE SEDA 2MM, COM PROTEÇÃO UV, MEDINDO 1X10M - 4 FAIXAS	UNIDADE	1	R$ 260,00	R$ 260,00	Spitter
77	40756	REDE PARA TENIS DE MESA	UNIDADE	4	R$ 65,00	R$ 260,00	Klopf
80	43496	TABULEIRO DE XADREZ C/ PECAS DE MADEIRA PADRAO OFICIAL MEDINDO 40 X 6X 20 CM, TABULEIRO EM MADEIRA 40 X 40CM, REI 10 CM, ACOMPANHA REGRAS BASICAS DO JOGO	UNIDADE	6	R$ 180,00	R$ 1.080,00	Carlu
81	43497	TATAME, CONFECCIONADO EM EVA, MEDINDO (1,00 X1,00 X 0,40)	METRO	100	R$ 130,00	R$ 13.000,00	Haiti
84	40766	TRAVE DE GOL PORTATIL INFANTIL	UNIDADE	4	R$ 180,00	R$ 720,00	Spitter
					TOTAL R$ 65.648,90		

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os Produtos dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os Produtos licitados deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal em Nova Monte Verde - MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço, não havendo valores ou números mínimos de itens para os pedidos, sendo os mesmos feitos de acordo com as necessidades do município.**

5.3. Os Produtos deverão atender normas de garantia e referência de qualidade mínima ao serviço a ser prestado.

5.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.6. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.7. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.8. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.9. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.10. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.11. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.13. Fornecer os produtos ou serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais e/ou trabalhistas previstas na legislação vigente, comprometendo-se a saldá-las em tempo oportuno, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT;

5.15. Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, cíveis ou penais, relacionadas à prestação dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

5.16. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão.

5.17. Arcar com custo de deslocamento de veículos a serem concertados quando a CONTRATADA não for da sede do município da CONTRATANTE.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a prestação dos serviços;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento devido será efetuado conforme emissão da nota fiscal devidamente atestada pela secretaria responsável atestando o recebimento dos produtos ou serviços.

7.2 A Nota Fiscal será paga somente após o atesto do setor competente, assegurando que os produtos ou serviços entregues estão de acordo com as exigências contidas neste edital.

7.3 A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório.

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.4. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir à presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

EDUCAÇÃO

05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

001 – Gabinete do Secretário de Educação, Cultura e Esporte

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

0004 – Gestão Eficiente dos Processos Administrativos

2 012 – Manutenção da Secretaria de Educação

099 – 33.90.30.00.00.00 - *Material de Consumo*

ASSISTÊNCIA SOCIAL

09 – Secretaria Municipal de Assistência social, Trabalho e Cidadania

001 – Gabinete do Sec. de Assistência social

08 – Assistência Social

244 – Assistência Comunitária

0058 – Gestão de Assistência Social

2 071 – Manutenção do Gabinete do Sec. de Assistência social

425 – 33.90.30.00.00.00 - *Material de Consumo*

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 22/2019,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Monte Verde-MT, 11 de Junho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

PREFEITA MUNICIPAL

POTENCIA COMERCIO PRODUTOS INFORMATICA EIRELI

CNPJ: 17.874.189/0001-44

CONTRATADA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 141/2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 30/2019 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do contrato nº 30/2019/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE e ALBERTO JOSE DE SOUZA 20117884120.

CONTRATO Nº 30/2019/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3280/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BANDA SHOW PARA ANIMAR O EVENTO DA 23ª EXPOVERDE NO DIA 18 DE JULHO DE 2019.

DATA DA ASSINATURA: 10 DE JUNHO DE 2019

VIGENCIA: 10 DE JUNHO DE 2019 Á 31 DE JULHO DE 2019

VALOR: R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

FISCAL TITULAR: KARINE E SILVA DOS ANJOS

RG Nº: 24275760 SSP/MT

CPF Nº: 046.952.431-64

CARGO: CHEFE DE DIVISÃO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

MATRICULA: 3361

FISCAL SUBSTITUTO: ROSINALVA DE SOUZA FRANÇA OLIVEIRA

RG Nº: 1785842-9 SSP/MT

CPF Nº: 033.859.871-56

CARGO: ASSISTENTE DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

MATRICULA: 3324

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 10 de Junho de 2019.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 140/2019

SÚMULA: FICA CONCEDIDO O SERVIDOR PUBLICO EFETIVO, SR. WILDSON RODRIGUES BARACHO, LICENÇA PRÊMIO.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o art. 160-A e seguintes da Lei Municipal nº 830/2016, bem como o requerimento do servidor público protocolado em 03 de Junho de 2019;

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade ao servidor público efetivo WILDSON RODRIGUES BARACHO, Técnico em Controle Administrativo e Financeiro, lotado na Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, por 90 (Noventa) dias consecutivos a partir de 01 de Junho de 2019, com vencimentos integrais e demais vantagens da função.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos à data de 01 de Junho de 2019, e revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 11 de Junho de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 142/2019

SÚMULA: FICA CONCEDIDO A SERVIDORA PUBLICA EFETIVA, SRA CIRENE APARECIDA DA ROSA, LICENÇA PRÊMIO.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

CONSIDERANDO o art. 84 e seguintes da Lei Municipal nº 335/2007, bem como o requerimento da servidora pública protocolado em 17 de Dezembro de 2018;

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade a servidora pública efetiva CIRENE APARECIDA DA ROSA, do cargo de Zeladora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte por 45 (Quarenta e cinco) dias consecutivos a partir de 17 de Junho de 2019, com vencimentos integrais e demais vantagens da função.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 11 de Junho de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO CONTRATO Nº 059/2019

1.PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e Jessica Amanda Brito da Silva

2.OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AU-

XILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

3. DATA ASSINATURA: 11 de junho de 2019.

4. VIGÊNCIA: 11 de junho de 2020.

5. VALOR: R$16.659,00 (dezesseis mil seiscentos e cinquenta e nove reais)

6. BASE LEGAL: Lei 970/2018

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 048/2019

SÚMULA: NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA DE NOVA MONTE VERDE - MT

Beatriz de Fátima Sueck Lemes, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos por Lei;

DECRETA

ARTIGO 1° Fica nomeado para representar e compor o Conselho Municipal de Proteção aos direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, de Nova Monte Verde – MT biênio 2019/2021, os seguintes membros abaixo relacionados:

Representantes do Governo Municipal:

a)Secretaria Municipal de Cultura e Esporte

Titular – Maria Cassiana dos Santos

Suplente – Maria de Fatima da Silva Negrão

b) Secretaria Municipal de Educação.

Titular- Eli dos Santos

Suplente – Lucimar Barbosa Martins

c) Secretaria Municipal de Saúde

Titular – Sirlei de Oliveira de Farias Spletozer

Suplente – Elexandra Szczerba

d) Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Titular – Zenilda Alves dos Santos

Suplente – Mirian Barbosa Camargo Maciel

Representantes Associação Unidos Venceremos:

Associação Unidos Venceremos

Titular – Maria Divina Arantes

b) Associação Unidos Venceremos

Suplente –Maria Aparecida Flora

Representantes das entidades e organizações do Conselho Municipal de Proteção aos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência:

Titular - Beatriz Nagel

Suplente – Sebastião Rodrigues

Titular – Alda Zanrroso

Suplente – Maria Aparecida Scalco

IV. Representantes das Igrejas Evangélicas

Titular – Marcos Leite Ferreira

Suplente – Francesca Monica de Oliveira Ferreira

ARTIGO 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 090/2017.

Nova Monte Verde/MT, em 11 de Junho de 2019.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA
OFICIO - SMAS/0078

Oficio - SMAS/0078

Data: 11 de Junho de 2019

Ao

BANCO TRICURY S/A

Ref.: Solicitação de substituição por local incerto

Prezados Senhores,

Solicitamos a substituição das seguintes beneficiárias titulares de unidades habitacionais contempladas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV 2, conforme Termo de Desistência.

NOME	R.G.	CPF
DIVINA SOUZA DA SILVA	1315062-6 SSP/MT	052.813.971-17
FABIO RIBEIRO DE SOUZA	28.677.771-XSSP-SP	301.378.368-05
LAURIENE ALVES NETO	5225848 SPTC/GO	026.629.341-74
MARIA GARCIA DE FREITAS	596397 SSP/GO	190.914.941-15

Como candidatos substitutos, indicamos:

NOME	R.G.	CPF
SONIA REGINA CAETANO	32225462 SSP/PR	837.528.549-87
EUDEANE COSTA SILVA	3946509 DGPC/GO	860.883.351-49
MARINA TEODORO DOS SANTOS	2430284-8SISP/MT	059.572.911-88
MARINALVA PEREIRA DA SILVA	4121154 PC/PA	678.676.342-15

Os quais farão parte da lista dos beneficiários titulares do Programa Minha Casa Minha Vida 2 do Ministério das Cidades.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

_____

Prefeito

DECLARAÇÃO 001/2018

Na qualidade de Prefeito do Município de **Nova Nazaré**, Estado do **Mato Grosso**, **DECLARO**, em cumprimento à legislação de regência do PROGRAMA Minha Casa Minha Vida – PMCMV 2 para os municípios com população limitada a 50.000 habitantes que os beneficiários abaixo, por não terem atendido à convocação feita na edição **nº 2.976 de 11/05/2018** do **JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO MATO GROSSO**, encontrando-se em local incerto e não sabido, serão EXCLUIDOS do Programa, iniciando-se, a partir desta data, o processo para sua substituições.

NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF	RG
FABIO RIBEIRO DE SOUZA	301.378.368-05	28.677.771-XSSP/SP
DIVINA SOUZA DA SILVA	052.813.971-17	13125062-6 SSP/MT
LAURIENE ALVES NETO	026.629.341-74	5225848 SPTC/GO
MARIA GARCIA DE FREITAS	190.914.941-15	596397 SSP/GO

Nova Nazaré, 11 de Junho 2019

_____

Prefeito Municipal de Nova Nazaré - MT

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019

‘’ EXCLUSIVO E REGIONALIZADO PARA ME – EPP “

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.688/2017

A Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, através do Pregoeiro Oficial, torna público que a licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 012/2019,** *que a sessão para recebimento de envelopes,*anteriormente marcada para o dia **20/06/2019 às 08h00min** (**Horário de Brasília**), em razão do feriado de Corpus Cristi, **fica remarcada para o dia 24/06/2019 às 08h00-min (horário de Brasília).** O Edital permanece inalterado e estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, no horário das 07:00 às 13:00 horas, pelo endereço eletrônico **licitacaonovanazare@hotmail.com** ou no site **www.novanazaré.mt.gov.br**.

Nova Nazaré-MT, 11 de Junho de 2019.

ENOQUE DE SOUSA LIMA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 117 DE 10 DE JUNHO DE 2019.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO".

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder a **Licença Prêmio por Assiduidade** ao servidor público deste município, **Senhor ALMIR ROGERIO BARBOSA ocupante do CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MOTORISTA,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo primeiro desta portaria, **será pelo prazo de 03 (três) meses**, considerando como período aquisitivo **2008/2013**, tendo **início em 10 de Junho de 2019 e término em 07 de Setembro de 2019**, nos termos do artigo 99º da Lei Municipal 775/2008.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 10 de Junho de 2019.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2019

REFERENTE AO CONTRATO 021/2019

PREGAO PRESENCIAL N° 016/2019/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 059/2019 PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87

CONTRATADA: Empresa, NACIONAL MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ: 19.165.753/0001-85, localizada na Rua Teixeirinha, Bairro Costa Verde, Município de Várzea Grande/ MT CEP 78128-222, representada pelo Sr. SIDNEY PINTO MAGALHÃES, brasileiro, casado, consultor de vendas portador do RG: 05177928 SSP/MT e o CPF: 378.566.501-68, residente ne domiciliado na rua Guilherme Victorino, Apt. 1204, BAIRRO Miguel Sutil, na cidade de Cuiabá/ MT.

OBJETO: **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 016/2019/PMNO**, **PARA EVENTUAL REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE MARCENARIA COM CONFECÇAO E INSTALAÇAO DE MOVEIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT**.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

05.050.0.3.12.365.0012.1017.4.4.90.52.00.00.0115000000

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamentado ART25 III, C/C III- ART 26 da lei 8.666/93

VALOR GLOBAL: R$ 31.560,00 (trinta e um mil quinhentos e sessenta reais)

VIGENCIA: 11/06/2019 até 11/06/2020.

NOVA OLÍMPIA/MT, 11 de junho de 2019.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120016/2019/PMNO

REF: AO PREGÃO PRESENCIAL 016/2019/PMNO.

ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de almeida, N. º 259-S, Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

FORNECEDORES REGISTRADOS: Empresa, NACIONAL MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ: 19.165.753/0001-85, localizada na Rua Teixeirinha , Bairro Costa Verde, Município de Várzea Grande/ MT CEP 78128-222, representada pelo Sr. SIDNEY PINTO MAGALHÃES, brasileiro, casado, consultor de vendas portador do RG: 05177928 SSP/MT e o CPF: 378.566.501-68, Residente ne domiciliado na rua Guilherme Victorino, Apt. 1204, BAIRRO Miguel Sutil, na cidade de Cuiabá/ MT, Empresa, Empresa, DIANEZ E CIA LTDA (PANTANAL MÓVEIS), inscrita no CNPJ: 01.295.690/0001-16, localizada na AV. Pau Brasil, nº260, Bairro: jardim das Palmeiras, CEP: 78080-200- Cuiabá- MT, representada pelo Sr. BORIS MARTINS DIANEZ, Diretor financeiro, brasileiro, casado, portador do RG: 289.401 SSP/MT e o CPF: 209.098.881-91, Residente e domiciliado na Rua Coqueiros, 06- Bairro Jardim das Palmeiras- CEP: 78080-500 Cuiabá/MT;

O valor global para cada fornecedor registrado será conforme abaixo:

FORNECEDOR REGISTRADO	VALOR GLOBAL
DIANEZ E CIA LTDA (PANTANAL MÓVEIS), CNPJ: 01.295.690/0001-16,	R$ 25.220,00 (vinte e cinco mil e duzentos e vinte reais)
NACIONAL MOVEIS E EQUIPAMENTO LTDA- ME CNPJ: 19.165.753/0001-85	R$ 31.560,00 (trinta e um mil quinhentos e sessenta reais)

VALOR GLOBAL LICITADO: R$56.780,00 (cinquenta e seis mil e setecentos e oitenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

05.050.0.3.12.365.0012.1017.4.4.90.52.00.00.0115000000

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE MARCENARIA COM CONFECÇAO E INSTALAÇAO DE MOVEIS PARA**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT

VIGENCIA: 11/06/2019 ATE 11/06/2020.

Nova Olímpia, 11 de junho de 2019.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2019

REFERENTE AO CONTRATO 022/2019

PREGAO PRESENCIAL N° 016/2019/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 059/2019 PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87

CONTRATADA: Empresa, DIANEZ E CIA LTDA (PANTANAL MÓVEIS), inscrita no CNPJ: 01.295.690/0001-16, localizada na AV. Pau Brasil, nº260, Bairro: jardim das Palmeiras, CEP: 78080-200- Cuiabá- MT, representada pelo Sr. Boris Martins Dianez, Diretor financeiro, brasileiro, casado, portador do RG: 289.401 SSP/MT e o CPF: 209.098.881-91, Residente e domiciliado na Rua Coqueiros, 06- Bairro Jardim das Palmeiras- CEP: 78080-500 Cuiabá/MT.

OBJETO: **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 016/2019/PMNO, PARA EVENTUAL REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE MARCENARIA COM CONFECÇAO E INSTALAÇAO DE MOVEIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT**.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

05.050.0.3.12.365.0012.1017.4.4.90.52.00.00.0115000000

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamentado ART25 III, C/C III- ART 26 da lei 8.666/93

VALOR GLOBAL: R$ 25.220,00 (vinte e cinco mil e duzentos e vinte reais)

VIGENCIA: 11/06/2019 até 11/06/2020.

NOVA OLÍMPIA/MT, 11 de junho de 2019.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº028/2019/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 088/2019/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 028/2019/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SABÃO A BASE DE ALCOOL DESTINADOS A LIMPEZA DOS ORGÃOS PUBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA OLIMPIA –MT.** A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **03 de Julho de 2019**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 08h00min as 11h00min e das 14:00 as 17:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 11 de junho de 2019.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 058/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO ADESÃO 026/2019

AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA – MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu ao Processo Administrativo de Adesão a Ata de Registro de Preços Processo nº 693/2018 Pregão Presencial SRP nº 006/2018, para Futura e eventual aquisição de veículos, efetuado no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense/RJ.

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: GLOBATEC ADAPTAÇÕES DE VEÍCULOS LTDA EPP – inscrita no CNPJ/MF, 24.839.737/0001-60, localizada na Avenida Nadra Bufaical, nº 441, Qd. 145, Lt. 08, Setor Faicaville, nº Goiania, GO, CEP 74.350-750.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	**VEICULO AMBULÂNCIA TIPO "A" FURGONETA**	01 UND	Renaut do Brasil Kangoo 1.6	R$ 85.000,00	R$ 85.000,00

Os contratos serão efetivados conforme a necessidade da Administração

Nova Santa Helena – MT, 11 de Junho de 2019.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 211/2019

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, em conformidade com a ordem de classificação, o candidato Sr. **ATALIAS DE LACORTE MOLINARI**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1925423-7 SSP/MT e do CPF nº. 049.861.391.77 para

exercer o cargo de **ADVOGADO** aprovado pelo Concurso Público Municipal nº. 001/2018, homologado em 22 de março de 2.019, a qual será lotado no Gabinete da Prefeita, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 10 de junho de 2019.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 10/06/2019 a 10/07/2019.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO PORTARIA 211/2019

Fica retificada a publicação, ocorrida no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios nº 3.246 de 11 de junho de 2019, pág. 205 a 206 referente ao seguinte ato:

Portaria 211/2019

Onde lê-se: **Artigo 1º** - Nomear, em conformidade com a ordem de classificação, o candidato Sr. ATALIAS DE LACORTE MOLINARI, portador da Cédula de Identidade **RG nº. 21814-0 SSP/MT** e do CPF nº. 049.861.391.77 para exercer o cargo de ADVOGADO aprovado pelo Concurso Público Municipal nº. 001/2018, homologado em 22 de março de 2.019, a qual será lotado no Gabinete da Prefeita

Leia-se: **Artigo 1º** - Nomear, em conformidade com a ordem de classificação, o candidato Sr. ATALIAS DE LACORTE MOLINARI, portador da Cédula de Identidade **RG nº. 1925423-7 SSP/MT** e do CPF nº. 049.861.391.77 para exercer o cargo de ADVOGADO aprovado pelo Concurso Público Municipal nº. 001/2018, homologado em 22 de março de 2.019, a qual será lotado no Gabinete da Prefeita, a partir desta data.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DE CONTRATO 001/2018

Espécie: Rescisão Contrato de Trabalho por Tempo Determinado 001/2018.

Participantes: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, CNPJ: 04.214.704/0001-18

Contratado: Marcela Brigido Gomes.

Data Assinatura: 04/06/2019.

Motivo: Termino da Licença Maternidade.

Pelo presente Termo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, firmam o Termo de Rescisão Contratual.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

INFORMAÇÃO VTN – INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1877/2019

OF. GAPRE nº 098/2019 Nova Ubiratã–MT, 10 de junho de 2019

A Senhora Delegada da Receita Federal

OLDÉSIO SILVA ANHESINI

Delegacia da Receita Federal em Cuiabá – MT

Av. Vereador Juliano da Costa Marques,99

Bairro: Centro Político Administrativo, CEP 78.049-937

Telefone: (65) 3615-2135, 3615-2060

Cuiabá-MT

Assunto: **Informação VTN – Instrução Normativa RFB Nº 1877/2019**

Senhor Delegado da Receita Federal,

Em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa RFB nº 1877, de 14 de março de 2019, envio abaixo as informações sobre o Valor da Terra Nua - VTN do município de Nova Ubiratã para o ano 2019.

Ano	Lavoura aptidão boa	Lavoura aptidão regular	Lavoura aptidão restrita	Pastagem Plantada	Silvicultura ou Pastagem Natural	Preservação da Fauna ou Flora
	4.500,00	3.950,00	3.240,00	2.760,00	1.800,00	1.440,00

Os dados sobre o levantamento são os descritos a seguir:

Responsável pelo Levantamento:

CICERO OLIVEIRA LIMA

CPF: 886.225.684-15

Engenheiro Agrônomo

CREA GO 13200/D

Descrição simplificada da metodologia:

Este levantamento foi para atender ao dispositivo da Instrução Normativa nº 1877/2019, da RFB, a fim de elaborar propostas de metodologia de apuração do Valor da Terra Nua (VTN) para o cálculo do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR).

Período de realização da coleta de dados: MAIO de 2019.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2.019

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2.019

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de seu pregoeiro oficial, vem a público divulgar o **RESULTADO** da licitação na modalidade **pregão presencial** nº 023/2.019, processo administrativo nº 039/2.019, o qual tem objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES TIPO MARMITEX E REFEIÇÕES NO QUILO (TIPO SELF SERVICE). Empresa habilitada vencedora do certame: **EUNICE TERESINHA KIRCHNER FREIBERG - ME,** inscrita no CNPJ nº 27.597.024/0001-26, com o valor global de R$ 188.700,00 (cento e oitenta e oito mil e setecentos reais).

Nova Xavantina – MT, 11 de junho de 2.019.

WALMIR ARRUDA COSTA - Pregoeiro Oficial

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 17/2019

O MUNICIPIO DE NOVA XAVANTINA, MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Avenida Expedição Roncador Xingu, 249, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.024.045/0001-73, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa **MACRO CONSTRUTORA LTDA**, adiante denominada, CONTRATADA, resolvem retificar a publicação do primeiro termo aditivo ao contrato nº 17/2019, de prorrogação de prazo de vigência do contrato, de conformidade com Edital de **Tomada de Preços n° 005/2.019**, feita em 11/06/2019, edição nº 3.246, pagina 207, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

ONSE SE LÊ:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de vigência será no período compreendido entre a data de assinatura do contrato e término em 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado no interesse da Administração nos termos da Lei nº 8.666/93.

LEIA SE:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de vigência será no período compreendido entre a data de assinatura do contrato e término em 23 de julho de 2020, podendo ser prorrogado no interesse da Administração nos termos da Lei nº 8.666/93.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - Cebola

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 121/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR O CONTRATO Nº 052/2019, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, Estado de Mato Grosso, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 45 Inciso IV da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º- Designar o servidor **DARCI RENÊ GONÇALVES MONTEIRO**, matrícula nº 84, portador do RG: nº 1748153-8 SSP/RS e inscrito no CPF: nº 348776570-53, Engenheiro Civil, CREA sob nº 2202958428, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, considerando a legislação vigente para atuar como **FISCAL DO CONTRATO Nº 052/2019** firmado entre o Município de Novo Horizonte do Norte-MT e a Empresa **MC BRUSTOLIN ENGENHARIA EIRELI**, inscrita no CNPJ nº **28.836.771/0001-32,** para **Construção da Casa do Artesão** entre a Avenida Kara José e a Rua Augusto de Souza, município de Novo Horizonte do Norte/MT, nos termos do **Edital de Tomada de Preço nº 002/2019,** sendo responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução dos serviços prestados e entrega da obra, conforme especificados acima e de acordo com a Portaria nº 68/2016.

Artigo 2º- O servidor responsável pela fiscalização deverá informar à Administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade do fornecimento e/ou dos serviços prestados pela empresa contratada, propor as soluções e as sanções que forem cabíveis para a regularização das faltas e defeitos observados.

Artigo 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal deNovo Horizonte do Norte-MT, 11 de junho de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º: 052/2019

Espécie: CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT;

Contratado: M C BRUSTOLIN ENGENHARIA EIRELI;

Representante legal: Maiko Cleomir Brustolin

Base Legal: Lei Municipal 1122/2015 de 04/12/15;

Objeto: Este contrato tem por objetivo aConstrução Da Casa Do Artesão, Entre A Avenida Kara José E Rua Augusto De Souza No Município De Novo Horizonte Do Norte - MT

Valor Global: R$248.852,64 (duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e quatro centavos);

Data assinatura: 11/06/2019.

Vigência: 11/06/2019 à11/06/2020.

Signatários: Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e Maiko Cleomir Brustolin - M C BRUSTOLIN ENGENHARIA EIRELI.

Assessor Jurídico

Bruno Barela Iori.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

LICITIÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2019 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019 – SRP

Interessado: Prefeitura Municipal de Novo Mundo

Processo nº. 19/2019

Objeto: **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MARMITEX E REFEIÇÃO (ALMOÇO), COM OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO MT.**

Prazo: 12 (doze) meses, a partir desta data.

Registro de Preço da empresa **OTILIA NAZARIO** inscrita no CNPJ sob o nº 19.739.339/0001-32 localizada na Avenida Ayrton Senna Bairro Centro cidade de Novo Mundo CEP 78.528-000 representada pela sua proprietária senhor **OTILIA NAZARIO** CPF nº 856.709.011-34 RG sob o nº 1820658 SSP/MT residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna Bairro Centro cidade de Novo Mundo - MT,

Lote 01 refeição produzida e servida no município de Novo Mundo

Cód. Pref.	DESCRIÇÃO	Forn.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
34028	SERVICO DE ALIMENTACAO - REFEICAO INDIVIDUAL TIPO MARMITEX (PESO APROXIMADO DE 850 G). DEVERA CONTER ARROZ, FEIJAO, FAROFA, MOLHO DE CARNE BRANCA E/OU VERMELHA, MASSA E SALADA. EMBALAGEM DE ISOPOR, COM TALHERES EM PLASTICO DESCARTAVEIS	UNIDADE	2520	14,00	35.280,00
34029	SERVICO DE ALIMENTACAO - DO TIPO ALMOÇO PARA SERVIDOR	QUILOGRAMA	476	26,00	12.376,00
34030	SERVICO DE BUFFET - DO TIPO ALMOCO, NA FORMA DE SELF SERVICE	UNIDADE	420	25,00	10.500,00
VALOR TOTAL					**58.156,00**

Novo Mundo, 04 de Junho de 2019.

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

LICITIÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizou Licitação na Modalidade "Pregão Presencial nº 016/2019" nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 08h00min do dia 11 de junho de 2019, objetivando **REGISTRO DE PREÇOS** para **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS E FLUIDOS, EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO MT**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagrou-se vencedoras do citado certame os seguintes licitantes **ROSALINA DE LIMA DIAS** com valor de R$ **90.214,00** (Noventa Mil e Duzentos e Quatorze Reais), **BORRACHARIA CUNHA E LAVA JATO LTDA** com Valor de R$ **23.590,00** (Vinte e Três Mil e Quinhentos e Noventa Reais), **DIEFEMBACH LUCIETTO & CIA LTDA** com valor de R$ **63.019,00** (Sessenta e Três Mil e Dezenove Reais), **NORTÃO PNEUS LAVA JATO E BORRACHARIA EIRELI** com o valor de **R$ 341.118,00** (Trezentos e Quarenta e Um Mil e Cento e Dezoito Reais).''Assim por ter apresentado propostas com preço compatível ao praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foram declaradas vencedoras.

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, sito na Rua Nunes Freire, n° 12, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo MT, 11 de junho de 2019.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR Nº 097/2019

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**FRANCIELE COSTA DA SILVA**, portadora da cédula de identidade Nº 2504469-9 SSP/MT e CPF N°. 051.241.961-22, brasileira, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MERENDEIRA,** Nível Ensino médio, lotada e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica São João. Em substituição a servidora Cristina Aparecida da Silva que se encontra de atestado médico. Carga horária correspondente a **30** horas semanais.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **998,00** (Novecentos e Noventa e Oito Reais), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**01/04/2019 a 29/04/2019**

Novo Mundo/MT, 01 de abril de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

CONVENIOS E CONTRATOS
EXTRATO 016/2018

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

DE PRAZO

CONTRATO Nº 016/2018

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	*R. M. GOMES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o CNPJ n° 30.125.180/0001-07, com sede na Rua Cassiterita, nº 19, Setor III, Novo Mundo/MT, CEP 78.528-000, neste ato representada por seu sócio proprietário Sr. RICARDO MARQUES GOMES, brasileiro, médico e empresário, residente e domiciliado na cidade de Novo Mundo/MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 3.947.814-5 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o № 517.529.059-20.*
Objeto Do	***"Contratação de profissional médico para atendimento da população de Novo Mundo, para plantões noturnos e diurnos com car-***

Contrato	***ga horária de 12 horas diurnas (das 07:00 às 19:00) e 12 horas noturnas (das 19:00 às 07:00 do dia seguinte), todos terceiro e quarto final de semana do mês, e plantões noturnos com carga horária de 12 horas (das 19:00 às 07:00 do dia seguinte) todas quinta quarta-feira do mês, incluindo as remoções de pacientes para o município de Peixoto de Azevedo.*** ***Contratação de profissional médico para atendimento da população de Novo Mundo, para plantões noturnos e diurnos com carga horária de 12 horas diurnas (das 07:00 às 19:00) e 12 horas noturnas (das 19:00 às 07:00 do dia seguinte), todos primeiro, segundo e quinto final de semana do mês, incluindo as remoções de pacientes para o município de Peixoto de Azevedo.”***
Objeto do Aditivo	**Prorrogação do prazo de vigência e Execução do Contrato 016/2018, para os serviços contratados conforme planilha abaixo, por um período de 06(seis) meses a contar de 01/01/2019 a 30/06/2019**
Prazo de Vigência do Contrato	O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **01/01/2019 a 30/06/2019**).
Dotação Orçamentária	158- 06.002.10.301.0016.2041.3390.39.00 Órgão: Secretaria de Saúde Local: Fundo Municipal de Saúde
Origem	Processo Licitatório, modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2018, Contrato 016/2018

Novo Mundo/MT, 20 de Dezembro 2018.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
D E C R E T O Nº 1620/2019.

D E C R E T O Nº 1620/2019.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Josimar Marques Barbosa, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 1743/2019, de 15 de maio de 2019, de conformidade com o artigo 43, da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação no valor de R$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais), no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, conforme segue abaixo.:

Parágrafo I – Credito Especial:

05.001.10.302.0012.1202.3390.39.00.00

Fonte: 0.1.46.00000 – Transf. Fundo a Fundo Rec. do SUS – G.F..... R$ 400.000,00

TOTAL .....R$ 400.000,00

ARTIGO 2º -Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação do Ministério da Saúde/Fundo a Fundo Nacional de Saúde, conforme art.43, § 1º, Inciso II da Lei 4320/64 e Resolução de Consulta nº 043/2008 TCE-MT.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte: 0.1.46.00000 – Transf. Fundo a Fundo Rec. do SUS – G.F..... R$ 400.000,00

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 400.000,00

ARTIGO 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 17 de maio de 2019.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM

17 / 05 / 2019.

_____

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 179/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de Inexigibilidade 09/2019, em Conformidade com o Artigo 25 Inciso I da lei 8.666/93.

Objeto: O presente processo de Inexigibilidade de licitação tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada e Habilitada no Curso de Capacitação pelo “Método das Boquinhas” com duração de 20 horas, em conformidade com o Artigo 25, inciso I da Lei 8.666/93, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Paranatinga-MT.

Contratado: E J GOMES BEZERRA CURSOS - ME**,** CNPJ: 10.863.523/0001-15.

Valor do Contrato: R$: 12.826,00 (Doze mil e oitocentos e vinte e seis reais).

Vigência DO CONTRATO:20/05/2019 A 20/08/2019.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a servidora **Vicência Paula Ferreira da Silva, nº 1907**, lotado no Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscal do Contrato nº **61/2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designada, fica designado como suplente a Senhora **Alessandra Lemes Viegas Martins**, Matrícula nº 1849, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 20 de maio de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 11 DE JUNHO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Vicência Paula Ferreira da Silva e Alessandra Lemes Viegas Martins, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Vicência Paula Ferreira da Silva

Fiscal de Contrato

Alessandra Lemes Viegas Martins

Suplente de Fiscal

OUVIDORIA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR 003/2019

Edital complementar 003/2019

A Comissão Organizadora designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Paranatinga, no uso de suas atribuições Legais estabelecidas no edital 001/2019, de 08 de abril de 2019, vem por meio deste, tornar público o local de realização da prova objetiva para candidatos ao Conselho Tutelar de Paranatinga/MT.

A aplicação da prova ocorrerá na data de 30 de junho de 2019, das 08:00 as 11:00 horas, no CRAS- Centro de Referência de Assistência Social, sito a Rua João Pessoa, nº 636, Bairro Vila Concórdia.

Os demais itens do Edital 001/2019 de 08 de abril de 2019, permanecem inalterados.

_____

Quesia Machado Feitas Marques

Presidente do CMDCA

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 196/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de Dispensa de Licitação nº 34/2019, a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas no Artigo 24, Inciso II da Lei 8. 666/93 alterado pelo DECRETO Nº 9.412/2018.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Aquisição de 01 (um) Motor Parcial para Caminhonete Mitsubishi, Modelo L 200, Cor branca, Placa OBH 3947, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Paranatinga – MT, com fulcro no artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93 alterado pelo DECRETO Nº 9.412/2018.

Contratado: D'AUTO PEÇAS E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EIRELI - ME, CNPJ: 05.877.810/0001-44.

Valor do Contrato: R$: 17.600,00 (Dezessete mil e seiscentos reais).

Vigência DO CONTRATO:31/05/2019 A 30/08/2019.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a servidora **Leidiane Barbosa Pereira, nº 6139**, lotado no Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho, Fiscal do Contrato nº **68/2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o

contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designada, fica designado como suplente a Senhora **Leonir Filisbino Goncalves Morbeck, Matrícula nº 6032**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 31 de maio de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 11 DE JUNHO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Leidiane Barbosa Pereira e Leonir Filisbino Goncalves Morbeck, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Leidiane Barbosa Pereira

Fiscal de Contrato

Leonir Filisbino Goncalves Morbeck

Suplente de Fiscal

OUVIDORIA MUNICIPAL
D E C R E T O Nº 1621/2019.

D E C R E T O Nº 1621/2019.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Josimar Marques Barbosa, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 1746/2019, de 15 de maio de 2019, de conformidade com o artigo 43, da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadação no valor de R$ 480.000,00 (Quatrocentos e Oitenta Mil Reais), no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, conforme segue abaixo.:

Parágrafo I – Credito Suplementar:

Fonte: 0.1.17.00000 – Cont. p/ o Custeio de Ilum. Pública - COSIP.

09.002.15.452.0003.2025.3390.39.00.....
.R$ 480.000,00

TOTAL.....R$ 480.000,00

ARTIGO 2º -Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação do exercício financeiro, conforme art.43, da Lei 4320/64.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte: 0.1.17.00000 – Cont. p/ o Custeio de Ilum. Pública – COSIP.....
R$ 480.000,00

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 480.000,00

ARTIGO 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 17 de maio de 2019.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM

17 / 05 / 2019.

_____

OUVIDORIA MUNICIPAL
D E C R E T O Nº 1623/2019.

D E C R E T O Nº 1623/2019.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Josimar Marques Barbosa, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 1753/2019, de 03 de junho de 2019, de conformidade com o artigo 43, da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação no valor de R$ 228.912,00 (Duzentos e Vinte e Oito Mil, Novecentos e Doze Reais), no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, conforme segue abaixo:

Parágrafo I – Credito Especial:

06.002.12.361.0005.1203.4490.52.00.00

Fonte:0.1.22.00000 – Transferência de Convênios – Educação..... R$ 228.912,00

TOTAL .....R$ 228.912,00

ARTIGO 2º -Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação do Termo de Compromisso PAR nº 201900198-4, firmado com o Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme art.43, § 1º, inciso II da Lei 4320/64 e Resolução de Consulta 043/2008 – TCE/MT.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte:0.1.22.00000 – Transferência de Convênios – Educação..... R$ 228.912,00

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 228.912,00

ARTIGO 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 03 de junho de 2019.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM

03 / 06 / 2019.

_____

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 036/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria nº 009 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2019**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: Constitui Objeto da Presente licitação o Registro de Preço para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Limpeza e Desentupimento de Fossa, para atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias do Município de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de referência do respectivo Edital. Data de abertura **25/06/2019**, quinta-feira **às 08:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 11 de junho de 2019. Pregoeiro Devenilson da Silva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 243/2019 - FÉRIAS REGULAMENTARES - LUZANE FRANCISCA GOMES

PORTARIA Nº 243/2019. DE 10 DE JUNHO DE 2019.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES a Servidora Municipal e dá outras providências.

LUIZ CANDIDO RODRIGUES PEREIRA, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a Servidora Pública municipal, faz jus ao período de aquisição de 01/07/2016 a 01/07/2017.

RESOLVE:

ART. 1º - **Concede** férias a Servidora Pública Municipal, **LUZANE FRANCISCA GOMES**, concursada, Agente Administrativo, lotada no Sec. Geral de Cord. Administração, a partir de 08/07/2019 à 27/07/2019**, sendo 10(dez) dias de férias em abono pecuniário, conforme disposto no artigo 72 da Lei Municipal n.º 075/98 de 23 de Março de 1998**..

ART. 2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT

AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2019.

LUIZ CANDIDO RODRIGUES PEREIRA

Prefeito em Exercício

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PORTARIA Nº 241/2019 - ANULAÇÃO DA PORTARIA Nº220/2019

PORTARIA Nº 241/2019

DE 10 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre ANULAÇÃO da Portaria nº220/2019 **e** dá outras providências;

LUIZ CANDIDO RODRIGUES PEREIRA, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que a servidora é Contratada através do seletivo nº 002/2018;

CONSIDERANDO o Termo de Rescisão ao Contrato nº 123/2019 com o Município.

RESOLVE:

ART. 1º - ANULAR DE INTEIRO TEOR a Portaria nº 220/2019 de 05 de junho de 2019.

ART.2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DEZ DIAS MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2019.

LUIZ CANDIDO RODRIGUES PEREIRA

Prefeito em Exercício

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PORTARIA Nº 242/2019 - NOMEIA INTERINAMENTE - HERNANE CARNEIRO GOMES

PORTARIA Nº 242/2019

DE 10 DE JUNHO DE 2019.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO do servidor Público Municipal, e dá outras providências.

LUIZ CANDIDO RODRIGUES PEREIRA, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, que atualmente não se dispõe de Secretário de Cultura Esporte e Lazer nomeado definitivamente no cargo;

CONSIDERANDO, que atualmente não se dispõe de Secretário de Meio Ambiente nomeado definitivamente no cargo;

CONSIDERANDO, que atualmente não se dispõe de Secretário de Agricultura nomeado definitivamente no cargo;

CONSIDERANDO a necessidade de dar prosseguimento às ações voltadas as Secretarias do município.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 832/2015 de 09 de Março de

2015 art.2º;

RESOLVE:

ART. 1º- **Nomeia INTERINAMENTE** o Servidor Público Municipal o Senhor; **Hernane Carneiro Gomes**, para RESPONDER pelas **Secretarias Municipais de Cultura Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Meio Ambiente**.

ART. 2º- A acumulação de cargos a que se refere o Artigo anterior será gratuito, sendo considerado como relevante serviço prestado à comunidade.

ART. 3º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2.019.

_____

LUIZ CANDIDO RODRIGUES PEREIRA

Prefeito em Exercício.

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

PORTARIA Nº 244/2019 - FÉRIAS REGULAMENTARES - REJANE OLIVEIRA HORTA SANTOS

PORTARIA Nº 244/2019. DE 10 DE JUNHO DE 2019.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES a Servidora Municipal e dá outras providências.

LUIZ CANDIDO RODRIGUES PEREIRA, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a Servidora Pública municipal, faz jus ao período de aquisição de 01/02/2017 a 01/02/2018.

RESOLVE:

ART. 1º - **Concede** férias a Servidora Pública Municipal, **REJANE OLIVEIRA HORTA SANTOS**, Concursada, Auxiliar Administrativo, lotada no Sec. Geral de Cord. Administração, a partir de 12/06/2019 à 01/07/2019**, sendo 10(dez) dias de férias em abono pecuniário, conforme disposto no artigo 72 da Lei Municipal n.º 075/98 de 23 de Março de 1998**..

ART. 2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT

AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2019.

LUIZ CANDIDO RODRIGUES PEREIRA

Prefeito em Exercício

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 069/2018

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA - ME**

O presente Contrato é para: **"AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DO GÊNERO ALIMENTÍCIO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: PNAEP, PNAEF, PNAEJA, PNAEE, PNAEI E BRASIL CARINHOSO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 – Fica alterada a CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO: Fica aditivado o prazo de vigência, expirando em 31/12/2019.

Peixoto de Azevedo-MT, 28 de Maio de 2019.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2018

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **EDISON MOYSES DOS SANTOS – ME**

O presente Contrato é para: **"AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DO GÊNERO ALIMENTÍCIO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: PNAEP, PNAEF, PNAEJA, PNAEE, PNAEI E BRASIL CARINHOSO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 – Fica alterada a CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO: Fica aditivado o prazo de vigência, expirando em 31/12/2019.

Peixoto de Azevedo-MT, 28 de Maio de 2019.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Portaria Municipal nº 505, de 08 de Abril de 2019, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019**, regida pela Lei Federal 10.520/2002 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Item** para "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SISTEMA QUE OFEREÇA A MUNICIPALIDADE SISTEMA ADMINISTRATIVO DE AUTOGESTÃO INTEGRADA DO FROTAS, COM GESTÃO DE COMBUSTIVEIS ON-LINE, FORNECIMENTO EM REDE DE POSTOS CREDENCIADOS E POSTOS LICITADOS, GESTÃO DO COMBUSTIVEL DO P.A, MELOSA E CONTAINERS DE COMBUSTIVEL, GESTÃO DOS EMPENHOS DO FROTAS POR CENTRO DE CUSTO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS, RASTREAMENTO INTEGRADO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO EM AREAS REMOTAS COM GERAÇÃO DE DIARIO DE BORDO E IDENTIFICADOR DE CONDUTOR, MANUTENÇÃO**

PREVENTIVA, CORRETIVA E PEÇAS INTEGRADO AO CONTROLE DE QUILOMETRAGEM DOS VEICULOS, APLICATIVO ANDROID/IOS DO SISTEMA DE GESTÃO DO FROTAS, SISTEMA INTEGRADO PARA GERAR INFORMAÇÕES AO PORTAL DE TRANSPARENCIA E ACOMPANHAMENTO E REGULAÇÃO DE CONTRATOS COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS BEM COMO GERAÇÃO DE TABELAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO". Que será realizado às 08h00min do dia 25 de Junho de 2019, na sala de Licitações, no Paço Municipal Milton José Santana. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço acima ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br, maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta–feira, das 07hs às 11hs e 13hs às 17hs, ou pelo fone (66) 3575-5100.

Peixoto de Azevedo 11 de Junho de 2019.

EMERSON NUNES FREITAS

Pregoeiro Oficial

TERMO DE RATIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇO 001/2019

Vistos,etc.

Por tudo que consta nos autos, RATIFICO a decisão da CPL, julgando IMPROCEDENTE o requerimento apresentado pela empresa CAPRI CONSTRUTORA EIRELLI - ME , CNPJ 09.153.807/0001-39.

Dê ciência aos interessados, e aos demais participantes do Processo Licitatório encaminhando-lhes, por e-mail este despacho e o inteiro teor da decisão da CPL.

Após encaminhem-se tais documentos ao endereço da impugnante utilizando-se da via postal.

Peixoto de Azevedo - MT, 11 de Junho de 2019

Maurício Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 171/2018

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **FERNANDA KELLY GONÇALVES DUARTE EIRELI**

O presente Contrato é para: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS PARA A CONSTRUÇÃO DE FECHAMENTO COM MURO, ENTORNO DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL LOCALIZADA NO BAIRRO BELA VISTA CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E PLANILHAS ORÇAMENTARIA EM ANEXOS".**

1 – Fica alterado a CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: Fica aditivado o prazo de vigência do contrato e da sua respectiva execução, expirando em 12/08/2019.

Peixoto de Azevedo-MT, 28 de Maio de 2019.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 070/2018

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **R. C. MACCARI - ME**

O presente Contrato é para: **"AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DO GÊNERO ALIMENTÍCIO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: PNAEP, PNAEF, PNAEJA, PNAEE, PNAEI E BRASIL CARINHOSO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 – Fica alterada a CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO: Fica aditivado o prazo de vigência, expirando em 31/12/2019.

Peixoto de Azevedo-MT, 28 de Maio de 2019.

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019 – RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna-se **Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY COM GRAMADO SINTÉTICO, ALAMBRADO E ILUMINAÇÃO, CONVÊNIO 853857/2017 MINISTÉRIO DO ESPORTE-CEF/PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS EM ANEXO".** Na fase de habilitação, o certame foi declarado **FRACASSADO** pelo fato de não haver empresa participante devidamente habilitada. Peixoto de Azevedo-MT, 11 de Junho 2019.

NATÁLIA FERNANDES DA SILVA

Presidente – CPL

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 067/2018

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **COMERCIAL LUAR EIRELI - EPP**

O presente Contrato é para: **"AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DO GÊNERO ALIMENTÍCIO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: PNAEP, PNAEF, PNAEJA, PNAEE, PNAEI E BRASIL CARINHOSO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 – Fica alterada a CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO: Fica aditivado o prazo de vigência, expirando em 31/12/2019.

Peixoto de Azevedo-MT, 28 de Maio de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO N° 024/2019

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 043/2019, de 01/03/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EMULSÕES ASFÁLTICAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT.***

Foi a empresa:

STRATURA ASFALTO S.A. CNPJ: 59.128.553/0031-92

Obs: A referida empresa foi vencedora apenas do item 02 do Termo de Referência.

Poconé-MT, 11 de Junho de 2019.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 130/2019

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

ARTIGO 1º - CONCEDER “Licença por motivo de doença em pessoa da família” a funcionária relacionada, com sua vigência especificada abaixo conforme a Lei 1.662/12 de 02.05.2012 no seu Art. 74 § 1º, Art. 79 § 1º e 2º.

Matrícula 0024 **– EULINA PIRES DE MORAES** portador (a) do CPF sob nº 384.100.951-49 e o RG sob nº 03423077 SSP-MT no cargo PROFESSOR. – regime estatutário, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, durante o período de 30/05/2019 até 29/08/2019.

ARTIGO 2º **-** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE

Poconé-MT, 30 de maio de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATA AMARAL) Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 007/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 007/2018

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

CONTRATADA: **MULTI COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES PARA MINERAÇÃO E AGRICULTURA LTDA.**

CLAUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

1.1 - Fica estabelecido à prorrogação do prazo deste contratado pelo período de 14 de maio de 2019 a 14 de maio de 2020.

Poconé/MT, 10 de maio de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO N° 023/2019

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 043/2019, de 01/03/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para **PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Foi as empresas:

ODONTOLOGICA ODONTOFAR LTDA - ME CNPJ: 10.832.795/0001-58

CLAUDIO VALERIA DA SILVA LABORATÓRIO ME CNPJ: 24.347.611/0001-79

Poconé-MT, 11 de Junho de 2019.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2019

PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE - DISPENSA Nº 007/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: **IMEDIATA ASSESSORIA E CONSULTORIA VETERINÁRIA E PERÍCIA TÉCNICA DE SEGURANÇA DE TRABALHO LTDA**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO DE SERVIDORES EXPOSTOS A AGENTES NOCIVOS CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL

DATA DA ASSINATURA: 10 DE JUNHO DE 2019

VIGÊNCIA: 31/12/2019

VALOR: **R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)**

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

PREGOEIRA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2019

PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE - DISPENSA Nº 009/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: **TIAGO PEREIRA DA SILVA 03355523151**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO DE TERRA NUA PARA O MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA/MT

DATA DA ASSINATURA: 11 de junho de 2019

VIGÊNCIA: **11/09/2019**

VALOR: **R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).**

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

PREGOEIRA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2019

PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE - DISPENSA Nº 011/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: **J.F SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÕES EIRELI**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA REFORMA DE PONTE DE MADEIRA DENOMINADA PONTE DO CAIXÃO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS.

DATA DA ASSINATURA: 10 de junho de 2019

VIGÊNCIA: **30/08/2019**

VALOR: **R$ 18.513,62 (dezoito mil quinhentos e treze reais e sessenta e dois centavos).**

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

PREGOEIRA MUNICIPAL

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: LEILÃO Nº 001/2019

OBJETO: LEILÃO PARA VENDA DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO MUNICIPA.

A Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT ora denominada licitadora, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que o Leilão Nº 001/2019 com abertura marcada **para o dia 13/06/2012 às 09:00 horas**, fica **PRORROGADA** para o dia **24 de junho de 2019 às 09:00 horas abertura do processo licitatório.**

MOTIVO: Fica Prorrogada o presente certame, uma vez que as agências Bancárias não terá seu funcionamento normal, pois será feriado na cidade de Barra do Garças no dia 13/06/2019, feriado este que prejudicará o certame com relação aos pagamentos dos bens arrematados.

A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada na Rua Padre Sebastião Teixiera, 23, Centro acima indicado a partir do dia 12 de junho de 2019, no horário comercial, Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitação no endereço acima mencionado.

A ABERTURA SERÁ REALIZADA EM 13/06/2019, A PARTIR DAS 09:00 HS, NO PATIO DA SECRETARIA DE OBRAS, sito a Rua Alexandrina Batista dos Reis.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.pmpontaldoaraguaia.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer download do EDITAL.

Pontal do Araguaia-MT, 11 de junho de2019

CLAYTON CHAVES DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2019

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 08/2019

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **MAYARA PLACIDO ALMEIDA**

OBJETO:O presente contrato tem por objeto a prestação, pelo contratado, de serviços de psicóloga junto ao centro de referência de assistência social (CRAS) do município de Ponte Branca – MT.

VALOR: R$ 15.274,00 (Quinze Mil; Duzentos e Setenta e Quatro Reais)

DATA DA ASSINATURA: 03/06/2019

VIGENCIA:03/06/2019 à 31/12/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2019

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 07/2019

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **THAYNÃ DINIZ SILVA**

CREA: MT04231-D

OBJETO:O presente Contrato tem como objeto a contratação de prestação de serviços de engenharia civil, para atender as necessidades deste município de Ponte Branca – MT.

VALOR: R$ 12.800,00 (Doze Mil e Oitocentos Reais).

DATA DA ASSINATURA: 03/06/2019

VIGENCIA:03/06/2019 à 30/09/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2019

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 06/2019

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **MARLENE ALVES SAMPAIO SANTOS**

OBJETO:É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE do Município de Ponte Branca – MT.

VALOR: R$ 8.100,00 (Oito Mil e Cem Reais).

DATA DA ASSINATURA: 20/05/2019

VIGENCIA:20/05/2019 à 31/12/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2019

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 03/2019

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **MARCIA LOPES MATTOS - MEI**

CNPJ: 20.635.483/0001-08

OBJETO:O presente é a Prestação de serviços junto ao CRAS, para realização de aulas de dança (Zumba) junto a comunidade local de Ponte Branca – MT.

VALOR: R$ 12.750,00 (Doze Mil; Setecentos e Cinquenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 18/03/2019

VIGENCIA:18/03/2019 a 30/11/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2019

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 05/2019

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **OSVALDO GONÇALVES DE SOUZA**

CNPJ: 22.947.252/0001-65

OBJETO:O presente Contrato destina-se a contratação de empresa para realização de serviços de limpeza, manutenção e poda de grama em jardins, praças e campos de futebol do município de Ponte Branca – MT.

VALOR: R$ 14.850,00 (Quatorze Mil, Oitocentos e Cinquenta Reais)

DATA DA ASSINATURA: 23/04/2019

VIGENCIA:23/04/2019 a 31/12/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2019

DETENTORA DA ATA: RG DA PAZ EIRELI - EPP

CNPJ: 21.058.617/0001-38

FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019

VALOR: R$ R$ 44.815,87(Quarenta e Quatro Mil; Oitocentos e Quinze Reais e Oitenta Sete Centavos)

DATA DA ASSINATURA: 06/06/2019

VIGÊNCIA : 06/06/2019 a 06/06/2020

OBJETO : Registro de preços para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Material de Expediente, conforme solicitação das Secretarias Municipais de Ponte Branca - MT.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2019

DETENTORA DA ATA: SONIA MARTINS BARROS – ME

CNPJ: 07.931.417/0001-17

FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019

VALOR: R$ 50.638,84 (Cinquenta Mil; Seiscentos e trinta e Oito Reais e Oitenta e Quatro)

DATA DA ASSINATURA: 06/06/2019

VIGÊNCIA : 06/06/2019 a 06/06/2020

OBJETO : Registro de preços para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Material de Expediente, conforme solicitação das Secretarias Municipais de Ponte Branca - MT.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2019

DETENTORA DA ATA: ECOPEL INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA-ME
CNPJ: 11.928.775/0001-48

FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019

VALOR: R$ 51.930,00 (Cinquenta e Um Mil; Novecentos e Trinta Reais)

DATA DA ASSINATURA: 06/06/2019

VIGÊNCIA : 06/06/2019 a 06/06/2020

OBJETO : Registro de preços para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Material de Expediente, conforme solicitação das Secretarias Municipais de Ponte Branca - MT.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2019

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 04/2019

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **PAULO ANTONIO FERREIRA MONTEIRO**

OBJETO:O presente Contrato destina-se a contratação de um Orientador Social do serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – Oficina de Capoeira, junto ao Centro de Referência e Assistência Social do Município de Ponte Branca – MT.

VALOR: R$ 12.750,00 (Doze Mil, Setecentos e Cinquenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 18/03/2019

VIGENCIA:18/03/2019 à 30/11/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 147/2019 COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER

PORTARIA Nº 147/2019

10/06/2019

NOMEIA A COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE – MT.

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 44 da Lei Orgânica do Município e, na Lei 853/2019,

R E S O L V E :

Art. 1º. – Designar os servidores abaixo relacionados para compor a COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – 001/2019, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, para contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos na Lei 853/2019, com a seguinte composição:

Presidente: SILVANIA PEREIRA SANTOS, servidora municipal efetiva, com Matrícula Funcional nº 098;

Secretária: KARINA LEITE DA CRUZ AMORIM, servidora municipal efetiva, com Matrícula Funcional nº 1216;

Membro: MARIA APARECIDA FRANCISCA DOS SANTOS, servidora municipal efetiva, com Matrícula Funcional nº 1298;

Art. 2º. – Os trabalhos resultantes do Processo Seletivo Simplificado 001/2019, serão realizados pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado, designada por esta Portaria.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 10 de junho 2019.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2019-SRP.

O Município de Porto Alegre do Norte/MT, torna público para conhecimento dos interessados resultado do Pregão Presencial nº 28/2019. Objeto: Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de Água Mineral, Recarga de Gás de Cozinha e vasilhame. - Empresa Vencedora: F R Comercio de Gás LDTA inscrita no CNPJ: 22. 161.363/0002-22 Valor Total **R$ 79.685,00.** Visto que atendeu a todos os requisitos do edital supracitado.

Mônica Pereira da Silva

Pregoeiro (a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
AUXÍLIO-DOENÇA

PORTARIA N.º 686/2019 Poxoréu/MT, 11 de Junho de 2019

Dispõe sobre concessão do benefício de Auxílio Doença, na forma que menciona.

O **Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 19, Art. 20, Art. 21, Art. 22, Art. 23, Art. 24 e Art. 25, da Lei Municipal n.º 1.489/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** à servidora Sra. **GIRLANE ROSA CAMPOS MACEDO**, efetiva no cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, pelo período de 28 dias, com vencimento referente ao período de 11/06/2019 à 08/07/2019, conforme processo administrativo do POXORÉU-PREVI, nº. 2019.06.031.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se.

Poxoréu – MT, 11 de Junho de 2019.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

Publicada por afixação no quadro mural do POXORÉU-PREVI **-** Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, conforme art. 108 da Lei Orgânica do Município de Poxoréu.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 12/2019 - PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PMAS

RESOLUÇÃO N°. 12/2019 POXORÉU-MT, 30 DE MAIO DE 2019.

Dispõe sobre aprovação do Plano Municipal de Assistência Social - PMAS, na forma que menciona.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS do município de Poxoréu – MT, no uso de suas competências legais, conforme estabelecido no art. 9°, incisos VI e VII do Regimento Interno, homologado pelo Poder Executivo, através do Dec. 035/2008, datado de 01/08/2008;

Considerando a exigência legal da apresentação do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS, consoante o disposto no Inciso III do art. 30 da Lei Federal n° 8.742, de 07/12/1993, regulamentado pela Resolução/CNAS n°.33, datada de 12/12/2012 , inciso II, art. 52, constituindo pré-requisito a transferência dos recursos de que trata a NOB/SUAS/2012 e os de natureza fundo a fundo, a serem repassados pelo governo federal.

Considerando que o município de Poxoréu, através de sua gestão/SUAS iniciou em 2019 o processo de elaboração do PMAS, de forma bipartite e coletiva produzir os diagnósticos, metas e objetivos que estruturam o Plano, bem como, a eleição de Comissão Especial/CMAS na reunião de 28/02/2019 para apresentação do relatório final do supramencionado instrumento de gestão;

Considerando o relatório final da Comissão Especial/CMAS apresentado na 5ª reunião Ordinária do CMAS, datada de 30 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1° - Fica aprovado, por unanimidade, o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS para vigorar no quadriênio 2018/2021 no município de Poxoréu – MT, na forma do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2° - A gestão do Sistema Único de Assistência Social, sob a competência da Secretaria de Assistência Social de Poxoréu – MT fica incumbida da publicação do supra referimento instrumento de gestão para que se produza os efeitos legais, bem como da produção dos atos dele decorrentes.

Art. 3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Poxoréu – MT, Sala dos Conselhos Municipais, em 30 de maio de 2019.

REJANE BARBOSA NALON VILELA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

ANEXO ÚNICO

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POXORÉU – MT

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Vigência: 2018- 2021

Poxoréu MT, 2019

EXPEDIENTE NELSON ANTÔNIO PAIM **Prefeito Municipal** DR. MARLON CESAR DE MORAES **Vice Prefeito Municipal** LAURA CRISTINA XAVIER SILVA DE MENEZES GALVÃO **Secretária Municipal de Assistência Social** DANIELE DA CRUZ **Gerente Administrativo de Assistência Social** JUSCINALVA DOS SANTOS SOUSA **Coordenadora do CONVIVER** MARIA DO SOCORRO COSTA E SOUSA **Coordenadora do CadÚnico** DAYANE PEREIRA CRISPIM **Coordenadora do CREAS** ROGER MARCELO KABA **Coordenadora do CRAS** VANUSA GALVÃO DE SOUZA **Gerente dos Acolhimentos**

NÚCLEO GESTOR

LAURA CRISTINA XAVIER SILVA DE MENEZES GALÃO Secretária Municipal de Assistência Social DANIELE DA CRUZ Gerência Administrativo da Assistência Social REJANE BARBOSA NALON VILELA Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social COMISSÃO ORGANIZADORA DANIELE DA CRUZ **RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PMAS**

Ord	Nome	Representação
001	Laura Cristina Xavier Silva de Menezes Galvão	Secretaria de Assistência Social
002	Daniele da Cruz	Secretaria de Assistência Social
003	Roger Marcelo Kaba	Coordenador- CRAS
004	Fernanda Valéria Cursino de Araújo Galvão	Assistente Social – CRAS
005	Janete Araujo Ramos	Psicólogo - CRAS
006	Rejane Barbosa Nalon Vilela	Assistente Social- CRAS
007	Jenifer Ferreira Bathemarque	Advogada – CRAS
008	Elima Conceição Rodrigues	Assistente Social - CREAS
009	Rejane Regenold	Psicóloga - CREAS
010	Dayane Pereira Crispim	Coordenadora - CREAS
012	Deuzinete Dias Soares	Psicóloga- Serviço de Acolhimento

013	Iris Rodrigues da Silva	Assistente Social – Serviço de Acolhimento
014	Vanusa Galvão de Sousa	Gerente dos Acolhimentos

NÚCLEO DE APOIO **Gaudêncio Filho Rosa Amorim** Técnico em Administração

LISTA DE SIGLAS

ACESSUAS Trabalho	Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
APASP	Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
FMHIS	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
PMHIS	Plano Municipal de habitação de Interesse Social
COMDIPIP	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
CNEAS	Cadastro Nacional das Entidades de Assistência Social
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
FMDCA	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IHG	Instituto Histórico e Geográfico
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
ONU	Organização Nacional da União
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NOB	Norma Operacional Básica
PIB	Produto Interno Bruto
PMAS	Plano Municipal de Assistência Social
PNAS	Plano Nacional de Assistência Social
UPE	União Poxorense dos Escritores
UCDB	*Universidade Católica Dom Bosco*
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

Sumário

1.Identificação do Plano..... 9-10

2. Apresentação do Plano.....11

3. Objetivo do PMAS de Poxoréu /MT em relação a PNA.....11

3.1. Objetivo Geral.....11

3.2. Objetivo Especifico.....11

4. Histórico do Município.....13

4.1.História da Povoação.....13

4.2 Formação Administrativa.....14

4.3.Aspectos Geográfico ambientais.....16

4.3.1. Altitude 16

4.3.2. Clima 16

4.3.3. Topografia 16

4.3.4. Vegetação 17

4.3.5. Hidrografia 18

4.3.6. Geologia 18

4.3.7. Vias de Acesso ao Município.....18

5. Origem do Nome do Município.....19

6. Indicadores da Produção Turística no município de Poxoréu.....19

6.1. Atrativos Turísticos de Poxoréu.....21

7.Gênese da Política de Assistência Social no Brasil.....21

7.1.Trajetória da Política de Assistência Social em Poxoréu MT.....29

8. Estrutura da Política de Assistência Social no Município de Poxoréu.....30

8.1 Órgão Gestor..... 30

8.2. Proteção Social Básica..... 31

8.2.1.Cadastro Único 31

8.2.1.1.Quem deve estar inscrito no Cadastro Único.....31

8.2.1.2.Cadastro Único no município de Poxoréu.....31

8.2.3. Gestão de Condicionantes e Perfil 32

8.2.1.3 Educação 32

8.2.1.4. Saúde 33

8.2.2. CRAS 33

8.3 Proteção Social e Especial 34

8.3.1 Media Complexidade 34

8.3.1.1 CREAS 35

8.3.1.2. Publico Específico dos serviços executados pelo CREAS 35

8.3.1.3. Objetivos 36

8.3.2 Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento 36

8.3.2.1 Modalidade Casa Lar 36

8.3.2.2 Modalidade – Instituição de Longa Permanência – ILP 37

9. Cobertura da rede prestadora de Serviços 38

9.1.Conceito de Rede e sua relevância na efetivação dos direitos a família e/ou individuo em situação de vulnerabilidade..... 38

9.2. Rede Socioassistencial 40

9.3. . Rede Socioassistencial no município de Poxoréu – MT 40

9.3.1 – Proteção Social Básica 40

9.3.2 – Proteção Social Especial de Média Complexidade 41

9.3.3 – Proteção Social Especial de Alta Complexidade 41

9.3.4 – Outras entidades e Políticas Setoriais 41

10. Ações e estratégias para implementação da política de assistência social no munícipio de Poxoréu: Objetivos, ações, Metas e periodicidade..... 43

10.1 – Gestão do SUAS no âmbito do município através da SMAS. 43

10.2 – Proteção Social Básica: Cadastro Único/ 52

10.3 - Proteção Social Básica: CRAS: PAIF/SCFV.....53

10.4.Proteção Social Especial de Média Complexidade/CREAS: PAEFI/MSE.....55

10.5.Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Serviços de Acolhimento para crianças e Idosos..... 57

10.5.1 – Serviços de Acolhimento para os Idosos do município de Poxoréu.....57

10.5.2 – Serviços de Acolhimento de crianças e adolescentes no município.....57

11 - Resultados e impactos esperados.....64

12 - Mecanismos e fontes de financiamento 65

12.1 – Plano Plurianual (2018-2021).....66

12.2 – Orçamento do Governo Federal destinado ao Município 66

12.3 – Orçamento anual de repasse de recursos do Governo do Estado de MT.....67

13. Aprovação no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS 68

14 – Referências 68

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO: 1.1. Nome: Plano Municipal de Assistência Social de Poxoréu - PMAS Vigência: 2018-2021 **Período de elaboração**: Outubro 2018 a Abril 2019 **Responsável**: Daniele da Cruz **Contato**: 66 – 99964-8701 E-mail: danielecaio@hotmail.com 1.2. **Dados Municipais**: **Município**: Poxoréu – UF: Mato Grosso. **Porte I = Pequeno** (vide Resolução 109, de 11/11/2009) **Nome do Prefeito:** Nelson Antônio Paim **Mandato:** 2017-2020 **Endereço:** Av. Brasília, 809. Bairro Jardim das Américas **CEP**. 78.880-000 **Telefone:** 66 3436-1500 / 3436-1493 **Site:** www.poxoreu.mt.gov.br **Email:** prefeituramunicipaldepoxreu@gmail.com **1.3.Dados do Órgão Gestor da Assistência Social**: **Nome:** Secretaria Muni-

cipal de Assistência Social **Nome do Gestor:** Laura Cristina Xavier Silva de Menezes Galvão **Gerente:** Daniele Cruz **Técnico Administrativo:** Gaudêncio Filho Rosa de Amorim **Técnico Administrativo:** Tatiane Figueiredo do Lago

Endereço: Rua Osvaldo Candido Pereira, n. Bairro Lagoa I

Telefone: (66) 3436-14 23

CEP. 78.800-000 **Email:**acaosocialpoxoreu@hotmail.com

1.4.Dados dos Conselhos municipais, vinculados a Assistência Social 1.4.1.Conselho Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente Lei de criação: 1.217/2008, de 23/06/2008 **Presidente:** Laura Cristina Silva de Menezes Galvão **Endereço:** Endereço: Rua Osvaldo Candido Pereira, nº Bairro Lagoa I

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Lei de criação: 594, de 18/03/1994 e 1.217, de 23/06/2008

CNPJ: 27.276.714/0001-83

Nome do Gestor do Fundo: Lucia Voltan Ribeiro

1.4.2.Conselho Municipal De Assistência Social (CMAS): **Lei de criação:** 639, de 19/03/1996 (CMAS) **Presidente**: Rejane Nalon Barbosa

Endereço: Rua Osvaldo Candido Pereira, n Bairro Lagoa I

E-mail: acaosocialpoxoreu@hotmail.com

Fundo do conselho:

Lei de criação: 640, de 19/03/1996 (FMAS)

CNPJ:

Nome do Gestor do Fundo: Laura Cristina Silva de Menezes Galvão

1.4.3.Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa Lei de criação: 712, de 29 de setembro de 1998 **Presidente:** Daniele da Cruz **Endereço:** Rua Osvaldo Candido Pereira, n Bairro Lagoa I **E-mail:** conselhodoidoso@hotmail.com

Fundo do conselho

Lei de criação: 713, de 29 de setembro de 1.998

2.Apresentação do Plano

O Plano é uma ferramenta de gestão que dá foco e direcionamento ao governo municipal, pois nele estão contidos os objetivos da gestão e as ações que serão desenvolvidas para alcançá-los. Além de um instrumento de gestão, o Plano também é um mecanismo de transparência, pois torna público as intenções dos gestores públicos e oferece um parâmetro para avaliação da administração.

O Plano de Assistência Social é também a condição para os repasses financeiros dos recursos da União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, como previsto na LOAS (BRASIL, 2004) no seu artigo 30, que também requer a efetiva instituição e funcionamento de:

I. Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil; II. Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social; **III. Plano de Assistência Social.**

Como sabido, os incisos I e II do mencionado artigo já foram atendidos pelo município, conforme determina as leis.° 639, de 19/03/1996 (CMAS) e 640, de 19/03/1996 (FMAS), portanto, ausente o Plano Municipal de Assistência Social que, na verdade, deveria entrar em vigor a partir de 2018, com duração de 04 anos como uma das exigências para recebimento de recursos do governo Federal.

A Lei Federal não fixou o prazo, porém, instituiu a vedação da transferência de recursos que, naturalmente, resulta de prejuízos aos serviços de proteção básica e de proteção especial da Assistência Social e que, por isso mesmo, implica em prioridade na elaboração para correção a obrigatoriedade e do lapso temporal para habilitar, plenamente, o município às políticas de financiamento do Governo Federal.

É neste peculiar aspecto a prioridade da elaboração do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS): atender a exigência legal da LOAS (BRASIL, 2004) e não menos prioritário, a própria necessidade do Plano, como instrumento de planejamento e execução da política municipal de Assistência Social, independente da exigência legal.

Por derradeiro, a exigência do PMAS, constitui obrigação legal imposta pela Lei Orgânica de Poxoréu, conforme redação dada ao Inciso II do artigo 2012, *in verbis:*

“Art. 202 – A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar e possui como diretrizes:

(...)

II – o amparo e a proteção às crianças e aos adolescentes carentes e em situação de risco, conforme **estabelecido no Plano de Assistência social**.”

É, pois, com fulcro na exigência legal da LOAS e na Lei Orgânica do município e embasados na necessidade natural do PMAS que se faz mister a ação técnica, gestora e operacional a concretude do instrumento em tela, que se constituirá, por conseguinte no principal manual de gestão de procedimentos correlatos a aplicação de Assistência Social, nos próximos 4 (quatro anos), observada sua vigência quadrienal.

Neste sentido, o presente Ato Administrativo, torna do conhecimento público os **OBJETIVOS, AÇÕES, METAS** e os respectivos prazos para consecução das finalidades, conforme constante do Item 10. do PMAS/Poxoréu – M T .

10. Ações e Estratégias para Implementação da Política de Assistência Social no município de Poxoréu: Objetivos, Ações, Metas e Ano

10.1. Gestão do SUAS no município através da SMAS:

Objetivo	Ação	Meta	2018	2019	2020	2021
Garantir a transparência da aplicação de recursos no FMAS Anual	- Publicizar a prestação de contas da aplicação dos recursos municipais da Política de Assistência Social na imprensa local.	Transparência 100 % nos recursos utilizados	X	X	X	X
Garantir o diagnóstico socioassistencial do município	Criar 01 coordenadoria de Vigilância Socioassistencial, com equipe técnica responsável	Constituição de 01(uma) equipe técnica; Constituição de 01 coordenadoria de vigilância	X	X	X	X
Definir e executar a a Política Pública do SUAS no município	Instituir a Política Pública de Assistência Social; Elaborar o Plano municipal de Assistência Social;	Encaminhamento de proposta de lei ao Poder Legislativo, sobre o SUAS; Elaboração do PMAS		X	X	
Garantir as Equipe mínimas de referencias	Constituição de Equipe mínima para o Cadastro Único, CRAS, CREAS, Serviço de Acolhimento	Garantia de 01(um) Cadastro Único, CRAS, CREAS e Serviço de Acolhimento (Casa lar)	x	x	x	x
Garantir os financiamentos da Política Pública do SUAS no município	Pactuar com os entes federativos as transferências governamentais de caráter continuada; Garantir recursos no âmbito municipal (PPA, LDO, LOA). Pactuar outras fontes de financiamentos	Pactuação fundo a fundo, estado/união; Inclusão de receitas necessárias para execução do SUAS	X	X	X	X
Garantir a transparência do financiamento da política do SUAS	Publicizar a prestação de contas da aplicação dos recursos municipais da Política de Assistência Social na imprensa local	Transparência 100 % nos recursos utilizados				
Consolidar o Selo UNICEF no município	Realizar as ações exigidas pelo Selo	Selo UNICEF consolidado	-	-	X	X
Aperfeiçoar as competências e habilidades dos servidores do SUAS	Implantar o Programa de Capacitação p/ os servidores do SUAS	80% dos profissionais capacitados.		X	X	X
Fortalecer o princípio da Intersetorialidade no âmbito da gestão municipal do SUAS	Elaborar e regularizar protocolos que definam fluxos das redes de integração de Programas, Serviços e Benefícios Socioassistenciais Formalizar parcerias com os Sistemas de Justiça e de Garantia de Direitos, Educação, Saúde, Emprego e Previdência Social para a garantia de condições decentes e direitos dos Usuários, em todos os níveis de proteção	Institucionalização, em 01 ano, a rede municipal de atendimento.	X	X	X	X
Ampliar a capacidade de atendimento ao Usuário, adequando Programas, Serviços e Benefícios aos ordenamentos previstos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e aos princípios da diversidade, heterogeneidade e territorialidade.	- Atualizar as normativas municipais vigentes, para adequação dos Programas, Serviços e Benefícios aos parâmetros da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, atualizando as normativas municipais em vigor. - Desenvolver ações de prevenção, redução das desproteções e diminuição das situações de violação de direitos. Ampliar a Equipe Volante, capacitando-a para o atendimento das comunidades rurais. -Reordenar os serviços de acolhimento para as pessoas com deficiência e pessoas idosas, redimensionando a oferta de acordo com as mudanças demográficas, especialmente o envelhecimento populacional. - Separar a unidade de acolhimento institucional Abrigo dos idosos, criando ambientes específicos para o acolhimento da População do sexo feminino e masculino	Melhorar em 70% o atendimento aos Usuários dos Programas, Serviços, Benefícios, Projetos e Ações socioassistenciais desenvolvidos na SMAS.	X	X	X	X
Adequar o prédio da SMAS e suas unidades de atendimento às normas de acessibilidade.	Reformar os ambientes, de acordo com as normas da acessibilidade	100% de adequação dos ambientes às normas de acessibilidade	X	X	X	X
Reformar e/ou promover adaptações no prédio da SMAS e outras unidades da Secretaria	Realizar a pintura no prédio da SMAS e revisão nas instalações elétricas. - Construção de 126 m² de muro nos limites e confrontações da SMAS. - Decorar os ambientes da SMAS e suas unidades com papel de parede - Reformar e readequar o prédio da Associação Garimpeira para fins acolhimento de idosas, na forma da lei. - Construir 60 m² de muro de arrimo nos limites da SMAS - Redimensionar a estrutura das piscinas para os serviços de convivência com os idosos Construir, por meio de Emenda Parlamentar ou Proposta Voluntária, auditório e salão social para os usuários do SUS.	100% das reformas e adaptações do prédio da SMAS	X	X	X	X
Promover a inclusão, no CNEAS, das Entidades e Organizações de Assistência Social inscritas no CMAS.	- Inserir, no CNEAS, as Entidades e Organizações de Assistência Social inscritas no CMAS	: Inclusão no CNEAS de 100% das Entidades e Organizações de Assistência Social inscritas no CMAS	X	X	X	X
Contribuir para a adequação das Entidades e Organizações de Assistência Social aos resultados do CNEAS e do Censo SUAS	- Orientar, a partir das informações produzidas pelo CNEAS e Censo SUAS, as Entidades e Organizações de Assistência Social inscritas no CMAS, no sentido das adequações necessárias para a potencialização de suas ofertas.	80% das Entidades e Organizações de Assistência Social adequadas às necessidades identificadas no CNEAS e no Censo SUAS		X	X	X
Assessorar o CMAS para a qualificação das suas funções.	Realizar orientação permanente do CMAS, para o cumprimento de suas funções e tenha como referência os princípios democráticos e participativos que devem orientá-lo, fazendo interface com os outros Conselhos (Saúde, Educação, CMDCA e COMDIPIP), visando uma atuação integrada e qualificada;	Ampliar a efetividade do CMAS na proposição de políticas de assistência social.				
Assessorar o CMAS nas Conferências de Assistência Social	Planejar, orientar e acompanhar o processo de preparação e realização das Conferências de Assistência Social	Aumentar a capacidade de inserção das propostas deliberadas na Conferência, nos contextos estadual e federal	X	X		
Ampliar o alcance dos direitos ofertados ao Usuário na prestação do Beneficio Eventual, conforme legislação	Revisar a legislação Municipal que instituiu a oferta do Beneficio Eventual, ampliando os direitos concedidos ao Usuário	Ajustar em 100% os Benefícios Eventuais às determinações da legislação		X	X	X
Implantar Programa de Cultura, lazer e Esportes para os idosos do município	Implementar o Programa Conviver; Oportunizar pequenas caminhadas; Incentivar a prática da natação assistida Promover, anualmente a Tertulia do Idoso.	Programa de Cultura, Lazer e Esportes implantado.	=	X	X	X

10.2.Proteção Social Básica: Cadastro Único

Objetivo	Ação	Meta	2018	2019	2020	2021
Ampliar a busca ativa das famílias.	Aquisição de um carro com internet;	Alcançar 100% as famílias do território mais distantes	x	x	**x**	**X**

Qualificar as famílias Beneficiadas do PBF	Articular pactuações com entidades a qualificação; Promover as oficinas de qualificações; Criar cursos de qualificações	Qualificação 100 % das famílias Superação da extrema pobreza				
Garantir a participação das políticas setoriais	Realizar formações com atores responsáveis pelos sistemas; Realizar reuniões periódicas com as responsáveis pelo sistema	Alimentação correta das informações;	x	x	**x**	**X**

10.3.Proteção Social Básica: CRAS: PAIF/SCFV

Objetivo	Ação	Meta	2018	2019	2020	2021
Garantir o atendimentos das famílias em situação de vulnerabilidades	Estruturar um ambiente acolhedor; Realizar acolhidas mais atrativas: café da manhã, rodas de conversas	Garantia de 100% dos atendimentos.				
Empoderar as famílias em acompanhamento	Ofertar oficinas; Garantir benefícios eventuais.	100% de famílias empoderadas	x	x	x	x
Promover o acompanhamento pelo PAIF das famílias com membros beneficiários do BPC na Escola	Realizar diagnóstico das famílias com crianças e adolescentes que recebem BPC; Realizar o encaminhamento para outras Políticas Setoriais;	Garantia de 100% das Criança/ adolescente sejam acompanhadas	x	x	x	x
Promover o acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades.	Realizar diagnostico das familias em fase de suspensão do Bolsa família; Realizar o acompanhamento.	Garantia 100% que as famílias continuem recebendo o Benefício socioassistencial				
Identificar famílias em situação de vulnerabilidades no território	Realizar mapeamento socioassistencial do território.	Garantir direitos sociais ao cidadão.		x	x	x
Diminuir o número de famílias em situações de pobreza extrema no município	Inserir 178 família em programa do estado Pro- família	Diminuição de 20% da famílias em situação de extrema pobreza	X			
Promover o acompanhamento dos assistidos pelo SCFV	Realizar rodas de conversa; Realizar visitas domiciliares	Acompanhar 100% dos assistidos pelo sistema		x	x	
Garantir atendimento aos grupos prioritários	Realizar diagnostico do território; Garantir acesso ao SUAS	Garantia de direitos de 100% dos atendidos	x	x	x	x

10.4.Proteção Social Especial de Média Complexidade/CREAS: PAEFI/MSE

Objetivo	**Ação**	**Meta**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Garantir que as famílias em situação de violação de direitos sejam acompanhadas	Buscar o fortalecimento da Rede. Fazer o mapeamento da Rede de Garantia de Proteção das famílias em situação de risco Promover e atualizar periodicamente diagnósticos das demandas assistidas; Consolidar parcerias com a Rede intersetorial e não governamental	Atendimento e/ou acompanhamento de 100% das demandas recebidas	x	x	X	x
Garantir que os adolescentes em cumprimento de MSE sejam assistidos pelo CREAS	Elaborar o Plano Municipal da Medida Socioeducativa. Implementar a pactuação entre os atores envolvidos com a MSE	Atendimento e/ou acompanhamento de 100% das demandas recebidas	x	x	X	x
Ampliar as ferramentas de monitoramento e avalição dos registros e Serviço no CREAS.	Criar e personalizar planilhas eletrônicas. Implantar ouvidoria.	Implantação de 100% das novas ferramentas; Avaliar o grau de satisfação dos assistidos.		X	X	X
Ampliar meios de prevenção e informações sobre direitos, garantias e serviços ofertados.	Aprimorar maior divulgação através dos seguintes instrumentos/formas: faixas, banner, outdoor, redes sociais, rádio, materiais gráficos, rodas de conversas, campanhas, movimentos sociais.	Alcançar 80% da população local	x	x	X	x
Implantar os grupos dos Serviços: PAEFI e MSE	Capacitar os profissionais do CREAS; Fomentar o empoderamento do grupos	Capacitação DE 100% dos profissionais; Implantação de 100% dos grupos no equipamento		x	X	

10.5.Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Serviços de Acolhimento para crianças e Idosos

10.5.1 – Serviços de Acolhimento para os Idosos do município de Poxoréu

Objetivos	Ações	Metas	2018	2019	2020	2021
Promover a discussão sobre o Acolhimento Institucional de Idosos.	Promover reuniões e encontros para refletir o Acolhimento Institucional.	Realização de 01 reunião e/ou encontro com a temática do acolhimento	X	X	X	X
Estabelecer a rede comunitária de apoio aos Serviços de Acolhimento Institucional	Identificar e captar potenciais parceiros (líderes comunitários; instituições religiosas, escolas; clubes esportivos) para o trabalho de apoio aos/às acolhidos/as. - - Elaborar, com as instituições parceiras, projetos para o atendimento dos usuários dos Serviços de Acolhimento Institucional. - Realizar atividades de esporte, cultura e lazer com os/as acolhidos/as	Implantação da rede comunitária de apoio aos Serviços de Acolhimento	X	X	X	X
Fazer a adequação da infraestrutura física dos Serviços de Acolhimento Institucional Masculino e Feminino	- Realizar a mudança dos imóveis atuais para local adequado, atentando para os parâmetros de acessibilidade. - Equipar o Abrigo com mobiliário, utilizando como referência as orientações técnicas estabelecidas para este Serviço. - Disponibilizar, em quantidade suficiente, materiais de consumo (utensílios; material de cama, mesa, banho; material pedagógico e de escritório; internet e eletroeletrônicos). - Realizar a manutenção periódica do abrigo dos idosos	100% de adequação da infraestrutura física dos Serviços Municipais de Acolhimento, no final da gestão.	X	X	X	X
Garantir financiamento à manutenção do Abrigo dos Idosos	- Firmar contrato de serviços com os abrigados em até 70% de suas receitas na forma do disposto na Lei n°. 10.741/2003. - Aplicar os recursos ordinários do Orçamento Municipal; - Utilizar de receitas eventuais decorrentes de taxas, multas e similares.	Garantia de 100% do financiamento das despesas do abrigo	X	X	X	X
Implantação do sistema de Fiscalização e Controle das despesas do Abrigo	Aprimorar o controle e fiscalização do abrigo através do CMAS/COMDIPIP	Sistema de Fiscalização e controle implantado	X	X	X	X

Garantir processos de transparência da gestão dos serviços do Abrigo dos Idosos.	Submeter a prestação de contas mensal a aprovação do CMAS e/ou COMDIPIP Publicar, semestralmente, boletim de Receita e Despesas	Processo de transparência garantido até o final do prazo do plano	X	X	X	X
Garantir a manutenção das condições de higiene, saúde e segurança dos Usuários dos Serviços	- Ofertar todos os materiais de consumo (vestuário, material de higiene pessoal, material escolar, transportes, cursos, uniformes) necessários para o desenvolvimento do/a adolescente acolhido/a	Manutenção de 100% das condições de higiene, saúde e segurança dos/as Usuários/as.				

10.5.2 – Serviços de Acolhimento de crianças e adolescentes no município

Objetivos	Ações	Metas	2018	2019	2020	2021
Articular os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes com os demais serviços da rede socioassistencial, as demais políticas públicas e o Sistema de Garantia de Direitos	- Mapear a rede municipal de atendimento à criança e adolescente. - Elaborar, juntamente com as demais políticas públicas, protocolos de atuação que garantam o efetivo atendimento às crianças e adolescentes em medida protetiva de acolhimento. - Definir os fluxos de trabalho entre os diferentes atores da rede de atendimento. - Padronizar instrumentos de referência e contrareferência da rede	100% da rede mapeada e fluxos de trabalho estabelecidos	X	X	X	X
Fomentar a discussão sobre o Acolhimento Institucional e Familiar	Realizar Seminários com a temática do Acolhimento Institucional e Familiar	Realização um (01) evento/ano.		X	X	X
Promover o atendimento às famílias de crianças e adolescentes acolhidos/as e o trabalho de fortalecimento de vínculos afetivos	Formalizar, com os níveis de proteção social básica e especial de média e alta complexidade da SMAS, os procedimentos para atendimento dessas famílias. - Promover encontros periódicos com os níveis de proteção básica e média complexidade para estudo de casos e avaliação do atendimento às famílias	80% de famílias de crianças e adolescentes acolhidos/as inseridas nas atividades dos CRAS e CREAS.				
Sistematizar informações sobre as crianças e adolescentes encaminhadas para o Acolhimento. - Discutir, com os órgãos demandantes do Acolhimento Institucional, a importância de se fazer o Estudo Diagnóstico.	Definir um modelo padrão de Estudo Diagnóstico, incluindo informações sobre a família, a criança e/ou adolescente a ser acolhido/a e a situação problema. - Acompanhar e orientar a realização do Estudo Diagnóstico	Implantação do Estudo Diagnóstico na rotina dos processos de acolhimento institucional		X	X	X
Formalizar uma rotina de trabalho da Equipe de Supervisão com os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes	- Realizar reuniões mensais com todas as equipes técnicas dos Serviços de Acolhimento, para tratar de temas afins ao trabalho com crianças e adolescentes em situação de Acolhimento Institucional e familiar	Cronograma anual de trabalhos organizado e em funcionamento		X	X	X
Monitorar a situação das crianças e adolescentes em situação de Acolhimento, no Município	Elaborar um cadastro municipal de registro de acolhimentos, incluindo a descrição e evolução da situação jurídica das crianças e adolescentes acolhidos/as. – Alimentar o cadastro, com registro de todas as crianças e adolescentes acolhidos/as no Município, a partir de 2019	-. Cadastro organizado e atualizado		X	X	X
Realizar o diagnóstico socioterritorial sobre a situação do Trabalho Infantil no Município	- Identificar as fontes de informação sobre o trabalho infantil no Município. - Identificar as formas de trabalho infantil existentes no Município. - Traçar o perfil de crianças e adolescentes envolvidos em trabalho infantil, no Município.	Diagnóstico realizado no primeiro ano de gestão	-	X	X	X
Organizar a rede de atenção à população em situação de rua, de forma a atender suas necessidades de Proteção (acolhimento, fortalecimento de vínculos e autonomia	Organizar a rede de atenção à população em situação de rua, de forma a atender suas necessidades de Proteção (acolhimento, fortalecimento de vínculos e autonomia). - Definir a rede de atendimento à população em situação de rua. - Definir fluxos de atendimento a este público. - Padronizar instrumentos de referência e contra-referência. - Formalizar parcerias e práticas para o atendimento desse público	Rede de serviços intersetorial que atuam com a população em situação de rua 100% integrada.		X	X	X
Implementar a parceria com o Poder Judiciário e o Sistema de Garantia de Direitos, para discussão e estudo de casos relacionados com o acolhimento	Construir fluxo de atendimento às famílias e crianças/adolescentes acolhidos/as. - Realizar discussões e estudo de caso com as instituições parceiras	Parceria formalizada e em funcionamento.				
Fomentar a discussão sobre o Acolhimento Institucional e Familiar	Realizar Seminários com a temática do Acolhimento Institucional e Familiar	Realizar um (01) evento/ano	-	X	X	X
Promover o atendimento às famílias de crianças e adolescentes acolhidos/as e o trabalho de fortalecimento de vínculos afetivos. -	Formalizar, com os níveis de proteção social básica e especial de média e alta complexidade da SMAS, os procedimentos para atendimento dessas famílias. - Promover encontros periódicos com os níveis de proteção básica e média complexidade para estudo de casos e avaliação do atendimento às famílias	80% de famílias de crianças e adolescentes acolhidos/as inseridas nas atividades dos CRAS e CREAS.	-	X	X	X
Monitorar a situação das crianças e adolescentes em situação de Acolhimento, no Município.	- Elaborar um cadastro municipal de registro de acolhimentos, incluindo a descrição e evolução da situação jurídica das crianças e adolescentes acolhidos/as. - Alimentar o cadastro, com registro de todas as crianças e adolescentes acolhidos/as no Município, a partir de 2018	Cadastro organizado e atualizado.	-	X	X	X
Melhorar a infraestrutura de atendimento das crianças em situação de acolhimento	Adquirir 01 veiculo para o serviço Adquirir Datshow, notbok e telão Construir, mediante Emenda Parlamentar, a construção da Casa-Lar	Infraestrutura de atendimento melhorada até o final do PMAS	-	X	X	X
Oferecer oportunidade de Qualificação profissional para geração de emprego e renda às famílias atendidas	Buscar parcerias com o Sistema “S” para oferta de cursos de qualificação Buscar parcerias com a inciativa privada para inserção no mercado de trabalho Fomentar o Empreendedorismo, através do MEI.	Oportunidades de qualificações oferecidas durante a vigência do Plano.	-	X	X	X

11.Resultados e Impactos esperados

Após a elaboração do PMAS, obtemos o diagnóstico concreto de como está estruturado a Política de Assistência Social no município de Poxoréu, a partir de então almejaremos, sanar as fragilidades encontradas, e fortalecer as ações que estão de acordo com as diretrizes das normativas e leis vigentes da PNAS.

Para tanto, a Gestão, tem como resultado a ser alcançado o aprimoramento da gestão e a efetivação da gestão do trabalho no município. A Proteção Social Básica busca-se alcançar os resultados esperados, já estabelecidos pela CIT em resolução, garantindo o atendimento aos usuários da Política, realizar trabalhos sociais, prevenindo efetivamente as situações de vulnerabilidade, permitindo a diminuição dos índices de direitos violados e assim

ampliando a cobertura de atendimentos nos territórios de vulnerabilidade e risco social melhorando o acesso dos usuários aos serviços, contemplando todo município.

Enquanto Proteção Social Especial tem o equipamento CREAS, que buscará romper com as situações de demanda reprimida, através do desenvolvimento qualificado dos serviços que permita mensurar um nível de superação de direitos violados significativo para os próximos anos.

E alusivo ao Serviço de Acolhimento, almejaremos estruturar os equipamentos, os tornando mais acolhedores, respeitando as vivencias dos acolhidos, para trabalharmos para o fortalecimento dos vínculos famílias rompidos ou fragilizados.

Contudo, o objetivo é garantir direitos, através da Política de Assistência Social, para quem dela necessitar.

12 - Mecanismos e fontes de financiamento

De acordo com a Constituição Federal de 1988, todas as ações governamentais na área da assistência social devem ser realizadas com recursos do orçamento da seguridade social conforme previsto no art. 195, além de outras fontes previstas no art. 204.

É neste contexto que funciona o **Sistema Único de Assistência Social (SUAS**), sistema público que organiza de forma descentralizada os serviços socioassistenciais no Brasil. Possui um modelo de gestão participativa, que permite a captação de recursos nas três esferas de governo para a execução e o financiamento da **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**.

As políticas sociais devem ser financiadas mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, do Distrito Federal, dos estados e municípios e das diversas contribuições sociais.

Os recursos do cofinanciamento para a execução da assistência social são alocados no **Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)**. Todavia, os recursos dos estados e municípios, são alocados, respectivamente, nos Fundos Estaduais e Municipais de Assistência Social, constituídos como unidades orçamentárias, e do Distrito Federal, no Fundo de Assistência Social do Distrito Federal.

De acordo com a **NOB SUAS/2012** que ratifica o art. 30 da **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993)**, para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios recebam os recursos referentes ao cofinanciamento federal, têm-se como requisitos mínimos:

A existência do **Conselho de Assistência Social** instituído e em funcionamento; O **Plano de Assistência Social** elaborado e aprovado pelo Conselho de Assistência Social; O **Fundo de Assistência Social** criado em lei e implantado.

O Fundo Público é um importante instrumento para o desenvolvimento das relações de produção capitalistas, cujos recursos são disputados no âmbito do orçamento público, garantindo assim uma ação planejada pelo Estado de forma a assegurar prioritariamente o financiamento das políticas sociais

12.1.Plano Plurianual – PPA (2018/2021)

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de Planejamento de amplo alcance, cuja finalidade é estabelecer os programas e as metas governamentais de longo prazo. Importante ressaltar que sua vigência é para 04(quatro) levando em conta a gestão do prefeito.

Alusivo ao PPA, o mesmo foi realizado em conjunto com a gestão da Política municipal de Assistência Social, técnicos de referência, contadores, respeitando orientações dos Fundos nacionais e estaduais.

PPA- Conferencia das Despesas/ Politica Municipal de Assistência Social	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Valor Orçado	**2.375.000,00**	**2.433.000,00**	**2.667.459,23**	**2.885.172,58**

12.2. Orçamento do Governo Federal destinado ao município:

Gestão				
	Tipo de Conta	Agencia	Conta	Valor Mensal do Co-financiamento
Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro único	BL GBF FNAS	0553-3	18506X	6.000,00
Bloco da Gestão do SUAS	BL GSUAS FNAS	0553-3	185078	2.400,00

Serviços Socioassistenciais				
▫	Tipo de Conta	Agência	Conta	Valor Mensal do Co-financiamento
Bloco da Proteção Social Básica	BL PSB FNAS	0553-3	185108	9.000,00 PAIF 4.500,00 Equipe Volante 12.000,00 SCFV
Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade	BL MAC FNAS	0553-3	198099	5.000,00 AS 2.200,00 MSE 8.000,00 PAEFI
Grupo de Programas	BPC ESCOLA	0553-3	185051	Obs. Valor relativo ao número de questionários preenchidos

12.3. Orçamento Anual de repasse de recursos do Governo do Estado de Mato Grosso:

Segundo o decreto, Nº 99 de 21 de Maio de 2015, que Dispõe sobre o Sistema de transferência de Recursos Financeiros aos Fundos Municipais de Assistência Social e dá outras providenciais, em seu artigo nº descreve,

Os recursos financeiros consignados no Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, são destinados ao cofinanciamento de serviços socioassistenciais de caráter continuado, de Programas e Projetos de Assistência Social para custeio de ações, serviços e investimentos nos equipamentos que compõem a rede socioassistencial dos Municípios, serão efetuados de acordo com o disposto neste Decreto e critérios pactuados pela Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SETAS e a Comissão Intergestores Bipartite- CIB/MT.(MATO GROSSO, 2015)

Vale ressaltar que o valor destinado aos Fundos municipais, são destinados para custeios dos Serviços Socioassistenciais e gestão, obedecendo as leis vigentes. Ainda que os valos aos municípios são efetuados em parcela única.

FEAS: Agencia: 0553-3 Conta: 17			
2018	2019	2020	2021
48.000,00	Pactuação na CIB	Pactuação na CIB	Pactuação na CIB

13. Aprovação do CMAS:

O Plano Municipal de Assistência Social foi aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião Ordinária do dia 30/05/2019, conforme transcrição em Livro-Ata do CMAS, Ata n°. 12/2019, fls. 96 (verso) a 98, homologado pela Resolução n°.12/2019, datada de 30/05/2019 publicada D.O/AMM/MT, em 12 de junho de 2019, observado o principio da publicidade constante do art. 37 (CF) e do art. 106 da Lei Orgânica do município de Poxoréu – MT.

14. Referencias:

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo. 2 ed. Atual e ampl. Brasília: INB, 2003.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, novembro de 2004.

Brasil, Ministério do Trabalho Social. **Curso de atualização sobre a organização e oferta dos serviços da proteção social especial**. - Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017. 192 p.; 30cm.

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social- SNAS. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília- DF, reimpressão 2014.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 05 de outubro de 1988.

_____. Lei Complementar n°. 8.069, de 13/07/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

_____. Lei Complementar n°. 8.742, de 07/23/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social.

_____. Lei Complementar n°. 8.069, de 13/07/1990 – Estatuto do Idoso.

_____. II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) – Ministério do Desenvolvimento Social - MDS

_____. Resolução n°. 33, de 12 dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

ESTEVÃO, Ana Maria R. O que é Serviço Social. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. (Coleção Primeiros Passos).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda**. Mini Aurélio Século XXI Escolar:** o minidicionário da língua portuguesa. 4º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GONÇALVES. Antonio Sérgio; GUARÁ, F.Rosa. Isa Maria. Rede de Proteção na Comunidade. In: **Rede de Proteção Social**. Secretaria de Direitos Humanos. 1º ed. Brasília, 2010. Disponível em: Acesso em: 10 jun. 2018.

MOTA, Ana Elizabete. Seguridade social no cenário brasileiro. In Revista Ágora: políticas públicas e serviço social, ano 1, n. 1, out/ 2004.

_____. O mito da assistência social: ensaios sobre estado, política e sociedade. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

POXORÉU – MT. Lei Orgânica do município, 2007

_____Lei n°. 1059, de 10/10/2006 – Plano Diretor Participativo

_____Lei n°. 639, de 19/03/21996 – Conselho Municipal de Assistência Social.

_____ Lei n°. 640, de 19/03/21996 – Fundo Municipal de Assistência Social.

_____ 1.217, de 23/06/2008 – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

_____Lei n° 594, de 19/03/21996 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA

_____ Lei n° 712, de 29/09/21998 – Conselho Municipal dos direitos da pessoa Idosa.

_____ Lei n° 71, de 29/09/21998 – Fundo Municipal dos direitos da pessoa Idosa.

OLIVEIRA, Camila Nunes. **A REDE DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES: finalidades e possiblidades**. VII Jornada Internacional Políticas Públicas, Universidade Pública do Maranhão. São Luís, 2015. Disponível em:

SILVA. Marilei; SOARES, Sandra Maria Moraes Rangel. **GESTÃO PARTICIPATIVA: ORGANIZAÇÕES SOCIAIS - O CENTRO JUVENIL EM POXORÉU – MT.** Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT**,** 2015.Disponível em: http://eventosacademicos.ufmt.br/index.php/CONASUM/2015/paper/viewFile/23/18. Acesso 13 de mar. 2019.

_____ **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.** Brasília, 2011.

KERN, A, F. **As mediações em rede como estratégia metodológica do Serviço Social.** 2ª ed. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2005.

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – MODALIDADE - EDITAL 04/2019

EDITAL 04/2.019.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – MODALIDADE

CONTAGEM DE PONTOS

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento as normas previstas na Portaria nº 142/2018/MEC e Resolução nº 07/2018/MEC/FNDE, torna público este EDITAL, contendo os procedimentos para realização do Processo Seletivo Simplificado – Modalidade Contagem de Pontos com objetivo de selecionar **Assistente de Alfabetização** para atuar no **Programa Mais Alfabetização 2019**, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado – Modalidade Contagem de Pontos destina-se ao preenchimento das vagas abertas e cadastro reserva de Assistentes de Alfabetização para atuação no Programa Mais Alfabetização no âmbito do Município de Poxoréu – MT a serem distribuídas nas Unidades Escolares, urbanas e do campo, da Rede Pública Municipal de Ensino, conforme Anexo I deste Edital.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado – Modalidade Contagem de Pontos será realizado pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Poxoréu – SEEL/MT através de duas comissões:

1.2.1. Comissão Organizadora composta pelos profissionais da Secretaria de Educação do Municipio de Poxoréu-MT a seguir especificados:

a) Coordenadora Pedagógica da SEEL de Poxoréu – Luciana Xavier Alves

b) Secretária das Escolas Rurais e Indígenas - Francielle Stefanny Leite Silva

1.3. A Comissão de Análise de Currículos será responsável:

a) Análise de toda documentação apresentada pelo candidato;

b) Preenchimento da Ficha de Contagem de Pontos;

c) Divulgação do Resultado na SEEL de Poxoréu.

1.4. Os candidatos selecionados, convocados e designados prestarão serviço voluntário, nos termos da Lei n° 9.608, 18 de fevereiro de 1998, por período máximo de 8 (oito) meses letivos.

1.5. A convocação, inicio e o término das atividades do assistente de alfabetização estão condicionados ao crédito do recurso pelo FNDE.

2. DOS OBJETIVOS

2.1. O **Programa Mais Alfabetização** tem por objetivo fortalecer e apoiar as escolas no processo de alfabetização dos estudantes de todas as turmas do primeiro e segundo anos do ensino fundamental.

3. DAS DIRETRIZES

São diretrizes do **Programa Mais Alfabetização**:

I. fortalecer o processo de alfabetização dos anos iniciais do ensino fundamental, por meio do atendimento às turmas de 1º e 2º anos; **II.** promover a integração com a política educacional da rede de ensino; **III.** integrar as atividades ao projeto político-pedagógico da rede e das Unidades Escolares; **IV.** viabilizar atendimento diferenciado às Unidades Escolares vulneráveis; **V.** estipular metas do Programa entre o MEC, os entes federados e as Unidades Escolares participantes; **VI.** assegurar o monitoramento e a avaliação periódica da execução e dos resultados do Programa; **VII.** promover o acompanhamento sistemático, pelas redes de ensino e gestão escolar, da progressão da aprendizagem dos estudantes regularmente matriculados nos 1º e 2º anos iniciais do ensino fundamental; **VIII.** estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios; **IX.** fortalecer a gestão pedagógica e administrativa das redes estaduais, distrital e municipais de educação e de suas Unidades Escolares jurisdicionadas; **X.** avaliar o impacto do Programa na aprendizagem dos estudantes, com o objetivo de gerar evidências para seu aperfeiçoamento no processo ensino aprendizagem.

4. DOS REQUISITOS

Serão considerados os seguintes critérios para a seleção de **Assistente de Alfabetização**: **I.** O candidato deve ser brasileiro nato ou naturalizado; **II.** Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos no ato da inscrição; **III.** Estar em dia com as obrigações militares, para sexo masculino; **IV.** Estar quite com a Justiça Eleitoral; **V.** Ter Licenciatura em Pedagogia, estar cursando Pedagogia, ou ter Nível Médio com habilitação em magistério; **VI.** Capacidade de comunicação e diálogo; **VII.** Acolhimento e sensibilidade na realização das atividades com crianças.; **VIII.** Disponibilidade de horário para participar de reuniões de formação, com pessoal técnico responsável pelo Programa; **IX.** Capacidade de manter o controle sobre o trabalho pedagógico em desenvolvimento nas turmas; **X.** Capacidade de intensificar ações voltadas ao apoio e fortalecimento do processo de alfabetização; **XI.** Competências, saberes e habilidades para desempenhar a função de Assistente de Alfabetização.

5. DAS ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO

O **Assistente de Alfabetização** da turma deverá participar das formações que acontecerão no decorrer do Programa, e bem como apoiar o professor alfabetizador regente da turma no processo de alfabetização de leitura, escrita e matemática dos alunos matriculados nos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.

6. DA FREQUENCIA DO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO

6.1 Para se manter ativo no Programa Mais Alfabetização, a frequência do Assistente de Alfabetização deve ser de 100% (cem por cento), salvo motivos justificáveis na forma da lei, que devem ser devidamente informados e comprovados;

6.2 As listas de frequência deverão ser assinadas diariamente, nominalmente pelo Assistente de Alfabetização, com controle do Diretor da Unidade Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino.

6.3 Será considerada evasão a ausência não informada e nem justificada do Assistente de Alfabetização por um prazo superior a 03 (três) dias.

6.4 O Assistente de Alfabetização do programa Mais Alfabetização não deve ser substituto do professor regente.

6.5 Será desvinculado o Assistente de Alfabetização que durante a vigência do termo de trabalho voluntário não corresponder aos requisitos básicos do Programa Mais Alfabetização, bem como não apresentar perfil adequado.

7. DAS VAGAS

As vagas serão disponibilizadas de acordo com a quantidade de turmas ofertadas nos 1º e 2º ano do Ensino Fundamental de cada Unidade Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino.

8. DAS INSCRIÇÕES:

8.1 As inscrições serão efetuadas no dia 11 a 12/06/2019 nas Unidades Escolares, urbanas e rural, da Rede Pública Municipal de Ensino, no horário das 7 às 11 horas e das 13 às 17 horas. **8.2** Não será cobrada taxa de inscrição. **8.3** Antes de efetivar a sua inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e seus anexos e, certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. **8.4** Ao preencher a ficha de inscrição, constante do anexo IV deste Edital, o nome do candidato deverá ser preenchido sem abreviações, em conformidade com o documento oficial de identidade. **8.5** As informações prestadas na Ficha de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão de Análise dos Currículos do direito de excluí-lo do processo seletivo simplificado se o preenchimento for feito com dados incompletos ou incorretos bem como, se constatado posteriormente serem inverídicas as informa-

ções. **8.6** A idoneidade dos documentos apresentados é de inteira responsabilidade do candidato, respondendo o mesmo por qualquer irregularidade que, porventura, venha a ser constatada. **8.7** Não será aceita a entrega condicional de documentos, bem como, após entrega da documentação, o encaminhamento de documentos complementares e/ou sua retirada. **8.8** Não serão aceitos documentos após o ato da inscrição. **8.9** Serão eliminados os candidatos que não apresentarem as documentações exigidas neste Edital. **8.10** Será entregue ao candidato o comprovante de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, conforme modelo constante do Anexo V deste edital. **8.11** A inscrição do candidato implicará o seu conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, das quais não poderá alegar desconhecimento.

9. DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ATO DA INSCRIÇÃO

No ato da inscrição o candidato deverá entregar os seguintes documentos, com apresentação de cópias acompanhados dos documentos originais: **a)** Cédula de Identidade – RG; **b)**Cadastro de Pessoa Física – CPF;

c) Diploma de graduação em Pedagogia ou Licenciatura, Normal, Ensino Médio Magistério ou outros ou declaração que comprove ser estudante universitário do Curso de Pedagogia/Licenciaturas);

d)Comprovante de experiência no Magistério;

e) Cursos de atualização pedagógica na área da Educação, considerando os últimos 03(três) anos.

10. DA SELEÇÃO

10.1. A seleção se dará pelo **Processo Seletivo Simplificado – Modalidade Contagem de Pontos**, realizada por meio da análise de Currículo cuja pontuação máxima será 10 (dez) pontos de acordo com o Anexo II deste Edital.

10.2. O candidato será eliminado caso não atenda as exigências deste Edital.

10.3. Nos casos de empate, terá preferência, para fim de classificação final, o candidato que tiver maior idade.

11. DO RESULTADO

11.1. O resultado preliminar será divulgado no dia **13/06/2019, impreterivelmente até às 14 horas** na sede de cada Unidade Escolar urbana ou do campo, por ordem de classificação. **11.2.** Poderá haver recurso para a revisão de pontos obtidos na etapa classificatória do certame, que deverá ser protocolizada junto à Comissão de Análise de Currículos da Unidade Escolar onde o candidato se inscreveu. **11.4.** O recurso deve ser entregue à Comissão de Análise de Currículos da Unidade Escolar até às 11 horas do dia **14/06/2019. 11.3.** O recurso deverá ser apresentado digitado contendo o nome completo do candidato contendo exposição de motivos clara, consistente e objetiva. **11.4.** O recurso inconsistente bem como aqueles cujo teor desrespeite a Comissão de Análise de Currículos serão preliminarmente indeferidos. **11.5.** Os pedidos de recursos serão julgados pela Comissão de Análise de Currículos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas de seu recebimento. **11.6.** Não será aceito recurso encaminhado via e-mail. **11.7.** Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos. **11.8.** A Comissão de Análise de Currículos deverá encaminhar no dia **12/06/2019, às 16 horas**, o resultado final do Processo Seletivo Simplificado para a Comissão Organizadora. **11.9.** O resultado final será divulgado no dia **18/06/2019,** no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso. **11.10.** Oresultado final será afixado na sede daSecretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Poxoréu –MT e Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino. **11.11.** Todos os candidatos habilitados serão considerados aprovados constituindo assim o banco de Assistente de Alfabetização do Programa Mais Alfabetização do Município de Poxoréu-MT.

12. DA LOTAÇÃO

12.1. A lotação obedecerá a ordem de classificação dos candidatos aptos no Processo Seletivo Simplificado e o atendimento dos critérios estabelecidos neste Edital. **12.2.** Os candidatos classificados, preenchidos os requisitos constantes deste Edital, assinarão o **Termo de Compromisso de Voluntariado** para prestação das atividades de Assistente de Alfabetização, pelo prazo máximo de 08 (oito) meses letivos, período este que poderá ser alterado de acordo com normas e diretrizes estabelecidas pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC – Ministério da Educação. **12.3.** Em caso de desistência será convocado para lotação, o candidato classificado segundo a ordem decrescente de pontos.

13. DO CRONOGRAMA

13.1. Publicação do Edital – 11/06/2019 **13.2.** Inscrições – 11 a 12/06/2019 **13.3.** Resultado preliminar – 13/06/2019 **13.5.** Recurso – 14/06/2019 até às 11h **13.6.** Resultado do Recurso – 17/06/2019 as 11hrs **13.7.** Publicação do Resultado Final –2 18/06/2019

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1 . Compete à Comissão Organizadora todos os esclarecimentos e informações deste Edital. **14.2** . O trabalho do Assistente de Alfabetização é considerado de natureza voluntária (na forma da Lei nº 9.608/1998), sendo que os selecionados receberão uma bolsa mensal para ressarcimento de despesas pessoais (Alimentação e Transporte) por turma/mês, conforme estabelece a Resolução nº 7 de 22 de março de 2018. **14.3** . O Assistente de Alfabetização poderá atuar em mais de uma turma, não excedendo a mais de **08 (oito) turmas nas Unidades Escolares Não Vulneráveis e 04 (quatro) turmas nas Unidades Escolares Vulneráveis. 14.4** . O valor da Bolsa Mensal por turma, a ser recebido pelo Assistente de Alfabetização, a título de ressarcimento de despesas pessoais, segue descrito na tabela abaixo:

UNIDADES ESCOLARES	CARGA HORÁRIA (horas)	VALOR DA BOLSA MENSAL POR TURMA (R$ 1,00)
NÃO VULNERÁVEIS	05	150,00
NVULERÁVEIS	10	300,00

14.5. Os casos omissos ou especiais serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado.

Poxoréu – MT,11 de junho de 2.019.

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS

Nº ORD	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
01	ESCOLA MUNICIPAL PROFª ODETE OLIVEIRA SOUZA
02	ESCOLA MUNICIPAL PROFª GUIOMAR MARIA DA SILVA
03	ESCOLA MUNICIPAL EPAMINONDAS CORREIA DE OLIVEIRA

ANEXO II

FICHA DE CONTAGEM DE PONTOS

FORMAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Diploma de Graduação em Pedagogia	3 pontos
Cursando Pedagogia	2 pontos
Ensino Médio na modalidade Magistério	1 ponto
Experiência em docência por tempo de atuação.	2 pontos
Curso de atualização pedagógica na área da Educação	1 ponto (Meio ponto a cada 40 horas)

ANEXO III

CURRÍCULO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO VOLUNTÁRIO DO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO

Eu, ,

RG , CPF

declaro entregue o(s) documento(s) comprobatórios(s) abaixo assinalados:

DENOMINAÇÃO	PONTUAÇÃO
Diploma de Graduação em Pedagogia	
Cursando Pedagogia	
Ensino Médio Magistério	
Experiência em docência por tempo de atuação	
Atualização Pedagógica	

O preenchimento da pontuação é de responsabilidade da Comissão de Análise de Currículo.

Poxoréu, de de 2019

Assinatura do Candidato:

Assinatura da Comissão de Análise de Currículos:

ANEXO IV

FICHA DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

1. IDENTIFICAÇÃO:

NOME DO(A) CANDIDATO(A):

FILIAÇÃO:_____
_____
_____

RG: SSP/ CPF:

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Nº

BAIRRO OU DISTRITO:

FONE: CELULAR:

E-MAIL

UNIDADE ESCOLAR_____
___

2. POSSUI DISPONIBILIDADE PARA ATUAR COMO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO?

( ) SIM.

( ) NÃO.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO V

Programa Mais Alfabetização

Processo Seletivo Simplificado – Modalidade Contagem de Pontos

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

(Via Escola)

Nome do(a) candidato(a):

Unidade Escolar:_____

Função: ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO

Poxoréu- MT, ----------de----------de 2019.

.

Assinatura da Comissão de Análise de Currículo Assinatura do(a) candidato(a)

Programa Mais ALFABETIZAÇÃO

Processo Seletivo Simplificado – Modalidade Contagem de Pontos

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

(Via do candidato)

Nome do(a)candidato(a)

Unidade Escolar:_____

Função: ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO

Poxoréu – MT, de de 2019.

_____

Assinatura da Comissão de Análise de Currículo Assinatura do(a) candidato

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
PRORROGAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO PREGAO PRESENCIAL Nº 15/2019

A Prefeitura Municipal de RESERVA DO CABAÇAL/MT, torna público que prorrogará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 015/2019, para Registro de Preços, cujo Objeto Aquisição de 01(uma) pá carregadeira - peso operacional mínimo de 6.000 Kg, Capacidade de Caçamba mínimo de 0,9 a 1,1 m³, Carga nominal de operação mínimo de 1.800 kg, Altura de descarga mínima de 2,580 mm, Distância de descarga mínima de 900-960 mm, Distância entre rodas mínima de 1.550 mm, Distância entre eixos mínimo de 2.300 mm, Potência /velocidade Kw/Rpm 58/2400. Para o dia: 24/06/2019, em virtude do feriado nacional no dia 20/06/2019. A Entrega dos Envelopes contendo a Proposta de Preços, Documentos de Habilitação e a Documentação do Credenciamento deverão ser entregues ao Pregoeiro no dia 24/06/2019 às 07:30 min (horário de Mato Grosso). Edital Completo: Afixado no endereço Prefeitura Municipal, Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT e no site www.reservadocabacal.mt.gov.br. Abertura do envelope Nº 01: dia 24/06/2019, no endereço estabelecido no edital. Regida pelas Leis Federais: Lei nº 10.520 de 17/07/2002, Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Reserva do Cabaçal – MT, 11 de Junho de 2019.

VONISSON GOMES DOS SANTOS

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

GABINETE
PORTARIA Nº. 83/2019 ALTERA A PORTARIA N° 45/2019 E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO – CMMAT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº. 83/2019

DATA: 07 DE JUNHO DE 2019.

"ALTERA A PORTARIA N° 45/2019 E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO – CMMAT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal Interina de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º - Altera a Portaria 45/2019 de 22 de março de 2019 e nomeia os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Turismo – CMMAT, conforme a Lei Municipal 817/2019 de 18 de maio de 2016

Presidente

Adelan de Souza dos Remédios – Titular

Representante do Legislativo

Sebastiana Coelho dos Santos - Titular
Rosane Fernandes Araújo – Supletivo

Representante da Secretaria da Saúde

Valdemezio Xavier da Silva - Titular
Paulo Victor Santos Silva - Suplente

Representante da Infra Estrutura e Obras

Rosemar Batista de Alcantes – Titular
Deusuita Ferreira dos Santos - Suplente

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Gilberto de Paula e Silva - Titular
Arceli Cláudio Ortolan - Suplente

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria n° 45/2019 e as demais disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 07 DE JUNHO DE 2019.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

GABINETE
LEI N.º 818/2019 DISPÕE SOBRE A SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO DA ZONA URBANA; PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DAS RUAS, DISTRITO, POVOADOS E SÍTIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI N.º 818/2019

DATA: 03 DE JUNHO 2019

"DISPÕE SOBRE A SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO DA ZONA URBANA; PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DAS RUAS, distrito, POVOADOS E SÍTIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e a Prefeita Municipal Luzia Nunes Brandão sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - As ruas da cidade deverão ser devidamente sinalizadas, obedecendo ao Código de Trânsito Brasileiro vigente, ficando o poder Executivo autorizado a proceder à devida sinalização e placas de identificação de ruas, distritos, povoados e sítios no âmbito do Município.

Art. 2º - A Sinalização e placas de identificação, disciplinada na presente Lei, tem por objetivo criar as condições necessárias, seguras para o trânsito de automóveis, motos, bicicletas e o tráfego de pessoas, seja na Zona Urbana, seja na Zona Rural.

Parágrafo Único – As placas de identificação na Zona Rural devem consistir na indicação de início e fim de cada Comunidade Rural colocadas em todas as estradas vicinais dentro do Município.

Art. 3º - Para colocação da placa de sinalização deverá ser observada à distância de pelo menos 100 (cem) metros do local ao qual se quer identificar.

Art. 4º - Nas placas indicativas deverão constar setas indicando os nomes dos sítios, bairros, ruas, avenidas, igrejas, hospitais, prefeitura, câmara municipal, agências bancárias, correios, escolas, áreas esportivas, pontos turísticos, entidades não governamentais e públicas existentes na cidade.

Art. 5º - Nas placas de advertência deverão constar alerta e proibição de sinais sonoros de alta velocidade, passagens de pedestres, cruzamentos e outros de acordo com o código Nacional de Trânsito.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar parcerias e convênios com entidades públicas e ou privadas (comércio e indústria), entidades de classe, sindicatos e associações comunitárias, para execução do que trata o "caput" do artigo 1º desta Lei.

Art. 7º - Efetuada a parceria e ou convênio a empresa ou entidade poderá colocar seu apoio publicitário em letras pequenas na parte inferior das placas.

Art. 8º - O prazo máximo para utilização do espaço publicitário pela mesma empresa e na mesma placa é de 06 (seis) anos, podendo ser renovado por igual período e deverá ser fixado no termo de parceria ou convênio.

Art. 9º - Fica a Secretaria de Administração através da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura responsável pela aplicabilidade da presente Lei

Art. 10º – Esta Lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua aprovação, podendo ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 11º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 03 DE JUNHO 2019.

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO - TOMADA DE PREÇOS N° 002/2019 - DESERTA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇOS N° 002/2019

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, às 08h30min na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Rio Branco – MT reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação – CPL, nomeada pela Portaria nº 001, de 02 de Janeiro de 2019, a Senhora **VANDERLEIA RODRIGUES ALVES**, como Presidente e o Senhor Edmar Vicente de Oliveira, como Secretário. A Comissão iniciou os procedimentos de credenciamento dos representantes das empresas interessadas em participar desta Tomada de Preços cujo objeto é*:* "PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM NAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO **– MT".**Conforme solicitação da Secretaria Municipal Infraestrutura e Desenvolvimento**.** Porém na data e hora da abertura foi constatado que NÃO HOUVE MANIFESTO DE NENHUMA EMPRESA INTERESSADA EM PARTICIPAR DO CERTAME TORNANDO-SE DESTA FORMA UM CERTAME **DESERTO**. Ficando assim marcada nova data para aceitação de propostas para o dia 27 de junho de 2019, às 09h00min. Nada mais havendo lavrou-se a presente ata que após lida e analisada, é assinada pela CPL.

VANDERLÉIA RODRIGUES ALVES

Presidente da C.P.L.

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 041/2018 E FAZEM ENTRE SI DE UM LADO O MUNICÍPIO DE RIO BRANCO MT E DE OUTRO LADO A EMPRESA MIRASSOL CONSTRUTORA EIRELLI ME.

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 041/2018 E FAZEM ENTRE SI DE UM LADO O MUNICÍPIO DE RIO BRANCO MT E DE OUTRO LADO A EMPRESA MIRASSOL CONSTRUTORA EIRELLI ME.

O **MUNICÍPIO DE RIO BRANCO,** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Av. Cerejeira n Rua Cerejeira n 90, Bairro Fidelândia, Rio Branco -MT, devidamente inscrita

no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.997/0001-72, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Antônio Xavier de Araújo, brasileiro, casado, autônomo, portador da Carteira de Identidade n. 070.858 SSP/MT e do CPF n. 178.874.611-20, residente e domiciliado na cidade de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, resolve, através do presente, **RESCINDIR UNILATERALMENTE O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2018** firmado com a empresa MIRASSOL CONSTRUTORA EIRELLI ME, inscrita no CNPJ/MF nº 27.885.794/0001-74, estabelecida na cidade de Cáceres – MT, Av. São Luiz 588, Bairro Jardim Paraiso, neste ato representada por Claudemir Rosa Maciel, Carteira de Identidade RG nº 14795051 SSP/MT, e CPF 009.958.551-02, em conformidade com as disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1. – A rescisão contratual em questão encontra amparo no disposto no art. 79, inciso I, e art. 77 e 78, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como Cláusula 13 do Contrato Originário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

2.1 – A rescisão contratual foi feita por ato unilateral da Administração segundo o dispositivo retro mencionado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

3.1 – O motivo da rescisão contratual deve-se ao fato da contratada descumprir com as suas obrigações contratuais, em especial (PARALISAÇÃO DA OBRA DE FORMA INJUSTIFICADA POR MAIS DE 30 DIAS), infringido assim a Cláusula 13.1, do contrato original nº 041/2018, de 09 de maio de 2018.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Fica rescindido o contrato a partir da data de assinatura deste termo de rescisão contratual, passando a ter eficácia após publicação.

E, assim sendo, assina o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Rio Branco MT, 08 de abril de 2019.

_____

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO – MT

Antônio Xavier de Araújo

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

ATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2019/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 112/2014-GAB.

ASSUNTO: Licença Prêmio para a Servidora ***ROSILENE DOS SANTOS SILVA,*** no Cargo efetivo de ***AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS,*** Matricula ***nº 70.***

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso XXVI do Art. 70 da LOM, e,

Considerando que, o pedido de licença chegou a este Gabinete dia 11/06/2019 devido ao fato de haver sido protocolado com o Procurador Geral do Município daquela época.

Considerando que, o servidor já gozou do período de licença conforme planejamento da Secretaria de Assistência Social como prevê o Regulamento.

DECIDO.

1 – Deferir regularizando a concessão da licença prêmio remunerada para a servidora *ROSILENE*, No Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS, Matricula nº 70, referente ao período de aquisição compreendido entre 30/06/2014 até 30/06/2018, gozado consecutivamente nos meses de JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO DE 2019.

2– Ao DRH para ciência do servidor e anotações necessárias.

Rondolândia-MT, 11 de junho de 2019

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 013/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 048/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2019 - SRP

Pelo presente instrumento o **Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, o Srº. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, inscrito no CPF sob nº 560.023.512-72, **RESOLVE REGISTRAR** os preços da empresa J.S. Engenharia e Arquitetura LTDA-ME, inscrita no CNPJ/CPF sob o n° 29.091.107/0001-74, instalada e localizada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 1752, Bairro: Jardim Clodoaldo, na cidade de Cacoal/RO, representada neste ato por sua sócia proprietária Srª Suellen de Castilhos Ferreira, portadora do CPF nº 981.712.832-68 e do RG nº 1008585 SSP/RO, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 016/2019 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, nos Decretos Municipais nº 0118/2006 de 11/ 09/ 2006, nº 207/GAB/MPR/2013 de 25/01/2013 e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - Contratação mediante sistema de **REGISTRO DE PREÇOS (por Item)**, para futura e eventual **Contratação de Empresa e ou Pessoa Física para Prestação de Serviços de Consultoria, Fiscalização e Elaboração de Projetos de Engenharia - Plena e Elaboração de Projetos de Arquitetura, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração**, conforme especificação e quantidades especificadas no Termo de Referencia.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 - A empresa Contratada deverá prestar os serviços, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência do Pregão n° 016/2019.

2.2 - O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 016/2019 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

3.1 - Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

Detentora da ARP:

Nome: J.S. Engenharia e Arquitetura LTDA-ME.	
CNPJ Nº: 29.091.107/0001-74	
Endereço: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 1752, Bairro: Jardim Clodoaldo.	
Cidade/Estado: Cacoal/RO	CEP: 76.963-564
Telefone: (69) 3441-7525 /(69) 9 9300-9299	E-mail:construtoramackenzie@gmail.com
Representante Legal: Suellen de Castilhos Ferreira	
CPF Nº: 981.712.832-68	

3.2 - O preço, a quantidade e a especificação do item registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Código TCE	UND	Quant.	Descrição	Vlr Unt.	Vlr Total
01	354317-0	HORAS	840	SERVIÇO DE RESPONSABILIDADE TECNICA NA AREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TECNICA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE LAUDOS, PROJETOS DE RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL E FISCALIZAÇÃO DO CONTROLE TECNOLOGICO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NAS EDIFICAÇÕES, ENGENHARIA PLENA.	R$ 122,00	R$ 102.480,00
Valor Total						**R$ 102.480,00**

3.3 - Detentora reserva da ARP:

Nome:	
CNPJ Nº:	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone:	E-mail:
Representante Legal:	
CPF Nº:	

3.4 – A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira detentora.

3.5 – O valor total registrado da presente Ata é de R$ 102.480,00 (Cento e dois mil e quatrocentos e oitenta reais).

3.6 – Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

3.7 - O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

3.8 - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva deverá ser respeitada nas contratações.

3.9 - O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Primeira.

3.10 - Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

4.1 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

4.2 - Realizar a prestação dos serviços objeto deste instrumento nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência do Pregão n° 016/2019.

4.3 - Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

4.4 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

4.5 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT.

4.6 - A Detentora deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a execução e ou Prestação dos serviços, bem como, durante a vigência da Presente Ata.

4.7 – Cumprir com os prazos para com a prestação dos serviços, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

4.8 - Executar os serviços em conformidade com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, termos de contrato e Proposta de preços apresentada;

4.9 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

4.10 - Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

4.11 - Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um email válido para comunicação.

4.12 - Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informados.

4.13 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.14 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

4.16 - Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;

4.17 - É dever inescusável da Contratada exigir de qualquer dos seus *prepostos e colaboradores que ajam na execução do contrato em estrita obediência aos ditames da* Lei 12.846/2013, cumprindo fielmente a **cláusula anticorrupção**, respondendo civil, administrativamente e criminalmente, sempre que a ação de um empregado ou representante seu causar prejuízos ao patrimônio público ou infringir princípios da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

5.2 - Emitir as Autorizações e ou ordem de serviço para com a realização dos mesmos.

5.3 - Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços.

5.4 - Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

5.5 - Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

5.6 - Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

5.7 - Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência do Pregão n° 016/2019.

5.8 - Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1 - A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência por **07 (sete) meses**, incluídas eventuais prorrogações, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO, DOS ACRÉSCIMOS E DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1 - O gerenciamento desta ATA caberá ao Gabinete do Prefeito, através da Supervisão do Departamento de Licitações e Compras, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

7.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.3 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços obedecerá ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.5 - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços, conforme Parágrafo 4º do Art. 12 do Decreto Federal nº 7.892 de 23/01/2013 *"§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços".*

CLÁUSULA OITAVA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

8.1 - Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e no Decreto Federal nº 7.892/2013.

8.2 - Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas e as futuras decorrentes de utilização por parte do Gerenciador.

8.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se referem este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

8.4 - Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência do Pregão n° 016/2019, Anexo I deste Edital, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 – Realizado o fornecimento e ou a prestação dos serviços, os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, estando devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado devendo ainda a Detentora da Ata de Registro de Preço comprovar Regularidade Fiscal e Trabalhista, sendo: Comprovação de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Regularidade Trabalhista, bem como, Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.2 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura de Rondolândia no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

9.3 - A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos Produtos objetos fornecidos e ou a descrição completa dos serviços prestados a esta Prefeitura, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4 – Caso, constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

9.5 - Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

9.6 - O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

9.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

9.8 - A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata;

9.9 - Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme Item 9.1;

9.10 - A prestadora/fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos suportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1 - Os preços registrados "poderão" ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.2.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.2.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.3.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.3.2 - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

10.3.3 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.4 - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

11.1 – Nos termos da Lei 12.846/2013, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS DE RESCISÃO E DAS PENALIDADES

12.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) O descumprimento da clausula décima primeira (compromisso anticorrupção), por qualquer das partes, **ensejará a rescisão unilateral do contrato**, sem qualquer indenização, devendo, sem embargo de outras medidas cíveis e administrativas, a cargo de qualquer dos membros da Procuradoria-Geral do Município, comunicar os fatos ao Ministério Público, dando ciência a Controladoria Geral do Município para as medidas de sua competência.

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e nesta Ata;

c) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

e) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

12.2 - Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

12.3 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

12.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.5 - Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

12.6 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.7 - Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12.8 - A Detentora que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

12.9 - Por atraso injustificado na prestação dos serviços, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

12.10 - O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita à suspensão temporária a que se refere a alínea “c” do item 11.8 acima.

12.11 - As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

12.12 - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e conseqüentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

12.13 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

12.14 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

12.15 - Serão publicadas no Diário Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item 11.8, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12.16 - Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, serão consignadas no Orçamento de 2019, Órgão: Secretaria Municipal de Administração sendo indicada a dotação orçamentária de acordo com a necessidade de utilização em momento oportuno, conforme o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013 “que regulamenta o Sistema de Registro de Preços” e seu Art. 7º, do Capítulo V, Parágrafo 2º.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou a prestar os serviços registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 016/2019 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

14.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 016/2019, seus anexos e a proposta da Detentora;

III - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1 - Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1 - As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 11de Junho de 2019.

_____

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

_____

J.S. Engenharia e Arquitetura LTDA-ME,

CNPJ Nº: 29.091.107/0001-74

Nome Suellen de Castilhos Ferreira - Representante Legal

CPF Nº: 981.712.832-68

Participantes desta ARP:

_____

Regileila Paulino de Oliveira

Secretária Municipal de Administração

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
MAPA DE RESULTADO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 082/2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 044/2019

Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Topografia e Geologia, destinado a realização do Levantamento Topográfico Planialtimétrico e Furos de Sondagens do Tipo SPT, com objetivo de subsidiar a Elaboração do Projeto Arquitetônico Urbanístico para implantação de Área Verde com Equipamentos Públicos a Quadra 33, centro, com forma de Compensação Ambiental do Plano de Recuperação da Área Degradada - PRAD, em relação a Área onde se encontra localizado/implantado o Cemitério São José com o fim de subsidiar a obtenção da LI, LP e LO para o aludido Cemitério que tramita no Processo nº 23375/2014/SEMA-MT de requerimento do Município perante a Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 24. É dispensável a licitação: II – para outros serviços e compras de valor de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

EMPRESA VENCEDORA DO ITEM LICITADO: **Way4uatro Engenharia e Arquitetura LTDA, CNPJ: 21.637.773/0001-53, Endereço: Rua Vinte e Dois, S/N, Bairro: Morada do Ouro II, CEP: 78.053-754, Cuiabá/MT**

Item	Und	Quant	Especificação	Valor Unt	Valor Total
01	SRV	01	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA E GEOLOGIA, PESSOA JURIDICA DESTINADO A REALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO E FUROS DE SONDAGENS DO TIPO SPT, COM OBJETIVO DE SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DO PROJETO ARQUITETONICO URBANISTICO PARA IMPLANTAÇÃO DE AREA VERDE COM EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NA QUADRA 33, CENTRO, COM FORMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DO PLANO DE RECUPERAÇÃO DA AREA DEGRADADA - PRAD, EM RELAÇÃO A AREA ONDE SE ENCONTRA LOCALIZADO/IMPLANTADO O CEMITÉRIO SÃO JOSÉ COM O FIM DE SUBSIDIAR A OBTENÇÃO DA LI, LP E LO PARA O ALUDIDO CEMITÉRIO QUE TRAMITA NO PROCESSO Nº 23375/2014/SEMA-MT DE REQUERIMENTO DO MUNICIPIO PERANTE A SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE.	R$ 12.600,00	R$ 12.600,00
Valor Total					**R$ 12.600,00**

Detalhamento dos Serviços				
PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA – PRAD – PROJETO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL (PRAÇA)				
Estudos Topográficos - Topografia				
Levantamento Plani-altimétrico	Und	01	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00
Relatório Final – Mapas e Planilhas)	Und	01	R$ 500,00	R$ 5.000,00
SUB-TOTAL-1.1				**R$ 5.500,00**
Estudos Geológicos				
Mapeamento Geológico num raio de 1,0km	Und	01	R$ 1.100,00	R$ 1.100,00
Relatório Final – Mapas e Planilhas)	Und	01	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00

SUB-TOTAL – 1.2				**R$ 2.100,00**
Estudos Geotécnicos do local do empreendimento				
Sondagem a Percussão – SPT				
Instalação de Equipamento	Und	02	R$ 250,00	R$ 500,00
Furo de Sondagem com faturamento mínimo de 10 metros	Und	20	R$ 200,00	R$ 4.000,00
Relatório Final, Mapas e Planilhas)	Und	01	R$ 500,00	R$ 500,00
SUB-TOTAL – Item 1.3				**R$ 5.000,00**
Valor Total				**R$ 12.600,00**

Obs: *O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes de Fls. 84/85 nos autos do Processo 082/2019, sendo adjudicado a seu favor o item acima descrito.*

Valor Global de R$ 12.600,00 (Doze mil e seiscentos reais).

Rondolândia – MT, 11 de Junho de 2019.

_____

Liliane Guedes Santos Souza Presidente da CPL

LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 021/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira Oficial nomeada através do Decreto nº 1.594/GAB/PMR de 28 de março de 2019, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e horadesignados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente aoprocedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 021/2019**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 066/2019, cujo Objeto:**Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para fornecimento de Laudo Técnico de Análise Microbiológica de Potabilidade da água, para atender as necessidades da Vigilância em Saúde no controle e verificação da água para consumo humano**, sagrou-se vencedora do item licitado a empresa: **BAX-SERVIÇOS DE ANALISES QUÍMICAS E BIOLOGICAS LTDA, CNPJ: 13.219.192.0001-73,** *com a proposta final* perfazendo um valor total de R$: 31.968,00(trinta e um mil novecentos e sessenta e oito reais).

Rondolândia - MT, 11 de Junho de 2019.

Keila Taiane

Pregoeira

ATO ADMINISTRATIVO Nº 22/2019/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 166/2015-GAB.

ASSUNTO: Licença Prêmio para o Servidor ***JOÃO DE OLIVEIRA NETO,*** no Cargo efetivo de ***VIGIA,*** Matricula ***nº 17.***

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso XXVI do Art. 70 da LOM, e,

Considerando que, o pedido de licença chegou a este Gabinete dia 11/06/2019 devido ao fato de haver sido protocolado com o Procurador Geral do Município daquela época.

Considerando que, o servidor já gozou do período de licença conforme planejamento da Secretaria de Educação como prevê o Regulamento.

DECIDO.

1 – Deferir regularizando a concessão da licença prêmio remunerada para o servidor *JOÃO DE OLIVEIRA NETO*, No Cargo efetivo de VIGIA, Matricula nº 17, referente ao período de aquisição compreendido entre 01/07/2012 até 01/07/2017, gozado consecutivamente nos meses de JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO DE 2019.

2– Ao DRH para ciência do servidor e anotações necessárias.

Rondolândia-MT, 11 de junho de 2019

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.031/2019

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.031/2019

O Município de Rosário Oeste/MT, por meio de seu pregoeiro oficial, no uso das prerrogativas que lhe confere a lei, comunica aos interessados que a licitação referente à Pregão Presencial 031/2019, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RASTREAMENTO VEICULAR PARA ATENDER A FROTA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT , marcada para o dia 20/06/2019 às 09:00 horas, fica PRORROGADA para o dia 21 de junho de 2019 às 09:00 horas, para a entrega dos envelopes e a abertura do processo licitatório.

MOTIVO:HAJA VISTA QUE A DATA MARCADA 20/06/2019 É FERIADO NACIONAL "CORPUS CHRISTI" .

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

PREGOEIRO OFICIAL

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.032/2019

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.032/2019

O Município de Rosário Oeste/MT, por meio de seu pregoeiro oficial, no uso das prerrogativas que lhe confere a lei, comunica aos interessados que a licitação referente à Pregão Presencial 032/2019, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE GERENCIAMENTO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A FROTA DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, marcada para o dia 20/06/2019 às 14:00 horas, fica PRORROGADA para o dia 21 de junho de 2019 às 14:00 horas, para a entrega dos envelopes e a abertura do processo licitatório.

MOTIVO:HAJA VISTA QUE A DATA MARCADA 20/06/2019 É FERIADO NACIONAL "CORPUS CHRISTI" .

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

PREGOEIRO OFICIAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 098/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 098/2019

Texto:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 098/2019

Texto:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 098/2019

Objeto: **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS 0 KM TIPO AMBULÂNCIA PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT**

EMPRESA: **EMPRESA SANTA CATARINA COMERCIAL EIRELLI**

AQUISIÇÃO

ROSÁRIO OESTE 10 de Junho de 2019

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019

OBJETO: "Seleção de melhor proposta, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e fracionada de Carne para a Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, Creche Municipal Branca de Neve e Secretaria Municipal de Saúde", por um período de 12 meses.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura de Salto do Céu, através de sua Pregoeira Oficial torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participou do certame licitatório supramencionado a empresa: **A. ALVES DE SOUZA – EPP CNPJ: 02.995.633/0001-02,** sendo que se sagrou vencedora com proposta final no valor total de todos os itens de R$ 195.367,08 (cento e noventa e cinco mil e trezentos e sessenta e sete reais e oito centavos); o valor unitário de cada item está registrado no Relatório Final emitido pelo Sistema, anexo ao procedimento e em Ata de Registro de Preços; que destina o menor preço por item, por um período de 12 meses.

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 31 de Maio de 2019.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N° 058/2019

DECRETO MUNICIPAL N° 058/2019 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 058/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT".

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e na Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 50 do inciso VIII, baixa a seguinte **DECRETO**:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto Municipal nº 057/2019 de 10 de junho de 2018 que estabelece medidas para a gestão das despesas e controle do gasto de pessoal e de custeio, o âmbito da Administração Pública do poder executivo Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário em especial a decreto nº057/2019 de 10 de junho de 2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 11 DE JUNHO DE 2019.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 0201/2019 DE 10 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA Nº 0201/2019

DE 10 DE JUNHO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DAS SERVIDORAS PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 018/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear as servidoras Edina Salete Veroneze, inscrita no CPF nº 047.163.249-07 representando as secretarias municipais para Fiscalização do contrato nº 018/2019, cujo objeto é: **AQUISIÇÃO DE CASCOS DE BOTIJÕES DE GÁS TIPO P13KG e P45KG, E RECARGAS DE GÁS P13KG e P45KG, PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**, resultado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2018 - PREGÃO PRESENCIAL nº 017/2018 – REGISTRO DE PREÇOS , empresa: **ANA PAULA DE MORAES - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º.11.748.326/0001-18.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário, está Portaria tem seus efeitos retroativos a 08 de abril de 2019;

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 10 DE JUNHO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PORTARIA Nº 0207/2019 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023 E 024/2019, 058 E 059/2018, 062 E 067/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora Sheila Querobina dos Santos, inscrita no CPF nº 055.0670.901-29 para Fiscalização das Atas de Registros de Preços nº 023 e 024/2019/Pregão Presencial nº 010/2019, cujo objeto é: registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de marmitex e refeição (almoço e janta); Ata de Registro de Preços nº 058 e 059/2018/ Pregão Presencial nº 031/2018, cujo objeto é: registro de preços para futura e eventual aquisição de lubrificantes e afins;

Ata de Registro de Preços nº 062 a 067/2018/ Pregão Presencial nº 029/2018 cujo objeto é: registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente diversos.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam –se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 11 DE JUNHO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0202/2019, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ADRIANA NOGAROLLI BORSATO".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede férias a servidora Comissionada Adriana Nogarolli Borsato, portadora do RG nº 58396680 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 695.991.229-68, no período de 17/06/2019 a 21/06/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 11 de Junho de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

PORTARIA Nº 0208/2019 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 34/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora Camila Taques Ferreira, inscrita no CPF/MF sob o nº 041.672.861-81, como Fiscal do Contrato nº 034/2019, cujo objeto é: aquisição de materiais e equipamentos para estruturação de rede de internet para a comunidade pacoval para atender a secretaria municipal de administração do municipio de Santa Rita do Trivelato/MT, conforme processo de dispensa de licitação nº 022/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 11 DE JUNHO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 0202/2019 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA Nº 0202/2019

DE 11 DE JUNHO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR JANDIR DOS SANTOS PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 020/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Jandir dos Santos**,** portador do CPF nº 006.194.959-01, como Fiscal do Contrato nº 020/2019, cujo objeto é: Contrato é a **AQUISIÇÃO DE UM MOTOSSERRA, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE, SERVIÇOS URBANOS E RURAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT,** conforme Processo de Dispensa de Licitação nº 012/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 15/04/2019.

Art. 3º. Revogam-se demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 11 DE JUNHO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0195/2019, DE 07 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA Nº 0195/2019, DE 07 DE JUNHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NÍVEL/CLASSE DOS SERVIDORES EFETIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Elevação de Nível/Classe da Servidora efetiva relacionada abaixo, conforme a Lei Complementar nº 082/2018 de 11 de Junho de 2018.

COD FUNC	SERVIDOR	CLASSE NIVEL/ATUAL	CLASSE NIVEL/NOVO
355	UELEN DAIANE DE CAMPOS FERREIRA SOUZA	B-01	A-04

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 07 de Junho de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0199/2019, 10 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA Nº 0199/2019, 10 DE JUNHO DE 2019.

SUMULA: "NOMEIA SERVIDOR CONCURSADO PARA O CARGO PÚBLICO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA MUNI-

CIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais considerando os resultados do Concurso Público realizado por esta Municipalidade no dia 03 de Fevereiro de 2019, cujo resultado foi homologado pelo Decreto 017/2019;

Considerando que SHIRLENE DO NASCIMENTO DA SILVA foi aprovado (a) e classificado (a) dentro do número de vagas disponibilizadas no referido Concurso, para o cargo de AGENTE DE MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL-ZELADOR;

Considerando, finalmente, que o (a) candidato (a) preenche os requisitos legais constante na Lei Municipal nº 64/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado SHIRLENE DO NASCIMENTO DA SILVA, brasileiro (a), inscrito (a) no RG nº 3107177-5 SSP/MT e no CPF/MF sob o nº 061. 952.673-41, para ocupar o cargo Efetivo de AGENTE DE MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL-ZELADOR integrante do Quadro de Pessoal do Município de Santa Rita do Trivelato/MT pelo Concurso Público de nº 01/2018.

Art. 2º. O (A) servidor (a) ora nomeado (a) fica submetido (a) ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santa Rita do Trivelato, instituído pela Lei Municipal nº 64/2015, bem assim ás demais disposições legais pertinentes.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 10 de Junho de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

COMPRAS E LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 0206/2019 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA Nº 0206/2019

DE 11 DE JUNHO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR MARCO ANTONIO SOARES DE LIMA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 24/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Marco Antonio Soares de Lima, portador da RG nº 20122489 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 014.924.641-208, como Fiscal do Contrato nº 024/2019, cujo objeto é: **AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA CATIÔNICA RL-1C PARA SER UTILIZADA NAS VIAS PÚBLICAS EM SERVIÇOS DE REPAROS TAPA BURACO PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT** , conforme Processo de Dispensa de Licitação nº 011/2019, cujo fornecedor é a empresa BETUNEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 60.546.801/0031-02.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário, está Portaria tem seus efeitos retroativos a 12 de março de 2019;

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 11 DE JUNHO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PORTARIA Nº 0205/2019 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Breno Ramalho Lemes, inscrito no CPF nº 303. 036.598-07 para Fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 073/2018/ Pregão Presencial nº 048/2018, cujo objeto é: registro de preços para futura e eventual aquisição de material de construção em geral, considerando o maior desconto sobre a tabela de preços SINAPI.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam –se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 11 DE JUNHO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
QUARTA ATA DE SESSÃO PÚBLICA - (DESERTA) PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019 - SRP

QUARTA ATA DE SESSÃO PÚBLICA - (DESERTA)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019 - SRP

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO RODOVIÁRIO DO TIPO CAMINHÃO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT

PREÂMBULO

Aos 04 (quatro) dias do mês de junho do ano de 2019, às 09 horas, reuniram-se na sala de Licitação, no Centro Administrativo Municipal, sito Avenida Flavio Luiz, nº 2.202, centro, Santa Rita do Trivelato/MT, a Pregoeira, Maria Cilene Pereira e Membros da Licitação, designados através da Portaria 039/2019, para a Sessão Pública do Pregão em epígrafe.

Aberta à sessão as 09h00min, até o momento nenhuma empresa interessada em participar do certame, prorrogada o tempo para até às 09h30min. Às nove horas e trinta minutos, a pregoeira abriu a sessão e declarou DESERTO o pregão pela 3ª (terceira) vez consecutiva.

Verificando ainda que o edital foi publicado na AMM – Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do estado de Mato Grosso e disponibilizado no site oficial da municipalidade (https://www.santaritadotrivelato.mt.gov.br/#/home) nos termos estabelecidos em lei, demonstrando que a municipalidade cumpriu com os requisitos legais para a publicidade e transparência do certame.

ENCERRAMENTO

A Pregoeira deu por encerrado os trabalhos da reunião, lavrando-se a presente Ata, que vai assinada pela Pregoeira, juntamente com a Equipe de Apoio.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

COMPRAS E LICITACAO
AVISO DE PUBLICAÇÃO-DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2019

PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2019

PUBLICAÇÃO

O Diretor da Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Santa Rita do Trivelato- MT, Sr. Fabio Lohmann, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no Processo de Dispensa de Licitação,com finalidade de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE CONTABILIDADE PUBLICA GERENCIAL (ORÇAMENTARIA, TESOURARIA, PATRIMONIAL, RECURSOS HUMANOS, E GESTÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL), MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO PARA ATENDER A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT**, junto a empresa **AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA,** inscrita no **CNPJ N°** 26.804.377/0003-59 no valor de R$ 13.200,00 (Treze mil e duzentos reais), a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com art. 24, inc. II, da Lei 8.666/93, alterado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de Junho de 2018,**PUBLICA** a justificativa apresentada e autoriza a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26, da Lei nº 8.666/93.

Santa Rita do Trivelato - MT, 11 de Junho de 2019.

EGON HOEPERS FABIO LOHMANN

Prefeito Municipal Diretor Executivo Santa Rita Previ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RESOLUÇÃO Nº. 005/CMDCA/2019

"Dispõe sobre o deferimento das inscrições do Processo de Escolha do Conselho Tutelar Gestão 2020/2024 do Município de Santo Afonso-MT.

A Presidente da Comissão Eleitoral do Processo de Escolha do Conselho Tutelar de Santo Afonso – MT, em reunião Ordinária realizada no dia 05 de junho de 2019, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei Municipal nº. 350/2013, RESOLVE:

Art. 1°. Fica deferida as inscrições dos seguintes candidatos ao Conselho Tutelar de Santo Afonso/MT, em ordem alfabética:

1. Adima da Silva Moraes Neitzhc
2. Adejaine Caldeira de Souza Leite
3. Alecssandra Aparecida Souto
4. Alzira Francisca da Silva
5. Deilma Alves Pego Tomazeli
6. Enedina Pego Gonçalves
7. Gutemberg Dias Leal
8. Heloisa Gomes da Silva
9. Hosana Jose Borges de Moraes
10. Iraneide de Souza Farias
11. Izequiel Soares Peçanha
12. Mirlaine Julies dias da Rocha
13. Rosa Maria de Souza

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Afonso - MT, 05 de junho de 2019.

Leusidene Aparecida Souto

Presidente CMDCA

EDITAL 001/2019 SME

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – MODALIDADE

CONTAGEM DE PONTOS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento as normas previstas na Portaria nº 142/2018/MEC e Resolução nº 07/2018/MEC/FNDE, torna público este EDITAL, contendo os procedimentos para realização do Processo Seletivo Simplificado – Modalidade Contagem de Pontos com objetivo de selecionar **Assistente de Alfabetização** para atuar no **Programa Mais Alfabetização 2019**, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Santo Afonso-MT, Estado de Mato Grosso.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado – Modalidade Contagem de Pontos destina-se ao preenchimento das vagas abertas e cadastro reserva de Assistentes de Alfabetização para atuação no Programa Mais Alfabetização no âmbito do Município de Santo Afonso – MT a serem distribuídas nas Unidades Escolares, urbanas e do campo, da Rede Pública Municipal de Ensino, conforme Anexo I deste Edital.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado – Modalidade Contagem de Pontos será realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Santo Afonso – SME/SA/MT através da comissão de Análise de Currículos composta pelos profissionais da Unidade Escolar a seguir especificados:

a) Diretor Escolar;

b) Coordenador Pedagógico;

c) Representante do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar – CCDE;

d) Representante dos Professores.

e) Secretária Municipal de Educação

1.2.1 A Comissão de Análise de Currículos será responsável:

a) Análise de toda documentação apresentada pelo candidato;

b) Preenchimento da Ficha de Contagem de Pontos;

c) Divulgação do Resultado na Unidade Escolar.

1.2.2 A Comissão de Análise de Currículos deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento o resultado do Processo Seletivo Simplificado para publicação oficial.

1.3. Os candidatos selecionados, convocados e designados prestarão serviço voluntário, nos termos da Lei n° 9.608, 18 de fevereiro de 1998, por período máximo de 8 (oito) meses letivos.

1.4. A convocação, inicio e o término das atividades do assistente de alfabetização estão condicionados ao crédito do recurso pelo FNDE.

2. DOS OBJETIVOS

2.1. O **Programa Mais Alfabetização** tem por objetivo fortalecer e apoiar as escolas no processo de alfabetização dos estudantes de todas as turmas do primeiro e segundo anos do ensino fundamental.

3. DAS DIRETRIZES

São diretrizes do **Programa Mais Alfabetização**:

I. fortalecer o processo de alfabetização dos anos iniciais do ensino fundamental, por meio do atendimento às turmas de 1º e 2º anos; **II.** promover a integração com a política educacional da rede de ensino; **III.** integrar as atividades ao projeto político-pedagógico da rede e das Unidades Escolares;

IV. viabilizar atendimento diferenciado às Unidades Escolares vulneráveis; **V.** estipular metas do Programa entre o MEC, os entes federados e as Unidades Escolares participantes; **VI.** assegurar o monitoramento e a avaliação periódica da execução e dos resultados do Programa; **VII.** promover o acompanhamento sistemático, pelas redes de ensino e gestão escolar, da progressão da aprendizagem dos estudantes regularmente matriculados nos 1º e 2º anos iniciais do ensino fundamental; **VIII.** estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios; **IX.** fortalecer a gestão pedagógica e administrativa das redes estaduais, distrital e municipais de educação e de suas Unidades Escolares jurisdicionadas; **X.** avaliar o impacto do Programa na aprendizagem dos estudantes, com o objetivo de gerar evidências para seu aperfeiçoamento no processo ensino aprendizagem.

4. DOS REQUISITOS

Serão considerados os seguintes critérios para a seleção de **Assistente de Alfabetização**: **I.** O candidato deve ser brasileiro nato ou naturalizado; **II.** Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos no ato da inscrição; **III.** Estar em dia com as obrigações militares, para sexo masculino; **IV.** Estar quite com a Justiça Eleitoral; **V.** Ter Licenciatura em Pedagogia, estar cursando Pedagogia, ou ter Nível Médio com habilitação em magistério; Estudantes de cursos técnicos dos institutos federais e/ou das universidades públicas e/ou particulares; Pessoas com conhecimento comprovado na área de apoio à docência, preferencialmente em alfabetização. **VI.** Capacidade de comunicação e diálogo; **VII.** Acolhimento e sensibilidade na realização das atividades com crianças.; **VIII.** Disponibilidade de horário para participar de reuniões de formação, com pessoal técnico responsável pelo Programa; **IX.** Capacidade de manter o controle sobre o trabalho pedagógico em desenvolvimento nas turmas; **X.** Capacidade de intensificar ações voltadas ao apoio e fortalecimento do processo de alfabetização; **XI.** Competências, saberes e habilidades para desempenhar a função de Assistente de Alfabetização.

5. DAS ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO

O **Assistente de Alfabetização** da turma deverá participar das formações que acontecerão no decorrer do Programa, e bem como apoiar o professor alfabetizador regente da turma no processo de alfabetização de leitura, escrita e matemática dos alunos matriculados nos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.

6. DA FREQUENCIA DO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO

6.1 Para se manter ativo no Programa Mais Alfabetização, a frequência do Assistente de Alfabetização deve ser de 100% (cem por cento), salvo motivos justificáveis na forma da lei, que devem ser devidamente informados e comprovados;

6.2 As listas de frequência deverão ser assinadas diariamente, nominalmente pelo Assistente de Alfabetização, com controle do Diretor da Unidade Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino.

6.3 Será considerada evasão a ausência não informada e nem justificada do Assistente de Alfabetização por um prazo superior a 03 (três) dias.

6.4 O Assistente de Alfabetização do programa Mais Alfabetização não deve ser substituto do professor regente.

6.5 Será desvinculado o Assistente de Alfabetização que durante a vigência do termo de trabalho voluntário não corresponder aos requisitos básicos do Programa Mais Alfabetização, bem como não apresentar perfil adequado.

7. DAS VAGAS

As vagas serão disponibilizadas de acordo com a quantidade de turmas ofertadas nos 1º e 2º ano do Ensino Fundamental de cada Unidade Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino.

8. DAS INSCRIÇÕES:

8.1 As inscrições serão efetuadas no dia 12 de junho de 2019 nas Unidades Escolares, urbanas e do campo, da Rede Pública Municipal de Ensino, no horário das 7 às 11 horas e das 13 às 17 horas. **8.2** Não será cobrada taxa de inscrição. **8.3** Antes de efetivar a sua inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e seus anexos e, certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. **8.4** Ao preencher a ficha de inscrição, constante do anexo IV deste Edital, o nome do candidato deverá ser preenchido sem abreviações, em conformidade com o documento oficial de identidade. **8.5** As informações prestadas na Ficha de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão de Análise dos Currículos do direito de excluí-lo do processo seletivo simplificado se o preenchimento for feito com dados incompletos ou incorretos bem como, se constatado posteriormente serem inverídicas as informações. **8.6** A idoneidade dos documentos apresentados é de inteira responsabilidade do candidato, respondendo o mesmo por qualquer irregularidade que, porventura, venha a ser constatada. **8.7** Não será aceita a entrega condicional de documentos, bem como, após entrega da documentação, o encaminhamento de documentos complementares e/ou sua retirada. **8.8** Não serão aceitos documentos após o ato da inscrição. **8.9** Serão eliminados os candidatos que não apresentarem as documentações exigidas neste Edital. **8.10** Será entregue ao candidato o comprovante de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, conforme modelo constante do Anexo V deste edital. **8.11** A inscrição do candidato implicará o seu conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, das quais não poderá alegar desconhecimento.

9. DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ATO DA INSCRIÇÃO

No ato da inscrição o candidato deverá entregar os seguintes documentos, com apresentação de cópias acompanhados dos documentos originais: Cédula de Identidade – RG; Cadastro de Pessoa Física – CPF;

Diploma de graduação em Pedagogia ou Licenciatura, Normal, Ensino Médio Magistério ou outros ou declaração que comprove ser estudante universitário do Curso de Pedagogia/Licenciaturas);

Comprovante de experiência no Magistério;

Cursos de atualização pedagógica na área da Educação, considerando os últimos 03(três) anos.

10. DA SELEÇÃO

10.1. A seleção se dará pelo **Processo Seletivo Simplificado – Modalidade Contagem de Pontos**, realizada por meio da análise de Currículo cuja pontuação máxima será 10 (dez) pontos de acordo com o Anexo II deste Edital.

10.2. O candidato será eliminado caso não atenda as exigências deste Edital.

10.3. Nos casos de empate, terá preferência, para fim de classificação final, o candidato que tiver maior idade.

11. DO RESULTADO

11.1. O resultado preliminar será divulgado no dia 13/06/2019**, impreterivelmente até às 12 horas** na sede de cada Unidade Escolar urbana ou do campo, por ordem de classificação. **11.2.** Poderá haver recurso para a revisão de pontos obtidos na etapa classificatória do certame, que deverá ser protocolizada junto à Comissão de Análise de Currículos da Unidade Escolar onde o candidato se inscreveu. **11.4.** O recurso deve ser entregue à Comissão de Análise de Currículos da Unidade Escolar até às 12 horas do dia 14/06/2019**. 11.3.** O recurso deverá ser apresentado digitado contendo o nome completo do candidato contendo exposição de motivos clara, consistente e objetiva. **11.4.** O recurso inconsistente bem como aqueles cujo teor desrespeite a Comissão de Análise de Currículos serão preliminarmente indeferidos. **11.5.** Os pedidos de recursos serão julgados pela Comissão de Análise de Currículos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas de seu recebimento. **11.6.** Não será aceito recurso encaminhado via e-mail. **11.7.** Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de

revisão de recursos. **11.8.** A Comissão de Análise de Currículos deverá encaminhar no dia **17/06/2019, às 14 horas**, o resultado final do Processo Seletivo Simplificado para a Comissão Organizadora. **11.9.** O resultado final será divulgado no dia 17/06/2019**,** no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso. **11.10.** Oresultado final será afixado na sede daSecretaria Municipal de Educação de Santo Afonso – SME/SA/MT e Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino. **11.11.** Todos os candidatos habilitados serão considerados aprovados constituindo assim o banco de Assistente de Alfabetização do Programa Mais Alfabetização do Município de Santo Afonso-MT.

12. DA LOTAÇÃO

12.1. A lotação obedecerá a ordem de classificação dos candidatos aptos no Processo Seletivo Simplificado e o atendimento dos critérios estabelecidos neste Edital. **12.2.** Os candidatos classificados, preenchidos os requisitos constantes deste Edital, assinarão o **Termo de Compromisso de Voluntariado** para prestação das atividades de Assistente de Alfabetização, pelo prazo máximo de 08 (oito) meses letivos, período este que poderá ser alterado de acordo com normas e diretrizes estabelecidas pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC – Ministério da Educação. **12.3.** Em caso de desistência será convocado para lotação, o candidato classificado segundo a ordem decrescente de pontos.

13. DO CRONOGRAMA

13.1. Publicação do Edital – 11/06/2019 **13.2.** Inscrições – 12/06/2019 **13.3.** Análise de Currículos – 13/06/2019 **13.4.** Resultado preliminar –13/06/2019 **13.5.** Recurso – 14/06/2019 até 14/06/2019 às 12h **13.6.** Resultado do Recurso -17/06/2019 **13.7.** Entrega do Resultado Final a Comissão Organizadora -17/06/2019 **13.8.** Publicação do Resultado Final – 17/06/2019

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1 . Compete à Comissão Organizadora todos os esclarecimentos e informações deste Edital. **14.2** . O trabalho do Assistente de Alfabetização é considerado de natureza voluntária (na forma da Lei nº 9.608/1998), sendo que os selecionados receberão uma bolsa mensal para ressarcimento de despesas pessoais (Alimentação e Transporte) por turma/mês, conforme estabelece a Resolução nº 7 de 22 de março de 2018. **14.3** . O Assistente de Alfabetização poderá atuar em mais de uma turma, não excedendo a mais de **08 (oito) turmas nas Unidades Escolares Não Vulneráveis. 14.4** . O valor da Bolsa Mensal por turma, a ser recebido pelo Assistente de Alfabetização, a título de ressarcimento de despesas pessoais, segue descrito na tabela abaixo:

UNIDADES ESCOLARES	CARGA HORÁRIA (horas)	VALOR DA BOLSA MENSAL POR TURMA (R$ 1,00)
NÃO VULNERÁVEIS	05	150,00

14.5. Os casos omissos ou especiais serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado.

Santo Afonso– MT,10 de Junho de 2.019.

Secretária Municipal de Educação

Elisângela Moura dos Santos

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS

Nº ORD	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA	TURMAS	
		NÚMERO	CARGA HORÁRIA SEMANAL (HORAS)
01	ESCOLA MUNICIPAL SEBATSIÃO TAVARES DA SILVA- ZONA URBANA	2	05
02	ESCOLA MUNICIPAL SEBATSIÃO TAVARES DA SILVA- ZONA RURAL	1	05

ANEXO II

FICHA DE CONTAGEM DE PONTOS

FORMAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Diploma de Graduação em Pedagogia	3 pontos
Cursando Pedagogia	2 pontos
Ensino Médio na modalidade Magistério	1 ponto
Experiência em docência por tempo de atuação.	2 pontos
Curso de atualização pedagógica na área da Educação	1 pontos (Meio ponto a cada 40 horas)

ANEXO III

CURRÍCULO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO VOLUNTÁRIO DO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO

Eu, , RG , CPF declaro entregue o(s) documento(s) comprobatórios(s) abaixo assinalados:

DENOMINAÇÃO	PONTUAÇÃO
Diploma De Graduação Em Pedagogia	
Cursando Pedagogia	
Ensino Médio Magistério	
Experiência em docência por tempo de atuação	
Atualização Pedagógica	

O preenchimento da pontuação é de responsabilidade da Comissão de Análise de Currículo.

Santo Afonso, de de 2019

Assinatura do Candidato:

Assinatura da Comissão de Análise de Currículos:

ANEXO IV

FICHA DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

1. IDENTIFICAÇÃO:

NOME DO(A) CANDIDATO(A): FILIAÇÃO:

RG: SSP/ CPF: ENDEREÇO RESIDENCIAL: Nº BAIRRO OU DISTRITO: FONE: CELULAR:

E-MAIL

UNIDADE ESCOLAR_____

2. POSSUI DISPONIBILIDADE PARA ATUAR COMO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO?

( ) SIM.

( ) NÃO.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO V

Programa Mais Alfabetização

Processo Seletivo Simplificado – Modalidade Contagem de Pontos

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

(Via Escola)

Nome do(a) candidato(a):

Unidade Escolar:_____

Função: ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO

Santo Afonso – MT, de de 2019.

Assinatura da Comissão de Análise de Currículo Assinatura do(a) candidato(a)

Programa Mais ALFABETIZAÇÃO

Processo Seletivo Simplificado – Modalidade Contagem de Pontos

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

(Via do candidato)

Nome do(a)candidato(a)

Unidade Escolar:_____

Função: ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO

Santo Afonso – MT, de de 2019.

Assinatura da Comissão de Análise de Currículo Assinatura do(a) candidato

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

AVISO DE RESULTADO PP 016/2019

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 040/2019

PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2019-SRP

O Município de Santo Antônio do Leverger, através da sua Pregoeira Oficial, torna público o resultado do pregão presencial 016/2019-SRP- com o objeto: o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PARAcontratação de empresa especializada, para fornecimento, sob demanda, de alimentação e coffee break, neste compreendidos gêneros alimentícios prontos, industrializados, in natura e bebidas, destinados à realização de eventos das secretarias municipais da Prefeitura de Santo Antonio de Leverger-MT,observado as especificações contidas no Termo de Referencia do edital e em seus anexos**,**observado as especificações contidas no Termo de Referencia do edital e em seus anexos. cuja abertura no dia 11 de junho 2019 as 09:00 hrs., ocasionou em licitação ***DESERTA.*** Maiores informações, através do e-mail:*licitacao@leverger.mt.gov.br.*

Santo Antônio do Leverger – MT, 11 de junho de 2019.

_____

Lidiane Batista de Rezende

Pregoeira

Port. 039/GP/2017

ERRATA -PREGÃO PRESENCIAL 014/2019

Errata

PROCESSO ADMINISTRATIVO 037/2019

PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2019

Foi publicado no dia 11 de Junho de 2019 –No Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • (AMM• ANO XIV | N° 3246, pg. 284.)Diário Oficial do Estado de Mato Grosso Nº 27522, pagina 305, no dia 11 de Junho de 2019.

Onde -se lê

Com o objeto: **Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de borracharia de veículos da linha leve e pesada da frota do Município, pelo período de 12 (doze) meses,**observado as especificações contidas no Termo de Referencia do edital e em seus anexos

Sagrou-se vencedora as empresas **SM GIUSTI DE ARRUDA E CIA LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.711.005/0001-34, ***ITEM 01***, com o valor unitário de R$ 15,32 (quinze reais e trinta e dois centavos).

Leia-se:

Com o objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMISETAS e BONES, PARA ATENDER DOS OS EVENTOS DA SECRETARIAS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESESDA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER – MT**,observado as especificações contidas no Termo de Referencia deste edital e em seus anexos.

Sagrou-se vencedora as empresas **IMPACTO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME** , inscrita no CNPJ sob o nº 08.952.092/0001-11, ***ITEM 01***, com o valor unitário de R$ 15,32 (quinze reais e trinta e dois centavos).

Santo Antonio de Leverger, MT, 11 de junho de 2019.

Valdir Pereira de Castro Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 025/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 025/2019

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Miguel Jose Brunetta, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no § II, do art. 24 da Lei 8.666/93, num total de R$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais). Tendo como objeto a **Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de montagem e instalação de móveis na Secretaria Municipal de Saúde.** Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de **KARIMI SOUZA MOURA – CPF: 046.106. 021-30** com sede na Rua Campo Grande, Quadra 06, lote10, bairro: Jardim Bem Viver – Santo Antônio do Leste/MT - CEP: 78628-000, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

JURIDICO
DECRETO N° 034/2019 DE 07 DE JUNHO DE 2019.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste- MT, no uso de suas atribuições Legais e de conformidade com os Art.71, incisos II, IV e VIII c/c artigo 107 da Lei Orgânica do Município.

Considerando as comemorações de 20 de junho de 2019 - Dia de Corpus Christi.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica decretado ponto facultativo no dia 21 de junho de 2019, em virtude das comemorações das festividades de Corpus Christi no dia 20 de junho de 2019.

Artigo 2º - Face ao ponto facultativo citado no artigo anterior, os órgãos públicos municipais não estarão realizando atendimento ao público nas datas acima mencionadas.

Artigo 3º - Os servidores públicos municipais cedidos a outros órgãos através de convênios, deverão observar os critérios estabelecidos pelos respectivos órgãos.

§ 1º – Os efeitos desse decreto, não abrangerão os serviços da área da saúde e de obras, visto serem serviços essenciais e ininterruptos.

§ 2º - As Escolas Municipais e o transporte escolar seguirão o calendário escolar anual vigente.

Artigo 4º - A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e/ou a Gerência de Cidades tomarão as providências necessárias para o cumprimento deste Decreto

Artigo 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 07 DE JUNHO DE 2.019

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 003/2019

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 003/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 033/2019

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 43, VI, da Lei 8.666/93, Resolve, **ADJUDICAR** o item licitado a empresa **WN – CONSTRUÇÕES LTDA-ME, CNPJ 19.699.306/0001-06,** estando de acordo com as exigências do edital ficando vencedora a empresa**,** com o valor total de **R$ 438.147,96** (quatrocentos e trinta e oito mil centos e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos**)**, e, **HOMOLOGAR** o presente processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços Nº 003/2019, tipo menor preço por empreitada por preço global, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada na execução do pórtico de entrada da cidade de Santo Antônio do Leste/ MT, conforme planilhas orçamentarias, cronograma físico financeiro e projetos em anexo**, e **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da empresa vencedora.

Santo Antônio do Leste - MT,11 de junho de 2019.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

JURIDICO
DECRETO N° 033/2019 DE 07 DE JUNHO DE 2019

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste- MT, no uso de suas atribuições Legais e de conformidade com os Art.71, incisos II, IV e VIII c/c artigo 107 da Lei Orgânica do Município.

Considerando as comemorações alusivas ao Padroeiro do município – Santo Antônio, comemorado no dia 13 de junho de 2019;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica decretado ponto facultativo no dia 14 de junho de 2019 em virtude das comemorações do Feriado do Dia de "Santo Antônio", Padroeiro do Município, no dia 13 de junho de 2019

Artigo 2º - Face ao ponto facultativo citado no artigo anterior, os órgãos públicos municipais não estarão realizando atendimento ao público nas datas acima mencionadas.

Artigo 3º - Os servidores públicos municipais cedidos a outros órgãos através de convênios, deverão observar os critérios estabelecidos pelos respectivos órgãos.

§ 1º – Os efeitos desse decreto, não abrangerão os serviços da área da saúde e de obras, visto serem serviços essenciais e ininterruptos.

§ 2º - As Escolas Municipais e o transporte escolar seguirão o calendário escolar anual vigente.

Artigo 4º - A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e/ou a Gerência de Cidades tomarão as providências necessárias para o cumprimento deste Decreto

Parágrafo Único – Os efeitos desse decreto, não abrangerão os serviços da área da saúde e de obras, visto serem serviços essenciais e ininterruptos.

Artigo 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 07 DE JUNHO DE 2.019

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 061/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

CONTRATO Nº 061/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019 - SRP

PROCESSO Nº 049/2019

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT**, com sede à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês, nesta Cidade, inscrita CNPJ/MF nº 04.217. 362/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominado, **CONTRATANTE**, e, a empresa **BAGETTI & ZANETTE LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 14. 769.741/0001-46, com sede na Rua Primavera, nº 115, bairro Centro – Santo Antônio do Leste- MT CEP: 78628-000, neste ato representado pelo seu socio proprietário Sr. Leonardo Henrique Bagetti, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 001395930 SEJS/MS e CPF de nº 001. 991.421-06, que também subscreve, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

I – DA AUTORIZAÇÃO E LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Sr. Prefeito Municipal, exarada em despacho constante do Processo Administrativo n° 049/2019, gerado pelo Edital Pregão Presencial n° **007/2019**, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivessem transcritos o Edital, seus Anexos a proposta comercial das empresas e relatório do sistema em anexo;

II – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, pela Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal n° 10.520/02 e Lei n° 123/2006, e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Contratação de empresa **para aquisição de artefatos de concreto pré - moldado (para boca de lobo) para reparos e manutenções em diversas ruas e avenidas deste município**, conforme descrição e valores constantes na Cláusula Quarta deste Instrumento, especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

Parágrafo Primeiro: Foi elaborado pela secretaria solicitante *desta* Prefeitura Municipal o Termo de Referência, constante do Processo nº 049/2019, o qual serviu de base para todo o procedimento licitatório;

Parágrafo Segundo: Para realizar a contratação do objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 007/2019, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decreto Estadual nº 7.217/2006, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente do Executivo Municipal, disposta no Processo nº 049/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas constantes neste instrumento e em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 007/2019 - SRP e seus anexos; especificações do **Termo de Referência**, bem como na proposta em anexo da Contratada; e as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Parágrafo Primeiro: A empresa detentora do registro deverá realizar a prestação dos serviços para atender as necessidades da(s) Secretaria(s) Municipal(ais), conforme especificado no Termo de Referência;

Parágrafo Segundo: O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 007/2019 e seus anexos;

Parágrafo Terceiro: Se a qualidade não corresponder às necessidades da Administração e dentro das exigências do edital correspondente, os mesmos deverão ser recolhidos pela detentora imediatamente. À Prefeitura reserva-se o direito de enviar o objeto rejeitado à adjudicatária, com frete a pagar quando for o caso, procedendo-se o cancelamento da Autorização de Fornecimento e cancelamento unilateral do Contrato sem prejuízo das sanções legais cabíveis e demais legislações correlatas;

Parágrafo Quarto: O fornecimento/serviço do objeto será parcelado, conforme necessidades da CONTRATANTE, mediante emissão de Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Empenho, devendo os serviços ser prestados conforme itens 4 e 7 do Termo de Referência;

Parágrafo Quinto: A CONTRATANTE se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, as entregas cujos materiais/serviços venham a apresentar vícios, ou ainda, que não atendam as especificações constantes do Edital ou da proposta comercial, cabendo à CONTRATADA sua substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa por atraso e/ou suspensão do contrato, sem prejuízo a outras penalidades;

Parágrafo Sexto: A CONTRATADA não fica exonerada de suas responsabilidades por possíveis vícios observados nos materiais após o seu recebimento;

Parágrafo Sétimo: A fiscalização da execução do presente contrato ficará a cargo da secretaria participante que designará Fiscal de Contrato, formalmente delegado para tal função conforme Art. 67 da Lei nº 8.666/93, cabendo aos usuários a ratificação da qualidade dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇOS

Parágrafo Segundo: Dá-se ao presente contrato o valor de R$ 39.550,00 (trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues/realizados para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m)Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir o material que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela CONTRATANTE, bem como pelo seu descarregamento, e também pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto. O entregador, bem como o ajudante, deverá estar devidamente identificado.

t) Responsabilizar-se pelos custos de entrega dos materiais.

u) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando

à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

v) **Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços**.

w) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

x) Responsabilizar-se pela entrega/realização do bem/serviço, utilizando material próprio, atendendo os requisitos e observando as normas constantes deste instrumento e seus anexos;

y) O prazo máximo para a entrega/realização do bem/serviço será de 10 **(dez) dias úteis** contados a partir do primeiro dia do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) ou nota de empenho;

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Primeiro: O prazo para assinatura do Contrato será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

Parágrafo Segundo: O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

Parágrafo Terceiro: A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria requisitante;

Parágrafo Quarto: Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 25 do Edital do Pregão Presencial nº 142/2019;

Parágrafo Quinto: A critério da Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Sexto: Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais;

Parágrafo Sétimo: Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

Parágrafo Primeiro: A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

Parágrafo Segundo: Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

Parágrafo Terceiro: Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

Parágrafo Quarto: As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

Parágrafo Quinto: O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

Parágrafo Sexto: A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

Parágrafo Sétimo: As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

Parágrafo Oitavo: Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

Parágrafo Nono: A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA NONA: DOS REAJUSTES DE PREÇOS

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, conforme previsto no artigo 65, da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Primeiro: O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93;

Parágrafo Segundo: Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

Parágrafo Terceiro: Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8. 666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Quarto: Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

Parágrafo Quinto: Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

Parágrafo Sexto: Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL.

O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

Parágrafo Primeiro: Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo;

Parágrafo Segundo: No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação;

Parágrafo Terceiro: A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

Parágrafo Quarto: Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao fornecimento dos materiais e prestação de serviços;

Parágrafo Quinto: Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato ao seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Primeiro: As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

Parágrafo Segundo: As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Terceiro: As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

Parágrafo Quarto: Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

Parágrafo Quinto: Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Parágrafo Primeiro: As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Unidade	09	Secretaria Municipal de Obras
Funcional programática	15.452.5011.2062	Manutenção da Secretaria Municipal de Obras
Ficha	543	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato;

b) A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

c) Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 007/2019**,** seus anexos e a proposta da contratada;

d) É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

e) A fiscalização do presente Contrato será exercida por servidor designado para atuar como representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso de sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos materiais será acompanhado e fiscalizado pela Servidora efetiva Ita Roberta Soares, nomeada fiscal de contratos pela portaria nº 188/2019 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso – ANO XIV – nº 3.198.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste, 07 de Junho de 2019.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

BAGETTI & ZANETTE LTDA

CONTRATADO

Testemunhas:

_____ _____

LICITAÇÃO
AVISO - 2º RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 011/2019

AVISO - 2º RETIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 011/2019

O **Município de Santo Antônio do Leste**, através do seu Pregoeiro, designado pela portaria nº 196/2019 de 02 de abril de 2019, torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a **RETIFICAÇÃO** de processo licitatório, **Pregão Eletrônico para Contratação de empresa para prestação serviços de seguros veiculares, para segurar veículos pertencentes a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do leste – MT, distribuídos entres as secretarias que compõem este órgão, sendo Gabinete do Prefeito, Saúde, Educação, Obras, Agricultura, Administração, Assistência Social e Finanças.**

DAS ALTERAÇÕES: Fica alterado os itens 13 e 33 do termo de referência, retirando a exigência do carro reserva dos veículos citados.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **Á Partir do dia 03/06/2019.**

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: **Á partir do dia 13/06/2019 às 17:00 horas**. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **Dia 14 de junho de 2019, às 08:30 horas.**

(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **Dia 14 de junho de 2019, às 09:00 horas.**

(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bllcompras.org.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se

disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores

Informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio no Departamento de Licitações, situado à Av. Goiás, n° 367, Jardim Santa Inês – Santo Antônio do Leste–MT, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 11:00 horas e no período da tarde das 13:00 h as 17:00 horas, pelo Telefone/Fax: (0xx) 66-3488-1080/1292 ou e-mail: licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br**.**

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado.

Santo Antônio do Leste/MT, 11 de junho de 2019.

ERIKS MATOS DA SILVA

Pregoeiro Designado Port. 196/2019

Poder Executivo – Santo Antônio do Leste-MT

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 032/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 032/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019 - SRP

PROCESSO Nº 049/2019

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034.369-53, residente e domiciliado neste município, que doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa BAGETTI & ZANETTE LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 14.769.741/0001-46, com sede na Rua Primavera, nº 115, bairro Centro – Santo Antônio do Leste- MT CEP: 78628-000, neste ato representado pelo seu socio proprietário Sr. Leonardo Henrique Bagetti, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 001395930 SEJS/MS e CPF de nº 001.991.421-06, doravante denominado CONTRATADA, nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 007/2019, contratam na melhor forma de direito conforme cláusulas abaixo:

As Partes têm justo e acertado o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a Lei n. º 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de artefatos de concreto pré - moldado (boca de lobo) para reparos e manutenções em

diversas ruas e avenidas deste município, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades esti-madas, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Re-ferência anexa ao edital do Pregão Presencial nº 007/2019, parte integrante desta ARP, elaborado pela(s) secretaria(s) municipal(ais) desta Prefeitura.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

BAGETTI & ZANETTE LTDA

ITEM DESCRIÇÃO DO PRODUTO UNID QTDE V. UNITÁRIO V. TOTAL

1 GUIA DE CONCRETO RETA UNID 50 R$ 34,00 R$ 1.700,00

2 GUIA DE CONCRETO TIPO U - PARA BOCA DE LOBO UNID 100 R$ 38,50 R$ 3.850,00

3 TAMPA DE CONCRETO PARA BOCA DE LOBO UNID 100 R$ 174,00 R$ 17.400,00

4 GRELHA DE CONCRETO PARA BOCA DE LOBO UNID 100 R$ 166,00 R$ 16.600,00

Valor Total Geral: R$ 39.550,00

O valor da presente ata é de R$ 39.550,00 (trinta e nove mil quinhentos e cinquenta re-ais).

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por 12 (doze) meses, tendo validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município;

3.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de 05 (cinco) dias, conta-dos da convocação formal da adjudicatária, ocasião em que deverão estar atualizadas a certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS;

3.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudi-catária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os pode-res para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do su-bitem anterior;

3.4. A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

3.5. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previsas no item 19 deste Edital;

3.6. A adjudicatária deverá, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da data da convocação, comparecer ao Setor Competente para retirar a Ordem de Serviço e/ou a no-ta de empenho;

3.7. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o edital ou se recusar a retirar a Autoriza-ção de Fornecimento e /ou Ordem de Serviço, sem justificativa comprovada e aceita, será adotado o procedimento descrito no Art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sem prejuízo das cominações legais previstas neste Edital.

CLÁUSULA QUARTA: DOS USUARIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Ad-ministração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, no art. 86 do Decreto Estadual nº 7.217/2010 e Decreto nº 7.892, de 2013, relativo à utilização do Sis-tema de Registro de Preços;

4.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, ob-servadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão ge-renciador e órgãos participantes;

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão ex-ceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do ins-trumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exce-der, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de ór-gãos não participantes que aderirem;

4.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisi-ção ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vi-gência da ata;

4.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimen-to de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.8. A Prefeitura Municipal será responsável pelos atos de controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

CLÁUSULA QUINTA: DOS ACRÉSCIMOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2. Em caso de celebração de contratos, a licitante estará obrigada a fornecer quantitati-vos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) de que trata o§ 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93, observado o disposto no art. 120 do Decreto Estadual nº 7.217/2006.

CLÁUSULA SEXTA: DO CONTROLE DE PREÇOS

6.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus pa-rágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens regis-trados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por mo-tivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pe-lo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

6.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

6.4.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

6.4.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negocia-ção;

6.5. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Prefeitura Municipal, o propo-nente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios;

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revoga-ção da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contra-tação mais vantajosa.

CLÁUSULA SETIMA: REVISÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

7.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibi-litado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

7.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contra-tual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

7.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, o registro será can-celado:

7.2.1. Quando o proponente:

7.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no pro-cesso licitatório;

7.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de For-necimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

7.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a am-pla defesa;

7.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decor-rente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.4.1. Por razão de interesse público; ou

7.4.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São Obrigações da Contratada:

A. Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

B. Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues/realizados para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do paga-mento devido;

C. Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

D. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

E. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabeleci-das na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em cone-xão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

F. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

G. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arti-gos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

H. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

I. Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

J. A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizá-vel, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

K. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

L. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudi-cação desta licitação;

M. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

N. Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à se-gurança do CONTRATANTE;

O. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos rela-cionados com a execução do Contrato;

P. Substituir o material que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

Q. Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

R. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que ve-nham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos servi-ços;

S. Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela CONTRATANTE, bem como pelo seu descarregamento, e também pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto. O entregador, bem como o ajudante, deverá estar devidamente identificado.

T. Responsabilizar-se pelos custos de entrega dos materiais.

U. O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigên-cias deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

V. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

W. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

X. Responsabilizar-se pela entrega/realização do bem/serviço, utilizando material próprio, atendendo os requisitos e observando as normas constantes deste instrumento e seus anexos;

Y. O prazo máximo para a entrega/realização do bem/serviço será de 10 (dez) dias úteis contados a partir do primeiro dia do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) ou nota de empenho;

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa exe-cutar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Ins-trumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA DECIMA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produ-tos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

Parágrafo Primeiro: A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descri-ção dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

Parágrafo Segundo: Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as infor-mações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresenta-ção das notas fiscais/faturas;

Parágrafo Terceiro: Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabili-dades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

Parágrafo Quarto: As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regulari-dade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

Parágrafo Quinto: O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respecti-vos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto, mediante or-dem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contra-tada;

Parágrafo Sexto: A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring;

Parágrafo Sétimo: As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

Parágrafo Oitavo: Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

Parágrafo Nono: A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referi-da Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cen-to), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais comi-nações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calcula-do sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Pre-feitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes san-ções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certifica-do de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Primeiro: As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

Parágrafo Segundo: As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção admi-nistrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a

empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Terceiro: As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

Parágrafo Quarto: Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, come-timento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumula-tivamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julga-mento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

Parágrafo Quinto: Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as san-ções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Ad-ministração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Parágrafo Primeiro: As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de San-to Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Unidade 09 Secretaria Municipal de Obras

Funcional programática 15.452.5011.2062 Manutenção da Secretaria Municipal de Obras

Ficha 543

Despesa/fonte 3.3.90.30.00 Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos materiais será acompanhado e fiscalizado pela Servidora efetiva Ita Roberta Soares, no-meada fiscal de contratos pela portaria nº 188/2019 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso – ANO XIV – nº 3.198.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebi-mento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL;

14.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de pre-ços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

14.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encami-nhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Santo Antônio do Leste - MT, 07 de Junho de 2019.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

BAGETTI & ZANETTE LTDA

DETENTORA DA ATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 391, DE 10 DE JUNHO DE 2019 - EXONERAÇÃO, A PEDIDO, DE MARIZÂNIA GOMES AIRES

PORTARIA Nº 391, DE 10 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre a exoneração, a pedido, da Senhora MARIZÂNIA GOMES AIRES, do Cargo Efetivo de PROFESSORA.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o Requerimento de Exoneração de Cargo Público apresentado pela Servidora e protocolizado por esta Prefeitura em 7 de junho de 2019, solicitando EXONERAÇÃO na data de 10 de junho de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a Senhora MARIZÂNIA GOMES AIRES, Brasileira, Convivente, Professora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 269.538 - SEJUSP-TO, e inscrita no CPF nº 716.616.541-34, do Cargo Efetivo de PROFESSORA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO N° 37/2019 - DE 04 DE JUNHO DE 2019

DECRETO N° 37/2019 - DE 04 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre a ***CORREÇÃO DO INDICE***parasobre o Reajuste salarial do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos da Administração Pública, Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal, Gerentes e demais Cargos Comissionados Municipais e Secretários, Prefeito e Vice Prefeito do Município de São José do Povo e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO , no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

DECRETA:

ARTIGO 1º- Corrigi-se o índice aplicado aos servidores Públicos Municipais para **5,07% INPC/IBGE (acumulado aos últimos 12 meses)** aos ***Funcionários da Administração Pública conforme Lei nº519/12, aos Profissionais da Educação Púbica Básica Municipal conforme Lei nº520/12, aos Gerentes e demais Cargos Comissionados da Administração Pública Municipal conforme Leis nº 514/12 e 699/17 e ao Prefeito, vice Prefeito e Secretários Municipais conforme Leis nº 693/16 e 704/17.***

ARTIGO 2º- Este Decreto altera os **índices** dos **Decretos 031,032 e 033/2019.**

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 04 de Junho de 2019;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

DISTRATO DE CONTRATO - 016-2017

Termo de rescisão amigável de contrato de servidor temporário de nº 16-2017.

O Município de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, com sede estabelecida situada à Avenida Mauro Pires Gomes, nº 195, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 37.465.317/0001-03, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Srº. VANDERLEY SOARES DA SILVA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG - nº. 401880 SSP/RO, CPF nº. 408.507.652.34, aqui denominada DISTRATANTE e de outro lado a Senhora DEUZIVANIA RODRIGUES CUNHA, residente e domiciliado (a) no Distrito de santo Antônio do Fontoura Município de cidade de São José do Xingu– MT, portador do RG 5584627 SSP/MT e inscrito no CPF nº 040. 947.141.03, denominado aqui simplesmente de DISTRATADO, resolvem rescindir o contrato nº 016/2017.

Cláusula primeira – do objeto

1.1 – O objeto do presente termo é a rescisão administrativa amigável do contrato de prestação de Serviços ao Município, no exercício das atribuições como **Fiscal Sanitário**, conforme **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 16/2017**, 13 de Junho de 2018, firmado entre o Município de São José do Xingu/MT e a servidora, diante do termino do reconhecimento de estabilidade provisória à gestante.

Cláusula segunda – das disposições finais

2.1 – A partir desta data, ambas as partes ficam liberadas de quaisquer compromissos firmados entre si;

2.2 – Todos os serviços prestados anteriormente pelo DISTRATADO passarão a ser executados pelo DISTRATANTE.

2.3 – As partes elegem o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para dirimir quaisquer questões relativas ao presente termo.

São José do Xingu, 04 de Junho de 2019

VANDERLEY SOARES DA SILVA DEUZIVANIA RODRIGUES CUNHA

Distratante Distratado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RETIFICAÇÃO - EDITAL 001/2019 DO CONSELHO TUTELAR

São José dos Quatro Marcos, 05 de Junho de 2019.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA COM A COMISSÃO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR.

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e dezenove, realiza-se uma reunião nas dependências da sede da Assistência Social de São José dos Quatro marcos, Mato Grosso. O presidente da comissão da Eleição de Conselheiro Tutelar no ano de dois mil e dezenove inicia a reunião cumprimentando os presentes, em seguida foi colocado por cada membro da comissão os problemas e erros verificados, entre eles a ausência de conferencia de cópia da documentação com o original, ou seja, a autenticação no momento da entrega da inscrição conforme item 9.5, verificando que o erro foi da comissão, houve então a necessidade de uma retificação na lista de deferidos/indeferidos. Diante disso será indeferido todas as inscrições, para que possa ser feita a devida autenticação conforme item 9.5 do edital 001/2019. Eu Michela Claudia Duarte da Silva, lavrei a presente ata e assino junto com os demais membros da comissão.

RETIFICAÇÃO DA LISTA COM OS NOMES DOS CANDIDATOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS PARA CONSELHEIRO TUTELAR (TODOS OS NOMES QUE ESTÃO INDEFERIDOS DEVERÃO PROCURAR A SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, NO DIA 13/06/2019 DÀS 13:00 HS ÀS 16:30 HS MUNIDOS DE TODOS OS DOCUMENTOS ORIGINAIS EXIGIDOS NO EDITAL- PARA A DEVIDA AUTENTICAÇÃO E ANÁLISE PELA COMISSÃO)		
PRAZO PARA RECURSOS 14/06/2019		
1	ANDRESSA DE OLIVEIRA EGUES	INDEFERIDO
2	ELAINE APARECIDA MARTINEZ	INDEFERIDO
3	APARECIDO DONIZETE FLORES	INDEFERIDO
4	ANA DA SILVA MARTINEZ	INDEFERIDO
5	ROBSON VITTORAZZI NOVAIS TERRADAS	INDEFERIDO
6	VIVIANE MUTO RODRIGUES NOJIMA	INDEFERIDO
7	JULIO CESAR BORGES DE CARVALHO	INDEFERIDO
8	RUDIÉRIO GERALDI TOMAS	INDEFERIDO
9	LEONICE BERTOLIN CAPELETTI	INDEFERIDO
10	MARIA DA SILVA DO NASCIMENTO	INDEFERIDO
11	ESLAY DA SILVA SOUZA	INDEFERIDO
12	EVAIR MENDES BUFO DA SILVA	INDEFERIDO
13	FLAVIO DA PENHA SILVA	INDEFERIDO
14	WELLINGTON F. MOTA	INDEFERIDO
15	CHRISTYAN ALLAN ALVES DA SILVA	INDEFERIDO
16	JOSÉ MARCOS BATISTA CARDOSO	INDEFERIDO
17	AGUINALDO ANTONIO DE SOUZA	INDEFERIDO
18	ROSILENE EGUES DE ARRUDA	INDEFERIDO
19	ELIANA DIAS MARANGÃO	INDEFERIDO
20	LUCIANA LOURENÇÃO ALVES DE ALMEIDA	INDEFERIDO
21	ÉRICA DA SILVA MAGALHÃES EVANGELISTA	INDEFERIDO
22	JOYCE PAULA FERREIRA DA SILVA CARVALHO	INDEFERIDO
23	LETÍCIA MOLINA	INDEFERIDO
24	AMANDA OLIVEIRA PEREIRA	INDEFERIDO
25	LUIZ GUSTAVO DA SILVA	INDEFERIDO
São José dos Quatro Marcos - MT, 12 de Junho de 2019 Alexandre Cardoso Araújo Presidente da Comissão Organizadora do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares de São José dos Quatro Marcos - MT.		

RETIFICAÇÃO DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2019/CMDCA

ESCOLHA UNIFICADA PARA O CONSELHO TUTELAR

EDITAL Nº 001/2019/CMDCA

ANEXO I

Por motivo de autentificarão nos documentos exigidos no edital 001/2019 no ato da inscrição, segue alteração das datas:

Onde se lê:

Divulgação do resultado dos recursos, leia:

Cronograma Referente ao Edital 001/2019 do CMDCA

EVENTOS BÁSICOS	DATAS
Publicação do Edital	15/04/2019
Inscrições na sede do CMDCA das 08h00min às 13h00min	15/04/2019 à 15/05/2019
Análise dos Requerimentos de inscrições	15/05/2019 à 28/05/2019
Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferidas no mural da Secretaria de Desenvolvimento Social e outros meios equivalentes.	29/05/2019
Prazo para recurso	30/05/2019 à 03/06/2019
Análise dos recursos	04/06/2019 à 08/06/2019
Retificação da lista dos candidatos	12/06/2019
Autenticação e analise de documentos	13/06/2019
Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferidas no mural da Secretaria de Desenvolvimento Social e outros meios equivalentes.	14/06/2019
Prazo de recursos	17/06/2019
Analise de recursos	18/06/2019
Publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida em ordem alfabética	19/06/2019
Data da escolha dos novos conselheiros	06/10/2019

Divulgação do resultado da votação	07/10/2019
Prazo para impugnação do resultado da eleição	06/10/2019 a 10/10/2019;
Julgamento das impugnações ao resultado da eleição	11/10/2019
Publicação do resultado do julgamento das impugnações ao resultado da eleição	14/10/2019
Prazo para recurso quanto ao julgamento dos recursos interpostos contra resultado da eleição	15/10/2019 à 19/10/2019
Publicação do resultado do julgamento dos recursos	22/10/2019
Proclamação do resultado final da eleição	25/10/2019
Posse e diplomação dos eleitos	10/01/2020

PORTARIA Nº 163 DE 10 DE JUNHO DE 2019

PORTARIA Nº 163 DE 10 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DO RESPONSÁVEL PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO NA PREFEITURA MUNMICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - Com fulcro no Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, fica designado o Senhor JUVERCINO LOURENÇO DE OLIVEIRA, portador do CPF nº 962.313.191-72, servidor efetivo desta Prefeitura, para fiscalizar a execução do contrato nº 46/2019 firmado entre a Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos e a Empresa CONSTRUMANA CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, inscrita no CNPJ nº 03.744.864/0001-06.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 10 DE JUNHO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2019

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada: PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI

Objeto:Contratação de Empresa para reforma de Ponte de Madeira-Córrego Caninana"

Prazo: 60 (sessenta) dias

VALOR GLOBAL: R$26.023,09 (vinte e seis mil vinte e três reais e nove centavos

ASSINATURA:31 de Maio de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 015/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2019

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** do tipo, **MENOR PREÇO POR ITEM** para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA A MANUTENÇÃO E CORREÇÃO PREVENTIVA DA REDE DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO ATENDENDO AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT,** conforme Termo de Referencia **ANEXO I** do Edital**.**

Repartições interessada:- ---------- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS;

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993, COM SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL N°. 10.520/02, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV c.c. art. 4° - inciso XX da mesma Lei, o município de Tabaporã/MT, através de seu Pregoeiro, o senhor Helielson Teodoro Alves, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, às Empresas vencedoras abaixo especificadas:

TUBO AZUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI – ME

CNPJ Sob n° 08.728.069/0001-48

Venceu os Itens:

LOTE 01							
MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÃO E CORREÇÃO PREVENTIVA DA REDE DE ÁGUA E ESGOTO.							
Item	**Duralex**	**Tce**	**Descrição**	**Marca**	**Unid.**	**Quant.**	**V. Unitário**	**V. Total**
1	98384	333044-3	Cavalete pvc 3/4	HIDROSOLO	UN	500	20,90	10.450,00
2	23595	333044-3	Registro esfera c/ borboleta 3/4	DOAL	UN	300	4,72	1.416,00
3	24828	433971-1	Joelho roscavel 3/4	PRECON	UN	500	0,95	475,00
4	24829	00013374	Adaptador compressao rm 20mm 3/4	DOAL	UN	500	1,89	945,00
5	23594	00010792	Luva Dupla Compressao 20mm	DOAL	UN	500	2,19	1.095,00
6	23596	441709-7	Tubo Polietileno Pead 20mm X 2,3	POLIERG	UN	5000	2,59	12.950,00
7	32201	00019599	Te Pba 60mm	ASPERBRAS	UN	20	16,30	326,00
8	32203	439134-9	Cruzeta Pba 60mm	UNITUBOS	UN	20	38,50	770,00
9	24863	439022-9	Cap Pba 60mm	ASPERBRAS	UN	20	7,90	158,00
10	98385	00019599	Te Pba 110mm	UNITUBOS	UN	5	133,00	665,00

11	98386	00016317	Cruzeta Pba C/Bolsas 110mm	UNITUBOS	UN	5	184,00	920,00
12	28335	00019397	Cap Pba 110mm	ASPERBRAS	UN	5	32,50	162,50
13	28549	00019474	Luva De Correr 110mm	ASPERBRAS	UN	5	41,80	209,00
14	28332	001008	Luva De Correr 200mm	UNITUBOS	UN	5	155,90	779,50
15	6205	433966-5	Colar tomada pvc 60 mm	IPAL	UN	500	8,65	4.325,00
16	20991	00019783	Te roscavel 3/4	DOAL	UN	50	3,80	190,00
17	24831	124833-2	Anel Pba 60mm	GIBABOR	UN	50	0,85	42,50
18	27911	94342-8	Hidrometro 3/4 3,0m3 Por Hora	HIDROMETER	UN	500	67,80	33.900,00
19	34507	0002380	Anel pba 110mm	GIBABOR	UN	50	2,08	104,00
20	27756	00019382	Anel p/ tubete 3/4	DOAL	UN	500	0,29	145,00
21	30028	0006696	Conjunto extremidade curv/long com porca e anel	DOAL	UN	200	3,35	780,00
22	98387	143043-2	Registro de fofo	IVAL	UN	5	2.890,00	14.450,00
23	13087	154134-0	Luva roscavel 3/4	PRECON	UN	50	0,98	49,00
24	24862	0002538	Tubo Pba Cl 12 60mm X 6m	PRECON	BR	500	52,90	26.450,00
25	28331	00019475	Luva De Correr 60mm	ASPERBRAS	UN	20	7,30	146,00

VALOR TOTAL: R$: 111.902,50 (Cento e onze mil novecentos e dois reais e cinquenta centavos).

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã – MT, 11 de Junho de 2019.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 336/2019.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora **Sr.ªLucia Maristela Spohr Justen."**

O Prefeito do Municípiode Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos estatuídos no art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº. 41/2003 e § 5º. do Art. 40 da Constituição, c/c Art. 81, I, II, III e IV da Lei nº. 482 de 14/12/2004, que institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Tabaporã/MT; Lei Municipal n°. 1.080 de 29/08/2017 que Atualiza e Reformula alguns dispositivos contidos na Lei Municipal nº. 836/2011, de 28/06/2011, que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Sistema Público Educacional do Município de Tabaporã – mt e dá outras providências; e Lei Municipal nº. 1.166 de 21/05/2019 que dispõe sobre a recomposição geral anual da remuneração e o subsidio do Quadro de Pessoal Efetivo do poder Executivo Municipal, e da outras providencias;

Resolve:

Artigo 1º. Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição** à servidora **Sra. Lucia Maristela Spohr Justen**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. 2330112-0 SSP/MT e CPF nº. 245.695.000-30, residente e domiciliada neste município, servidora efetiva no cargo de Professora, com carga horária de 30 horas semanais, Classe "C", Nível "06", lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, devidamente matriculada sob o n°. 75, contando com 25 (vinte e cinco) anos, 03 (três) meses e 17 (dezessete) dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais e com direito a paridade**, com base na última remuneração do cargo efetivo, conforme processo administrativo do **PREVIPORÃ**, nº. **2019.04.00011P,** a partir da data de 12/06/2019 até posterior deliberação.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação,revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Tabaporã/MT, 12 de Junho de 2019.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 015/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2019

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** do tipo, **MENOR PREÇO POR ITEM** para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA A MANUTENÇÃO E CORREÇÃO PREVENTIVA DA REDE DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO ATENDENDO AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT,** conforme Termo de Referencia **ANEXO I** do Edital**.**

Repartições interessada:- ---------- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS;

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993, COM SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL N°. 10.520/02, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº. 8666/93, o município de Tabaporã – MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, **HOMOLOGA** o objeto desta Licitação, às:

Empresas vencedoras:

TUBO AZUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI – ME

CNPJ Sob n° 08.728.069/0001-48

VENCEU UM VALOR TOTAL: R$: 111.902,50 (Cento e onze mil novecentos e dois reais e cinquenta centavos).

Valor Total Homologado: **R$: 111.902,50 (Cento e onze mil novecentos e dois reais e cinquenta centavos).**

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã – MT, 11 de Junho de 2019.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 016/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº **19/2019**

Pelo presente instrumento o Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n. º 979, Centro, CEP 78.563-000, fone (66) 3557-1248, CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **Sirineu Moleta**, portador do RG nº. MG 13.223.800 e CPF n.º 505.567.109-15, residente e domiciliado na Rua José Carlos Moreira n 420, Centro, Município de Tabaporã/MT, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS da empresa **B. W. DOS SANTOS E CARMO – ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Sob n° 17.636.356/0001-19, com sede administrativa na Rua Oscar Kunio Kawakami, n° S/N, Centro, CEP 78.563-000, Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo seu proprietário o senhor **Benedito Wilson dos Santos e Carmo**, brasileiro, maior, professor e empresário, portador do RG nº. 0466908-8 SJ/MT e CPF nº. 915.225.601-49, residente e domiciliado na Rua Projetada –A – QD 169 – LOTE 010, n° 1185, BAIRRO: Programa Habitacional Casa FA, CEP 78.563-000, Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, (qualificar) nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que coube e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0. OBJETO DA LICITAÇÃO 1.1. Através da presente Ata ficam registrados, o **REGISTRO DE PREÇOS** tipo "menor preço **por item", PARA** futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS, TREINAMENTO E ATIVIDADES COM ESCOLINHAS DE ESPORTES, PARA ATENDER A COORDENADORIA DE DESPORTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT**, conforme Termo de Referencia no **Anexo I. 2.0. DA LICITAÇÃO** 2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2019, com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e alterações posteriores, conforme autorização da Autoridade Competente. **3.0. DA FORMA DE EXECUÇÃO** 3.1. A empresa B. W. DOS SANTOS E CARMO – ME, CNPJ Sob n° 17.636.356/0001-19, detentora do registro de preços deverá realizar o fornecimento dos Itens, conforme especificado no Termo de Referência:

LOTE 01							
Item	**Quant.**	**Unidade Med.**	**Código. Int.**	**Código TCE – MT**	**Descrição**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
01	12	Meses	98649	00015063	Prestação de Serviços com Promoção do Ensino ao Esporte (Escolinhas Esportivas e de Artes Marciais (jiu-jítsu)).	14. 735,90	176. 830,80
02	12	Meses	98650	293860-0	Prestação de Serviços com o Desenvolvimento de Atividades Esportivas, Recreativas de Lazer e Eventos (Competições, Torneios, Jogos Abertos, Jogos Escolares e Outros).	16. 779,70	201. 356,40

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser entregue em Tabaporã - MT, de acordo com as solicitações das Secretarias Municipais solicitantes, em estrita observância ao Edital de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2019 e seus anexos.

4.0. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1.Para o fiel cumprimento do presente contrato, a CONTRATADA se compromete a: a) Acatar as decisões e observações feitas pelo Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo; b) Executar a entrega dos produtos nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência; c) Não realizar entrega parcial dos produtos/serviços; d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da CONTRATANTE; e) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, durante a entrega dos produtos/serviços, ainda que ocorridos em dependências da CONTRATANTE; f) Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à aquisição dos materiais, nos termos da Lei vigente; g) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes da própria execução do contrato; h) A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a entrega dos materiais. i) Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na Lei 8.078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. j) A licitante vencedora deverá arcar com todas as despesas de locomoção, remuneração, hospedagem e alimentação da equipe mobilizada para capacitação dos servidores e suporte quando for necessário. **5.0. DA QUALIDADE DOS MATERIAIS, ENTREGA E FISCALIZAÇÃO.** 5.1. Os materiais/serviços deverão ser entregues na Sede do Município, no local indicado na solicitação emitida e sem ônus para a Contratante. 5.2. A empresa somente poderá efetuar a entrega de qualquer material, mediante o recebimento da Solicitação ou Autorização de Fornecimento. 5.3. Os materiais adquiridos deverão ser entregues nas características constantes na proposta de preço dos referidos itens, mediante solicitação da Secretaria Municipal Solicitante, observando-se as quantidades solicitadas. 5.4. O licitante vencedor, será responsável pela efetiva entrega dos materiais de acordo especificação do edital, conforme solicitação, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE. 5.2. A empresa somente poderá efetuar a entrega/execução de qualquer material/serviço, mediante o recebimento da Solicitação ou Autorização de Fornecimento. 5.3. Os materiais/serviços adquiridos/contratados deverão ser entregues/executados nas características constantes na proposta de preço dos referidos itens, mediante solicitação da Secretaria Municipal Solicitante, observando-se as quantidades solicitadas. 5.4. O licitante vencedor, será responsável pela efetiva entrega/execução dos materiais/serviços de acordo especificação do edital, conforme solicitação, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE. **6.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE** 6.1. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata; 6.2. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos nesta Ata; 6.3. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais; 6.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 6.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **7.0. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** 7.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de até **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Município. 7.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas. **8.0. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** 8.1. A gerência da Ata de Registro

ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças. **9.0. DO PAGAMENTO** 9.1. O pagamento dar-se-á através de faturamento mensal até o 10º (décimo) dia útil do mês subseqüente ao do fornecimento dos materiais, conforme as quantidades retiradas por cada Secretaria solicitante e, após a apresentação das respectivas notas fiscais, corretamente preenchidas. 9.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos materiais entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento; 9.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas. 9.4. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues. *9.5.* O Município de Tabaporã - MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *"factoring";* 9.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado. 9.7. Para pagamento dos serviços devera acompanhar as notas fiscais relatório de consumo mensal. **10.0. DOS REAJUSTES DE PREÇOS** 10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido **12 (doze) meses** de vigência desta Ata. 10.2. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual do aumento, devidamente comprovado por meio de nota fiscal de aquisição do produto. 10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado. 10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o MUNICÍPIO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação. 10.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços. **11.0. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.** 11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações: 11.1.1. Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata de Registro de Preços; 11.1.2. Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93; 11.1.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro; 11.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; 11.1.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas; 11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata. 11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação. 11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Edital e nesta Ata. 11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do item. 11.6. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida. **12.0. DAS PENALIDADES** 12.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam: a) Advertência; b) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato; c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega do objeto, com a conseqüente rescisão contratual; d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual; e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 02 (dois) anos; e f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública. 12.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente; 12.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Tabaporã - MT; 12.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis; 12.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente: 12.5.1. Desclassificação ou inabilitação; caso o procedimento se encontre em fase de julgamento; 12.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo- se a paralisação do fornecimento; 13.0. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 13.1. As despesas decorrentes desta licitação serão suportadas pelos recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT para o exercício de 2019.

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA DESPORTO E LAZER

Dotação	Finalidade
10 00800 27 812 0014 2091 33.90.39.00.00	SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

13.2. O programa de trabalho e os elementos de despesa específicos constarão quando da emissão da respectiva Nota de Empenho. **14.0. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS** 14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições: I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata. II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 18/2019, seus anexos e as propostas da contratada. III. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de Tabaporã – MT. **15.0. DA PUBLICAÇÃO** 15.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado ou no Diário Oficial dos Municípios, conforme Lei n. 10.520/02. **16.0. DO FORO** 16.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Tabaporã - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Tabaporã - MT, 11 de Junho de 2019.

Município de Tabaporã/MT SIRINEU MOLETA Prefeito Municipal CONTRATANTE	**B. W. DOS SANTOS E CARMO – ME** CNPJ Sob n° 17.636.356/0001-19 Benedito Wilson dos Santos e Carmo Representante DETENTOR DA ATA
Edileusa Maria Lolato CPF Sob n° 034.079.511-59 Testemunha	**Marilucia Aparecida Martins dos Santos** CPF Sob n° 535.802.491-34 Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

EDITAL DE RESULTADO

***PREFEITURA* MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT**

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 15/2017 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 51/2019 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 38/2019, TEVE COMO OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPREZA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, GAS DE COZINHA E AGUA MINERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, TENDO COMO VENCEDORAS AS EMPRESAS: BELAFORTE COMERCIAL LTDA-EPP, COMERCIO VAREGISTA DE GAS MOLINA LTDA, J.C BATISTA GARCIA-ME, SETE COMERCIO E SERVIÇO DE INFORMATICA LTDA, UTILISSIMA COMERCIO DE VARIEDADES LTDA-ME.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 11 DE JUNHO DE 2019.

ELIZANGELA AZEVEDO SPULDARO

PREGOEIRA/OFICIAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 44/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 44/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 59/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP (REGISTRO DE PREÇO) Nº 44/2019.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE / MT

DATA/HORA: 26 DE JUNHO DE 2019 – 08:00 HRS

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM CAMINHÃO TRUCK NO CHASSI EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO, QUE SERÁ UTILIZADO PARA INSTALAÇÃO DE UM TANQUE DE 12 LITROS, PARA MOLHAR AS RUAS DO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO COM MANUTENÇÃO E LIVRE DE MOTORISTA.

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7H00 ÀS 11 E DAS 13:00 ÀS 17H00). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2503.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 11 DE JUNHO DE 2019.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N° 1.468/2019

SÚMULA: "D**ispõe sobre a autorização legislativa para desafetação e posterior alienação via leilão de móveis de propriedade da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte/MT, e dá outras providências".**

VALTER KUHN, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, à titulo de relevante interesse público, os bens móveis diversos, veículos, máquinas, sucateados e sucatas, de propriedade do município, em função dos mesmos se encontrarem no estado e em condições anti-econômicos para manutenção e utilização, inservíveis e/ou irrecuperáveis.

Parágrafo Único - A relação dos bens loteados e autorizados para alienação consta do Anexo I da presente Lei.

Art. 2º - Fica estipulado como preço mínimo de venda aquele definido no Laudo de Avaliação emitido por leiloeiro/avaliador nomeado, conforme Anexo **II** a presente Lei.

Art. 3º - O edital contendo as regras do leilão será publicado ao menos por 02 (duas) vezes em jornal de circulação local.

Art. 4º - Os adquirentes deverão pagar o valor em uma única parcela, no prazo determinado pelo edital.

Art. 5º - Os adquirentes ficarão responsáveis pelos tributos que incidirem sobre o bem móvel a partir da arrematação.

Art. 6º - Os recursos oriundos da alienação dos bens móveis, serão aplicados apenas para o financiamento de despesas de capital, especificamente, para aquisição de veículo para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, em consonância com o disposto no artigo 44 da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 7º - A alienação de que trata esta Lei será feita através da modalidade de público leilão, e será conduzido, obrigatoriamente, por Leiloeiro Público Oficial devidamente habilitado e matriculado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso.

Parágrafo Único – O Leiloeiro receberá somente do arrematante do leilão a comissão que for arbitrada, devendo ficar a Administração Pública Municipal isenta desse pagamento ou de fazer reembolso de despesas, salvo no caso de eventual prejuízo ao mesmo por culpa da Administração.

Art. 8º - Os procedimentos inerentes ao leilão e que competem a administração publica municipal, deverão ser gerenciados pela Comissão Permanente de Licitação, ou por uma Comissão especifica criada para o objetivo fim.

Art. 9º - Está Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte MT, aos onze dias do mês de junho de dois mil e dezenove.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.469/2019

SÚMULA: "Autoriza o chefe do Poder Executivo Municipal permutar área desmembrada para a instalação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, e dá outras providências".

***VALTER KUHN**, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em permuta, área de terra de propriedade de Cristiane de Andrade Silva e Jonas Vianna, medindo 1.750 m² (0,175ha), a ser desmembrada de uma área maior medindo 41.200 m², localizada em uma Chácara na Avenida dos Pioneiros, n° 25, Setor Chácaras III, município de Terra Nova do Norte/MT, matrícula n° 4849 do livro n° 2 de Registro Geral do Cartório do 1° Ofício de Terra Nova do Norte/MT, com coordenadas geográficas de referência 10° 35' 04,00''S e 55° 06' 27,00''W, como consta em documentação em anexo.

§1º. A área acima descrita tem por finalidade a instalação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desmembrar imóvel de sua propriedade, denominados lotes "26" e "46", e posteriormente permuta-los pelo imóvel de particular descrito no artigo 1º desta lei, cujos valores de avaliação comercial são equivalentes.

§1º. Os lotes 26 e 46 a serem desmembrados e permutados, possuem as seguintes confrontações:

a) Lote 26, quadra 30: Frente – Confrontando com a Rua VP 4B (Rua Ambava), com 17,00 metros; Lado Esquerdo – Confrontando com o Lote n° 37, 33 e 32, com 30,00 metros; Fundo – Confrontando com o Lote n° 37, com 17,00 metros; Lado Direito – Confrontando com o Lote n° 37, com 30,00 metros. **b)** Lote 46, quadra 30: Frente – Confrontando com o Lote n° 37, com 17,00 metros; Lado Esquerdo – Confrontando com o Lote n° 31, 30 e 29, com 30,00 metros; Fundo – Confrontando com o Lote n° 37, com 17,00 metros; Lado Direito – Confrontando com o Lote n° 37, com 30,00 metros.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos onze dias do mês de junho de dois mil e dezenove.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.470/2019.

SÚMULA: "Autoriza a abertura de Crédito Especial pelo Excesso de Arrecadação, para atender a criação de Projeto Atividade e dotação de despesa com investimentos, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências".

***VALTER KUHN,** Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º. Fica autorizado a suplementação no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), pelo efetivo excesso de arrecadação os valores discriminados, nas Rubricas de Receita Orçamentária, a seguir:

I. Alienação de Bens Imóveis

2.0.0.0.00.0.0.00 – Receita de Capital

2.2.2.0.00.0.0.00 – Alienação de Bens Imóveis

2.2.2.0.00.1.1.02 – Alienação de Bens de Imóveis – Exceto RPPS, o valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00.00 – Recursos Ordinários

Metas Financeiras: R$ 250.000,00

Art. 2º. Fica autorizado o Poder Executivo Abrir Crédito Especial pelo excesso de arrecadação, e criar o Projeto/Atividade especifico para atender a captação do recurso proveniente de Alienação de Bens no valor de R$ 290.000,00 (**duzentos e noventa mil reais**), em atendimento ao estabelecido no Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, na funcional programática: 04.001.12.122.0010.1.108.4.4.90-51 e detalhamento como segue:

04. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

001. Departamento de Desenvolvimento Educacional e Educação Inclusiva

12. Educação

122. Administração Geral

0010. Educação de Qualidade para Todos!

1.108. Reestruturação da Secretaria de Educação

4.4.90.51. Obras e instalações R$ 250.000,00

Fonte de Recursos: 01.01.00 - Transferência de Impostos e Tributos Educação

Metas Financeiras: R$ 250.000,00

Parágrafo Único. Os valores dispostos nos artigos 1º e 2º desta lei serão inseridos **no PPA 2019, sancionado pela Lei Municipal nº 1.411/2018; na LDO 2019, sancionada pela Lei Municipal nº 1.420/2018 e no Orçamento Programa para 2019, sancionado pela Lei Municipal nº 1.426/ 20018,** e utilizados exclusivamente para atender aos objetos citados.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte/MT, 11 de junho de 2019.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.471/2019.

SÚMULA: "Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar pelo Excesso de Arrecadação, para atender ao reforço de dotação de despesas com investimentos, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências".

***VALTER KUHN**, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º. Fica autorizado a suplementação no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), pelo efetivo excesso de arrecadação os valores discriminados, nas Rubricas de Receita Orçamentária, a seguir:

I. Alienação de Bens Móveis

2.0.0.0.00.0.0.00 – Receita de Capital

2.2.1.0.00.0.0.00 – Alienação de Bens Móveis

2.2.1.3.00.1.1.00 – Alienação de Bens Móveis e Semoventes, o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Fonte de Recursos: 01.00.00 – Recursos Ordinários

Metas Financeiras: R$ 40.000,00

Art. 2º. Fica autorizado o Poder Executivo suplementar orçamentariamente pelo excesso de arrecadação, o recurso proveniente de Alienação de Bens no valor de **R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**, em atendimento ao estabelecido no Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, na seguinte funcional programática: 04.001.12.361.0010.1.064.4.4.90-52 e detalhamento como segue:

04. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

001. Departamento de Desenvolvimento Educacional e Educação Inclusiva

12. Educação

361. Ensino Fundamental

0010. Educação de Qualidade para Todos!

1.064. Aquisição de Veículo para Educação

4.4.90.52. Equipamentos e Material Permanente R$ 40.000,00

Fonte de Recursos: 01.01.00 - Transferência de Impostos e Tributos Educação

Metas Financeiras: R$ 40.000,00

Parágrafo Único. Os valores dispostos nos artigos 1º e 2º desta lei serão utilizados exclusivamente para atender aos objetos citados.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte/MT, 11 de junho de 2019.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N° 1.472/2019

SÚMULA: "Autoriza a abertura de Crédito Suplementar por anulação de dotação, para atender aquisição de Caminhão para apoio na Agricultura Familiar, e dá outras providências".

***VALTER KUHN**, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado incluir na LDO/2019, aprovada pela Lei Municipal nº 1.420/2018, bem como suplementar no orçamento programa LOA/2019, aprovado pela Lei Municipal nº 1.426/2018, no valor de R$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais), na seguinte Funcional Programática:

06 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Sedenco)

001 Departamento de Agricultura e Pecuária

20 Agricultura

606 Extensão Rural

0005 Atividade Rural Sustentável

1.082 Aquisição de Caminhão e Equipamentos

4.4.90.52-00 Equipamentos e Materiais Permanentes

Código Geral: 06.001.20.606.0005.1.082.4.490-52 R$ 306.000,00

Fonte de Recursos: 0.1.24.000000 – Transferência de Recursos de Convênio Outros.

Meta Física: Aquisição de 01 caminhão basculante para manutenção de estradas vicinais.

Metas Fiscais: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) repasse do Convênio 865031/2018 /SUDECO e R$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais) recursos próprios.

Art. 2º - O valor do Crédito Adicional Especial ora autorizado em atendimento ao artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, será anulado o valor de R$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais) nas seguintes funcionais programáticas:

05.004.17.452.0008.1.020.3.3.90.30.00 (315) R$ 30.000,00

05.004.17.452.0008.1.020.3.3.90.39.00 (316) R$ 206.000,00

05.004.17.452.0008.1.020.4.4.90.52.00 (318) R$ 10.000,00

05.004.17.512.0013.1.017.4.4.90.51.00 (320) R$ 20.000,00

05.004.17.512.0013.2.040.3.3.90.36.00 (327) R$ 30.000,00

05.004.17.512.0013.2.040.4.4.90.52.00 (329) R$ 10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte MT, 11 de junho de 2019.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N° 1.473/2019

SÚMULA: "Autoriza a abertura de Crédito Suplementar por anulação de dotação, para atender aquisição de Caminhão Baú Refrigerado para apoio na Agricultura Familiar, e dá outras providências".

***VALTER KUHN**, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado incluir na LDO/2019, aprovada pela Lei Municipal nº 1.420/2018, bem como suplementar no orçamento programa LOA/2019, aprovado pela Lei Municipal nº 1.426/2018, no valor de R$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), na seguinte Funcional Programática:

06 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Sedenco)

001 Departamento de Agricultura e Pecuária

20 Agricultura

606 Extensão Rural

0005 Atividade Rural Sustentável

1.082 Aquisição de Caminhão e Equipamentos

4.4.90.52-00 Equipamentos e Materiais Permanentes

Código Geral: 06.001.20.606.0005.1.082.4.490-52 R$ 216.000,00

Fonte de Recursos: 0.1.24.000000 – Transferência de Recursos de Convênio Outros.

Meta Física: Aquisição de 01 caminhão baú refrigerado para auxilio na comercialização de produção

Metas Fiscais: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) repasse do Convênio 875119/2018 /SEAD-PR/CAIXA Operação nº 1060798-05 e R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) recursos próprios.

Art. 2º - O valor do Crédito Adicional Especial ora autorizado em atendimento ao artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, será anulado o valor de R$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) nas seguintes funcionais programáticas:

05.002.26.782.0006.2.156.3.3.90-39.00 (285) R$ 100.000,00

06.001.20.606.0005.2.100.3.1.90-04.00 (339) R$ 20.000,00

06.001.20.606.0005.2.100.3.1.90-13.00 (341) R$ 15.000,00

06.001.20.606.0005.2.100.3.1.91-13.00 (342) R$ 10.000,00

06.001.20.606.0005.2.100.3.3.90-30.00 (344) R$ 40.000,00

06.001.20.606.0005.2.100.4.4.90-52.00 (349) R$ 14.000,00

06.001.20.606.0005.2.147.4.4.91-52.00 (353) R$ 9.000,00

06.001.20.606.0005.2.149.3.3.90-30.00 (354) R$ 4.000,00

06.001.20.606.0005.2.149.3.3.90-39.00 (355) R$ 4.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte MT, 11 de junho de 2019.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.474/2019

SÚMULA: "Dispõe sobre a alteração do inciso I do art. 1º da Lei Municipal n° 1.463/2019, que autoriza o Município de Terra Nova do Norte a proceder a alienação de bem público imóvel, e dá outras providências".

***VALTER KUHN**, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º. Altera o inciso I do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.463/2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1°. (...)

***I -** Lote urbano, a ser denominado como Lote LC 6/3, da quadra n° 03, com área de 800,00 m², localizado na quadra n° 03, "quarteirão central", localizado no loteamento núcleo urbano Terra Nova, Município e comarca de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, com os seguintes limites e confrontações: Lado direito confrontando com o lote n° 87, com 40,00 metros; Fundo confrontando com os lotes n° 87-A, com 20,00 metros; Lado esquerdo confrontando com o lote n° 88-A, com 40,00 metros; Frente confrontando com a Avenida Norberto Schwantes, com 20,00 metros (memorial em anexo)".*

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 11 de junho de 2019.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.475/2019

Súmula: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A OUTORGAR PERMISSÃO DE USO DE PRÉDIO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO PORTAL DA AMAZONIA – A.M.A.F.P.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

***VALTER KUHN**, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar Permissão de Uso de bem imóvel de propriedade do Município, à Associação de Mulheres da Agricultura Familiar do Portal da Amazônia – A.M.A.F.P.A., devidamente inscrita no CNPJ sob nº 16.403.259/0001-13, com sede na Comunidade São Pedro Esteio, Linha Mané Barriga, Zona Rural em Terra Nova do Norte/MT, CEP 78.505-000.

§1º - O imóvel a ser permitido o uso refere-se à estrutura física da Escola Municipal da Comunidade São Pedro, Linha Mané Barriga (escola desativada) com suas benfeitorias, Lote Rural, denominado Lote da Escola São Pedro, com área de 9.900,00m², localizado na área rural da São Pedro, Loteamento Nucleo Rural Terranova, , com as seguintes confrontações: FRENTE com a Estrada São Pedro, com 100,00 metros; FUNDOS confrontando com o Sítio do Mané Barriga, com 80,00 metros; LADO ESQUERDO mede 111,80 metros e confronta com a Estrada São José; do LADO DIREITO mede 110,00 metros e confronta com o Sitio do Mané Barriga, com 110,00 metros, localizado no Município e Comarca de Terra Nova do Norte/MT, conforme mapas e memoriais descritivos anexos.

§2º – A referida estrutura servirá à Associação para fins de beneficiamento de pequi, panificação e produção de gêneros alimentícios produzidos, como forma de incentivo para a agricultura familiar do local.

Art. 2º A Permissão de Uso de que trata esta Lei se fará de forma gratuita, pelo período de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, mediante autorização legislativa, em caráter privativo, desde que o bem imóvel cedido seja utilizado pela Associação, exclusivamente para as atividades descritas no §2º do Art. 1º.

Art. 3º. A permissionária receberá o prédio em perfeitas condições de uso, ficando sob sua inteira responsabilidade a segurança, zelo, limpeza, conservação, manutenção, realização de benfeitorias e a execução de reparos quando se fizer necessário.

Art. 4º. Terminado o prazo da Permissão de uso, a estrutura física utilizada deverá ser devolvida nas mesmas condições em que foi recebido, sob pena de responder por perdas e danos.

Art. 5º. Cessada a permissão por seu termo ou por revogação, não subsistirá direito da permissionária em qualquer tipo de indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias investidas no imóvel.

Art. 6º. A presente Permissão de Uso é ato precário e discricionário, e poderá ser revogada por ato do Poder Executivo por razões de interesse público, ou pelo descumprimento de qualquer uma das disposições desta lei, devidamente atestados em procedimento competente.

Art. 7º. O Permissionário não terá exclusividade no uso das instalações e bens. A Minuta de Permissão faz parte integrante da Lei.

Art. 8. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte MT, 11 de junho de 2019

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 337/ 2018 EXTREMA - MG

EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 337/ 2018 EXTREMA - MG

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 58/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE **EXTREMA - MG**

Pregão Presencial Nº 000065/2018

Termo Nº 000337/2018

Empresa: AQUARELA PARQUES LTDA. - EPP CNPJ: 10.433.905/ 0001-09 Endereço: RUA ATILIO BIGOTO, 85 - DISTRITO INDUSTRIAL VALDIR PALA - NOVA ALIANÇA - SP - CEP: 15210000

Processo: 000110 / 2018

Vigência: 21/08/2018 a 20/08/2019

ITEM Nº	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
31	PLAYGROUND PARQUE INFANTIL 01 - torre com estrutura em madeira plástica medindo 1,00 x 1,00 metros com cobertura medindo 1,40 x 1,40 em forma de pirâmide, 01 - torre com estrutura em madeira plástica medindo 0,90 x 0,90 metro sem cobertura, 01 - passarela fixa medindo 2,00 metros de comprimento x 0,78 metros de largura, com proteção lateral de cordas e correntes, 01 - teia de aranha medindo 2,00 metros de comprimento x 0,78 metro de largura, 01 - escada de ferro com degraus de madeira medindo 2,00 metros de comprimento x 0,70 metros de largura, 01 - rampa de escalada 2,20 metros de comprimento x 1,00 metro de largura, 01 - escorregador em fibra de lã de vidro medindo 2,00 metros de comprimento x 0,40 metros de largura, 01 - balanço com estrutura em madeira plástica, travessa em aço tubular, com dois lugares, suportes em formato de x, correntes galvanizadas e assentos de madeira de itaúba, dimensão de 9x7 já com área de circulação. apresentar catálogo técnico ilustrativo descriminando as dimensões e peso do equipamento, certificado abnt-nbr 16071, garantia de no mínimo 12 meses contra defeito de fabricação. todos os documentos dentro do envelope proposta financeira. UND - AQUARELA PARQUES	R$ 22. 669,40	R$ 22. 669,40

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N°07

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

O Município de Tesouro - MT, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.543.303/0001-49, com sede à Rua Humberto Marcilio, nº 158, Centro, nesta cidade de Tesouro – através da sua Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio nomeada através da Portaria nº 36/2018, de 02/04/2018 e 13/2019, de 14/02/2019, torna público para conhecimento dos interessados, que **ÀS 14: 00, HORAS DO DIA 27/06/ 2019,** realizará LICITAÇÃO na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições das Leis Federais nº 8.666/93 e 123/06, com a abertura dos envelopes nº. 01 e 02, contendo a Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, respectivamente para o seguinte objeto: **" AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE TESOURO/MT**, **CONFORME DETALHADO NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I,"** os interessados poderão retirar o Edital completo, no site http://www.pmtesouro.com.br/, ou solicitando através do Email: licitacoes.tesouro@gmail.com, telefone para contato (66) 3435-1118- Departamento de Licitação.

TESOURO MT, 11 DE JUNHO DE 2019.

_____

QUEREN HAPUQUE SILVA COSTA

PREGOEIRA OFICIAL

EXTRATO DE CONTRATO N° 28-2019

Extrato de Contrato: 28/2019
Contratantes: PMT/ CAMILLO PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA
Objeto.: Contratação da Empresa CAMILLO PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA, CNPJ: nº 07.884.914/0001-01, , Empresa especializada, na promoção de Eventos, para a apresentação de 01 (um) Show a ser realizado pelo Cantor: **JOSE DANIEL CAMILLO**, representado com exclusividade pelo seu procurador TRIEL VALDERS VIDOTTI JUNIOR
Vigência: 03/06/2019 a 30/08//2019
Valor Global: R$: 200.000,00
Data da Assinatura: 03/06/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Aquisição de Madeira Serrada em Bruto em Tamanhos Variados.

Nº do Contrato: 018/2019.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

Contratante: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - CNPJ nº 01.614.538/ 0001-59.

Contratada: GRISA & CONCEIÇÃO LTDA.

CNPJ: 10.707.158/0001-50.

Objeto: Aquisição por parte do CONTRATANTE e o fornecimento por parte da CONTRATADA, de Madeiras Serradas em bruto, em tamanhos variados, a serem destinadas para a manutenção e reparos de pontes, e manutenção e reparos em prédios e repartições públicas, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento, de conformidade com a descrição na proposta de preços da CONTRATADA.

Valor total: R$ 91.300,00 (noventa e um mil e trezentos reais).

Cód. Dotações Orçamentárias/Fontes:

(328) 08.001.15.451.0001.2.055 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Fonte: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

(350) 08.002.26.782.0020.2.057 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Fonte: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

(353) 08.002.26.782.0020.2.058 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Fonte: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

Fonte: 0.1.30.000000 – Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB.

Vigência: 31/12/2019.

Data de assinatura: 11/06/2019.

Signatários:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

ELIANDRO GRISA

Pela Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 108/2019.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Camila Guimarães da Rocha – CPF nº 039.178.241-08.

Cargo/função: Zeladora, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Remuneração base: R$ 998,00 por mês.

Prazo: Até 31/12/2019.

Data assinatura: 10/06/2019.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul.

CAMILA GUIMARÃES DA ROCHA

Contratada

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Rescisão do Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público sob nº 033/2019.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Maria Sirley de Oliveira – CPF: 896.169.361-15.

Cargo/função: Professor Graduado 20H, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Motivo da Rescisão: Rescisão por iniciativa e conveniência administrativa da Contratante.

Data assinatura do Termo: 06/06/2019.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

MARIA SIRLEY DE OLIVEIRA

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 109/2019.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Marlene Vieira Altenhofen – CPF nº 871.629.469-68.

Cargo/função: Zeladora, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Remuneração base: R$ 998,00 por mês.

Prazo: Até 31/12/2019.

Data assinatura: 10/06/2019.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul.

MARLENE VIEIRA ALTENHOFEN

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público, em Caráter Emergencial.

Nº do Contrato: Nº 110/2019.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: Francisco das Chagas Lima da Silva – CPF nº 333.326.903-10.

Cargo/função: Gari, vinculado à Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento.

Remuneração base: R$ 998,00 por mês.

Prazo: Até 31/12/2019.

Data assinatura: 11/06/2019.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul.

FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA DA SILVA

Contratado

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Rescisão do Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público sob nº 027/2019.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Maristela de Carvalho Resende – CPF: 692.829.009-91.

Cargo/função: Professor Graduado 20H, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Motivo da Rescisão: Rescisão por iniciativa e conveniência administrativa da Contratante.

Data Assinatura do Termo: 06/06/2019.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

MARISTELA DE CARVALHO RESENDE

Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

RREO RELATIVOS AO 2º BIMESTRE DE 2019.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.574.492,64	14.574.492,64	2.452.812,67	16,83	5.031.367,19	34,52	9.543.125,45
RECEITAS CORRENTES	14.574.492,64	14.574.492,64	2.452.812,67	16,83	5.031.367,19	34,52	9.543.125,45
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	614.360,80	614.360,80	67.687,12	11,02	215.181,66	35,03	399.179,14
Impostos	591.360,80	591.360,80	66.053,45	11,17	210.339,67	35,57	381.021,13
Taxas	23.000,00	23.000,00	1.633,67	7,10	4.841,99	21,05	18.158,01
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	25.000,00	25.000,00	4.004,18	16,02	8.339,10	33,36	16.660,90
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	25.000,00	25.000,00	4.004,18	16,02	8.339,10	33,36	16.660,90
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	7.380,25	0,00	18.093,72	0,00	-18.093,72
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	7.380,25	0,00	18.093,72	0,00	-18.093,72
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	14.646,55	0,00	22.718,00	0,00	-22.718,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	14.646,55	0,00	22.718,00	0,00	-22.718,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.930.131,84	13.930.131,84	2.359.094,57	16,94	4.767.034,71	34,22	9.163.097,13
Transferências da União e de suas Entidades	8.407.466,23	8.407.466,23	1.255.223,62	14,93	2.598.637,48	30,91	5.808.828,75
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	3.922.665,61	3.922.665,61	816.934,14	20,83	1.561.153,97	39,80	2.361.511,64
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.600.000,00	1.600.000,00	286.936,81	17,93	607.243,26	37,95	992.756,74
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.599.492,64	14.599.492,64	2.452.812,67	16,80	5.031.367,19	34,46	9.568.125,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.599.492,64	14.599.492,64	2.452.812,67	16,80	5.031.367,19	34,46	9.568.125,45
DÉFICIT (VI)					907.537,06		
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.599.492,64	14.599.492,64	2.452.812,67	16,80	5.938.904,25	40,68	8.660.588,39
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	783.158,46			696.216,38		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		783.158,46			696.216,38		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.070.647,80	13.915.256,00	2.828.113,97	8.340.507,80	5.574.748,20	3.328.115,59	5.762.232,04	8.153.023,96	4.784.318,64	
DESPESAS CORRENTES	11.883.034,13	12.289.008,66	2.432.971,77	6.928.667,17	5.360.341,49	2.595.789,48	4.830.013,02	7.458.995,64	4.073.391,20	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.009.031,80	6.361.544,35	1.117.879,78	2.198.932,89	4.162.611,46	1.063.733,56	2.087.405,77	4.274.138,58	2.065.318,98	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.874.002,33	5.927.464,31	1.315.091,99	4.729.734,28	1.197.730,03	1.532.055,92	2.742.607,25	3.184.857,06	2.008.072,22	
DESPESAS DE CAPITAL	987.613,67	1.626.246,34	395.142,20	1.411.840,63	214.405,71	732.326,11	932.219,02	694.027,32	710.927,44	
INVESTIMENTOS	687.613,67	1.177.370,27	336.458,42	962.965,56	214.404,71	650.329,09	780.869,99	396.500,28	559.578,41	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	300.000,00	448.876,07	58.683,78	448.875,07	1,00	81.997,02	151.349,03	297.527,04	151.349,03	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	1,00			1,00			1,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	748.844,84	687.395,10	89.806,67	176.672,21	510.722,89	89.806,67	176.672,21	510.722,89	134.918,49	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.819.492,64	14.602.651,10	2.917.920,64	8.517.180,01	6.085.471,09	3.417.922,26	5.938.904,25	8.663.746,85	4.919.237,13	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.819.492,64	14.602.651,10	2.917.920,64	8.517.180,01	6.085.471,09	3.417.922,26	5.938.904,25	8.663.746,85	4.919.237,13	
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			0,00		112.130,06	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.819.492,64	14.602.651,10	2.917.920,64	8.517.180,01		3.417.922,26	5.938.904,25		5.031.367,19	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
RECEITAS CORRENTES	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	748.844,84	687.395,10	89.806,67	176.672,21	510.722,89	89.806,67	176.672,21	510.722,89	134.918,49	
DESPESAS CORRENTES	748.844,84	687.395,10	89.806,67	176.672,21	510.722,89	89.806,67	176.672,21	510.722,89	134.918,49	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	748.844,84	687.395,10	89.806,67	176.672,21	510.722,89	89.806,67	176.672,21	510.722,89	134.918,49	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00			0,00			0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.070.647,80	13.915.256,00	2.828.113,97	8.340.507,80	97,93	5.574.748,20	3.328.115,59	5.762.232,04	97,03	8.153.023,96	
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	2.706.410,00	2.817.647,99	667.263,30	1.958.386,89	22,99	859.261,10	704.676,57	1.145.183,03	19,28	1.672.464,96	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	2.628.410,00	2.749.146,99	656.374,41	1.937.498,00	22,75	811.648,99	693.787,68	1.124.294,14	18,93	1.624.852,85	
Administração Financeira											
Controle Interno	78.000,00	68.501,00	10.888,89	20.888,89	0,25	47.612,11	10.888,89	20.888,89	0,35	47.612,11	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	892.886,03	859.495,40	141.891,02	485.028,13	5,69	374.467,27	180.507,26	375.405,58	6,32	484.089,82	
Assistência ao Idoso	130.980,00	133.631,13	21.431,08	78.798,19	0,93	54.832,94	22.861,59	61.062,70	1,03	72.568,43	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	113.500,00	98.562,62	14.075,80	30.738,90	0,36	67.823,72	14.165,80	30.493,90	0,51	68.068,72	
Assistência Comunitária	648.406,03	627.301,65	106.384,14	375.491,04	4,41	251.810,61	143.479,87	283.848,98	4,78	343.452,67	
FU08 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	3.028.969,06	3.587.843,41	820.770,50	1.977.239,82	23,21	1.610.603,59	848.499,87	1.652.218,63	27,82	1.935.624,78	
Atenção Básica	1.757.199,80	2.007.762,32	401.217,37	1.026.812,01	12,06	980.950,31	433.459,88	848.272,64	14,28	1.159.489,68	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	730.600,00	906.595,38	284.002,86	531.114,44	6,24	375.480,94	297.835,34	451.470,67	7,60	455.124,71	
Suporte Profilático e Terapêutico	191.169,26	169.700,28	19.836,06	44.173,09	0,52	125.527,19	19.836,06	44.173,09	0,74	125.527,19	
Vigilância Sanitária	38.000,00	89.200,31	32.688,12	67.079,45	0,79	22.120,86	30.979,46	41.500,10	0,70	47.700,21	
Vigilância Epidemiológica	70.000,00	100.874,68	39.249,92	63.388,03	0,74	37.486,65	20.706,27	42.744,38	0,72	58.130,30	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	242.000,00	313.710,44	43.776,17	244.672,80	2,87	69.037,64	45.682,86	224.057,75	3,77	89.652,69	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	170.000,00	154.633,11	0,00	100.000,00	1,17	54.633,11	26.624,99	60.884,54	1,03	93.748,57	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	170.000,00	154.633,11		100.000,00	1,17	54.633,11	26.624,99	60.884,54	1,03	93.748,57	
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	3.525.411,64	3.483.173,05	666.900,50	1.389.677,25	16,32	2.093.495,80	668.014,09	1.120.043,70	18,86	2.363.129,35	
Ensino Fundamental	3.241.069,64	3.189.774,49	644.943,03	1.320.659,11	15,51	1.869.115,38	628.937,66	1.051.025,56	17,70	2.138.748,93	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	284.342,00	293.398,56	21.957,47	69.018,14	0,81	224.380,42	39.076,43	69.018,14	1,16	224.380,42	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	30.000,00	30.000,00				30.000,00				30.000,00	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	1.588.971,07	1.887.411,80	398.172,97	1.592.392,29	18,70	295.019,51	661.082,77	947.441,24	15,95	939.970,56	
Infra-Estrutura Urbana	1.573.971,07	1.887.409,80	398.172,97	1.592.392,29	18,70	295.017,51	661.082,77	947.441,24	15,95	939.968,56	
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções	15.000,00	2,00				2,00				2,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Rural											
Habitação Urbana											

Documento gerado em 06/06/2019 09:32:29

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	326.500,00	399.281,14	45.317,60	255.355,62	3,00	143.925,52	77.006,40	197.306,02	3,32	201.975,12	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	326.500,00	399.281,14	45.317,60	255.355,62	3,00	143.925,52	77.006,40	197.306,02	3,32	201.975,12	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	121.000,00	65.207,37	10.249,64	19.158,16	0,22	46.049,21	10.249,64	19.158,16	0,32	46.049,21	
Preservação e Conservação Ambiental	121.000,00	65.207,37	10.249,64	19.158,16	0,22	46.049,21	10.249,64	19.158,16	0,32	46.049,21	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	68.000,00	33.238,82	0,00	22.333,00	0,26	10.905,82	8.160,90	13.646,86	0,23	19.591,96	
Abastecimento											
Extensão Rural	68.000,00	33.238,82		22.333,00	0,26	10.905,82	8.160,90	13.646,86	0,23	19.591,96	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											

Documento gerado em 06/06/2019 09:32:29

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	112.500,00	148.446,84	18.864,66	92.061,57	1,08	56.385,27	61.296,08	79.595,25	1,34	68.851,59	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	112.500,00	148.446,84	18.864,66	92.061,57	1,08	56.385,27	61.296,08	79.595,25	1,34	68.851,59	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	300.000,00	448.876,07	58.683,78	448.875,07	5,27	1,00	81.997,02	151.349,03	2,55	297.527,04	
Refinanciamento da Dívida Interna	300.000,00	448.876,07	58.683,78	448.875,07	5,27	1,00	81.997,02	151.349,03	2,55	297.527,04	
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	200.000,00	1,00				1,00				1,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	748.844,84	687.395,10	89.806,67	176.672,21	2,07	510.722,89	89.806,67	176.672,21	2,97	510.722,89	
TOTAL (III) = (I + II)	13.819.492,64	14.602.651,10	2.917.920,64	8.517.180,01	100,00	6.085.471,09	3.417.922,26	5.938.904,25	100,00	8.663.746,85	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/Total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/Total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	748.844,84	687.395,10	89.806,67	176.672,21	2,07	510.722,89	89.806,67	176.672,21	2,97	510.722,89	
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	137.000,00	89.163,59	8.820,56	17.607,50	0,21	71.556,09	8.820,56	17.607,50	0,30	71.556,09	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	125.000,00	77.163,59	5.818,22	12.370,16	0,15	64.793,43	5.818,22	12.370,16	0,21	64.793,43	
Administração Financeira											
Controle Interno	12.000,00	12.000,00	3.002,34	5.237,34	0,06	6.762,66	3.002,34	5.237,34	0,09	6.762,66	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	37.000,00	26.500,00	4.895,52	9.357,17	0,11	17.142,83	4.895,52	9.357,17	0,16	17.142,83	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária	37.000,00	26.500,00	4.895,52	9.357,17	0,11	17.142,83	4.895,52	9.357,17	0,16	17.142,83	
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	274.344,84	239.690,65	28.830,74	56.653,14	0,67	183.037,51	28.830,74	56.653,14	0,95	183.037,51	
Atenção Básica	161.219,84	158.047,87	22.126,21	43.057,88	0,51	114.989,99	22.126,21	43.057,88	0,73	114.989,99	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	73.200,00	54.577,78	3.727,95	7.750,89	0,09	46.826,89	3.727,95	7.750,89	0,13	46.826,89	
Suporte Profilático e Terapêutico	15.000,00	8.864,00	1.115,58	2.231,15	0,03	6.632,85	1.115,58	2.231,15	0,04	6.632,85	
Vigilância Sanitária	2.000,00	2.000,00				2.000,00				2.000,00	
Vigilância Epidemiológica	7.200,00	7.200,00	1.117,50	2.126,22	0,02	5.073,78	1.117,50	2.126,22	0,04	5.073,78	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	15.725,00	9.001,00	743,50	1.487,00	0,02	7.514,00	743,50	1.487,00	0,03	7.514,00	
FU10 - Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	214.000,00	258.669,00	37.645,39	75.618,99	0,89	183.050,01	37.645,39	75.618,99	1,27	183.050,01	
Ensino Fundamental	199.000,00	243.669,00	34.549,17	69.036,70	0,81	174.632,30	34.549,17	69.036,70	1,16	174.632,30	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	15.000,00	15.000,00	3.096,22	6.582,29	0,08	8.417,71	3.096,22	6.582,29	0,11	8.417,71	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	61.000,00	51.888,65	7.074,90	12.676,87	0,15	39.211,78	7.074,90	12.676,87	0,21	39.211,78	
Infra-Estrutura Urbana	61.000,00	51.888,65	7.074,90	12.676,87	0,15	39.211,78	7.074,90	12.676,87	0,21	39.211,78	
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	18.000,00	16.000,00	1.777,34	3.698,92	0,04	12.301,08	1.777,34	3.698,92	0,06	12.301,08	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	18.000,00	16.000,00	1.777,34	3.698,92	0,04	12.301,08	1.777,34	3.698,92	0,06	12.301,08	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	3.000,00	1.501,00	0,00	0,00	0,00	1.501,00	0,00	0,00	0,00	1.501,00	
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	1.501,00				1.501,00				1.501,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Científico											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	2.000,00	1.421,59	0,00	0,00	0,00	1.421,59	0,00	0,00	0,00	1.421,59	
Abastecimento											
Extensão Rural	2.000,00	1.421,59				1.421,59				1.421,59	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	2.500,00	2.560,62	762,22	1.059,62	0,01	1.501,00	762,22	1.059,62	0,02	1.501,00	
Desporto de Rendimento											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∎ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∎ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto Comunitário	2.500,00	2.560,62	762,22	1.059,62	0,01	1.501,00	762,22	1.059,62	0,02	1.501,00	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PORTARIA Nº. 40/2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Vale de São Domingos-MT, Srº ***GERALDO MARTINS DA SILVA,*** no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis especificas:

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR a Senhora, LETICIA APARECIDA SCATOLIN, portador do RG: 1804908-7 SSP/MT e do CPF: 016.182.441-24, do cargo de GESTOR (A) DE RECURSOS HUMANOS.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos – MT, em 10 de JUNHO de 2019.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N º. 18/2019.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o **MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT,** devidamente qualificado no Contrato Originário, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado por seu Prefeito Municipal GERALDO MARTINS DA SILVA, brasileiro, casado, portador do RG 673.675, SSP-MT e CPF: 458.527.236-49, residente e domiciliado na Av. Santa Stopa, s/n, Centro, nesta Cidade, e a Empresa:empresa K. ALISSON CARDOSO -ME, com sede à Rua do Jasmim nº 139, Loteamento Aclimação CEP 78.195-000, na cidade de Chapada dos Guimaraes-MT, Telefone (65)3301-2218, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ nº. 28.032.542/0001-65, neste ato representado pelo Srº KEVELYN ALISSON CARDOSO, inscrita no CPF nº. 063.002.591-61 e RG nº 24757047 SSP/MT, residente e domiciliado na avenida Tancredo Neves, nº03, Bairro Vale da Chapada, Chapada dos Guimaraes-MT, igualmente qualificado no instrumento de contrato Originário, doravante denominado **CONTRATADO**, resolvem aditiva o contrato em epígrafe, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA – O presente termo Aditivo tem o suporte legal no item 11 – CONTRATO do Edital, item 11.3 - O contrato poderá ser alterado, com a devida justificativa, através de Termo Aditivo aprovado pelo Prefeito Municipal nos termos do artigo 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – conforme aCLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO*, do Contrato Originário sofrera ajuste de 38,34% no objeto da REFORMA DA PONTE DE MADEIRA, RIO SÃO DOMINGOS, AV. JOSE ORLANDO DE BRITO (SANTA STOPA), conforme planilha em anexo:*

"1 – o valor do aditivo a obra é de R$ 45.793,98 (Quarenta e Cinco Mil, Setecentos e Noventa e Três Reais e Noventa e Oito Centavos".

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas e condições estabelecidas pelo Contrato de nº. 18/2019, que não foram alterados pelo presente Aditivo Contratual, permanecem inalteradas e em plena vigência.

E, por estarem, certas justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento de Aditivo Contratual, em 02 vias de igual teor, valor e forma, para que passe a surtir efeitos jurídicos e legais.

Vale de São Domingos/MT, 11 de Junho de 2019.

GERALDO MARTINS DA SILVA
Contratante/Prefeito Municipal

.....

K. ALISSON CARDOSO -ME

CONTRATADA

PORTARIA Nº. 41/2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Excelentíssimo Prefeito Municipal de Vale de São Domingos-MT, Srº ***GERALDO MARTINS DA SILVA,*** no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis especificas:

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Senhor, ANA PAULA SOARES DE BARROS, portadora do RG: 16988930 SEJSP/MT e do CPF: 011.528.371-41, para o cargo COORDENADOR (A) DE PATRIMONIO.

Art. 3° -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos – MT, em 10 de JUNHO de 2019.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 74/2019

CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS – MT, **CONTRATADA** FORNECEDORA: **ROSINEI ARAUJO SALES, INSCRITA NO CPF 916.003.831-49, OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO:** Contratação de serviço imediato de nutricionista, 20 horas/semanais, afim de atender a demanda das Escolas Municipais coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação. **VALOR CONTRATO: R$ 13. 440,00 DATA EMISSÃO:** 10/06/2019, **DATA VENCIMENTO:** 10/12/2019, **TIPO LICITAÇÃO:** DISPENSA 08/2019.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 27/2019

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar as seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10.520, **MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL 27/2019 - SRP. **OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA, DE FORMA COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS OFERECIDOS NO MUNICÍPIO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT.”. **DATA DE ABERTURA**: 28/06/2019 AS 08:00 HORAS, O Edital completo poderá ser obtido junto a Comissão Permanente de Licitação, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas no Departamento de Licitações, maiores informações pelos telefones (65) 3268 1058/1140. Ou no Site www.valedesaodomingos.mt.gov.br. Vale de São Domingos – MT, 11 de Junho de 2019. Edinaldo Ferreira de Santana Presidente Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 28/2019

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar as seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10.520, **MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL 28/2019 - SRP. **OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE SAÚDE ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO/CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT.”. **DATA DE ABERTURA**: 02/07/2019 AS 08:00 HORAS, O Edital completo poderá ser obtido junto a Comissão Permanente de Licitação, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas no Departamento de Licitações, maiores informações pelos telefones (65) 3268 1058/1140. Ou no Site www.valedesaodomingos.mt.gov.br. Vale de São Domingos – MT, 11 de Junho de 2019. Edinaldo Ferreira de Santana Presidente Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

AVISO DE RESULTADO DE ANALISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 02/2019

Processo nº 570999/2019. Objeto Seleção e contratação de empresas de engenharia para execução do saldo remanescente da obra de construção da CRECHE PROJETO PADRÃO TIPO 1 - PROINFÂNCIA, projetos padronizados do FNDE localizada na Av. A, nº. 0, Residencial Gilson de Barros, CEP: 78.132-180, Várzea Grande- MT em regime de empreitada por preço global, conforme projetos FNDE, em atenção ao Termo de Compromisso nº. PAC2: 7849/2014-FNDE. A CPL **ACATA** o parecer da Equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e **DECLARA: HABILITADAS** as licitantes: **WN CONSTRUCOES LTDA - EPP** CNPJ: 19.699.306/0001-06; **R. M ENGENHARIA EIRELI – ME**, CNP: 30.195.839/0001-93; **CEVIC CONSTRUTORA E INCORPORADORA – EIRELI - EPP** CNPJ: 18.046.443/0001-89; **CONSTRUTORA W MENDES LTDA - EPP** CNPJ: 13.252.128/0001-94 e **BC CONTRUTORA BR CENTRAL EIRELI - EPP** CNPJ: 00.817.101/0001-50. **INABILITADAS** as empresas: **TRAÇO ARQUITETURA LTDA** CNPJ: 04.553.072/0001-17, **LEAO MARCONDES CONSTRUÇOES LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO MAQUINAS PESADAS LTDA** CNPJ: 19.324.875/0001-77, **JRM CONSTRUÇOES LTDA** CNPJ: 11.922.125/0001-95 e **CONSTRUTORA KULUENE EIRELI** CNPJ: 13.147.763/0001-01; por desatendimentos ao Instrumento Convocatório. A CPL abre prazo para interposição de recurso, contra a decisão proferida, em conformidade com a Lei 8.666/93 e o edital no item “***11.1”.*** A ata da presente sessão esta disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br. Várzea Grande, 10 de junho de 2019. **Aline Arantes Correa -** Presidente CPL

PORTARIA Nº 104/2019

“Dispõe sobre a concessão do Benefício SALÁRIO FAMÍLA”.

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT - PREVIVAG, **JUAREZ TOLEDO PIZZA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei n.º 2.719/04, que rege a Previdência Municipal, resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício Salário Família ao servidor abaixo citado, por motivo do nascimento do filho, em conformidade com os art. 7º XII da Constituição Federal e art. 16 da lei nº 2.719/2004, com efeitos a partir desta data, conforme processo administrativo do PREVIVAG.

ANTONIO DOS SANTOS FARIAS, efetivo no cargo de Agente de Apoio aos Serviços Externos, lotado na Sec. Mun. de Mobilidade Urbana, Salário Família do menor OSCAR JOSÉ DE FARIAS NETO, nascido no dia 07.04. 2008. A partir desta data;

CLEYSON ANDERSON CHAVES, efetivo no cargo de Técnico de Suporte Administrativo Educacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Salário Família do menor MATHEUS ANDERSON RIBEIRO CHAVES, nascido aos 11.06.2008. A partir desta data;

CLEYSON ANDERSON CHAVES, efetivo no cargo de Técnico de Suporte Administrativo Educacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Salário Família da menor CAMILA VITORIA MOREIRA CHAVES, nascida aos 10.09.2013. A partir desta data;

LUIZ FERNANDES DA SILVA ABREU, efetivo no cargo de Agente de Apoio aos Serviços Externos, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Salário Família do menor DAVI LUCAS SILVA DE ABREU, nascido aos 27.05.2013. A partir desta data;

LAIHELE RAMOS AMORIM, efetiva no cargo de Técnico de Suporte Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Salário Família do menor FELIPE RAMOS DE CAMPOS, nascido aos 22.11.2007. A partir desta data;

SILAS OLIVEIRA DE MORAES, efetivo no cargo de Agente de Apoio aos Serviços Externos, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Salário Família do menor PEDRO JUAN SILVA MORAES, nascido aos 27.04.2012. A partir desta data.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir da sua concessão.

Várzea Grande-MT, 11 de junho de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente do PREVIVAG

RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2019

Processo nº 596103/2019.Objeto:Contratação de empresa especializada no fornecimento de gasolina comum, etanol comum, óleo diesel comum, e óleo diesel s-10 e agente redutor líquido – arla 32, de forma fracionada, por meio de cartão magnético ou micro processados, através de sua rede de postos credenciados, com implantação e operação de sistema integrado de gestão de consumo de combustíveis, sem taxa de administração, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. Em nome de **POSTO LEBLON LTDA** – **CNPJ: 97.550.180/0001-17**, com o valor total estimado de R$ 1.346.948,90 (Um milhão trezentos e quarenta e seis mil novecentos e quarenta e oito reais e noventa centavos), o prazo de vigência do contrato será de 03 (três) meses, a partir da data de sua publicação, ou até que finalize o processo licitatório e posterior celebração do contrato. O presente documento está disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br, Várzea Grande-MT, 11 de Junho de 2019. **PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA - Secretaria Municipal de Administração.**

PORTARIA Nº 102/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício"

"AUXÍLIO-DOENÇA"

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT - PREVIVAG, **JUAREZ TOLEDO PIZZA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2.719/04, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Auxílio Doença, com base no Art. 15 da Lei 2.719/04, aos seguintes servidores:

ANA PAULA DE OLIVEIRA, efetiva no cargo de Técnico de Desenvolvimento Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 30.04.2019 até 29.05.2019;

ANTONIO CARLOS GONÇALVES, efetivo no cargo de Agente de Apoio do SUS, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, de 05.04.2019 até 01.10.2019;

ANDREIA DE SOUZA NEVES, efetiva no cargo de Técnica de Des. Educacional – TDE, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 26.04.2019 até 24.06.2019;

ANA MARGARIDA RAMOS, efetiva no cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, de 02.04.2019 até 30.06.2019;

ÁTILA FERNANDO COSTA DA CUNHA, efetivo no cargo de Operador de Faturamento, lotado no Departamento de Água e Esgoto – DAE, de 27.04.2019 até 25.07.2019;

ANA BENEDITA DA SILVA MORAIS, efetiva no cargo de Serviços Gerais, lotada na Câmara Municipal de Várzea Grande/MT, de 01.04.2019 até 30.05.2019;

APARECIDA SILVANA GONÇALVES DE ALMEIDA, efetiva no cargo de Professora I – IV, matrícula n. 004691, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 29.04.2019 até 27.07.2019;

BENEDITA MARCELINA SEBA, efetiva no cargo de Instrutora de Projetos Sanitários, lotada na Secretaria de Assistência Social, de 13.05.2019 até 11.07.2019;

BERNADINA MARTA DA SILVA, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 10.04.2019 até 09.05.2019;

BENE GONÇALVES DE CAMPOS, efetivo no cargo de Fiscal de Obras, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, de 09.04.2019 até 08.05.2019;

CRISTIANO VALERIO TAVEIRA CORDEIRO, efetivo no cargo de Guarda Municipal, lotado na Secretaria de Defesa Social, de 12.04.2019 até 10.06.2019;

CELI CAMARGO DA SILVA NERY, efetiva no cargo de Professora I – IV, matrícula n. 007334, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 03.05.2019 até 31.07.2019;

CLEUZA VIEIRA NERES, efetiva no cargo de Professora Nível Superior, matrícula n. 130598, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 23.04.2019 até 12.05.2019;

CAROLINA DE LUCENA SEROR, efetiva no cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Saúde, de 02.04.2019 até 16.05.2019;

CONCEIÇÃO GONÇALINA DA SILVA E LIMA, efetiva no cargo de TDE, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 08.04.2019 até 06.06.2019;

CLEONICE MARIA RODRIGUES DA SILVA, efetiva no cargo de Professora Nível Superior do SUS, matrícula n. 130640, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 28.03.2019 até 26.05.2019;

DANIEL RODRIGUES SILVEIRA, efetivo no cargo de Agente de Segurança e Manutenção, lotado na Secretaria Municipal de Educação, de 12.04.2019 até 11.05.2019;

DANIELLE BARBOSA MARTINS RODRIGUES MESQUITA, efetiva no cargo de Professora Nível Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 25.04.2019 até 25.05.2019;

DEBORA LUZIA DAL PONTE CARVALHO, efetiva no cargo de Médica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, de 27.03.2019 até 10.05.2019;

ELIZABETH FÁTIMA SILVA DE ARRUDA, efetiva no cargo de Professora I a IV, matrícula n. 013951, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 25.04.2019 até 23.07.2019;

ELIANE FABIANA DUTRA, efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, de 02.05.2019 até 30.06.2019;

FLAVIA REGINA CAMARA ANTUNES BRANDÃO, efetiva no cargo de Professora V a VIII, matrícula n. 016594, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 07.04.2019 até 05.06.2019;

FLAVIA REGINA CAMARA ANTUNES BRANDÃO, efetiva no cargo de Professora V a VIII, matrícula n. 016593, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 07.04.2019 até 05.06.2019;

GLAUCIA EUNICE GONÇALVES DA SILVA, efetiva no cargo de Professora I a IV, matrícula n. 018150, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 23.04.2019 até 22.05.2019;

GRAZIELLE MARIA DE LIMA E MELO, efetiva no cargo de Professora, matrícula n. 132766, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 25. 04.2019 até 23.06.2019;

GRAZIELLE MARIA DE LIMA E MELO, efetiva no cargo de Professora I a IV, matrícula n. 018729, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 25.04.2019 até 23.06.2019;

GERSON GONÇALVES DE QUEIROZ, efetivo no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, de 03.05. 2019 até 02.05.2019;

HELENA GLAZIELA BARBIERO AMARAL, efetiva no cargo de Professora I a IV, matrícula n. 018998, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 10.05.2019 até 07.08.2019;

HILZA MARTINS DE SOUZA, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 23.04.2019 até 12. 05.2019;

HELENA MARIA AUXILIADORA SILVA DANTAS, efetiva no cargo de TDI, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 06.05.2019 até 04.06. 2019;

JANETE CASSIA DA SILVA, efetiva no cargo de Professora Nível Superior, matrícula n. 130535, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 03.05.2019 até 01.06.2019;

JOSÉ BATISTA DE PRIMO, efetivo no cargo de Agente de Apoio do SUS, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, de 01.03.2019 até 14.04.2019;

JOERSON MARIO DA SILVA, efetivo no cargo de Professor V a VIII, matrícula n. 022983, lotado na Secretaria Municipal de Educação, de 12.04. 2019 até 10.07.2019;

JUCIMARA MAGALHÃES DE LARA, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 19.03.2019 até 16.06.2019;

JOIR JOSÉ GOMES DA SILVA, efetivo no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado no Departamento de Água e Esgoto – DAE, de 10.04.2019 até 09.05.2019;

KARINE GONÇALVES CURVO, efetiva no cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria de Saúde, de 26.04.2019 até 25.05.2019;

KATIA DE AMORIM SOARES, efetiva no cargo de Professora I a IV, matrícula n. 025992, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, de 23.04.2019 até 19.10.2019;

LUIS CARLOS CÍCERO DOMINGOS, efetivo no cargo de Professor Nível Superior, matrícula n. 085921, lotado na Secretaria Municipal de Educação, de 11.04.2019 até 08.08.2019;

OSMARA FREITAS DOS SANTOS, efetiva no cargo de Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 02.05.2019 até 15.06.2019;

PATRÍCIA CRISTINA BORGES FLORÊNCIO, efetiva no cargo de Médica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, de 02.05.2019 até 31.05.2019;

PATRÍCIA SILVA DA CRUZ, efetiva no cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, de 20.04.2019 até 19.05.2019;

SOLIZES LUIZA DE VICUNA SOUZA, efetiva no cargo de TDI, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 12.04.2019 até 26.05.2019;

SANDRA OLIVEIRA SANTOS, efetiva no cargo de Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 24.04.2019 até 22.07.2019;

SAIENY CRISTINI DA SILVA CAROLLO, efetiva no cargo de Professora Nível Superior, matrícula n. 130654, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 28.04.2019 até 27.05.2019;

THULIO AYRES COELHO SILVA GUEDES, efetivo no cargo de Agente de Segurança e Manutenção, lotado na Secretaria Municipal de Educação, de 26.04.2019 até 15.05.2019;

THAISSA MOURA DA SILVA FIGUEIREDO, efetiva no cargo de Professora Nível Superior, matrícula n. 130601, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 18.04.2019 até 17.05.2019;

RITA DE CASSIA DO AMARAL FRANCO, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 29.04. 2019 até 28.05.2019;

RITA DE CASSIA SILVA DESIDERO CUTIARO, efetiva no cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, de 24.04.2019 até 23.05. 2019;

MARIA CONCEIÇÃO S. SANTOS, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, de 27.04.2019 até 25.07. 2019;

MARIA ADELAIDE MORAIS SARAIVA, efetiva no cargo de Professora Nível Superior, matrícula n. 084352, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 22.04.2019 até 21.05.2019;

MARIA EDILEUSA MACHADO, efetiva no cargo de Professora Nível Superior, matrícula n. 130678, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 29.04.2019 até 28.05.2019;

MARIA DE FÁTIMA BARROS FAVA, efetiva no cargo de Professora I a IV, matrícula n. 032329, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 09. 05.2019 até 06.08.2019;

MILTON SANTOS KSIAZEKI, efetivo no cargo de Técnico de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, de 02.05.2019 até 31.05. 2019;

MARILETH NEVES DA CRUZ BERTO, efetiva no cargo de Professora I a IV, matrícula n. 034053, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 22.03.2019 até 20.05.2019;

MARIA ALVES DE OLIVEIRA, efetiva no cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, de 29.04.2019 até 27.06. 2019;

MILENE NASCIMENTO SIMIONI, efetiva no cargo de Bioquímica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, de 10.04.2019 até 09.05.2019;

MANUELE PAVAN DE ARRUDA, efetiva no cargo de TDE, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 12.04.2019 até 11.05.2019;

MARCOS ALBERTO LOUREIRO, efetivo no cargo de Guarda Municipal, lotado na Secretaria de Defesa Social, de 01.04.2019 até 29.06.2019;

VINICIUS DE SOUZA, efetivo no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, de 06.05.2019 até 25.05.2019;

VANILDA PEREIRA BATISTA, efetiva no cargo de Professora I a IV, matrícula n. 046396, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 24.04. 2019 até 01.06.2019;

VANILDA PEREIRA BATISTA, efetiva no cargo de Professora I a IV, matrícula n. 046397, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 24.04. 2019 até 01.06.2019;

VANIA APARECIDA ARANTES, efetiva no cargo de Professora I a IV, matrícula n. 046283, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 03.05. 2019 até 01.06.2019;

VERCILENE DA SILVA, efetiva no cargo de Professora I a IV, matrícula n. 046672, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 22.04.2019 até 14.08.2019;

WALTER ALVES DE ARAÚJO JUNIOR, efetivo no cargo de TDE, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, de 16.04.2019 até 15.05.2019;

WELLER ESTEVES FERREIRA, efetivo no cargo de Guarda Municipal, lotado na Secretaria de Defesa Social, de 12.05.2019 até 09.08.2019;

WALTER DE JESUS ROBLES, efetivo no cargo de Auxiliar Administrativo, lotado no Departamento de Água e Esgoto – DAE, de 03.04.2019 até 31. 07.2019.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir da sua concessão.

Várzea Grande-MT, 11 de junho de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente do PREVIVAG

PORTARIA Nº 103/2019

"Dispõe sobre a concessão do Benefício SALÁRIO MATERNIDADE".

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT - PREVIVAG, **JUAREZ TOLEDO PIZZA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei n.º 2.719/04, que rege a Previdência Municipal, resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício Salário Maternidade às servidoras abaixo citadas, com base no Art. 22 da Lei nº 2.719/2004.

CRISTIANE SALDANHA, efetiva no cargo de Professora Nível Superior, matrícula n. 082095, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 25. 03.2019 até 20.09.2019;

DIANE APARECIDA MENEZES, efetiva no cargo de Professora Nível Superior, matrícula n. 086681, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 22.04.2019 até 18.10.2019;

DIANE APARECIDA MENEZES, efetiva no cargo de Professora Nível Superior, matrícula n. 130544, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 22.04.2019 até 18.10.2019;

HELENA SILVA DE FRANÇA PAULA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Administração, de 29.04.2019 até 25.10. 2019;

HELOISA MATOS NAGATA BUCCO, efetiva no cargo de Professora, matrícula n. 132752, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 22.04. 2019 até 18.10.2019;

IZAMARA COSTA FREIRE, efetiva no cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, de 09.04.2019 até 05.10.2019;

JOSIANE KATIUCCIA NUNES DE SOUZA, efetiva no cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, de 26.04.2019 até 22.10. 2019;

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir da sua concessão.

Várzea Grande-MT, 11 de junho de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente do PREVIVAG

PORTARIA N°. 152/2019/GAB/SMECEL/VG

"Dispõe sobre a nomeação de fiscal da Obra e do Contrato e n°. 060/2018"

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o artigo 67 da Lei Federal n°. 8.666/93, prevê a designação de representante da Administração para acompanhar e fiscalizar o contrato;

Considerando o artigo 58, III, da Lei Federal n°. 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1° - DESIGNARo servidor**DIOGO FRANCISCO ZANINI**como fiscais-da obra e do contrato nº. 060/2018 em conformidade com a cláusula décima sexta - da fiscalização.

Art. 2° - A designação do fiscal terá efeito a partir da publicação..

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se

Várzea Grande, 11 de junho de 2019.

Profº Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PORTARIA Nº 590/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 600507/2019,

RESOLVE:

Interromper a Licença para tratar de assuntos de Interesse Particular sem Ônus (01/11/2017 a 01/11/2019) concedido a servidora **ROSANGELA CARVALHO RIBEIRO,** Matrícula 82248, exercendo o cargo de Técnico de Suporte Administrativo Educacional, **retornando às atividades laborais na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, partir de 07/06/2019.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de junho de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 593/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder 20 (vinte) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2017/2018, a vigorar a partir de **10.06.2019 a 29.06.2019,** ao servidor **GONÇALO SOARES DE LIMA FILHO**, matrícula n° 109110, exercendo o cargo em Comissão de Assistente Técnico – DNS 07, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de Junho de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintende de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº594/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE

Retificar a Portaria nº **051/2019** somente com relação à servidora **NEUZA MARIA DE MAGALHÃES,** matrícula n° 117703, exercendo o cargo em

Comissão de Assistente Técnico – DNS 07, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo, que concedeu **30 (trinta) dias** de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2017/2018, a vigorar a partir de **02.01.2019 a 31.01.2019.** Conforme a Portaria nº 051/2019,publicada noJornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM**,** no dia 17/01/2019, página 507, edição nº3. 147.

Onde se lê :Período aquisitivo 2017/2018.

Leia-se :Período aquisitivo **2016/2017**.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de Junho de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 595/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente aos meses de Janeiro/Junho/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
13644	ELISA BRANCO FERNANDES DE FREITAS	Efetivo	**2017/2018**	02.01.2019 A 31.01.2019 (30 dias)
20914	JACKSON NUNES CUNHA	Efetivo	**2016/2017**	26.12.2018 A 14.01.2019 (20 dias)
129990	LAUREANE DE ALMEIDA LIMA	Comissão	**2018/2019**	21.06.2019 A 05.07.2019 (15 dias)
129988	METUZALA DA COSTA MEIRA	Comissão	**2018/2019**	24.06.2019 A 05.07.2019 (12 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de Junho de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

AVISO DE RESULTADO DE ANALISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 01/2019

Processo nº 571164/2019. Objeto: Seleção e contratação de empresas de engenharia para execução do saldo remanescente da obra de construção da CRECHE PROJETO PADRÃO TIPO 1 - PROINFÂNCIA, projetos padronizados do FNDE localizada na Av. Rua 01, n°. 01, Residencial Milton Figueiredo, CEP: 78.131-108, Várzea Grande - MT em regime de empreitada por preço global, conforme projetos FNDE, em atenção ao Termo de Compromisso nº. PAC2: 4248/2013-FNDE. A CPL **ACATA** o parecer da Equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e **DECLARA: HABILITADAS** as licitantes: **WN CONSTRUCOES LTDA - EPP** CNPJ: 19.699.306/0001-06, **R. M ENGENHARIA EIRELI – ME** CNP: 30.195.839/0001-93, **CEVIC CONSTRUTORA E INCORPORADORA – EIRELI - EPP** CNPJ: 18.046.443/0001-89, **CONSTRUTORA W MENDES LTDA - EPP** CNPJ: 13.252.128/0001-94 e **BC CONTRUTORA BR CENTRAL EIRELI - EPP** CNPJ: 00.817.101/0001-50. **INABILITADAS** as empresas: **TRAÇO ARQUITETURA LTDA** CNPJ: 04.553.072/0001-17, **JRM CONSTRUÇOES LTDA** CNPJ: 11.922.125/0001-95 e **CONSTRUTORA KULUENE EIRELI** CNPJ: 13.147.763/0001-01; por desatendimentos ao Instrumento Convocatório. A CPL abre prazo para interposição de recurso, contra a decisão proferida, em conformidade com a Lei 8.666/93 e o edital no item “***11.1”.*** A ata da presente sessão esta disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br. Várzea Grande, 10 de junho de 2019. **Aline Arantes Correa -** Presidente CPL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 41/2019 - MENOR PREÇO POR LOTE UNICO

Processo nº 591855/2019. Objeto: Registro de preço para futura e eventual **aquisição de filme para raios-X digital com impressora a seco em comodato**, para atender as demandas do setor de radiologia das unidades de pronto atendimento – UPAS Ipase e Cristo Rei e do hospital e pronto Municipal de Várzea Grande/MT. A realização está prevista para o **dia 28 de Junho de 2019**, às **15h30min** (horário Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Várzea Grande, – Superintendência de Licitações, gratuitamente a ser disponibilizado através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou em download nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br; Várzea Grande-MT, 10 de Junho de 2019. **Diógenes Marcondes -** *Secretaria Municipal de Saúde.*

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 40/2019 - MENOR PREÇO POR LOTE

Processo nº 595094/2019. Objeto: Registro de preços para futura e eventual **contratação de empresas capacitadas para prestação de serviços médicos especializados em cirurgia geral com programa de residência médica em formação continuada e cirurgia ginecológica e mastologia** para atendimento em caráter eletivo aos usuários do SUS da rede Municipal de Saúde de Várzea Grande/MT. **A** realização está prevista para o **dia 28 de Junho de 2019, às 10h00min** (horário Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Várzea Grande, – Superintendência de Licitações, gratuitamente a ser disponibilizado através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou em download nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br; Várzea Grande-MT, 10 de Junho de 2019. **Diógenes Marcondes -** *Secretaria Municipal de Saúde.*

ATO Nº. 323/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 528482/2018;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Ilton José Sargiotto matricula **84710** do cargo em Concurso de Médico, da Secretaria Municipal de Saúde, com efeito retroativo, a partir de 20 de junho de 2018.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 07 de junho de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ERRATA

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a existência de mero erro material, quando digitado a lotação do Servidor **Agenor Evangelista da Silva Junior,** publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição nº 3.244 do dia 07/06/2019 página 306 e 307.

CONSIDERANDO que tal retificação na lotação conforme Exoneração Ato nº 315/19 em questão.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a retificação na lotação do Servidor Agenor Evangelista da Silva Junior:

Onde se Lê: Secretaria Municipal de Saúde

LEIA-SE: Secretaria Municipal de Viação e Obras.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 07 de junho de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

AVISO DE RESULTADO DE ANALISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 04/2019

Processo nº 571169/2019. Objeto Seleção e contratação de empresas de engenharia para execução do saldo remanescente da obra de construção da CRECHE PROJETO PADRÃO TIPO 1 - PROINFÂNCIA, projetos padronizados do FNDE localizada na Avenida Várzea Grande, n°. 01, Comunidade 13 de Setembro Bairro: Novo Mato Grosso, CEP: 78.134-288, Várzea Grande- MT em regime de empreitada por preço global, conforme projetos FNDE, em atenção ao Termo de Compromisso nº. PAC2: 7849/2014-FNDE. A CPL **ACATA** o parecer da Equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e **DECLARA: HABILITADAS** as licitantes: **WN CONSTRUCOES LTDA - EPP** CNPJ: 19. 699.306/0001-06, **R. M ENGENHARIA EIRELI – ME** CNP: 30.195.839/ 0001-93, **CEVIC CONSTRUTORA E INCORPORADORA – EIRELI - EPP** CNPJ: 18.046.443/0001-89 e **BC CONTRUTORA BR CENTRAL EIRELI - EPP** CNPJ: 00.817.101/0001-50. **INABILITADAS** as empresas: **JRM CONSTRUÇOES LTDA** CNPJ: 11.922.125/0001-95 e **CONSTRUTORA KULUENE EIRELI** CNPJ: 13.147.763/0001-01; por desatendimentos ao Instrumento Convocatório. A CPL abre prazo para interposição de recurso, contra a decisão proferida, em conformidade com a Lei 8.666/93 e o edital no item "***11.1".*** A ata da presente sessão esta disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br. Várzea Grande, 11 de junho de 2019. **Aline Arantes Correa -** Presidente CPL

AVISO DE RESULTADO DE ANALISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 03/2019

Processo nº 571191/2019. Objeto Seleção e contratação de empresas de engenharia para execução do saldo remanescente da obra de construção da CRECHE PROJETO PADRÃO TIPO 1 - PROINFÂNCIA, projetos padronizados do FNDE localizada na Rua: C, n.0, Bairro: Jardim Novo Mundo, Complemento: Residencial Novo Mundo, CEP: 78.149-150, Várzea Grande- MT em regime de empreitada por preço global, conforme projetos FNDE, em atenção ao Termo de Compromisso nº. PAC2: 7849/ 2014-FNDE. A CPL **ACATA** o parecer da Equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e **DECLARA: HABILITADAS** as licitantes: **WN CONSTRUCOES LTDA - EPP** CNPJ: 19. 699.306/0001-06, **R. M ENGENHARIA EIRELI – ME** CNP: 30.195.839/ 0001-93, **CEVIC CONSTRUTORA E INCORPORADORA – EIRELI - EPP** CNPJ: 18.046.443/0001-89 e **BC CONTRUTORA BR CENTRAL EIRELI - EPP** CNPJ: 00.817.101/0001-50. **INABILITADAS** as empresas: **JRM CONSTRUÇOES LTDA** CNPJ: 11.922.125/0001-95 e **CONSTRUTORA KULUENE EIRELI** CNPJ: 13.147.763/0001-01; por desatendimentos ao Instrumento Convocatório. A CPL abre prazo para interposição de recurso, contra a decisão proferida, em conformidade com a Lei 8.666/93 e o edital no item "***11.1".*** A ata da presente sessão esta disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br. Várzea Grande, 10 de junho de 2019. **Aline Arantes Correa -** Presidente CPL

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
ADENDO MODIFICADOR I PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

ADENDO MODIFICADOR I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2019

OBJETO:Futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviço de manutenção de bombas submersas, manutenção de poços artesianos, para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

O Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados e, em especial, às empresas que adquiriram o edital, que tanto o Edital como o Termo de Referência sofreram alterações, conforme segue:

I. No Termo de Referência e no EDITAL - a Qualificação Técnica passa a ter os seguintes termos:

1.1 – NO EDITAL:

Item 1. Termo de Referência

Subitem 21. Da Capacidade Técnica

8. 9. 10. 10.1. 10.2. 21.1.Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado esta última deverá conter firma reconhecida em cartório, que comprovem o desempenho da empresa em contrato pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação. **21.1.1.** Informamos que os participantes deveram apresentar acervos técnicos da empresa e do técnico responsável (Geólogo), ou outro habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso (CREA-MT). **21.1.2.** Deverão, também, comprovarem que tem sem seu quadro funcional, funcionários com treinamento na Normal Regulamentadora - 10 (NR 10), que estabelece requisito de medida de controle e sistemas preventivos para garantir a segurança e saúde aos trabalhadores que direta ou indiretamente interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade.

A realização do Pregão Presencial estava marcada para o **dia 13 de junho de 2019, às 09h 00min (horário de Mato Grosso)**, e após alteração no Edital, fica estabelecida a nova data para o dia **26/06/2019 Local: Av. Castelo Branco, nº 245, Centro, Várzea Grande – Comercial em frente ao Terminal André Maggi.**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital; e**ventuais dúvidas poderão ser sanadas junto a Coordenadoria de Licitação e Contratos – DAE/VG, pelo e-mail licitacao@daevg.com.br**

Publique-se.

Várzea Grande-MT, 11 de junho de 2019.

CRISTIANE PEREIRA MARTINS

PREGOEIRA – DAE/VG

PORTARIA Nº 591/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Junho/2019**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
95456	DORACY MARIA DE FIGUEIREDO CUNHA	Efetivo	**2013/2014**	24.06.19 a 13.07.19 (20 dias)
16010	FABIO CUSTODIO CORREA CAMPOS	Efetivo	**2012/2013**	10.06.19 a 14.06.19 (05 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de Junho de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 592/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Junho/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

PROCURADORIA GERAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
109080	EDNA DE SOUZA MELO	Comissão	**2018/2019**	06.06.19 a 07.06.19 (02 dias)
110599	LUIZ AUGUSTO PIRES CEZARIO JUNIOR	Comissão	**2017/2018**	24.06.19 a 28.06.19 (05 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de Junho de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N. 220/2019

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS”.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, **Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município;**

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora efetiva **MARISTELA GERALDES DE PAULA,** portadora da Cédula de Identidade nº **1372290-5 SSP/MT**, **CPF nº 901.227.981-04,** professora Pedagoga, lotada na Secretaria Municipal de “Educação”, **Licença-Prêmio,** por um período de **03 (três)** meses, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992.

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, o servidor beneficiário deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o **Artigo 1º** corresponde ao período aquisitivo de **15/02/2010 a 15/03/2015.** Ficando o período de gozo da seguinte forma:

12/06/2019 a 11/07/2019;

01/09/2019 a 30/09/2019;

01/11/2019 a 30/11/2019.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

ATO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 052/2019

O Pregoeiro, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela **Portaria n. 027/2019, de 11 de janeiro de 2019**, e ainda, em cumprimento às disposições contidas no Art. 49, da Lei 8.666/1993, decide **REVOGAR** o processo licitatório na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL SOB. O N. 052/2019**, com abertura das propostas de preços e documentos de habilitação na data de **11/06/2019, as 08:00 horas**, na sede Administrativa, sito na Rua Dr. Mario Correia, nº. 205 – nesta cidade, pela seguinte motivação:

1º - CONSIDERANDO que o ato administrativo revogatório é resultado do poder discricionário no qual permite a Administração rever suas atividades para que se destinem ao seu fim especifico;

2º - CONSIDERANDO que o interesse público nada mais é do que o interesse da coletividade e que cada ato da Administração Pública deve ter escopo a satisfação e o interesse da Coletividade;

3º – CONSIDERANDO que o anexo I do Edital (proposta de preços) não continha porcentagem (%) impossibilitando auferir o real desconto, diante dos fatos o pregoeiro resolve revogar o referido pregão Presencial.

REVOGA-SE o Pregão Presencial n. 052/2019.

Vila Bela da Ss. Trindade/MT, 11 de junho de 2019.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

PREGOEIRO

Município de VILA BELA SS. TRINDADE - MT

PREFEITURA MUN. VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2019/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**64.757.450,00**	**65.062.783,00**	**8.181.109,23**	**12,57**	**17.972.015,58**	**27,62**	**47.090.767,42**
RECEITAS CORRENTES	**55.304.450,00**	**55.304.450,00**	**8.011.109,23**	**14,49**	**17.529.015,58**	**31,70**	**37.775.434,42**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.600.000,00	4.600.000,00	546.754,93	11,89	1.668.056,75	36,26	2.931.943,25
IMPOSTOS	4.385.000,00	4.385.000,00	506.435,94	11,55	1.586.529,89	36,18	2.798.470,11
TAXAS	215.000,00	215.000,00	40.318,99	18,75	81.526,86	37,92	133.473,14
CONTRIBUIÇÕES	500.000,00	500.000,00	32.510,11	6,50	87.086,92	17,42	412.913,08
CONTRIBUIÇÃO FARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚE	500.000,00	500.000,00	32.510,11	6,50	87.086,92	17,42	412.913,08
RECEITA FATRIMONIAL	208.000,00	208.000,00	20.202,14	9,71	44.252,41	21,28	163.747,59
VALORES MOBILIÁRIOS	208.000,00	208.000,00	20.202,14	9,71	44.252,41	21,28	163.747,59
RECEITA DE SERVIÇOS	362.000,00	362.000,00	42.467,33	11,73	91.172,10	25,19	270.827,90
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
OUTROS SERVIÇOS	357.000,00	357.000,00	42.467,33	11,90	91.172,10	25,54	265.827,90
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	49.622.450,00	49.622.450,00	7.351.836,55	14,82	15.597.232,52	31,43	34.025.217,48
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	17.980.450,00	17.980.450,00	2.216.965,17	12,33	5.153.094,91	28,66	12.827.355,09
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SU	18.642.000,00	18.642.000,00	3.083.140,31	16,54	6.092.655,73	32,68	12.549.344,27
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	13.000.000,00	13.000.000,00	2.051.731,07	15,78	4.351.481,88	33,47	8.648.518,12
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.000,00	12.000,00	17.338,17	144,48	41.214,88	343,46	-29.214,88
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	2.000,00	2.000,00	9.499,37	474,97	9.517,02	475,85	-7.517,02
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	7.838,80	78,39	31.697,86	316,98	-21.697,86
RECEITAS DE CAPITAL	**9.453.000,00**	**9.758.333,00**	**170.000,00**	**1,74**	**443.000,00**	**4,54**	**9.315.333,00**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	873.000,00	873.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	873.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	873.000,00	873.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	873.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.580.000,00	8.885.333,00	170.000,00	1,91	443.000,00	4,99	8.442.333,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	8.180.000,00	8.180.000,00	0,00	0,00	273.000,00	3,34	7.907.000,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SU	400.000,00	705.333,00	170.000,00	24,10	170.000,00	24,10	535.333,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**64.757.450,00**	**65.062.783,00**	**8.181.109,23**	**12,57**	**17.972.015,58**	**27,62**	**47.090.767,42**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

Continua 1/3

Município de VILA BELA SS. TRINDADE - MT

Continuação 2/3

PREFEITURA MUN. VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2019/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**64.757.450,00**	**65.062.783,00**	**8.181.109,23**	**12,57**	**17.972.015,58**	**27,62**	**47.090.767,42**
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	461.636,05	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	64.757.450,00	65.062.783,00	8.181.109,23	12,57	18.433.651,63	28,33	46.629.131,37
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.235.849,79	—	—	509.731,16	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	1.235.849,79	—	—	509.731,16	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**59.415.450,00**	**60.925.847,79**	**9.254.695,12**	**27.131.216,49**	**33.794.631,30**	**9.279.405,10**	**17.632.841,17**	**43.293.006,62**	**14.303.374,58**
DESPESAS CORRENTES	**48.014.450,00**	**48.091.968,00**	**7.957.880,21**	**24.464.745,61**	**23.627.222,39**	**8.900.565,69**	**16.800.024,97**	**31.291.943,03**	**13.479.333,38**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.487.000,00	23.459.800,00	4.316.114,86	8.135.020,45	15.324.779,55	4.313.574,86	8.132.480,45	15.327.319,55	6.454.667,77
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	256.000,00	256.000,00	0,00	170.000,00	86.000,00	4.327,62	9.478,43	246.521,57	9.478,43
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.271.450,00	24.376.168,00	3.641.765,35	16.159.725,16	8.216.442,84	4.582.663,21	8.658.066,09	15.718.101,91	7.015.187,18
DESPESAS DE CAPITAL	**10.881.000,00**	**12.829.723,79**	**1.296.814,91**	**2.666.470,88**	**10.163.252,91**	**378.839,41**	**832.816,20**	**11.996.907,59**	**824.041,20**
INVESTIMENTOS	10.381.000,00	12.329.723,79	1.296.814,91	2.231.470,88	10.098.252,91	314.824,36	704.893,16	11.624.830,63	696.118,16
AMORTIZACAO DE DIVIDA	500.000,00	500.000,00	0,00	435.000,00	65.000,00	64.015,05	127.923,04	372.076,96	127.923,04
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**520.000,00**	**4.156,00**	**0,00**	**0,00**	**4.156,00**	**0,00**	**0,00**	**4.156,00**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGENCIA	520.000,00	4.156,00	0,00	0,00	4.156,00	0,00	0,00	4.156,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**2.792.000,00**	**2.798.785,00**	**571.649,94**	**1.088.328,76**	**1.710.456,24**	**548.978,31**	**800.810,46**	**1.997.974,54**	**800.443,16**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**62.207.450,00**	**63.724.632,79**	**9.826.345,06**	**28.219.545,25**	**35.505.087,54**	**9.828.383,41**	**18.433.651,63**	**45.290.981,16**	**15.103.817,74**

Continua 2/3

Município de VILA BELA SS. TRINDADE - MT

Continuação 3/3

PREFEITURA MUN. VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2019/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	**62.207.450,00**	**63.724.632,79**	**9.826.345,06**	**28.219.545,25**	**35.505.087,54**	**9.828.383,41**	**18.433.651,63**	**45.290.981,16**	**15.103.817,74**
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	2.868.197,84
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	62.207.450,00	63.724.632,79	9.826.345,06	28.219.545,25	—	9.828.383,41	18.433.651,63	—	17.972.015,58
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
Despesas Intra-Orçamentárias	**2.792.000,00**	**2.798.785,00**	**571.649,94**	**1.088.328,76**	**1.710.456,24**	**548.978,31**	**800.810,46**	**1.997.974,54**	**800.443,16**
DESPESAS CORRENTES	2.792.000,00	2.798.785,00	571.649,94	1.088.328,76	1.710.456,24	548.978,31	800.810,46	1.997.974,54	800.443,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.792.000,00	2.798.785,00	571.649,94	1.088.328,76	1.710.456,24	548.978,31	800.810,46	1.997.974,54	800.443,16
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R$ 15.173,27

Município de VILA BELA SS. TRINDADE - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2019/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUN. VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	59.415.450,00	60.925.847,79	9.254.695,12	27.131.216,49	96,14	33.794.631,30	9.279.405,10	17.632.841,17	95,66	43.293.006,62
Administração	4.109.000,00	4.170.442,00	553.266,39	2.294.604,87	8,13	1.875.837,13	654.721,32	1.317.063,23	7,14	2.853.378,77
Planejamento e Orçamento	243.000,00	243.000,00	52.394,53	97.786,35	0,35	145.213,65	52.394,53	97.786,35	0,53	145.213,65
Administração Geral	3.687.000,00	3.748.442,00	476.514,14	2.141.603,70	7,59	1.606.838,30	577.969,07	1.164.062,06	6,31	2.584.379,94
Controle Interno	153.000,00	153.000,00	24.357,72	55.214,82	0,20	97.785,18	24.357,72	55.214,82	0,30	97.785,18
Administração de Receitas	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Comunicação Social	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Assistência Comunitária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Assistência Social	1.546.450,00	1.534.730,00	246.567,15	605.798,94	2,15	928.931,06	226.226,24	465.137,33	2,52	1.069.592,67
Assistência à Criança e ao Adolescente	159.000,00	159.000,00	35.118,31	58.506,65	0,21	100.493,35	35.118,31	58.506,65	0,32	100.493,35
Assistência Comunitária	1.387.450,00	1.375.730,00	211.448,84	547.292,29	1,94	828.437,71	191.107,93	406.630,68	2,21	969.099,32
Saúde	13.857.000,00	14.267.148,00	2.172.151,36	8.111.012,27	28,74	6.156.135,73	2.423.052,52	4.117.267,78	22,34	10.149.880,22
Normatização e Fiscalização	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Atenção Básica	9.483.500,00	9.893.648,00	2.039.471,60	4.260.795,00	15,10	5.632.853,00	1.550.456,10	2.878.464,18	15,62	7.015.183,82
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.873.500,00	3.873.500,00	46.752,57	3.519.231,09	12,47	354.268,91	632.487,18	962.049,42	5,22	2.911.450,58
Suporte Profilático e Terapêutico	254.000,00	254.000,00	43.597,50	251.103,40	0,89	2.896,60	197.013,90	197.013,90	1,07	56.986,10
Vigilância Sanitária	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Vigilância Epidemiológica	218.000,00	218.000,00	42.329,69	79.882,78	0,28	138.117,22	43.095,34	79.740,28	0,43	138.259,72
Educação	19.533.000,00	20.768.849,79	3.530.448,35	7.520.800,86	26,65	13.248.048,93	3.261.136,58	6.404.004,62	34,74	14.364.845,17
Ensino Fundamental	17.489.500,00	18.714.184,79	3.127.729,97	6.787.404,62	24,05	11.926.780,17	2.920.437,00	5.777.693,72	31,34	12.936.491,07
Ensino Superior	22.000,00	19.000,00	0,00	14.400,00	0,05	4.600,00	1.200,00	3.600,00	0,02	15.400,00
Educação Infantil	2.021.500,00	2.035.665,00	402.718,38	718.996,24	2,55	1.316.668,76	339.499,58	622.710,90	3,38	1.412.954,10
Cultura	1.827.000,00	1.800.000,00	133.013,41	182.539,53	0,65	1.617.460,47	128.985,47	159.459,56	0,87	1.640.540,44
Difusão Cultural	1.827.000,00	1.800.000,00	133.013,41	182.539,53	0,65	1.617.460,47	128.985,47	159.459,56	0,87	1.640.540,44
Direitos da Cidadania	49.000,00	49.000,00	5.384,00	11.848,00	0,04	37.152,00	5.564,00	11.038,00	0,06	37.962,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	49.000,00	49.000,00	5.384,00	11.848,00	0,04	37.152,00	5.564,00	11.038,00	0,06	37.962,00
Urbanismo	6.743.000,00	6.371.878,00	1.009.981,68	3.972.305,57	14,08	2.399.572,43	1.654.280,90	3.010.736,03	16,33	3.361.141,97
Infra-Estrutura Urbana	6.730.000,00	6.369.878,00	1.009.981,68	3.972.305,57	14,08	2.397.572,43	1.654.280,90	3.010.736,03	16,33	3.359.141,97
Serviços Urbanos	13.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Habitação	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
Habitação Urbana	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
Saneamento	1.470.000,00	1.452.240,00	276.060,40	418.219,27	1,48	1.034.020,73	141.391,16	261.562,93	1,42	1.190.677,07
Saneamento Básico Urbano	1.470.000,00	1.452.240,00	276.060,40	418.219,27	1,48	1.034.020,73	141.391,16	261.562,93	1,42	1.190.677,07
Gestão Ambiental	112.000,00	112.000,00	6.605,02	14.010,04	0,05	97.989,96	6.605,02	14.010,04	0,08	97.989,96
Preservação e Conservação Ambiental	112.000,00	112.000,00	6.605,02	14.010,04	0,05	97.989,96	6.605,02	14.010,04	0,08	97.989,96
Agricultura	3.796.500,00	3.918.760,00	110.630,50	411.375,90	1,46	3.507.384,10	93.939,31	185.232,66	1,00	3.733.527,34
Saneamento Básico Rural	52.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00

Continua 1/3

Município de VILA BELA SS. TRINDADE - MT

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2019/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUN. VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	59.415.450,00	60.925.847,79	9.254.695,12	27.131.216,49	96,14	33.794.631,30	9.279.405,10	17.632.841,17	95,66	43.293.006,62
Agricultura	3.796.500,00	3.918.760,00	110.630,50	411.375,90	1,46	3.507.384,10	93.939,31	185.232,66	1,00	3.733.527,34
Promoção da Produção Animal	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Abastecimento	3.000.000,00	2.232.760,00	0,00	0,00	0,00	2.232.760,00	0,00	0,00	0,00	2.232.760,00
Promoção da Produção Agropecuária	739.500,00	1.631.000,00	110.630,50	411.375,90	1,46	1.219.624,10	93.939,31	185.232,66	1,00	1.445.767,34
Indústria	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Produção Industrial	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Comércio e Serviços	209.000,00	809.000,00	505.152,83	545.152,83	1,93	263.847,17	501,20	35.501,20	0,19	773.498,80
Turismo	209.000,00	809.000,00	505.152,83	545.152,83	1,93	263.847,17	501,20	35.501,20	0,19	773.498,80
Transporte	2.865.500,00	2.898.644,00	560.103,70	1.404.950,68	4,98	1.493.693,32	431.485,46	1.104.968,85	5,99	1.793.675,15
Transporte Rodoviário	2.865.500,00	2.898.644,00	560.103,70	1.404.950,68	4,98	1.493.693,32	431.485,46	1.104.968,85	5,99	1.793.675,15
Desporto e Lazer	627.000,00	618.000,00	145.330,33	313.597,73	1,11	304.402,27	106.977,57	232.280,20	1,26	385.719,80
Desporto Comunitário	627.000,00	618.000,00	145.330,33	313.597,73	1,11	304.402,27	106.977,57	232.280,20	1,26	385.719,80
Encargos Especiais	1.345.000,00	1.345.000,00	0,00	1.325.000,00	4,70	20.000,00	144.538,35	314.578,74	1,71	1.030.421,26
Administração Geral	720.000,00	720.000,00	0,00	720.000,00	2,55	0,00	76.195,68	177.177,27	0,96	542.822,73
Serviço da Dívida Interna	625.000,00	625.000,00	0,00	605.000,00	2,14	20.000,00	68.342,67	137.401,47	0,75	487.598,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	520.000,00	4.156,00	0,00	0,00	0,00	4.156,00	0,00	0,00	0,00	4.156,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.792.000,00	2.798.785,00	571.649,94	1.088.328,76	3,86	1.710.456,24	548.978,31	800.810,46	4,34	1.997.974,54
Administração	190.000,00	191.600,00	38.778,66	74.574,37	0,26	117.025,63	37.995,36	55.136,02	0,30	136.463,98
Planejamento e Orçamento	20.000,00	20.000,00	5.946,63	10.605,07	0,04	9.394,93	5.286,49	7.619,52	0,04	12.380,48
Administração Geral	140.000,00	141.600,00	29.025,17	54.791,35	0,19	86.808,65	27.337,78	40.257,94	0,22	101.342,06
Controle Interno	30.000,00	30.000,00	3.806,86	9.177,95	0,03	20.822,05	5.371,09	7.258,56	0,04	22.741,44
Assistência Social	90.000,00	90.000,00	20.483,06	39.943,84	0,14	50.056,16	20.797,64	29.326,86	0,16	60.673,14
Assistência Comunitária	90.000,00	90.000,00	20.483,06	39.943,84	0,14	50.056,16	20.797,64	29.326,86	0,16	60.673,14
Saúde	676.000,00	681.185,00	139.450,90	267.530,97	0,95	413.654,03	132.445,77	196.985,89	1,07	484.199,11
Atenção Básica	640.000,00	645.185,00	133.377,00	255.988,54	0,91	389.196,46	126.711,47	188.633,57	1,02	456.551,43
Vigilância Epidemiológica	36.000,00	36.000,00	6.073,90	11.542,43	0,04	24.457,57	5.734,30	8.352,32	0,05	27.647,68
Educação	1.540.000,00	1.540.000,00	302.852,97	567.677,66	2,01	972.322,34	288.290,31	415.804,00	2,26	1.124.196,00
Ensino Fundamental	1.310.000,00	1.310.000,00	265.467,55	495.897,87	1,76	814.102,13	250.697,60	361.526,12	1,96	948.473,88
Educação Infantil	230.000,00	230.000,00	37.385,42	71.779,79	0,25	158.220,21	37.592,71	54.277,88	0,29	175.722,12
Cultura	20.000,00	20.000,00	1.771,21	3.565,91	0,01	16.434,09	2.000,00	2.794,70	0,02	17.205,30
Difusão Cultural	20.000,00	20.000,00	1.771,21	3.565,91	0,01	16.434,09	2.000,00	2.794,70	0,02	17.205,30
Direitos da Cidadania	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Urbanismo	205.000,00	205.000,00	56.201,61	111.293,58	0,39	93.706,42	55.757,67	83.622,03	0,45	121.377,97
Infra-Estrutura Urbana	205.000,00	205.000,00	56.201,61	111.293,58	0,39	93.706,42	55.757,67	83.622,03	0,45	121.377,97

Continua 2/3

Município de VILA BELA SS. TRINDADE - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2019/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUN. VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.792.000,00	2.798.785,00	571.649,94	1.088.328,76	3,86	1.710.456,24	548.978,31	800.810,46	4,34	1.997.974,54
Saneamento	35.000,00	35.000,00	7.248,38	13.701,42	0,05	21.298,58	6.458,98	9.527,96	0,05	25.472,04
Saneamento Básico Urbano	35.000,00	35.000,00	7.248,38	13.701,42	0,05	21.298,58	6.458,98	9.527,96	0,05	25.472,04
Gestão Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Agricultura	10.000,00	10.000,00	1.621,00	3.219,44	0,01	6.780,56	1.609,72	2.408,94	0,01	7.591,06
Promoção da Produção Agropecuária	10.000,00	10.000,00	1.621,00	3.219,44	0,01	6.780,56	1.609,72	2.408,94	0,01	7.591,06
Comércio e Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Desporto e Lazer	20.000,00	20.000,00	3.242,15	6.821,57	0,02	13.178,43	3.622,86	5.204,06	0,03	14.795,94
Desporto Comunitário	20.000,00	20.000,00	3.242,15	6.821,57	0,02	13.178,43	3.622,86	5.204,06	0,03	14.795,94
TOTAL (III) = (I + II)	62.207.450,00	63.724.632,79	9.826.345,06	28.219.545,25	100,00	35.505.087,54	9.828.383,41	18.433.651,63	100,00	45.290.981,16

FONTE:

[1] Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de VILA BELA SS. TRINDADE - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2018 A ABRIL/2019
Entidade: PREFEITURA MUN. VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Mai/2018	Jun/2018	Jul/2018	Ago/2018	Set/2018	Out/2018	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**5.159.882,34**	**4.431.612,22**	**5.180.888,32**	**4.649.023,12**	**4.428.961,56**	**7.713.502,26**	**6.412.564,43**	**6.962.366,44**	**5.229.534,56**	**4.233.794,98**	**3.857.462,85**	**4.121.116,27**	**62.380.529,35**	**54.804.450,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	296.754,71	155.264,11	240.156,23	320.046,49	294.089,63	215.121,60	898.299,93	411.985,82	892.275,63	229.026,19	266.315,04	280.439,89	4.500.805,27	4.800.000,00
I.P.T.U.	7.021,01	10.932,03	20.895,84	29.879,38	14.474,95	8.751,23	5.539,50	14.931,38	25.381,07	14.227,22	5.627,29	16.276,80	174.999,70	140.000,00
I.S.S.	74.431,51	52.792,27	86.486,48	75.259,03	90.415,78	80.958,20	89.149,23	71.383,49	72.988,25	48.389,35	133.992,76	66.252,82	943.899,37	1.225.000,00
I.T.B.I.	76.417,90	4.229,74	10.003,48	122.370,06	97.731,41	4.670,13	698.048,46	207.904,79	693.903,35	28.057,41	9.907,58	73.579,89	2.026.869,20	1.520.000,00
I.R.R.F	132.337,82	83.570,18	92.869,04	78.585,05	88.156,22	112.913,06	103.855,53	111.560,41	87.027,75	110.694,35	97.696,46	99.110,34	1.198.376,21	1.200.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.546,47	4.709,89	29.901,39	14.952,97	3.311,27	7.628,98	1.707,21	6.205,75	13.590,21	27.617,96	19.100,95	21.216,04	156.690,79	215.000,00
Contribuições	13.532,73	10.273,84	12.346,39	9.887,65	0,00	12.944,44	14.795,14	326.711,65	0,00	0,00	0,00	0,00	400.493,85	0,00
Receita Patrimonial	8.813,84	9.381,16	8.519,39	8.070,56	8.966,62	8.919,09	9.699,31	8.237,65	12.207,15	11.843,12	10.275,77	9.926,37	114.850,03	208.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	8.813,84	9.381,16	8.519,39	8.070,56	8.966,62	8.919,09	9.699,31	8.237,65	12.207,15	11.843,12	10.275,77	9.926,37	114.850,03	208.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	46.426,37	31.658,88	20.033,09	23.286,00	24.137,98	36.781,46	18.930,10	26.416,99	25.368,08	23.336,69	12.980,72	29.486,61	318.844,97	362.000,00
Transferências Correntes	4.794.152,69	4.223.422,03	4.898.218,86	4.287.520,62	4.101.719,13	7.433.248,74	5.470.849,95	6.187.022,54	4.288.960,99	3.956.404,98	3.560.072,52	3.791.764,03	56.993.387,08	49.622.450,00
Cota-Parte do F.P.M.	1.059.648,04	992.310,00	1.143.098,49	850.229,77	641.243,92	728.448,96	915.016,52	1.601.288,61	1.123.245,31	1.232.848,90	923.087,09	900.573,07	12.111.040,68	13.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.614.485,24	1.110.898,29	1.761.815,54	1.498.406,29	1.281.857,70	2.122.429,04	1.480.947,33	1.446.780,29	1.559.392,25	1.286.132,18	1.214.053,97	1.226.054,61	17.703.292,73	17.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	82.726,81	64.348,39	78.239,69	58.824,33	43.969,61	34.582,75	16.952,24	31.748,25	61.103,87	85.027,28	98.891,77	125.228,21	783.623,20	700.000,00
Cota-Parte do ITR.	5.650,26	52.181,67	37.713,67	82.129,95	249.743,51	2.311.873,45	652.746,58	603.711,45	434.164,76	62.105,95	0,00	1.256,78	4.498.278,03	3.000.000,00
Outras Transferências Correntes	787.319,91	1.071.019,66	699.716,77	727.955,75	967.167,67	803.982,66	1.245.664,03	1.382.437,08	484.180,34	165.805,00	338.559,53	372.360,45	8.617.847,17	2.852.450,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	5.316,50	0,00	5.316,50	5.316,50	5.316,50	5.316,50	0,00	5.316,50	0,00	0,00	0,00	0,00	31.899,00	70.000,00
Transferências do FUNDEB	1.239.006,93	932.654,02	1.172.318,20	1.094.648,03	860.410,22	1.426.615,38	1.059.521,25	1.110.740,36	1.195.265,14	1.104.485,67	985.490,16	1.096.250,91	13.247.405,27	13.000.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	592,20	1.612,36	211,80	48,20	6.486,93	0,00	1.991,78	10.692,71	13.184,00	7.838,80	9.499,37	52.148,15	12.000,00
DEDUÇÕES (II)	**535.889,89**	**420.641,61**	**488.216,71**	**470.790,45**	**385.683,59**	**571.238,85**	**479.193,11**	**514.505,17**	**536.527,47**	**503.796,17**	**427.428,15**	**445.333,50**	**5.779.245,67**	**5.834.000,00**
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	535.889,89	420.641,61	488.216,71	470.790,45	385.683,59	571.238,85	479.193,11	514.505,17	536.527,47	503.796,17	427.428,15	445.333,50	5.779.245,67	5.834.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**4.623.792,45**	**4.010.970,61**	**4.692.671,61**	**4.178.232,67**	**4.043.277,97**	**7.142.263,41**	**5.933.371,32**	**6.447.860,27**	**4.693.007,09**	**3.729.998,81**	**3.430.034,70**	**3.675.782,77**	**56.601.283,68**	**48.970.450,00**

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO PP 011

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015, leva ao conhecimento dos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 011/2019,**Registro de Preço para futura e eventual**

aquisição de produtos para manutenção e construção de asfalto para a manutenção das ruas e avenidas do perímetro urbano desta urbe, onde foram declaradas vencedoras as empresas:

EMPRESAS DECLARADAS VENCEDORAS	VALOR TOTAL (R$)
BIRK MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA (18.082.532/0001-80)	R$ 159.000,00 (Cento e cinquenta e nove mil reais)
BRITAZIL XINGÚ LTDA (28.942.414/0001-59)	R$ 1.248.000,00 (Um milhão duzentos e quarenta e oito mil reais)

Vila Rica – MT, 11 de Junho de 2019.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO ATA RP 018

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 018/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019

DO OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de produtos para manutenção e construção de asfalto para a manutenção das ruas e avenidas do perímetro urbano desta urbe.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à Contratada em até 10(Dez) dias úteis, contados do recebimento oficial da nota fiscal atestada pela Secretaria solicitante.

DATA: Vila Rica/MT, 11 de Junho de 2019.

ASSINANTES / VALOR:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal de Vila Rica – Contratante.

BIRK MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA (18.082.532/0001-80)- R$ 159.000,00 – Contratada.

BRITAZIL XINGÚ LTDA (28.942.414/0001-59) - R$ 1.248.000,00 – Contratada.

SECRETARIA DE FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00008, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
EDSON GARCIA DE SOUZA	303.089.686-20	9897 /00069/2019
NIVALDO MARCELINO SILVA	556.672.281-49	9897 /00085/2019
JOSE MANOEL ABADIA	040.149.876-04	9897 /00092/2019
JOAO MARQUES FILHO	181.146.601-04	9897 /00096/2019
JOAO MARQUES FILHO	181.146.601-04	9897 /00097/2019
DANIEL RODRIGUES DA COSTA	096.308.051-20	9897 /00105/2019
DANIEL RODRIGUES DA COSTA	096.308.051-20	9897 /00106/2019

Data de afixação: Data de desafixação:

11/06/2019

26/06/2019

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 134/2019

PORTARIA N.º 134/2019.

DE 11 DE JUNHO DE 2019.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal De Vila Rica, Estado De Mato Grosso, No Uso De Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "B"** (requisito da classe A, mais habilitação profissionalizante de nível auxiliar ou 200 (duzentas) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ ou capacitação profissional), para a **Classe "C"** (requisito da classe B, mais 300 (trezentas) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação ou capacitação profissional ou habilitação em ensino médio profissionalizante de nível técnico na área de saúde) a servidora **WELIDA GARCES DE ALMEIDA** matricula nº 1530, de acordo com o artigo 12 da lei n.º 750/08 de 22/02/2008, em consonância ao parecer favorável da CASEP n° 016/2019 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2019.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 135 /2019 11 DE JUNHO DE 2019.

Designa o Engenheiro Responsável para acompanhamento, fiscalização e recebimento do contrato de nº 008/2019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Lei 8.666/93 e regulamentações;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Engenheiro Civil, RENATO VALADARES RODRIGUES, mat. 3511- CREA – RN 1014744431, para fiscalizar, acompanhar e receber as obras realizadas referentes ao contrato de nº 008/2019 – Serviços de pintura viária mecanizada e implantação de dispositivos de segurança viária –Tachões Refletivos Bidirecionais.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 25 de março de 2019.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE FINANÇAS
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00009, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
DOURIVAL XAVIER DE SOUZA	095.416.831-34	9897/00152/2019
DOURIVAL XAVIER DE SOUZA	095.416.831-34	9897/00153/2019
JOAO MARQUES FILHO	181.146.601-04	9897/00164/2019
MARCELO PAES DE BARROS	390.939.561-91	9897/00185/2019
MARCELO PAES DE BARROS	390.939.561-91	9897/00186/2019
MAURILHO RODRIGUES COSTA	037.353.028-58	9897/00165/2019
SHIRLEY FARIA ANDRADE	243.345.961-34	9897/00156/2019
SHIRLEY FARIA ANDRADE	243.345.961-34	9897/00157/2019
VALDAIR ANTONIO FRIZON	576.157.300-82	9897/00148/2019

Data de afixação: Data de desafixação:

11/06/2019

26/06/2019

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 133/2019

PORTARIA N.º 133/2019.

DE 11 DE JUNHO DE 2019.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal De Vila Rica, Estado De Mato Grosso, No Uso De Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "C"** (requisito da Classe B mais 360 (trezentas e sessenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional ou especialização em nível técnico na área de atuação), para a **Classe "D"** (requisito da Classe C mais curso superior completo na área ligada as suas atribuições) a servidora **ZENA MARIA LAUERMANN LUCATELLI** matricula nº 283, de acordo com o artigo 30 da lei n.º 748/08 de 22/02/2008, em consonância ao parecer favorável da CASEP n° 15/2019 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

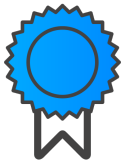
C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Jun 11 22:32:02 UTC 2019
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)